Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 995 | Segunda-feira - 21 de Maio de 2012 | Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos 1
Arroio Trinta 2
Braço do Trombudo 3
Caçador 9
Camboriú 22
Campo Alegre 25
Campos Novos 25
Canoinhas 28
Capinzal 32
Catanduvas 55
Chapadão do Lageado 120
Concórdia 120
Corupá 125
Curitibanos 127
Ermo 130
Forquilhinha 151
Fraiburgo 153
Garopaba 176
Gaspar 176
Governador Celso Ramos 178
Guaramirim 178
Herval d'Oeste 179
Ibiam 179
Imbituba 183
Iomerê 188
Irineópolis 281
Itapoá 282
Joaçaba 282
Lages 283
Lauro Muller 284
Lebon Regis 287
Leoberto Leal 287
Lindóia do Sul 289
Macieira 290
Meleiro 290
Monte Carlo 291
Morro da Fumaça 291
Navegantes 291
Nova Trento 294
Novo Horizonte 296
Palhoça 297
Pinheiro Preto 303
Porto União 305
Rio do Sul 306
Salto Veloso 333
São Bento do Sul 400
São Lourenço do Oeste 411
São Pedro de Alcântara 415
Schroeder 416
Timbó 424
Tunápolis 455
Videira 456
Vitor Meireles 469

Associações

FECAM 470

Consórcios

ARIS 470
CIGA 470
CINCO 479

Antônio Carlos

Prefeitura

Decreto N° 038/2012

DECRETO N° 038/2012
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 89.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 25.000,00
04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 12.000,00
04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
João Romão - Presidente ● Edinando Brustolin - Diretor Executivo
Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação ● Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.03.08.241.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 89.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 039/2012

DECRETO N° 039/2012
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 38.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 18.000,00
11.01.10.301.0005.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 38.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Termo de Homologaçâo e Adjudicação

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÂO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 074/2012 - Pregão Presencial nº. 048/2012; Objeto: aquisição parcelada de pneus para frota de veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Modelo Pneus Ltda, no valor total de R$ 9.872,00.

Antônio Carlos, 17 de Maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 097/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 097/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 072/2012 - Pregão Presencial nº. 046/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ABI Comércio de Confecções Ltda ME; Objeto: aquisição de material esportivo para a Secretaria de Esportes e Turismo, da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R$ 12.354,10 (Doze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Antônio Carlos, 10 de Maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Convite: Audiência Pública

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA AVALIAÇÃO METAS QUADRIMESTRAIS 1° QUADRIMESTRE 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em cumprimento ao disposto no Artigo 9°, § 4° da Lei Complementar n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal n° 598/2001, CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 18:00 horas do dia 22 DE MAIO de 2012 na Câmara de Vereadores, com o objetivo de apresentarmos e avaliarmos o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 1° QUADRIMESTRE DE 2012.
Por este ato ficam as entidades civis organizadas de Antônio Carlos convocadas a indicar seus representantes até a data da audiência pública.

Antônio Carlos, 18 de maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

Prefeitura

Lei Nº 1585, de 16/05/2012.

LEI Nº 1585, DE 16/05/2012.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$

79.000,00 (Setenta e nove mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.2019 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
33900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 79.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R$ 79.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º desta lei, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:
Parágrafo Único. R$ 79.000,00 (Setenta e nove mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotaçãoorçamentária:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.1017 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE
44900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 49.500,00
TOTAL ANULADO R$ 49.500,00

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.1018 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
44900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 29.500,00
TOTAL ANULADO R$ 29.500,00

Art. 3º Esta lei entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2012.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de maio de 2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Admnistração

Decreto N° 1471, de 16 de Maio de 2012.

DECRETO N° 1471, de 16 de maio de 2012.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n° 1585 de 16/05/2012,

DECRETA:
Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 79.000,00 (Setenta e nove mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.2019 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
33900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 79.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R$ 79.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:
Parágrafo Único. R$ 79.000,00 (Setenta e nove mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotaçãoorçamentária:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.1017 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE
44900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 49.500,00
TOTAL ANULADO R$ 49.500,00

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
03.01.10.301.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.301.1001.1018 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
44900000 - 0102.00 Aplicações Diretas R$ 29.500,00
TOTAL ANULADO R$ 29.500,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de maio de 2012.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 16 de maio de 2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Admnistração

Braço do Trombudo

Prefeitura

Lei N° 0712/2012

LEI N° 0712/2012
Dispõe sobre alteração da Lei 0691/2011 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2012.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de San¬ta Catarina, no uso de suas atribui¬ções legais, etc.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Ve¬readores aprovou e eu sanciono a se-guinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ação na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0080 - Assistência Social
Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
Total R$10.000,00

Art. 2° Os recursos para cobertura da criação da ação do artigo anterior são oriundos da anulação na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0080 - Assistência Social
Ação: 2.014 - Manutenção e Assistência ao Menor
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
Total R$10.000,00

Art. 3º As Planilhas de Identificação de Projetos, Atividades e Operações Especiais, referente ao Programa 0080 - Assistência Social, relativo as ações 2.014 e 2.052, da Lei 0691/2011, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2012, fica atualizado conforme Planilha anexa a esta LEI.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei N° 0713/2012

LEI N° 0713/2012
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial na Lei 700/2011 Lei Orçamentária para o Exercício de 2012.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de San¬ta Catarina, no uso de suas atribui¬ções legais, etc.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Ve¬readores aprovou e eu sanciono a se¬guinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Funcional: 08.243.0080.2.055 - Manut. do Fundo da Infância e Adolescência
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
Total R$10.000,00

Art. 2° Os recursos para cobertura da criação da ação do artigo anterior são oriundos da anulação na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Funcional: 08.243.0080.2.014 - Manutenção e Assistência ao Menor
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 R$ 5.000,00
Total R$10.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei N° 0714/2012

LEI N° 0714/2012
Dispõe sobre alteração da Lei 0628/2009 que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2010/2013.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de San¬ta Catarina, no uso de suas atribui¬ções legais, etc.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Ve¬readores aprovou e eu sanciono a se-guinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ação no Plano Plurianual vigente, na importância de R$ 20.553,00 (vinte mil, quinhentos e cinqüenta e três reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0080 - Assistência Social
Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolecência
3.3.00.00.00.00.01.0000 R$ 20.553,00

Art. 2° Os recursos para cobertura da criação da ação do artigo anterior são oriundos da anulação na importância de R$ 20.553,00 (vinte mil, quinhentos e cinqüenta e três reais), com a seguinte classificação institucional-programática:

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0080 - Assistência Social
Ação: 2.052 - Manutenão das Atividades Comunitárias
3.3.00.00.00.00.01.0000 R$ 20.553,00

Art. 3º O Anexo I, referente ao Programa 0080 - Assistência Social, da Lei 0628/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2010/2013, fica atualizado conforme Planilha anexa a esta LEI.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei N° 0715/2012

LEI N° 0715/2012
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Ve¬readores aprovou e eu sanciono a se-guinte LEI:
Art.1º Fica anulada a importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), correspondentes a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0100.2.015 - Manut. Coord. e Reeq. das Atividades da Saúde
4490.00.00.00.00.00.0088 - Aplicações Diretas R$ 12.000,00

Total R$ 12.000,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0100.2.015 - Manut. Coord. e Reeq. das Atividades da Saúde
4490.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R$ 12.000,00

Total R$ 12.000,00

Art.3° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Decreto N° 032/2012

DECRETO 032/2012 15.05.2012
SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2011 de 16.12.2011, etc

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

11.01 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer
13.392.0130.1.014 - Constr. Centro Cívico e Praça
4490.00.00.00.00.0.1.0024.0 - Aplicações Diretas R$ 50.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o provável excesso de arrecadação da Receita Pública 424729901.00.00.00.00.0024, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Termo de Convênio n° 6.015/2012-1.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Decreto N° 033/2012

DECRETO 033/2012 15.05.2012

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2011 de 16.12.2011, etc

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Secretaria Obras. Estr. Serv. Urb. Agrop
26.782.0260.2.048 - Abertura e manutenção de Estradas Vicinais
3390.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 - Aplicações Diretas R$ 50.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o provável excesso de arrecadação da Receita Pública 417229901.00.00.00.00.0024, através de convênio com a Secretaria de Estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Decreto N° 034/2012

DECRETO 034/2012 17.05.2012
SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0715/2012 de 17.05.2012, etc

DECRETA:
Art.1º Fica anulada a importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), correspondentes a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0100.2.015 - Manut. Coord. e Reeq. das Atividades da Saúde
4490.00.00.00.00.00.0088 - Aplicações Diretas R$ 12.000,00

Total R$ 12.000,00
Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0100.2.015 - Manut. Coord. e Reeq. das Atividades da Saúde

4490.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R$ 12.000,00

Total R$ 12.000,00
Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial 29/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 33/2012
EDITAL DE LIC. PREGÃO 29/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 04.06.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de material de construção para reforma do Centro de Convivência. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de maio de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2012

Número do Registro de Preços: 15/2012 **Data do Registro: 17/05/2012** **Válido até: 17/05/2013**

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,0000	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8128)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,0000	1
3	Cuca caseira sabores variados, peso líquido aproximado de 500g. (8129)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	16,0000	1
4	Orelha de gato doce polvilhado no açúcar e canela, macio e fresco. (8130)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	10,7500	1
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores polvilho e coco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (9008)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	14,2500	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 300g a 500g, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8132)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	3,7500	1
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8133)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,0000	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (8135)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
9	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (8134)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
10	Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica. (8136)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	6,1200	1
11	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (9005)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
12	Sanduíche com pão francês (50g) fresco, queijo, presunto, alface, tomate e maionese. Feitos no dia da entrega. (8138)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,7500	1
13	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (8139)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,3700	1
14	Bolacha de natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (9007)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	16,0000	1
15	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade. (8141)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2012

Número do Registro de Preços: 15/2012 **Data do Registro: 17/05/2012** **Válido até: 17/05/2013**

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100g a 120g, macio, frito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (8142)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,5000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2012

PROCESSO N° 28/2012

(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Maio de 2012.

Caçador

Prefeitura

Lei Nº 2.901

L E I Nº 2.901, de 10 de maio de 2012.
Denomina via pública - RUA ERNA INGE KELLER.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:
Art. 1º Fica denominada de RUA ERNA ENGE KELLER, a atual Servidão localizada na Rua Panamá, no Bairro Reunidas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário De Infraestrutura.

Decreto Nº 5.229

DECRETO nº 5.229, de 11 de maio de 2012.
Designa Comissão de Análise de Edital de Credenciamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Análise de Edital de Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de árbitros, bandeirinhas e/ou delegados em diversas modalidades.

I - Vera Lúcia Lipka Neves;
II - Juliano Graciano Vaz;
III - Nelson Batista Figueredo.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á no dia 31 de maio de 2012, no Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.232

DECRETO Nº 5.232, de 14 de maio de 2012.
Revoga Processos Licitatórios do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações,

DECRETA:
Art. 1º Ficam revogados os Processos de Licitação do Fundo Municipal de Saúde, abaixo especificados, com seus respectivos motivos:

I - Processo de Licitação nº 21/2012 - Pregão Presencial nº 10/2012, em razão da não apresentação de propostas no certame, caracterizando licitação deserta;

II - Processo de Licitação nº 23/2012 - Pregão Presencial nº 12/2012, por interesse público, devido perda do objeto, que seria usado na campanha de vacinação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DINAMAR AP. GOMES
Secretária De Saúde.

Decreto Nº 5.234

DECRETO Nº 5.234, de 16 de maio de 2012.
Designa Comissões Especiais para análise de amostras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/93,

DECRETA:
Art. 1º Ficam designadas as cidadãs abaixo relacionadas, para comporem comissões especiais de análise das amostras dos materiais dos pregões presenciais da Secretaria Municipal de Educação, na forma que segue:

I - Pregão Presencial nº 47/2012, constituída por Adriana Aparecida Deniz Sanches, Edite Salete Ventz, Janete Teresinha Coldebella Visloski, Maria Clarice Sarturi, Andressa de Fátima De Bastiani, Rita Schumann e Juliana Padilha Mazzotti;

II - Pregão Presencial nº 48/2012, constituída Ângela Maria Stavis, Terezinha Aparecida F. Baldicera, Luciana Maria da Costa, Ieda Moschetta e Beatriz Aparecida Pereira.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Decreto Nº 5.235

DECRETO Nº 5.235, de 16 de maio de 2012.
Dispõe sobre a homologação do resultado final para o cargo de Fisioterapeuta, do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva da Fundação Municipal de Esportes - FME - Edital nº 04/12.

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:
Art.1º Fica homologado o resultado final, para o cargo de Fisioterapeuta, do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva da Fundação Municipal de Esportes - FME - Edital nº 04/12, conforme consta do anexo que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA DO PROCESSO SELETIVO FME

Nome do Cargo: FISIOTERAPEUTA

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Sérgio Luiz Figuerôa	167,20			
2º	Jaile Torri	62,5			
3º	Adriano Luiz Maffessoni	35,0			
4º	Talitta Padilha Machado	31,0			
5º	Edilaine Criminacio de Oliveira	24,9			
6º	Paula Maleske	21,5			
7º	Tâmanny Pavelski	12,1			

Portaria Nº 21.630

PORTARIA Nº 21.630, de 04 de maio de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:
NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 07/05/2012

Servidora: SHIRLEY ÁRTICO
Médicos Peritos: Raul Bridi, Ana Adeline Bridi.

Servidora: ALMIRA PIRES DE MORAES
Médicos Peritos: Raul Bridi, Ana Adeline Bridi.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.644

PORTARIA Nº 21.644, de 10 de maio de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 237, de 22/03/2012, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 209 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:
NOMEAR a cidadã MAGALI ZUCCO BONDANESE, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Adjunta para Assuntos da Administração, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Ref. CC-2, a contar de 07 de maio de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação Tomada de Preço 02-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC
Secretaria de Infraestrutura
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 74/2012
EDITAL: Tomada de Preço nº 02/2012
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para construção de uma Ponte sobre o Rio Caçador à Rua José Gioppo (Pista Olímpica) com 21,70m por 12,10m de largura, conforme projetos e memoriais.
Recursos de Convênio: Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina e Município de Caçador.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 14/06/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 14/06/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina, 195, no site www.cacador.sc.gov.br ou no e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de Maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso Licitação Pr 21-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 21/2012 - FMS
TIPO: Menor Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTEIRINHAS TIPO DESPACHANTE PARA ACONDICIONAR CARTÃO DO SUS
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 05/06/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 05/06/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, dás 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 17 de maio de 2012.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Contrato 01-2012 Cultura

Contrato n º 01/2012 - CULTURA - Contratação de artífice para a confecção de (03) três estátuas, sendo duas do MONGE JOÃO MARIA e uma de FRANCISCO CORREA DE MELLO (fundador do Município), estátuas em concreto, em tamanho natural, sendo uma do Monge João Maria sentado, outra do Monge em pé, e a estátua do Francisco Corrêa de Melo montado a cavalo, com um cachorro e uma espingarda, conforme fotos dos homenageados a serem apresentadas para o artífice. Referente ao processo licitatório nº 01/2012 IL nº 01/2012. Contratado: ELOIR TODESCHINI/CPF sob nº 467.028.819-91 Valor: R$ 13.000,00. Prazo: 16/11/2012.

Ata Agentes Comunitários de Saúde

ATA Nº 01/2012 DA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA ENQUADRAMENTO EM EMPREGO PÚBLICO.

Aos onze dias do mês de Maio de 2012, a Comissão de Análise dos Processos de Seleção dos Agentes Comunitários de Saúde para enquadramento em Emprego Público, formada pelas seguintes integrantes, Diala Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Ivonete Ruppel, Dinamar Aparecida Gomes e Ana Paula de Castilha Souza, reunidas no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos documentos pertinentes certificam:

1 - Analisados os documentos relativos aos Processos de Seleção de Pessoal para Contratação por Tempo Determinado para atuarem no PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde, tem-se que os Editais de nº 01/2001 e de nº 01/2005 foram realizados dentro dos trâmites legais exigidos, em estrita observância ao disposto nos respectivos Editais, obedecendo ainda, aos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

2 - Aplica-se ao caso em análise o disposto na Emenda Constitucional nº 51, de 14 de Fevereiro de 2006, que prevê que os profissionais que estavam desempenhando as atividades de agente comunitário de saúde em 14/02/2006, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter a novo processo seletivo, desde que contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da Administração, e ainda, desde que tenham trabalhado de forma ininterrupta até o corrente ano.

3 - Avaliadas todas as fichas funcionais, atos normativos e demais documentos dos servidores que atualmente desempenham as atividades de agente comunitário de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, restam asseguradas as vagas dos profissionais abaixo listados, cuja contratação seguirá enquadrada nos temos da Lei nº 222/2011 (Emprego Público), mediante posterior convocação:

NOME	PROCESSO SELETIVO	ATO
Cleria Mallmann Alves	Edital nº 01/2001 e Edital nº 01/2005	Portaria nº 9.883/01 e Portaria nº 16.647/06
Dirlete Aparecida Peretti	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.648/06
Edmundo Solle	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.653/06
Franciele Carneiro	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.658/06
Ionice Aparecida Alves da Cruz	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.662/06
Janete Aparecida Gabardo	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.665/06
Jucinei Pires do Prado Godinho	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.669/06
Lindair Meireles Pereira de Oliveira	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.673/06
Luci Hinkedel	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.674/06
Lucimar dos Santos	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.675/06
Maria Aparecida Alves	Edital nº 01/2001	Portaria nº 9.881/01 e Portaria nº 16.677/06
Maria Bernardete Piacentini	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.678/06
Maria Derli Braz	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.679/06
Maria Helena Berto	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.681/05
Maria Salete Rech Menezes	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.682/06
Marilene de Cassia Favero	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.685/06
Marines Motta Proencio	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.686/06
Marisa Bitine	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.687/06
Neusa Tedesco Bressan	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.690/06
Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.696/06
Rosemari Kuhl Meireles da Silva	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.698/06
Sandra Aparecida Arantes	Edital nº 01/2001 e Edital nº 01/2005	Portaria nº 9.888/01 e Portaria nº 16.699/06
Sandra Regina Jarschel	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.700/06
Sarita de Oliveira Zanoto	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.702/06
Sheila Couto		
Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.703/06	
Silvana Aparecida Santana de Morais Ferreira	Edital nº 01/2001 e Edital nº 01/2005	Portaria nº 9.906/01 e Portaria nº 16.705/06
Silvana Maria Cristaldo Vorel Carlin	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.706/06
Sinara Salete Ribeiro	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.709/06
Sirlei Judite Sgarbi	Edital nº 01/2001 e Edital nº 01/2005	Portaria nº 9.890/01 e Portaria nº 16.710/06
Sirlene Ribeiro Tuchlinowicz	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.711/06
Tatiana Santos de Oliveira Lyra	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.713/06
Tatiane de Fátima Amaral Soares	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.715/06
Thais Costenaro	Edital nº 01/2005	Portaria nº 16.716/06
Zenaide Heyer Gois	Edital nº 01/2001 e Edital nº 01/2005	Portaria nº 9.884/01 e Portaria nº 16.719/06

Caçador (SC), 11 de Maio de 2012.
DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI
Assessora de Gabinete do Prefeito

ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS
Procuradora do Município

IVONETE RUPPEL
Secretária Escolar

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

ANA PAULA DE CASTILHA SOUZA
Assistente Social

Edital de Contribuição de Melhoria Número 32/2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 32/2012
CAUÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº 1.035/2012, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua JOÃO THIBES SOBRINHO, no bairro Morada do Sol, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.
As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua JOÃO THIBES SOBRINHO no bairro Morada do Sol, partindo da Rodovia Honorino Moro até chegar ao seu final após a Rua Sebastiao Antonio de Souza, com área total de pavimentação igual a 2.584,72 m2 e somatório das testadas igual a 588,20 metros lineares.

CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: JOÃO THIBES SOBRINHO
Bairro: MORADA DO SOL
Somatório de testadas: 588,20 metros lineares
Área de pavimentação: 2.584,72 m2

MEMORIAL DESCRITIVO

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:
Serviços de regularização da pista
Transporte de materiais
Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.
Serviços de Sinalização

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.
ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÕES E SERVIÇOS	UN	QTDE.	CUSTO UNITÁRIO R$	CUSTO TOTAL À VISTA R$
Locação com aparelho topográfico	M	302,98	0,47	142,40
Regularização e compactação subleito	M2	2.584,72	1,49	3.851,23
Escavação mecânica em material de 1ª categoria	M3	71,60	1,95	139,62
Drenagem Pluvial com tubos de 0,30m	M	220,00	20,24	4.452,80
Drenagem Pluvial com tubos de 0,40m	M	100,00	31,62	3.162,00
Reaterro de valas com brita 2	M3	43,48	44,00	1.913,28
Bocas de Lobo	UN.	10,00	785,46	7.854,60
Camada de Brita 2 para forro (nivelada e compactada)	M³	93,05	44,00	4.094,20
Camada de Macadame Seco (nivelada e compactada)	M³	372,20	44,00	16.376,79
Camada Base de Brita Graduada (nivelada e compactada)	M³	248,13	44,00	10.917,86
Imprimação com CM- 30	Ton.	3,42	2.090,00	7.156,66
Pintura de Ligação com RM 1C	Ton.	2,13	1.210,00	2.574,57
Camada Asfáltica com CAUQ.	Ton.	323,09	133,77	43.220,49
Meio Fio de Concreto Simples (moldado in loco)	Ml.	605,96	33,64	20.386,92
Sinalização Horizontal	M2	121,19	19,51	2.364,82
Sinalização Vertical	UN.	4,00	151,16	604,62
Custo com equipamentos e maquinas	Vb.	1,00	38.763,85	38.763,85
			SUBTOTAL	167.976,70
PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA (INCENTIVO)				83.988,35
			TOTAL	83.988,35

DIMENSIONAMENTO:
Forro= 3,00cm;
Macadame seco= 12,00cm;
Base de brita graduada = 8,00cm; e
Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no caput do seu art. 74 como segue abaixo:

$$CMI = \frac{VO \times AI}{SAT}$$

SENDO:

CMI = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria
VO = Custo Total da Obra
AI= Testada em metros lineares do imóvel
SAT= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.
CUSTO METRO QUADRADO = R$ 32,49 /m2.
CUSTO METRO LINEAR = R$ 142,79 /ml (sem a mão-de-obra) 1.

1 O valor do metro linear foi obtido pela divisão do valor total da obra (R$ 83.988,35) pela somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação, (588,20).

OBSERVAÇÕES

6.1 – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.
6.2 – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.
6.3 - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.
6.4 - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.
6.5 - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.
6.6 - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de DAM – Documento de Arrecadação Municipal a ser expedido pelo setor competente da prefeitura:

BANCO	SICOOB/SC - AGÊNCIA 3038
NOME DA CONTA	CAUÇÃO PAVIMENTAÇÃO RUA JOÃO THIVES SOBRINHO
Nº DA CONTA	21.530-9

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:
Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da lei 54/83;
Inicio das obras de pavimentação da rua;

6.6 - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3o do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.
6.7 - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	VALOR (R$)
ALLAN CARLOS KASPRAZAK	001.04.0247.0171.001	14,00	1.999,04
ANSELMO SILVEIRA TIBES	001.04.0245.0040.001	17,50	2.498,80
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	001.04.0245.0270.001	14,30	2.041,88
CATARINA DOS SANTOS OLIVEIRA	001.04.0086.0170.001	15,00	2.141,83
CLAUDIOMIR WICHMANN	001.04.0086.0107.001	11,00	1.570,68
GETULIO FERREIRA DE ANDRADE	001.04.0247.0233.001	30,50	4.355,06
HELENO MAZZOTTI	001.04.0416.0101.001	53,00	7.567,80
JAIR GONÇALVES DE MELLO	001.04.0416.0110.001	20,00	2.855,78
JEFERSON LUIZ MACIEL	001.04.0245.0242.001	21,60	3.084,24
JOÃO TIBES DE MORAES	001.04.0245.0285.001	14,00	1.999,04
JONAS MACHADO	001.04.0245.0299.001	14,10	2.013,32
JOSE CARLOS BRASIL	001.04.0086.0090.001	26,00	3.712,51
LUIZ WOSNI	001.04.0416.0010.001	35,80	5.111,84
MARIA MANCY NAZARIO	001.04.0416.0120.001	17,50	2.498,80
MAURO MAZZOTTI	001.04.0416.0103.001	19,00	2.712,99
NEUSA ANTUNES DE LIMA MACIEL	001.04.0245.0256.001	14,40	2.056,16
ONORI ANTONIO NUNES	001.04.0247.0157.001	14,00	1.999,04
ONORI ANTONIO NUNES	001.04.0247.0143.001	33,00	4.712,03
OSNI JOSE DOS REIS	001.04.0086.0740.001	16,00	2.284,62
PAULO STEVÃO NAZARIO	001.04.0416.0105.001	20,00	2.855,78
PRISCILA BARRICHELLO	001.04.0086.0251.001	16,00	2.284,62
SERGIO ARTUZZO COSTA	001.04.0086.0071.001	12,00	1.713,47
VALDECIR TIBES DE MORAES	001.04.0247.0185.001	14,00	1.999,04
VALIN MOVEIS	001.04.0086.0760.001	83,50	11.922,86
VERA HELENA MAZZOTTI	001.04.0416.0100.001	27,00	3.855,30
TOTAL		588,20	83.988,35

Caçador (SC), Maio de 2012.
SECRETARIA DA FAZENDA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados na Rua JOÃO THIBES SOBRINHO, no bairro Morada do Sol, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 32/2012, publicado no site http://www.diariomunicipal.sc.gov.br, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETÁRIOS	Nº CPF	ASSINATURA
ALLAN CARLOS KASPRAZAK		
ANSELMO SILVEIRA TIBES		
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS		
CATARINA DOS SANTOS OLIVEIRA		
CLAUDIOMIR WICHMANN		
GETULIO FERREIRA DE ANDRADE		
HELENO MAZZOTTI		
JAIR GONÇALVES DE MELLO		
JEFERSON LUIZ MACIEL		

JOÃO TIBES DE MORAES		
JONAS MACHADO		
JOSE CARLOS BRASIL		
LUIZ WOSNI		
MARIA MANCY NAZARIO		
MAURO MAZZOTTI		
NEUSA ANTUNES DE LIMA MACIEL		
PROPRIETÁRIOS	Nº CPF	ASSINATURA
ONORI ANTONIO NUNES		
ONORI ANTONIO NUNES		
OSNI JOSE DOS REIS		
PAULO STEVÃO NAZARIO		
PRISCILA BARRICHELLO		
SERGIO ARTUZZO COSTA		
VALDECIR TIBES DE MORAES		
VALIN MOVEIS		
VERA HELENA MAZZOTTI		

Edital de Convocação N° 001 Projetos SEMEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 16 de maio de 2012.
Convoca aprovados em Processo Seletivo objetivando a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas, e Escolas do Campo, da Rede Pública Municipal de Caçador, no ano letivo de 2012, nos Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de TELECENTRO - Edital nº 05/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:
Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo objetivando a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas, e Escolas do Campo, da Rede Pública Municipal de Caçador, no ano letivo de 2012, nos Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de TELECENTRO- Edital nº 05/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

ATLETISMO:
Rodrigo Costa
Alessandra Aparecida Becker Paganini

TELECENTRO
Dirce Stiegler
Angelita Mezzarobba de Souza
Adriana Maria Loss
Tayana Dallagnol de Souza
Cici Josiane Bueno Nunes

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.
b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Edital de Convocação N° 010 - CREAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010, de 14 de maio de 2012.
Convoca aprovadas em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuarem junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS no Município de Caçador - Edital nº 001/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:
As cidadãs a seguir relacionadas, classificadas no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 001/2011, de 09/06/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 4.909, de 08/06/2011 que homologou o resultado final do Processo, conforme seqüência de classificação:

PROFESSOR MONITOR
Neusa Aparecida Gonçalves da Silva
Ligia Elizabeth Motta Ribeiro

a) As candidatas deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidas de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.
c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Edital de Convocação N° 010 - SEMEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010, de 16 de maio de 2012.
Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:
Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO:
Suzamara Maria Stachelski
Cleuza Cardozo
Alessandra De Oliveira Matos
Taciele Maria Maciel Mendes

Maria Aparecida Saldanha De Oliveira Portz
Jackelyne Picolotto Benjamini
Adriana Aparecida Pontes
Bernardete Chiesa Carlin Do Prado

EDUCAÇÃO INFANTIL:
Maria Alice Mariano Rosa
Patricia Ribeiro Alves
Carla Capellari Nunes

2º ao 5º ANO
Luana Cristina Ramos
Patricia Ribeiro Alves

EDUCAÇÃO FÍSICA
Débora Maciel
Guilherme Lucas Maldonado
Felipe Aloísio Cruz
Jackson Fernando Ferreira de Araújo
Rodolfo Machado de Souza Segundo
Tiago Gonçalves Dias

AUXILIAR DE BIBLIOTECA
Silvana Granemann
Marcia Aparecida Nunes Fernandes
Gisele Cordeiro Padilha
Jani Marta Petrykowski Colla

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.
b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de maio de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Ata SRP 36-2012 Saúde

Ata SRP 36/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. sendo:
LOTE 12: ESTANTES, CAIXAS E SUPORTES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un.	Total
87	Caixa porta-lâminas para 50 unidades	Plástico resistente, com capacidade para 50 lâminas, tampa fixa na caixa com dobradiça e fecho de pressão tipo "snap cap"	03 un.	6,2437	18,73
88	Suporte para micropipetas	Acrílico resistente, inclinada, capacidade para 6 micropipetas, para uso na bancada do laboratório	05 un.	91,7828	458,91
89	Estante para tubos de ensaio	Tipo grade, em aço ou revestidas de pvc para 60 tubos de 15- 17 mm.	10 un.	17,6608	176,61
90	Estante para tubos de ensaio	Tipo grade, em aço ou revestidas de pvc para 40 tubos de 20-21 mm	10 un.	14,5746	145,75
			TOTAL		R$ 800,00

LOTE 13: ESTANTES, CAIXAS E SUPORTES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un.	Total
91	Estante para secagem de lâminas	Tipo grade com capacidade para 60 lâminas, em arame revestida de pvc ou em aço	08 un.	25,00	200,00
			TOTAL		R$ 200,00

LOTE 14: VIDRARIAS

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un.	Total
92	Pipeta sorológica	10 ml, graduada 1/10 de vidro transparente.	100 un.	1,8044	180,44
93	Pipeta sorológica	20 ml, graduada 1/10 de vidro transparente.	100 un.	3,9096	390,96
94	Pipeta sorológica	5 ml, graduada 1/10 de vidro transparente.	100 un.	1,7443	174,43
95	Pipetas para VHS	Vidro com alto grau de transparência e graduação visível, 2 mm	100 un.	1,7443	174,43
96	Provetas	Vidro, 50 ml, graduada, base plástica.	02 un.	4,2885	8,58
97	Provetas	Vidro reforçado, volume de 2 litros, graduada, com base hexagonal em vidro	03 un.	60,1475	180,44
98	Balão Volumétrico	Vidro, 250 ml.	02 un.	10,9468	21,89
99	Funil	6 cm diâmetro superior, vidro reforçado, para realizar dosagem de mucoproteínas	20 un.	4,6915	93,83
			TOTAL		R$ 1.225,00

LOTE 16: SWAB

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un.	Total

102	Swab vaginal	Coleta de secreção vaginal, material esterilizado em embalagem individual, descartável.	2.000 un	0,0954	190,80
103	Swab uretral	Coleta de secreção uretral, material esterilizado, em embalagem individual, descartável.	500 un.	0,5284	264,20
			TOTAL		R$ 455,00

LOTE 34

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un.	Total
124	Cronômetro	Display digital com os contadores divididos em horas, minutos e segundos; possuir as funções de iniciar contagem, parar contagem e zerar contagem; ser a prova d'água.	04 un.	23,75	95,00
TOTAL					R$ 95,00

Ata SRP 37-2012 Saúde

Ata SRP 37/2012 FMS - registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: LABORYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA. sendo: LOTE 37: REAGENTES E SANGUE CONTROLE PARA APARELHO DE HEMATOLOGIA KX21-N

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ Un	Total
127	Cell Pack	Reagente para diluição e limpeza do aparelho de hematologia KX21 -N	35 un.	528,7978	18.507,92
128	Stromatolyser	Reagente para análise de leucócitos, lisante de hemácias e para determinação da hemoglobina para aparelho de hematologia KX21-N	35 un.	462,2011	16.177,04
129	Sangue Controle	Para controle de qualidade interno diário do aparelho de hematologia	03 un.	438,3456	1.315,04

TOTAL 36.000,00

Ata SRP 38-2012 Saúde

Ata SRP 38/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, sendo:

LOTE 02 – PEÇAS E REAGENTES PARA A25

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
25	Probe	Agulha para aparelho de automação A25	02 un.	1.019,0641	2.038,13
26	Calibrador	Caixa com 5 frascos liofilizados de 5 mL cada para aparelho A25	06 caixa	144,3674	866,20
27	Frascos para reagentes 50mL	Com tampa para reagentes compatível com aparelho automatizado de bioquímica A25	10 un.	42,641	424,61
28	Lâmpada A25	Compatível com aparelho de bioquímica A25	02 un.	152,8596	305,72
29	Rotor	Pacote com 10 unidades – rotor B para aparelho A25	03 pacote	144,3674	433,10
30	Solução de Limpeza	Frasco 1.000mL para aparelho automação A25	02 un.	76,4298	152,86
31	Solução de Líquido do Sistema	Frasco 1.000mL para aparelho automação A25	02 un.	50,9532	101,91
32	Tampa	Para frasco para esgoto aparelho A25	01 un.	297,227	297,23
33	Tampa	Para frasco para líquido do sistema A25	01 un.	280,2426	280,24
TOTAL					4.900,00

Ata SRP 39-2012 Saúde

Ata SRP 39/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: CENTERLABSC COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, sendo:

LOTE 08 – ANTICOAGULANTES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
65	Anticoagulante EDTA	5 % frasco 20 mL	70 un.	3,00	210,00
66	Anticoagulante Fluoreto	Frasco 20 mL	06 un.	3,00	18,00
			TOTAL		228,00

LOTE 10 – LÂMINAS E TUBOS

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
75	Lâminas microscopia	Caixa com 50 un., lado fosco	50 caixa	2,19	109,50

76	Lamínulas	Cx. Com 100 un., tamanho 20 X 20	50 caixa	1,35	67,50
77	Tampas	Brancas, compatíveis com tubos acrílicos tamanho 12,5 X 75	15.000 un.	0,02	300,00
78	Tubos	Vidro 12,5 X 75	3.000 un.	0,07	210,00
79	Tubos	Acrílico 12,5 X 75	15.000 un.	0,04	600,00
80	Tubos de Ensaio	Vidro, 15,0 X 100 (reforçado)	1.000 un.	0,30	300,00
81	Tubos Ependorf	1,5mL, pacote com 1.000 un.	50 pacote	0,02	1,00
82	Tubos cônicos urina	Tubos de vidro transparentes reforçados, volume de 10mL, graduado	200 un.	2,45	490,00
			TOTAL		2.078,00

LOTE 11: TUBOS PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
83	Tubos	6,0mL com gel separador a vácuo	500 un.	0,44	220,00
84	Tubos	8,5mL com gel separador a vácuo	500 un.	0,58	290,00
85	Tubos com anticoagulante citrato	Caixa com 100 unidades 13 X 75 mL (para 5 mL) a vácuo	25 caixa	0,29	7,25
86	Tubos com EDTA	Caixa com 100 unidades 13 X 75 mL (5 mL) a vácuo	25 caixa	0,28	7,00
			TOTAL		524,25

LOTE 20: MATERIAIS PARA EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
109	Cálice para fezes	Para sedimentação de fezes, plástico resistente	200 un.	1,525	305,00
			TOTAL		305,00

LOTE 23

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
112	Coluna para deionizador	Regenerada	03 un.	69,3333	208,00
			TOTAL		208,00

LOTE 26

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
116	Hipoclorito	10% a 12% para desinfecção de materiais e superfícies, frasco com 5.000mL	100 un.	14,92	1.492,00
			TOTAL		1.492,00

LOTE 29

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
119	MIF (conservante para fezes)	Frasco de 1 litro	16 un.	11,875	190,00
			TOTAL		190,00

LOTE 31

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
121	Dextrose	Frasco 600 mg com sabor	30 un.	8,86	265,80
TOTAL					265,80

LOTE 33

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
123	Cubetas para Coagulômetro	Cubetas reduzidas para coagulômetro, compatíveis com aparelho Clotime., acompanhadas de misturador metálico compatível, para realização de TAP e TTPA.	400 un.	0,8475	339,00
			TOTAL		339,00

LOTE 36

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
126	Canetas para tubos	Para identificar tubos de vidro	08 un.	2,94	23,52
			TOTAL		23,52

LOTE 39

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
131	Termômetro digital	Próprio para medições de temperaturas externas e internas; Função memória para armazenamento dos valores máximos e mínimos. Com opção para selecionar a temperatura em °C ou °F; Com design e que permite fácil leitura através de dois amplos displays; Sensor de temperatura com cabo de aproximadamente 3 metros; Faixa de temperatura: Interna -10ºC a +50ºC; Externa -50ºC a +70ºC; Bateria: 1 bateria do tipo AA 1,5V. Display digital.	04 un.	45,00	180,00
			TOTAL		180,00

Ata SRP 40-2012 Saúde

Ata SRP 40/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: DM DIAGNÓSTICA E SOLUÇÕES LTDA, sendo:

LOTE 05

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
49	Células L.E. (Pesquisa)	Kit látex 50 testes com controle (+) e (-)	01 kit	94,60	94,60
			TOTAL		94,60

LOTE 09 – PIPETAS, MICROPIPETAS E PIPETADORES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
67	Micropipeta	10 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiras	01 un.	68,27	68,27
68	Micropipeta	20 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiras	03 un.	68,1482	204,44
69	Micropipeta	25 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiras	03 un.	68,1482	204,44
70	Micropipeta	50 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiras	02 un.	68,1482	136,30
71	Micropipeta	Volume variável de 100µL a 1.000µL, controle do volume por botão de ajuste, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponterias	02 un.	191,7982	383,60
72	Pipetador	Moldado em plástico resistente para acoplamento em pipetas sorológicas de vidro ou plástico, com roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para dispensação parcial ou total do volume para aspirar até 10Ml	02 un.	10,2334	20,47
73	Pipetador manual	3 válvulas de esferas para acoplamento em pipetas de vidro a partir de 1,5mL	02 un.	7,2394	14,48
74	Pipetas Pasteur	Material polietileno, capacidade total de 3mL com graduação	10.000 un.	0,0268	268,00
			TOTAL		1.300,00

LOTE 30

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
120	Fitas Urina	Frasco com 100 tiras com área de pH, densidade, leucócitos, sangue/hemoglobina, nitrito, urobilinogênio, bilirrubina, proteínas, glicose, corpos cetônicos, e membrana filtrante	50 un.	11,80	590,00
			TOTAL		590,00

LOTE 35

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
125	Bandagem	Curativo pós-coleta, caixa com 500 un.	80 caixa	8,4375	675,00
			TOTAL		675,00

Ata SRP 41-2012 Saúde

Ata SRP 41/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: AJMN COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, sendo:

LOTE 03 - REAGENTES IMUNOHEMATOLOGIA

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
34	Anti-A	Frasco 10 mL	15 un.	10,5287	157,93
35	Anti-B	Frasco 10 mL	15 un.	10,5292	157,94
36	Anti-AB	Frasco 10 ml	15 un.	10,5292	157,94
37	Controle Fator Rh	Frasco 10 ml, para reagente Anti-D monoclonal.	05 un.	10,5292	52,65
38	Anti-D monoclonal	Frasco 10 mL	30 un.	24,568	737,04
39	Anti-IgG	Para teste de antiglobulina direto e indireto 10mL	02 un.	18,2505	36,50
TOTAL					1.300,00

LOTE 15: PONTEIRAS

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
100	Ponteiras	Amarelas, 0 a 200 ul, tipo Gilson, pacote com 1000 unidades	80 pacote	5,6976	455,81
101	Ponteiras	200 a 1.000 ul, pacote com 500 unidades	20 pacote	12,2093	244,19
				TOTAL	700,00

LOTE 17: EQUIPAMENTO SETOR HEMATOLOGIA

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
104	Agitador/ Homogeneizador para hemogramas	Capacidade para no mínimo 22 tubos "tipo vacutainer" ou frascos "tipo penicilina" (14x22 ml), com controle de velocidade de 8 a 28 rpm. Alimentação 110/220V (bivolt)	02 un.	653,0612	1.306,12
105	Contador diferencial de células para hemograma	Digital. Valores absolutos de leucócitos, contagem diferencial de 10 tipos de células. Teclas para contagem de Eosinófilos, Bastonetes, Metamielócitos, Segmentados, Basófilos, Linfócitos, Monócitos, Mielócitos, Linfócitos Atípicos e contagem separada de Eritroblastos. Possui alarme sonoro com bloqueio programável para 100 células. Resultados em valores absolutos e relativos. Cálculo dos índices Hematimétricos VCM, HCM e CHCM a partir de valores de hemácias, hemoglobina e hematócrito. Alimentação 110/220 V (bivolt)	01 un.	693,7886	693,88
				TOTAL	2.000,00

LOTE 18: COLETORES PARA URINA

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
106	Coletores de Urina	Frasco com 80 mL, plástico, com tampa e rosca	12.000 un.	0,2199	2.639,32

107	Coletor de Urina Infantil	Volume para 100 ml, plástico com adesivo dupla face, base de borracha hipoalergênica,	600 un.	0,2678	160,68
				TOTAL	2.800,00

LOTE 19: MATERIAIS PARA EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
108	Peneira para fezes	Pacote com 100 un., para realização de parasitológico de fezes pelo Método de Hoffmann	02 pacote	40,00	80,00
				TOTAL	80,00

LOTE 25

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
115	Detergente não iônico	Líquido, sem perfume, frasco 1.000 mL para lavagem específica de materiais de laboratório	40 un.	39,375	1.575,00
				TOTAL	1.575,00

LOTE 27

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
117	Reativo de Meyer	Para pesquisa de sangue oculto 100 ml	05 un.	8,40	42,00
				TOTAL	42,00

LOTE 28

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
118	Pesquisa de Sangue Oculto	Fitas de identificação por Imunocromatografia, unidade	700 un.	2,50	1.750,00
				TOTAL	1.750,00

Ata SRP 42-2012 Saúde

Ata SRP 42/2012 FMS – registro de preços para aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao laboratório municipal referente ao processo licitatório nº 24/2012, PR 13/2012. Contratado: EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTDA, sendo:

LOTE 01 – REAGENTES BIOQUÍMICA

Item	Produto	Especificação	Quantidade TESTES	R$ un	Total
01	Ácido úrico	Kit enzimático (reagente pronto) para dosagem em soro e urina para automação A25	4.500	0,0699	314,58
02	Albumina	Kit para dosagem em soro e urina para automação A25	900	0,0697	62,73
03	Alfa-Amilase	Kit direto UV para automação A25	1.400	0,7074	990,36
04	Alfa-1-glicoproteína-ácida	Kit direto turbidimetria com padrão para automação A25	600	1,9828	1.189,68
05	ALT/TGP	Kit cinético UV para automação A25	6.800	0,0897	609,96
06	AST/TGO	Kit cinético UV para automação A25	6.800	0,0897	609,96
07	Bilirrubinas	Kit direto (reagente pronto para bilirrubina direta e bilirrubina total) para automação A25	4.500	0,1096	493,20
08	Cálcio	Kit monoreagente colorimétrico direto para determinação de cálcio sérico, cálcio urinário e cálcio iônico (por cálculo com proteínas totais e albumina) – Método arsenazo - para automação A25	2.000	0,1196	239,20
09	Colesterol Total	Kit enzimático direto (reagente pronto) para automação A25	35.000	0,0498	1.743,00
10	Creatinina	Kit cinético para automação A25	16.000	0,0299	478,40
11	Creatinoquinase	Kit direto cinético UV NAC para automação A25	2.500	0,558	1.395,00
12	Desidrogenase lática	Kit cinético UV para automação A25	2.000	0,1495	299,00
13	Ferro	Kit direto – método cromazurol - reagente pronto para uso para automação A25	1.000	0,1793	179,30
14	Fosfatase alcalina	Kit cinético para automação A25	2.000	0,1295	259,00

15	Fósforo UV	Kit UV reagente pronto para automação A25	1.500	0,0797	119,55
16	Gamaglutamiltransferase	Kit cinético para automação A25	2.000	0,2092	418,40
17	Glicose	Kit Enzimático Direto (reagente pronto) para automação A25	35.000	0,0199	696,50
18	HDL Direto	Kit direto com padrão para aparelho de automação A25	20.000	0,7772	15.544,00
19	Magnésio	Kit direto (reagente pronto) para aparelho de automação A25	400	0,1495	59,80
20	Proteínas Totais	Kit soro para automação A25	1.200	0,0399	47,88
21	Triglicerídeos	Kit enzimático (reagente pronto) para automação A25	35.000	0,1096	3.836,00
22	Uréia UV	Kit enzimático UV para automação A25	10.000	0,0996	996,00
23	Microalbuminúria de 24 horas	Kit com padrão para automação A25	1.000	1,6839	1.683,90
24	Proteínas urinárias	Kit com padrão para automação A25	1.000	0,0996	99,60
TOTAL					32.365,00

LOTE 04 - REAGENTES IMUNOLOGIA

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
40	Antiestreptolisina "O" em látex	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	12 kit	47,1475	565,77
41	BHCG	Tiras imunocromatografia para teste de gravidez em soro e urina (unidade)	2.000 un.	0,3102	620,40
42	Fator Reumatóide em látex	Kit 25 testes, com controle (+) e (-)	15 kit	35,5264	487,90
43	HIV	Kit 100 testes, teste rápido por imunocromatografia	02 kit	321,2873	642,57
44	Monoteste	Kit aglutinação direto com controle (+) e (-), sem necessidade de inativação do soro	02 kit	106,1526	212,31
45	Mucoproteínas	Kit 50 testes	12 kit	28,0611	336,73
46	PCR	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	25 kit	44,3806	1.109,52
47	VDRL	Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	14 kit	69,2079	968,91
48	Waaler Rose	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	06 kit	55,9811	335,89
TOTAL					5.280,00

LOTE 06 - REAGENTES HEMATOLOGIA COAGULAÇÃO

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
50	Tempo de ativação da protrombina – TAP	Kit 100 testes, com valores de ACP, R e RNI em tabela.	25 kit	49,7427	1.243,57
51	Tempo de tromboplastina parcial ativada-TTPA	Kit 150 testes	05 kit	49,2863	246,43
			TOTAL		1.490,00

LOTE 07 – CORANTES E DESCORANTES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
52	Álcool-acetona	Frasco de 500 mL	25 un.	8,4796	211,99
53	Álcool-ácido para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	10 un.	13,8522	138,52
54	Azul de cresil brilhante	Frasco com 100 mL pronto para uso, para contagem de reticulócitos	02 un.	19,0468	38,09
55	Azul de metileno para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	10 un.	12,1207	121,21
56	Fucsina para Gram	Frasco de 500 mL	25 un.	6,0648	151,62
57	Fucsina Ziehl-Neelsen	Frasco de 500 mL	10 un.	15,5837	155,84
58	Giemsa corante para Hematologia	Frasco de 500 mL	30 un.	20,7783	623,35

59	Lugol forte 2%	Frasco 500mL, para uso no exame parasitológico de fezes	02 un.	19,0468	38,09
60	Lugol fraco 1%	Frasco 500mL	25 un.	7,5299	188,25
61	May-Grünwlad corante Hematologia	Frasco 500 mL	30 un.	13,8522	415,57
62	Violeta Genciana para Gram	Frasco de 500 mL	25 un.	12,1207	303,02
63	Corante rápido hematologia	Kit corante panótico para coloração diferencial de elementos figurados do sangue 3 X 500mL	02 kit	25,9729	51,95
64	KOH para pesquisa de fungos	40 % - Frasco 100 ml	05 un.	6,4999	32,50
			TOTAL		2,470,00

LOTE 21: COLETOR PARA EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
110	Coletor para exame de fezes	Com conservante, para realização de método direto com o próprio coletor através de sistema conta-gotas	4.000 un.	2,125	8.500,00
			TOTAL		8.500,00

LOTE 22

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
111	Papel Filtro	Para realização de dosagem de mucoproteínas, cx. com 100 un.	16 caixa	15,3125	245,00
			TOTAL		245,00

LOTE 24

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R$ un	Total
113	Lápis dermográfico Azul	Para marcar lâmina pesquisa BAAR	05 un.	2,186	10,93
114	Lápis dermográfico Preto	Para marcar lâminas	05 un.	2,414	12,07
			TOTAL		23,00

Camboriú

Prefeitura

Processo Seletivo 02/2012 Adm

EDITAL Nº002/2012

Abre inscrições e define normas para o Processo seletivo simplificado destinado a admissão de pessoal em caráter temporário para a formação de cadastro de reserva.

O Município de Camboriú, através de sua excelentíssima Prefeita Municipal Sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias, e o Secretário Municipal de Administração, Sr. John Lenon Teodoro, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a abertura de inscrições pelo período de 09 de Maio de 2012 a 18 de Maio de 2012, das 09h00min ás 12h00min e das 13h30min as 18h00min para o Processo Seletivo destinado á Admissão em caráter temporário para a formação de cadastro de reserva para o ano de 2012, no quadro de pessoal do Município de Camboriú, de acordo com a Lei Ordinária Municipal nº. 1252/97.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo destina-se à admissão em caráter temporário no quadro pessoal.

1.2 A contratação dos candidatos classificados, nos termos deste edital, será por tempo determinado, tendo como prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação final, podendo, a critério da administração ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.3 A primeira fase consistirá em prova de entrevista coletiva, de caráter classificatório, com peso 8,0 (oito).

Os candidatos serão submetidos a uma ENTREVISTA COLETIVA, pela Comissão do Processo Seletivo, com o objetivo de levantar maiores informações a respeito do profissional participante e estabelecer se o candidato possui perfil para trabalhar. Será dividida em 04 (quatro) questões direcionadas ao conhecimento específico do cargo pretendido com os seguintes temas: 1) iniciativa; 2) habilidade na resolução de problemas; 3) comunicação; 4) postura.

Será atribuído o conceito ÓTIMO, BOM, SATISFATÓRIO, REGULAR e RUIM, conforme o entendimento dos avaliadores. Os conceitos serão posteriormente transformados em escala numérica, atribuindo-se 2,0 (dois) para o conceito ÓTIMO; 1,5 (um vírgula cinco) para cada conceito BOM; 1,0 (um) para cada conceito SATISFATÓRIO; 0,5 (zero vírgula cinco) para cada conceito REGULAR e 0,0 (zero) para cada conceito RUIM. Os conceitos serão registrados em formulário próprio.

As entrevistas serão realizadas com todos os inscritos que compareceram na primeira fase, em um mesmo horário. As respostas serão redigidas pelos próprios candidatos, que após o termino assinarão o formulário específico juntamente com os fiscais de sala.

1.3.1 - Da Segunda fase

A segunda fase do processo seletivo consistirá no tempo de experiência profissional na área correspondente documentado, de

caráter classificatório, com peso 2,0 (dois).
Os critérios utilizados para a atribuição de valores ao tempo de experiência profissional respeitarão a tabela abaixo.
a) Critérios para avaliação

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Experiência Profissional	Pontuação Máxima: 2,0
Experiência no cargo - dois anos	2,00
Experiência no cargo - um ano	1,00
Experiência de 8 meses	0,80
Inferior a 8 meses	0,50

1.4 A aprovação e classificação no presente processo seletivo não criam direito a contratação que será realizada na medida das necessidades do Município e disponibilidades orçamentárias.
1.5 A Entrevista do presente processo seletivo será realizada no dia 29 de Maio de 2012, com a duração de 03 (três) horas com início ás 09h00minh, término ás 12h00min na cidade de Camboriú, no local descrito no item 10.
1.6 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionado ao presente processo seletivo serão publicados no seguinte endereço: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br, no Paço Municipal.

2 - DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO
2.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
2.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
2.3 Quitações com as obrigações militar e eleitoral;
2.4 Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
2.5 Habilitação para a função (conforme item 3 deste Edital);
2.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;
2.7 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
2.8 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo;
2.9 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3 DOS CARGOS OBJETO DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO

CARGO	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE	Nº VAGAS
Operário Braçal	40 h/s	R$ 661,26	10

3.1- As atribuições da função são constantes do ANEXO I, deste edital

4 - DOS VENCIMENTOS
4.1 Os vencimentos dos cargos de que trata o presente edital, referem-se aos percebidos no ano de 2012, na forma da lei.

5 . DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

5.1 Para participar do presente processo seletivo o candidato deverá pessoalmente inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital.
5.2 A inscrição será efetuada na Secretaria de Administração, situado a Rua Getulio Vargas, 77, Centro - Camboriú/SC, nos horários e dias úteis de 09 de Maio de 2012 a 18 de Maio de 2012, das 09h00min ás 12h00min e das 13h30min as 18h00min.
5.3 É vedada a inscrição adicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste Edital.
5.4 As informações prestadas no requerimento de inscrição não poderão ser alteradas, exceto a eventual mudança de endereço.
5.5 Havendo mais de uma inscrição serão deferidas unicamente a última que tiver sido realizada.
5.6 No ato da inscrição deverão ser informados, qualquer necessidade, dificuldade ou deficiência e assim solicitar condições especiais que desejarem para a realização da prova objetiva, e as solicitações serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.
5.7 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pela Secretaria de Administração, da quais se dará conhecimento por meio de ato divulgado no Mural do Paço Municipal, bem como na página eletrônica do Município.

6- Para inscrição o candidato deverá apresentar:
a) Fotocópia do Carteira de Identidade e o CPF;
b) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
c) Original de comprovação de tempo de serviço na área pretendida;
d) Endereço, telefone e e-mail para contato.
6.1 Após o prazo de inscrição, serão publicadas no dia 22 de maio de 2012 no site da Prefeitura Municipal de Camboriú (www.cidadedecamboriu.sc.gov.br) e no Mural do Paço Municipal o nome em ordem alfabética, dos candidatos habilitados a fazer a prova de entrevista.
6.2 O candidato terá 02 (dois) dias úteis após a publicação no site para solicitar recurso, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, conforme ANEXO IV, devidamente instruído e protocolado no Departamento de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando início ao processo de seleção.

7. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
7.1 Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de inscrever se neste Processo Seletivo.
7.2 Serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas aos portadores de necessidades especiais, nos termos do § 1º do artigo 37 do Decreto 3.298/99.
7.3 Serão consideradas somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrarem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e Lei Estadual 12.870/04.
7.4 O candidato portador de deficiência participará deste processo seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se referem ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horários de inicio, local de aplicação e nota mínima exigida.
7.5 O candidato portador de deficiência deverá entregar, para concorrer às vagas reservadas, pessoalmente, até as 18 horas do último dia de inscrições, nos locais e horários indicados neste Edital, os seguintes documentos:
a) Laudo médico especificando a respectiva deficiência e a declaração de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo;
b) Cópia do comprovante de inscrição.
7.6 O candidato que se declara no ato de inscrição como portador de necessidades especiais e que não atenderem plenamente ao disposto no subitem 7.5 e subitens terá sua inscrição indeferida como portador de necessidades especiais e, se atender às demais exigências do Edital, homologada como candidato não portador de necessidades especiais.
7.7 As solicitações de condições especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
a) Maior nota da Entrevista;
b) Maior experiência na área pretendida (tempo de serviço)

c) Maior idade.

09 - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO:

PERIODO INSCRIÇÃO	09/05/2012 a 18/05/2012
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÃO E CONVOCAÇÃO ENTREVISTA.	22/05/2012
RECURSO INSCRIÇÕES/TEMPO DE SERVIÇO	23 e 24/05/2012
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO RECURSO	25/05/2012
ENTREVISTA COLETIVA	29/05/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO DA ENTREVISTA/ TEMPO DE SERVIÇO	31/05/2012
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	01/06/2012

10. - LOCAL DA ENTREVISTA

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Rua: Capitão Ernesto Nunes, 862 - Cedro - Camboriú/SC
Telefone: 47 - 3365.5164

11 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL
11.1 O resultado final será publicado no site da Prefeitura Municipal de Camboriú e no Mural do Paço Municipal. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado final, para solicitar recurso de todas as etapas de avaliação, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme modelo constante do Anexo IV. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, este Processo Seletivo será homologado através de Decreto e encerrado.
11.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos dispostos neste edital.

12 - DA CONTRATAÇÃO
12.1 A contratação, obedecendo rigorosamente à ordem dos candidatos classificados, será feita na medida das necessidades da Secretaria de Administração.
12.2 O candidato a ser contratado após a homologação do processo seletivo, devera comparecer no prazo máximo de 03 (três) dias, na Secretaria de Administração localizada na Rua Getúlio Vargas, 77 - Centro - Camboriú/SC, munido dos documentos relacionados no anexo II.
12.3 O candidato após convocado no site que não comparecer no endereço e horário descrito no item 5.2 será desclassificado ou não apresentar qualquer dos documentos citados no anexo II, será desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte na lista de classificação.
12.4 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto.
12.5 Os candidatos não eliminados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro de reserva e poderão ser convocados para contratação em função da disponibilidade de vagas futuras, durante a validade do presente Processo Seletivo.

13. DO FORO JUDICIAL
13.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital é o da Comarca de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções especificas, expedientes das quais não poderá alegar desconhecimento.
14.2 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas as normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.
14.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Camboriú, 08 de Maio de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO
Secretario Da Administração

ANEXO 0I
DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

OPERARIO BRAÇAL
Descrição resumida: Executa tarefas auxiliares na construção civil, tais como: escavar valas, transportar e/ou misturar materiais, arrumar e limpar obras e montar e desmontar armações, valendo-se de esforço físico e observando as ordens, para auxiliar a construção ou reforma de prédios, estradas, pontes e outras:

Descrição detalhada: efetua a carga, transporte e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos e/ou utilizando carrinhos de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais; escava valas e fossas, retirando terras e pedras com pás, enxadas, picaretas e outras ferramentas manuais, para permitir a execução de fundações, o assentamento de canalizações ou obras similares; mistura os componentes da argamassa, utilizando instrumentos manuais ou mecânicos, para permitir sua aplicação em locais apropriados; limpa e arruma peças, utilizando material adequado, para possibilitar a aplicação das mesmas; auxilia a montar e a desmontar andaimes e outras armações, levantando e baixando peças com cordas e escorando as partes que estão sendo instaladas, para possibilitar a execução das estruturas. Pode auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricistas, bombeiros, entre outros, na montagem e desmontagem de uma construção ou obras similares.

ANEXO II

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO (ACT´S)
1. Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar pleno gozo dos direitos políticos;
2. Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física; se isento apresentar declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens;
3. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função publica, as penalidades previstas; no artigo 137 e seu parágrafo único, da lei federal nº.8.112/90 e na legislação, correspondente dos estados e municípios (será fornecido no ato da posse);
4. Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho;
5. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego publico, percepção de proventos;
6. Certidão de nascimento de filhos menores;
7. Certidão de Casamento;
8. Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo conforme o exigido em edital;
9. Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando houver);
10. Comprovante de residência;
11. CNH - Carteira Nacional de Habilitação (quando couber);
12. Certificado de Reservista (se masculino)
13. PIS/PASEP;
14. Título de eleitor;

15. CPF;
16. Carteira de identidade (RG);
17. CTPS
18. 01 Foto 3X4

Documentos originais a serem apresentados

1. Atestado Médico admissional - saúde física
2. Número conta bancaria, caso tenha conta no Banco Itaú.

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Processo Seletivo da Administração 002/2012 - Prefeitura Municipal de Camboriú.

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____
Endereço: _____
Função a que concorre: _____
Numero de Inscrição: _____
Nº da Questão da prova: Motivo do recurso: _____
_____
Fundamentação e argumentação lógica: _____

Data: ----/----/-----

Assinatura: _____

Campo Alegre

Prefeitura

Portaria Nº 9.092 de 17 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.092 DE 17 DE MAIO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:
Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Motorista, JOSÉ BAGUNHCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, referente ao período aquisitivo 04 de abril de 2010 a 03 de abril de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de maio de 2012 á 30 de maio de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de maio de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

Prefeitura

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 09/2012

Aviso De Dispensa De Licitação nº 09/2012
Processo Licitatório Nº 103/2012
Dispensa Nº 09/2012

Objeto: contratação de empresa para execução de trabalho técnico social de 30 familias beneficiadas com 30 unidades habitacionais e praça pública no Loteamento Faedo, conforme especificações nos anexos.
TERMO DE COMPROMISSO Nº 342.887-45/2010 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
Amparo legal: Inciso V, Artigo 24 da Lei 8666/93
Empresa Contratada: EVIDÊNCIA GESTÃO E TREINAMENTO LTDA
CNPJ: 10.404.793/0001-68
Valor da Contratação: 37.940,00(Trinta e sete mil novecentos e quarenta reais)

Campos Novos 17 de maio de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pr 26/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01/06/2012 às 17:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, RECAPEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE CHÃO NATURAL E SOBRE CALÇAMENTO. CONFORME A NECESSIDADE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua São João Batista, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 21 de maio de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 15/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 31/05/2012 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço - Por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 09h30min às 15h00min horas diariamente.

Campos Novos, 18 de maio de 2.012.
DIVALDETE MARIA BORTOLI
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Contrato 207/2012
EXTRATO DE CONTRATO N° 207/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: É a prestação de serviço pela BETHA à CONTRATANTE para elaboração, hospedagem e atualização das informações do site "CONTAS PÚBLICA" em sua área de domínio na Internet.
VALOR: Taxa mensal de inserção e hospedagem = R$ 97,00 (noventa e sete reais) Taxa mensal de inserção e hospedagem = R$ 97,00 (noventa e sete reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 03/05/2012
CONTRATO: 207/2012

Extrato do Contrato 208/2012 Processo 55/2012
EXTRATO DE CONTRATO N° 208/2012 PROCESSO 55/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: As partes acordam conforme parecer técnico e planilhas anexas. A supressão de serviços e materiais que resultam no valor de R$ 633,64 (seiscentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), na EMPREITADA GLOBAL PARA REALIZAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ESTACIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROJETOS EM ANEXO E PROPOSTA PADRONIZADA. Processo nº 55/2012 Convite nº 19/2012.
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 03/05/2012
CONTRATO: 208/2012

Extrato do Contrato 209/2012 Processo 44/2012
EXTRATO DE CONTRATO N° 209/2012 PROCESSO Nº 44/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME

OBJETO: O município mediante a necessidade, resolve adquirir os materiais descritos na solicitação da Secretaria de Obras. Para aditivo de valor de R$ 4.367,41 (quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 03/05/2012
CONTRATO: 209/2012

Extrato do Contrato 210/12 Processo 90/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 210/2012 PROCESSO Nº 90/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: LIMA EPFERL LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a PERFURAR E INSTALAR REDE DE POÇO ARTESIANO NA COMUNIDADE DO REASSENTAMENTO GERASUL, CONFORME PROJETO E PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 56.406,50 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 04/05/2012
CONTRATO: 210/2012

Extrato do Contrato 211/12 Processo 96/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 211/2012 PROCESSO Nº 96/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO : AUTO ELÉTRICA DEVILLA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS A BASE DE TROCA, PARA UTILIZAÇÃO EM VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 2012. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 04/05/2012
CONTRATO: 211/2012

Extrato do Contrato 212/12 Processo 96/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 212/2012 PROCESSO Nº 96/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO : CHUAMBA COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS A BASE DE TROCA, PARA UTILIZAÇÃO EM VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 2012. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 04/05/2012
CONTRATO: 212/2012

Extrato do Contrato 213/12 Processo 97/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 213/2012 PROCESSO Nº 97/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: BIANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NA CASE Nº 69, QUE ESTÁ COM PROBLEMAS NA LANÇA E NO BRAÇO QUE SUSTENTA A LANÇA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 7.365,17 (sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 10/05/2012
CONTRATO: 213/2012

Extrato do Contrato 214/12 Processo 97/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 214/2012 PROCESSO Nº 97/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E MOTORES S.A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NA CASE Nº 69, QUE ESTÁ COM PROBLEMAS NA LANÇA E NO BRAÇO QUE SUSTENTA A LANÇA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 93,00 (noventa e três reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 10/05/2012
CONTRATO: 214/2012

Extrato do Contrato 215/12 Processo 99/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 215/2012 PROCESSO Nº 99/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TERRAPLENAGEM DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS (BR 470 Km 319 E SC 255 Km 01) NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 148.694,51 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 10/05/2012
CONTRATO: 215/2012

Extrato do Contrato 216/12 Processo 98/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 216/2012 PROCESSO Nº 98/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: EXPRESS LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DOS VIDROS EXTERNOS DO PAÇO MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: de R$ 11.104,00 (onze mil, cento e quatro reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 10/05/2012
CONTRATO: 216/2012

Extrato do Contrato 217/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 217/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: ALDA VAGNER TRANSPORTES ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar, dos alunos da comunidade de Santa Barbara , residência do Sr. Romani, Vanderlei Pereira, Vanio Bressan, Claudiomiro Paganini até a Encruzilhada São José, retornando a escola Santa Barbara no período vespertino, com veículo com no mínimo 15 lugares cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 87 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 209,67 (duzentos e nove reais e sessenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 217/2012

Extrato do Contrato 218/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 218/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: ALDA VAGNER TRANSPORTES ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar, dos alunos saindo de São José, Canhadão, Encruzilhada Monte Verde, Pinhal Preto, Caxambu, sede do Umaitá para a EEB Paulo Blasi no período noturno, com veículo de no mínimo 39 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 78 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 202,80 (duzentos e dois reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 218/2012

Extrato do Contrato 219/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 219/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: MARCELO PERTILLE ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar, dos alunos do Ensino Médio e Ceja do Reassentamento Maesa, Placa para Campos Novos, no período noturno com veículo com no mínimo 15 lugares cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 86 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 204,68 (duzentos e quatro reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 219/2012

Extrato do Contrato 220/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 220/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar, dos alunos da Comunidade Espinilho, casa do Sr. Antonio França, Encruzilhada do Tibola, Fazenda Foppa, Santo Antonio do Campo e Fazenda Panisson para escolas estaduais e municipais, período matutino, com veículo de no mínimo de 39 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 81 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 220/2012

Extrato do Contrato 221/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 221/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar de alunos, saindo da residência do Sr. Perdoncini, residência dos Carvalho, Espinilho, Fazenda Postinho até EEB Paulo Blasi no período noturno, com veículo de no mínimo de 39 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 79 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 184,07 (cento e oitenta e quatro reais e sete centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 221/2012

Extrato do Contrato 222/12 Processo 95/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 222/2012 PROCESSO Nº 95/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

OBJETO: A contratada obriga-se a prestar os serviços de Transporte Escolar de alunos da Barreira Sanitária, Encruzilhada, passando pela Linha Faé até a Escola Paulo Blasi, Gasparino no período noturno, com veículo de no mínimo de 39 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 85 Km, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.
VALOR: R$ 231,20 (duzentos e trinta e um reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 08/05/2012
CONTRATO: 222/2012

Extrato do Contrato 223/12 Processo 100/12
EXTRATO DE CONTRATO N° 223/2012 PROCESSO Nº 100/2012
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: DETZEL ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWARE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO PATRIMONIAL, BENS MÓVEIS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R$ 42.400,00 (quarenta e dois mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 11/05/2012
CONTRATO: 223/2012

Extrato do Contrato 224/12 Processo 43/10
EXTRATO DE CONTRATO N° 224/2012 PROCESSO Nº 43/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS
CONTRATADO: ANTONIO VALMOR DE MELLO - ME

OBJETO: Mediante requerimento da parte e considerando os coeficientes adotados pelo DETER, fica acrescido 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R$ 240,45 (duzentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 105 Km rodados diariamente ao custo de R$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) por Km.
VIGÊNCIA: 31/12/2012
DATA: 11/05/2012
CONTRATO: 224/2012

Canoinhas

Prefeitura

Lei N°. 4967 de 10/05/2012
LEI Nº. 4967 DE 10/05/2012
"AUTORIZA LEILOAR VEÍCULOS E MATERIAIS INSERVÍVEIS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, os lotes de bens móveis, relacionados no anexo I, parte integrante da presente Lei.
Parágrafo único. A alienação prevista no caput deste artigo será realizada mediante o devido processo licitatório, devendo obedecer o valor mínimo estabelecidos na presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I
LOTE 01

QTD	DESCRIÇÃO Patrimônio 34448
01	Automóvel FIAT UNO Mille Fire, ano 2006 - modelo 2006, cor branca, gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MGJ 0252, RENAVAN 881007641, CHASSI 9BD15802764825409, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R$ 6.000,00 (seis mil reais).

LOTE 02

QTD	DESCRIÇÃO Patrimônio 34429
01	Automóvel VW GOL 1.0 POWER, ano 2002 - modelo 2002, cor branca, gasolina, 02 portas, 05 lugares, Placa MBJ 8814, RENAVAN 782726623, CHASSI 9BWCA05X02T121554, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

LOTE 03

QTD	DESCRIÇÃO Patrimônio 34395
01	Automóvel FIAT PÁLIO Fire Flex, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MEG 2899, RENAVAN 869357794, CHASSI 9BD17146G62686763, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

LOTE 04

QTD	DESCRIÇÃO Patrimônio 34438
01	Caminhonete VW SAVEIRO, Ano 2003 Modelo 2003, cor branca, gasolina, 02 portas, 02 lugares, Placa MDJ 2702, RENAVAN 801339570, CHASSI 9VWEBO5X334006769, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

LOTE 05

QTD	DESCRIÇÃO Patrimônio 34400
01	Automóvel FIAT PÁLIO Fire Flex, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MEG 2979, RENAVAN 869358502, CHASSI 9BD17146G62686585, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

LOTE 06

QTD	DESCRIÇÃO
1.500 l	Aproximadamente 1500 litros de óleo queimado.

Valor do Lance Inicial R$ 100,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

LOTE 07

QTD	DESCRIÇÃO
2.000 Kg	Aproximadamente 2.000 Kg de ferro velho, a R$ 0,25 o quilo.

Valor do Lance Inicial R$ 500,00 (quinhentos reais).

LOTE 08

QTD	DESCRIÇÃO
3.390	MATERIAL ESCOLAR em boas condições: 1.100 Carteiras Escolares, fórmica verde, tamanho adulto, e 300 Carteiras Escolares, fórmica verde, tamanho pré-escolar; 1.500 Cadeiras Escolares, fórmica verde e bege, estrutura de ferro, tamanho adulto, e 490 Cadeiras Escolares, fórmica verde e bege, estrutura de ferro, tamanho pré-escolar.

Valor do Lance Inicial R$ 42.375,00 (quarenta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais).

LOTE 09

QTD	DESCRIÇÃO
06	Peças da caixa de câmbio de uma motoniveladora marca Huber Warco, série 205, ano 1989, consistentes em 03 engrenagens, 02 rolamentos e 01 espaçador.

Valor do Lance Inicial R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

RELAÇÃO DAS SUCATAS DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E MATERIAIS ESCOLARES QUE SE ENCONTRAM À DISPOSIÇÃO NO DEPÓSITO DE INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, PARA O LEILÃO Nº 001/2012 COM PREÇO MÍNIMO.

LOTE 10

QTD	DESCRIÇÃO
385	(Sucatas) Material Escolar; 385 Peças/1.348 Kg = 205 Cadeiras Escolares em fórmica verde e bege, com estrutura de ferro; 180 Carteiras Escolares em fórmica verde e bege, com estrutura de ferro.

Valor do Lance Inicial R$ 673,75 (seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

LOTE 11

QTD	DESCRIÇÃO
310	(Sucatas) Aparelhos de Informática; 38 Microcomputadores; 51 Monitores de Vídeo; 12 Estabilizadores.

Valor do Lance Inicial R$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais).

Decreto N° 079/2012

DECRETO Nº 079/2012
RATIFICA DECRETO Nº. 237/2011 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 1.747 de 09/06/1983:

DECRETA
Art.1º- Fica ratificado Decreto nº. 237/2011 que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 800m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por LEONI SUCKOW MUNHOZ, situado na Rua Marechal Rondon, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 8.650 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 12 com área de 400,00 m² e lote nº. 13 com área de 400,00m², pertencentes a quadra 68, conforme requerimento protocolado sob nº.4923/2011.

Art.2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 080/2012

DECRETO Nº. 080/2012
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR
Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por CLEMENTE OLESCOVICZ, situado na Rua Pastor George Weger, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 10.535 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 63 com área de 400,00m² e lote nº 81 com área de 400,00m², ambos pertencentes à quadra nº 97, conforme requerimento protocolado sob nº.3467/2012.

Art.2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 375/2012

PORTARIA Nº 375/2012
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a disposição na EBM Presidente Castelo Branco, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a profissional JANETE DE FÁTIMA ALVES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 002/2007, inscrito sob nº. 2340, a partir de 08/05/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 345/2012

PORTARIA Nº. 345/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, a Lei 3.280 de 19/02/2001 e a Lei 3.804 de 18/03/2005; RESOLVE:
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO

Art.1º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo MYRIAN EDUARDA DE MIRANDA BRANDES, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, no período de 02/05/2012 a 01/08/2013, assumindo a vaga anteriormente ocupada por Ana Maria Chimangosewski, conforme comunicação interna nº0151/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 27/04/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº. 355/2012

PORTARIA Nº. 355/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;
CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA FERREIRO

1.1 ALEXANDRA APARECIDA DE CASTRO, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Infantil com carga horária de 20 horas e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Divair de Fátima Gonçalves de Almeida Pscheidt, a qual está ocupando o cargo de diretora no CEI Carlos Drummond de Andrade em substituição da diretora Simone Damaso da Silveira a qual está em licença tratamento de saúde.

1.2 FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALÉSKI, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Infantil com carga horária de 20 horas e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero da Rede Municipal de Ensino, no período de 07/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Divair de Fátima Gonçalves de Almeida Pscheidt, a qual está ocupando o cargo de diretora no CEI Carlos Drummond de Andrade em substituição da diretora Simone Damaso da Silveira a qual está em licença tratamento de saúde.

2. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO

2.1 CARMEN LUZIA KUCARZ, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas, 25% de regência, para atuar no CEI Monteiro Lobato da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Maria da Conceição Schpanski, a qual ocupa o cargo de diretora junto ao CEI Monteiro Lobato. Anteriormente estava na referida vaga Zeila Kohler Ribas, a qual pediu demissão.

3. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DR AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO

3.1 TAMIRYS PEREIRA TABORDA, nível MAG I para exercer a função de professora de Língua Portuguesa, com carga horária de 20 horas, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012.

Considerando vaga vinculada aguardando aos Processos de Lotação, Remoção e Alteração.

4. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL EVALDO DRANKA

4.1 LIZETE DIDEK, nível MAG II para exercer a função de Orientadora Educacional, com carga horária de 40 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada Orientadora Educacional Dilcéa Aparecida Bonete, a qual está a disposição na EBM Alberto Wardenski.

5. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA / EBM JOSÉ GROSSKOPF

5.1 SAMUEL MIELKE, nível MAG I para exercer a função de professora de Língua Portuguesa, com carga horária de 30 horas, 24 aulas ministradas e 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM José Grosskopf da Rede Municipal de Ensino, no período de 04/05/2012 a 25/05/2012. Considerando vaga vinculada da professora Lilian Claire Krüger, a qual está em licença tratamento de saúde

6. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA LOVATEL PIRES

6.1 SUELI DE FATIMA SABATKE, nível MAG II para exercer a função de professora de Língua Portuguesa, com carga horária de 20 horas, 19 aulas ministradas, 03 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 26/10/2012. Considerando vaga vinculada da professora Janira Adriana Prust, a qual está em licença maternidade.

7. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS

7.1 DANIELA IARROCHESKI, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Física, com carga horária de 40 horas, 36 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada aguardando aos Processos de Lotação, Remoção e Alteração. Anteriormente estava na referida vaga Daiane Karine Wendt, a qual pediu demissão.

8. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PREISDENTE CASTELO BRANCO

8.1 FABIANA DA VEIGA, nível MAG I para exercer a função de professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 40 horas, 35 aulas ministradas, 03 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco da Rede Municipal de Ensino, no período de 07/05/2012 a 15/06/2012. Considerando vaga vinculada da professora Matilde Alves Lino, a qual está em licença prêmio.

9. ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL RIO DO PINHO

9.1 AGNALDO ROBERTO PORTA, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 horas, 15% de regência, para atuar na EBM Rio do Pinho da Rede Municipal de Ensino, no período de 02/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga temporária justifica-se a implantação desse Programa, para oportunizar a elevação da escolaridade através da formação e qualificação profissional para jovens e adultos, que não concluíram o seu estudo em faixa etária regular.

10. GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MENINO JESUS

10.1 ALCIONE APARECIDA ARTNER, nível MAG II para exercer a função de Pedagoga, com carga horária de 40 horas e 15% de regência, para atuar no GEM Menino Jesus da Rede Municipal de Ensino, no período de 04/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada aguardando aos Processos de Lotação, Remoção e Alteração.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 02 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 382/2012

PORTARIA Nº. 382/2012
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal Saúde, o profissional ADELMO DE CARVALHO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 002/2007, inscrito sob nº. 1038, a partir de 11/05/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 11/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 388/2012

PORTARIA Nº. 388/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008; CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença

maternidade;
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA FERREIRO

1.1 ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Infantil com carga horária de 20 horas e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/05/2012 a 05/06/2012. Considerando vaga vinculada da professora Bronizia Gurzinski Zacaluzne, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme comunicação interna nº 105/SME/2012.

1.2 ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação Infantil com carga horária de 20 horas e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero da Rede Municipal de Ensino, no período de 07/05/2012 a 05/06/2012. Considerando vaga vinculada da professora Bronizia Gurzinski Zacaluzne, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme comunicação interna nº 102/SME/2012.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 15 de maio de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicação do Edital de Pregão Eletronico Nº PMC 05/2012
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 81/2012
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 05/2012
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/06/2012, às 10h00min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Cadastro de propostas no site, até às 09h00min do dia 01/06/2012. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Publicação Edital de Pregão Presencial Nº Fmdr 01/2012
FUNDO MUN. DE DESENV. RURAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 01/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2012

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/06/2012, às 15h05min, a abertura das propostas para aquisição de diversas peças destinadas a Retroescavadeira Randon RK 406B N.º 111. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Publicação Edital de Pregão Presencial Nº PMC 39/2012
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 39/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04 de junho de 2012, às 14h05min, a abertura das propostas para aquisição de AQUISIÇÃO DE DIVERSAS PEÇAS DESTINADAS A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NEW HOLLAND E215B N.º 104. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

Prefeitura

Termo de Homologação - Comed
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PARECER COMED Nº 001/2012

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Leonir Boaretto, faz saber que, de conformidade com o regimento e o Parecer - Processo nº 001/2012, aprovado em 15 de maio de 2012, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, homologa a o Parecer nº 001, que dispõe sobre a "Certificação de Curso Básico de Informática", publicado na íntegra na edição nº 994, página 182 e 183, em 18 de maio de 2012, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 18 de maio de 2012.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

RGF 1º Quad - 2º Bim 2012

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

MAIO/2011 A ABRIL/2012

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS Últimos 12 Meses LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	16.731.880,30	0,00
Pessoal Ativo	15.669.598,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	595.306,64	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	466.974,90	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	14.164,08	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	14.164,08	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	642.243,09	0,00
Pessoal Ativo	642.243,09	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	**17.359.959,31**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		**47.238.040,72**
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		**36,75%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**60,00%**	**28.342.824,43**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	**57,00%**	**26.925.683,21**

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/1º Quadrimestre

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS

Especificação	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	1.557.686,06	1.436.596,02	0,00	0,00
Divida Contratual	1.557.686,06	1.436.596,02	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	9.136.716,12	12.292.432,25	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	9.136.716,12	12.052.604,02	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	110.593,31	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	129.234,92	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-7.579.030,06	-10.855.836,23	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	44.534.524,65	47.238.040,72	0,00	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	3,50	3,04	0,00	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-17,02	-22,98	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	53.441.429,58	56.685.648,86	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/1º Quadrimestre

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1° - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC. ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012 1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	44.534.524,65	47.238.040,72	0,00	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	9.797.595,42	10.392.368,96	0,00	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC. ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005 1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo das Operações de Crédito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Operações Realizadas Até o 2º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	47.238.040,72
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	7.558.086,52
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	3.306.662,85

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	12.163.197,33	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	60.475,81
Disponibilidade Financeira	12.163.197,33	Depósitos de Diversas Origens	60.475,81
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	12.163.197,33	Do Exercicio	0,00
Contas Movimento	12.052.604,02	De Exercicios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	110.593,31	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	**12.163.197,33**	**SUBTOTAL**	**60.475,81**
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO**	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	**0,00**	**EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)**	**12.102.721,52**
TOTAL	**12.163.197,33**	**TOTAL**	**12.163.197,33**
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**2.109.207,36**
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			**9.993.514,16**

REGIME PREVINDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercicio	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercicios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO**	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	**0,00**	**EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)**	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIARIO (VII)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			**0,00**
DEFICIT	**0,00**	**SUPERAVIT**	**9.993.514,16**

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo dos Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.268,28
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	3.517.203,95	900.978,01	0,00	8.504.003,87
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	161.727,28	0,00	592.091,39
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.584,45
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.307,97
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.558,35
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	1.948,00	0,00	151.004,52
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	0,00	0,00	136.507,91	0,00	0,00	497.394,67
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.017,64
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - S	0,00	0,00	578.965,14	1.044.554,07	0,00	2.598.380,71
Subtotal	**0,00**	**0,00**	**4.232.677,00**	**2.109.207,36**	**0,00**	**13.293.343,57**
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**4.232.677,00**	**2.109.207,36**	**0,00**	**13.434.611,85**

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual		
ADMINISTRAÇÃO	0,00	221.902,46	0,00	130.933,60	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	1.948,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	656.600,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	11.079,54	0,00	27.538,23	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	591.175,15	0,00	893.748,69	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	9.950,60	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**824.157,15**	**0,00**	**1.720.719,12**	**0,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 1º Quadrimestre de 2012

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	17.359.959,31	36,75
Limite Maximo	28.342.824,43	60,00
Limite Prudencial	26.925.683,21	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-10.855.836,23	-22,98
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	56.685.648,86	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	10.392.368,96	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito Internas e Externas	7.558.086,52	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antec. de Receita	3.306.662,85	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.109.207,36	12.163.197,33

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

RREO - 2º Bimestre 2012

+[CPL]----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1° - Anexo I

RECEITAS / Categoria Econômica / Fontes	PREVISÃO Inicial	PREVISÃO p/ o Exercício (a)	RECEITAS REALIZADAS Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**52.068.000,00**	**52.068.000,00**	**7.839.901,61**	**15,060**	**15.630.479,45**	**30,020**	**36.437.520,55**
RECEITAS CORRENTES	**51.272.096,75**	**51.272.096,75**	**7.839.901,61**	**15,290**	**15.630.479,45**	**30,490**	**35.641.617,30**
RECEITA TRIBUTARIA	4.111.556,02	4.111.556,02	644.257,51	15,670	902.351,67	21,950	3.209.204,35
IMPOSTOS	2.835.486,40	2.835.486,40	567.293,55	20,010	805.938,88	28,420	2.029.547,52
TAXAS	354.132,64	354.132,64	76.963,96	21,730	96.412,79	27,230	257.719,85
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	921.936,98	921.936,98	0,00	0,000	0,00	0,000	921.936,98
RECEITA DE CONTRIBUICOES	685.940,76	685.940,76	120.207,29	17,520	239.266,85	34,880	446.673,91
CONTRIBUICOES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,000	0,00	0,000	15.049,13
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	670.891,63	670.891,63	120.207,29	17,920	239.266,85	35,660	431.624,78
RECEITA PATRIMONIAL	454.406,47	454.406,47	134.641,40	29,630	238.127,99	52,400	216.278,48
RECEITAS IMOBILIARIAS	37.157,40	37.157,40	3.297,84	8,880	10.064,68	27,090	27.092,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	415.894,32	415.894,32	129.449,34	31,130	225.268,08	54,160	190.626,24
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	585,26	585,26	1.894,22	323,650	2.795,23	477,600	-2.209,97
Outras Receitas Patrimoniais	769,49	769,49	0,00	0,000	0,00	0,000	769,49
RECEITA AGROPECUARIA	56.952,89	56.952,89	12.095,71	21,240	15.194,51	26,680	41.758,38
Receita da Producao Vegetal	702,31	702,31	0,00	0,000	0,00	0,000	702,31
Receita da Producao Animal e derivados	65,01	65,01	0,00	0,000	0,00	0,000	65,01
Outras Receitas Agropecuarias	56.185,57	56.185,57	12.095,71	21,530	15.194,51	27,040	40.991,06
RECEITA INDUSTRIAL	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITA DE SERVICOS	4.289.803,58	4.289.803,58	845.670,32	19,710	1.485.678,70	34,630	2.804.124,88
TRANSFERENCIAS CORRENTES	39.377.692,65	39.377.692,65	5.896.063,60	14,970	12.238.427,65	31,080	27.139.265,00
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.626.049,95	34.626.049,95	5.639.123,50	16,290	11.138.273,75	32,170	23.487.776,20
Transferencias de Instituicoes Privadas	19.370,04	19.370,04	0,00	0,000	0,00	0,000	19.370,04
Transferencias de Pessoas	4.020,29	4.020,29	0,00	0,000	0,00	0,000	4.020,29
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.728.252,37	4.728.252,37	256.940,10	5,430	1.100.153,90	23,270	3.628.098,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.295.094,08	2.295.094,08	186.965,78	8,150	511.432,08	22,280	1.783.662,00
MULTAS E JUROS DE MORA	376.038,45	376.038,45	76.172,18	20,260	136.710,90	36,360	239.327,55
INDENIZACOES E RESTITUICOES	136.349,80	136.349,80	10.607,70	7,780	27.035,07	19,830	109.314,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	591.781,35	591.781,35	45.180,79	7,630	263.859,04	44,590	327.922,31
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.190.924,48	1.190.924,48	55.005,11	4,620	83.827,07	7,040	1.107.097,41
RECEITAS DE CAPITAL	**795.903,25**	**795.903,25**	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**	**795.903,25**
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	700.000,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	700.000,00
ALIENACAO DE BENS	95.903,25	95.903,25	0,00	0,000	0,00	0,000	95.903,25
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	69.554,85	69.554,85	0,00	0,000	0,00	0,000	69.554,85
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	26.348,40	26.348,40	0,00	0,000	0,00	0,000	26.348,40
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	**52.068.000,00**	**52.068.000,00**	**7.839.901,61**	**100,000**	**15.630.479,45**	**100,000**	**36.437.520,55**
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**	**0,00**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	**52.068.000,00**	**52.068.000,00**	**7.839.901,61**	**100,000**	**15.630.479,45**	**100,000**	**36.437.520,55**
DÉFICIT (VI)					**0,00**		
TOTAL (VII)=(V+VI)	**52.068.000,00**	**52.068.000,00**	**7.839.901,61**		**15.630.479,45**		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**382.080,28**	**-**	**-**
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**382.080,28**	**-**	**-**
Superávit Financeiro	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**382.080,28**	**-**	**-**
Reabertura de Créditos Adicionais	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**-**	**-**

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	DOTAÇÃO Inicial (d)	DOTAÇÃO Cred.Adicion. (e)	DOTAÇÃO Atualizada (f)=(d+e)	EMPENHADA Bimestre	EMPENHADA Exercício	LIQUIDADA Bimestre	LIQUIDADA Exercício (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	Saldo a Liquidar (f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	**52.068.000,00**	**5.026.259,98**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**0,00**	**19,46**	**45.980.893,32**
DESPESAS CORRENTES	**39.139.356,08**	**531.453,14**	**39.670.809,22**	**6.411.714,59**	**11.869.092,85**	**6.407.814,27**	**10.632.453,29**	**0,00**	**26,80**	**29.038.355,93**
Pessoal e Encargos Sociais	19.225.128,39	199.620,19	19.424.748,58	3.012.800,98	5.658.061,20	3.005.171,05	5.607.316,06	0,00	28,87	13.817.432,52
Juros/Encargos da Dívida	357.000,00	0,00	357.000,00	18.116,65	37.368,17	18.116,65	37.368,17	0,00	10,47	319.631,83
Outras despesas Correntes	19.557.227,69	331.832,95	19.889.060,64	3.380.796,96	6.173.663,48	3.384.526,57	4.987.769,06	0,00	25,08	14.901.291,58
DESPESAS DE CAPITAL	**12.903.643,92**	**4.494.806,84**	**17.398.450,76**	**423.340,71**	**1.353.481,17**	**317.489,53**	**480.913,37**	**0,00**	**2,76**	**16.917.537,39**
Investimentos	11.993.643,92	4.494.806,84	16.488.450,76	362.752,15	1.232.391,13	256.900,97	359.823,33	0,00	2,18	16.128.627,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	910.000,00	0,00	910.000,00	60.588,56	121.090,04	60.588,56	121.090,04	0,00	13,31	788.909,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**25.000,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	**52.068.000,00**	**5.026.259,98**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**0,00**	**19,46**	**45.980.893,32**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	**52.068.000,00**	**5.026.259,98**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**0,00**	**19,46**	**45.980.893,32**
SUPERÁVIT (XIII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.517.112,79**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	**52.068.000,00**	**5.026.259,98**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**7.839.901,61**	**15.630.479,45**	**0,00**	**19,46**	**45.980.893,32**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO Inicial	PREVISÃO p/ o Exercício (a)	RECEITAS REALIZADAS Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO Inicial (d)	DOTAÇÃO Cred.Adicion. (e)	DOTAÇÃO Atualizada (f)=(d+e)	EMPENHADA Bimestre	EMPENHADA Exercício	LIQUIDADA Bimestre	LIQUIDADA Exercício (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	Saldo a Liquidar (f-(g+h))
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	**Inicial**	**Atualizada**	**no Bimestre**	**até Bimestre**	**no Bimestre**	**até Bimestre**			
Código	**FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**	**(A)**	**(B)**	**(C)**	**(D)**	**(E)**	**(F)**	**%(F)**	**(F/B)**	**SALDO**
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**52.068.000,00**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**100,00**	**19,46**	**45.980.893,32**
01	LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	149.022,50	287.065,04	149.022,50	287.065,04	2,58	22,34	997.934,96
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	149.022,50	287.065,04	149.022,50	287.065,04	2,58	22,34	997.934,96
	Subtotal	**1.285.000,00**	**1.285.000,00**	**149.022,50**	**287.065,04**	**149.022,50**	**287.065,04**	**2,58**	**22,34**	**997.934,96**
04	ADMINISTRAÇÃO	7.139.699,46	7.139.699,46	1.044.810,62	1.894.648,33	1.052.723,46	1.733.989,75	15,60	24,29	5.405.709,71
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.139.699,46	7.139.699,46	1.044.810,62	1.894.648,33	1.052.723,46	1.733.989,75	15,60	24,29	5.405.709,71
	Subtotal	**8.424.699,46**	**8.424.699,46**	**1.193.833,12**	**2.181.713,37**	**1.201.745,96**	**2.021.054,79**	**18,19**	**23,99**	**6.403.644,67**
06	SEGURANÇA PÚBLICA	419.658,00	419.658,00	49.019,15	98.606,14	53.736,15	88.655,54	0,80	21,13	331.002,46
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	214.408,00	17.895,06	47.287,04	22.612,06	37.336,44	0,34	17,41	177.071,56
06.182	DEFESA CIVIL	205.250,00	205.250,00	31.124,09	51.319,10	31.124,09	51.319,10	0,46	25,00	153.930,90
	Subtotal	**8.844.357,46**	**8.844.357,46**	**1.242.852,27**	**2.280.319,51**	**1.255.482,11**	**2.109.710,33**	**18,98**	**23,85**	**6.734.647,13**
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	958.422,22	958.422,22	135.380,02	167.593,33	134.398,85	166.101,07	1,49	17,33	792.321,15
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	67.480,00	16.169,54	23.927,98	16.169,54	23.927,98	0,22	35,46	43.552,02
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	588.598,22	588.598,22	101.939,91	122.589,37	101.763,74	121.902,11	1,10	20,71	466.696,11
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	302.344,00	302.344,00	17.270,57	21.075,98	16.465,57	20.270,98	0,18	6,70	282.073,02
	Subtotal	**9.802.779,68**	**9.802.779,68**	**1.378.232,29**	**2.447.912,84**	**1.389.880,96**	**2.275.811,40**	**20,48**	**23,22**	**7.526.968,28**
10	SAÚDE	7.331.214,47	7.331.214,47	1.341.522,56	2.064.808,83	1.213.293,97	1.879.629,09	16,91	25,64	5.451.585,38
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.986.516,96	5.986.516,96	1.103.999,00	1.800.038,61	1.070.082,75	1.714.119,22	15,42	28,63	4.272.397,74
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	2.389,00	3.255,00	2.151,00	2.151,00	0,02	5,74	35.349,00
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	854.328,00	854.328,00	171.550,95	175.632,96	100.929,07	100.929,07	0,91	11,81	753.398,93
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.869,51	321.869,51	63.583,61	85.882,26	40.131,15	62.429,80	0,56	19,40	259.439,71
	Subtotal	**17.133.994,15**	**17.133.994,15**	**2.719.754,85**	**4.512.721,67**	**2.603.174,93**	**4.155.440,49**	**37,39**	**24,25**	**12.978.553,66**
12	EDUCAÇÃO	10.895.216,37	11.869.225,95	1.828.834,98	3.875.574,60	1.927.096,89	3.163.132,59	28,46	26,65	8.706.093,36
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	9.179.545,65	10.129.946,76	1.515.028,62	3.335.137,31	1.604.400,68	2.631.059,98	23,67	25,97	7.498.886,78
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	15.000,00	4.688,13	4.688,13	4.688,13	4.688,13	0,04	31,25	10.311,87
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,01	8,33	16.500,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.568.670,72	1.592.279,19	296.618,23	510.011,16	298.508,08	507.646,48	4,57	31,88	1.084.632,71
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	238,00	0,00	238,00	0,00	0,79	29.762,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	84.000,00	12.000,00	24.000,00	18.000,00	18.000,00	0,16	21,43	66.000,00
	Subtotal	**28.029.210,52**	**29.003.220,10**	**4.548.589,83**	**8.388.296,27**	**4.530.271,82**	**7.318.573,08**	**65,85**	**25,23**	**21.684.647,02**
13	CULTURA	457.596,79	457.596,79	52.915,36	88.590,74	52.600,22	86.952,83	0,78	19,00	370.643,96
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	447.596,79	447.596,79	52.915,36	88.590,74	52.600,22	86.952,83	0,78	19,43	360.643,96
	Subtotal	**28.486.807,31**	**29.460.816,89**	**4.601.505,19**	**8.476.887,01**	**4.582.872,04**	**7.405.525,91**	**66,64**	**25,14**	**22.055.290,98**
15	URBANISMO	9.791.591,52	12.704.915,85	880.560,40	1.766.431,34	885.789,42	1.740.011,28	15,66	13,70	10.964.904,57
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.130.000,00	1.227.500,00	80,80	86.523,13	1.110,52	86.523,13	0,78	7,05	1.140.976,87
15.452	SERVIÇOS URBANOS	8.007.350,85	10.823.175,18	765.568,17	1.475.454,98	763.866,01	1.456.260,49	13,10	13,46	9.366.914,69
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	654.240,67	654.240,67	114.911,43	204.453,23	120.812,89	197.227,66	1,77	30,15	457.013,01
	Subtotal	**38.278.398,83**	**42.165.732,74**	**5.482.065,59**	**10.243.318,35**	**5.468.661,46**	**9.145.537,19**	**82,29**	**21,69**	**33.020.195,55**
16	HABITAÇÃO	330.000,00	330.000,00	3.853,50	3.853,50	3.853,50	3.853,50	0,03	1,17	326.146,50
16.482	HABITAÇÃO URBANA	330.000,00	330.000,00	3.853,50	3.853,50	3.853,50	3.853,50	0,03	1,17	326.146,50
	Subtotal	**38.608.398,83**	**42.495.732,74**	**5.485.919,09**	**10.247.171,85**	**5.472.514,96**	**9.149.390,69**	**82,33**	**21,53**	**33.346.342,05**
17	SANEAMENTO	7.238.795,78	7.792.171,45	503.548,51	1.492.317,27	380.901,43	598.568,58	5,39	7,68	7.193.602,87
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	21.000,00	21.000,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,71	20.850,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	7.217.795,78	7.771.171,45	503.398,51	1.492.167,27	380.751,43	598.418,58	5,38	7,70	7.172.752,87
	Subtotal	**45.847.194,61**	**50.287.904,19**	**5.989.467,60**	**11.739.489,12**	**5.853.416,39**	**9.747.959,27**	**87,71**	**19,38**	**40.539.944,92**
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	602,74	2.617,94	602,74	2.617,94	0,02	5,05	49.182,06

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

	DESPESAS	DOTAÇÃO Inicial	DOTAÇÃO Atualizada	EMPENHADA no Bimestre	EMPENHADA até Bimestre	LIQUIDADA no Bimestre	LIQUIDADA até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	349,74	2.364,94	349,74	2.364,94	0,02	15,98	12.435,06
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	253,00	253,00	253,00	253,00	0,00	0,84	29.747,00
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	Subtotal	**45.898.994,61**	**50.339.704,19**	**5.990.070,34**	**11.742.107,06**	**5.854.019,13**	**9.750.577,21**	**87,74**	**19,37**	**40.589.126,98**
20	AGRICULTURA	750.300,00	800.300,00	101.172,71	198.346,00	108.073,30	181.265,39	1,63	22,65	619.034,61
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	602.800,00	652.800,00	83.665,43	174.601,28	90.566,02	157.520,67	1,42	24,13	495.279,33
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	1.832,00	1.832,00	1.832,00	1.832,00	0,02	9,39	17.668,00
20.604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	5.271,34	11.508,78	5.271,34	11.508,78	0,10	26,16	32.491,22
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	44.000,00	10.403,94	10.403,94	10.403,94	10.403,94	0,09	23,65	33.596,06
	Subtotal	**46.649.294,61**	**51.140.004,19**	**6.091.243,05**	**11.940.453,06**	**5.962.092,43**	**9.931.842,60**	**89,37**	**19,42**	**41.208.161,59**
22	INDÚSTRIA	270.000,00	270.000,00	67.767,15	71.174,65	63.967,15	67.374,65	0,61	24,95	202.625,35
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	270.000,00	270.000,00	67.767,15	71.174,65	63.967,15	67.374,65	0,61	24,95	202.625,35
	Subtotal	**46.919.294,61**	**51.410.004,19**	**6.159.010,20**	**12.011.627,71**	**6.026.059,58**	**9.999.217,25**	**89,97**	**19,45**	**41.410.786,94**
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	333.000,00	868.550,40	103.756,29	166.460,12	134.140,91	148.176,02	1,33	17,06	720.374,38
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	66.314,60	601.865,00	12.096,82	17.166,63	9.149,12	13.316,53	0,12	2,21	588.548,47
23.695	TURISMO	266.685,40	266.685,40	91.659,47	149.293,49	124.991,79	134.859,49	1,21	50,57	131.825,91
	Subtotal	**47.252.294,61**	**52.278.554,59**	**6.262.766,49**	**12.178.087,83**	**6.160.200,49**	**10.147.393,27**	**91,31**	**19,41**	**42.131.161,32**
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.030,10	5.660,10	3.030,10	4.306,30	0,04	19,57	17.693,70
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.030,10	5.660,10	3.030,10	4.306,30	0,04	19,57	17.693,70
	Subtotal	**47.274.294,61**	**52.300.554,59**	**6.265.796,59**	**12.183.747,93**	**6.163.230,59**	**10.151.699,57**	**91,35**	**19,41**	**42.148.855,02**
26	TRANSPORTE	1.546.000,00	1.546.000,00	293.157,53	439.505,98	275.184,45	392.239,36	3,53	25,37	1.153.760,64
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.546.000,00	1.546.000,00	293.157,53	439.505,98	275.184,45	392.239,36	3,53	25,37	1.153.760,64
	Subtotal	**48.820.294,61**	**53.846.554,59**	**6.558.954,12**	**12.623.253,91**	**6.438.415,04**	**10.543.938,93**	**94,88**	**19,58**	**43.302.615,66**
27	DESPORTO E LAZER	595.331,94	595.331,94	49.138,70	118.817,36	52.322,72	116.463,21	1,05	19,56	478.868,73
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	595.331,94	595.331,94	49.138,70	118.817,36	52.322,72	116.463,21	1,05	19,56	478.868,73
	Subtotal	**49.415.626,55**	**54.441.886,53**	**6.608.092,82**	**12.742.071,27**	**6.490.737,76**	**10.660.402,14**	**95,92**	**19,58**	**43.781.484,39**
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.627.373,45	2.627.373,45	226.962,48	480.502,75	234.566,04	452.964,52	4,08	17,24	2.174.408,93
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.627.373,45	2.627.373,45	226.962,48	480.502,75	234.566,04	452.964,52	4,08	17,24	2.174.408,93
	Subtotal	**52.043.000,00**	**57.069.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**100,00**	**19,47**	**45.955.893,32**
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	Subtotal	**52.068.000,00**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**100,00**	**19,46**	**45.980.893,32**
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	TOTAL(III)=(I+II)	**52.068.000,00**	**57.094.259,98**	**6.835.055,30**	**13.222.574,02**	**6.725.303,80**	**11.113.366,66**	**100,00**	**19,46**	**45.980.893,32**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	DESPESAS	DOTAÇÃO Inicial	DOTAÇÃO Atualizada	EMPENHADA no Bimestre	EMPENHADA até Bimestre	LIQUIDADA no Bimestre	LIQUIDADA até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

MAIO/2011 A ABRIL/2012

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	4.896.561,28	3.869.589,59	4.371.216,36	4.477.752,99	3.766.466,92	5.139.345,98	4.041.134,34
Receita Tributária	805.755,81	239.870,43	241.698,34	235.815,07	224.275,49	161.770,47	217.245,40
IPTU	637.293,96	70.072,47	64.811,60	64.742,88	13.230,70	6.570,86	12.400,88
ISS	94.332,93	81.011,66	96.898,45	96.292,54	109.995,49	90.781,46	112.911,75
ITBI	28.617,66	49.857,74	44.646,85	34.870,36	66.551,77	26.830,00	47.904,37
IRRF	26.157,51	26.143,41	28.178,06	29.645,97	27.926,82	30.249,62	29.894,86
Outras	19.353,75	12.785,15	7.163,38	10.263,32	6.570,71	7.338,53	14.133,54
Receita de Contribuições	54.561,57	56.969,89	54.086,45	56.508,12	59.453,00	0,00	115.319,31
Receita Patrimonial	47.813,09	58.089,66	60.503,13	60.969,42	71.001,79	54.609,35	64.510,51
Receita Agropecuaria	13.756,02	9.178,61	13.851,62	11.573,73	14.943,05	10.828,10	10.080,16
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	379.029,29	356.156,46	350.507,82	354.447,15	393.827,31	353.340,49	363.771,10
Transferências Correntes	3.526.075,11	3.081.339,07	3.587.122,47	3.684.638,84	2.929.310,82	4.486.263,61	3.197.786,31
Cota-Parte do FPM	928.775,85	838.285,61	713.109,29	735.584,99	587.240,74	771.886,49	815.527,64
Cota-Parte do ICMS	1.249.772,32	1.253.108,13	1.336.018,81	1.326.321,37	1.401.110,12	1.416.364,05	1.435.476,64
Cota-Parte do IPVA	147.052,16	139.360,30	148.309,61	125.054,80	141.607,17	120.809,66	96.819,78
Cota-Parte do ITR	139,07	2.187,75	129,83	173,34	2.782,36	16.665,05	247,01
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90
Transferência do FUNDEB	469.152,66	458.163,51	447.497,90	455.612,11	469.425,41	492.538,78	490.102,16
Outras Transferências	723.949,15	382.999,87	934.823,13	1.034.658,33	319.911,12	1.660.765,68	352.379,18
Demais Receitas Correntes	69.570,39	67.985,47	63.446,53	73.800,66	73.655,46	72.533,96	72.421,55
II-DEDUÇÕES	470.984,11	452.887,74	445.729,22	443.659,18	432.431,13	472.858,87	476.914,56
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	470.984,11	452.887,74	445.729,22	443.659,18	432.431,13	472.858,87	476.914,56
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	4.425.577,17	3.416.701,85	3.925.487,14	4.034.093,81	3.334.035,79	4.666.487,11	3.564.219,78

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

MAIO/2011 A ABRIL/2012

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
ESPECIFICAÇÃO	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	4.744.204,24	4.909.987,02	3.865.717,26	4.292.483,57	4.508.140,60	52.882.600,15	57.572.057,70
Receita Tributária	252.541,15	116.739,10	141.355,06	228.698,16	415.559,35	3.281.323,83	4.111.556,02
IPTU	10.756,43	0,00	0,00	0,00	168.800,11	1.048.679,89	1.048.171,96
ISS	133.532,95	59.557,36	83.683,47	118.724,89	120.519,57	1.198.242,52	1.083.763,45
ITBI	24.764,98	12.880,00	20.883,35	56.571,14	41.963,35	456.341,57	300.579,92
IRRF	50.359,02	34.915,25	26.725,90	28.678,89	32.035,60	370.910,91	402.971,07
Outras	33.127,77	9.386,49	10.062,34	24.723,24	52.240,72	207.148,94	1.276.069,62
Receita de Contribuições	58.290,74	59.779,65	59.279,91	57.023,19	63.184,10	694.455,93	685.940,76
Receita Patrimonial	67.223,56	55.168,25	48.318,34	81.995,80	52.645,60	722.848,50	454.406,47
Receita Agropecuaria	12.362,40	2.994,80	104,00	4.400,30	7.695,41	111.768,20	56.952,89
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,30
Receita de Serviços	397.126,61	283.924,56	356.083,82	436.356,27	409.314,05	4.433.884,93	4.289.803,58
Transferências Correntes	3.849.449,25	4.163.056,04	3.164.434,45	3.391.128,80	3.465.657,36	42.526.262,13	45.677.653,60
Cota-Parte do FPM	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	10.267.160,32	12.084.681,56
Cota-Parte do ICMS	1.476.364,71	1.477.090,47	1.289.467,17	1.395.421,53	1.461.025,37	16.517.540,69	17.522.909,16
Cota-Parte do IPVA	51.336,65	83.613,90	120.012,14	150.749,18	136.432,47	1.461.157,82	1.389.228,75
Cota-Parte do ITR	863,61	214,48	143,25	123,31	178,13	23.847,19	55.118,64
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.279,20	7.279,20	7.270,50	7.270,50	86.970,60	117.565,75
Transferência do FUNDEB	507.799,58	529.297,54	492.955,05	518.114,82	547.019,03	5.877.678,55	5.373.888,77
Outras Transferências	434.409,18	1.203.588,96	211.892,17	611.299,52	421.230,67	8.291.906,96	9.134.260,97
Demais Receitas Correntes	107.210,53	228.324,62	96.141,68	92.881,05	94.084,73	1.112.056,63	2.295.094,08
II-DEDUÇÕES	503.245,62	488.356,78	496.769,66	456.660,11	504.062,45	5.644.559,43	6.315.010,08
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	503.245,62	488.356,78	496.769,66	456.660,11	504.062,45	5.644.559,43	6.299.960,95
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	4.240.958,62	4.421.630,24	3.368.947,60	3.835.823,46	4.004.078,15	47.238.040,72	51.257.047,62

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] { 001 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517.203,95	0,00	901.241,54	2.615.962,41
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.507,91	600,00	121.217,14	14.690,77
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578.965,14	0,00	447.870,47	131.094,67
LEGISLATIVO									
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.232.677,00**	**600,00**	**1.470.329,15**	**2.761.747,85**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)									
EXECUTIVO									
LEGISLATIVO									
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação p/ o Exercício	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Exerc.Atual Até o Bim.	Período de Referência Ano Anterior
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Mês Anterior(03/2012)	Período de Referencia Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS	Dotação Inicial	Dotação p/ o Exercício	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Exerc.Atual Até o Bim.	Período de Referência Ano Anterior
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo Exercício Anterior (A)	Saldo Bimestre Anterior(B)	Saldo Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	1.557.686,06	1.497.184,58	1.436.596,02
DEDUÇÕES (II)	9.136.716,12	11.814.081,14	12.163.197,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.136.716,12	11.814.081,14	12.163.197,33
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-7.579.030,06	-10.316.896,56	-10.726.601,31
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-7.579.030,06	-10.316.896,56	-10.726.601,31

	Período de Referencia No Bimestre (c-b)	Período de Referencia Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-409.704,75	-3.147.571,25

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-43.780,22

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Primario

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	Até o Bimestre	Período de Ref.Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	50.856.034,31	7.710.452,27	15.405.211,37	12.776.213,55
Receita Tributária	4.111.556,02	644.257,51	902.351,67	672.002,44
IPTU	1.048.171,96	168.800,11	168.800,11	55.500,14
ISS	1.083.763,45	239.244,46	382.485,29	284.143,49
IRRF	402.971,07	60.714,49	122.355,64	108.152,87
ITBI	300.579,92	98.534,49	132.297,84	96.623,70
Outras	1.276.069,62	76.963,96	96.412,79	127.582,24
Receita de Contribuição	685.940,76	120.207,29	239.266,85	223.726,61
Outras Contribuições	685.940,76	120.207,29	239.266,85	223.726,61
Receita Patrimonial Liquida	38.344,03	5.192,06	12.859,91	9.827,71
Receita Patrimonial	454.406,47	134.641,40	238.127,99	160.577,54
(-) Aplicações Financeiras	416.062,44	129.449,34	225.268,08	150.749,83
Transferências Correntes	39.377.692,65	5.896.063,60	12.238.427,65	10.004.667,93
FPM	9.667.745,25	1.280.520,97	2.804.246,62	2.578.237,76
ICMS	14.018.327,33	2.285.157,69	4.498.403,99	3.967.560,34
Outras Transferências	15.691.620,07	2.330.384,94	4.935.777,04	3.458.869,83
Demais Receitas Correntes	6.642.500,85	1.044.731,81	2.012.305,29	1.865.988,86
Dívida Ativa	591.781,35	45.180,79	263.859,04	275.789,70
Diversas Receitas Correntes	6.050.719,50	999.551,02	1.748.446,25	1.590.199,16
Receitas de Capital (II)	795.903,25	0,00	0,00	30.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	700.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	95.903,25	0,00	0,00	0,00
Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	50.856.034,31	7.710.452,27	15.405.211,37	12.806.213,55

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	Até o Bimestre	Período de Ref.Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	39.670.809,22	6.407.814,27	10.632.453,29	9.269.933,39
Pessoal e Encargos Sociais	19.248.575,58	2.983.246,05	5.585.391,06	4.827.617,82
Outras Despesas Correntes	20.065.233,64	3.406.451,57	5.009.694,06	4.393.869,23
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	357.000,00	18.116,65	37.368,17	48.446,34
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	39.313.809,22	6.389.697,62	10.595.085,12	9.221.487,05
Despesas de Capital (XI)	17.398.450,76	317.489,53	480.913,37	235.022,99
Investimentos	16.488.450,76	256.900,97	359.823,33	134.599,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	910.000,00	60.588,56	121.090,04	100.423,83
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	16.488.450,76	256.900,97	359.823,33	134.599,16
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	55.827.259,98	6.646.598,59	10.954.908,45	9.356.086,21
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-4.971.225,67	1.063.853,68	4.450.302,92	3.450.127,34
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			382.080,28	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	56.584,16

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Primario |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, §1°, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito Internas	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	17.398.450,76	317.489,53	480.913,37	16.917.537,39
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	17.398.450,76	317.489,53	480.913,37	16.917.537,39
DIFERENÇA (A)-(B)	-16.698.450,76	-317.489,53	-480.913,37	-16.217.537,39

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, §1°, inciso III - Anexo XIV

RECEITAS	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	95.903,25	0,00	95.903,25
Alienacao de Outros Bens Moveis	69.554,85	0,00	69.554,85
Alienacao de Outros Bens Imoveis	26.348,40	0,00	26.348,40
Total	95.903,25	0,00	95.903,25

DESPESAS	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas(d)	Saldo a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.903,25	6.975,32	53.927,93
Despesas de Capital	60.903,25	6.975,32	53.927,93
Investimentos	60.903,25	6.975,32	53.927,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	60.903,25	6.975,32	53.927,93

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	7.422,91	-6.975,32	447,59

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	52.068.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	52.068.000,00
Receitas Realizadas	7.839.901,61	15.630.479,45
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	382.080,28
Déficit Orçamentário	0,00	5.026.259,98

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	52.068.000,00
Dotação Atualizada	0,00	57.094.259,98
Despesas Empenhadas	6.835.055,30	13.222.574,02
Despesas Liquidadas	6.725.303,80	11.113.366,66
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	6.835.055,30	13.222.574,02
Despesas Liquidadas	6.725.303,80	11.113.366,66

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	47.238.040,72

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Prório de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-43.780,22	-3.147.571,25	7189,4825
Resultado Primario	56.584,16	4.450.302,92	7864,9271

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição	Can.Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	4.232.677,00	600,00	1.470.329,15	2.761.747,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] 002

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado Até o Bim.	Limites Constitucionais Anuais %Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	700.000,00
Despesa de Capital Líquida	480.913,37	16.917.537,39

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	95.903,25
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	6.975,32	53.927,93

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bim.	Limites Constitucionais Anuais %Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC-SC-016634/0-0	Responsável pelo Controle Interno
LEONIR BOARETTO	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI	LUIZ CONTE - Diretor

SIMAE

Portaria N º 016/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 016/2012/SIMAE-CAO, de 17 de maio de 2012.
Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso se suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar n° 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:
DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação da servidora ANDREIA TUSSI, Agente Administrativo II, durante seu estágio probatório:
Titulares:
MARIZA BRESSAN R. DE MORAES;
SOLANZE F. F. ETGES; e
ELISABETE APARECIDA MACHADO.
Suplentes:
GILBERTO DURIGON; e
EDILSON DOS SANTOS VILARINO.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Portaria N º 017/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 017/2012/SIMAE-CAO, de 17 de maio de 2012.
Designa servidores para a avaliação de bens a serem alienados.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI,
RESOLVE:
DESIGNAR os servidores Edilson dos Santos Vilarino, Dionisio Alzir Rosset e Mariza Bressan de Moraes, para comporem a Comissão de Avaliação de bens móveis, conforme relação em anexo, a serem alienados conforme Processo Administrativo CAO/0124/2012.
ESTABELECER o prazo de 10 (dez) dias à Comissão para que proceda a avaliação e emissão do respectivo Termo de Avaliação de Bens.
Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Portaria N º 018/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 018/2012/SIMAE-CAO, de 17 de maio de 2012.
Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso se suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar n° 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:
DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação do servidor SANDRO MANOEL PEDRO, Agente Administrativo II, durante seu estágio probatório:
Titulares:
MARIZA BRESSAN R. DE MORAES;
SOLANZE F. F. ETGES; e
EDILSON DOS SANTOS VILARINO.
Suplentes:
GILBERTO DURIGON; e
ELISABETE APARECIDA MACHADO.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Catanduvas

Prefeitura

Edital de Convocação Nº 002/2012 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2012
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 101/00 de 04 de maio de 2000.

RESOLVE:
Art. 1º - Convocar a todos os habitantes do Município, à participarem da Audiência Pública onde será avaliado o cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do exercício de 2012.

Art. 2º - A AUDIÊNCIA PÚBLICA de que trata o artigo 1º será realizada no dia 29 de Maio de 2012, as 9:00 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas.

Parágrafo Único - Poderão participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA todos os cidadãos Catanduvenses maiores de 16 anos.

Catanduvas SC 14 de Maio de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Março 2012- FIA

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	22.563.250,00	2.238.587,27	6.026.406,53		16.536.843,47
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	19.433.050,00	1.925.662,52	5.099.313,23		14.333.736,77
10000000	RECEITAS CORRENTES	18.796.050,00	1.925.662,52	4.585.422,58		14.210.627,42
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	2.156.550,00	742.821,09	935.076,74		1.221.473,26
11100000	IMPOSTOS	1.870.000,00	614.415,49	746.711,96		1.123.288,04
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	1.110.000,00	537.219,56	584.928,02		525.071,98
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL	630.000,00	509.660,52	518.991,66		111.008,34
11120200 0100 000000	**Imposto Sobre a Propriedade Predia**	**378.000,00**	**305.796,33**	**311.395,02**		**66.604,98**
11120200 0101 000000	**Imposto Sobre a Propriedade Predia**	**157.500,00**	**127.415,16**	**129.747,95**		**27.752,05**
11120200 0102 000000	**Imposto Sobre a Propriedade Predia**	**94.500,00**	**76.449,03**	**77.848,69**		**16.651,31**
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	275.000,00	7.815,88	29.911,65		245.088,35
11120431	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R	275.000,00	7.815,88	29.911,65		245.088,35
11120431 0100 000000	**Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/**	**165.000,00**	**4.689,54**	**17.947,02**		**147.052,98**
11120431 0101 000000	**Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/**	**68.750,00**	**1.953,99**	**7.478,00**		**61.272,00**
11120431 0102 000000	**Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/**	**41.250,00**	**1.172,35**	**4.486,63**		**36.763,37**
11120800	IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR	205.000,00	19.743,16	36.024,71		168.975,29
11120800 0100 000000	**Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di**	**123.000,00**	**11.845,90**	**21.614,83**		**101.385,17**
11120800 0101 000000	**Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di**	**51.250,00**	**4.935,79**	**9.006,18**		**42.243,82**
11120800 0102 000000	**Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di**	**30.750,00**	**2.961,47**	**5.403,70**		**25.346,30**
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL	760.000,00	77.195,93	161.783,94		598.216,06
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	760.000,00	77.195,93	161.783,94		598.216,06
11130501	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	760.000,00	77.195,93	161.783,94		598.216,06
11130501 0100 000000	**Imposto Sobre Servicos de Qualquer**	**456.000,00**	**46.317,58**	**96.856,18**		**359.143,82**
11130501 0101 000000	**Imposto Sobre Servicos de Qualquer**	**190.000,00**	**19.299,07**	**40.356,92**		**149.643,08**
11130501 0102 000000	**Imposto Sobre Servicos de Qualquer**	**114.000,00**	**11.579,28**	**24.570,84**		**89.429,16**
11200000	TAXAS	206.550,00	126.459,77	179.421,63		27.128,37
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	143.000,00	90.497,78	130.521,48		12.478,52
11211700 0100 000000	**Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia**	**0,00**	**24.236,20**	**33.772,03**	**33.772,03**	
11212200 0100 000000	**Taxa de Servicos Administrativos**	**40.000,00**	**13.585,61**	**20.869,29**		**19.130,71**
11212500 0100 000000	**Taxa de Licenca P/func.de Estabele**	**80.000,00**	**49.568,07**	**64.804,43**		**15.195,57**
11213200 0100 000000	**Taxa de Aprovacao do Projeto de Co**	**23.000,00**	**2.276,97**	**7.881,75**		**15.118,25**
11214100 0100 000000	**Taxa de Licenca Para Construcao**	**0,00**	**309,85**	**549,85**	**549,85**	
11214200 0100 000000	**Taxa de Licenca Para Habite-se**	**0,00**	**521,08**	**2.644,13**	**2.644,13**	
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	63.550,00	35.961,99	48.900,15		14.649,85
11229000 0100 000000	**Taxa de Limpeza Publica**	**40.000,00**	**16.749,82**	**27.938,12**		**12.061,88**
11229200 0100 000000	**Taxa de Embarque Terminal Rodoviar**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**		**15.000,00**
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV	8.550,00	19.212,17	20.962,03	12.412,03	
11229905 0100 000000	**Taxa Atendimento Emergencial/popul**	**8.500,00**	**1.686,30**	**2.021,16**		**6.478,84**
11229999 0100 000000	**Outras Taxas Pela Prestacao de Ser**	**50,00**	**17.525,87**	**18.940,87**	**18.890,87**	
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	80.000,00	1.945,83	8.943,15		71.056,85
11300400 0100 000000	**Contribuicao de Melhoria P/ Pavime**	**80.000,00**	**1.945,83**	**8.943,15**		**71.056,85**
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	493.000,00	37.119,40	113.358,37		379.641,63
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.000,00	748,40	748,40		2.251,60
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	3.000,00	748,40	748,40		2.251,60
12103801 0100 000000	**Receita dos Principal Contribuicoe**	**3.000,00**	**748,40**	**748,40**		**2.251,60**
12200000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	490.000,00	36.371,00	112.609,97		377.390,03
12202900 0117 000000	**Contrib. P/custeio de Servico de I**	**490.000,00**	**36.371,00**	**112.609,97**		**377.390,03**
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	8.784,46	22.727,74		53.272,26
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	38.000,00	0,00	4.992,32		33.007,68
13110000	ALUGUEIS	8.000,00	0,00	0,00		8.000,00
13119900 0100 000000	**Outras Receitas de Alugueis**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**		**8.000,00**
13190000 0100 000000	**Outras Receitas Imobiliarias**	**30.000,00**	**0,00**	**4.992,32**		**25.007,68**
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	38.000,00	8.784,46	17.735,42		20.264,58
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	38.000,00	8.784,46	17.735,42		20.264,58

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	22.000,00	8.212,60	13.402,18		8.597,82
13250102	RECEITA REMUNERACAO DEPOSITO BANC.D	12.500,00	507,16	1.018,17		11.481,83
13250102 0118 000036	**Receita Remuneracao deposito Banc.**	**7.500,00**	**304,29**	**610,90**		**6.889,10**
13250102 0119 000037	**Receita Remuneracao deposito Banc.**	**5.000,00**	**202,87**	**407,27**		**4.592,73**
13250109 0116 000000	**Rec.rem. dep. Ban. de Rec. Vic. Al**	**500,00**	**0,00**	**0,00**		**500,00**
13250199	REC.REMUN.DE OUTROS DEP.BANC.DE REC	9.000,00	7.705,44	12.384,01	3.384,01	
13250199 0100 000000	**Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re**	**2.500,00**	**7.705,44**	**12.384,01**	**9.884,01**	
13250199 0101 000000	**Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re**	**6.500,00**	**0,00**	**0,00**		**6.500,00**
13250200	REMUNER.DE DEPOSITOS DE RECURSOS NA	16.000,00	571,86	4.333,24		11.666,76
13250299 0100 000000	**Remuneracao Outros depositos de Re**	**16.000,00**	**571,86**	**4.333,24**		**11.666,76**
14000000	RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
14100000 0100 000000	**Receita da Producao Vegetal**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.000,00**
16000000	RECEITA DE SERVICOS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
16004500 0100 000000	**Serv. de Preparacao da Terra Em Pr**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.000,00**
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.941.400,00	1.116.352,90	3.448.874,80		12.492.525,20
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.552.400,00	1.103.072,83	3.410.901,72		12.141.498,28
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	5.475.900,00	313.658,79	1.146.533,29		4.329.366,71
17210100	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	5.054.400,00	283.265,02	1.045.205,13		4.009.194,87
17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	6.300.000,00	354.074,98	1.306.403,47		4.993.596,53
17210102 0100 000000	**Cota-parte do Fundo de Participaca**	**3.780.000,00**	**212.444,99**	**783.842,08**		**2.996.157,92**
17210102 0101 000000	**Cota-parte do Fundo de Participaca**	**1.575.000,00**	**88.518,75**	**326.600,87**		**1.248.399,13**
17210102 0102 000000	**Cota-parte do Fundo de Participaca**	**945.000,00**	**53.111,24**	**195.960,52**		**749.039,48**
97210102 0100 000000	**Deducao de Receita Para Formacao F**	**-1.260.000,00**	**-70.814,97**	**-261.280,59**	**998.719,41**	
17210105	COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA	18.000,00	6,26	102,79		17.897,21
17210105 0100 000000	**Cota-parte do Imposto S/a Propried**	**10.800,00**	**3,76**	**61,68**		**10.738,32**
17210105 0101 000000	**Cota-parte do Imposto S/a Propried**	**4.500,00**	**1,57**	**25,71**		**4.474,29**
17210105 0102 000000	**Cota-parte do Imposto S/a Propried**	**2.700,00**	**0,93**	**15,40**		**2.684,60**
97210105 0100 000000	**Deducao da Receita Para Formacao d**	**-3.600,00**	**-1,25**	**-20,54**	**3.579,46**	
17210900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	75.000,00	6.551,42	19.045,79		55.954,21
17210905 0100 000000	**Cota Parte do Fundo Especial Lei 7**	**75.000,00**	**6.551,42**	**19.045,79**		**55.954,21**
17213500	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC	310.500,00	21.370,55	74.862,27		235.637,73
17213501 0158 000000	**Transf. do Salario Educacao**	**230.000,00**	**21.370,55**	**74.862,27**		**155.137,73**
17213503 0160 000000	**Transf. Direta Pnae-alimentacao**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**		**50.000,00**
17213504 0161 000000	**Transf. Direta do Fnde Ref Pnate**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**		**30.000,00**
17213599 0100 000000	**Outras Transf.diretas Fundo Nac. d**	**500,00**	**0,00**	**0,00**		**500,00**
17213600	TRANSF.FINANC. ICMS DESONERACAO LEI	45.000,00	3.089,74	9.275,10		35.724,90
17213600 0100 000000	**Transf.financ. Icms desoneracao Le**	**27.000,00**	**1.853,84**	**5.565,06**		**21.434,94**
17213600 0101 000000	**Transf.financ. Icms desoneracao Le**	**11.250,00**	**772,44**	**2.318,78**		**8.931,22**
17213600 0102 000000	**Transf.financ. Icms desoneracao Le**	**6.750,00**	**463,46**	**1.391,26**		**5.358,74**
97213600 0100 000000	**Ded. Transf.financ. Icms desonerac**	**-9.000,00**	**-617,94**	**-1.855,00**	**7.145,00**	
17220000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	7.460.750,00	560.482,70	1.583.837,32		5.876.912,68
17220100	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	7.460.750,00	560.482,70	1.583.837,32		5.876.912,68
17220101	COTA-PARTE DO ICMS	8.300.000,00	577.915,90	1.747.847,58		6.552.152,42
17220101 0100 000000	**Cota-parte do Icms**	**4.980.000,00**	**346.749,54**	**1.048.708,55**		**3.931.291,45**
17220101 0101 000000	**Cota-parte do Icms**	**2.075.000,00**	**144.478,99**	**436.961,99**		**1.638.038,01**
17220101 0102 000000	**Cota-parte do Icms**	**1.245.000,00**	**86.687,37**	**262.177,04**		**982.822,96**
97220101 0100 000000	**Deducao de Receita Para Formacao F**	**-1.660.000,00**	**-115.583,09**	**-349.569,28**	**1.310.430,72**	
17220102	COTA-PARTE DO IPVA	850.000,00	113.513,33	198.952,22		651.047,78
17220102 0100 000000	**Cota-parte do Ipva**	**510.000,00**	**68.108,00**	**119.371,31**		**390.628,69**
17220102 0101 000000	**Cota-parte do Ipva**	**212.500,00**	**28.378,36**	**49.738,12**		**162.761,88**
17220102 0102 000000	**Cota-parte do Ipva**	**127.500,00**	**17.026,97**	**29.842,79**		**97.657,21**
97220102 0100 000000	**Deducoes da Receita Para Formacao**	**-170.000,00**	**-22.702,57**	**-39.790,19**	**130.209,81**	
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	138.000,00	9.173,91	24.417,38		113.582,62
17220104 0100 000000	**Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao**	**82.800,00**	**5.504,35**	**14.650,42**		**68.149,58**

[www.cplinformatica.com.br] { 003 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
17220104 0101 000000	**Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao**	**34.500,00**	**2.293,48**	**6.104,36**		**28.395,64**
17220104 0102 000000	**Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao**	**20.700,00**	**1.376,08**	**3.662,60**		**17.037,40**
97220104 0100 000000	**Deducao de Receita Para Formacao F**	**-27.600,00**	**-1.834,78**	**-4.883,48**	**22.716,52**	
17220113 0116 000000	**Cota Parte Intervencao de dom. Eco**	**30.350,00**	**0,00**	**6.863,09**		**23.486,91**
17230000 0124 000067	**Transferencias dos Municipios**	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**		**15.750,00**
17240000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.600.000,00	228.931,34	680.531,11		1.919.468,89
17240100	TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.	2.600.000,00	228.931,34	680.531,11		1.919.468,89
17240101 0118 000000	**Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ**	**1.560.000,00**	**228.931,34**	**680.531,11**		**879.468,89**
17240102 0119 000000	**Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ**	**1.040.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.040.000,00**
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	389.000,00	13.280,07	37.973,08		351.026,92
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	389.000,00	13.280,07	37.973,08		351.026,92
17620200 0122 000055	**Transf. de Convenios dos Estados d**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**		**243.000,00**
17620299 0124 000067	**Repasse Convenio Casan**	**141.000,00**	**13.280,07**	**37.973,08**		**103.026,92**
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
17629999 0124 000055	**Outras Transf Convenios Estado**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**		**5.000,00**
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127.100,00	20.584,67	65.384,93		61.715,07
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	38.300,00	7.107,71	23.410,91		14.889,09
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	3.100,00	14,55	131,22		2.968,78
19113800	MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR	2.700,00	9,30	113,24		2.586,76
19113800 0100 000000	**Multas/juros de Mora do Imp.s/prop**	**1.620,00**	**5,58**	**67,94**		**1.552,06**
19113800 0101 000000	**Multas/juros de Mora do Imp.s/prop**	**675,00**	**2,32**	**28,31**		**646,69**
19113800 0102 000000	**Multas/juros de Mora do Imp.s/prop**	**405,00**	**1,40**	**16,99**		**388,01**
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S	50,00	0,00	0,00		50,00
19114000 0100 000000	**Multas e Juros de Mora do Imposto**	**30,00**	**0,00**	**0,00**		**30,00**
19114000 0101 000000	**Multas e Juros de Mora do Imposto**	**12,50**	**0,00**	**0,00**		**12,50**
19114000 0102 000000	**Multas e Juros de Mora do Imposto**	**7,50**	**0,00**	**0,00**		**7,50**
19119900 0100 000000	**Multas e Juros de Mora de Outros T**	**350,00**	**5,25**	**17,98**		**332,02**
19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	16.200,00	2.306,43	14.911,75		1.288,25
19131100	MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I	7.700,00	1.437,65	14.042,97	6.342,97	
19131100 0100 000000	**Multas/juros Mora Divida Ativa do**	**4.620,00**	**862,60**	**8.425,79**	**3.805,79**	
19131100 0101 000000	**Multas/juros Mora Divida Ativa do**	**1.925,00**	**359,42**	**3.510,83**	**1.585,83**	
19131100 0102 000000	**Multas/juros Mora Divida Ativa do**	**1.155,00**	**215,63**	**2.106,35**	**951,35**	
19131300	MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S	500,00	0,00	0,00		500,00
19131300 0100 000000	**Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/**	**300,00**	**0,00**	**0,00**		**300,00**
19131300 0101 000000	**Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/**	**125,00**	**0,00**	**0,00**		**125,00**
19131300 0102 000000	**Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/**	**75,00**	**0,00**	**0,00**		**75,00**
19139900 0100 000000	**Multas/juros Mora Divida Ativa de**	**8.000,00**	**868,78**	**868,78**		**7.131,22**
19150000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	0,00	0,00	0,00		0,00
19159900 0100 000000	**Outras Multas/jrs de Mora da Divid**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	19.000,00	4.786,73	8.367,94		10.632,06
19191500 0100 000000	**Multas Previstas Na Legislacao de**	**19.000,00**	**4.786,73**	**8.367,94**		**10.632,06**
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	29.800,00	2.150,00	4.394,42		25.405,58
19220000	RESTITUICOES	29.800,00	2.150,00	4.394,42		25.405,58
19229900 0100 000000	**Outras Restituicoes**	**29.800,00**	**2.150,00**	**4.394,42**		**25.405,58**
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	53.000,00	11.326,96	37.579,60		15.420,40
19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	53.000,00	11.326,96	37.579,60		15.420,40
19311100	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE	30.000,00	8.141,70	27.550,92		2.449,08
19311100 0100 000000	**Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t**	**18.000,00**	**4.885,02**	**16.530,58**		**1.469,42**
19311100 0101 000000	**Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t**	**7.500,00**	**2.035,46**	**6.887,85**		**612,15**
19311100 0102 000000	**Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t**	**4.500,00**	**1.221,22**	**4.132,49**		**367,51**
19311300	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC	8.000,00	453,82	6.177,67		1.822,33
19311300 0100 000000	**Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi**	**4.800,00**	**272,30**	**3.706,62**		**1.093,38**
19311300 0101 000000	**Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi**	**2.000,00**	**113,47**	**1.544,44**		**455,56**
19311300 0102 000000	**Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi**	**1.200,00**	**68,05**	**926,61**		**273,39**

[www.cplinformatica.com.br] { 004 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
19319900 0100 000000	**Receita da Divida Ativa de Outros**	**15.000,00**	**2.731,44**	**3.851,01**		**11.148,99**
19900000	RECEITAS DIVERSAS	6.000,00	0,00	0,00		6.000,00
19909900 0100 000000	**Outras Receitas**	**6.000,00**	**0,00**	**0,00**		**6.000,00**
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	637.000,00	0,00	513.890,65		123.109,35
21000000	OPERACOES DE CREDITO	139.000,00	0,00	0,00		139.000,00
21100000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	139.000,00	0,00	0,00		139.000,00
21140000	OPERACOES CRED.INTERNAS CONTR. RELA	139.000,00	0,00	0,00		139.000,00
21140100 0181 000000	**Operacoes Cred. Internas P/program**	**139.000,00**	**0,00**	**0,00**		**139.000,00**
22000000	ALIENACAO DE BENS	35.000,00	0,00	75.980,00	40.980,00	
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00	0,00	26.000,00		4.000,00
22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	20.000,00	0,00	26.000,00	6.000,00	
22150100 0189 000000	**Alienacao de Veiculos**	**20.000,00**	**0,00**	**26.000,00**	**6.000,00**	
22160000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS ADQUIRIDOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160100 0189 000000	**Recursos Fdo.manut.ensino Fund.val**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**		**5.000,00**
22170000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS ADQ. C/REC	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170100 0189 000000	**Alienacao de Equipamentos**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**		**5.000,00**
22200000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	5.000,00	0,00	49.980,00	44.980,00	
22240000 0189 000000	**Alienacao de Imoveis Rurais**	**0,00**	**0,00**	**49.980,00**	**49.980,00**	
22250000 0189 000000	**Alienacao de Imoveis Urbanos**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**		**5.000,00**
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	463.000,00	0,00	437.910,65		25.089,35
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	463.000,00	0,00	437.910,65		25.089,35
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	227.000,00	0,00	437.910,65	210.910,65	
24719900 0124 000054	**Outras Transferencias de Convenio**	**227.000,00**	**0,00**	**0,00**		**227.000,00**
24719901 0162 000000	**Transferencia de Convenio do Fnde**	**0,00**	**0,00**	**437.910,65**	**437.910,65**	
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	236.000,00	0,00	0,00		236.000,00
24729900 0124 000055	**Outras Transferencias de Convenio**	**236.000,00**	**0,00**	**0,00**		**236.000,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 005 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
30000000 0000 000000	**Receita Extra Orcamentaria**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	101.370,15	269.694,22	269.694,22	
31000001 0100 000000	**Inss**	**0,00**	**31.936,10**	**96.548,24**	**96.548,24**	
31000002 0100 000000	**Irrf**	**0,00**	**137,74**	**498,36**	**498,36**	
31000003 0100 000000	**Asserv**	**0,00**	**5.313,26**	**17.058,05**	**17.058,05**	
31000004 0100 000000	**Assistencia Medica Unimed**	**0,00**	**5.824,53**	**14.542,24**	**14.542,24**	
31000005 0100 000000	**Taxa de Manutencao de Carteirinhas**	**0,00**	**800,96**	**2.368,96**	**2.368,96**	
31000006 0100 000000	**Emprestimo Cef**	**0,00**	**8.633,20**	**23.958,86**	**23.958,86**	
31000007 0100 000000	**Emprestimo Besc**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000008 0100 000000	**Mensalidade Udesc**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000009 0100 000000	**Inss/empresa**	**0,00**	**319,00**	**3.459,53**	**3.459,53**	
31000010 0100 000000	**Pensao Alimenticia**	**0,00**	**528,70**	**1.586,10**	**1.586,10**	
31000011 0161 000000	**Convenio Transporte Escolar**	**0,00**	**20.336,67**	**20.336,67**	**20.336,67**	
31000013 0100 000000	**Contribuicao Pasep**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000015 0100 000000	**Emprestimo B. Brasil**	**0,00**	**3.229,75**	**9.518,20**	**9.518,20**	
31000016 0100 000000	**Desconto Masterfarma**	**0,00**	**121,23**	**336,88**	**336,88**	
31000017 0100 000000	**Desconto Sindicato**	**0,00**	**681,90**	**2.066,09**	**2.066,09**	
31000018 0100 000000	**Emprest Consignacao Bv Financeira**	**0,00**	**22.351,67**	**71.291,84**	**71.291,84**	
31000019 0100 000000	**Multa de Transito**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000020 0100 000000	**Restituicoes**	**0,00**	**780,13**	**2.940,39**	**2.940,39**	
31000021 0100 000000	**Funrural - Produtor Rural**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000022 0100 000000	**Restituicao Michele**	**0,00**	**375,31**	**1.934,94**	**1.934,94**	
31000023 0100 000000	**Restituicao de Ferias**	**0,00**	**0,00**	**1.248,87**	**1.248,87**	
31001900 0100 000000	**Emprestimo Carlos F. Rodrigues**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	7.913.470,00	952.309,65	2.038.712,67
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	7.913.470,00	952.309,65	2.038.712,67
01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed	4.398.987,50	420.558,27	1.020.310,31
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	4.398.987,50	420.558,27	1.020.310,31
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	2.635.492,50	252.334,48	612.541,91
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.635.492,50	252.334,48	612.541,91
16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI	30.850,00	0,00	6.863,09
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.850,00	0,00	6.863,09
17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina	490.000,00	36.371,00	112.609,97
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	490.000,00	36.371,00	112.609,97
18=Transferência do FUNDEB(Aplicação Remuneração Prof.	1.567.500,00	229.235,63	681.142,01
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.560.000,00	228.931,34	680.531,11
000036Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB-(Aplic	7.500,00	304,29	610,90
19=Transferências FUNDEB(Aplicação em Out.despesas da	1.045.000,00	202,87	407,27
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.040.000,00	0,00	0,00
000037Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB-(Aplic	5.000,00	202,87	407,27
22=Transferências de Convênios Educação	243.000,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	243.000,00	0,00	0,00
24=Transferências de Convênios Outros	624.750,00	13.280,07	37.973,08
000054Transferência de Convênios da União	227.000,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	241.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	156.750,00	13.280,07	37.973,08
58=Salário Educação	230.000,00	21.370,55	74.862,27
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	230.000,00	21.370,55	74.862,27
60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	50.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.000,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 006 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN	30.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	0,00	0,00
62=Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolviment	0,00	0,00	437.910,65
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	437.910,65
81=Operações de Crédito Internas para Programas da Edu	139.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	139.000,00	0,00	0,00
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	35.000,00	0,00	75.980,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	35.000,00	0,00	75.980,00
TOTAL GERAL	19.433.050,00	1.925.662,52	5.099.313,23

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Março 2012- FMAS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA Balancete Financeiro de 03/2012 Emissão: 31/03/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1,71	DESPESA ORCAMENTARIA	0,00
RECEITAS CORRENTES	1,71		
RECEITA PATRIMONIAL	1,71		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**0,00**
> DESPESA EMPENHADA	**0,00**	**> DESPESA PAGA**	**0,00**
> SALDOS ANTERIORES	**760,52**	**> SALDOS ATUAIS**	**762,23**
APLICACOES FINANCEIRAS	172,08	APLICACOES FINANCEIRAS	172,84
BANCO DO BRASIL	588,44	BANCO DO BRASIL	589,39
> TOTAL	**762,23**	**> TOTAL**	**762,23**

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Março 2012- FMS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL ANEXO TC-05
ESTADO DE SANTA CATARINA Balancete Financeiro de 03/2012 Emissão: 31/03/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	21.535,89	DESPESA ORCAMENTARIA	95.439,90
RECEITAS CORRENTES	21.535,89	ASSISTÊNCIA SOCIAL	95.439,90
RECEITA PATRIMONIAL	4,40		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.531,49		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**26.721,71**	**> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**917,38**
PREVIDENCIA SOCIAL	471,21	PREVIDENCIA SOCIAL	471,21
INSS/EMPRESAS	471,21	INSS FUNCIONÁRIOS	471,21
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	43,09	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	387,21
IRRF/GDF	43,09	EMPRESTIMO BV FINANCEIRA	387,21
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	387,21	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	58,96
EMPRESTIMO BV FINANCEIRA	387,21	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	58,96
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	148,25	ASSERV	55,76
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	148,25	TAXA MANUTENÇÃO DE CARTEIRINHAS	3,20
ASSERV	138,65		
TAXA MANUTENÇÃO DE CARTEIRINHAS	9,60		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	25.671,95		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	25.671,95		
> DESPESA EMPENHADA	**95.439,90**	**> DESPESA PAGA**	**37.014,25**
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	95.439,90	CREDITO LIQUIDADO	37.014,25
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	37.014,25
> SALDOS ANTERIORES	**16.369,68**	**> SALDOS ATUAIS**	**26.695,65**
APLICACOES FINANCEIRAS	395,71	APLICACOES FINANCEIRAS	397,45
BANCO DO BRASIL	14.851,98	BANCO DO BRASIL	22.980,21
BB BESC	1.121,99	BB BESC	3.317,99
> TOTAL	**160.067,18**	**> TOTAL**	**160.067,18**

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Março 2012- FUNREBOM

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS ANEXO TC-05
ESTADO DE SANTA CATARINA Balancete Financeiro de 03/2012 Emissão: 31/03/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	140.802,61	DESPESA ORCAMENTARIA	335.954,17
RECEITAS CORRENTES	140.802,61	SAÚDE	335.954,17
RECEITA PATRIMONIAL	28,24		
RECEITA DE SERVIÇOS	1.102,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	139.651,09		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21,28		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**333.136,61**	**> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**44.632,07**
PREVIDENCIA SOCIAL	14.281,49	PREVIDENCIA SOCIAL	13.859,82
INSS	14.281,49	INSS	13.859,82
INSS	14.281,49	INSS	13.859,82
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	740,18	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.169,36
TESOURO NACIONAL	9.096,68	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.955,64
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	9.096,68	Assistência Médica UNIMED	1.955,64
IRRF / EMPRESAS	469,17	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	3.618,68
IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO	8.627,51	Empréstimo CEF	2.284,48
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.840,37	Empréstimo B. Brasil	1.334,20
Assistência Médica UNIMED	1.840,37	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	20.770,94
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	3.814,01	ASSERV	1.502,67
Empréstimo CEF	2.521,91	Taxa de Manutenção das Carteirinhas	272,00
Empréstimo B. Brasil	1.292,10	DESCONTO MASTER FARMA	61,29
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	24.216,73	Emprest Consig BV Financeira	18.913,70
ASSERV	1.467,45	Restituições	21,28
Taxa de Manutenção das Carteirinhas	310,40	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG,	3.257,63
Desconto Sindicato	628,45	Fornecedores do exercício de 2011 proce	3.257,63
Emprest Consig BV Financeira	20.620,36		
Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	1.168,79		
Restituições	21,28		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	279.147,15		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	279.147,15		
> DESPESA EMPENHADA	**335.954,17**	**> DESPESA PAGA**	**347.754,82**
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	335.954,17	CREDITO LIQUIDADO	347.754,82
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	347.754,82
> SALDOS ANTERIORES	**217.156,96**	**> SALDOS ATUAIS**	**298.709,29**
APLICACOES FINANCEIRAS	33.915,30	APLICACOES FINANCEIRAS	34.362,05
BANCO DO BRASIL	87.817,62	BANCO DO BRASIL	162.267,17
BB BESC	92.773,91	BB BESC	98.714,42
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.650,13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.365,65
> TOTAL	**1.027.050,35**	**> TOTAL**	**1.027.050,35**

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Março 2012- PMC

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA Balancete Financeiro de 03/2012 Emissão: 31/03/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	22.389,31	DESPESA ORCAMENTARIA	9.287,10
RECEITAS CORRENTES	22.389,31	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.287,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.202,38		
RECEITA PATRIMONIAL	155,45		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31,48		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**0,00**
> DESPESA EMPENHADA	**9.287,10**	**> DESPESA PAGA**	**15.194,14**
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	9.287,10	CREDITO LIQUIDADO	15.194,14
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	15.194,14
> SALDOS ANTERIORES	**43.544,65**	**> SALDOS ATUAIS**	**50.739,82**
APLICACOES FINANCEIRAS	14.210,11	APLICACOES FINANCEIRAS	14.365,56
BB BESC	29.334,54	BB BESC	36.374,26
> TOTAL	**75.221,06**	**> TOTAL**	**75.221,06**

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Despesas - Março 2012- FIA

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA Balancete Financeiro de 03/2012 Emissão: 31/03/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.925.662,52	DESPESA ORCAMENTARIA	1.363.391,05
RECEITAS CORRENTES	1.925.662,52	ADMINISTRAÇÃO	175.440,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	742.821,09	SEGURANÇA PÚBLICA	5.931,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	37.119,40	EDUCAÇÃO	528.963,34
RECEITA PATRIMONIAL	8.784,46	CULTURA	55.545,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.116.352,90	URBANISMO	129.076,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.584,67	HABITAÇÃO	11.041,40
		SANEAMENTO	38.534,88
		AGRICULTURA	83.498,17
		COMUNICAÇÕES	1.270,00
		TRANSPORTE	217.935,11
		DESPORTO E LAZER	34.852,87
		ENCARGOS ESPECIAIS	81.301,59
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**101.370,15**	**> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**458.751,08**
PREVIDENCIA SOCIAL	32.255,10	PREVIDENCIA SOCIAL	16.626,88
INSS	32.255,10	INSS	16.626,88
INSS	31.936,10	INSS	16.307,88
INSS/EMPRESA	319,00	INSS/EMPRESA	319,00
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	528,70	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.057,40
TESOURO NACIONAL	137,74	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	6.505,24
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	137,74	ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	6.505,24
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	5.824,53	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	11.206,32
ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	5.824,53	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	3.229,75
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	11.862,95	EMPRESTIMO CEF	7.976,57
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	3.229,75	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	25.290,64
EMPRESTIMO CEF	8.633,20	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	25.290,64
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	50.761,13	TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	777,60
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5.313,26	DESCONTO MASTERFARMA	215,65
ASSERV	5.313,26	Emprest Consignacao BV Financeira	24.297,39
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	45.447,87	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG,	1.245,50
TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	800,96	Fornecedores do exercício de 2011 proce	1.245,50
CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	20.336,67	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	396.819,10
DESCONTO MASTERFARMA	121,23	REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC	25.671,95
DESCONTO SINDICATO	681,90	REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE	296.147,15
Emprest Consignacao BV Financeira	22.351,67	REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES	75.000,00
Restituições	780,13		
RESTITUIÇÃO MICHELE	375,31		
> DESPESA EMPENHADA	**1.363.391,05**	**> DESPESA PAGA**	**1.312.374,20**
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.363.391,05	CREDITO LIQUIDADO	1.312.374,20
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.312.374,20
> SALDOS ANTERIORES	**2.274.018,86**	**> SALDOS ATUAIS**	**2.529.926,25**
APLICACOES FINANCEIRAS	1.484.391,74	APLICACOES FINANCEIRAS	1.508.620,30
BANCO DO BRASIL	536.587,20	BANCO DO BRASIL	631.728,28
BB BESC	250.532,41	BB BESC	231.937,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.507,51	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	157.640,62
> TOTAL	**5.664.442,58**	**> TOTAL**	**5.664.442,58**

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Despesas - Março 2012- FMAS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
20	FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENC	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
2075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FD	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	TOTAL GERAL	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	0,00	

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Despesas - Março 2012- FMS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	**762.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**774.500,00**	**95.439,90**	**204.811,95**	**1.961,29**	**569.688,05**	**37.014,25**	**133.597,72**
3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	**762.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**774.500,00**	**95.439,90**	**204.811,95**	**1.961,29**	**569.688,05**	**37.014,25**	**133.597,72**
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	**762.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**774.500,00**	**95.439,90**	**204.811,95**	**1.961,29**	**569.688,05**	**37.014,25**	**133.597,72**
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	**762.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**774.500,00**	**95.439,90**	**204.811,95**	**1.961,29**	**569.688,05**	**37.014,25**	**133.597,72**
0028 ASSISTÊNCIA SOCIAL	**762.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**774.500,00**	**95.439,90**	**204.811,95**	**1.961,29**	**569.688,05**	**37.014,25**	**133.597,72**
2076 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FU	**203.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**203.500,00**	**19.415,30**	**44.793,41**	**0,00**	**158.706,59**	**13.389,92**	**23.877,37**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**203.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**203.500,00**	**19.415,30**	**44.793,41**	**0,00**	**158.706,59**	**13.389,92**	**23.877,37**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**203.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**203.500,00**	**19.415,30**	**44.793,41**	**0,00**	**158.706,59**	**13.389,92**	**23.877,37**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**203.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**203.500,00**	**19.415,30**	**44.793,41**	**0,00**	**158.706,59**	**13.389,92**	**23.877,37**
33900000 » 0148 000004 APLICAÇÕES DIRETAS	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**677,20**	**677,20**	**0,00**	**11.322,80**	**0,00**	**677,20**
33900000 » 0149 000005 APLICAÇÕES DIRETAS	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**0,00**	**741,22**	**0,00**	**3.758,78**	**0,00**	**0,00**
33900000 » 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	**66.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**66.000,00**	**5.376,16**	**15.027,79**	**0,00**	**50.972,21**	**3.083,21**	**10.838,23**
33900000 » 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**65.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**65.000,00**	**7.998,40**	**17.814,94**	**0,00**	**47.185,06**	**6.926,50**	**7.998,40**
33900000 » 0163 000056 APLICAÇÕES DIRETAS	**56.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.000,00**	**5.363,54**	**10.532,26**	**0,00**	**45.467,74**	**3.380,21**	**4.363,54**
33901400 » 0152 000067 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0152 000067 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400 » 0163 000056 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0163 000056 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0148 000004 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**677,20**	**677,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**677,20**
33903046 * 0148 000067 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,20	677,20	0,00	0,00	0,00	677,20
33903000 » 0149 000005 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**741,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903007 * 0149 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	741,22	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 0149 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0150 000006 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.661,16**	**6.509,79**	**0,00**	**0,00**	**380,21**	**5.423,23**
33903007 * 0150 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,36	3.864,53	0,00	0,00	0,00	3.864,53
33903014 * 0150 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,80	494,80	0,00	0,00	0,00	494,80
33903016 * 0150 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	706,35	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0150 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,21	0,00	0,00	380,21	0,00
33903029 * 0150 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950,10	0,00	0,00	0,00	950,10
33903099 * 0150 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,80	0,00	0,00	0,00	113,80
33903000 » 0152 000067 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.515,90**	**8.751,44**	**0,00**	**0,00**	**3.304,50**	**3.515,90**
33903007 * 0152 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606,36	3.071,00	0,00	0,00	0,00	1.606,36
33903016 * 0152 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,00	566,60	0,00	0,00	0,00	204,00
33903017 * 0152 000067 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,00	0,00	0,00	176,00	0,00
33903021 * 0152 000067 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248,29	0,00	0,00	248,29	0,00
33903022 * 0152 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583,54	963,75	0,00	0,00	380,21	583,54
33903026 * 0152 000067 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,00	666,00	0,00	0,00	0,00	666,00
33903030 * 0152 000067 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044 * 0152 000067 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
33903046 * 0152 000067 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,00	456,00	0,00	0,00	0,00	456,00
33903099 * 0152 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0163 000056 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.201,54**	**5.370,26**	**0,00**	**0,00**	**2.380,21**	**1.201,54**
33903007 * 0163 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	1.069,51	0,00	0,00	50,00	200,00
33903016 * 0163 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * 0163 000056 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	175,00	0,00
33903021 * 0163 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0163 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,54	613,75	0,00	0,00	380,21	233,54
33903023 * 0163 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 0163 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	768,00	2.543,00	0,00	0,00	1.775,00	768,00

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903200 » 0148 000004 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299 * 0148 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200 » 0150 000006 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.775,00**	**1.775,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.775,00**
33903203 * 0150 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299 * 0150 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.775,00	1.775,00	0,00	0,00	0,00	1.775,00
33903200 » 0163 000056 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299 * 0163 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600 » 0150 000006 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903696 * 0150 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0150 000006 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.940,00**	**4.040,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.640,00**
33903917 * 0150 000006 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
33903959 * 0150 000056 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 0150 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
33903900 » 0152 000067 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.482,50**	**6.161,50**	**0,00**	**0,00**	**720,00**	**4.482,50**
33903905 * 0152 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.552,50	1.922,50	0,00	0,00	370,00	1.552,50
33903912 * 0152 000067 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33903917 * 0152 000006 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	350,00	0,00
33903925 * 0152 000067 serviços de instalaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,00	230,00	0,00	0,00	0,00	230,00
33903959 * 0152 000056 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 0152 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	2.630,20	0,00	0,00	0,00	1.700,00
33903900 » 0163 000056 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.162,00**	**5.162,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**3.162,00**
33903959 * 0163 000056 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362,00	1.362,00	0,00	0,00	0,00	362,00
33903999 * 0163 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	1.000,00	2.800,00
33904700 » 0150 000006 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.703,00**	**0,00**	**0,00**	**2.703,00**	**0,00**
33904710 * 0150 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.703,00	0,00	0,00	2.703,00	0,00
33904700 » 0152 000067 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.902,00**	**0,00**	**0,00**	**2.902,00**	**0,00**
33904710 * 0152 000067 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.902,00	0,00	0,00	2.902,00	0,00
2077 MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIA	**270.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**282.000,00**	**49.237,48**	**116.463,30**	**1.961,29**	**165.536,70**	**16.856,21**	**82.933,23**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**270.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**282.000,00**	**49.237,48**	**116.463,30**	**1.961,29**	**165.536,70**	**16.856,21**	**82.933,23**
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**112.636,86**	**5.790,24**	**0,00**
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**112.636,86**	**5.790,24**	**0,00**
31900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**112.636,86**	**5.790,24**	**0,00**
31901100 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.721,71**	**14.165,13**	**0,00**	**0,00**	**4.721,71**	**0,00**
31901101 * 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.675,95	14.027,85	0,00	0,00	4.675,95	0,00
31901137 * 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,76	137,28	0,00	0,00	45,76	0,00
31901300 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.068,53**	**3.198,01**	**0,00**	**0,00**	**1.068,53**	**0,00**
31901302 * 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068,53	3.198,01	0,00	0,00	1.068,53	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**140.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**152.000,00**	**43.447,24**	**99.100,16**	**1.961,29**	**52.899,84**	**11.065,97**	**82.933,23**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**140.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**152.000,00**	**43.447,24**	**99.100,16**	**1.961,29**	**52.899,84**	**11.065,97**	**82.933,23**
33900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**140.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**152.000,00**	**43.447,24**	**99.100,16**	**1.961,29**	**52.899,84**	**11.065,97**	**82.933,23**
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**991,29**	**3.787,85**	**0,00**	**0,00**	**2.268,27**	**1.155,79**
33903001 * 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004 * 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,30	0,00	0,00	74,80	164,50
33903007 * 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	1.398,61	0,00	0,00	1.068,61	330,00
33903021 * 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	647,51	0,00	0,00	647,51	0,00
33903026 * 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	348,50	0,00	0,00	88,50	260,00

[www.cplinformatica.com.br] { 003 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	401,29	1.153,93	0,00	0,00	388,85	401,29
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**330,91**	**582,91**	**0,00**	**0,00**	**252,00**	**330,91**
33903203	* 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,51	339,11	0,00	0,00	214,60	124,51
33903299	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206,40	243,80	0,00	0,00	37,40	206,40
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.110,00**	**19.902,00**	**0,00**	**0,00**	**723,76**	**16.410,00**
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	12.700,00	0,00	0,00	700,00	10.000,00
33903623	* 0100 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792,00	0,00	0,00	23,76	0,00
33903696	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.780,00	4.780,00	0,00	0,00	0,00	4.780,00
33903699	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.630,00	1.630,00	0,00	0,00	0,00	1.630,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.015,04**	**74.827,40**	**1.961,29**	**0,00**	**7.821,94**	**65.036,53**
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	240,00	0,00	0,00	150,00	90,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208,00	323,00	0,00	0,00	115,00	208,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,90	447,20	0,00	0,00	170,30	221,90
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	234,44	8.088,20
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	746,64	5.572,79
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	890,00	0,00	0,00	490,00	400,00
33903967	* 0100 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622,00	4.049,00	0,00	0,00	1.167,00	2.882,00
33903977	* 0100 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201,29	2.198,71	1.961,29	0,00	203,50	1.995,21
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	40,00	11.904,00
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.674,43	38.179,49	0,00	0,00	4.505,06	33.674,43
2078	**CONSERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO REFORMA E**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.000,00**	**0,00**	**0,00**
2083	**ESTUDO SOCIO ECONOMICOS E AUXIL**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**43.452,76**	**2.170,12**	**4.377,12**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**43.452,76**	**2.170,12**	**4.377,12**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**43.452,76**	**2.170,12**	**4.377,12**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**43.452,76**	**2.170,12**	**4.377,12**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**43.452,76**	**2.170,12**	**4.377,12**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.377,12**	**6.547,24**	**0,00**	**0,00**	**2.170,12**	**4.377,12**
33903203	* 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.377,12	6.547,24	0,00	0,00	2.170,12	4.377,12
2084	**TRANSFERENCIAS A IDOSOS MAES AP**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33500000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33500000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33504100	**» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**0,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33504101	* 0100 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.250,00	14.550,00	0,00	0,00	3.300,00	11.250,00
2178	**CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - COLETA D**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 004 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
1102 AQUISIÇÃO DE VEICULOS EQUIPAMEN	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**17.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**17.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**17.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**17.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**7.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44900000 » 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905200 » 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**0,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44905210 * 0100 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
44905212 * 0100 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00
44905242 * 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00	660,00
44905200 » 0152 000067 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905242 * 0152 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	762.500,00	12.000,00	0,00	0,00	774.500,00	95.439,90	204.811,95	1.961,29	569.688,05	37.014,25	133.597,72

[www.cplinformatica.com.br] { 005 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**648.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**660.500,00**	**94.279,90**	**202.353,95**	**1.961,29**	**458.146,05**	**35.716,25**	**132.437,72**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**112.636,86**	**5.790,24**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**112.636,86**	**5.790,24**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**5.790,24**	**17.363,14**	**0,00**	**0,00**	**5.790,24**	**0,00**
31901100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.721,71**	**14.165,13**	**0,00**	**0,00**	**4.721,71**	**0,00**
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.675,95	14.027,85	0,00	0,00	4.675,95	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,76	137,28	0,00	0,00	45,76	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.068,53**	**3.198,01**	**0,00**	**0,00**	**1.068,53**	**0,00**
31901302	* 0100 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068,53	3.198,01	0,00	0,00	1.068,53	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**518.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**530.500,00**	**88.489,66**	**184.990,81**	**1.961,29**	**345.509,19**	**29.926,01**	**132.437,72**
33000000	**» 0100 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0150 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0152 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33500000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**90.450,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33500000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**0,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33504100	**» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.250,00**	**34.550,00**	**0,00**	**0,00**	**3.300,00**	**21.250,00**
33504101	* 0100 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.250,00	14.550,00	0,00	0,00	3.300,00	11.250,00
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**393.500,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**405.500,00**	**67.239,66**	**150.440,81**	**1.961,29**	**255.059,19**	**26.626,01**	**111.187,72**
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**190.000,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**202.000,00**	**47.824,36**	**105.647,40**	**1.961,29**	**0,00**	**13.236,09**	**87.310,35**
33900000	**» 0148 000004 APLICAÇÕES DIRETAS**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**677,20**	**677,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**677,20**
33900000	**» 0149 000005 APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**0,00**	**741,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	* 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS**	**66.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**66.000,00**	**5.376,16**	**15.027,79**	**0,00**	**0,00**	**3.083,21**	**10.838,23**
33900000	* 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS**	**65.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**65.000,00**	**7.998,40**	**17.814,94**	**0,00**	**0,00**	**6.926,50**	**7.998,40**
33900000	**» 0163 000056 APLICAÇÕES DIRETAS**	**56.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.000,00**	**5.363,54**	**10.532,26**	**0,00**	**0,00**	**3.380,21**	**4.363,54**
33901400	**» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	**» 0152 000067 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414	* 0152 000067 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	**» 0163 000056 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414	* 0163 000056 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**991,29**	**3.787,85**	**0,00**	**0,00**	**2.268,27**	**1.155,79**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,30	0,00	0,00	74,80	164,50
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	1.398,61	0,00	0,00	1.068,61	330,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	647,51	0,00	0,00	647,51	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	348,50	0,00	0,00	88,50	260,00
33903039	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	401,29	1.153,93	0,00	0,00	388,85	401,29
33903099	* 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	**» 0148 000004 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**677,20**	**677,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**677,20**
33903046	* 0148 000004 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,20	677,20	0,00	0,00	0,00	677,20
33903000	**» 0149 000005 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**741,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903007	* 0149 000005 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	741,22	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 0149 000005 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	**» 0150 000006 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.661,16**	**6.509,79**	**0,00**	**0,00**	**380,21**	**5.423,23**

[www.cplinformatica.com.br] { 006 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903007 * 0150 000006 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,36	3.864,53	0,00	0,00	0,00	3.864,53
33903014 * 0150 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,80	494,80	0,00	0,00	0,00	494,80
33903016 * 0150 000006 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	706,35	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0150 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,21	0,00	0,00	380,21	0,00
33903029 * 0150 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950,10	0,00	0,00	0,00	950,10
33903099 * 0150 000006 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,80	0,00	0,00	0,00	113,80
33903000 » 0152 000067 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.515,90**	**8.751,44**	**0,00**	**0,00**	**3.304,50**	**3.515,90**
33903007 * 0152 000067 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606,36	3.071,00	0,00	0,00	0,00	1.606,36
33903016 * 0152 000067 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,00	566,60	0,00	0,00	0,00	204,00
33903017 * 0152 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,00	0,00	0,00	176,00	0,00
33903021 * 0152 000067 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248,29	0,00	0,00	248,29	0,00
33903022 * 0152 000067 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583,54	963,75	0,00	0,00	380,21	583,54
33903026 * 0152 000067 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,00	666,00	0,00	0,00	0,00	666,00
33903030 * 0152 000067 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044 * 0152 000067 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
33903046 * 0152 000067 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,00	456,00	0,00	0,00	0,00	456,00
33903099 * 0152 000067 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0163 000056 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.201,54**	**5.370,26**	**0,00**	**0,00**	**2.380,21**	**1.201,54**
33903007 * 0163 000056 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	1.069,51	0,00	0,00	50,00	200,00
33903016 * 0163 000056 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * 0163 000056 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	175,00	0,00
33903021 * 0163 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0163 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,54	613,75	0,00	0,00	380,21	233,54
33903023 * 0163 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 0163 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	768,00	2.543,00	0,00	0,00	1.775,00	768,00
33903200 » 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.708,03**	**7.130,15**	**0,00**	**0,00**	**2.422,12**	**4.708,03**
33903203 * 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.501,63	6.886,35	0,00	0,00	2.384,72	4.501,63
33903299 * 0100 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206,40	243,80	0,00	0,00	37,40	206,40
33903200 » 0148 000004 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299 * 0148 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200 » 0150 000006 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.775,00**	**1.775,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.775,00**
33903203 * 0150 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299 * 0150 000006 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.775,00	1.775,00	0,00	0,00	0,00	1.775,00
33903200 » 0163 000056 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299 * 0163 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.110,00**	**19.902,00**	**0,00**	**0,00**	**723,76**	**16.410,00**
33903615 * 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	12.700,00	0,00	0,00	700,00	10.000,00
33903623 * 0100 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792,00	0,00	0,00	23,76	0,00
33903696 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.780,00	4.780,00	0,00	0,00	0,00	4.780,00
33903699 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.630,00	1.630,00	0,00	0,00	0,00	1.630,00
33903600 » 0150 000006 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903696 * 0150 000006 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.015,04**	**74.827,40**	**1.961,29**	**0,00**	**7.821,94**	**65.036,53**
33903916 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	240,00	0,00	0,00	150,00	90,00
33903917 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208,00	323,00	0,00	0,00	115,00	208,00
33903919 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,90	447,20	0,00	0,00	170,30	221,90
33903944 * 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	234,44	8.088,20
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	746,64	5.572,79
33903959 * 0100 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	890,00	0,00	0,00	490,00	400,00

[www.cplinformatica.com.br] { 007 }
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903967 * 0100 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622,00	4.049,00	0,00	0,00	1.167,00	2.882,00
33903977 * 0100 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201,29	2.198,71	1.961,29	0,00	203,50	1.995,21
33903981 * 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	40,00	11.904,00
33903983 * 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.674,43	38.179,49	0,00	0,00	4.505,06	33.674,43
33903900 » 0150 000006 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.940,00**	**4.040,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.640,00**
33903917 * 0150 000006 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
33903959 * 0150 000006 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 0150 000006 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
33903900 » 0152 000067 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.482,50**	**6.161,50**	**0,00**	**0,00**	**720,00**	**4.482,50**
33903905 * 0152 000067 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.552,50	1.922,50	0,00	0,00	370,00	1.552,50
33903912 * 0152 000067 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33903917 * 0152 000067 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	350,00	0,00
33903925 * 0152 000067 serviços de instalaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,00	230,00	0,00	0,00	0,00	230,00
33903959 * 0152 000067 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 0152 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	2.630,20	0,00	0,00	0,00	1.700,00
33903900 » 0163 000056 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.162,00**	**5.162,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**3.162,00**
33903959 * 0163 000056 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362,00	1.362,00	0,00	0,00	0,00	362,00
33903999 * 0163 000056 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	1.000,00	2.800,00
33904700 » 0150 000006 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.703,00**	**0,00**	**0,00**	**2.703,00**	**0,00**
33904710 * 0150 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.703,00	0,00	0,00	2.703,00	0,00
33904700 » 0152 000067 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.902,00**	**0,00**	**0,00**	**2.902,00**	**0,00**
33904710 * 0152 000067 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.902,00	0,00	0,00	2.902,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**114.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**114.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**111.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**114.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**114.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**111.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44000000 » 0100 000000 INVESTIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**114.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**114.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**111.542,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44900000 * 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**64.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**64.000,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**0,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0152 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905200 » 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.160,00**	**2.458,00**	**0,00**	**0,00**	**1.298,00**	**1.160,00**
44905210 * 0100 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
44905212 * 0100 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00
44905242 * 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00	660,00
44905200 » 0152 000067 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905242 * 0152 000067 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	762.500,00	12.000,00	0,00	0,00	774.500,00	95.439,90	204.811,95	1.961,29	569.688,05	37.014,25	133.597,72

Estornos até o Mes 1.961,29 Pagos até o Mes 71.214,23

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Despesas - Março 2012- FUNREBOM

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
25 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	**5.130.549,50**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**5.256.529,50**	**335.954,17**	**1.370.589,50**	**2.761,29**	**3.885.940,00**	**347.754,82**	**498.206,77**
2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	**5.130.549,50**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**5.256.529,50**	**335.954,17**	**1.370.589,50**	**2.761,29**	**3.885.940,00**	**347.754,82**	**498.206,77**
10 SAÚDE	**5.130.549,50**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**5.256.529,50**	**335.954,17**	**1.370.589,50**	**2.761,29**	**3.885.940,00**	**347.754,82**	**498.206,77**
301 ATENÇÃO BÁSICA	**5.107.049,50**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**5.233.029,50**	**334.344,57**	**1.364.441,35**	**2.761,29**	**3.868.588,15**	**345.751,87**	**496.477,17**
0025 SAÚDE PARA TODOS	**5.107.049,50**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**5.233.029,50**	**334.344,57**	**1.364.441,35**	**2.761,29**	**3.868.588,15**	**345.751,87**	**496.477,17**
2089 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPA	**1.377.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.377.250,00**	**80.981,94**	**566.281,82**	**0,00**	**810.968,18**	**110.377,79**	**348.844,30**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**1.377.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.377.250,00**	**80.981,94**	**566.281,82**	**0,00**	**810.968,18**	**110.377,79**	**348.844,30**
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**560.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**560.000,00**	**32.273,67**	**96.178,63**	**0,00**	**463.821,37**	**32.273,67**	**0,00**
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**560.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**560.000,00**	**32.273,67**	**96.178,63**	**0,00**	**463.821,37**	**32.273,67**	**0,00**
31900000 » 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**560.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**560.000,00**	**32.273,67**	**96.178,63**	**0,00**	**463.821,37**	**32.273,67**	**0,00**
31901100 » 0102 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.503,76**	**78.751,86**	**0,00**	**0,00**	**26.503,76**	**0,00**
31901101 * 0102 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.556,50	49.203,00	0,00	0,00	16.556,50	0,00
31901137 * 0102 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572,09	4.677,11	0,00	0,00	1.572,09	0,00
31901145 * 0102 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471,12	2.371,82	0,00	0,00	471,12	0,00
31901199 * 0102 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.904,05	22.499,93	0,00	0,00	7.904,05	0,00
31901300 » 0102 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.769,91**	**17.426,77**	**0,00**	**0,00**	**5.769,91**	**0,00**
31901302 * 0102 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.769,91	17.426,77	0,00	0,00	5.769,91	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**817.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**817.250,00**	**48.708,27**	**470.103,19**	**0,00**	**347.146,81**	**78.104,12**	**348.844,30**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**817.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**817.250,00**	**48.708,27**	**470.103,19**	**0,00**	**347.146,81**	**78.104,12**	**348.844,30**
33900000 » 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**800.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800.000,00**	**48.428,27**	**452.917,38**	**0,00**	**347.082,62**	**65.086,52**	**344.781,90**
33900000 » 0112 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**17.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.250,00**	**280,00**	**17.185,81**	**0,00**	**64,19**	**13.017,60**	**4.062,40**
33901400 » 0102 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.296,42**	**6.740,44**	**0,00**	**0,00**	**2.508,04**	**0,00**
33901414 * 0102 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.296,42	6.740,44	0,00	0,00	2.508,04	0,00
33901400 » 0112 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**105,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0112 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,81	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0102 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.740,85**	**185.416,70**	**0,00**	**0,00**	**25.519,50**	**159.897,20**
33903001 * 0102 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.000,00	0,00	0,00	18.212,20	140.787,80
33903004 * 0102 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	496,30	944,43	0,00	0,00	283,63	660,80
33903007 * 0102 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,86	5.489,12	0,00	0,00	1.540,50	3.948,62
33903009 * 0102 000000 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397,40	0,00	0,00	1.397,40	0,00
33903016 * 0102 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.274,68	2.274,68	0,00	0,00	0,00	2.274,68
33903017 * 0102 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178,00	178,00	0,00	0,00	0,00	178,00
33903021 * 0102 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0102 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.891,40	3.449,72	0,00	0,00	0,00	3.449,72
33903023 * 0102 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 0102 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,70	170,40	0,00	0,00	18,70	151,70
33903036 * 0102 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861,76	861,76	0,00	0,00	0,00	861,76
33903039 * 0102 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.865,15	11.651,19	0,00	0,00	4.067,07	7.584,12
33903200 » 0102 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**275,94**	**2.928,61**	**0,00**	**0,00**	**2.652,67**	**275,94**
33903202 * 0102 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.652,67	0,00	0,00	2.652,67	0,00
33903299 * 0102 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,94	275,94	0,00	0,00	0,00	275,94
33903600 » 0102 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000,00**	**0,00**
33903696 * 0102 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	8.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903900 » 0102 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.963,68**	**249.680,25**	**0,00**	**0,00**	**32.254,93**	**184.608,76**
33903905 * 0102 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.420,00	0,00	0,00	108,40	5.311,60
33903911 * 0102 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600,00	0,00	0,00	1.091,00	5.509,00
33903916 * 0102 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	115,00	0,00	0,00	50,00	65,00
33903917 * 0102 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00
33903919 * 0102 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.828,45	8.791,45	0,00	0,00	1.963,00	6.828,45

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
Mes de março, Saldos até 31/03/2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903935	* 0102 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,10	68,10	0,00	0,00	68,10	0,00
33903943	* 0102 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	3.402,78	30.071,25
33903950	* 0102 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.095,78	118.603,55	0,00	0,00	19.412,73	78.585,28
33903958	* 0102 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00	3.280,14	29.414,63
33903963	* 0102 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311,35	2.311,35	0,00	0,00	0,00	2.311,35
33903969	* 0102 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	937,88	0,00	0,00	234,47	468,94
33903977	* 0102 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00
33903978	* 0102 000000 limpeza e conservaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	952,22	0,00	0,00	952,22	0,00
33903981	* 0102 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	86,39	13.768,26
33903999	* 0102 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.795,00	6.040,70	0,00	0,00	1.565,70	4.475,00
33903900	**» 0112 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**280,00**	**17.080,00**	**0,00**	**0,00**	**13.017,60**	**4.062,40**
33903950	* 0112 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.800,00	0,00	0,00	13.017,60	3.782,40
33903999	* 0112 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00	280,00
33904700	**» 0102 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**151,38**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**0,00**
33904710	* 0102 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
2091	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAU**	**2.460.299,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.460.299,50**	**188.323,79**	**577.299,05**	**0,00**	**1.883.000,45**	**155.000,75**	**147.514,16**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**2.460.299,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.460.299,50**	**188.323,79**	**577.299,05**	**0,00**	**1.883.000,45**	**155.000,75**	**147.514,16**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**1.894.999,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.894.999,50**	**124.481,49**	**376.767,52**	**0,00**	**1.518.231,98**	**125.699,86**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.894.999,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.894.999,50**	**124.481,49**	**376.767,52**	**0,00**	**1.518.231,98**	**125.699,86**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**697.307,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**697.307,00**	**19.799,41**	**59.064,22**	**0,00**	**638.242,78**	**19.799,41**	**0,00**
31900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.197.692,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.197.692,50**	**104.682,08**	**317.703,30**	**0,00**	**879.989,20**	**105.900,45**	**0,00**
31900900	**» 0102 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**239,94**	**663,45**	**0,00**	**0,00**	**243,06**	**0,00**
31900901	* 0102 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,94	663,45	0,00	0,00	243,06	0,00
31901100	**» 0102 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**104.442,14**	**317.039,85**	**0,00**	**0,00**	**105.657,39**	**0,00**
31901101	* 0102 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.086,37	252.325,27	0,00	0,00	87.823,89	0,00
31901131	* 0102 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,85	1.240,85	0,00	0,00	420,85	0,00
31901137	* 0102 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.910,43	11.436,15	0,00	0,00	3.910,66	0,00
31901142	* 0102 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	616,66	6.527,10	0,00	0,00	669,01	0,00
31901143	* 0102 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,95	2.662,49	0,00	0,00	491,76	0,00
31901145	* 0102 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.016,62	8.620,60	0,00	0,00	1.270,96	0,00
31901199	* 0102 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,26	34.227,39	0,00	0,00	11.070,26	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19.799,41**	**59.064,22**	**0,00**	**0,00**	**19.799,41**	**0,00**
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.799,41	59.064,22	0,00	0,00	19.799,41	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**565.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**565.300,00**	**63.842,30**	**200.531,53**	**0,00**	**364.768,47**	**29.300,89**	**147.514,16**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**565.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**565.300,00**	**63.842,30**	**200.531,53**	**0,00**	**364.768,47**	**29.300,89**	**147.514,16**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**159.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**159.000,00**	**22.248,39**	**95.613,81**	**0,00**	**63.386,19**	**18.329,59**	**72.342,26**
33900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**935,81**	**996,50**	**0,00**	**303,50**	**166,50**	**830,00**
33900000	**» 0123 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0123 000067 APLICAÇÕES DIRETAS**	**113.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113.500,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0164 000008 APLICAÇÕES DIRETAS**	**172.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.000,00**	**8.732,45**	**36.695,16**	**0,00**	**135.304,84**	**8.923,49**	**8.997,15**
33900000	**» 0167 000061 APLICAÇÕES DIRETAS**	**49.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.000,00**	**2.759,80**	**38.060,21**	**0,00**	**10.939,79**	**1.881,31**	**36.178,90**
33900000	**» 0170 000011 APLICAÇÕES DIRETAS**	**26.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.500,00**	**29.165,85**	**29.165,85**	**0,00**	**-2.665,85**	**0,00**	**29.165,85**
33900000	**» 0170 000067 APLICAÇÕES DIRETAS**	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**
33901400	**» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**740,67**	**740,67**	**0,00**	**0,00**	**740,67**	**0,00**
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,67	740,67	0,00	0,00	740,67	0,00
33901400	**» 0102 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**105,81**	**105,81**	**0,00**	**0,00**	**105,81**	**0,00**
33901414	* 0102 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,81	105,81	0,00	0,00	105,81	0,00
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.399,55**	**3.174,54**	**0,00**	**0,00**	**774,99**	**2.399,55**
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 003 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
Mes de março, Saldos até 31/03/2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412,00	412,00	0,00	0,00	0,00	412,00
33903010	* 0100 000011 material odontológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 0100 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00	0,00	0,00	0,00	850,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,99	0,00	0,00	114,99	0,00
33903036	* 0100 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	0,00	0,00	660,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00	1.085,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,55	52,55	0,00	0,00	0,00	52,55
33903000	**» 0102 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60,69**	**0,00**	**0,00**	**60,69**	**0,00**
33903021	* 0102 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,69	0,00	0,00	60,69	0,00
33903000	**» 0164 000008 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.265,24**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903036	* 0164 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.265,24	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	**» 0170 000011 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.678,13**	**14.678,13**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.678,13**
33903010	* 0170 000011 material odontológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.678,13	14.678,13	0,00	0,00	0,00	14.678,13
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.975,74**	**18.897,01**	**0,00**	**0,00**	**4.884,05**	**11.661,62**
33903202	* 0100 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.436,32	16.797,74	0,00	0,00	4.349,78	11.259,62
33903299	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539,42	2.099,27	0,00	0,00	534,27	402,00
33903200	**» 0102 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**550,00**	**550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**550,00**
33903202	* 0102 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00
33903299	* 0102 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0123 000067 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903202	* 0123 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0164 000008 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.647,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299	* 0164 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.647,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0167 000061 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.759,80**	**38.060,21**	**0,00**	**0,00**	**1.881,31**	**36.178,90**
33903202	* 0167 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759,80	38.060,21	0,00	0,00	1.881,31	36.178,90
33903200	**» 0170 000067 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.487,72**	**11.487,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.487,72**
33903202	* 0170 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.487,72	11.487,72	0,00	0,00	0,00	11.487,72
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.410,00**	**2.815,00**	**0,00**	**0,00**	**2.815,00**	**0,00**
33903606	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00	410,00	0,00	0,00	410,00	0,00
33903630	* 0100 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	405,00	0,00
33903696	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903600	**» 0164 000008 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903630	* 0164 000008 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.722,43**	**69.986,59**	**0,00**	**0,00**	**9.114,88**	**58.281,09**
33903901	* 0100 000000 assinatura de periód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 0100 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	2.700,00	38.300,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	175,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903935	* 0100 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283,04	0,00	0,00	42,56	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	684,60	9.515,26
33903950	* 0100 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.650,83	4.206,95	0,00	0,00	3.071,12	835,83
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	1.000,00	9.000,00
33903999	* 0100 000008 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.721,60	1.721,60	0,00	0,00	1.441,60	280,00
33903900	**» 0102 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**280,00**	**280,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**280,00**
33903950	* 0102 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00	280,00
33903900	**» 0164 000008 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.732,45**	**32.682,12**	**0,00**	**0,00**	**8.923,49**	**8.997,15**
33903950	* 0164 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.422,85	29.306,52	0,00	0,00	7.965,89	7.687,55

[www.cplinformatica.com.br] { 004 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903957	* 0164 000008 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903999	* 0164 000008 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.209,60	3.225,60	0,00	0,00	957,60	1.209,60
33903900	**» 0170 000067 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**
33903905	* 0170 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
2092	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESF**	**804.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**804.500,00**	**64.958,84**	**210.618,58**	**2.761,29**	**593.881,42**	**70.211,43**	**38,71**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**804.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**804.500,00**	**64.958,84**	**210.618,58**	**2.761,29**	**593.881,42**	**70.211,43**	**38,71**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**787.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**787.500,00**	**67.720,13**	**208.082,07**	**0,00**	**579.417,93**	**67.720,13**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**787.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**787.500,00**	**67.720,13**	**208.082,07**	**0,00**	**579.417,93**	**67.720,13**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**12.943,62**	**36.574,10**	**0,00**	**213.425,90**	**12.943,62**	**0,00**
31900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**53.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**53.500,00**	**0,00**	**4.588,67**	**0,00**	**48.911,33**	**0,00**	**0,00**
31900000	**» 0170 000010 APLICAÇÕES DIRETAS**	**295.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**295.000,00**	**54.776,51**	**166.919,30**	**0,00**	**128.080,70**	**54.776,51**	**0,00**
31900000	**» 0170 000012 APLICAÇÕES DIRETAS**	**189.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**189.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**189.000,00**	**0,00**	**0,00**
31900400	**» 0102 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.575,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900499	* 0102 000010 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.575,36	0,00	0,00	0,00	0,00
31900400	**» 0170 000010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.556,51**	**166.171,00**	**0,00**	**0,00**	**54.556,51**	**0,00**
31900499	* 0170 000010 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.556,51	166.171,00	0,00	0,00	54.556,51	0,00
31900900	**» 0170 000010 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200,98**	**664,77**	**0,00**	**0,00**	**200,98**	**0,00**
31900901	* 0170 000010 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,98	664,77	0,00	0,00	200,98	0,00
31901100	**» 0102 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31901199	* 0102 000010 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,31	0,00	0,00	0,00	0,00
31901100	**» 0170 000010 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19,02**	**83,53**	**0,00**	**0,00**	**19,02**	**0,00**
31901199	* 0170 000010 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,02	83,53	0,00	0,00	19,02	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.943,62**	**36.574,10**	**0,00**	**0,00**	**12.943,62**	**0,00**
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.943,62	36.574,10	0,00	0,00	12.943,62	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**17.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.000,00**	**-2.761,29**	**2.536,51**	**2.761,29**	**14.463,49**	**2.491,30**	**38,71**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**17.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.000,00**	**-2.761,29**	**2.536,51**	**2.761,29**	**14.463,49**	**2.491,30**	**38,71**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**17.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.000,00**	**-2.761,29**	**2.536,51**	**2.761,29**	**14.463,49**	**2.491,30**	**38,71**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**692,80**	**0,00**	**0,00**	**692,80**	**0,00**
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,80	0,00	0,00	74,80	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,00	0,00	0,00	54,00	0,00
33903019	* 0100 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	0,00	0,00	460,00	0,00
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104,00	0,00	0,00	104,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.761,29**	**1.843,71**	**2.761,29**	**0,00**	**1.798,50**	**38,71**
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	0,00	0,00	35,00	0,00
33903957	* 0100 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903977	* 0100 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.761,29	838,71	2.761,29	0,00	793,50	38,71
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970,00	0,00	0,00	970,00	0,00
1094	**AQUISIÇÃO DE VEICULOS EQUIPAMEN**	**265.000,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**390.980,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**380.738,10**	**10.161,90**	**80,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**265.000,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**390.980,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**380.738,10**	**10.161,90**	**80,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**265.000,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**390.980,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**380.738,10**	**10.161,90**	**80,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**265.000,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**390.980,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**380.738,10**	**10.161,90**	**80,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**64.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**64.000,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**53.758,10**	**10.161,90**	**80,00**
44900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0123 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0123 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**190.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**0,00**	**10.161,90**	**80,00**
44905208	* 0100 000000 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.242,90	0,00	0,00	6.242,90	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 005 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA Mes de março, Saldos até 31/03/2012 Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905234 * 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
44905235 * 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.919,00	0,00	0,00	3.919,00	0,00
1111 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO REFORMA PO	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**54.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**23.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**23.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**23.500,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0123 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	**117.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**117.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**117.500,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0123 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**9.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.500,00**	**1.004,60**	**1.260,65**	**0,00**	**8.239,35**	**122,95**	**1.004,60**
0025 SAÚDE PARA TODOS	**9.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.500,00**	**1.004,60**	**1.260,65**	**0,00**	**8.239,35**	**122,95**	**1.004,60**
2095 MANUT.CONSERV.DA VIGILANCIA SAN	**9.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.500,00**	**1.004,60**	**1.260,65**	**0,00**	**8.239,35**	**122,95**	**1.004,60**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**389,00**	**645,05**	**0,00**	**4.354,95**	**122,95**	**389,00**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**389,00**	**645,05**	**0,00**	**4.354,95**	**122,95**	**389,00**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**389,00**	**645,05**	**0,00**	**4.354,95**	**122,95**	**389,00**
33900000 » 0170 000015 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**389,00**	**645,05**	**0,00**	**4.354,95**	**122,95**	**389,00**
33903000 » 0170 000015 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**389,00**	**565,05**	**0,00**	**0,00**	**42,95**	**389,00**
33903023 * 0170 000015 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389,00	389,00	0,00	0,00	0,00	389,00
33903026 * 0170 000015 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,95	0,00	0,00	42,95	0,00
33903035 * 0170 000015 material laboratoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133,10	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0170 000015 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**0,00**
33903916 * 0170 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00	0,00
33903919 * 0170 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**615,60**	**615,60**	**0,00**	**3.884,40**	**0,00**	**615,60**
44000000 INVESTIMENTOS	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**615,60**	**615,60**	**0,00**	**3.884,40**	**0,00**	**615,60**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**615,60**	**615,60**	**0,00**	**3.884,40**	**0,00**	**615,60**
44900000 » 0170 000015 APLICAÇÕES DIRETAS	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**615,60**	**615,60**	**0,00**	**3.884,40**	**0,00**	**615,60**
44905200 » 0170 000015 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**615,60**	**615,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**615,60**
44905242 * 0170 000015 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615,60	615,60	0,00	0,00	0,00	615,60
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.000,00**	**605,00**	**4.887,50**	**0,00**	**9.112,50**	**1.880,00**	**725,00**
0025 SAÚDE PARA TODOS	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.000,00**	**605,00**	**4.887,50**	**0,00**	**9.112,50**	**1.880,00**	**725,00**
2096 MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DA VIGIL	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.000,00**	**605,00**	**4.887,50**	**0,00**	**9.112,50**	**1.880,00**	**725,00**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**605,00**	**3.007,50**	**0,00**	**6.992,50**	**0,00**	**725,00**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**605,00**	**3.007,50**	**0,00**	**6.992,50**	**0,00**	**725,00**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**605,00**	**3.007,50**	**0,00**	**6.992,50**	**0,00**	**725,00**
33900000 » 0170 000016 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**605,00**	**3.007,50**	**0,00**	**6.992,50**	**0,00**	**725,00**
33903000 » 0170 000016 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**95,00**	**2.377,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**95,00**
33903007 * 0170 000016 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903009 * 0170 000016 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 0170 000016 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00
33903019 * 0170 000016 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025 * 0170 000016 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903035 * 0170 000016 material laboratoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 0170 000016 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046 * 0170 000016 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600 » 0170 000016 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150,00**	**150,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150,00**
33903606 * 0170 000016 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
33903900 » 0170 000016 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**360,00**	**480,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**480,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 006 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903917 * 0170 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	480,00	0,00	0,00	0,00	480,00
33903919 * 0170 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**	**2.120,00**	**1.880,00**	**0,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**	**2.120,00**	**1.880,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**	**2.120,00**	**1.880,00**	**0,00**
44900000 » 0170 000016 APLICAÇÕES DIRETAS	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**	**2.120,00**	**1.880,00**	**0,00**
44905200 » 0170 000016 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**	**0,00**	**1.880,00**	**0,00**
44905242 * 0170 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.880,00	0,00	0,00	1.880,00	0,00
TOTAL GERAL	5.130.549,50	125.980,00	0,00	0,00	5.256.529,50	335.954,17	1.370.589,50	2.761,29	3.885.940,00	347.754,82	498.206,77

[www.cplinformatica.com.br] { 007 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**4.657.049,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.657.049,50**	**335.258,57**	**1.357.852,00**	**2.761,29**	**3.299.197,50**	**335.712,92**	**497.511,17**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**3.242.499,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.242.499,50**	**224.475,29**	**681.028,22**	**0,00**	**2.561.471,28**	**225.693,66**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**3.242.499,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.242.499,50**	**224.475,29**	**681.028,22**	**0,00**	**2.561.471,28**	**225.693,66**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**947.307,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**947.307,00**	**32.743,03**	**95.638,32**	**0,00**	**0,00**	**32.743,03**	**0,00**
31900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.811.192,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.811.192,50**	**136.955,75**	**418.470,60**	**0,00**	**0,00**	**138.174,12**	**0,00**
31900000	**» 0170 000010 APLICAÇÕES DIRETAS**	**295.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**295.000,00**	**54.776,51**	**166.919,30**	**0,00**	**0,00**	**54.776,51**	**0,00**
31900000	**» 0170 000012 APLICAÇÕES DIRETAS**	**189.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**189.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900400	**» 0102 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.575,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900499	* 0102 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.575,36	0,00	0,00	0,00	0,00
31900400	**» 0170 000010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.556,51**	**166.171,00**	**0,00**	**0,00**	**54.556,51**	**0,00**
31900499	* 0170 000010 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.556,51	166.171,00	0,00	0,00	54.556,51	0,00
31900900	**» 0102 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**239,94**	**663,45**	**0,00**	**0,00**	**243,06**	**0,00**
31900901	* 0102 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,94	663,45	0,00	0,00	243,06	0,00
31900900	**» 0170 000010 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200,98**	**664,77**	**0,00**	**0,00**	**200,98**	**0,00**
31900901	* 0170 000010 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,98	664,77	0,00	0,00	200,98	0,00
31901100	**» 0102 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.945,90**	**395.805,02**	**0,00**	**0,00**	**132.161,15**	**0,00**
31901101	* 0102 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.642,87	301.528,27	0,00	0,00	104.380,39	0,00
31901131	* 0102 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,85	1.240,85	0,00	0,00	420,85	0,00
31901137	* 0102 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.482,52	16.113,26	0,00	0,00	5.482,75	0,00
31901142	* 0102 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	616,66	6.527,10	0,00	0,00	669,01	0,00
31901143	* 0102 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,95	2.662,49	0,00	0,00	491,76	0,00
31901145	* 0102 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.487,74	10.992,42	0,00	0,00	1.742,08	0,00
31901199	* 0102 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.974,31	56.740,63	0,00	0,00	18.974,31	0,00
31901100	**» 0170 000010 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19,02**	**83,53**	**0,00**	**0,00**	**19,02**	**0,00**
31901199	* 0170 000010 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,02	83,53	0,00	0,00	19,02	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.743,03**	**95.638,32**	**0,00**	**0,00**	**32.743,03**	**0,00**
31901302	* 0100 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.743,03	95.638,32	0,00	0,00	32.743,03	0,00
31901300	**» 0102 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.769,91**	**17.426,77**	**0,00**	**0,00**	**5.769,91**	**0,00**
31901302	* 0102 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.769,91	17.426,77	0,00	0,00	5.769,91	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**1.414.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.414.550,00**	**110.783,28**	**676.823,78**	**2.761,29**	**737.726,22**	**110.019,26**	**497.511,17**
33000000	**» 0100 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0102 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0123 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0164 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0167 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0170 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.414.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.414.550,00**	**110.783,28**	**676.823,78**	**2.761,29**	**737.726,22**	**110.019,26**	**497.511,17**
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**176.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**176.000,00**	**19.487,10**	**98.150,32**	**2.761,29**	**0,00**	**20.820,89**	**72.380,97**
33900000	* 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**801.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**801.300,00**	**49.364,08**	**453.913,88**	**0,00**	**0,00**	**65.253,02**	**345.611,90**
33900000	**» 0112 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**17.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.250,00**	**280,00**	**17.185,81**	**0,00**	**0,00**	**13.017,60**	**4.062,40**
33900000	* 0123 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0123 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0123 000067 APLICAÇÕES DIRETAS**	**113.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	* 0164 000008 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0164 000008 APLICAÇÕES DIRETAS**	**172.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.000,00**	**8.732,45**	**36.695,16**	**0,00**	**0,00**	**8.923,49**	**8.997,15**
33900000	* 0167 000061 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0167 000061 APLICAÇÕES DIRETAS**	**49.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.000,00**	**2.759,80**	**38.060,21**	**0,00**	**0,00**	**1.881,31**	**36.178,90**

[www.cplinformatica.com.br] { 008 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000 * 0170 000011 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 * 0170 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 » 0170 000011 APLICAÇÕES DIRETAS	**26.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.500,00**	**30.159,85**	**32.818,40**	**0,00**	**0,00**	**122,95**	**30.279,85**
33900000 » 0170 000015 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000 » 0170 000016 APLICAÇÕES DIRETAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000 » 0170 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**740,67**	**740,67**	**0,00**	**0,00**	**740,67**	**0,00**
33901414 * 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,67	740,67	0,00	0,00	740,67	0,00
33901400 » 0102 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.402,23**	**6.846,25**	**0,00**	**0,00**	**2.613,85**	**0,00**
33901414 * 0102 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.402,23	6.846,25	0,00	0,00	2.613,85	0,00
33901400 » 0112 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**105,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0112 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,81	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.399,55**	**3.867,34**	**0,00**	**0,00**	**1.467,79**	**2.399,55**
33903004 * 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,80	0,00	0,00	74,80	0,00
33903007 * 0100 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412,00	412,00	0,00	0,00	0,00	412,00
33903010 * 0100 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,00	0,00	0,00	54,00	0,00
33903019 * 0100 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	0,00	0,00	460,00	0,00
33903022 * 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00	0,00	0,00	0,00	850,00
33903026 * 0100 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,99	0,00	0,00	114,99	0,00
33903030 * 0100 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104,00	0,00	0,00	104,00	0,00
33903036 * 0100 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	0,00	0,00	660,00	0,00
33903039 * 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00	1.085,00	0,00	0,00	0,00	1.085,00
33903099 * 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,55	52,55	0,00	0,00	0,00	52,55
33903000 » 0102 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.740,85**	**185.477,39**	**0,00**	**0,00**	**25.580,19**	**159.897,20**
33903001 * 0102 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.000,00	0,00	0,00	18.212,20	140.787,80
33903004 * 0102 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	496,30	944,43	0,00	0,00	283,63	660,80
33903007 * 0102 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,86	5.489,12	0,00	0,00	1.540,50	3.948,62
33903009 * 0102 000000 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397,40	0,00	0,00	1.397,40	0,00
33903016 * 0102 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.274,68	2.274,68	0,00	0,00	0,00	2.274,68
33903017 * 0102 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178,00	178,00	0,00	0,00	0,00	178,00
33903021 * 0102 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,69	0,00	0,00	60,69	0,00
33903022 * 0102 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.891,40	3.449,72	0,00	0,00	0,00	3.449,72
33903023 * 0102 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 0102 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,70	170,40	0,00	0,00	18,70	151,70
33903036 * 0102 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861,76	861,76	0,00	0,00	0,00	861,76
33903039 * 0102 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.865,15	11.651,19	0,00	0,00	4.067,07	7.584,12
33903000 » 0164 000008 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.265,24**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903036 * 0164 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.265,24	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0170 000011 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.162,13**	**17.620,68**	**0,00**	**0,00**	**42,95**	**15.162,13**
33903000 » 0170 000015 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903000 » 0170 000016 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903007 * 0170 000016 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903009 * 0170 000016 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903010 * 0170 000011 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.678,13	14.678,13	0,00	0,00	0,00	14.678,13
33903017 * 0170 000016 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00
33903019 * 0170 000016 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023 * 0170 000015 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389,00	389,00	0,00	0,00	0,00	389,00
33903025 * 0170 000016 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132,50	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 009 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA Mes de março, Saldos até 31/03/2012 Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903026	* 0170 000015 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,95	0,00	0,00	42,95	0,00
33903035	* 0170 000015 material laboratorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133,10	0,00	0,00	0,00	0,00
33903035	* 0170 000016 material laboratorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0170 000016 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 0170 000016 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.975,74**	**18.897,01**	**0,00**	**0,00**	**4.884,05**	**11.661,62**
33903202	* 0100 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.436,32	16.797,74	0,00	0,00	4.349,78	11.259,62
33903299	* 0100 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539,42	2.099,27	0,00	0,00	534,27	402,00
33903200	**» 0102 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**825,94**	**3.478,61**	**0,00**	**0,00**	**2.652,67**	**825,94**
33903202	* 0102 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	3.202,67	0,00	0,00	2.652,67	550,00
33903299	* 0102 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,94	275,94	0,00	0,00	0,00	275,94
33903200	**» 0123 000067 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903202	* 0123 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0164 000008 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.647,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903299	* 0164 000008 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.647,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0167 000061 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.759,80**	**38.060,21**	**0,00**	**0,00**	**1.881,31**	**36.178,90**
33903202	* 0167 000061 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759,80	38.060,21	0,00	0,00	1.881,31	36.178,90
33903200	**» 0170 000067 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.487,72**	**11.487,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.487,72**
33903202	* 0170 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.487,72	11.487,72	0,00	0,00	0,00	11.487,72
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.410,00**	**2.815,00**	**0,00**	**0,00**	**2.815,00**	**0,00**
33903606	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00	410,00	0,00	0,00	410,00	0,00
33903630	* 0100 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	405,00	0,00
33903696	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903600	**» 0102 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000,00**	**0,00**
33903696	* 0102 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	8.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903600	**» 0164 000008 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903630	* 0164 000008 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	**» 0170 000016 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150,00**	**150,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150,00**
33903606	* 0170 000016 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.961,14**	**71.830,30**	**2.761,29**	**0,00**	**10.913,38**	**58.319,80**
33903901	* 0100 000000 assinatura de periódi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	2.700,00	38.300,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	175,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	0,00	0,00	35,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903935	* 0100 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283,04	0,00	0,00	42,56	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	684,60	9.515,26
33903950	* 0100 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.650,83	4.206,95	0,00	0,00	3.071,12	835,83
33903957	* 0100 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903977	* 0100 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.761,29	838,71	2.761,29	0,00	793,50	38,71
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	1.000,00	9.000,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.721,60	2.691,60	0,00	0,00	2.411,60	280,00
33903900	**» 0102 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.243,68**	**249.960,25**	**0,00**	**0,00**	**32.254,93**	**184.888,76**
33903905	* 0102 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.420,00	0,00	0,00	108,40	5.311,60
33903911	* 0102 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600,00	0,00	0,00	1.091,00	5.509,00
33903916	* 0102 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	115,00	0,00	0,00	50,00	65,00
33903917	* 0102 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00
33903919	* 0102 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.828,45	8.791,45	0,00	0,00	1.963,00	6.828,45
33903935	* 0102 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,10	68,10	0,00	0,00	68,10	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 010 }
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
Mes de março, Saldos até 31/03/2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903943	* 0102 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	3.402,78	30.071,25
33903950	* 0102 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.375,78	118.883,55	0,00	0,00	19.412,73	78.865,28
33903958	* 0102 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00	3.280,14	29.414,63
33903963	* 0102 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311,35	2.311,35	0,00	0,00	0,00	2.311,35
33903969	* 0102 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	937,88	0,00	0,00	234,47	468,94
33903977	* 0102 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00
33903978	* 0102 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	952,22	0,00	0,00	952,22	0,00
33903981	* 0102 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	86,39	13.768,26
33903999	* 0102 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.795,00	6.040,70	0,00	0,00	1.565,70	4.475,00
33903900	**» 0112 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**280,00**	**17.080,00**	**0,00**	**0,00**	**13.017,60**	**4.062,40**
33903950	* 0112 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.800,00	0,00	0,00	13.017,60	3.782,40
33903999	* 0112 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00	280,00
33903900	**» 0164 000008 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.732,45**	**32.682,12**	**0,00**	**0,00**	**8.923,49**	**8.997,15**
33903950	* 0164 000008 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.422,85	29.306,52	0,00	0,00	7.965,89	7.687,55
33903957	* 0164 000008 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903999	* 0164 000008 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.209,60	3.225,60	0,00	0,00	957,60	1.209,60
33903900	**» 0170 000015 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.360,00**	**3.560,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**3.480,00**
33903900	**» 0170 000016 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903900	**» 0170 000067 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903905	* 0170 000067 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
33903916	* 0170 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00	0,00
33903917	* 0170 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	480,00	0,00	0,00	0,00	480,00
33903919	* 0170 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 0170 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904700	**» 0102 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**151,38**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**0,00**
33904710	* 0102 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**473.500,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**599.480,00**	**695,60**	**12.737,50**	**0,00**	**586.742,50**	**12.041,90**	**695,60**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**473.500,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**599.480,00**	**695,60**	**12.737,50**	**0,00**	**586.742,50**	**12.041,90**	**695,60**
44000000	**» 0100 000000 INVESTIMENTOS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**» 0189 000000 INVESTIMENTOS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**473.500,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**599.480,00**	**695,60**	**12.737,50**	**0,00**	**586.742,50**	**12.041,90**	**695,60**
44900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**118.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**118.000,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**0,00**	**10.161,90**	**80,00**
44900000	**» 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**24.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0123 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**127.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**127.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0123 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0170 000015 APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500,00**	**615,60**	**2.495,60**	**0,00**	**0,00**	**1.880,00**	**615,60**
44900000	**» 0170 000016 APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	* 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	**» 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**125.980,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**10.241,90**	**0,00**	**0,00**	**10.161,90**	**80,00**
44905208	* 0100 000000 aparelhos, equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.242,90	0,00	0,00	6.242,90	0,00
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.919,00	0,00	0,00	3.919,00	0,00
44905200	**» 0170 000015 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**615,60**	**2.495,60**	**0,00**	**0,00**	**1.880,00**	**615,60**
44905200	**» 0170 000016 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905242	* 0170 000015 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615,60	615,60	0,00	0,00	0,00	615,60
44905242	* 0170 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.880,00	0,00	0,00	1.880,00	0,00
	TOTAL GERAL	5.130.549,50	125.980,00	0,00	0,00	5.256.529,50	335.954,17	1.370.589,50	2.761,29	3.885.940,00	347.754,82	498.206,77
								Estornos até o Mes	2.761,29	Pagos até o Mes	872.382,73	

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Despesas - Março 2012- PMC

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40	**FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUMRE**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
4004	**FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS- FU**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
08	**ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
182	**DEFESA CIVIL**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
0070	**SANEAMENTO BASICO URBANO**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
2097	**MANUTENÇÃO DO FUMREBOM**	**172.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**172.250,00**	**9.287,10**	**78.468,61**	**1.340,46**	**93.781,39**	**15.194,14**	**16.028,18**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.052,29**	**14.096,46**	**0,00**	**0,00**	**8.497,52**	**3.402,55**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,63	767,65	0,00	0,00	315,94	220,63
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,40	460,40	0,00	0,00	0,00	460,40
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373,00	495,00	0,00	0,00	150,00	223,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,12	1.041,79	0,00	0,00	0,00	677,12
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,83	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,14	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302,54	0,00	0,00	1.302,54	0,00
33903023	* 0100 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,00	995,95	0,00	0,00	959,95	36,00
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586,80	4.456,15	0,00	0,00	3.124,15	1.332,00
33903025	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.698,34	2.754,34	0,00	0,00	2.244,94	453,40
33903044	* 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00
33903045	* 0100 000000 material técnico par	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	949,17	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**90,00**	**90,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**90,00**
33903299	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**170,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903606	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.144,81**	**21.287,27**	**1.340,46**	**0,00**	**6.100,62**	**12.535,63**
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819,00	0,00	0,00	819,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.673,00	0,00	0,00	340,00	710,00
33903920	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	700,50	5.007,13
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	366,76	2.893,00
33903957	* 0100 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	75,00	0,00	0,00	0,00	15,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00	0,00	0,00	175,09	2.289,50
33903969	* 0100 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	829,81	2.170,27	1.340,46	0,00	2.170,27	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	1.529,00	1.371,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**187,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33904710	* 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,98	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**7.363,10**	**596,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**
44905200 » 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**0,00**	**596,00**	**0,00**
44905233 * 0100 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234 * 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.821,90	0,00	0,00	596,00	0,00
44905252 * 0100 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	172.250,00	0,00	0,00	0,00	172.250,00	9.287,10	78.468,61	1.340,46	93.781,39	15.194,14	16.028,18

[www.cplinformatica.com.br] { 003 }
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**65.168,29**	**14.598,14**	**16.028,18**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**101.000,00**	**9.287,10**	**35.831,71**	**1.340,46**	**0,00**	**14.598,14**	**16.028,18**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.052,29**	**14.096,46**	**0,00**	**0,00**	**8.497,52**	**3.402,55**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,63	767,65	0,00	0,00	315,94	220,63
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,40	460,40	0,00	0,00	0,00	460,40
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373,00	495,00	0,00	0,00	150,00	223,00
33903016	* 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,12	1.041,79	0,00	0,00	0,00	677,12
33903017	* 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,83	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,14	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302,54	0,00	0,00	1.302,54	0,00
33903023	* 0100 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,00	995,95	0,00	0,00	959,95	36,00
33903024	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586,80	4.456,15	0,00	0,00	3.124,15	1.332,00
33903025	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 0100 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.698,34	2.754,34	0,00	0,00	2.244,94	453,40
33903044	* 0100 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00
33903045	* 0100 000000 material técnico para	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	949,17	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**90,00**	**90,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**90,00**
33903299	* 0100 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**170,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903606	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.144,81**	**21.287,27**	**1.340,46**	**0,00**	**6.100,62**	**12.535,63**
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819,00	0,00	0,00	819,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.673,00	0,00	0,00	340,00	710,00
33903920	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	700,50	5.007,13
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	366,76	2.893,00
33903957	* 0100 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	75,00	0,00	0,00	0,00	15,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00	0,00	0,00	175,09	2.289,50
33903969	* 0100 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	829,81	2.170,27	1.340,46	0,00	2.170,27	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	1.529,00	1.371,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**187,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33904710	* 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,98	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**71.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**71.250,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**28.613,10**	**596,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**0,00**	**596,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000067 APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.750,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**42.636,90**	**0,00**	**0,00**	**596,00**	**0,00**
44905233	* 0100 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 004 }

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.821,90	0,00	0,00	596,00	0,00
44905252	* 0100 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		172.250,00	0,00	0,00	0,00	172.250,00	9.287,10	78.468,61	1.340,46	93.781,39	15.194,14	16.028,18
							Estornos até o Mes	1.340,46		Pagos até o Mes	62.440,43	

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Receitas - Março 2012- FIA

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012
ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
02 GABINETE PREFEITO E VICE	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
0201 GABINETE DO PREFEITO	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
04 ADMINISTRAÇÃO	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
0006 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GA	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**414.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**414.000,00**	**31.069,93**	**85.933,91**	**0,00**	**328.066,09**	**30.365,41**	**1.872,52**
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**351.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**351.000,00**	**25.149,45**	**75.505,61**	**0,00**	**275.494,39**	**25.149,45**	**0,00**
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**351.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**351.000,00**	**25.149,45**	**75.505,61**	**0,00**	**275.494,39**	**25.149,45**	**0,00**
31900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**351.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**351.000,00**	**25.149,45**	**75.505,61**	**0,00**	**275.494,39**	**25.149,45**	**0,00**
31901100 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.426,79**	**61.280,37**	**0,00**	**0,00**	**20.426,79**	**0,00**
31901101 * 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.824,72	59.474,16	0,00	0,00	19.824,72	0,00
31901137 * 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	602,07	1.806,21	0,00	0,00	602,07	0,00
31901300 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.722,66**	**14.225,24**	**0,00**	**0,00**	**4.722,66**	**0,00**
31901302 * 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.722,66	14.225,24	0,00	0,00	4.722,66	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**63.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**63.000,00**	**5.920,48**	**10.428,30**	**0,00**	**52.571,70**	**5.215,96**	**1.872,52**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**63.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**63.000,00**	**5.920,48**	**10.428,30**	**0,00**	**52.571,70**	**5.215,96**	**1.872,52**
33900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**63.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**63.000,00**	**5.920,48**	**10.428,30**	**0,00**	**52.571,70**	**5.215,96**	**1.872,52**
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.920,48**	**8.200,80**	**0,00**	**0,00**	**4.920,48**	**0,00**
33901414 * 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.920,48	8.200,80	0,00	0,00	4.920,48	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**207,50**	**0,00**	**0,00**	**207,50**	**0,00**
33903024 * 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,50	0,00	0,00	79,50	0,00
33903044 * 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,00	0,00	0,00	128,00	0,00
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**2.020,00**	**0,00**	**0,00**	**87,98**	**1.872,52**
33903905 * 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	67,98	872,52
33903999 * 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
03 ADMINISTRAÇÃO GERAL	**1.868.200,00**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.783.200,00**	**144.370,10**	**776.274,70**	**1.761,29**	**1.006.925,30**	**164.967,86**	**409.933,63**
0301 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, G	**1.868.200,00**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.783.200,00**	**144.370,10**	**776.274,70**	**1.761,29**	**1.006.925,30**	**164.967,86**	**409.933,63**
04 ADMINISTRAÇÃO	**1.868.200,00**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.783.200,00**	**144.370,10**	**776.274,70**	**1.761,29**	**1.006.925,30**	**164.967,86**	**409.933,63**
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	**1.868.200,00**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.783.200,00**	**144.370,10**	**776.274,70**	**1.761,29**	**1.006.925,30**	**164.967,86**	**409.933,63**
0009 ADMINISTRAÇÃO GERAL	**1.868.200,00**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.783.200,00**	**144.370,10**	**776.274,70**	**1.761,29**	**1.006.925,30**	**164.967,86**	**409.933,63**
2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRE	**1.535.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.535.000,00**	**135.623,36**	**638.774,13**	**1.761,29**	**896.225,87**	**143.933,96**	**311.882,94**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**1.535.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.535.000,00**	**135.623,36**	**638.774,13**	**1.761,29**	**896.225,87**	**143.933,96**	**311.882,94**
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**835.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**835.000,00**	**63.946,41**	**205.467,40**	**0,00**	**629.532,60**	**63.946,41**	**0,00**
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**835.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**835.000,00**	**63.946,41**	**205.467,40**	**0,00**	**629.532,60**	**63.946,41**	**0,00**
31900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**835.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**835.000,00**	**63.946,41**	**205.467,40**	**0,00**	**629.532,60**	**63.946,41**	**0,00**
31900400 » 0100 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.960,49**	**48.874,66**	**0,00**	**0,00**	**12.960,49**	**0,00**
31900499 * 0100 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.960,49	48.874,66	0,00	0,00	12.960,49	0,00
31901100 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.199,38**	**119.964,38**	**0,00**	**0,00**	**39.199,38**	**0,00**
31901101 * 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.318,52	83.667,49	0,00	0,00	28.318,52	0,00
31901131 * 0100 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.227,43	22.335,08	0,00	0,00	7.227,43	0,00
31901137 * 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.105,67	9.000,29	0,00	0,00	3.105,67	0,00
31901145 * 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.021,06	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199 * 0100 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	547,76	1.940,46	0,00	0,00	547,76	0,00
31901300 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.786,54**	**36.628,36**	**0,00**	**0,00**	**11.786,54**	**0,00**
31901302 * 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.786,54	36.628,36	0,00	0,00	11.786,54	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**700.000,00**	**71.676,95**	**433.306,73**	**1.761,29**	**266.693,27**	**79.987,55**	**311.882,94**

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações		Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**700.000,00**	**71.676,95**	**433.306,73**	**1.761,29**	**266.693,27**	**79.987,55**	**311.882,94**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**700.000,00**	**71.676,95**	**433.306,73**	**1.761,29**	**266.693,27**	**79.987,55**	**311.882,94**
33901400	**» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.159,20**	**10.461,90**	**0,00**	**0,00**	**8.998,24**	**0,00**
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.159,20	10.461,90	0,00	0,00	8.998,24	0,00
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.577,37**	**25.373,48**	**0,00**	**0,00**	**6.756,59**	**12.337,14**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.543,49	2.662,85	0,00	0,00	1.677,41	985,44
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,00	96,80	0,00	0,00	0,00	96,80
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.382,08	0,00	0,00	435,50	1.946,58
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.893,46	6.304,77	0,00	0,00	2.252,41	4.052,36
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	657,00	1.279,60	0,00	0,00	42,00	1.237,60
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,99	58,59	0,00	0,00	0,00	58,59
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,20	175,42	0,00	0,00	0,00	175,42
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	765,00	0,00	0,00	765,00	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517,23	3.571,20	0,00	0,00	666,85	2.904,35
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139,00	0,00	0,00	139,00	0,00
33903031	* 0100 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.819,75	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	880,00	0,00	0,00	0,00	880,00
33903042	* 0100 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,42	0,00	0,00	50,42	0,00
33903044	* 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 0100 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* 0100 000000 bandeiras, flâmulas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	728,00	0,00	0,00	728,00	0,00
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.885,60**	**38.043,80**	**0,00**	**0,00**	**7.193,73**	**25.444,47**
33903607	* 0100 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.198,40	0,00	0,00	1.933,20	21.265,20
33903645	* 0100 000000 jetons a conselheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.405,60	9.365,40	0,00	0,00	2.554,20	3.405,60
33903696	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380,00	4.380,00	0,00	0,00	2.380,00	0,00
33903699	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	326,33	773,67
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.812,52**	**354.024,22**	**1.761,29**	**0,00**	**56.796,73**	**274.043,45**
33903901	* 0100 000000 assinatura de periód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	75.285,00	0,00	0,00	9.315,00	65.970,00
33903910	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	4.000,00	20.000,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.152,64	0,00	0,00	262,72	2.889,92
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390,00	1.430,00	0,00	0,00	260,00	1.170,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	485,00	0,00	0,00	460,00	25,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.857,00	1.857,00	0,00	0,00	1.169,00	688,00
33903920	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903925	* 0100 000000 serviços de instalaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	1.256,34	15.711,29
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00	581,88	6.667,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.113,00	70.020,00	0,00	0,00	20.185,56	49.834,44
33903949	* 0100 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
33903950	* 0100 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	3.195,00	0,00	0,00	2.796,53	398,47
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00	0,00	0,00	6.446,12	55.575,48
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.642,50	6.642,50	0,00	0,00	3.000,00	3.642,50
33903977	* 0100 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.238,71	15.638,71	1.761,29	0,00	598,00	15.038,71
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	1.465,25	26.311,94
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.020,00	0,00	0,00	920,70	8.099,30
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.086,31	7.798,37	0,00	0,00	3.579,63	1.421,40

[www.cplinformatica.com.br] { 003 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**242,26**	**5.403,33**	**0,00**	**0,00**	**242,26**	**57,88**
33904710	* 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,26	5.403,33	0,00	0,00	242,26	57,88
2008	**CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES E ASSO**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**100.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**100.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**100.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
33500000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**100.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
33500000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**100.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
33504100	**» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**0,00**	**16.703,10**	**94.277,69**
33504101	* 0100 000000 despesa com manutenç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.218,60	0,00	0,00	16.703,10	75.163,95
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.373,74	28.938,17	0,00	0,00	0,00	19.113,74
2013	**DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
31700000	**» 0100 000000**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31710000	**TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
31710000	**» 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
31711100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**0,00**	**132,00**	**1.320,00**
31711199	* 0100 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00	0,00	0,00	132,00	1.320,00
2014	**DESPESAS CORRENTE (CIGA)**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
33700000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33710000	**TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
33710000	**» 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
33713900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**0,00**	**108,00**	**1.080,00**
33713999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.296,00	0,00	0,00	108,00	1.080,00
2015	**DESPESAS DE CAPITAL (CIGA)**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
44710000	**TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
44710000	**» 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
1012	**REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO D**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1103	**AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAM**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**15.000,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**9.536,20**	**4.090,80**	**1.373,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**15.000,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**9.536,20**	**4.090,80**	**1.373,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**15.000,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**9.536,20**	**4.090,80**	**1.373,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**15.000,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**9.536,20**	**4.090,80**	**1.373,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**15.000,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**9.536,20**	**4.090,80**	**1.373,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.373,00**	**5.463,80**	**0,00**	**0,00**	**4.090,80**	**1.373,00**
44905212	* 0100 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043,00	2.065,00	0,00	0,00	1.022,00	1.043,00
44905230	* 0100 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325,00	0,00	0,00	325,00	0,00
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293,80	0,00	0,00	293,80	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905236	* 0100 000000 máquinas, instalaçõe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	330,00	0,00	0,00	0,00	330,00
44905299	* 0100 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00	0,00	0,00	2.450,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 004 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
04	**EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	**6.095.912,50**	**452.369,80**	**0,00**	**95.000,00**	**6.453.282,30**	**620.780,12**	**2.078.697,49**	**1.761,28**	**4.374.584,81**	**565.254,78**	**946.706,94**
0401	**EDUCAÇÃO**	**5.502.412,50**	**411.759,84**	**0,00**	**95.000,00**	**5.819.172,34**	**514.189,64**	**1.807.278,95**	**880,64**	**4.011.893,39**	**500.880,23**	**762.275,54**
12	**EDUCAÇÃO**	**5.502.412,50**	**411.759,84**	**0,00**	**95.000,00**	**5.819.172,34**	**514.189,64**	**1.807.278,95**	**880,64**	**4.011.893,39**	**500.880,23**	**762.275,54**
306	**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
0018	**EDUCAÇÃO E QUALIDADE**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
2016	**MERENDA ESCOLAR**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**103.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**74.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**53.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**53.000,00**	**9.401,32**	**28.312,03**	**0,00**	**24.687,97**	**3.551,22**	**24.760,81**
33900000	**» 0160 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.617,08**	**0,00**	**0,00**	**1.973,99**	**2.643,09**
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.617,08	0,00	0,00	1.973,99	2.643,09
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.401,32**	**23.694,95**	**0,00**	**0,00**	**1.577,23**	**22.117,72**
33903202	* 0100 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.128,05	0,00	0,00	1.128,05	0,00
33903203	* 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.401,32	22.566,90	0,00	0,00	449,18	22.117,72
33903200	**» 0160 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903203	* 0160 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
361	**ENSINO FUNDAMENTAL**	**5.071.412,50**	**287.803,60**	**0,00**	**95.000,00**	**5.264.216,10**	**505.624,11**	**1.672.089,04**	**0,00**	**3.592.127,06**	**399.122,53**	**728.844,83**
0018	**EDUCAÇÃO E QUALIDADE**	**5.071.412,50**	**287.803,60**	**0,00**	**95.000,00**	**5.264.216,10**	**505.624,11**	**1.672.089,04**	**0,00**	**3.592.127,06**	**399.122,53**	**728.844,83**
2017	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTA**	**3.972.412,50**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**3.985.194,04**	**396.212,59**	**1.251.709,32**	**0,00**	**2.733.484,72**	**328.136,48**	**381.139,94**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**3.972.412,50**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**3.985.194,04**	**396.212,59**	**1.251.709,32**	**0,00**	**2.733.484,72**	**328.136,48**	**381.139,94**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**3.047.760,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**3.060.541,54**	**258.581,94**	**775.712,48**	**0,00**	**2.284.829,06**	**258.910,78**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**3.047.760,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**3.060.541,54**	**258.581,94**	**775.712,48**	**0,00**	**2.284.829,06**	**258.910,78**	**0,00**
31900000	**» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**767.760,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**767.760,00**	**66.479,70**	**188.747,00**	**0,00**	**579.013,00**	**66.479,70**	**0,00**
31900000	**» 0118 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.560.000,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**1.572.781,54**	**179.320,70**	**574.183,94**	**0,00**	**998.597,60**	**179.649,54**	**0,00**
31900000	**» 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**720.000,00**	**0,00**	**0,00**
31900000	**» 0318 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**0,00**
31900400	**» 0101 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.551,93**	**25.920,74**	**0,00**	**0,00**	**13.551,93**	**0,00**
31900499	* 0101 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.551,93	25.920,74	0,00	0,00	13.551,93	0,00
31900900	**» 0101 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**631,52**	**1.480,02**	**0,00**	**0,00**	**631,52**	**0,00**
31900901	* 0101 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	631,52	1.480,02	0,00	0,00	631,52	0,00
31900900	**» 0118 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.100,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900901	* 0118 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,81	0,00	0,00	0,00	0,00
31901100	**» 0101 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**41.818,39**	**128.070,43**	**0,00**	**0,00**	**41.818,39**	**0,00**
31901101	* 0101 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.614,13	90.891,12	0,00	0,00	32.614,13	0,00
31901131	* 0101 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.575,63	6.801,48	0,00	0,00	2.575,63	0,00
31901137	* 0101 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,74	7.103,49	0,00	0,00	2.400,74	0,00
31901142	* 0101 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326,55	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 0101 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,43	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 0101 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.961,40	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 0101 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.227,89	14.931,96	0,00	0,00	4.227,89	0,00
31901100	**» 0118 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**143.755,24**	**465.752,18**	**0,00**	**0,00**	**144.084,08**	**0,00**
31901101	* 0118 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.655,45	260.341,74	0,00	0,00	97.655,45	0,00
31901131	* 0118 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.276,64	84.117,28	0,00	0,00	31.401,08	0,00
31901137	* 0118 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.724,54	23.653,13	0,00	0,00	2.725,16	0,00
31901142	* 0118 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,65	0,00	0,00	54,45	0,00
31901143	* 0118 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,34	0,00	0,00	68,96	0,00
31901145	* 0118 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.226,30	0,00	0,00	18,15	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 005 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31901199	* 0118 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.098,61	62.802,74	0,00	0,00	12.160,83	0,00
31901100	**» 0318 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**0,00**
31901137	* 0318 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.781,54	12.781,54	0,00	0,00	12.781,54	0,00
31901300	**» 0101 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.477,86**	**33.275,81**	**0,00**	**0,00**	**10.477,86**	**0,00**
31901302	* 0101 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.477,86	33.275,81	0,00	0,00	10.477,86	0,00
31901300	**» 0118 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.565,46**	**101.330,95**	**0,00**	**0,00**	**35.565,46**	**0,00**
31901302	* 0118 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.565,46	101.330,95	0,00	0,00	35.565,46	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**924.652,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**924.652,50**	**137.630,65**	**475.996,84**	**0,00**	**448.655,66**	**69.225,70**	**381.139,94**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**924.652,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**924.652,50**	**137.630,65**	**475.996,84**	**0,00**	**448.655,66**	**69.225,70**	**381.139,94**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**685.125,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.125,00**	**129.668,65**	**468.034,84**	**0,00**	**217.090,16**	**69.225,70**	**373.177,94**
33900000	**» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**222.027,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**222.027,50**	**7.962,00**	**7.962,00**	**0,00**	**214.065,50**	**0,00**	**7.962,00**
33900000	**» 0118 000036 APLICAÇÕES DIRETAS**	**7.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.500,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0119 000037 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
33901400	**» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.920,49**	**0,00**	**0,00**	**2.460,24**	**0,00**
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.920,49	0,00	0,00	2.460,24	0,00
33901400	**» 0101 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414	* 0101 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.169,31**	**189.641,25**	**0,00**	**0,00**	**33.126,84**	**156.514,41**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794,34	91.049,34	0,00	0,00	2.497,21	88.552,13
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	828,40	1.322,03	0,00	0,00	0,00	1.322,03
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.664,50	0,00	0,00	90,00	2.574,50
33903014	* 0100 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.737,68	7.737,68	0,00	0,00	7.737,68	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,75	31.909,12	0,00	0,00	2.531,02	29.378,10
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	683,50	3.936,80	0,00	0,00	0,00	3.936,80
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.413,15	18.995,34	0,00	0,00	0,00	18.995,34
33903023	* 0100 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.640,00	2.930,00	0,00	0,00	1.290,00	1.640,00
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,30	788,70	0,00	0,00	735,40	53,30
33903025	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,40	430,40	0,00	0,00	200,00	230,40
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,94	595,99	0,00	0,00	393,05	202,94
33903028	* 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,90	353,19	0,00	0,00	346,29	6,90
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 0100 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.762,95	17.538,16	0,00	0,00	8.351,19	9.186,97
33903046	* 0100 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.455,00	0,00	0,00	7.455,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435,00	435,00	0,00	0,00	0,00	435,00
33903000	**» 0101 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**367,00**	**367,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**367,00**
33903004	* 0101 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329,00	329,00	0,00	0,00	0,00	329,00
33903016	* 0101 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0101 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	38,00	0,00	0,00	0,00	38,00
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.030,00**	**121.939,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**121.939,60**
33903201	* 0100 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.030,00	119.722,00	0,00	0,00	0,00	119.722,00
33903299	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.217,60	0,00	0,00	0,00	2.217,60
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.450,51**	**24.227,01**	**0,00**	**0,00**	**14.550,51**	**0,00**
33903607	* 0100 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.450,51	24.127,01	0,00	0,00	14.450,51	0,00
33903639	* 0100 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33903600	**» 0101 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903607	* 0101 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 006 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.141,75**	**125.545,01**	**0,00**	**0,00**	**18.288,11**	**94.426,85**
33903901 * 0100 000000 assinatura de periód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	882,00	0,00	0,00	882,00	0,00
33903905 * 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.412,02	0,00	0,00	147,00	8.265,02
33903916 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118,00	1.523,00	0,00	0,00	405,00	1.118,00
33903917 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	0,00	340,00	0,00
33903919 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,75	15.052,75	0,00	0,00	6.201,00	8.640,75
33903920 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00
33903925 * 0100 000000 serviços de instalaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	3.399,68	42.269,47
33903944 * 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	1.884,47	24.193,36
33903949 * 0100 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428,00	500,00	0,00	0,00	72,00	428,00
33903957 * 0100 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625,00	625,00	0,00	0,00	0,00	625,00
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	256,72	1.877,25
33903959 * 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980 * 0100 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310,00	310,00	0,00	0,00	0,00	310,00
33903983 * 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
33903999 * 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	3.300,24	0,00	0,00	2.600,24	700,00
33903900 » 0101 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.595,00**	**7.595,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.595,00**
33903919 * 0101 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00	7.595,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00
33904700 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297,08**	**517,08**	**0,00**	**0,00**	**220,00**	**297,08**
33904710 * 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297,08	517,08	0,00	0,00	220,00	297,08
33909200 » 0100 000000 DESPESAS DE EXERCÍCIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**580,00**	**1.244,40**	**0,00**	**0,00**	**580,00**	**0,00**
33909247 * 0100 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	1.244,40	0,00	0,00	580,00	0,00
33909200 » 0101 000000 DESPESAS DE EXERCÍCIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33909247 * 0101 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019 MATERIAL ESCOLAR	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33900000 » 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33903200 » 0101 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33903299 * 0101 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	12.582,00	22.418,00
2020 TRANSPORTE ESCOLAR/MANTENÇÃO ED	**563.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**483.215,40**	**30.331,71**	**49.452,89**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**563.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**483.215,40**	**30.331,71**	**49.452,89**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**563.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**483.215,40**	**30.331,71**	**49.452,89**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**563.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**483.215,40**	**30.331,71**	**49.452,89**
33900000 » 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000 » 0122 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**
33900000 » 0158 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**150.215,40**	**30.331,71**	**49.452,89**
33900000 » 0161 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
33903900 » 0122 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903926 * 0122 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0158 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**0,00**	**30.331,71**	**49.452,89**
33903926 * 0158 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.457,52	79.784,60	0,00	0,00	30.331,71	49.452,89
33903900 » 0161 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903926 * 0161 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026 CONSERVAÇÃO E REFORMA ESP. EDUC	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**20.828,72**	**0,00**	**129.171,28**	**19.139,94**	**0,00**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**20.828,72**	**0,00**	**129.171,28**	**19.139,94**	**0,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**20.828,72**	**0,00**	**129.171,28**	**19.139,94**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 007 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	20.828,72	0,00	129.171,28	19.139,94	0,00
44900000	» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	20.828,72	0,00	129.171,28	19.139,94	0,00
44905100	» 0101 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.528,72	0,00	0,00	16.839,94	0,00
44905199	* 0101 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.528,72	0,00	0,00	16.839,94	0,00
44905200	» 0101 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00
44905234	* 0101 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00
1021	AQUIS.DE VEICULOS E EQUIP.MOBIL	299.000,00	275.022,06	0,00	69.000,00	505.022,06	60.954,00	284.766,40	0,00	220.255,66	8.932,40	275.834,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	299.000,00	275.022,06	0,00	69.000,00	505.022,06	60.954,00	284.766,40	0,00	220.255,66	8.932,40	275.834,00
44000000	INVESTIMENTOS	299.000,00	275.022,06	0,00	69.000,00	505.022,06	60.954,00	284.766,40	0,00	220.255,66	8.932,40	275.834,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	299.000,00	275.022,06	0,00	69.000,00	505.022,06	60.954,00	284.766,40	0,00	220.255,66	8.932,40	275.834,00
44900000	» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	160.000,00	0,00	0,00	69.000,00	91.000,00	811,94	9.744,34	0,00	81.255,66	8.932,40	811,94
44900000	» 0162 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	275.022,06	0,00	0,00	275.022,06	60.142,06	275.022,06	0,00	0,00	0,00	275.022,06
44900000	» 0181 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	139.000,00	0,00	0,00	0,00	139.000,00	0,00	0,00	0,00	139.000,00	0,00	0,00
44905200	» 0101 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	811,94	9.744,34	0,00	0,00	8.932,40	811,94
44905206	* 0101 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	430,00	0,00	0,00	0,00	430,00
44905212	* 0101 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.910,00	0,00	0,00	4.910,00	0,00
44905233	* 0101 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381,94	1.024,94	0,00	0,00	643,00	381,94
44905234	* 0101 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	534,40	0,00	0,00	534,40	0,00
44905242	* 0101 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345,00	0,00	0,00	345,00	0,00
44905299	* 0101 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
44905200	» 0162 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.142,06	275.022,06	0,00	0,00	0,00	275.022,06
44905233	* 0162 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.812,06	37.812,06	0,00	0,00	0,00	37.812,06
44905242	* 0162 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.330,00	22.330,00	0,00	0,00	0,00	22.330,00
44905252	* 0162 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.880,00	0,00	0,00	0,00	214.880,00
1027	CONSTR.E AMPLIAÇÃO ESPAÇOS EDUC	37.000,00	0,00	0,00	26.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	37.000,00	0,00	0,00	26.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	37.000,00	0,00	0,00	26.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	37.000,00	0,00	0,00	26.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	26.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1028	AQUISIÇÃO SIST.ENSINOE CENTRO D	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	328.000,00	123.956,24	0,00	0,00	451.956,24	-835,79	106.877,88	880,64	345.078,36	98.206,48	8.669,90
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	328.000,00	123.956,24	0,00	0,00	451.956,24	-835,79	106.877,88	880,64	345.078,36	98.206,48	8.669,90
2018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-835,79	4.374,62	880,64	3.625,38	2.160,91	2.212,21
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-835,79	4.374,62	880,64	3.625,38	2.160,91	2.212,21
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-835,79	4.374,62	880,64	3.625,38	2.160,91	2.212,21
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-835,79	4.374,62	880,64	3.625,38	2.160,91	2.212,21
33900000	» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-835,79	4.374,62	880,64	3.625,38	2.160,91	2.212,21
33903000	» 0101 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,85	4.055,26	0,00	0,00	1.862,41	2.192,85
33903004	* 0101 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,80	0,00	0,00	74,80	0,00
33903020	* 0101 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00
33903021	* 0101 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,85	580,44	0,00	0,00	535,59	44,85
33903022	* 0101 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,02	0,00	0,00	558,02	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 008 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903099	* 0101 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	694,00	0,00	0,00	694,00	0,00
33903900	**» 0101 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-880,64**	**319,36**	**880,64**	**0,00**	**298,50**	**19,36**
33903977	* 0101 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-880,64	319,36	880,64	0,00	298,50	19,36
1029	**CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECH**	**320.000,00**	**123.956,24**	**0,00**	**0,00**	**443.956,24**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**341.452,98**	**96.045,57**	**6.457,69**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**320.000,00**	**123.956,24**	**0,00**	**0,00**	**443.956,24**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**341.452,98**	**96.045,57**	**6.457,69**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**320.000,00**	**123.956,24**	**0,00**	**0,00**	**443.956,24**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**341.452,98**	**96.045,57**	**6.457,69**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**320.000,00**	**123.956,24**	**0,00**	**0,00**	**443.956,24**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**341.452,98**	**96.045,57**	**6.457,69**
44900000	**» 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**315.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**315.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**315.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0162 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**123.956,24**	**0,00**	**0,00**	**123.956,24**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**21.452,98**	**96.045,57**	**6.457,69**
44905100	**» 0119 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905191	* 0119 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905100	**» 0162 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**0,00**	**96.045,57**	**6.457,69**
44905191	* 0162 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.503,26	0,00	0,00	96.045,57	6.457,69
0402	**DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
12	**EDUCAÇÃO**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
366	**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
0018	**EDUCAÇÃO E QUALIDADE**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
2023	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO EN**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.500,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**1.200,00**	**20,00**	**280,00**
33904800	**» 0100 000000 OUTROS AUXÍLIOS FINAN**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**280,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**20,00**	**280,00**
33904801	* 0100 000000 auxilio financeiro a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	300,00	0,00	0,00	20,00	280,00
0403	**DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
12	**EDUCAÇÃO**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
364	**ENSINO SUPERIOR**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
0018	**EDUCAÇÃO E QUALIDADE**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
2024	**APOIO AO ENSINO SUPERIOR**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**128.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**128.000,00**	**14.641,70**	**20.237,30**	**0,00**	**107.762,70**	**135,81**	**20.101,49**
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.561,70**	**20.157,30**	**0,00**	**0,00**	**135,81**	**20.021,49**
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,00	0,00	0,00	71,78	2.103,22
33903926	* 0100 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.561,70	17.982,30	0,00	0,00	64,03	17.918,27
33904800	**» 0100 000000 OUTROS AUXÍLIOS FINAN**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**	**80,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80,00**
33904801	* 0100 000000 auxilio financeiro a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
0404	**DIVISÃO DE ESPORTES**	**294.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**294.000,00**	**34.852,87**	**131.722,03**	**0,00**	**162.277,97**	**44.658,62**	**68.078,65**
27	**DESPORTO E LAZER**	**294.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**294.000,00**	**34.852,87**	**131.722,03**	**0,00**	**162.277,97**	**44.658,62**	**68.078,65**
812	**DESPORTO COMUNITÁRIO**	**294.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**294.000,00**	**34.852,87**	**131.722,03**	**0,00**	**162.277,97**	**44.658,62**	**68.078,65**
0021	**ESPORTE É VIDA**	**294.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**294.000,00**	**34.852,87**	**131.722,03**	**0,00**	**162.277,97**	**44.658,62**	**68.078,65**
2035	**APOIO AO ESPORTE AMADOR**	**224.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**224.000,00**	**34.852,87**	**118.172,03**	**0,00**	**105.827,97**	**36.715,62**	**68.078,65**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**224.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**224.000,00**	**34.852,87**	**118.172,03**	**0,00**	**105.827,97**	**36.715,62**	**68.078,65**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**24.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.000,00**	**1.788,77**	**5.366,31**	**0,00**	**18.633,69**	**1.788,77**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**24.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.000,00**	**1.788,77**	**5.366,31**	**0,00**	**18.633,69**	**1.788,77**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**24.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.000,00**	**1.788,77**	**5.366,31**	**0,00**	**18.633,69**	**1.788,77**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 009 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31901100 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.788,77**	**5.366,31**	**0,00**	**0,00**	**1.788,77**	**0,00**
31901101 * 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.678,29	5.034,87	0,00	0,00	1.678,29	0,00
31901137 * 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,48	331,44	0,00	0,00	110,48	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**33.064,10**	**112.805,72**	**0,00**	**87.194,28**	**34.926,85**	**68.078,65**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**33.064,10**	**112.805,72**	**0,00**	**87.194,28**	**34.926,85**	**68.078,65**
33900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**33.064,10**	**112.805,72**	**0,00**	**87.194,28**	**34.926,85**	**68.078,65**
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**804,93**	**3.024,05**	**0,00**	**0,00**	**804,93**	**0,00**
33901414 * 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	804,93	3.024,05	0,00	0,00	804,93	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.429,97**	**12.177,97**	**0,00**	**0,00**	**6.748,00**	**5.429,97**
33903007 * 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.247,59	2.247,59	0,00	0,00	0,00	2.247,59
33903014 * 0100 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229,60	6.629,60	0,00	0,00	6.400,00	229,60
33903024 * 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.952,78	2.952,78	0,00	0,00	0,00	2.952,78
33903028 * 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031 * 0100 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348,00	0,00	0,00	348,00	0,00
33903200 » 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.733,00**	**5.627,50**	**0,00**	**0,00**	**1.894,50**	**3.733,00**
33903299 * 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.733,00	5.627,50	0,00	0,00	1.894,50	3.733,00
33903600 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.200,00**	**7.100,00**	**0,00**	**0,00**	**3.509,00**	**1.959,90**
33903622 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	3.800,00	0,00	0,00	209,00	1.959,90
33903696 * 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.896,20**	**84.876,20**	**0,00**	**0,00**	**21.970,42**	**56.955,78**
33903905 * 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912 * 0100 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
33903916 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	3.115,00	385,00
33903943 * 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	2.286,24	35.080,84
33903944 * 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	468,99	12.871,91
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	96,19	1.245,83
33903977 * 0100 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.080,00	2.080,00	0,00	0,00	1.300,00	780,00
33903999 * 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.316,20	19.296,20	0,00	0,00	14.704,00	4.592,20
1104 CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVO	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**
1106 CONSERVAÇÃO E REFORMA ESPAÇOS E	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**26.450,00**	**7.943,00**	**0,00**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**26.450,00**	**7.943,00**	**0,00**
44000000 INVESTIMENTOS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**26.450,00**	**7.943,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**26.450,00**	**7.943,00**	**0,00**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**26.450,00**	**7.943,00**	**0,00**
44905100 » 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.550,00**	**0,00**	**0,00**	**7.943,00**	**0,00**
44905199 * 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.550,00	0,00	0,00	7.943,00	0,00
0405 DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	**170.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**210.609,96**	**56.815,91**	**119.159,21**	**880,64**	**91.450,75**	**19.560,12**	**95.971,26**
13 CULTURA	**150.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**190.609,96**	**55.545,91**	**106.189,21**	**880,64**	**84.420,75**	**18.102,64**	**86.712,81**
392 DIFUSÃO CULTURAL	**150.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**190.609,96**	**55.545,91**	**106.189,21**	**880,64**	**84.420,75**	**18.102,64**	**86.712,81**
0049 CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA	**150.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**190.609,96**	**55.545,91**	**106.189,21**	**880,64**	**84.420,75**	**18.102,64**	**86.712,81**
2030 MANUT.ARIVIDADES CULTURAIS E AR	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**6.880,75**	**54.345,05**	**880,64**	**25.654,95**	**14.923,64**	**38.047,65**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**6.880,75**	**54.345,05**	**880,64**	**25.654,95**	**14.923,64**	**38.047,65**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**6.880,75**	**54.345,05**	**880,64**	**25.654,95**	**14.923,64**	**38.047,65**

[www.cplinformatica.com.br] { 010 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**6.880,75**	**54.345,05**	**880,64**	**25.654,95**	**14.923,64**	**38.047,65**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**6.880,75**	**54.345,05**	**880,64**	**25.654,95**	**14.923,64**	**38.047,65**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.535,39**	**8.119,69**	**0,00**	**0,00**	**5.293,29**	**2.826,40**
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221,99	2.221,99	0,00	0,00	870,99	1.351,00
33903023	* 0100 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.275,00	1.557,43	0,00	0,00	282,43	1.275,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829,13	0,00	0,00	2.829,13	0,00
33903044	* 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,00	0,00	0,00	84,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,40	1.427,14	0,00	0,00	1.226,74	200,40
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903203	* 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.345,36**	**46.225,36**	**880,64**	**0,00**	**9.630,35**	**35.221,25**
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510,00	0,00	0,00	3.430,00	80,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,00	1.146,00	0,00	0,00	1.020,00	126,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	458,63	5.326,06
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	76,14	771,58
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	0,00	0,00	323,08	2.973,75
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903977	* 0100 000000 vigilância ostensiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-880,64	1.039,36	880,64	0,00	1.017,00	19,36
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00	29.150,00	0,00	0,00	3.225,50	25.924,50
2032	**CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS ARTISTIC**	**70.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**110.609,96**	**48.665,16**	**51.844,16**	**0,00**	**58.765,80**	**3.179,00**	**48.665,16**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**70.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**110.609,96**	**48.665,16**	**51.844,16**	**0,00**	**58.765,80**	**3.179,00**	**48.665,16**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**70.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**110.609,96**	**48.665,16**	**51.844,16**	**0,00**	**58.765,80**	**3.179,00**	**48.665,16**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**70.000,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**110.609,96**	**48.665,16**	**51.844,16**	**0,00**	**58.765,80**	**3.179,00**	**48.665,16**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**28.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**28.000,00**	**8.055,20**	**11.234,20**	**0,00**	**16.765,80**	**3.179,00**	**8.055,20**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0162 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**40.609,96**	**40.609,96**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.609,96**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.055,20**	**11.234,20**	**0,00**	**0,00**	**3.179,00**	**8.055,20**
44905210	* 0100 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.645,00	7.645,00	0,00	0,00	0,00	7.645,00
44905226	* 0100 000000 instrumentos musicai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,20	410,20	0,00	0,00	0,00	410,20
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.179,00	0,00	0,00	3.179,00	0,00
44905200	**» 0162 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.609,96**	**40.609,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.609,96**
44905226	* 0162 000000 instrumentos musicai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.291,20	29.291,20	0,00	0,00	0,00	29.291,20
44905233	* 0162 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.318,76	11.318,76	0,00	0,00	0,00	11.318,76
24	**COMUNICAÇÕES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
722	**TELECOMUNICAÇÕES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
0016	**RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
2031	**MANUT.REPETIDOAS SINAIS DE TELE**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.270,00**	**12.970,00**	**0,00**	**7.030,00**	**1.457,48**	**9.258,45**
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**840,00**	**12.540,00**	**0,00**	**0,00**	**1.457,48**	**8.828,45**
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	2.040,00	0,00	0,00	600,00	840,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	857,48	7.988,45
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**430,00**	**430,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**430,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 011 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33904710	* 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	430,00	0,00	0,00	0,00	430,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	4.115.370,00	533.668,00	0,00	0,00	4.649.038,00	441.551,21	1.610.153,87	0,00	3.038.884,13	418.439,48	810.049,96
0601	SERVIÇOS URBANOS	1.697.832,00	183.000,00	0,00	0,00	1.880.832,00	140.117,93	254.247,81	0,00	1.626.584,19	140.608,32	60.306,39
15	URBANISMO	1.020.000,00	3.000,00	0,00	0,00	1.023.000,00	129.076,53	230.124,71	0,00	792.875,29	119.131,62	57.659,99
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	490.000,00	3.000,00	0,00	0,00	493.000,00	103.441,63	138.212,73	0,00	354.787,27	54.876,37	57.316,99
0046	URBANIZAÇÃO DE VIAS	490.000,00	3.000,00	0,00	0,00	493.000,00	103.441,63	138.212,73	0,00	354.787,27	54.876,37	57.316,99
2044	CONSERVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	2.684,00	0,00	12.316,00	2.684,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	2.684,00	0,00	12.316,00	2.684,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	2.684,00	0,00	12.316,00	2.684,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	2.684,00	0,00	12.316,00	2.684,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	2.684,00	0,00	12.316,00	2.684,00	0,00
44905100	» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.684,00	0,00	0,00	2.684,00	0,00
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.684,00	0,00	0,00	2.684,00	0,00
1037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	89.446,63	118.711,73	0,00	261.288,27	44.615,37	50.898,99
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	89.446,63	118.711,73	0,00	261.288,27	44.615,37	50.898,99
44000000	INVESTIMENTOS	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	89.446,63	118.711,73	0,00	261.288,27	44.615,37	50.898,99
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	89.446,63	118.711,73	0,00	261.288,27	44.615,37	50.898,99
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	24.674,64	53.939,74	0,00	146.060,26	26.892,37	3.850,00
44900000	» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	64.771,99	64.771,99	0,00	25.228,01	17.723,00	47.048,99
44900000	» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00
44905100	» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.674,64	53.939,74	0,00	0,00	26.892,37	3.850,00
44905191	* 0100 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 0100 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.674,64	53.939,74	0,00	0,00	26.892,37	3.850,00
44905100	» 0124 000055 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.771,99	64.771,99	0,00	0,00	17.723,00	47.048,99
44905199	* 0124 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.771,99	64.771,99	0,00	0,00	17.723,00	47.048,99
1043	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO E AMP	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	6.382,00	9.204,00	0,00	20.796,00	1.396,00	4.986,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	6.382,00	9.204,00	0,00	20.796,00	1.396,00	4.986,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	6.382,00	9.204,00	0,00	20.796,00	1.396,00	4.986,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	6.382,00	9.204,00	0,00	20.796,00	1.396,00	4.986,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	6.382,00	9.204,00	0,00	20.796,00	1.396,00	4.986,00
44905100	» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.382,00	9.204,00	0,00	0,00	1.396,00	4.986,00
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.382,00	9.204,00	0,00	0,00	1.396,00	4.986,00
1046	CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLIC	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
1047	CONSTRUÇÃO E REFORMA ABRIGOS DE	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	8.000,00	7.613,00	7.613,00	0,00	387,00	6.181,00	1.432,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	8.000,00	7.613,00	7.613,00	0,00	387,00	6.181,00	1.432,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	8.000,00	7.613,00	7.613,00	0,00	387,00	6.181,00	1.432,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	8.000,00	7.613,00	7.613,00	0,00	387,00	6.181,00	1.432,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	8.000,00	7.613,00	7.613,00	0,00	387,00	6.181,00	1.432,00
44905100	» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.613,00	7.613,00	0,00	0,00	6.181,00	1.432,00
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.613,00	7.613,00	0,00	0,00	6.181,00	1.432,00
1050	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE CONVIV	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 012 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**
452	**SERVIÇOS URBANOS**	**530.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**530.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**438.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
0031	**SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**	**530.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**530.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**438.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
2038	**ILUMINÇÃO PÚBLICA COSIP**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**398.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**398.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**398.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**398.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
33900000	**» 0117 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**398.088,02**	**64.255,25**	**343,00**
33903000	**» 0117 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.693,00**	**0,00**	**0,00**	**6.693,00**	**0,00**
33903024	* 0117 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 0117 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.693,00	0,00	0,00	6.693,00	0,00
33903900	**» 0117 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.634,90**	**85.218,98**	**0,00**	**0,00**	**57.562,25**	**343,00**
33903943	* 0117 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.634,90	77.648,98	0,00	0,00	50.408,75	0,00
33903999	* 0117 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.570,00	0,00	0,00	7.153,50	343,00
1041	**CONSTRUÇÃO DE GARAGENS P/MAQUIN**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
16	**HABITAÇÃO**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
482	**HABITAÇÃO URBANA**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
0061	**MORAR MELHOR**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
1040	**AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTR.C**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**677.832,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**857.832,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**833.708,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**650.000,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**830.000,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**805.876,90**	**21.476,70**	**2.646,40**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**26.832,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.832,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.832,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905100	**» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.041,40**	**24.123,10**	**0,00**	**0,00**	**21.476,70**	**2.646,40**
44905191	* 0100 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.041,40	23.361,50	0,00	0,00	20.715,10	2.646,40
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	761,60	0,00	0,00	761,60	0,00
0602	**DIVISÃO DOS TRANSPORTES**	**2.039.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.268.078,00**	**217.935,11**	**1.094.672,66**	**0,00**	**1.173.405,34**	**253.886,91**	**631.250,97**
26	**TRANSPORTE**	**2.039.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.268.078,00**	**217.935,11**	**1.094.672,66**	**0,00**	**1.173.405,34**	**253.886,91**	**631.250,97**
782	**TRANSPORTE RODOVIÁRIO**	**2.039.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.268.078,00**	**217.935,11**	**1.094.672,66**	**0,00**	**1.173.405,34**	**253.886,91**	**631.250,97**
0039	**ESTRADAS VICINAIS**	**2.039.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.268.078,00**	**217.935,11**	**1.094.672,66**	**0,00**	**1.173.405,34**	**253.886,91**	**631.250,97**
2051	**MANTENÇÃO DOS SERVIÇOS RBANOS**	**1.732.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.961.078,00**	**207.300,78**	**986.639,76**	**0,00**	**974.438,24**	**210.448,34**	**584.817,64**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**1.732.078,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.961.078,00**	**207.300,78**	**986.639,76**	**0,00**	**974.438,24**	**210.448,34**	**584.817,64**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**901.228,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**901.228,00**	**110.606,95**	**292.926,22**	**0,00**	**608.301,78**	**114.306,04**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**901.228,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**901.228,00**	**110.606,95**	**292.926,22**	**0,00**	**608.301,78**	**114.306,04**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**901.228,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**901.228,00**	**110.606,95**	**292.926,22**	**0,00**	**608.301,78**	**114.306,04**	**0,00**
31900400	**» 0100 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.655,30**	**82.384,88**	**0,00**	**0,00**	**41.441,76**	**0,00**
31900499	* 0100 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.655,30	82.384,88	0,00	0,00	41.441,76	0,00
31900900	**» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**464,98**	**1.212,98**	**0,00**	**0,00**	**486,98**	**0,00**
31900901	* 0100 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464,98	1.212,98	0,00	0,00	486,98	0,00
31901100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.027,27**	**162.997,67**	**0,00**	**0,00**	**56.917,90**	**0,00**
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.586,95	118.620,99	0,00	0,00	41.009,57	0,00
31901131	* 0100 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,85	1.124,79	0,00	0,00	420,85	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.970,36	11.914,43	0,00	0,00	3.982,80	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 013 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31901142	* 0100 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,21	128,42	0,00	0,00	128,42	0,00
31901143	* 0100 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149,60	266,05	0,00	0,00	266,05	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.601,29	4.083,26	0,00	0,00	1.886,20	0,00
31901199	* 0100 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.224,01	26.859,73	0,00	0,00	9.224,01	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.459,40**	**46.330,69**	**0,00**	**0,00**	**15.459,40**	**0,00**
31901301	* 0100 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,93	427,98	0,00	0,00	106,93	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.352,47	45.902,71	0,00	0,00	15.352,47	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**830.850,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.059.850,00**	**96.693,83**	**693.713,54**	**0,00**	**366.136,46**	**96.142,30**	**584.817,64**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**830.850,00**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.059.850,00**	**96.693,83**	**693.713,54**	**0,00**	**366.136,46**	**96.142,30**	**584.817,64**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**800.000,00**	**79.000,00**	**0,00**	**0,00**	**879.000,00**	**69.283,83**	**666.303,54**	**0,00**	**212.696,46**	**96.142,30**	**557.407,64**
33900000	**» 0116 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**30.850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.850,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**	**27.410,00**	**27.410,00**	**0,00**	**122.590,00**	**0,00**	**27.410,00**
33901400	**» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.968,20**	**3.041,44**	**0,00**	**0,00**	**1.968,20**	**0,00**
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.968,20	3.041,44	0,00	0,00	1.968,20	0,00
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**38.345,61**	**493.934,92**	**0,00**	**0,00**	**59.058,81**	**434.854,10**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.062,15	418.105,36	0,00	0,00	35.693,47	382.411,89
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	497,80	684,80	0,00	0,00	74,80	610,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,56	2.362,46	0,00	0,00	1.703,80	658,66
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,50	59,50	0,00	0,00	0,00	59,50
33903019	* 0100 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,80	94,70	0,00	0,00	30,00	64,70
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,53	1.223,04	0,00	0,00	341,96	881,08
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,17	0,00	0,00	4.178,16	0,00
33903025	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,00	966,00	0,00	0,00	0,00	966,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,20	121,20	0,00	0,00	121,20	0,00
33903028	* 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,15	1.236,58	0,00	0,00	1.061,43	175,15
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,00	263,00	0,00	0,00	99,00	164,00
33903031	* 0100 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.174,00	3.174,00	0,00	0,00	0,00	3.174,00
33903039	* 0100 000055 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.171,83	55.682,03	0,00	0,00	13.154,00	42.528,03
33903042	* 0100 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630,19	1.583,69	0,00	0,00	953,50	630,19
33903044	* 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00	0,00	0,00	420,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530,90	3.758,39	0,00	0,00	1.227,49	2.530,90
33903000	**» 0124 000055 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.410,00**	**27.410,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.410,00**
33903039	* 0124 000055 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.410,00	27.410,00	0,00	0,00	0,00	27.410,00
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**170,00**	**170,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**170,00**
33903606	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00
33903699	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**28.648,64**	**169.005,80**	**0,00**	**0,00**	**34.963,91**	**122.383,54**
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	0,00	0,00	63,00	3.087,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	845,00	0,00	0,00	245,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.715,00	68.749,75	0,00	0,00	24.967,00	37.038,00
33903925	* 0100 000000 serviços de instalaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
33903935	* 0100 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127,69	127,69	0,00	0,00	0,00	127,69
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00	0,00	0,00	1.621,89	15.899,52
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	689,61	13.975,38
33903947	* 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
33903949	* 0100 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
33903974	* 0100 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	4.890,00	0,00	0,00	1.890,00	3.000,00

[www.cplinformatica.com.br] { 014 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903979	* 0100 000000 serviços de apoio ad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.660,00	0,00	0,00	3.555,00	39.105,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.445,95	11.413,36	0,00	0,00	1.542,41	9.870,95
33903900	**» 0124 000055 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903919	* 0124 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**151,38**	**0,00**	**0,00**	**151,38**	**0,00**
33904710	* 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,38	151,38	0,00	0,00	151,38	0,00
2053	**CONSERVAÇÃO DE VEICULOS,MAQINAS**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**4.189,14**	**37.071,53**	**40.578,33**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**4.189,14**	**37.071,53**	**40.578,33**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**4.189,14**	**37.071,53**	**40.578,33**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**4.189,14**	**37.071,53**	**40.578,33**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**4.189,14**	**37.071,53**	**40.578,33**
44905100	**» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.779,33**	**95.810,86**	**0,00**	**0,00**	**37.071,53**	**40.578,33**
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.779,33	95.810,86	0,00	0,00	37.071,53	40.578,33
1052	**CONSTRUÇÃO DE PONTES PONTILHOES**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**38.787,96**	**5.357,04**	**5.855,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**38.787,96**	**5.357,04**	**5.855,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**38.787,96**	**5.357,04**	**5.855,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**38.787,96**	**5.357,04**	**5.855,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**8.787,96**	**5.357,04**	**5.855,00**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905100	**» 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.855,00**	**11.212,04**	**0,00**	**0,00**	**5.357,04**	**5.855,00**
44905199	* 0100 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.855,00	11.212,04	0,00	0,00	5.357,04	5.855,00
1107	**AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS**	**157.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.000,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**155.990,00**	**1.010,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**157.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.000,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**155.990,00**	**1.010,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**157.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.000,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**155.990,00**	**1.010,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**157.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.000,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**155.990,00**	**1.010,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**53.990,00**	**1.010,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**	**0,00**	**1.010,00**	**0,00**
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,00	0,00	0,00	1.010,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* 0100 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	**DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**
11	**TRABALHO**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**
334	**FOMENTO AO TRABALHO**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**
0060	**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.460,00**	**0,00**	**0,00**
2055	**APOIO A EMPRESAS**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
33600000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
33600000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
1056	**CONSTRUÇÃO DE LOCAL PARA INCUBA**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
1058	**INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERR**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 015 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
0605	**PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL**	**303.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**424.668,00**	**83.498,17**	**261.233,40**	**0,00**	**163.434,60**	**23.944,25**	**118.492,60**
20	**AGRICULTURA**	**303.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**424.668,00**	**83.498,17**	**261.233,40**	**0,00**	**163.434,60**	**23.944,25**	**118.492,60**
606	**EXTENÇÃO RURAL**	**303.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**424.668,00**	**83.498,17**	**261.233,40**	**0,00**	**163.434,60**	**23.944,25**	**118.492,60**
0048	**PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO**	**303.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**424.668,00**	**83.498,17**	**261.233,40**	**0,00**	**163.434,60**	**23.944,25**	**118.492,60**
2063	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROP**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**75.262,17**	**139.837,40**	**0,00**	**60.162,60**	**23.944,25**	**110.256,60**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**75.262,17**	**139.837,40**	**0,00**	**60.162,60**	**23.944,25**	**110.256,60**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**45.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**45.000,00**	**75,00**	**225,00**	**0,00**	**44.775,00**	**75,00**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**45.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**45.000,00**	**75,00**	**225,00**	**0,00**	**44.775,00**	**75,00**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**45.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**45.000,00**	**75,00**	**225,00**	**0,00**	**44.775,00**	**75,00**	**0,00**
31901100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75,00**	**225,00**	**0,00**	**0,00**	**75,00**	**0,00**
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	225,00	0,00	0,00	75,00	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**155.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**155.000,00**	**75.187,17**	**139.612,40**	**0,00**	**15.387,60**	**23.869,25**	**110.256,60**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**155.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**155.000,00**	**75.187,17**	**139.612,40**	**0,00**	**15.387,60**	**23.869,25**	**110.256,60**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**155.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**155.000,00**	**75.187,17**	**139.612,40**	**0,00**	**15.387,60**	**23.869,25**	**110.256,60**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22.481,17**	**31.231,80**	**0,00**	**0,00**	**8.750,63**	**22.481,17**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	750,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181,24	0,00	0,00	181,24	0,00
33903025	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425,00	0,00	0,00	425,00	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131,18	0,00	0,00	131,18	0,00
33903028	* 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241,20	0,00	0,00	241,20	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.481,17	29.503,18	0,00	0,00	7.022,01	22.481,17
33903200	**» 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.250,00**	**8.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.250,00**
33903299	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.250,00	8.250,00	0,00	0,00	0,00	8.250,00
33903600	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**900,00**	**0,00**	**0,00**	**870,10**	**29,90**
33903699	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	870,10	29,90
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44.456,00**	**99.230,60**	**0,00**	**0,00**	**14.248,52**	**79.495,53**
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912	* 0100 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00	2.100,00	6.300,00
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.656,00	55.979,00	0,00	0,00	6.723,00	49.256,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	1.646,33	17.632,89
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	291,11	5.506,64
33903974	* 0100 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735,00	0,00	0,00	1.735,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716,60	0,00	0,00	1.653,08	0,00
2101	**TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES P**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
33500000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
33500000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
1064	**AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS**	**13.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**134.668,00**	**8.236,00**	**121.396,00**	**0,00**	**13.272,00**	**0,00**	**8.236,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**13.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**134.668,00**	**8.236,00**	**121.396,00**	**0,00**	**13.272,00**	**0,00**	**8.236,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**13.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**134.668,00**	**8.236,00**	**121.396,00**	**0,00**	**13.272,00**	**0,00**	**8.236,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 016 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**13.000,00**	**121.668,00**	**0,00**	**0,00**	**134.668,00**	**8.236,00**	**121.396,00**	**0,00**	**13.272,00**	**0,00**	**8.236,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**10.000,00**	**24.167,00**	**0,00**	**0,00**	**34.167,00**	**2.059,00**	**30.349,00**	**0,00**	**3.818,00**	**0,00**	**2.059,00**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**6.177,00**	**91.047,00**	**0,00**	**-90.047,00**	**0,00**	**6.177,00**
44900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**97.501,00**	**0,00**	**0,00**	**98.501,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**98.501,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.059,00**	**30.349,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.059,00**
44905240	* 0100 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.059,00	30.349,00	0,00	0,00	0,00	2.059,00
44905200	**» 0124 000055 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.177,00**	**91.047,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.177,00**
44905240	* 0124 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.177,00	91.047,00	0,00	0,00	0,00	6.177,00
1065	**IMP.POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGR**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000	**» 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**
07	**ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**	**1.115.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.115.550,00**	**87.182,81**	**309.304,03**	**0,00**	**806.245,97**	**84.292,12**	**13.234,04**
0701	**ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**	**1.115.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.115.550,00**	**87.182,81**	**309.304,03**	**0,00**	**806.245,97**	**84.292,12**	**13.234,04**
06	**SEGURANÇA PÚBLICA**	**102.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102.000,00**	**5.881,22**	**11.358,66**	**0,00**	**90.641,34**	**3.783,33**	**7.116,76**
181	**POLICIAMENTO**	**102.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102.000,00**	**5.881,22**	**11.358,66**	**0,00**	**90.641,34**	**3.783,33**	**7.116,76**
0032	**SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**	**102.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102.000,00**	**5.881,22**	**11.358,66**	**0,00**	**90.641,34**	**3.783,33**	**7.116,76**
2069	**MANUTENÇÃO DA POLICIA CIVIL**	**22.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22.000,00**	**2.104,50**	**3.170,94**	**0,00**	**18.829,06**	**1.066,44**	**2.104,50**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.000,00**	**2.104,50**	**2.330,94**	**0,00**	**4.669,06**	**226,44**	**2.104,50**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.000,00**	**2.104,50**	**2.330,94**	**0,00**	**4.669,06**	**226,44**	**2.104,50**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.000,00**	**2.104,50**	**2.330,94**	**0,00**	**4.669,06**	**226,44**	**2.104,50**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.000,00**	**2.104,50**	**2.330,94**	**0,00**	**4.669,06**	**226,44**	**2.104,50**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.320,50**	**1.546,94**	**0,00**	**0,00**	**226,44**	**1.320,50**
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	88,00	0,00	0,00	0,00	88,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,44	0,00	0,00	114,44	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,00	130,00	0,00	0,00	0,00	130,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,00	0,00	0,00	112,00	0,00
33903030	* 0100 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	0,00	1.102,50
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**784,00**	**784,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**784,00**
33903916	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784,00	784,00	0,00	0,00	0,00	784,00
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**	**14.160,00**	**840,00**	**0,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**	**14.160,00**	**840,00**	**0,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**	**14.160,00**	**840,00**	**0,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**	**14.160,00**	**840,00**	**0,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**	**0,00**	**840,00**	**0,00**
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	0,00	0,00	840,00	0,00
2070	**MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**3.776,72**	**8.187,72**	**0,00**	**71.812,28**	**2.716,89**	**5.012,26**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**2.086,72**	**6.497,72**	**0,00**	**13.502,28**	**2.716,89**	**3.322,26**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**2.086,72**	**6.497,72**	**0,00**	**13.502,28**	**2.716,89**	**3.322,26**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**2.086,72**	**6.497,72**	**0,00**	**13.502,28**	**2.716,89**	**3.322,26**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**2.086,72**	**6.497,72**	**0,00**	**13.502,28**	**2.716,89**	**3.322,26**
33903000	**» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.921,72**	**4.073,72**	**0,00**	**0,00**	**2.260,00**	**1.813,72**

[www.cplinformatica.com.br] { 017 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,00	234,00	0,00	0,00	234,00	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455,00	2.158,00	0,00	0,00	703,00	1.455,00
33903039	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358,72	1.681,72	0,00	0,00	1.323,00	358,72
33903900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**165,00**	**2.424,00**	**0,00**	**0,00**	**456,89**	**1.508,54**
33903919	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	424,00	0,00	0,00	259,00	165,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	197,89	1.343,54
40000000	**DESPESAS DE CAPITAL**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**1.690,00**	**1.690,00**	**0,00**	**58.310,00**	**0,00**	**1.690,00**
44000000	**INVESTIMENTOS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**1.690,00**	**1.690,00**	**0,00**	**58.310,00**	**0,00**	**1.690,00**
44900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**1.690,00**	**1.690,00**	**0,00**	**58.310,00**	**0,00**	**1.690,00**
44900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**1.690,00**	**1.690,00**	**0,00**	**58.310,00**	**0,00**	**1.690,00**
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.690,00**	**1.690,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.690,00**
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.690,00	1.690,00	0,00	0,00	0,00	1.690,00
28	**ENCARGOS ESPECIAIS**	**1.013.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.013.550,00**	**81.301,59**	**297.945,37**	**0,00**	**715.604,63**	**80.508,79**	**6.117,28**
122	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**	**563.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.550,00**	**32.457,53**	**140.427,33**	**0,00**	**423.122,67**	**37.760,50**	**0,00**
0069	**ENCARGOS ESPECIAIS**	**563.550,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**563.550,00**	**32.457,53**	**140.427,33**	**0,00**	**423.122,67**	**37.760,50**	**0,00**
0071	**PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSION**	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**18.860,30**	**56.580,90**	**0,00**	**208.419,10**	**18.860,30**	**0,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**18.860,30**	**56.580,90**	**0,00**	**208.419,10**	**18.860,30**	**0,00**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**18.860,30**	**56.580,90**	**0,00**	**208.419,10**	**18.860,30**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**18.860,30**	**56.580,90**	**0,00**	**208.419,10**	**18.860,30**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**18.860,30**	**56.580,90**	**0,00**	**208.419,10**	**18.860,30**	**0,00**
31900100	**» 0100 000000 APOSENTADORIAS E REFO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.686,91**	**50.060,73**	**0,00**	**0,00**	**16.686,91**	**0,00**
31900101	* 0100 000000 proventos pessoal ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.686,91	50.060,73	0,00	0,00	16.686,91	0,00
31900300	**» 0100 000000 PENSÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.173,39**	**6.520,17**	**0,00**	**0,00**	**2.173,39**	**0,00**
31900301	* 0100 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.173,39	6.520,17	0,00	0,00	2.173,39	0,00
0073	**CONTRIBUIÇÃO AO PASEP**	**211.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**211.450,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**155.531,94**	**18.900,20**	**0,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**211.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**211.450,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**155.531,94**	**18.900,20**	**0,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**211.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**211.450,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**155.531,94**	**18.900,20**	**0,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**211.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**211.450,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**155.531,94**	**18.900,20**	**0,00**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**211.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**211.450,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**155.531,94**	**18.900,20**	**0,00**
33904700	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.597,23**	**55.918,06**	**0,00**	**0,00**	**18.900,20**	**0,00**
33904712	* 0100 000000 contribuição para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.597,23	55.918,06	0,00	0,00	18.900,20	0,00
0074	**SENTENÇAS JUDICIAIS**	**87.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**87.100,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**59.171,63**	**0,00**	**0,00**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**87.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**87.100,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**59.171,63**	**0,00**	**0,00**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.100,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**75.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.000,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**47.071,63**	**0,00**	**0,00**
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**75.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.000,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**47.071,63**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**75.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**75.000,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**47.071,63**	**0,00**	**0,00**
33909100	**» 0100 000000 SENTENÇAS JUDICIAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33909102	* 0100 000000 precatórios incluído	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.928,37	0,00	0,00	0,00	0,00
33909107	* 0100 000000 precatórios administ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
843	**SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA**	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**	**48.844,06**	**157.518,04**	**0,00**	**292.481,96**	**42.748,29**	**6.117,28**
0069	**ENCARGOS ESPECIAIS**	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**	**48.844,06**	**157.518,04**	**0,00**	**292.481,96**	**42.748,29**	**6.117,28**
0072	**AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVID**	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**	**48.844,06**	**157.518,04**	**0,00**	**292.481,96**	**42.748,29**	**6.117,28**
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**
32000000	**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**
32900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**
32900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**

[www.cplinformatica.com.br] { 018 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
32902100 » 0100 000000 JUROS SOBRE A DÍVIDA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.362,40**	**19.140,47**	**0,00**	**0,00**	**5.270,76**	**113,15**
32902102 * 0100 000000 juros da dívida cont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.362,40	19.140,47	0,00	0,00	5.270,76	113,15
32902200 » 0100 000000 OUTROS ENCARGOS SOBRE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.313,89**	**59.713,05**	**0,00**	**0,00**	**16.313,89**	**0,00**
32902202 * 0100 000000 outros encargos da d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.313,89	59.713,05	0,00	0,00	16.313,89	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46000000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46907100 » 0100 000000 PRINCIPAL DA DÍVIDA C	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**0,00**	**21.163,64**	**6.004,13**
46907102 * 0100 000000 amortização da dívid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.167,77	78.664,52	0,00	0,00	21.163,64	6.004,13
08 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA	**546.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**546.668,00**	**38.534,88**	**107.962,89**	**0,00**	**438.705,11**	**33.280,99**	**62.783,92**
0801 SANEAMENTO BASICO	**546.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**546.668,00**	**38.534,88**	**107.962,89**	**0,00**	**438.705,11**	**33.280,99**	**62.783,92**
17 SANEAMENTO	**546.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**546.668,00**	**38.534,88**	**107.962,89**	**0,00**	**438.705,11**	**33.280,99**	**62.783,92**
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	**546.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**546.668,00**	**38.534,88**	**107.962,89**	**0,00**	**438.705,11**	**33.280,99**	**62.783,92**
0070 SANEAMENTO BASICO URBANO	**546.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**546.668,00**	**38.534,88**	**107.962,89**	**0,00**	**438.705,11**	**33.280,99**	**62.783,92**
2100 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**203.257,36**	**3.248,64**	**57.514,48**
30000000 DESPESAS CORRENTES	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**203.257,36**	**3.248,64**	**57.514,48**
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**203.257,36**	**3.248,64**	**57.514,48**
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**203.257,36**	**3.248,64**	**57.514,48**
33900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**265.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**265.000,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**203.257,36**	**3.248,64**	**57.514,48**
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.580,88**	**61.742,64**	**0,00**	**0,00**	**3.248,64**	**57.514,48**
33903978 * 0100 000000 limpeza e conservaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.580,88	61.742,64	0,00	0,00	3.248,64	57.514,48
1081 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS P	**281.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**281.668,00**	**17.954,00**	**46.220,25**	**0,00**	**235.447,75**	**30.032,35**	**5.269,44**
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**281.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**281.668,00**	**17.954,00**	**46.220,25**	**0,00**	**235.447,75**	**30.032,35**	**5.269,44**
44000000 INVESTIMENTOS	**281.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**281.668,00**	**17.954,00**	**46.220,25**	**0,00**	**235.447,75**	**30.032,35**	**5.269,44**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**281.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**281.668,00**	**17.954,00**	**46.220,25**	**0,00**	**235.447,75**	**30.032,35**	**5.269,44**
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.000,00**	**4.615,00**	**17.294,45**	**0,00**	**112.705,55**	**12.679,45**	**4.615,00**
44900000 » 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.668,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.668,00**	**13.339,00**	**28.925,80**	**0,00**	**-23.257,80**	**17.352,90**	**654,44**
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**141.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**141.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**141.000,00**	**0,00**	**0,00**
44905100 » 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.615,00**	**17.294,45**	**0,00**	**0,00**	**12.679,45**	**4.615,00**
44905199 * 0100 000067 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.615,00	17.294,45	0,00	0,00	12.679,45	4.615,00
44905100 » 0124 000055 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.339,00**	**28.925,80**	**0,00**	**0,00**	**17.352,90**	**654,44**
44905100 » 0124 000067 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905191 * 0124 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199 * 0124 000067 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.339,00	28.925,80	0,00	0,00	17.352,90	654,44
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
2999 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
90000000 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99000000 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99990000 RESERVA DE CONTINGENCIA	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99990000 » 0100 000000 Reserva de Contingenc	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL GERAL	14.170.700,50	986.037,80	0,00	180.000,00	14.976.738,30	1.363.391,05	4.968.228,89	3.522,57	10.008.509,41	1.312.374,20	2.228.709,45

[www.cplinformatica.com.br] { 019 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações		Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	**DESPESAS CORRENTES**	**10.929.900,50**	**241.781,54**	**0,00**	**0,00**	**11.171.682,04**	**1.072.331,76**	**3.970.191,05**	**3.522,57**	**7.201.490,99**	**985.442,30**	**1.784.654,87**
31000000	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**5.482.688,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**5.495.469,54**	**479.008,82**	**1.413.367,92**	**0,00**	**4.082.101,62**	**483.168,75**	**1.320,00**
31710000	**TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**16,00**	**132,00**	**1.320,00**
31710000	**» 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO**	**1.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**0,00**	**132,00**	**1.320,00**
31711100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.584,00**	**0,00**	**0,00**	**132,00**	**1.320,00**
31711199	* 0100 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00	0,00	0,00	132,00	1.320,00
31900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.481.088,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**5.493.869,54**	**466.227,28**	**1.399.002,38**	**0,00**	**4.094.867,16**	**470.255,21**	**0,00**
31900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**2.433.328,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.433.328,00**	**220.426,88**	**636.071,44**	**0,00**	**0,00**	**224.125,97**	**0,00**
31900000	**» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**767.760,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**767.760,00**	**66.479,70**	**188.747,00**	**0,00**	**0,00**	**66.479,70**	**0,00**
31900000	**» 0118 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**1.560.000,00**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**1.572.781,54**	**179.320,70**	**574.183,94**	**0,00**	**0,00**	**179.649,54**	**0,00**
31900000	**» 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900100	**» 0100 000000 APOSENTADORIAS E REFO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.686,91**	**50.060,73**	**0,00**	**0,00**	**16.686,91**	**0,00**
31900101	* 0100 000000 proventos pessoal civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.686,91	50.060,73	0,00	0,00	16.686,91	0,00
31900300	**» 0100 000000 PENSÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.173,39**	**6.520,17**	**0,00**	**0,00**	**2.173,39**	**0,00**
31900301	* 0100 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.173,39	6.520,17	0,00	0,00	2.173,39	0,00
31900400	**» 0100 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**52.615,79**	**131.259,54**	**0,00**	**0,00**	**54.402,25**	**0,00**
31900499	* 0100 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.615,79	131.259,54	0,00	0,00	54.402,25	0,00
31900400	**» 0101 000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.551,93**	**25.920,74**	**0,00**	**0,00**	**13.551,93**	**0,00**
31900499	* 0101 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.551,93	25.920,74	0,00	0,00	13.551,93	0,00
31900900	**» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**464,98**	**1.212,98**	**0,00**	**0,00**	**486,98**	**0,00**
31900901	* 0100 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464,98	1.212,98	0,00	0,00	486,98	0,00
31900900	**» 0101 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**631,52**	**1.480,02**	**0,00**	**0,00**	**631,52**	**0,00**
31900901	* 0101 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	631,52	1.480,02	0,00	0,00	631,52	0,00
31900900	**» 0118 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.100,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900901	* 0118 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,81	0,00	0,00	0,00	0,00
31901100	**» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**116.517,21**	**349.833,73**	**0,00**	**0,00**	**118.407,84**	**0,00**
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.483,48	267.022,51	0,00	0,00	90.906,10	0,00
31901131	* 0100 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.648,28	23.459,87	0,00	0,00	7.648,28	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.788,58	23.052,37	0,00	0,00	7.801,02	0,00
31901142	* 0100 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,21	128,42	0,00	0,00	128,42	0,00
31901143	* 0100 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149,60	266,05	0,00	0,00	266,05	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.601,29	7.104,32	0,00	0,00	1.886,20	0,00
31901199	* 0100 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.771,77	28.800,19	0,00	0,00	9.771,77	0,00
31901100	**» 0101 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**41.818,39**	**128.070,43**	**0,00**	**0,00**	**41.818,39**	**0,00**
31901101	* 0101 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.614,13	90.891,12	0,00	0,00	32.614,13	0,00
31901131	* 0101 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.575,63	6.801,48	0,00	0,00	2.575,63	0,00
31901137	* 0101 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,74	7.103,49	0,00	0,00	2.400,74	0,00
31901142	* 0101 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326,55	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 0101 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,43	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 0101 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.961,40	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 0101 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.227,89	14.931,96	0,00	0,00	4.227,89	0,00
31901100	**» 0118 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**143.755,24**	**465.752,18**	**0,00**	**0,00**	**144.084,08**	**0,00**
31901101	* 0118 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.655,45	260.341,74	0,00	0,00	97.655,45	0,00
31901131	* 0118 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.276,64	84.117,28	0,00	0,00	31.401,08	0,00
31901137	* 0118 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.724,54	23.653,13	0,00	0,00	2.725,16	0,00
31901142	* 0118 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,65	0,00	0,00	54,45	0,00
31901143	* 0118 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,34	0,00	0,00	68,96	0,00
31901145	* 0118 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.226,30	0,00	0,00	18,15	0,00
31901199	* 0118 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.098,61	62.802,74	0,00	0,00	12.160,83	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 020 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
31901100	**» 0318 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**12.781,54**	**0,00**	**0,00**	**12.781,54**	**0,00**
31901137	* 0318 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.781,54	12.781,54	0,00	0,00	12.781,54	0,00
31901300	**» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**31.968,60**	**97.184,29**	**0,00**	**0,00**	**31.968,60**	**0,00**
31901301	* 0100 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,93	427,98	0,00	0,00	106,93	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.861,67	96.756,31	0,00	0,00	31.861,67	0,00
31901300	**» 0101 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.477,86**	**33.275,81**	**0,00**	**0,00**	**10.477,86**	**0,00**
31901302	* 0101 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.477,86	33.275,81	0,00	0,00	10.477,86	0,00
31901300	**» 0118 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.565,46**	**101.330,95**	**0,00**	**0,00**	**35.565,46**	**0,00**
31901302	* 0118 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.565,46	101.330,95	0,00	0,00	35.565,46	0,00
32000000	**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**
32900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**171.146,48**	**21.584,65**	**113,15**
32900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**	**21.676,29**	**78.853,52**	**0,00**	**0,00**	**21.584,65**	**113,15**
32902100	**» 0100 000000 JUROS SOBRE A DÍVIDA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.362,40**	**19.140,47**	**0,00**	**0,00**	**5.270,76**	**113,15**
32902102	* 0100 000000 juros da dívida contr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.362,40	19.140,47	0,00	0,00	5.270,76	113,15
32902200	**» 0100 000000 OUTROS ENCARGOS SOBRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.313,89**	**59.713,05**	**0,00**	**0,00**	**16.313,89**	**0,00**
32902202	* 0100 000000 outros encargos da dí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.313,89	59.713,05	0,00	0,00	16.313,89	0,00
33000000	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**5.197.212,50**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.426.212,50**	**571.646,65**	**2.477.969,61**	**3.522,57**	**2.948.242,89**	**480.688,90**	**1.783.221,72**
33000000	**» 0100 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0101 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0116 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33000000	**» 0160 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33500000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**310.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**180.843,23**	**16.703,10**	**94.277,69**
33500000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**310.000,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**0,00**	**16.703,10**	**94.277,69**
33504100	**» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.373,74**	**129.156,77**	**0,00**	**0,00**	**16.703,10**	**94.277,69**
33504101	* 0100 000000 despesa com manutençã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.218,60	0,00	0,00	16.703,10	75.163,95
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.373,74	28.938,17	0,00	0,00	0,00	19.113,74
33600000	**TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**
33600000	**» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.460,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33710000	**TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**4,00**	**108,00**	**1.080,00**
33710000	**» 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO**	**1.300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.300,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**0,00**	**108,00**	**1.080,00**
33713900	**» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.296,00**	**0,00**	**0,00**	**108,00**	**1.080,00**
33713999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.296,00	0,00	0,00	108,00	1.080,00
33900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**4.880.452,50**	**229.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.109.452,50**	**564.272,91**	**2.347.516,84**	**3.522,57**	**2.761.935,66**	**463.877,80**	**1.687.864,03**
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**3.464.075,00**	**79.000,00**	**0,00**	**0,00**	**3.543.075,00**	**455.644,28**	**2.101.073,64**	**2.641,93**	**0,00**	**354.547,93**	**1.578.065,93**
33900000	* 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**325.027,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**325.027,50**	**7.126,21**	**47.336,62**	**880,64**	**0,00**	**14.742,91**	**32.592,21**
33900000	* 0116 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0116 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**30.850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0117 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**490.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**490.000,00**	**25.634,90**	**91.911,98**	**0,00**	**0,00**	**64.255,25**	**343,00**
33900000	**» 0118 000036 APLICAÇÕES DIRETAS**	**7.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0119 000037 APLICAÇÕES DIRETAS**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0122 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS**	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**	**27.410,00**	**27.410,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.410,00**
33900000	**» 0158 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**230.000,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**0,00**	**30.331,71**	**49.452,89**
33900000	* 0160 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	**» 0160 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33900000	**» 0161 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 021 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.852,81**	**29.648,68**	**0,00**	**0,00**	**19.152,09**	**0,00**
33901414 * 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.852,81	29.648,68	0,00	0,00	19.152,09	0,00
33901400 » 0101 000000 DIÁRIAS - CIVIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33901414 * 0101 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113.781,04**	**770.924,35**	**0,00**	**0,00**	**124.402,09**	**640.220,50**
33903001 * 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.507,98	512.801,55	0,00	0,00	40.852,09	471.949,46
33903004 * 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,20	2.191,63	0,00	0,00	74,80	2.116,83
33903007 * 0100 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.028,14	16.495,70	0,00	0,00	5.074,28	11.421,42
33903014 * 0100 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.967,28	14.367,28	0,00	0,00	14.137,68	229,60
33903016 * 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.333,71	38.387,83	0,00	0,00	4.897,87	33.489,96
33903017 * 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.925,50	7.504,40	0,00	0,00	745,00	6.759,40
33903019 * 0100 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021 * 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,79	334,53	0,00	0,00	211,24	123,29
33903022 * 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.661,88	20.505,80	0,00	0,00	453,96	20.051,84
33903023 * 0100 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.640,00	2.930,00	0,00	0,00	1.290,00	1.640,00
33903024 * 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.281,08	10.343,58	0,00	0,00	6.040,49	4.281,08
33903025 * 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.196,40	1.821,40	0,00	0,00	625,00	1.196,40
33903026 * 0100 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.841,37	7.248,70	0,00	0,00	4.141,41	3.107,29
33903028 * 0100 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182,05	1.830,97	0,00	0,00	1.648,92	182,05
33903030 * 0100 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,00	402,00	0,00	0,00	238,00	164,00
33903031 * 0100 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.174,00	10.841,75	0,00	0,00	1.848,00	3.174,00
33903039 * 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.757,17	106.387,59	0,00	0,00	29.850,20	76.537,39
33903042 * 0100 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630,19	1.634,11	0,00	0,00	1.003,92	630,19
33903044 * 0100 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,00	0,00	0,00	632,00	0,00
33903046 * 0100 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.915,00	0,00	0,00	7.455,00	0,00
33903050 * 0100 000000 bandeiras, flâmulas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.004,30	6.348,53	0,00	0,00	3.182,23	3.166,30
33903000 » 0101 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**411,85**	**4.422,26**	**0,00**	**0,00**	**1.862,41**	**2.559,85**
33903004 * 0101 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329,00	403,80	0,00	0,00	74,80	329,00
33903016 * 0101 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020 * 0101 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00
33903021 * 0101 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,85	580,44	0,00	0,00	535,59	44,85
33903022 * 0101 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,02	0,00	0,00	558,02	0,00
33903039 * 0101 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	38,00	0,00	0,00	0,00	38,00
33903099 * 0101 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	694,00	0,00	0,00	694,00	0,00
33903000 » 0117 000000 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.693,00**	**0,00**	**0,00**	**6.693,00**	**0,00**
33903024 * 0117 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 0117 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.693,00	0,00	0,00	6.693,00	0,00
33903000 » 0124 000055 MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.410,00**	**27.410,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.410,00**
33903039 * 0124 000055 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.410,00	27.410,00	0,00	0,00	0,00	27.410,00
33903200 » 0100 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**97.414,32**	**159.512,05**	**0,00**	**0,00**	**3.471,73**	**156.040,32**
33903201 * 0100 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.030,00	119.722,00	0,00	0,00	0,00	119.722,00
33903202 * 0100 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.128,05	0,00	0,00	1.128,05	0,00
33903203 * 0100 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.401,32	22.566,90	0,00	0,00	449,18	22.117,72
33903299 * 0100 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.983,00	16.095,10	0,00	0,00	1.894,50	14.200,60
33903200 » 0101 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**12.582,00**	**22.418,00**
33903299 * 0101 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	12.582,00	22.418,00
33903200 » 0160 000000 MATERIAL DE DISTRIBUI	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903203 * 0160 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 022 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903600 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.706,11**	**70.440,81**	**0,00**	**0,00**	**26.123,34**	**27.604,27**
33903606 * 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00
33903607 * 0100 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.450,51	24.127,01	0,00	0,00	14.450,51	0,00
33903615 * 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.198,40	0,00	0,00	1.933,20	21.265,20
33903622 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	3.800,00	0,00	0,00	209,00	1.959,90
33903639 * 0100 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33903645 * 0100 000000 jetons a conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.405,60	9.365,40	0,00	0,00	2.554,20	3.405,60
33903696 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.680,00	7.680,00	0,00	0,00	5.680,00	0,00
33903699 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	2.000,00	0,00	0,00	1.196,43	803,57
33903600 » 0101 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903607 * 0101 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**189.232,05**	**978.575,13**	**2.641,93**	**0,00**	**161.284,84**	**753.055,88**
33903901 * 0100 000000 assinatura de periódi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.382,00	0,00	0,00	1.382,00	0,00
33903905 * 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.340,00	88.887,02	0,00	0,00	10.125,00	78.162,02
33903910 * 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	4.000,00	20.000,00
33903911 * 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.152,64	0,00	0,00	262,72	2.889,92
33903912 * 0100 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	10.400,00	0,00	0,00	2.100,00	8.300,00
33903916 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.088,00	10.908,00	0,00	0,00	7.555,00	2.753,00
33903917 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	951,00	2.941,00	0,00	0,00	1.990,00	951,00
33903919 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.477,75	145.101,50	0,00	0,00	39.470,78	98.674,97
33903920 * 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00
33903925 * 0100 000000 serviços de instalaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	240,00	0,00
33903926 * 0100 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.561,70	17.982,30	0,00	0,00	64,03	17.918,27
33903935 * 0100 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127,69	127,69	0,00	0,00	0,00	127,69
33903943 * 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.500,00	0,00	0,00	11.526,59	139.908,52
33903944 * 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.400,00	0,00	0,00	3.992,20	63.985,87
33903947 * 0100 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.253,00	70.160,00	0,00	0,00	20.185,56	49.974,44
33903949 * 0100 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,00	1.240,00	0,00	0,00	72,00	1.168,00
33903950 * 0100 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	3.195,00	0,00	0,00	2.796,53	398,47
33903957 * 0100 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625,00	625,00	0,00	0,00	0,00	625,00
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.800,00	0,00	0,00	7.387,98	63.888,37
33903959 * 0100 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963 * 0100 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.642,50	6.642,50	0,00	0,00	3.000,00	3.642,50
33903974 * 0100 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	6.625,00	0,00	0,00	3.625,00	3.000,00
33903977 * 0100 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.438,07	18.758,07	2.641,93	0,00	2.915,00	15.838,07
33903978 * 0100 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.580,88	61.742,64	0,00	0,00	3.248,64	57.514,48
33903979 * 0100 000000 serviços de apoio adm	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.660,00	0,00	0,00	3.555,00	39.105,00
33903980 * 0100 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310,00	310,00	0,00	0,00	0,00	310,00
33903981 * 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	1.465,25	26.311,94
33903983 * 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.020,00	0,00	0,00	920,70	14.099,30
33903999 * 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.308,46	73.674,77	0,00	0,00	27.304,86	43.509,05
33903900 » 0101 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.714,36**	**7.914,36**	**880,64**	**0,00**	**298,50**	**7.614,36**
33903919 * 0101 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00	7.595,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00
33903977 * 0101 000000 vigilância ostensiva/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-880,64	319,36	880,64	0,00	298,50	19,36
33903900 » 0117 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.634,90**	**85.218,98**	**0,00**	**0,00**	**57.562,25**	**343,00**
33903943 * 0117 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.634,90	77.648,98	0,00	0,00	50.408,75	0,00
33903999 * 0117 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.570,00	0,00	0,00	7.153,50	343,00
33903900 » 0122 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903926 * 0122 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] { 023 }
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de março, Saldos até 31/03/2012

Exercício: 2012
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903900 » 0124 000055 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903919 * 0124 000055 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0158 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**48.457,52**	**79.784,60**	**0,00**	**0,00**	**30.331,71**	**49.452,89**
33903926 * 0158 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.457,52	79.784,60	0,00	0,00	30.331,71	49.452,89
33903900 » 0161 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33903926 * 0161 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904700 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.717,95**	**62.419,85**	**0,00**	**0,00**	**19.513,84**	**784,96**
33904710 * 0100 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120,72	6.501,79	0,00	0,00	613,64	784,96
33904712 * 0100 000000 contribuição para o P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.597,23	55.918,06	0,00	0,00	18.900,20	0,00
33904800 » 0100 000000 OUTROS AUXÍLIOS FINAN	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**360,00**	**380,00**	**0,00**	**0,00**	**20,00**	**360,00**
33904801 * 0100 000000 auxilio financeiro a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	380,00	0,00	0,00	20,00	360,00
33909100 » 0100 000000 SENTENÇAS JUDICIAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.928,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33909102 * 0100 000000 precatórios incluídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.928,37	0,00	0,00	0,00	0,00
33909107 * 0100 000000 precatórios administr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909200 » 0100 000000 DESPESAS DE EXERCÍCIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**580,00**	**1.244,40**	**0,00**	**0,00**	**580,00**	**0,00**
33909247 * 0100 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	1.244,40	0,00	0,00	580,00	0,00
33909200 » 0101 000000 DESPESAS DE EXERCÍCIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33909247 * 0101 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	**3.225.800,00**	**744.256,26**	**0,00**	**180.000,00**	**3.790.056,26**	**291.157,29**	**998.135,84**	**0,00**	**2.791.920,42**	**311.158,34**	**459.926,14**
44000000 INVESTIMENTOS	**3.025.800,00**	**744.256,26**	**0,00**	**180.000,00**	**3.590.056,26**	**263.989,52**	**919.471,32**	**0,00**	**2.670.584,94**	**289.994,70**	**453.922,01**
44000000 » 0100 000000 INVESTIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44000000 » 0101 000000 INVESTIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44000000 » 0124 000000 INVESTIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44000000 » 0162 000000 INVESTIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44710000 TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
44710000 » 0100 000000 TRANFERENCIAS A CONSO	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	**3.025.500,00**	**744.256,26**	**0,00**	**180.000,00**	**3.589.756,26**	**263.989,52**	**919.471,32**	**0,00**	**2.670.284,94**	**289.994,70**	**453.922,01**
44900000 * 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**1.627.000,00**	**207.167,00**	**0,00**	**85.000,00**	**1.749.167,00**	**78.137,57**	**286.018,19**	**0,00**	**0,00**	**130.800,89**	**77.139,93**
44900000 * 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 » 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**346.000,00**	**0,00**	**0,00**	**95.000,00**	**251.000,00**	**811,94**	**30.573,06**	**0,00**	**0,00**	**28.072,34**	**811,94**
44900000 » 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**315.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**315.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 * 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 » 0124 000054 APLICAÇÕES DIRETAS	**227.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**227.000,00**	**84.287,99**	**184.744,79**	**0,00**	**0,00**	**35.075,90**	**53.880,43**
44900000 » 0124 000055 APLICAÇÕES DIRETAS	**195.500,00**	**97.501,00**	**0,00**	**0,00**	**293.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0124 000067 APLICAÇÕES DIRETAS	**141.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**141.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 * 0162 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 » 0162 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**0,00**	**439.588,26**	**0,00**	**0,00**	**439.588,26**	**100.752,02**	**418.135,28**	**0,00**	**0,00**	**96.045,57**	**322.089,71**
44900000 » 0181 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**139.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**139.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44900000 » 0189 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905100 » 0100 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**64.960,37**	**235.431,19**	**0,00**	**0,00**	**121.681,09**	**63.962,73**
44905191 * 0100 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.041,40	23.361,50	0,00	0,00	20.715,10	2.646,40
44905199 * 0100 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.918,97	212.069,69	0,00	0,00	100.965,99	61.316,33
44905100 » 0101 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.528,72**	**0,00**	**0,00**	**16.839,94**	**0,00**
44905199 * 0101 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.528,72	0,00	0,00	16.839,94	0,00
44905100 » 0119 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44905191 * 0119 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905100 » 0124 000055 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**78.110,99**	**93.697,79**	**0,00**	**0,00**	**35.075,90**	**47.703,43**
44905100 » 0124 000067 OBRAS E INSTALAÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 024 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS — Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada — Exercício: 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA — Mes de março, Saldos até 31/03/2012 — Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905191	* 0124 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 0124 000055 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.771,99	64.771,99	0,00	0,00	17.723,00	47.048,99
44905199	* 0124 000067 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.339,00	28.925,80	0,00	0,00	17.352,90	654,44
44905100	**» 0162 000000 OBRAS E INSTALAÇÕES**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**102.503,26**	**0,00**	**0,00**	**96.045,57**	**6.457,69**
44905191	* 0162 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.503,26	0,00	0,00	96.045,57	6.457,69
44905200	**» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.177,20**	**50.587,00**	**0,00**	**0,00**	**9.119,80**	**13.177,20**
44905210	* 0100 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.645,00	7.645,00	0,00	0,00	0,00	7.645,00
44905212	* 0100 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043,00	2.065,00	0,00	0,00	1.022,00	1.043,00
44905226	* 0100 000000 instrumentos musicais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,20	410,20	0,00	0,00	0,00	410,20
44905230	* 0100 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325,00	0,00	0,00	325,00	0,00
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303,80	0,00	0,00	1.303,80	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.690,00	1.690,00	0,00	0,00	0,00	1.690,00
44905236	* 0100 000000 máquinas, instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* 0100 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.059,00	30.349,00	0,00	0,00	0,00	2.059,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	4.349,00	0,00	0,00	4.019,00	330,00
44905299	* 0100 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00	0,00	0,00	2.450,00	0,00
44905200	**» 0101 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**811,94**	**12.044,34**	**0,00**	**0,00**	**11.232,40**	**811,94**
44905206	* 0101 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	430,00	0,00	0,00	0,00	430,00
44905212	* 0101 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.910,00	0,00	0,00	4.910,00	0,00
44905233	* 0101 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381,94	1.024,94	0,00	0,00	643,00	381,94
44905234	* 0101 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.834,40	0,00	0,00	2.834,40	0,00
44905242	* 0101 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345,00	0,00	0,00	345,00	0,00
44905299	* 0101 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
44905200	**» 0124 000055 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.177,00**	**91.047,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.177,00**
44905240	* 0124 000055 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.177,00	91.047,00	0,00	0,00	0,00	6.177,00
44905200	**» 0162 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.752,02**	**315.632,02**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**315.632,02**
44905226	* 0162 000000 instrumentos musicais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.291,20	29.291,20	0,00	0,00	0,00	29.291,20
44905233	* 0162 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.130,82	49.130,82	0,00	0,00	0,00	49.130,82
44905242	* 0162 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.330,00	22.330,00	0,00	0,00	0,00	22.330,00
44905252	* 0162 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.880,00	0,00	0,00	0,00	214.880,00
46000000	**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46900000	**APLICAÇÕES DIRETAS**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**121.335,48**	**21.163,64**	**6.004,13**
46900000	**» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**0,00**	**21.163,64**	**6.004,13**
46907100	**» 0100 000000 PRINCIPAL DA DÍVIDA C**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.167,77**	**78.664,52**	**0,00**	**0,00**	**21.163,64**	**6.004,13**
46907102	* 0100 000000 amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.167,77	78.664,52	0,00	0,00	21.163,64	6.004,13
90000000	**RESERVA DE CONTINGENCIA**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99000000	**RESERVA DE CONTINGENCIA**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99990000	**RESERVA DE CONTINGENCIA**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
99990000	**» 0100 000000 Reserva de Contingenc**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL GERAL		14.170.700,50	986.037,80	0,00	180.000,00	14.976.738,30	1.363.489,05	4.968.326,89	3.522,57	10.008.411,41	1.296.600,64	2.244.581,01
							Estornos até o Mes	3.522,57		Pagos até o Mes	2.723.745,88	

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Receitas - Março 2012- FMAS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.150,00	1,71	382,06		767,94
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.150,00	1,71	382,06		767,94
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.150,00	1,71	382,06		767,94
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	379,05	379,05	
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	0,00	379,05	379,05	
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	0,00	0,00	379,05	379,05	
12103801 0100 000000	**Receita dos Principais Contrib. So**	**0,00**	**0,00**	**379,05**	**379,05**	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1,71	3,01	3,01	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1,71	3,01	3,01	
13250000 0100 000000	**Remuneracao de depositos Bancarios**	**0,00**	**1,71**	**3,01**	**3,01**	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.150,00	0,00	0,00		1.150,00
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	150,00	0,00	0,00		150,00
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	150,00	0,00	0,00		150,00
19119900 0100 000000	**Multas e Juros de Mora de Outros T**	**150,00**	**0,00**	**0,00**		**150,00**
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199900	OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199901 0100 000000	**Multas de Infracao da Lei "eca"**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	**Outras Receitas**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.000,00**

	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	1.150,00	1,71	382,06
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.150,00	1,71	382,06
TOTAL GERAL	1.150,00	1,71	382,06

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Receitas - Março 2012- FMS

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	213.500,00	22.585,65	49.020,74		164.479,26
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	213.500,00	21.535,89	45.831,68		167.668,32
10000000	RECEITAS CORRENTES	213.500,00	21.535,89	45.831,68		167.668,32
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	4,40	36,49	36,49	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	4,40	36,49	36,49	
13250000 0100 000000	**Remuneracao de depositos Bancarios**	**0,00**	**4,40**	**36,49**	**36,49**	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	213.500,00	21.531,49	45.795,19		167.704,81
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	213.500,00	21.531,49	45.795,19		167.704,81
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	213.500,00	21.531,49	45.795,19		167.704,81
17213400	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS	213.500,00	21.531,49	45.795,19		167.704,81
17213402 0149 000000	**Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras**	**4.500,00**	**0,00**	**340,56**		**4.159,44**
17213403 0148 000000	**Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano**	**12.000,00**	**1.000,00**	**2.000,00**		**10.000,00**
17213404 0150 000000	**Peti - Programa de Erradicacao do**	**66.000,00**	**4.500,00**	**9.000,00**		**57.000,00**
17213405 0163 000056	**Programa Bolsa Familia**	**56.000,00**	**4.500,00**	**13.500,00**		**42.500,00**
17213407 0152 000067	**Igd - Indice de Gestao descentrali**	**7.500,00**	**4.178,43**	**9.101,57**	**1.601,57**	
17213408 0152 000067	**Convenio Pro-jovem Adolescente**	**10.500,00**	**2.512,50**	**2.512,50**		**7.987,50**
17213499 0152 000067	**Outros Programas Sociais**	**57.000,00**	**4.840,56**	**9.340,56**		**47.659,44**
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00
19220000	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00
19229900 0100 000000	**Outras Restituicoes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	1.049,76	3.189,06	3.189,06	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	1.049,76	3.189,06	3.189,06	
31000001 0100 000000	**Inss**	**0,00**	**471,21**	**1.413,63**	**1.413,63**	
31000002 0100 000000	**Irrf S/ Rendimento do Trabalho**	**0,00**	**43,09**	**141,71**	**141,71**	
31000003 0100 000000	**Asserv**	**0,00**	**138,65**	**250,17**	**250,17**	
31000004 0100 000000	**Assistencia Medica Unimed**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000005 0100 000000	**Taxa de Manutencao de Carteirinhas**	**0,00**	**9,60**	**16,00**	**16,00**	
31000006 0100 000000	**Emprestimo Cef**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000007 0100 000000	**Emprestimo Bv Financeira**	**0,00**	**387,21**	**1.161,63**	**1.161,63**	
31000009 0100 000000	**Inss/empresa**	**0,00**	**0,00**	**205,92**	**205,92**	
31000010 0100 000000	**Pensao Alimenticia**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000011 0100 000000	**Desconto Sindicato**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000015 0100 000000	**Emprestimo B. Brasil**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000016 0100 000000	**Desconto Masterfarma**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	0,00	4,40	36,49
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	4,40	36,49
48=Programa de Atenção à Criança PAC	12.000,00	1.000,00	2.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	12.000,00	1.000,00	2.000,00
49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD	4.500,00	0,00	340,56
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	4.500,00	0,00	340,56
50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	66.000,00	4.500,00	9.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	66.000,00	4.500,00	9.000,00
52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis	75.000,00	11.531,49	20.954,63
000067Outros Detalhamentos	75.000,00	11.531,49	20.954,63
63=Bolsa Familia	56.000,00	4.500,00	13.500,00
000056Bolsa Família	56.000,00	4.500,00	13.500,00
TOTAL GERAL	213.500,00	21.535,89	45.831,68

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Receitas - Março 2012- FUNREBOM

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.306.800,00	194.792,07	541.021,93		765.778,07
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.306.800,00	140.802,61	382.650,74		924.149,26
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.174.300,00	140.802,61	297.650,74		876.649,26
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	50.050,00	0,00	0,00		50.050,00
11200000	TAXAS	50.050,00	0,00	0,00		50.050,00
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	50.000,00	0,00	0,00		50.000,00
11211700 0100 000000	**Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**		**50.000,00**
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	50,00	0,00	0,00		50,00
11229900 0100 000000	**Outras Taxas Pela Prestacao de Ser**	**50,00**	**0,00**	**0,00**		**50,00**
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	1.500,00	28,24	246,31		1.253,69
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.500,00	28,24	246,31		1.253,69
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.500,00	28,24	246,31		1.253,69
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	1.500,00	28,24	246,31		1.253,69
13250106 0102 000000	**Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e**	**1.500,00**	**28,24**	**246,31**		**1.253,69**
16000000	RECEITA DE SERVICOS	18.250,00	1.102,00	3.409,08		14.840,92
16000500	SERVICOS DE SAUDE	18.250,00	1.102,00	3.409,08		14.840,92
16000501 0112 000000	**Servicos Hospitalares**	**17.000,00**	**1.102,00**	**3.409,08**		**13.590,92**
16000502 0100 000000	**Servicos Hospitalares - Aih**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.000,00**
16000599 0112 000000	**Outros Servicos de Saude**	**250,00**	**0,00**	**0,00**		**250,00**
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.102.500,00	139.651,09	293.674,54		808.825,46
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	909.500,00	139.651,09	293.674,54		615.825,46
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	909.500,00	139.651,09	293.674,54		615.825,46
17213300	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU	909.500,00	139.651,09	293.674,54		615.825,46
17213301 0164 000008	**Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo**	**172.000,00**	**24.970,57**	**95.356,78**		**76.643,22**
17213302 0170 000010	**Mpsf - Programa Saude da Familia**	**295.000,00**	**46.900,00**	**72.450,00**		**222.550,00**
17213303 0170 000012	**Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa**	**189.000,00**	**17.420,00**	**47.420,00**		**141.580,00**
17213304 0170 000016	**Mpecd - Epidemiologia e Controle d**	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**		**14.000,00**
17213305 0167 000060	**Mpfb - Farmacia Basica**	**49.000,00**	**15.210,99**	**22.379,49**		**26.620,51**
17213306 0170 000015	**Mpvs - Vigilancia Sanitaria**	**9.500,00**	**0,00**	**3.776,87**		**5.723,13**
17213307 0170 000011	**Mpsb - Saude Bucal**	**26.500,00**	**6.300,00**	**6.300,00**		**20.200,00**
17213308 0123 000000	**Mpmac - Acoes Estrategicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
17213313 0123 000067	**Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau**	**112.000,00**	**16.000,00**	**24.000,00**		**88.000,00**
17213314 0123 000067	**Tfd - Preventivo Pre-natal**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**		**1.500,00**
17213315 0170 000067	**Boletim de Producao Ambulatorial -**	**41.000,00**	**3.849,53**	**7.041,40**		**33.958,60**
17213316 0123 000000	**Transferencia Programa Cofinanciam**	**0,00**	**9.000,00**	**14.950,00**	**14.950,00**	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	193.000,00	0,00	0,00		193.000,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	193.000,00	0,00	0,00		193.000,00
17620100 0123 000055	**Transferencia de Conv. dos Estados**	**193.000,00**	**0,00**	**0,00**		**193.000,00**
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	21,28	320,81		1.679,19
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	21,28	320,81	320,81	
19220000 0100 000000	**Restituicoes**	**0,00**	**21,28**	**320,81**	**320,81**	
19900000	RECEITAS DIVERSAS	2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
19909900 0100 000000	**Outras Receitas**	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**		**2.000,00**
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	132.500,00	0,00	85.000,00		47.500,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	85.000,00	85.000,00	
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	85.000,00	85.000,00	
22150000 0189 000000	**Alienacao de Veiculos**	**0,00**	**0,00**	**85.000,00**	**85.000,00**	
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	132.500,00	0,00	0,00		132.500,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	132.500,00	0,00	0,00		132.500,00
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	127.500,00	0,00	0,00		127.500,00
24710100 0123 000054	**Transf. de Conv. Uniao P/sistema U**	**127.500,00**	**0,00**	**0,00**		**127.500,00**
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
24729900 0123 000055	**Outras Transferencias de Convenio**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**		**5.000,00**

[www.cplinformatica.com.br] { 002 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS Saldos até 31/03/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	53.989,46	158.371,19	158.371,19	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	53.989,46	158.371,19	158.371,19	
31000001 0100 000000	**Inss**	**0,00**	**14.281,49**	**42.014,77**	**42.014,77**	
31000002 0100 000000	**Asserv**	**0,00**	**1.467,45**	**4.461,31**	**4.461,31**	
31000003 0100 000000	**Taxa de Manutencao de Carteirinhas**	**0,00**	**310,40**	**903,04**	**903,04**	
31000004 0100 000000	**Assistencia Medica Unimed**	**0,00**	**1.840,37**	**5.208,19**	**5.208,19**	
31000005 0100 000000	**Emprestimo Cef**	**0,00**	**2.521,91**	**6.900,03**	**6.900,03**	
31000006 0100 000000	**Emprestimo Besc**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000007 0100 000000	**Pensao Alimenticia**	**0,00**	**740,18**	**2.220,54**	**2.220,54**	
31000008 0100 000000	**Inss/empresa**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000009 0100 000000	**Deducao Cfe Autorizacao**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000010 0100 000000	**Irrf / Empresas**	**0,00**	**469,17**	**1.317,46**	**1.317,46**	
31000011 0100 000000	**Emprestimo B. Brasil**	**0,00**	**1.292,10**	**4.125,18**	**4.125,18**	
31000012 0100 000000	**Irrf S/rendimentos do Trabalho**	**0,00**	**8.627,51**	**27.057,33**	**27.057,33**	
31000013 0100 000000	**Iss**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
31000014 0100 000000	**Desconto Masterfarma**	**0,00**	**0,00**	**81,85**	**81,85**	
31000015 0100 000000	**Desconto Sindicato**	**0,00**	**628,45**	**1.822,85**	**1.822,85**	
31000016 0100 000000	**Emprest Consig Bv Financeira**	**0,00**	**20.620,36**	**58.626,60**	**58.626,60**	
31000017 0100 000000	**Boletim de Proced. Ambulatorial-fu**	**0,00**	**1.168,79**	**3.466,75**	**3.466,75**	
31000018 0100 000000	**Multa de Transito**	**0,00**	**0,00**	**53,20**	**53,20**	
31000019 0100 000000	**Restituicoes**	**0,00**	**21,28**	**112,09**	**112,09**	

	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	53.050,00	21,28	320,81
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	53.050,00	21,28	320,81
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.500,00	28,24	246,31
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.500,00	28,24	246,31
12=Serviços de Saúde	17.250,00	1.102,00	3.409,08
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	17.250,00	1.102,00	3.409,08
23=Transferências de Convênios Saúde	439.000,00	25.000,00	38.950,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	9.000,00	14.950,00
000054Transferência de Convênios da União	127.500,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	198.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	113.500,00	16.000,00	24.000,00
64=Atenção Básica	172.000,00	24.970,57	95.356,78
000008Piso de Atenção Básica – PAB	172.000,00	24.970,57	95.356,78
67=Assistencia Farmacêutica Básica	49.000,00	15.210,99	22.379,49
000060Atenção Básica	49.000,00	15.210,99	22.379,49
70=Gestão do SUS	575.000,00	74.469,53	136.988,27
000010Programa de Saúde da Família – PSF	295.000,00	46.900,00	72.450,00
000011Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF	26.500,00	6.300,00	6.300,00
000012Agentes Comunitários de Saúde – PACS	189.000,00	17.420,00	47.420,00
000015Vigilância Sanitária	9.500,00	0,00	3.776,87
000016Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD	14.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	41.000,00	3.849,53	7.041,40
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	85.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	85.000,00
TOTAL GERAL	1.306.800,00	140.802,61	382.650,74

Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo de Receitas - Março 2012- PMC

[www.cplinformatica.com.br] { 001 }

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM Saldos até 29/02/2012 Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R$ Para (+)	Diferença em R$ Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	190.500,00	21.278,06	23.706,16		166.793,84
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	190.500,00	21.278,06	23.706,16		166.793,84
10000000	RECEITAS CORRENTES	190.500,00	21.278,06	23.706,16		166.793,84
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	189.500,00	19.771,86	22.199,59		167.300,41
11200000	TAXAS	189.500,00	19.771,86	22.199,59		167.300,41
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	189.500,00	19.771,86	22.199,59		167.300,41
11220800 0100 000000	**Taxa de Seguranca Contra Sinistros**	**74.000,00**	**10.211,60**	**10.804,10**		**63.195,90**
11220900 0100 000000	**Taxa de Exames de Projetos P/seg.**	**20.000,00**	**1.400,44**	**1.706,46**		**18.293,54**
11221000 0100 000000	**Taxa de Servicos Gerais**	**6.500,00**	**144,50**	**938,20**		**5.561,80**
11221100 0100 000000	**Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si**	**89.000,00**	**8.015,32**	**8.750,83**		**80.249,17**
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
13250000 0100 000000	**Remuneracao de depositos Bancarios**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17230000 0100 000000	**Transferencias dos Municipios**	**0,00**	**1.500,00**	**1.500,00**	**1.500,00**	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	6,20	6,57		993,43
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	6,20	6,57	6,57	
19110000 0100 000000	**Multas e Juros de Mora dos Tributo**	**0,00**	**6,20**	**6,57**	**6,57**	
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	**Outras Receitas**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**		**1.000,00**

	Orçado R$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	190.500,00	21.278,06	23.706,16
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	190.500,00	21.278,06	23.706,16
TOTAL GERAL	190.500,00	21.278,06	23.706,16

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Chapadão do Lageado

Prefeitura

Lei N° 0548 de 18.05.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0548 DE 18.05.2012
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO EVENTUAL PARA RESPONDER PELOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE DA CÂMARA".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art.1º. Fica autorizado em favor do titular do cargo de Contador do Executivo Municipal, gratificação mensal de R$976,28 (novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), para executar os serviços de contabilidade da Câmara Municipal, sem prejuízo das demais atribuições exigidas pelos órgãos de controle, interno e externo, no período do afastamento da Contadora da Câmara, Sra. Elâine Franz da Silveira, por motivo de licença maternidade.

§1º As atividades relacionadas às obrigações de que trata caput do artigo serão exercidas sem prejuízo da carga horária que o servidor deverá cumprir no cargo de que é titular no Poder Executivo Municipal.

§2º Pela prestação dos serviços já identificados no artigo primeiro, a CÂMARA efetuará o pagamento mensalmente até o dia 05 (cinco) de cada mês subseqüente ao vencido.
Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2012 e término ao final da licença maternidade da titular do cargo.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de maio de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório N° 18/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2012 - FMS
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 01/2012 - FMS

O Município de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 05 de junho de 2012, às 09h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA PEDRO ROMEU BATISTI, COM ÁREA TOTAL DE AMPLIAÇÃO DE 79,22 M², de acordo com Projetos, Memorial Descritivo, Quadro de Quantidades (Orçamento) e Cronograma Físico-Financeiros Anexos. O edital na integra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 12h00min e das 13h30min ás 16h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 21 de maio de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Concórdia

Prefeitura

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico N° 2/2012 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2012 - FMAS

Objeto: Aquisição de carnes e gêneros alimentícios para atendimento às crianças e adolescentes que frequentam as oficinas socioeducativas nas unidades dos CEBES, CRAS e CREAS, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.
Forma de Pregão: Eletrônico
Tipo: Menor Preço por item
Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 13/06/2012.
Abertura: dia 13/06/2012, às 08:30.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163

Concórdia, SC, 17 de maio de 2012.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico N° 3/2012 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2012 - FMAS

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para atendimento as crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.
Forma de Pregão: Eletrônico
Tipo: Menor Preço por item
Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 15/06/2012.
Abertura: dia 15/06/2012, às 08:30.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163

Concórdia, SC, 18 de maio de 2012.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 6/2012 Fmec
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2012 - FMEC

Objeto: Contratação de Serviços de Arbitragem, Súmulas e Julgamentos para os jogos do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Sete, edição 2012 e para os jogos da XVIII Olimpíada Interbairros, edição 2012, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Forma de Pregão: Presencial.
Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 31/05/2012.
Abertura: dia 01/06/2012, às 14:00.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 17 de maio de 2012.
GIL ARTIFON
Superintendente FMEC

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 65/2012 PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2012- PMC

Objeto: Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota da Prefeitura Municipal de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Tipo: Menor Preço Global
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/06/2012.
Abertura: dia 04/06/2012, às 14h00min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 66/2012 - PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2012- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnico-Pedagógica para a Formação de Profissionais do Ensino da Rede Pública Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Tipo: Menor Preço Por Item
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/06/2012.
Abertura: dia 11/06/2012, às 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 17 de maio de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Pregão Presencial N° 6/2012 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2012 - FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema específico para gestão em saúde pública e provimento de datacenter.
Forma de Pregão: Presencial.
Tipo: Menor Preço.
Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 31/05/2012.
Abertura: dia 01/06/2012, às 08:30.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 18 de Maio de 2012.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação N° 21/2012 -PMC
MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Elenice Marques, Diretora de Finanças, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/1993 e posteriores alterações, para locação de equipamentos de informática, a favor da empresa SUPRIMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME, no valor total de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)

Concórdia, SC, 18 de maio de 2012.
JOAQUIM PEDRO B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal Finanças.

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação N° 22/2012 PMC
MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Antonio José Begnini, Assessor de Comunicação, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/1993 e posteriores alterações, para permissão de uso de espaço localizado no Aeroporto Municipal, a favor da empresa E2 MULTI COMUNICAÇÃO LTDA ME.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal Administração

Extrato do Resultado do Julgamento de Habilitação e Classificação das Propostas - Tomada de Preços N° 30/2012´Pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS - Nº 30/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de elevadores, para aquisição e instalação de elevador na EBM Concórdia e plataforma elevatória na EBM Giuseppe Sette no Município de Concórdia, com recursos oriundos do convenio FUNDEB, de acordo com os Memoriais Descritivos e Termo de referencia constantes no Anexo "D" do Edital.
EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentou para participar do certame a empresa: ORTOBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ORTOPEDIA LTDA, verificando-se que foi apresentado sua documentação de habilitação em conformidade com os requisitos solicitados do subitem 5.1 do Edital, sendo julgada HABILITADA. A licitante ORTOBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ORTOPEDIA LTDA sagrou-se vencedora do objeto em epigrafe com o menor preço global de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais). De ressaltar que o preço cotado neste certame é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Outrossim, fica a licitante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 17 de Maio de 2012.
ELIANE CORREA BASSO
Presidente da CPL, em exercício

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços N° 27/2012 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e\\ou construção civil para elaboração de projeto elétrico, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro, para adequação de rede de energia na EBM Santa Rita, EBM Giuseppe Sette e GEM Maria Melania Siqueira, neste Município, de acordo com as descrições constantes no Anexo "D" do Edital.
EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante THALENTOS ENGENHARIA LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor global de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); a licitante CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME, ficou na segunda colocação com o menor valor global de R$ 8.715,00 (oito mil setecentos e quinze reais) e a licitante CENTRAL ENGENHARIA LTDA ME, ficou na terceira colocação com o menor valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 17 de maio de 2012.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da CPL

Edital de Notificação Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R$ 2.548,24 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R$ 6.356,60 (seis mil trezentos e cinqüenta e seis reis e sessenta centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2012
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Ministério das Cidades

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para pavimentação asfáltica da Rua Fioravante Massolini, proveniente do Contrato nº 0336.902-14/2010, no valor de R$ 157.009,86 (cento e cinqüenta e sete mil, nove reais e oitenta e seis centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R$ 164.389,22 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificaçãoconvênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R$ 20.427,91 (vinte mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Câmara Municipal

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 014/2010 - CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: SÉRGIO BOCCA ME

OBJETO: Locação de duas vagas de garagem, para os veículos do Poder Legislativo, Vectra placas MHN 1423 e Fiesta placas MCW 7485.
VALOR TOTAL: R$ 1.840,00 (um mil, oitocentos e quarenta reais)
CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903910
DATA ASSINATURA: 14.05.2012
DATA VENCIMENTO: 31.12.2012
FORO: Comarca de Concórdia - SC

Relatorio 1º Quadrimestre - 2012

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.431.212,64	0,00
Pessoal Ativo	1.431.212,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**1.431.212,64**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	**1.431.212,64**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**138.967.892,62**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**1,03**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	**8.338.073,56**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	**7.921.169,88**

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CONCORDIA, 30/04/2012

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

EVANDRO PEGORARO
Vice Presidente

DIRCEU BIONDO
1° Secretário

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Corupá

Prefeitura

Portaria Nº 1936/12 - Designa Servidor Para Acompanhar e Fiscalizar Execução do Contrato Nº 066/2012.

PORTARIA Nº 1936/12
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 066/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 066/2012, o senhor Alvaro Poerner, matricula funcional nº 2581-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS 110 - AUGUSTO BORCHARDT - RUA 43 - JORGE WILLE E RUA 39 - ALBERTO DARIUS NO BAIRRO BOMPLANDT - MUNICÍPIO DE CORUPÁ, (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), ABRANGENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 816,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

Art. 2º - Atribuir à empresa Inova Engenharia, através de seu representante legal, Senhor Renato Lira, assistir à execução do contrato citado no art. 1º e subsidiar de informações pertinentes a essa atribuição conforme determinado no Art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 3° - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 4° - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1937/12 - Designa Servidor Para Acompanhar e Fiscalizar Execução dos Contratos Nº 067 e 068/2012.

PORTARIA Nº 1937/12
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 067 E 068/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 067 e 068/2012, o senhor Lourenço Piontkiewicz, matricula funcional nº 2004-03, ocupante do cargo de Chefe de Obras e Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato consiste em EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL E DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2° - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3° - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1938/12 - Designa Servidora Para Acompanhar e Fiscalizar Execução do Contrato Nº 069/2012.

PORTARIA Nº 1938/12
DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 069/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 069/2012, a senhora Waldileia Ligia Schultz Klitzke, matricula funcional nº 6231-0, ocupante do cargo de Farmaceutica, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato consiste em EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUPÁ-SC, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2° - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3° - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1939/12 - Designa Servidor Para Acompanhar e Fiscalizar Execução do Contrato Nº 070/2012.

PORTARIA Nº 1939/12
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 070/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 070/2012, o senhor Sandro Rogério Glatz, matricula funcional nº 6737-01, ocupante do cargo de Secretario de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM 1.6, 08 VÁLVULAS, 04 PORTAS, PARA COMPOR A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2° - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3° - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1940/12 - Designa Servidor Para Acompanhar e Fiscalizar Execução do Contrato Nº 071/2012.

PORTARIA Nº 1940/12
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 071/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 071/2012, o senhor Lourenço Piontkiewicz, matricula funcional nº 2004-03, ocupante do cargo de Chefe de Obras e Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato consiste em EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRANCHAS E ROLIÇOS DE EUCALIPTO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2° - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3° - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de abril de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

Prefeitura

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 115/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 115/2012

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre o município de Curitibanos e Mantomac Comercio de Peças e Serviços Ltda no valor total de R$ 5.076,95 (Cinco mil e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e a empresa Wolfaart Comércio de Veículos Ltda com o valor total de R$ 604,88 (Seiscentos e quatro reais e oitenta e oito centavos).

RESUMO: RESUMO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/2 E REVISÃO DE 12.000 KM DO CAMINHÃO FORD CARGO MJG-5487, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos
do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 11 de Maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitibanos, 11 de Maio de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 11 de Maio de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 117/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2012

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre o município de Curitibanos e Superauto Distribuidora Ltda no valor total de R$ 240,00 (Duzentos e quarenta reais).

RESUMO: RESUMO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DO VEÍCULO FORD FUSION PLACA MHP6611, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos
do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 17 de Maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitibanos, 17 de Maio de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 17 de Maio de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 37/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2012

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e Auto Elite Ltda no valor total de R$ 243,12 (Duzentos e quarenta e três reais e doze centavos).

RESUMO: RESUMO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOSOS PARA REVISÃO DO VEÍCULO GOL PLACA MIK-4855, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.
.
FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem

nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos
do Art. 24 inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 16 de Maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitibanos, 16 de Maio de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 16 de Maio de 2012.
ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Presidente do Fundo

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 49/2012.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2012.
REFERENTE: Contratos de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e Borsarini & Borsarini Ltda no valor total de R$ 2.573,69.

RESUMO / FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA: CONTRATAÇÃO EM CARATER IMEDIADO E EMERGENCIAL, DE EMPRESA DETENTORA DE CAPACIDADE TECNICA, ESTRUTURA OPERACIONAL E COMPROVADA EXPERIÊNCIA PARA REPARO NA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NUCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, ATINGIDO POR VENDAVAL NO DIA 05/04/2012, CONFORME PARECER JURIDICO EM ANEXO E ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:
- "Art. 24 - É dispensável a licitação:
- IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Excelentíssimo Prefeito, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 09 de Maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Secretário

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2012

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o Art. 38 parágrafo único da referida lei o dou como aprovada.
Curitibanos, 09 de Maio de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitibanos, 09 de Maio de 2012.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AUTO ELITE LTDA
CNPJ: 83.270.397/0003-20
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 37/2012 Numero do Processo: 37/2012
Numero do Contrato: 78/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DO VEÍCULO GOL PLACA MIK-4855, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:16/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:16/05/2012
Vigência:16/05/2012 A 16/06/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 243,12
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BORSARINI & BORSARINI LTDA
CNPJ: 01.922.692/0001-98
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 49/2012 Numero do Processo: 49/2012
Numero do Contrato: 156/2012
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO EM CARATER IMEDIADO E EMERGENCIAL, DE EMPRESA DETENTORA DE CAPACIDADE TECNICA, ESTRUTURA OPERACIONAL E COMPROVADA EXPERIÊNCIA PARA REPARO NA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NUCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, ATINGIDO POR VENDAVAL NO DIA 05/04/2012, CONFORME PARECER JURIDICO EM ANEXO E ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura:09/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:09/05/2012
Vigência:09/05/2012 A 09/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.573,69
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 78.879.318/0002-25
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 115/2012 Numero do Processo: 115/2012
Numero do Contrato: 264/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/2 E REVISÃO DE 12.000 KM DO CAMINHÃO FORD CARGO MJG-5487, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:11/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:11/05/2012
Vigência:11/05/2012 A 11/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 5.076,95
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: WOLFART COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 06.200.150/0001-25
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 115/2012 Numero do Processo: 115/2012
Numero do Contrato: 265/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DE 1000 HORAS DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/2 E REVISÃO DE 12.000 KM DO CAMINHÃO FORD CARGO MJG-5487, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:11/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:11/05/2012
Vigência:11/05/2012 A 11/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 604,88
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 05.937.763/0001-87
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 117/2012 Numero do Processo: 117/2012
Numero do Contrato: 273/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DO VEÍCULO FORD FUSION PLACA MHP6611, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:17/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:17/05/2012
Vigência:17/05/2012 A 17/06/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 240,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Ermo

Prefeitura

Anexos do RREO do 2 Bim de 2012
PUBLICAÇÃO DOS ANEXOS DO 2 BIM DE 2012 DA PM DE ERMO:

ANEXO I
ANEXO II
ANEXO III
ANEXO VI
ANEXO VII
ANEXO IX
ANEXO X
ANEXO XI
ANEXO XIV
ANEXO XVI
ANEXO XVII
ANEXO XVIII

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
RECEITAS CORRENTES	**8.366.164,82**	**8.366.164,82**	**1.332.851,11**	**15,93**	**2.685.777,32**	**32,10**	**5.680.387,50**
RECEITA TRIBUTARIA	202.700,06	202.700,06	48.904,68	24,13	64.191,36	31,67	138.508,70
IMPOSTOS	156.130,93	156.130,93	37.590,63	24,08	51.141,02	32,76	104.989,91
TAXAS	28.591,13	28.591,13	11.314,05	39,57	13.050,34	45,64	15.540,79
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	17.978,00	17.978,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.978,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	77.170,72	10.135,14	13,13	36.166,64	46,87	41.004,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	56.790,86	8.093,20	14,25	32.071,58	56,47	24.719,28
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.379,86	20.379,86	2.041,94	10,02	4.095,06	20,09	16.284,80
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	38.526,00	509,70	1,32	509,70	1,32	38.016,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	38.526,00	38.526,00	509,70	1,32	509,70	1,32	38.016,30
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	561,80	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.937.244,04	7.937.244,04	1.263.329,31	15,92	2.569.708,15	32,38	5.367.535,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.937.244,04	7.937.244,04	1.263.329,31	15,92	2.569.708,15	32,38	5.367.535,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	109.962,20	9.972,28	9,07	15.201,47	13,82	94.760,73
Multas e Juros de Mora	17.683,15	17.683,15	1.044,22	5,91	1.044,22	5,91	16.638,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.457,33	127,68	1,71	691,60	9,27	6.765,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	28.585,51	28.585,51	5.160,50	18,05	6.000,77	20,99	22.584,74
RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	56.236,21	3.639,88	6,47	7.464,88	13,27	48.771,33
RECEITAS DE CAPITAL	**368.835,18**	**368.835,18**	**293.333,33**	**79,53**	**293.333,33**	**79,53**	**75.501,85**
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	0,00	0,00	87.935,18
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	0,00	0,00	87.935,18
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	280.900,00	293.333,33	104,43	293.333,33	104,43	-12.433,33
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	280.900,00	293.333,33	104,43	293.333,33	104,43	-12.433,33
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de ERMO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	33.679,76	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.626.184,44	18,62	3.012.790,41	34,11	5.755.889,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
DESPESAS CORRENTES	**7.389.200,99**	**-15.000,00**	**7.374.200,99**	**1.134.753,53**	**3.789.598,81**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**31,78**	**5.030.887,93**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.904.981,16	0,00	2.904.981,16	556.871,82	1.122.183,52	557.779,43	1.108.091,13	38,14	1.796.890,03
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.464.219,83	-15.000,00	4.449.219,83	577.881,71	2.667.415,29	714.915,37	1.235.221,93	27,76	3.213.997,90
DESPESAS DE CAPITAL	**1.337.933,98**	**459.500,00**	**1.797.433,98**	**102.931,52**	**842.284,76**	**597.744,48**	**669.477,35**	**37,25**	**1.127.956,63**
INVESTIMENTOS	1.237.933,98	459.500,00	1.697.433,98	78.859,45	793.865,78	573.672,41	621.058,37	36,59	1.076.375,61
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	24.072,07	48.418,98	24.072,07	48.418,98	48,42	51.581,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**7.865,03**	**0,00**	**7.865,03**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.865,03**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ERMO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.735.000,00	444.500,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	32,82	6.166.709,59

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59
Legislativa	500.000,00	500.000,00	60.582,18	278.403,98	87.790,16	153.751,43	5,10	30,75	346.248,57
Ação Legislativa	500.000,00	500.000,00	60.582,18	278.403,98	87.790,16	153.751,43	5,10	30,75	346.248,57
Administração	900.349,85	900.349,85	114.241,47	504.194,63	158.689,85	298.719,62	9,92	33,18	601.630,23
Administração Geral	900.349,85	900.349,85	114.241,47	504.194,63	158.689,85	298.719,62	9,92	33,18	601.630,23
Segurança Pública	27.136,00	27.136,00	1.386,74	3.144,64	1.564,66	3.144,64	0,10	11,59	23.991,36
Policiamento	27.136,00	27.136,00	1.386,74	3.144,64	1.564,66	3.144,64	0,10	11,59	23.991,36
Assistência Social	450.233,70	490.233,70	69.545,59	174.883,47	63.170,14	117.965,22	3,92	24,06	372.268,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00	16.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.854,00
Assistência Comunitária	433.379,70	473.379,70	69.545,59	174.883,47	63.170,14	117.965,22	3,92	24,92	355.414,48
Saúde	2.136.158,14	2.228.658,14	296.354,94	1.249.135,22	374.650,11	684.671,79	22,73	30,72	1.543.986,35
Atenção Básica	2.036.158,14	2.128.658,14	294.651,99	1.193.519,24	361.204,46	663.836,45	22,03	31,19	1.464.821,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	100.000,00	1.702,95	55.615,98	13.445,65	20.835,34	0,69	20,84	79.164,66
Educação	1.778.218,71	1.778.218,71	246.135,43	866.586,27	366.237,81	611.348,34	20,29	34,38	1.166.870,37
Alimentação e Nutrição	112.431,51	112.431,51	0,00	66.195,25	9.967,55	9.967,55	0,33	8,87	102.463,96
Ensino Fundamental	1.411.180,00	1.411.180,00	235.780,47	723.279,63	331.934,74	567.517,93	18,84	40,22	843.662,07
Educação Infantil	162.247,60	162.247,60	10.354,96	40.244,67	11.968,80	21.496,14	0,71	13,25	140.751,46
Educação de Jovens e Adultos	32.359,60	32.359,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.359,60
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	0,00	36.866,72	12.366,72	12.366,72	0,41	20,61	47.633,28
Cultura	25.618,00	25.618,00	12.308,67	13.823,86	13.346,66	13.823,86	0,46	53,96	11.794,14
Difusão Cultural	25.618,00	25.618,00	12.308,67	13.823,86	13.346,66	13.823,86	0,46	53,96	11.794,14
Urbanismo	574.875,86	886.875,86	61.796,65	594.492,55	437.474,31	456.235,10	15,14	51,44	430.640,76
Infra-Estrutura Urbana	404.496,00	716.496,00	56.991,45	496.487,84	423.615,45	423.615,45	14,06	59,12	292.880,55
Serviços Urbanos	170.379,86	170.379,86	4.805,20	98.004,71	13.858,86	32.619,65	1,08	19,15	137.760,21
Agricultura	633.260,00	633.260,00	90.680,94	292.645,20	83.601,13	156.796,47	5,20	24,76	476.463,53
Abastecimento	633.260,00	633.260,00	90.680,94	292.645,20	83.601,13	156.796,47	5,20	24,76	476.463,53
Transporte	1.391.284,71	1.391.284,71	237.973,50	561.045,60	235.956,06	422.805,79	14,03	30,39	968.478,92
Transporte Rodoviário	1.391.284,71	1.391.284,71	237.973,50	561.045,60	235.956,06	422.805,79	14,03	30,39	968.478,92
Desporto e Lazer	90.000,00	90.000,00	4.474,70	11.178,14	4.474,70	11.178,14	0,37	12,42	78.821,86
Desporto Comunitário	90.000,00	90.000,00	4.474,70	11.178,14	4.474,70	11.178,14	0,37	12,42	78.821,86

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59
Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	42.204,24	82.350,01	43.483,69	82.350,01	2,73	37,43	137.649,99
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	42.204,24	82.350,01	43.483,69	82.350,01	2,73	37,43	137.649,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.865,03	7.865,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03
TOTAL (III) = (I + II)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**827.721,42**	**766.542,47**	**728.653,14**	**705.162,21**	**688.873,25**	**741.222,18**	**865.348,93**	**1.083.213,11**	**802.898,17**	**841.464,58**	**739.132,34**	**857.081,94**	**9.647.313,74**	**9.887.226,63**
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.410,03	11.022,19	12.433,34	9.165,69	12.492,85	10.724,88	8.812,61	9.855,29	8.000,11	7.286,57	28.790,33	20.114,35	158.108,24	202.700,06
RECEITA TRIBUTARIA	19.410,03	11.022,19	12.433,34	9.165,69	12.492,85	10.724,88	8.812,61	9.855,29	8.000,11	7.286,57	28.790,33	20.114,35	158.108,24	202.700,06
I.P.T.U.	11.529,91	3.101,00	1.160,40	623,38	20,34	181,51	89,79	265,34	0,00	930,36	1.655,10	3.563,76	23.120,89	21.267,50
I.S.S.	2.084,10	2.188,04	7.178,09	2.381,49	6.841,43	2.761,48	3.324,93	2.464,18	2.340,26	1.374,29	13.054,20	9.501,56	55.494,05	41.181,06
I.T.B.I.	1.181,45	1.243,88	0,00	1.923,87	0,00	2.002,26	832,86	161,00	30,00	844,85	1.065,36	1.500,00	10.785,53	18.252,88
I.R.R.F	3.902,61	4.084,21	3.968,15	3.933,47	5.088,52	5.432,14	4.029,28	6.623,77	4.550,62	3.480,01	3.766,47	3.484,18	52.343,43	75.429,49
Outras Receitas Tributárias	711,96	405,06	126,70	303,48	542,56	347,49	535,75	341,00	1.079,23	657,06	9.249,20	2.064,85	16.364,34	46.569,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.558,71	4.931,02	4.938,68	15.426,46	4.657,08	4.379,26	6.258,32	6.708,93	16.909,84	9.121,66	5.076,30	5.058,84	88.025,10	77.170,72
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	565,20	0,00	8,88	173,17	803,91	0,00	132,00	0,00	0,00	241,78	267,92	2.192,86	38.526,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	801.334,35	736.711,15	709.090,80	676.487,54	669.432,97	723.065,03	816.433,78	1.055.503,07	775.983,94	821.831,44	702.705,03	823.987,45	9.312.566,55	9.458.305,85
Cota-Parte do F.P.M.	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.721,01	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	5.133.580,39	5.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	219.029,62	219.826,27	232.690,64	232.956,63	243.774,13	241.873,64	253.566,12	258.021,97	252.744,99	219.611,17	239.230,18	247.478,47	2.860.803,83	3.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	13.267,11	12.600,73	8.644,22	7.487,69	11.851,61	11.684,21	9.590,27	6.629,47	10.603,53	16.667,96	9.692,30	9.751,05	128.470,15	88.718,33
Cota-Parte do ITR.	50,54	6,40	77,29	50,15	300,64	1.265,79	813,40	19,94	0,00	30,23	35,63	6,30	2.656,31	4.689,91
Transferências da LC 61/1989	3.930,18	4.344,86	4.269,94	4.284,78	3.971,63	4.448,56	6.425,40	5.953,23	2.024,70	4.236,98	3.765,50	3.995,47	51.651,23	69.712,64
Transferências da LC 87/1996	3.886,02	1.295,34	1.295,34	1.295,34	1.295,34	0,00	2.590,68	1.295,34	0,00	2.537,68	1.268,21	1.268,21	18.027,50	62.450,81
Transferências do FUNDEB	33.880,27	33.086,69	32.316,39	33.570,54	33.231,85	35.569,12	34.737,95	36.312,38	34.987,47	32.537,36	34.197,98	35.163,05	409.591,05	460.000,00
Outras Transferências Correntes	62.902,70	46.408,05	73.242,33	29.049,90	81.387,40	42.280,47	100.946,14	61.549,73	44.637,50	24.867,32	60.440,25	80.074,30	707.786,09	772.734,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.418,33	13.312,91	2.190,32	4.073,64	2.117,18	2.249,10	33.844,22	11.013,82	2.004,28	3.224,91	2.318,90	7.653,38	86.420,99	109.962,20
DEDUÇÕES (II)	**144.360,60**	**135.225,90**	**124.454,98**	**137.625,55**	**114.696,33**	**132.559,25**	**140.818,71**	**154.964,55**	**154.470,05**	**160.944,87**	**125.731,29**	**145.725,08**	**1.671.577,16**	**1.577.852,67**
Outras Contribuicoes Sociais	3.450,56	3.782,76	3.748,65	14.552,27	3.734,20	3.516,24	5.385,46	5.862,44	15.924,17	8.054,21	4.118,01	3.975,19	76.104,16	56.790,86
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	140.910,04	131.443,14	120.706,33	123.073,28	110.962,13	129.043,01	135.433,25	149.102,11	138.545,88	152.890,66	121.613,28	141.749,89	1.595.473,00	1.521.061,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**683.360,82**	**631.316,57**	**604.198,16**	**567.536,66**	**574.176,92**	**608.662,93**	**724.530,22**	**928.248,56**	**648.428,12**	**680.519,71**	**613.401,05**	**711.356,86**	**7.975.736,58**	**8.309.373,96**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	374.400,00	350.053,09	475.981,02
DEDUÇÕES (II)	290.118,91	541.333,52	252.053,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	290.118,91	748.785,41	558.810,21
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	207.451,89	306.756,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	84.281,09	-191.280,43	223.927,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**84.281,09**	**-191.280,43**	**223.927,37**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR	**415.207,80**	**139.646,28**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**10.000,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**8.327.638,82**	**1.332.341,41**	**2.685.267,62**	**2.463.130,17**
Receita Tributária	202.700,06	48.904,68	64.191,36	69.330,99
I.P.T.U.	21.267,50	5.218,86	6.149,22	3.934,90
I.S.S.	41.181,06	22.555,76	26.270,31	13.812,69
I.T.B.I.	18.252,88	2.565,36	3.440,21	8.041,50
I.R.R.F.	75.429,49	7.250,65	15.281,28	14.298,70
Outras Receitas Tributárias	46.569,13	11.314,05	13.050,34	29.243,20
Receita de Contribuição	77.170,72	10.135,14	36.166,64	11.353,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	77.170,72	10.135,14	36.166,64	11.353,67
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	38.526,00	509,70	509,70	2.382,85
(-) Aplicações Financeiras	38.526,00	509,70	509,70	2.382,85
Transferências Correntes	7.937.244,04	1.263.329,31	2.569.708,15	2.334.604,77
F.P.M.	4.105.335,75	640.260,52	1.402.123,39	1.289.118,98
I.C.M.S.	2.418.717,23	389.367,04	767.978,11	704.248,97
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.413.191,06	233.701,75	399.606,65	341.236,82
Demais Receitas Correntes	110.524,00	9.972,28	15.201,47	47.840,74
Dívida Ativa	28.585,51	5.160,50	6.000,77	1.817,57
Diversas Receitas Correntes	81.938,49	4.811,78	9.200,70	46.023,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**368.835,18**	**293.333,33**	**293.333,33**	**446.838,35**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	374.400,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	87.935,18	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	280.900,00	293.333,33	293.333,33	72.438,35
Convênios	280.900,00	293.333,33	293.333,33	72.438,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**280.900,00**	**293.333,33**	**293.333,33**	**72.438,35**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**8.608.538,82**	**1.625.674,74**	**2.978.600,95**	**2.535.568,52**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**7.374.200,99**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**1.821.377,54**
Pessoal e Encargos Sociais	2.904.981,16	557.779,43	1.108.091,13	905.464,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.449.219,83	714.915,37	1.235.221,93	915.912,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**7.354.200,99**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**1.821.377,54**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**1.797.433,98**	**597.744,48**	**669.477,35**	**1.005.838,57**
Investimentos	1.697.433,98	573.672,41	621.058,37	1.005.838,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	24.072,07	48.418,98	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**1.697.433,98**	**573.672,41**	**621.058,37**	**1.005.838,57**

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**7.865,03**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**9.059.500,00**	**1.846.367,21**	**2.964.371,43**	**2.827.216,11**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-450.961,18**	**-220.692,47**	**14.229,52**	**-291.647,59**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**-6.461,18**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	34.375,00	34.147,50	34.147,50	-	227,50
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.375,00	34.147,50	34.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.375,00	24.147,50	24.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.375,00**	**34.147,50**	**34.147,50**	**0,00**	**227,50**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	177.735,51	177.735,51	42.751,13	57.141,79	32,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.872,08	42.872,08	10.379,36	12.149,99	28,34
1.1.1- IPTU	21.267,50	21.267,50	5.218,86	6.149,22	28,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.604,58	21.604,58	5.160,50	6.000,77	27,78
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.252,88	18.252,88	2.565,36	3.440,21	18,85
1.2.1- ITBI	18.252,88	18.252,88	2.565,36	3.440,21	18,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41.181,06	41.181,06	22.555,76	26.270,31	63,79
1.3.1- ISS	41.181,06	41.181,06	22.555,76	26.270,31	63,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.429,49	75.429,49	7.250,65	15.281,28	20,26
1.4.1- IRRF	75.429,49	75.429,49	7.250,65	15.281,28	20,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.225.571,69	8.225.571,69	1.316.816,90	2.777.602,63	33,77
2.1- Cota-Parte FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	800.325,58	1.752.654,07	35,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.000.000,00	5.000.000,00	800.325,58	1.752.654,07	35,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	486.708,65	959.064,81	31,97
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.450,81	62.450,81	2.536,42	5.074,10	8,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	69.712,64	69.712,64	7.760,97	14.022,65	20,11
2.5- Cota-Parte ITR	4.689,91	4.689,91	41,93	72,16	1,54
2.6- Cota-Parte IPVA	88.718,33	88.718,33	19.443,35	46.714,84	52,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	_	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.403.307,20	8.403.307,20	1.359.568,03	2.834.744,42	33,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO □□ENSINO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	_	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.521.061,81	1.521.061,81	263.363,17	554.799,71	36,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	894.664,25	894.664,25	160.065,06	350.530,68	39,18
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	581.282,77	581.282,77	97.341,61	191.086,70	32,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.489,94	12.489,94	507,28	1.014,80	8,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.942,75	13.942,75	1.552,20	2.811,23	20,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	938,21	938,21	8,44	13,50	1,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.743,89	17.743,89	3.888,58	9.342,80	52,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-263.363,17	-554.799,71	36,47
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ERMO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	4.411,85
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	4.411,85
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	0,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	4.411,85
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 [2]	4.411,85

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.100.826,80	2.100.826,80	339.892,01	708.686,11	33,73

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-554.799,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	–
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	–
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-554.799,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	554.799,71
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	19,57

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2012 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ERMO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R$ 4.411,85, e da complementação do FUNDEB foi de R$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R$ 0,00.

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.797.433,98	669.477,35	0,00	1.127.956,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**1.797.433,98**	**669.477,35**	**0,00**	**1.127.956,63**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-1.797.433,98**	**-669.477,35**		**-1.127.956,63**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	87.935,18	0,00	87.935,18
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	0,00	87.935,18
TOTAL	87.935,18	0,00	87.935,18

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.256.061,81	10.256.061,81	3.533.910,36	34,46
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-554.799,71	36,47
TOTAL	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**2.979.110,65**	**34,11**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.685.750,00	1.685.750,00	562.269,82	33,35
Pessoal e Encargos Sociais	625.000,00	625.000,00	273.703,58	43,79
Outras Despesas Correntes	1.060.750,00	1.060.750,00	288.566,24	27,20
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	5.938,96	11,88
Investimentos	50.000,00	50.000,00	5.938,96	11,88
TOTAL (IV)	1.735.750,00	1.735.750,00	568.208,78	32,74

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.735.750,00	1.735.750,00	568.208,78	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS[1]	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.735.750,00	1.735.750,00	**568.208,78**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <%>[2] [(V - VI) / I]	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.735.000,00	1.735.000,00	568.208,78	100,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	750,00	750,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.735.750,00**	**1.735.750,00**	**568.208,78**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
NADA A DECLARAR				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NADA A DECLARAR											

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	0,00
Previsão Atualizada	—	8.735.000,00
Receitas Realizadas	1.626.184,44	2.979.110,65
Déficit Orçamentário	—	33.679,76
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	8.735.000,00
Créditos Adicionais	—	444.500,00
Dotação Atualizada	—	9.179.500,00
Despesas Empenhadas	1.237.685,05	4.631.883,57
Despesas Liquidadas	1.870.439,28	3.012.790,41
Superavit Orçamentário	—	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.237.685,05	4.631.883,57
Despesas Liquidadas	1.870.439,28	3.012.790,41

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	7.975.736,58

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	10.000,00	-167.110,28	-1.671,10
Resultado Primário	-6.461,18	14.229,52	-220,23

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	34.375,00	0,00	34.147,50	227,50
EXECUTIVO	34.375,00	0,00	34.147,50	227,50
TOTAL:	**34.375,00**	**0,00**	**34.147,50**	**227,50**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	554.799,71	25%	19,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	-4.411,85	60%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	669.477,35	1.127.956,63

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	87.935,18
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	568.208,78	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Forquilhinha

Prefeitura

Lei Nº 1.801, de 17 de Maio de 2012.

LEI Nº 1.801, DE 17 DE MAIO DE 2012.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.543, DE 08 DE ABRIL DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilhinha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:
Art. 1º Ficam alterados os incisos VI e VII do art. 2º da Lei nº 1.543, de 08 de abril de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação desde que expressamente autorizado pelo Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia desde que expressamente autorizado pelo Conselho Municipal da Indústria e Comércio;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da dada de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Forquilhinha/SC, 17 de maio de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 052, de 02 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 052, DE 02 DE MAIO DE 2012.
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS A MARIA SALETE DE ASSIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 011/2011 e de conformidade com o art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 041/2003 e art. 49 da Lei nº. 1.325/07,

DECRETA:
Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais a MARIA SALETE DE ASSIS, matrícula nº. 345, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA

1- RENDA MENSAL INICIAL R$ 899,20
2 - FATOR DE PROPORCIONALIDADE 100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL R$ 899,20
4 - TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA
(=) tempo total líquido até 16/03/2012 30 anos, 03 meses e 00 dias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha/SC, 02 de maio de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 053, de 02 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 053, DE 02 DE MAIO DE 2012.
CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS A EMÍLIA DERFIS CARDOSO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 016/2011 e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, o art. 28 da Lei Municipal nº. 1.325/2007,

DECRETA:
Art. 1º Fica concedida aposentadoria por invalidez com proventos integrais a EMÍLIA DERFIS CARDOSO, matrícula nº. 788, Agente de Serviços Gerais, lotada no Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

MEMÓRIA DE CALCULO - BASE DE CÁLCULO - MAIO/2012

1- RENDA MENSAL INICIAL R$ 763,95
2 - FATOR DE PROPORCIONALIDADE 100%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL R$ 769,95
4 - TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO
(=) tempo total líquido até 09/12/2011 15 anos, 04 meses e 25 dias
5 - TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria por invalidez com proventos integrais, nos termos do art. 40, §1º, inc. I, da Constituição Federal e art. 28, da Lei n.º 1.325/2007.
6 - O pagamento do benefício retroagirá a data do laudo médico-pericial em 27/09/2011

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do laudo médico-pericial (27/09/2011), nos termos do §4º, do art. 28 da Lei nº. 1.325/07.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha/SC, 02 de maio de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 061, de 15 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 061, DE 15 DE MAIO DE 2012.
DESIGNA E DESTITUI MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO PARA LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94, 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

DECRETA:
Art. 1º Designa a servidora RENATA PEREIRA FRITZEN para compor a equipe de apoio ao pregoeiro para licitações na modalidade pregão.

Art. 2º Destitui a servidora KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI da equipe de apoio ao pregoeiro.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 014, de 07 de março de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilhinha/SC, 15 de maio de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 81/PMF/2012.
OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para construção da área coberta para Cancha de Bocha de Piumba, com 330,62 m², no Complexo Esportivo de Santa Isabel, na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Município de Forquilhinha/SC, conforme convênio nº. 6073/2012-9, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma.
DATA DE ABERTURA: Dia 06 de junho de 2012 às 14:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilhinha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8122 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilhinha, 18 de maio de 2012.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Aviso de Licitação - Retificação do Edital

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO DO EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº. 08/FMS/2012

O Poder Executivo do Município de Forquilhinha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de TOMADA DE PREÇO 08/FMS/2012 que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de serviços na construção da Unidade de Saúde de Vila Franca, com área de 268,09 m², na Rua Adirço Colonetti, Bairro Vila Franca, Município de Forquilhinha/SC, conforme convênio nº. 4401/2012-6, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma.
ONDE SE LÊ: "3.1.8, a) Atestado(s) ou certidão(ões), de capacidade técnico operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou, que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra de características semelhantes ao objeto da presente Licitação."
LEIA-SE: "3.1.8, a) Atestado(s) ou certidão(ões), de capacidade técnico operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e registrado(s) na Entidade Profissional competente (CREA), que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra de características semelhantes ao objeto da presente Licitação."
Em virtude desta retificação não afetar a formulação da proposta, a data de abertura desse processo permanece inalterado. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilhinha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilhinha, 18 de maio de 2012.
ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de licitação

Extrato de Contrato FMS Nº 13/2012

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 13/2012

CONCEDENTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO - CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO - CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO JOSÉ BACK, Nº 81, CENTRO, FORQUILHINHA/SC, TERRENO COM ÁREA DE 697,00M² (SEISCENTOS E NOVENTA E SETE METROS QUADRADOS) E ÁREA CONSTRUÍDA DE 282,55M² (DUZENTOS E OITENTA E DOIS METROS E CINQUENTA E CINCO CENTÍMETROS QUADRADOS), NA ANTIGA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, CONFORME CROQUI, DESTINADA A INSTALAÇÃO DE CLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM.

VALOR - valor mensal de R$ 2.000,00 (dois mil), perfazendo um valor global de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil).

VIGÊNCIA - 120 (cento e vinte) meses.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 05/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 15 de março de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 101/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 101/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AMCA INFORMÁTICA LTDA

OBJETO - aquisição de material de expediente e informática, para consumo na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de educação e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilhinha/SC.

VALOR - R$ 3.035,30 (três mil trinta e cinco reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (65)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 11 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 102/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 102/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - D&A INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO - aquisição de material de expediente e informática, para consumo na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de educação e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilhinha/SC.

VALOR - R$ 135,50 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (65)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 11 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 103/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 103/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DAT INFORMÁTICA LTDA

OBJETO - aquisição de material de expediente e informática, para consumo na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de educação e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilhinha/SC.

VALOR - R$ 34.138,50 (trinta e quatro mil cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (65)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 11 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 104/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 104/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO - aquisição de material de expediente e informática, para consumo na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de educação e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilhinha/SC.

VALOR - R$ 35.523,43 (trinta e cinco mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (65)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 11 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

Prefeitura

Decreto Nº 0140/2012
DECRETO Nº 0140, DE 18 DE MAIO DE 2012.
DETERMINA PERÍODO DE RACIONAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DESDE A DATA DA PUBLICAÇÃO ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, considerando a decretação de situação de emergência em todo o território municipal pela estiagem, contido no Decreto 118/2012;

DECRETA:
Art. 1º. Fica estabelecido o período de racionamento de água desde a publicação do presente Decreto até 31 de agosto de 2012.

Art. 2º. Durante o período de racionamento de água é vedado o consumo abusivo de água pelos consumidores do Município, nos termos da lei, podendo a SANEFRAI designar períodos diários de cessação do fornecimento de água, mediante prévio aviso à população, feito obrigatoriamente por meio de divulgação em massa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 18 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0141/2012

DECRETO Nº 0141, DE 18 DE MAIO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:
Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e meio Ambiente
09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
17.511.0019.1.027 - Sistema Comunitário de Abastecimento de Água no Meio Rural
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (282) R$ 10.000,00

Total R$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 18 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1113/2012

PORTARIA N.º 1.113, DE 18 DE MAIO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0016 de 20 de abril de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IVETE MISTURINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.955.619-01, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1114/2012

PORTARIA Nº. 1.114, DE 18 DE MAIO DE 2012.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e decisões contidas no Processo Administrativo nº 3488/2012;

RESOLVE:
Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público JULIO CESAR DACOL, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:
I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;
II - RICARDO SCHIRMER - Membro;
III - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Membro.
Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC., 18 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1115/2012

PORTARIA Nº 1.115, DE 18 DE MAIO DE 2012.
Reduz Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/10; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3.487 de 2012;

RESOLVE:
Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 16 (dezesseis) horas semanais a carga horária da servidora TANIA MARIA SBEGHEN DE OLIVEIRA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 422.853.640-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, no período de 21 de maio de 2012 até 31 de dezembro de

2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1116/2012

PORTARIA N.º 1.116, DE 18 DE MAIO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0016 de 20 de abril de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANA KASSIELLI DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.506.039-86, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R$)
17/5/2012	Ministério da Educação	PNATE - Educ. Fundam.	18.229,70
17/5/2012	Ministério da Educação	PNATE - Educ. Infantil	1.316,12
17/5/2012	Ministério da Educação	PNATE - Ensino Médio	5.390,50

Secretaria de Finanças

Anexos RREO 2º Bimestre 2012

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
RECEITAS CORRENTES	**8.366.164,82**	**8.366.164,82**	**1.332.851,11**	**15,93**	**2.685.777,32**	**32,10**	**5.680.387,50**
RECEITA TRIBUTARIA	202.700,06	202.700,06	48.904,68	24,13	64.191,36	31,67	138.508,70
IMPOSTOS	156.130,93	156.130,93	37.590,63	24,08	51.141,02	32,76	104.989,91
TAXAS	28.591,13	28.591,13	11.314,05	39,57	13.050,34	45,64	15.540,79
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	17.978,00	17.978,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.978,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	77.170,72	10.135,14	13,13	36.166,64	46,87	41.004,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	56.790,86	8.093,20	14,25	32.071,58	56,47	24.719,28
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.379,86	20.379,86	2.041,94	10,02	4.095,06	20,09	16.284,80
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	38.526,00	509,70	1,32	509,70	1,32	38.016,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	38.526,00	38.526,00	509,70	1,32	509,70	1,32	38.016,30
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	561,80	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.937.244,04	7.937.244,04	1.263.329,31	15,92	2.569.708,15	32,38	5.367.535,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.937.244,04	7.937.244,04	1.263.329,31	15,92	2.569.708,15	32,38	5.367.535,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	109.962,20	9.972,28	9,07	15.201,47	13,82	94.760,73
Multas e Juros de Mora	17.683,15	17.683,15	1.044,22	5,91	1.044,22	5,91	16.638,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.457,33	127,68	1,71	691,60	9,27	6.765,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	28.585,51	28.585,51	5.160,50	18,05	6.000,77	20,99	22.584,74
RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	56.236,21	3.639,88	6,47	7.464,88	13,27	48.771,33
RECEITAS DE CAPITAL	**368.835,18**	**368.835,18**	**293.333,33**	**79,53**	**293.333,33**	**79,53**	**75.501,85**
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	0,00	0,00	87.935,18
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	0,00	0,00	87.935,18
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	280.900,00	293.333,33	104,43	293.333,33	104,43	-12.433,33
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	280.900,00	293.333,33	104,43	293.333,33	104,43	-12.433,33
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de ERMO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**1.626.184,44**	**18,62**	**2.979.110,65**	**34,11**	**5.755.889,35**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	33.679,76	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.626.184,44	18,62	3.012.790,41	34,11	5.755.889,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
DESPESAS CORRENTES	**7.389.200,99**	**-15.000,00**	**7.374.200,99**	**1.134.753,53**	**3.789.598,81**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**31,78**	**5.030.887,93**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.904.981,16	0,00	2.904.981,16	556.871,82	1.122.183,52	557.779,43	1.108.091,13	38,14	1.796.890,03
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.464.219,83	-15.000,00	4.449.219,83	577.881,71	2.667.415,29	714.915,37	1.235.221,93	27,76	3.213.997,90
DESPESAS DE CAPITAL	**1.337.933,98**	**459.500,00**	**1.797.433,98**	**102.931,52**	**842.284,76**	**597.744,48**	**669.477,35**	**37,25**	**1.127.956,63**
INVESTIMENTOS	1.237.933,98	459.500,00	1.697.433,98	78.859,45	793.865,78	573.672,41	621.058,37	36,59	1.076.375,61
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	24.072,07	48.418,98	24.072,07	48.418,98	48,42	51.581,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**7.865,03**	**0,00**	**7.865,03**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.865,03**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ERMO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**8.735.000,00**	**444.500,00**	**9.179.500,00**	**1.237.685,05**	**4.631.883,57**	**1.870.439,28**	**3.012.790,41**	**32,82**	**6.166.709,59**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.735.000,00	444.500,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	32,82	6.166.709,59

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59
Legislativa	500.000,00	500.000,00	60.582,18	278.403,98	87.790,16	153.751,43	5,10	30,75	346.248,57
Ação Legislativa	500.000,00	500.000,00	60.582,18	278.403,98	87.790,16	153.751,43	5,10	30,75	346.248,57
Administração	900.349,85	900.349,85	114.241,47	504.194,63	158.689,85	298.719,62	9,92	33,18	601.630,23
Administração Geral	900.349,85	900.349,85	114.241,47	504.194,63	158.689,85	298.719,62	9,92	33,18	601.630,23
Segurança Pública	27.136,00	27.136,00	1.386,74	3.144,64	1.564,66	3.144,64	0,10	11,59	23.991,36
Policiamento	27.136,00	27.136,00	1.386,74	3.144,64	1.564,66	3.144,64	0,10	11,59	23.991,36
Assistência Social	450.233,70	490.233,70	69.545,59	174.883,47	63.170,14	117.965,22	3,92	24,06	372.268,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00	16.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.854,00
Assistência Comunitária	433.379,70	473.379,70	69.545,59	174.883,47	63.170,14	117.965,22	3,92	24,92	355.414,48
Saúde	2.136.158,14	2.228.658,14	296.354,94	1.249.135,22	374.650,11	684.671,79	22,73	30,72	1.543.986,35
Atenção Básica	2.036.158,14	2.128.658,14	294.651,99	1.193.519,24	361.204,46	663.836,45	22,03	31,19	1.464.821,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	100.000,00	1.702,95	55.615,98	13.445,65	20.835,34	0,69	20,84	79.164,66
Educação	1.778.218,71	1.778.218,71	246.135,43	866.586,27	366.237,81	611.348,34	20,29	34,38	1.166.870,37
Alimentação e Nutrição	112.431,51	112.431,51	0,00	66.195,25	9.967,55	9.967,55	0,33	8,87	102.463,96
Ensino Fundamental	1.411.180,00	1.411.180,00	235.780,47	723.279,63	331.934,74	567.517,93	18,84	40,22	843.662,07
Educação Infantil	162.247,60	162.247,60	10.354,96	40.244,67	11.968,80	21.496,14	0,71	13,25	140.751,46
Educação de Jovens e Adultos	32.359,60	32.359,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.359,60
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	0,00	36.866,72	12.366,72	12.366,72	0,41	20,61	47.633,28
Cultura	25.618,00	25.618,00	12.308,67	13.823,86	13.346,66	13.823,86	0,46	53,96	11.794,14
Difusão Cultural	25.618,00	25.618,00	12.308,67	13.823,86	13.346,66	13.823,86	0,46	53,96	11.794,14
Urbanismo	574.875,86	886.875,86	61.796,65	594.492,55	437.474,31	456.235,10	15,14	51,44	430.640,76
Infra-Estrutura Urbana	404.496,00	716.496,00	56.991,45	496.487,84	423.615,45	423.615,45	14,06	59,12	292.880,55
Serviços Urbanos	170.379,86	170.379,86	4.805,20	98.004,71	13.858,86	32.619,65	1,08	19,15	137.760,21
Agricultura	633.260,00	633.260,00	90.680,94	292.645,20	83.601,13	156.796,47	5,20	24,76	476.463,53
Abastecimento	633.260,00	633.260,00	90.680,94	292.645,20	83.601,13	156.796,47	5,20	24,76	476.463,53
Transporte	1.391.284,71	1.391.284,71	237.973,50	561.045,60	235.956,06	422.805,79	14,03	30,39	968.478,92
Transporte Rodoviário	1.391.284,71	1.391.284,71	237.973,50	561.045,60	235.956,06	422.805,79	14,03	30,39	968.478,92
Desporto e Lazer	90.000,00	90.000,00	4.474,70	11.178,14	4.474,70	11.178,14	0,37	12,42	78.821,86
Desporto Comunitário	90.000,00	90.000,00	4.474,70	11.178,14	4.474,70	11.178,14	0,37	12,42	78.821,86

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59
Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	42.204,24	82.350,01	43.483,69	82.350,01	2,73	37,43	137.649,99
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	42.204,24	82.350,01	43.483,69	82.350,01	2,73	37,43	137.649,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.865,03	7.865,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03
TOTAL (III) = (I + II)	8.735.000,00	9.179.500,00	1.237.685,05	4.631.883,57	1.870.439,28	3.012.790,41	100,00	32,82	6.166.709,59

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**827.721,42**	**766.542,47**	**728.653,14**	**705.162,21**	**688.873,25**	**741.222,18**	**865.348,93**	**1.083.213,11**	**802.898,17**	**841.464,58**	**739.132,34**	**857.081,94**	**9.647.313,74**	**9.887.226,63**
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.410,03	11.022,19	12.433,34	9.165,69	12.492,85	10.724,88	8.812,61	9.855,29	8.000,11	7.286,57	28.790,33	20.114,35	158.108,24	202.700,06
RECEITA TRIBUTARIA	19.410,03	11.022,19	12.433,34	9.165,69	12.492,85	10.724,88	8.812,61	9.855,29	8.000,11	7.286,57	28.790,33	20.114,35	158.108,24	202.700,06
I.P.T.U.	11.529,91	3.101,00	1.160,40	623,38	20,34	181,51	89,79	265,34	0,00	930,36	1.655,10	3.563,76	23.120,89	21.267,50
I.S.S.	2.084,10	2.188,04	7.178,09	2.381,49	6.841,43	2.761,48	3.324,93	2.464,18	2.340,26	1.374,29	13.054,20	9.501,56	55.494,05	41.181,06
I.T.B.I.	1.181,45	1.243,88	0,00	1.923,87	0,00	2.002,26	832,86	161,00	30,00	844,85	1.065,36	1.500,00	10.785,53	18.252,88
I.R.R.F	3.902,61	4.084,21	3.968,15	3.933,47	5.088,52	5.432,14	4.029,28	6.623,77	4.550,62	3.480,01	3.766,47	3.484,18	52.343,43	75.429,49
Outras Receitas Tributárias	711,96	405,06	126,70	303,48	542,56	347,49	535,75	341,00	1.079,23	657,06	9.249,20	2.064,85	16.364,34	46.569,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.558,71	4.931,02	4.938,68	15.426,46	4.657,08	4.379,26	6.258,32	6.708,93	16.909,84	9.121,66	5.076,30	5.058,84	88.025,10	77.170,72
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	565,20	0,00	8,88	173,17	803,91	0,00	132,00	0,00	0,00	241,78	267,92	2.192,86	38.526,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	801.334,35	736.711,15	709.090,80	676.487,54	669.432,97	723.065,03	816.433,78	1.055.503,07	775.983,94	821.831,44	702.705,03	823.987,45	9.312.566,55	9.458.305,85
Cota-Parte do F.P.M.	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.721,01	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	5.133.580,39	5.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	219.029,62	219.826,27	232.690,64	232.956,63	243.774,13	241.873,64	253.566,12	258.021,97	252.744,99	219.611,17	239.230,18	247.478,47	2.860.803,83	3.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	13.267,11	12.600,73	8.644,22	7.487,69	11.851,61	11.684,21	9.590,27	6.629,47	10.603,53	16.667,96	9.692,30	9.751,05	128.470,15	88.718,33
Cota-Parte do ITR.	50,54	6,40	77,29	50,15	300,64	1.265,79	813,40	19,94	0,00	30,23	35,63	6,30	2.656,31	4.689,91
Transferências da LC 61/1989	3.930,18	4.344,86	4.269,94	4.284,78	3.971,63	4.448,56	6.425,40	5.953,23	2.024,70	4.236,98	3.765,50	3.995,47	51.651,23	69.712,64
Transferências da LC 87/1996	3.886,02	1.295,34	1.295,34	1.295,34	1.295,34	0,00	2.590,68	1.295,34	0,00	2.537,68	1.268,21	1.268,21	18.027,50	62.450,81
Transferências do FUNDEB	33.880,27	33.086,69	32.316,39	33.570,54	33.231,85	35.569,12	34.737,95	36.312,38	34.987,47	32.537,36	34.197,98	35.163,05	409.591,05	460.000,00
Outras Transferências Correntes	62.902,70	46.408,05	73.242,33	29.049,90	81.387,40	42.280,47	100.946,14	61.549,73	44.637,50	24.867,32	60.440,25	80.074,30	707.786,09	772.734,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.418,33	13.312,91	2.190,32	4.073,64	2.117,18	2.249,10	33.844,22	11.013,82	2.004,28	3.224,91	2.318,90	7.653,38	86.420,99	109.962,20
DEDUÇÕES (II)	**144.360,60**	**135.225,90**	**124.454,98**	**137.625,55**	**114.696,33**	**132.559,25**	**140.818,71**	**154.964,55**	**154.470,05**	**160.944,87**	**125.731,29**	**145.725,08**	**1.671.577,16**	**1.577.852,67**
Outras Contribuicoes Sociais	3.450,56	3.782,76	3.748,65	14.552,27	3.734,20	3.516,24	5.385,46	5.862,44	15.924,17	8.054,21	4.118,01	3.975,19	76.104,16	56.790,86
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	140.910,04	131.443,14	120.706,33	123.073,28	110.962,13	129.043,01	135.433,25	149.102,11	138.545,88	152.890,66	121.613,28	141.749,89	1.595.473,00	1.521.061,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**683.360,82**	**631.316,57**	**604.198,16**	**567.536,66**	**574.176,92**	**608.662,93**	**724.530,22**	**928.248,56**	**648.428,12**	**680.519,71**	**613.401,05**	**711.356,86**	**7.975.736,58**	**8.309.373,96**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	374.400,00	350.053,09	475.981,02
DEDUÇÕES (II)	290.118,91	541.333,52	252.053,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	290.118,91	748.785,41	558.810,21
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	207.451,89	306.756,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	84.281,09	-191.280,43	223.927,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**84.281,09**	**-191.280,43**	**223.927,37**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR	**415.207,80**	**139.646,28**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**10.000,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**8.327.638,82**	**1.332.341,41**	**2.685.267,62**	**2.463.130,17**
Receita Tributária	202.700,06	48.904,68	64.191,36	69.330,99
I.P.T.U.	21.267,50	5.218,86	6.149,22	3.934,90
I.S.S.	41.181,06	22.555,76	26.270,31	13.812,69
I.T.B.I.	18.252,88	2.565,36	3.440,21	8.041,50
I.R.R.F.	75.429,49	7.250,65	15.281,28	14.298,70
Outras Receitas Tributárias	46.569,13	11.314,05	13.050,34	29.243,20
Receita de Contribuição	77.170,72	10.135,14	36.166,64	11.353,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	77.170,72	10.135,14	36.166,64	11.353,67
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	38.526,00	509,70	509,70	2.382,85
(-) Aplicações Financeiras	38.526,00	509,70	509,70	2.382,85
Transferências Correntes	7.937.244,04	1.263.329,31	2.569.708,15	2.334.604,77
F.P.M.	4.105.335,75	640.260,52	1.402.123,39	1.289.118,98
I.C.M.S.	2.418.717,23	389.367,04	767.978,11	704.248,97
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.413.191,06	233.701,75	399.606,65	341.236,82
Demais Receitas Correntes	110.524,00	9.972,28	15.201,47	47.840,74
Dívida Ativa	28.585,51	5.160,50	6.000,77	1.817,57
Diversas Receitas Correntes	81.938,49	4.811,78	9.200,70	46.023,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**368.835,18**	**293.333,33**	**293.333,33**	**446.838,35**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	374.400,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	87.935,18	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	280.900,00	293.333,33	293.333,33	72.438,35
Convênios	280.900,00	293.333,33	293.333,33	72.438,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**280.900,00**	**293.333,33**	**293.333,33**	**72.438,35**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**8.608.538,82**	**1.625.674,74**	**2.978.600,95**	**2.535.568,52**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**7.374.200,99**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**1.821.377,54**
Pessoal e Encargos Sociais	2.904.981,16	557.779,43	1.108.091,13	905.464,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.449.219,83	714.915,37	1.235.221,93	915.912,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**7.354.200,99**	**1.272.694,80**	**2.343.313,06**	**1.821.377,54**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**1.797.433,98**	**597.744,48**	**669.477,35**	**1.005.838,57**
Investimentos	1.697.433,98	573.672,41	621.058,37	1.005.838,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	24.072,07	48.418,98	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**1.697.433,98**	**573.672,41**	**621.058,37**	**1.005.838,57**

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**7.865,03**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**9.059.500,00**	**1.846.367,21**	**2.964.371,43**	**2.827.216,11**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-450.961,18**	**-220.692,47**	**14.229,52**	**-291.647,59**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**-6.461,18**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	34.375,00	34.147,50	34.147,50	-	227,50
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.375,00	34.147,50	34.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.375,00	24.147,50	24.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.375,00**	**34.147,50**	**34.147,50**	**0,00**	**227,50**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	177.735,51	177.735,51	42.751,13	57.141,79	32,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.872,08	42.872,08	10.379,36	12.149,99	28,34
1.1.1- IPTU	21.267,50	21.267,50	5.218,86	6.149,22	28,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.604,58	21.604,58	5.160,50	6.000,77	27,78
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.252,88	18.252,88	2.565,36	3.440,21	18,85
1.2.1- ITBI	18.252,88	18.252,88	2.565,36	3.440,21	18,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41.181,06	41.181,06	22.555,76	26.270,31	63,79
1.3.1- ISS	41.181,06	41.181,06	22.555,76	26.270,31	63,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.429,49	75.429,49	7.250,65	15.281,28	20,26
1.4.1- IRRF	75.429,49	75.429,49	7.250,65	15.281,28	20,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.225.571,69	8.225.571,69	1.316.816,90	2.777.602,63	33,77
2.1- Cota-Parte FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	800.325,58	1.752.654,07	35,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.000.000,00	5.000.000,00	800.325,58	1.752.654,07	35,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	486.708,65	959.064,81	31,97
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.450,81	62.450,81	2.536,42	5.074,10	8,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	69.712,64	69.712,64	7.760,97	14.022,65	20,11
2.5- Cota-Parte ITR	4.689,91	4.689,91	41,93	72,16	1,54
2.6- Cota-Parte IPVA	88.718,33	88.718,33	19.443,35	46.714,84	52,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	_	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.403.307,20	8.403.307,20	1.359.568,03	2.834.744,42	33,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO □□ENSINO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	_	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.521.061,81	1.521.061,81	263.363,17	554.799,71	36,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	894.664,25	894.664,25	160.065,06	350.530,68	39,18
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	581.282,77	581.282,77	97.341,61	191.086,70	32,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.489,94	12.489,94	507,28	1.014,80	8,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.942,75	13.942,75	1.552,20	2.811,23	20,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	938,21	938,21	8,44	13,50	1,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.743,89	17.743,89	3.888,58	9.342,80	52,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-263.363,17	-554.799,71	36,47
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ERMO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	4.411,85
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	4.411,85
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	0,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	4.411,85
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 [2]	4.411,85

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.100.826,80	2.100.826,80	339.892,01	708.686,11	33,73

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-554.799,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	–
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	–
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-554.799,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	554.799,71
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	19,57

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.425.857,20	1.425.857,20	357.588,13	585.143,19	41,04

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2012 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ERMO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R$ 4.411,85, e da complementação do FUNDEB foi de R$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R$ 0,00.

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.797.433,98	669.477,35	0,00	1.127.956,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**1.797.433,98**	**669.477,35**	**0,00**	**1.127.956,63**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-1.797.433,98**	**-669.477,35**		**-1.127.956,63**

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	87.935,18	0,00	87.935,18
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	0,00	87.935,18
TOTAL	87.935,18	0,00	87.935,18

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.256.061,81	10.256.061,81	3.533.910,36	34,46
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-554.799,71	36,47
TOTAL	**8.735.000,00**	**8.735.000,00**	**2.979.110,65**	**34,11**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.685.750,00	1.685.750,00	562.269,82	33,35
Pessoal e Encargos Sociais	625.000,00	625.000,00	273.703,58	43,79
Outras Despesas Correntes	1.060.750,00	1.060.750,00	288.566,24	27,20
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	5.938,96	11,88
Investimentos	50.000,00	50.000,00	5.938,96	11,88
TOTAL (IV)	1.735.750,00	1.735.750,00	568.208,78	32,74

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.735.750,00	1.735.750,00	568.208,78	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS[1]	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.735.750,00	1.735.750,00	**568.208,78**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <%>[2] [(V - VI) / I]	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.735.000,00	1.735.000,00	568.208,78	100,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	750,00	750,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.735.750,00**	**1.735.750,00**	**568.208,78**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
NADA A DECLARAR				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NADA A DECLARAR											

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Município de ERMO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	0,00
Previsão Atualizada	—	8.735.000,00
Receitas Realizadas	1.626.184,44	2.979.110,65
Déficit Orçamentário	—	33.679,76
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	8.735.000,00
Créditos Adicionais	—	444.500,00
Dotação Atualizada	—	9.179.500,00
Despesas Empenhadas	1.237.685,05	4.631.883,57
Despesas Liquidadas	1.870.439,28	3.012.790,41
Superavit Orçamentário	—	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.237.685,05	4.631.883,57
Despesas Liquidadas	1.870.439,28	3.012.790,41

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	7.975.736,58

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	10.000,00	-167.110,28	-1.671,10
Resultado Primário	-6.461,18	14.229,52	-220,23

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	34.375,00	0,00	34.147,50	227,50
EXECUTIVO	34.375,00	0,00	34.147,50	227,50
TOTAL:	**34.375,00**	**0,00**	**34.147,50**	**227,50**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	554.799,71	25%	19,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	-4.411,85	60%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	669.477,35	1.127.956,63

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	87.935,18
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	568.208,78	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

ERMO, 10/05/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 026097/O-0	Responsavel p/Controle Interno

Garopaba

Prefeitura

Aviso de Licitação Pr47/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a locação de estrutura para o evento XIV Quermesse e II Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 31/05/2012.
A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 31/05/2011, no endereço acima especificado.
O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 17 de maio de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação Nº 13/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 100/2012; DL n°. 13/2012; Contratada: Farmácia Ferrugem Ltda. - ME; CNPJ: 03.932.265/0001-16; Objeto: Aquisição de medicamentos para atender a mandado judicial; Valor: R$ 8.150,00 (Oito Mil, Cento e Cinquenta Reais); Data da Assinatura: 14/05/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Gaspar

Prefeitura

Aviso da Tomada de Preços Nº 45/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso da Tomada de Preços nº 45/2012

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de cessão de licença e direito de uso de sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica com instalação, integração e treinamento de pessoal para utilização do sistema, conforme especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas deverá ocorrer até às 9h do dia 24/05/2012 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 24/05/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.970, de 08 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 4.970, DE 08 DE MAIO DE 2012.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, DA POLÍCIA CIVIL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:
Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito e da Secretaria Municipal de Educação, conforme sequência abaixo:

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Funcional Programática: 00004.00122.00004 - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 - Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 2 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 56.750,00

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Funcional Programática: 00004.00122.00004 - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 - Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 370 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 7.720,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 6 - Educação Infantil
Funcional Programática: 00012.00365.00009 - Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Dotação: 483 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 160.000,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 6 - Educação Infantil
Funcional Programática: 00012.00365.00009 - Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 - Educação Fundamental
Funcional Programática: 00012.00361.00010 - Gestão de Educação e Ensino Fundamental
Atividade: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental
Dotação: 116 - 3.4.4.90 - Aplicações Diretas R$ 13.650,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 - Educação Fundamental
Funcional Programática: 00012.00361.00010 - Gestão de Educação e Ensino Fundamental
Atividade: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental.
Dotação: - ?Aplicações Diretas R$ 130.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito e da Secretaria Municipal de Educação, conforme sequência abaixo:

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Funcional Programática: 00004.00122.00004 - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 - Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 1 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 56.750,00

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 2 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Funcional Programática: 00004.00122.00004 - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 - Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 505 - 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R$ 7.720,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 6 - Educação Infantil
Funcional Programática: 00012.00365.00009 - Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Dotação: 275 - 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R$ 5.000,00
Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 6 - Educação Infantil
Funcional Programática: 00012.00365.00009 - Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Dotação: 48 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 160.000,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 - Educação Fundamental
Funcional Programática: 00012.00361.00010 - Gestão de Educação e Ensino Fundamental
Atividade: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental
Dotação: 97 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 13.650,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 6 - Educação Infantil
Funcional Programática: 00012.00365.00009 - Gestão de Educação Infantil
Atividade: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Dotação: 47 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 5.000,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 - Educação Fundamental
Funcional Programática: 00012.00361.00010 - Gestão de Educação e Ensino Fundamental
Atividade: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental
Dotação: 98 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 130.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, da Polícia Civil e do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e Adolescente:

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 - Educação Fundamental
Funcional Programática: 00012.00361.00010 - Gestão de Educação e Ensino Fundamental
Atividade: 1.100029 - Constr., Ampl. e Ref. de Esc., Q. Espor, Laborat., Sal. Multifuncion.
Dotação: 344 - 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R$ 249.228,77

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Funcional Programática: 00015.00451.00014 - Gestão da Secretaria de Transporte e Obras
Atividade: 1.100253 - Pavimentação de Ruas
Dotação: 405 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 500.000,00

Unidade: 17 - Polícia Civil
Funcional Programática: 00006.00181.00017 - Gestão da Polícia Civil
Atividade: 2.200082 - Manutenção da Polícia Civil
Dotação: 272 - 3.3.3.9.0 - Aplicação Direta R$ 100.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente
Unidade: 22 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente
Funcional Programática: 00008.00243.00027 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência
Atividade: 1.100175 - Manter Convênios com Entidades
Dotação: 12 - 3.3.3.5.0 - Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos R$ 27.387,90

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente
Unidade: 22 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente
Funcional Programática: 00008.00243.00027 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência
Atividade: 1.100175 - Manter Convênios com Entidades
Dotação: 14 - 3.3.3.5.0 - Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos R$ 357.170,61

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.996, de 21 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 4.996, DE 21 DE MAIO DE 2012.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SUPLEMENTA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II e VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:
Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 4 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Funcional Programática: 00004.00123.00006 - Gestão da

Secretaria de Administração e Finanças
Atividade: 2.200022 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Dotação: 15 - 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R$ 48.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 2º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 4 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Funcional Programática: 00004.00123.00006 - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças
Atividade: 2.200022 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Dotação: 17 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 48.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Transportes e Obras e da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 15 - Polícia Militar
Funcional Programática: 00006.00181.00018 - Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar
Atividade: 2.200084 - Manutenções Diversas Trânsito-PM
Dotação: 419 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R $ 100.000,00

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Funcional Programática: 00004.00122.00019 - Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munin. por meio da Secret. Municip. De Planej.
Atividade: 2.200088 - Manutenção das ações da Secretaria
Dotação: 369 - 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R$ 49.619,20

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

Prefeitura

Extrato do Contrato N° 064/2012
PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 064/2012. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 15/05/2013. VALOR: R$ 223.723,08 (duzentos e vinte e três mil setecentos e vinte e três reais e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Administração.

Governador Celso Ramos, 16 de maio de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato N° 065/2012
PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 065/2012. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 15/05/2013. VALOR: R$ 7.494,48 (sete mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos, 16 de maio de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo N° 001/2012 ao Contrato N° 121/2010
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 121/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço em assessoria, apoio, suporte técnico, gerenciamento e manutenção dos sistemas administrativos da prefeitura e fundo municipal de saúde, conforme edital e anexo.
CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL: Fica prorrogado o prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 10 de maio de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Guaramirim

Prefeitura

Aviso de Licitação
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 60/2012
Tipo : Menor Preco - Global

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM (01) LINK DEDICADO PARA ACESSO A INTERMET(COM INSTALAÇÃO) E INTERLIGAÇÃO DE 8 (OITO) PONTOS ATRAVÉS DE REDE DE FIBRA ÓTICA.
Entrega dos Envelopes: 01/06/2012 às 14:00h
Abertura dos Envelopes: 01/06/2012 às 14:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou

pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM (SC), 18/05/2012.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

Prefeitura

Portaria N° 591/2012

PORTARIA Nº 591/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de maio de 2012, a servidora CRISTIANE LISBOA LEOLATTO (Matr. 2705), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Maio de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 592/2012

PORTARIA Nº 592/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17 de Maio de 2012 até 13 de Setembro de 2012, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora SANDRA MARA PILATTI SERENA (Matr. 3421), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

Prefeitura

Altera Redação Artigo Resolução N° 003/CMDCA/2011

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 25, DA RESOLUÇÃO Nº 003/CMDCA/2011, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista a rescisão sem justa causa por iniciativa da Assistente Social, bem como a Ata a Ata nº 48, de 12 de março de 2012, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, altera o art. 25, da Resolução nº 003/CMDCA/2011, de 27 de dezembro de 2011 que divulga a nova Comissão Eleitoral, conforme segue:

1) O art. 25, da Resolução n° 003/CMDCA/2011, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 - A Comissão Eleitoral será composta por :
§ 1º - 02 (dois) representantes de entidades governamentais e:
a) Rose Mari Kowalczuk - representante do poder público no CMDCA;
b) Justina Inês Dalmolin - representante do poder público no CMDCA;
§ 2º - 02 (dois) representantes de entidades não governamentais:
a) Elaine Mariza Piovesan Zanin Cordeiro - representante da APP do Centro Educacional Eliziane Titon;
b) Olivo Ceron - Representante da APP da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse."

Ibiam, 16 de maio de 2012.
ELIS REGINA BRESSAN FELICETTI
Vice Presidente e.e.

Retificação Nº 02 da Resolução Nº 003/CMDCA/2011

RETIFICAÇÃO Nº. 02 DA RESOLUÇÃO Nº 003/CMDCA/2011, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, retifica o art. 51, da Resolução nº 003/CMDCA/2011, de 27 de dezembro de 2011 e divulga o novo calendário eleitoral, conforme segue:

1) O art. 102, da Resolução n° 003/CMDCA/2011, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102 - Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município.
Parágrafo único - Nos casos de empate serão adotados os critérios estabelecidos no parágrafo único do art. 60 desta Resolução."

2) O calendário eleitoral previsto passa a vigorar com as seguintes alterações:

26/05/2012	Eleição
28/05/2012 a 29/05/2012	Período de entrega de recursos para impugnação da eleição
30/05/2012 a 31/05/2012	Análise dos recursos
01/06/2012	Publicação do resultado dos recursos

04/06/2012	Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos
06/06/2012	Posse dos Conselheiros Tutelares

Ibiam, 16 de maio de 2012.
ELIS REGINA BRESSAN FELICETTI
Presidente do CMDCA e.e.

Portaria Nº 120/2012

PORTARIA Nº 120, DE 14 DE MAIO DE 2012
"NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE IBIAM"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto na Lei Municipal nº 015, de 19 de março de 1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 401, de 12 de Maio de 2009, bem como a Lei Municipal nº 322, de 04 de agosto de 2006, RESOLVE:
Art. 1º - Ficam nomeadas as senhoras LUANE SLONGO RAIZER, DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS e TAMARA ELIZE BITARELLO PIOVESAN, para sob a presidência da primeira, constituir a Comissão Municipal de Estudantes de Ibiam.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Estudantes de Ibiam, terá a incumbência de encaminhar à Administração Pública os relatórios e documentos previstos na Portaria nº 148, de 07 de agosto de 2006.

Art. 3º - A Comissão Municipal de Estudantes de Ibiam, nomeada por esta Portaria, terá o prazo de duração de um ano.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 049, de 08 de março de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE MAIO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Classificação Preliminar Concurso Público N° 002/2012

EDITAL Nº 004/2012 - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC).

Aos quatro dias do mês de maio de 2012, passamos a apresentar a Ata de Identificação dos candidatos em Ato Público (abertura dos envelopes lacrados no dia da prova escrita/objetiva) do Concurso Público nº 002/2012 da Prefeitura Municipal de Ibiam (SC).

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)

ORD	IDENTIFICADOR	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	C. GER.	C. ESP.	TOTAL
1º	1	VERONICA DA COSTA SILVA	1,20	1,20	1,20	2,80	6,40

Ibiam(SC), aos quatro dias do mês de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Gabarito Final Concurso Público N° 002/2012

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBIAM - SC

GABARITO FINAL (APÓS ANÁLISE DE RECURSOS)

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	E	A	C	D	B	A	C	D	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	A	D	B	E	B	B	C
21	22	23	24	25					
D	B	C	A	A					

Gabarito Preliminar Concurso Público N° 002/2012

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBIAM - SC

GABARITO PRELIMINAR (ANTES DA ANÁLISE DE RECURSOS)

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	E	A	C	D	B	A	C	D	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	A	D	B	E	B	B	C
21	22	23	24	25					
D	B	C	A	A					

Homologação Final Inscrições Concurso Público N° 002/2012

EDITAL Nº 003/2012 - HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC)

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do presente documento, apresenta a homologação final das inscrições dos candidatos inscritos as provas do Concurso Público n.º 002/2012, da Prefeitura Municipal de Ibiam/SC.

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Concurso Público n.° 002/2012, da Prefeitura Municipal de Ibiam (SC), ao seguinte cargo/função, conforme situação descrita:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARGO	STATUS
6988	SILVANA BIDINI	073.345.459-31	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)	NÃO HOMOLOGADO
6847	VERONICA DA COSTA SILVA	807.450.409-34	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)	HOMOLOGADO

Art. 2º - Do total de 02 (dois) candidatos que compareceram durante o período destinado para inscrições constantes para os cargos/funções relacionados no Edital de Concurso Público nº 002/2012 do Município de Ibiam (SC), 01 (um) candidato teve a inscrição homologada e 01 (um) candidato não teve a inscrição homologada.

Art. 3º - Esta homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ibiam/SC, 21 de Abril de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Homologação Parcial Inscrições Concurso Público N° 002/2012

EDITAL Nº 002/2012 - HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DAS INSCRIÇÕES
DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC)

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do presente documento, apresenta a homologação parcial das inscrições dos candidatos inscritos as provas do Concurso Público n.º 002/2012, da Prefeitura Municipal de Ibiam/SC.

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Concurso Público n.° 002/2012, da Prefeitura Municipal de Ibiam (SC), ao seguinte cargo/função, conforme situação descrita:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARGO	STATUS
6988	SILVANA BIDINI	073.345.459-31	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)	NÃO HOMOLOGADO
6847	VERONICA DA COSTA SILVA	807.450.409-34	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)	HOMOLOGADO

Art. 2º - Do total de 02 (dois) candidatos que compareceram durante o período destinado para inscrições constantes para os cargos/funções relacionados no Edital de Concurso Público nº 002/2012 do Município de Ibiam (SC), 01 (um) candidato teve a inscrição homologada e 01 (um) candidato não teve a inscrição homologada.

Art. 3º - O candidato que não teve sua inscrição homologada poderá apresentar recurso à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público no prazo prescrito no Edital.

Art. 4º - Esta homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ibiam/SC, 17 de Abril de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Recursos Prova Escrita Concurso Público Nº 001/2012

Candidato Recorrente: Célia Aparecida da Silva Ramos
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Questões objeto do recurso: 04; 09

QUESTÃO Nº 04

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um erro de digitação, sendo que nenhuma das alternativas está correta. Assim sendo, a referida questão deverá ser ANULADA.

QUESTÃO Nº 09

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um equívoco na publicação do gabarito preliminar, devendo ser alterado da letra "A" para a letra "E". Assim sendo, a referida questão deverá ser mantida, alterando apenas o gabarito oficial para letra "E".

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 02 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público
Candidato Recorrente: Damiane Bresciani Rinaldi
Cargo: Nutricionista
Questões objeto do recurso: 03; 20; 21

QUESTÃO Nº 03

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um equívoco, sendo que na oração II consta como sujeito transitivo direto sendo que o correto é sujeito indeterminado e verbo transitivo indireto. Pelo acima exposto, considerando o equívoco, a referida questão pode ter confundido os candidatos. Assim sendo a mesma deverá ser ANULADA.

QUESTÃO Nº 20

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos que razão não lhe assiste, pois a resposta está conforme a RDC 216/2004 no item 4.11.4. Sendo que em nenhum momento na questão foi citado que Controle de potabilidade da água não é um POP, somente que este não se encaixa dentre os obrigatórios conforme o item citado. Assim sendo a referida questão deverá ser mantida.

QUESTÃO Nº 21

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos

que razão não lhe assiste, pois conforme Livro Nutrição de Rejane Teixeira Mendonça (2010), p.51 item 1.6.3 a questão assim como a respectiva resposta esta correta, de acordo com a literatura usada para elaboração da questão e como nenhuma das alternativas cita 75mg/kg de peso corporal subentende-se que criança não estava inclusa nesta faixa de variação, e os demais dados tanto do autor citado por mim como por você se assimilam. Assim sendo a referida questão deverá ser mantida.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 02 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Candidato Recorrente: Fernando Caon
Cargo: Técnico Agropecuário
Questões objeto do recurso: 04; 09; 21

QUESTÃO Nº 04

Analisada a questão e o exposto pelo candidato recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um erro de digitação, sendo que nenhuma das alternativas está correta. Assim sendo, a referida questão deverá ser ANULADA.

QUESTÃO Nº 09

Analisada a questão e o exposto pela candidata recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um equívoco na publicação do gabarito preliminar, devendo ser alterado da letra "A" para a letra "E". Assim sendo, a referida questão deverá ser mantida, alterando apenas o gabarito oficial para letra "E".

QUESTÃO Nº 21

Analisada a questão e o exposto pelo candidato recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um erro de digitação, onde o item 15 ficou na sequencia do item 13, sendo que na questão solicitava a soma dos itens corretos. Pelo acima exposto considerando que o erro de digitação pode ter confundido os candidatos referida questão deverá ser ANULADA.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 02 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Candidato Recorrente: Robson Luiz Parize
Cargo: Técnico Agropecuário
Questões objeto do recurso: 04; 09; 21

QUESTÃO Nº 04

Analisada a questão e o exposto pelo candidato recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um erro de digitação, sendo que nenhuma das alternativas está correta. Assim sendo, a referida questão deverá ser ANULADA.

QUESTÃO Nº 09

Analisada a questão e o exposto pelo candidato recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um equívoco na publicação do gabarito preliminar, devendo ser alterado da letra "A" para a letra "E". Assim sendo, a referida questão deverá ser mantida, alterando apenas o gabarito oficial para letra "E".

QUESTÃO Nº 21

Analisada a questão e o exposto pelo candidato recorrente temos que razão lhe assiste na medida em que houve um erro de digitação, onde o item 15 ficou na sequencia do item 13, sendo que na questão solicitava a soma dos itens corretos. Pelo acima exposto considerando que o erro de digitação pode ter confundido os candidatos referida questão deverá ser ANULADA.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 02 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Ata Alteração Carga Horária

Ata 01 / 2012.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e doze, reuniram-se nas dependências do Centro Educacional Eliziane Titon, a comissão para analisar os documentos para alteração da carga horária de professores pertencentes ao quadro do magistério público municipal, de acordo com o edital de chamamento nº 001/2012, de vinte e cinco de abril de dois mil e doze. Após analisada a documentação de todas as inscritas, verificou-se que todas apresentaram a documentação exigida no edital. Foi constatado que as mesmas cumpriram com o primeiro critério de classificação - qualificação profissional equivalente - pós-graduação. Em seguida analisou-se o segundo critério de classificação - maior tempo de serviço na rede municipal de ensino. A classificação ficou assim definida: Carmelita Chiesa Tragancin com 30 anos, 2 meses e 8 dias; Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira com 24 anos e 3 dias; Eliane Maria Piovesan Recalcatti com 22 anos, 1 mês e 6 dias; Odete Gonçalves Walter Wille com 17 anos, 7 meses e 4 dias; Marly Salate Frechi Luthemeier com 15 anos, 4 meses e 1 dia; Sandra Trevisol com 14 anos 8 meses e 1 dia; Lorizete Terezinha Lutkemeier Gonzatto com 14 anos, 6 meses e 9 dias; Cácia Aparecida Gonzatto Araldi com 12 anos, 7 meses e 12 dias; Lucila Dalmolin Ciarnoschi com 11 anos, 1 mês e 1 dia. Não houve necessidade de análise dos demais critérios de classificação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião em que foi lavrada a presente ata, que segue por mim e pelos demais presentes assinada. Ibiam, 15 de maio de dois mil e doze.

MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER
Secretária

MARILENE VALESAN BORSOI
Presidente

LUCENA T. P. VIECELLI
Suplente

ELAINE M. P. Z. CORDEIRO
Suplente

FÁTIMA FONTANA GONZATTO
Membro

RODRIGO F. PEROSA
Suplente

Edital N° 010/2012 - CMDCA

EDITAL Nº 010/2012 - CMDCA
"DIVULGA CALENDÁRIO ELEITORAL - REFERENTE EDITAL Nº 001/2011 - CMDCA "

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE IBIAM/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações posteriores, na Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, do CONANDA, na Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011 e, com base na Resolução nº 03, de 27 de dezembro de 2011, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Edital nº 001, do CMDCA, de 28 de dezembro de 2011, bem como a Retificação nº 02, da Resolução nº 003/CMDCA/2011, torna público o calendário eleitoral, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

26/05/2012	Eleição no Centro Educacional Eliziane Titon, no período das 08h00min as 17h00min
28/05/2012 a 29/05/2012	Período de entrega de recursos para impugnação da eleição
30/05/2012 a 31/05/2012	Análise dos recursos
01/06/2012	Publicação do resultado dos recursos
04/06/2012	Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos
06/06/2012	Posse dos Conselheiros Tutelares

Ibiam, 16 de maio de 2012.
ELIS REGINA BRESSAN FELICETTI
Presidente do CMDCA e.e.

Imbituba

Prefeitura

Lei Complementar N° 4.063.2012

Lei Complementar nº 4.063, de 04 de abril de 2012.
Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores de carreira da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° Fica autorizado o aumento do piso salarial dos servidores de carreira da Câmara Municipal de Imbituba no percentual apurado pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente à revisão geral anual da remuneração dos servidores referente ao período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012.

Art. 2° Consoante modificação imposta pelo Art. 1º desta Lei Complementar, fica atualizado, no percentual estabelecido pelo caput do Art. 1°, o valor do Piso Salarial dos servidores públicos de carreira da Câmara de Municipal de Imbituba, conforme disposto no §1º do Art. 21. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Art. 3° As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, passando a produzir seus efeitos a partir de 1° de maio de 2012.

Imbituba, 04 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei N 4.066.2012

Lei nº 4.066, de 18 de abril de 2012.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.
§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a Pavimentação da Rua dos Reis, localizada no Bairro Sagrada Família.
§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R$ 132.840,30 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e trinta centavos) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a firmatura do convênio, o valor de R$ 44.280,10 (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e dez centavos).

Art. 2° Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 15.451.007 1.010. 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (Recurso Próprio) e 15.451.007 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0171(Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.064.2012

Lei nº 4.064, de 04 de abril de 2012.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2012 no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos mil reais), para novo item orçamentário como segue:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA
Programa: 7 - Governo de Imbituba, Fazendo Ainda Mais
Projeto (Ação): 1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Funcional programática: 26.782.0007
4.4.90.00.00.00.00.00.0138 (0148) Aplicações Diretas 850.000,00
Total 850.000,00

Art. 2º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 1º correrão por conta da Operação de Crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, autorizada através da Lei Municipal nº 3.520/2009, de 06/07/2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.065.2012

Lei nº 4.065, de 18 de abril de 2012.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.
§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a aquisição de Equipamentos Odontológicos para Secretaria Municipal de Saúde.
§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R$ 25.500,00 (vinte cinco mil e quinhentos reais) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a firmatura do convênio, o valor de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Art. 2° Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas oriundas da presente Lei, correrão por conta da funcional programática 10.301.0014 2.121.4.4.90.00.00.00.00 .00.0106 (Recurso Próprio) e 15.451.007 1.010.4.4.90.00.00.00.0 0.00.0171 (Recurso Vinculado), do orçamento do Fundo municipal de saúde, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.067.2012

Lei nº 4.067, de 18 de abril de 2012.
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.
§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a Pavimentação e Drenagem Pluvial - Trevo Vila Nova Sul.
§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R$ 106.951,71 (cento e seis mil, novecentos e cinqüenta e um reais e setenta e um centavos) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a firmatura do convênio, o valor de R$ 35.650,57 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinqüenta reais e cinqüenta e sete centavos).

Art. 2° Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 15.451.007 1.010. 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (Recurso Próprio) e 15.451.007 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0171(Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 039.2012

DECRETO PMI Nº 39, de 04 de abril de 2012.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, nos termos da Lei nº 4.064, de 04 de abril de 2012,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2012 no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos mil reais), para novo item orçamentário como segue:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA
Programa: 7 - Governo de Imbituba, Fazendo Ainda Mais
Projeto (Ação): 1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Funcional programática: 26.782.0007
4.4.90.00.00.00.00.00.0138 (0148) Aplicações Diretas 850.000,00
Total 850.000,00

Art. 2º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 1º correrão por conta da Operação de Crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, autorizada através da Lei Municipal nº 3.520/2009, de 06/07/2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 139/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 139, de 17 de maio de 2012.
Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a pedido o período de fruição de licença-prêmio fixado na Portaria PORTARIA DGP/SEAGP N.º 137, de 23 de abril de 2010, concedida ao servidor ADÉCIO DUARTE DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 472.331.419-91, admitido em 01 de junho de 1987, contrato nº 3, referente aos períodos aquisitivos devidos, e novo período de fruição conforme quadro abaixo:

Períodos aquisitivos	Fruição
1992/1997	03/09/2012 a 01/12/2012
1997/2002	
2002/2007	

Art. 2º As conversões de 1/3 em abono pecuniário, concedidas de acordo com os respectivos qüinqüênios, já foram pagas nos meses de abril, maio e junho de 2010, conforme portaria anterior.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 17 de maio de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 140/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 140, de 17 de maio de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARLENE DE SOUZA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 578.550.309-30, admitida em 22 de fevereiro de 1985, contrato nº 386, referente ao qüinqüênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Qüinqüênio	Período de Fruição	Conversão
2000 a 2005	01.08.2012 a 29.09.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 17 de maio de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Dicot N° 002.2012

PORTARIA PMI/DICOT N° 002, de 02 de março de 2012.
Dispõe sobre CASSAÇÃO dos efeitos do ato que menciona na forma que segue.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE TRIBUTÁRIO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto PMI nº. 174, de 30 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a delegação de competência no âmbito do Departamento de Controle Tributário;

CONSIDERANDO o ofício nº. 0001/2011/01PJ/IMB - SIG nº. 06.2011.007425-4 emitido pelo Ministério Público de Santa Catarina.

CONSIDERANDO que ocorreu o vencimento do prazo estabelecido para a devida defesa do processo administrativo nº. 14739/2011 por conta da parte interessada;

CONSIDERANDO o parecer de "Viabilidade de Funcionamento" exarado no processo administrativo nº. 8.275/2010 de 01/07/2010, e o mapa de zoneamento emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

RESOLVE:
Art. 1º CASSAR, devido à inexistência de projeto especial que

viabilize a atividade de "Danceteria" na Zona Residencial Mista - ZRM2 da Região IV, zoneamento oriundo do inciso I do art. 64 do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI (Lei Complementar n°. 2.623/05), fundamentado no dispositivo supra referido e autorizado pelo art. 1º do decreto 174/2010, em atenção ao art. 50, VIII, da Lei Municipal nº. 3.442, de 22 de Janeiro de 2009, a autorização outorgada à DANCETERIA BAR E REST O BICAO LTDA, consubstanciada no Alvará de Funcionamento nº. 588/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de março de 2012.
CLEBER DE MELO
Diretor do Departamento de Controle Tributário

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 30/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 33/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 31 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para aquisição de equipamentos ambulatoriais de enfermagem e móveis para as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda á Sexta-feira.

Imbituba, 21 de maio de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 31/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 34/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 31 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica para confecção de próteses dentárias para os usuários da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda á Sexta-feira.

Imbituba, 21 de maio de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Extrato: PMI SEDUCE 71/2012 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 71/2012 - A00
Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.
Valor: R$ 4.364,00 Prazo: 31/12/2012
Fundamento: Processo nº. 15/2011 Pregão 14/2011

Imbituba, 03 de maio de 2011.
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA
Secretaria Municipal
Contratante

Ancs Distribuidora Ltda Epp
Representante Legal
Contratada

Edital SEAGP Nº 079/2012

EDITAL SEAGP Nº 079/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:
Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Maio a 15 de Junho de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.
O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.
Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.
Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.
O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.
O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com

classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de maio de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 079/2012
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista Socorrista - SAMU
Carlos Alberto Silveira

Câmara Municipal

Portaria CMI N° 044/2012

PORTARIA CMI n° 044/2012
"Concede Licença-Prêmio ao Servidor EVANDRO DE MEDEIROS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder ao Sr. EVANDRO DE MEDEIROS, servidor efetivo da Câmara Municipal de Imbituba, por pedido do servidor, 1(um) mês de licença-prêmio, dos 3(três) meses de que tem direito em decorrência do período aquisitivo de 10/01/2007 a 10/01/2012.
Converter 1(um) mês de licença-prêmio concedido acima em pecúnia, por pedido do servidor.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de maio de 2012.
ELÍSIO SGROTT
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16 de maio de 2012.

Ato da Presidência Nº 17/12

Ato da Presidência nº 17/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 15ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 21 de maio de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
38	PLC n° 258/2012	23/04/12	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre a remoção, guarda depósito e a alienação de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, em decorrência de infração à Legislação de Trânsito nas vias públicas deste município, com fundamento na Lei Federal 9.503, DE 23/09/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL n° 4.265/2012	07/05/12	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Altera o Inciso IV do Artigo 2° e o Anexo I da Lei n° 3.802, de 16 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro de Vila Alvorada, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especia	Única	1ª/2ª
	PDL n° 004/2012	17/05/12	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de Medalha de Honra ao Mérito Municipal e Título de Cidadão Honorário de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	Única
	PR n° 003/2012	17/05/12	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dispõe sobre a realização de Sessão Solene comemorativa ao 54º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	Única
	Moção n° 008/2012	17/05/12	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Moção de Congratulação ao Policial Militar Cabo José Luiz Barreto, lotado no município de Imbituba, por ato de Bravura.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. n° 001/2005).

Gabinete da Presidência, 17 de maio de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Iomerê

Prefeitura

Lei Complementar 0030/2012

LEI COMPLEMENTAR N.º 030 DE 16 MAIO DE 2012
INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
TÍTULO I

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Iomerê, que obedecerá aos objetivos e às diretrizes básicas desta LEI.
§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Iomerê, visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Iomerê, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:
I - a Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;
II - os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;
III - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
IV - as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
V - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos com as disposições da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo, Código de Posturas Municipais e Código de Obras.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento consolida as normas gerais, os objetivos e as diretrizes técnicas urbanísticas aplicáveis ao Município de Iomerê, observando-se o disposto na sua Lei Orgânica, na legislação urbanística citada ao longo dessa lei, podendo, ainda, ser integrado por outras normas regulamentares.

Parágrafo Único. A presente Lei é denominada: "Lei do Plano", dispondo sobre os objetivos, as diretrizes, as estratégias de desenvolvimento do Município.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial de Iomerê:
I - garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;
II - orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;
III - garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;
IV - orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste Plano Diretor, visando aproximar o planejamento realizado da gestão urbana cotidiana;
V - promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio-espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;
VI - elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
VII - fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
VIII - racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;
IX - garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes das obras e dos serviços de infraestrutura urbana;
X - garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Para que se atinjam os objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Iomerê, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:
I - dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano para o futuro, e, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;
II - dotar o Município de instrumentos jurídicos adequados, norteadores da política urbana municipal;
III - implantar as Políticas de Desenvolvimento priorizadas e definidas com a participação popular, quais sejam:
Desenvolvimento Sócio-Econômico e Cultural;
Desenvolvimento Físico-Territorial.

TÍTULO II

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL

Art. 6º. A Política de Desenvolvimento Socioeconômico é composta pelos programas:
I - Programa de Fortalecimento da Indústria e do Comércio;
II - Programa de Fortalecimento da Agropecuária;
III - Programa de Desenvolvimento do Turismo;
IV - Programa de Fortalecimento da Saúde, Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DO FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 7º. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e do comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 8º. O Programa tem por objetivos:

I - qualificar a mão-de-obra;
II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 9º. O Programa de Fortalecimento da Indústria e do Comércio será implantado através dos seguintes projetos:
I - projeto de viabilização para parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional;
II - projeto para incentivar a continuidade da diversificação da atividade industrial e viabilização de implantação de novas indústrias, para geração de emprego e renda;
III - projeto de criação de parque industrial com infraestrutura;
IV - fortalecimento do setor terciário, através de incentivos fiscais.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGROPECUÁRIA

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 10. O Programa tem por definição promover o fortalecimento da pequena propriedade rural como fator de desenvolvimento sócio-econômico, através da promoção da infra-estrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente.

Art. 11. O Programa tem por objetivos:
I - melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;
II - diversificar as atividades;
III - dotar a área rural de oportunidades;
IV - fortalecer a identidade comunitária e regional, bem como a cultura associativa e cooperativa.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 12. O Programa do Fortalecimento da Agropecuária será implantado através dos projetos:
I - projeto de incentivo à implantação de pequenas agroindústrias;
II - projeto de criação de programas de incentivo à agregação de valor a produção da pequena propriedade rural.

CAPÍTULO III
DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 13. O Programa tem por definição desenvolver o turismo no

município, promovendo e incentivando a instalação de empreendimentos turísticos despertando, através de capacitação, a vocação turística na comunidade.

Art. 14. O programa tem por objetivos:
I - desenvolver o turismo;
II - incentivar o empreendorismo voltado ao turismo;
III - despertar através de capacitação, vocação turística na comunidade;
IV - delimitar áreas de interesse turístico;
V - apoiar e incentivar as expressões artísticas culturais;
VI - implantar infraestrutura voltada ao turismo.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 15. O Programa de Desenvolvimento do Turismo será implantado através do projeto de fortalecimento do setor de turismo.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 16. O Programa tem por definição promover o fortalecimento da saúde, educação, esporte, cultura e lazer como fator de desenvolvimento sócioeconômico, através da promoção da ampliação das atividades educacionais, sociais e culturais, oportunizando melhoria da qualidade de vida.

Art. 17. O Programa tem por objetivos:
I - oportunizar acesso à saúde;
II - desenvolver a medicina preventiva;
III - oportunizar acesso à educação a todos;
IV - integrar a escola à comunidade;
V - disponibilizar educação de qualidade.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 18. O Programa de Fortalecimento da Saúde, Educação, Esporte, Cultura e Lazer será implantado através dos projetos:
I - de melhoria e/ou implantação de áreas sociais nas principais comunidades rurais;
II - de recuperação ou criação das áreas de lazer na área urbana e no meio rural;
III - de captação de recursos para construção de um Centro Multiuso;
IV - para aumentar o incentivo financeiro para o término dos pavilhões/clubes no interior;
V - de construção de um parque de eventos;
VI - para captação de recursos para construção de uma creche;
VII - de ampliação e readequação do espaço físico na Unidade Básica de Saúde;
VIII - de aquisição de mobiliário novo para saúde;
IX - de construção de prédio em parceria com o Estado para o atendimento do ensino público.

CAPÍTULO III
DO PROGRAMA DE MELHORIA DO SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 19. O Programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais visando à melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 20. O Programa tem por objetivos:
I - controlar a qualidade de água;
II - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água bem como a flora e fauna ribeirinha;
III - equacionar a falta de água na área rural do município;
IV - equacionar o tratamento e destinação dos dejetos de animais criados em regime intensivo;
V- compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
VI - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
VII - implantar a rede de atendimento de tratamento de esgoto;
VIII - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos;
IX - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
X - reduzir o consumo de águas servidas nas indústrias e residências.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 21. O Programa de Melhoria de Saneamento Básico e Ambiental será implantado através dos projetos:
I - de legislação e fiscalização ambiental;
II - de implantação e criação de áreas verdes;
III - de proteção de fontes e nascentes;
IV - de implantação de programa de coleta seletiva do lixo;
V - de implantação de programa a assistência técnica para uso adequado de agrotóxicos;
VI - de melhoria no abastecimento de água no interior;
VII - de ampliação do sistema de tratamento de água;
VIII - de proteção dos poços artesianos;
IX - de captação de recursos para implantação de rede e estação de tratamento de esgoto;
X - de continuidade e intensificação de programas de instalação de fossas, filtros e sumidouros individuais nas residências na área rural e urbana.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 22. O Programa tem por definição promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços. Como direito social através de diretrizes locais de política habitacional, induzindo o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 23. O Programa tem por objetivos:
I - mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda;
II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a aquisição de imóveis à população de baixa renda;
III - combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

SEÇÃO II

DOS PROJETOS

Art. 24. O Programa de Habitação será implantado através dos projetos:
I - projeto de implantação de programa de construção de unidades habitacionais isoladas e em conjunto para redução do déficit habitacional;
II - projeto de implantação de programas de reforma e ampliação de unidades habitacionais;
III - projeto de reurbanização e/ou relocação das ocupações irregulares em áreas de risco;
IV - projeto de implantação de programa de regularização fundiária;
V - projeto de incentivo a criação de novos loteamentos;
VI - projeto de criação de ZEIS - Zona Especial de Interesse Social;
VII - projeto de criação de um observatório habitacional;
VIII - projeto de implantação dos instrumentos do Estatuto da Cidade - Plano Diretor.

CAPÍTULO V
DO PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 25. O Programa tem por definição promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 26. O Programa tem por objetivos:
I - dotar com infraestrutura as estradas municipais;
II - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
III - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
IV - ampliar o sistema se saneamento básico.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 27. O Programa de Infraestrutura será implantado pelos projetos:
I - projeto de melhoria e alargamento das estradas municipais;
II - projeto de viabilização da pavimentação da SC, trecho que liga o município de Iomerê a Treze Tílias;
III - projeto de ampliação da pavimentação das ruas;
IV - projeto de implantação de passeios públicos padronizados e de acordo com a Lei de Acessibilidade;
V - projeto de implantação de sinalização nas comunidades rurais;
VI - projeto de melhoria da telefonia fixa e móvel no interior;
VII - projeto de ampliação dos serviços de internet;
VIII - projeto de articulação para viabilizar o aumento do efetivo de policiais;
IX - projeto de melhoria e manutenção da iluminação pública;
X - projeto de reestruturação administrativa;
XI - projeto de incentivo a qualificação dos funcionários públicos;
XII - projeto de criação de Departamento de Planejamento.

CAPÍTULO VI
DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

SEÇÃO I
CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS

Art. 28. Compõem o conjunto de instrumentos disponibilizado ao Município de Iomerê, além de outros indicados pelo Estatuto da Cidade:
I. do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória;
II. do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo;
III. da Desapropriação por Títulos da Dívida Pública;
IV. do Direito de Preempção;
V. do Direito de Superfície;
VI. da Outorga Onerosa do Direito de Construir ou Solo Criado;
VII. da Transferência do Potencial Construtivo;
VIII. do Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social;
IX. das Operações Urbanas Consorciadas;
X. das Zonas Especiais de Interesse Social;
XI. do Estudo de Impacto de Vizinhança;
XII. da Gestão Orçamentária Participativa;
XIII. Contribuição de Melhoria;
XIV. Concessão do Direito Real de Uso.

Art. 29. A delimitação territorial das áreas onde poderão ser aplicados os instrumentos de que trata este capítulo está prevista nos Anexos que integram a presente LEI.
SEÇÃO II
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 30. O Poder Público Municipal poderá utilizar o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsório como forma de induzir a ocupação de imóveis urbanos, providos de infraestrutura e equipamentos, que não estão edificados, que estão sendo subutilizados ou não utilizados.

Parágrafo único. Estarão isentos da aplicação deste instrumento os imóveis localizados em áreas de proteção ambiental.

Art. 31. Para a utilização deste instrumento o Município identificará os imóveis que não estejam cumprindo a função social da propriedade urbana e deverá notificar os seus proprietários para que promovam no prazo de um ano o parcelamento, edificação e utilização adequadas.

Parágrafo único. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei específica.

SEÇÃO III
DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 32. Nos casos do não atendimento dos prazos para o cumprimento da função social da propriedade através do parcelamento, edificação ou utilização compulsório, o município poderá aplicar o IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, podendo a alíquota máxima atingir a 15% (quinze por cento) do valor do lançamento fiscal do imóvel, até que o proprietário cumpra a obrigação de dar uso ao mesmo.

Art. 33. O valor da alíquota será estabelecido em lei específica, e será calculado através da Planta Genérica de Valores do Município em consonância com os valores do mercado imobiliário.

Art. 34. No caso do descumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, no prazo de cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra à referida obrigação, ficando garantida a posterior aplicação do instrumento de desapropriação do imóvel com pagamento em título da dívida pública.

SEÇÃO IV
DA DESAPROPRIAÇÃO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 35. O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, caso não tenha sido

cumprida a função de parcelar, edificar e dar uso ao referido imóvel após o prazo de cinco anos de cobrança do IPTU progressivo.

Art. 36. Cabe ao Município, mediante prévia autorização do Senado Federal, emitir títulos da dívida pública com prazo de resgate de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 37. Os imóveis desapropriados serão utilizados para construção de habitações populares ou equipamentos urbanos, podendo ser alienados a particulares, mediante prévia licitação.

SEÇÃO V
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 38. Através do direito de preempção o Poder Público Municipal terá a preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.
Art. 39. O objetivo do direito de preempção é facilitar a aquisição de imóveis por parte do Poder Público para fins de:
I. regularização fundiária;
II. execução de programas e projetos habitacionais;
III. constituição de reserva fundiária;
IV. ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;
V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
VIII. preservação de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 40. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

SEÇÃO VI
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 42. O proprietário urbano público ou privado poderá conceder a outrem o direito de utilização do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

Art. 43. O Poder Público poderá aplicar o direito de superfície:

I. em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;
II. em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 44. O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 45. O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta e Indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes neste Plano Diretor.

Art. 46. O Direito de Superfície poderá ser exercido em todo o território municipal.

Art. 47. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

SEÇÃO VII
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 48. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa, que o Poder Público confere ao empreendedor, para que este construa além dos coeficientes urbanísticos permitidos.

§ 1º Lei específica de concessão da outorga onerosa do direito de construir estabelecerá as bases de cálculo, a contrapartida, os casos passíveis da isenção ou redução de contrapartida e condições relativas à aplicação deste instrumento, bem como determinará os limites máximos de coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos, em relação à infraestrutura implantada.

§ 2º A aplicação da outorga onerosa em determinadas áreas da cidade poderá ser limitada.

§ 3º As vendas de áreas construtivas (solo criado) serão imediatamente suspensas mediante Decreto do Poder Executivoem caso de se constatar impacto negativo não suportável pela infraestrutura decorrente da aplicação do solo criado ou quando se verifique o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 49. Os recursos arrecadados com a venda do direito de construir a mais serão destinados para obras e fundos definidos em lei específica, referente à regulamentação deste instrumento.

Art. 50. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

SEÇÃO VIII
DA TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 51. A transferência do potencial construtivo ou do direito de construir é um instrumento que permite aos proprietários de imóveis urbanos preservados em áreas de interesse cultural, o direito de edificar em outro local a área construída não utilizada em seu imóvel, segundo autorização do Município, ou alienar mediante escritura pública o potencial construtivo de determinado lote que tenha interesse para:
I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
II - preservação histórica, artística, arquitetônica, arqueológica, ambiental e paisagística;
III - regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em habitação de interesse social.

Art. 52. O proprietário de um imóvel de valor cultural ou localizado em área de proteção ambiental, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo devido às limitações de usos definidos na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial construtivo desse imóvel.

Art. 53. Ao proprietário que conceder ao Município o seu imóvel ou parte dele para fins descritos acima será concedido o benefício de transferência do potencial construtivo.

Art. 54. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei complementar específica, que também operacionalizará os certificados para transferência do direito de construir, os prazos, os registros e as obras de restauro e conservação do imóvel que transfere.

Art. 55. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser

observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

SEÇÃO IX
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 56. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 57. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Art. 58. O valor real desta indenização deverá:
I - refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;
II - excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 59. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação pactuados entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Art. 60. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

SEÇÃO X
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 61. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.

Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será efetivada através de um plano de operação urbana específico, criado por lei, de acordo com o previsto neste Plano Diretor e com as disposições dos arts. 32, 33 e 34, da Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 62. As Operações Urbanas Consorciadas têm, como finalidades:
I - implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
II - otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;
III - implantação de programas de habitação de interesse social;
IV - ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;
V - proteção e recuperação de patrimônio ambiental e cultural;
VI - melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária;
VII - reurbanização e tratamento urbanístico de áreas;
VIII - dinamização de áreas visando à geração de empregos.

Art. 63. As operações urbanas consorciadas se fazem necessárias para viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte, que exijam a cooperação entre o Poder Público, os interesses privados e da população envolvida, e que possam implicar entre outras medidas:
I - a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente ou o impacto de vizinhança;
II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
III - a ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
IV - a oferta de habitação de interesse social.

Art. 64. A lei específica, que regerá o Plano de Operação Urbana Consorciada, deverá conter no mínimo:
I - delimitação da área de abrangência;
II - finalidades da operação;
III - programa básico de ocupação e intervenções previstas;
IV - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
V - estudo prévio de impacto de vizinhança;
VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;
VII - forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhada com representação da sociedade civil;
VIII - garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou por lei;
IX - conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

Parágrafo único. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação de cada plano de operação urbana consorciada.

SEÇÃO XI
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 65. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infraestrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 66. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):
I - estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;
II - estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

SEÇÃO XII
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 67. O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV é um instrumento a ser exigido para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades que possam causar impacto afetando a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.

Art. 68. Deverá alertar e precaver quanto à repercussão do empreendimento no que se refere às questões ligadas a visibilidade, acesso, uso e estrutura do meio ambiente natural ou construído evitando o desequilíbrio no crescimento urbano e garantindo

condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.

Art. 69. Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, a ser editada no prazo de 12 (doze) meses a partir da aprovação deste Plano Diretor.

Art. 70. O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. Os critérios de análise para elaboração do EIV estarão estabelecidos em lei específica.

SEÇÃO XIII
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 71. O município poderá instituir contribuição de melhoria sobre os imóveis que forem beneficiados e/ou tiverem o seu valor venal acrescido em decorrência de obra e/ou serviço realizado pelo Poder Público Municipal.

SEÇÃO XIV
CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

Art. 72. O Poder Executivo Municipal poderá conceder o direito real de uso do solo para fins de regularização fundiária de imóveis para uso próprio de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), de forma individual ou coletiva, na forma prevista na Lei no 10.257/2001.

Parágrafo único. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, a ser editada no prazo de um ano após a publicação desta lei.

TÍTULO III

POLÍTICA DE GESTÃO PÚBLICA URBANA

Art. 73. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:
I - Poder Executivo Municipal;
II - Participação Popular.

Art. 74. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:
I - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
II - promover o processo educativo e de capacitação da população para que possa participar dos processos decisórios concernentes à política urbana;
III - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;
IV - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
V - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;
VI - gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;
VII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

CAPÍTULO I
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 75. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:
I - promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;
II - implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;
III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;
IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;
V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais, seja no âmbito estadual e federal;
VI - promover a realização de audiências públicas;
VII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

CAPÍTULO II
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 76. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:
I - Conselho de Desenvolvimento Municipal;
II - Conferência Municipal de Política Urbana;
III - Audiência Pública;
IV - Gestão Orçamentária Participativa.

Art. 77. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 78. O Poder Executivo apresentará anualmente à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.
SEÇÃO I
DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 79. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iomerê é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem como atribuições:
I - emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;
II - promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;
III - colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reinvidicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;
IV - zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
V - realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:
Enfrentar a diminuição de emprego e renda;
Garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
Integrar as diferentes políticas sociais.
VI - propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista

nesta Lei;
VII - emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;
VII - aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;
VIII - aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;
IX - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;
X - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;
XI - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
XII - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;
XIII - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal Urbano de Iomerê integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal Urbano de Iomerê será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XI deste artigo.

Art. 80. O Conselho será formado por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

SEÇÃO II
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Art. 81. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço publico previlegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 82. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana:
I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;
II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;
III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;
V - avaliar a atividade do Conselho de Desenvolvimento Municipal visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;
VI - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 83. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:
I - as competências e matérias de deliberação;
II - os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;
III - a forma de organização e funcionamento da Conferência;
IV - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO III
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 84. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas no inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N.º 10.257/2201 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:
I - A cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Iomerê;
II - Promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
III - Garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;
IV - Possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:
1. Organizações e movimentos populares;
2. Associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
3. Associações de classe;
4. Fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações
5. Não-governamentais .

Art. 85. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 86. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 87. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO IV
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 88. No âmbito do Município de Iomerê, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata o art. 4º, inciso III, alínea f da Lei Federal n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:
I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 89. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:
I - Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;
II - Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 91. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:
I - de cento e oitenta dias (180), para que o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática nos termos da Lei n.º 10.250/01 - Estatuto da Cidade;
II - de duzentos e dez (210), para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na Legislação Municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
III - de cento e oitenta dias (180), para que se propicie as condições para criação e instalação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iomerê, com as atribuições previstas no Art. 79 da presente LEI.
§ 1º A posse dos integrantes da primeira gestão do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iomerê e o inicio de suas atividades não poderão exceder trinta dias após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias a que se refere o inciso III do presente artigo.

§ 2º As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 92. Este Plano Diretor deverá ser revisto pelo menos a cada 10 anos, na forma do artigo 40, §3º do Estatuto da Cidade.

Art. 93. Ficam revogadas as disposições em contrário e suas alterações.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IOMERÊ - SC, 16 DE MAIO DE 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 0031/2012

LEI COMPLEMENTAR N.º 031 DE 16 DE MAIO DE 2012
DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O BEM ESTAR PÚBLICO - CÓDIGO DE POSTURAS - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º. Todas as funções referentes à execução desta lei, bem como a aplicação das penalidades nela previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º. Os casos omissos serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º. Fica sujeita a regulamentação pela presente lei, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo Único. O disposto na presente lei não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º. Estão sujeitas a regulamentação pela presente lei, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 6º. Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais, incumbe zelar pela observância dos preceitos desta lei.

Art. 7º. Esta lei não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS

Art. 8º. As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas nesta lei e outras normas suplementares às Leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º. As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 4º deste capítulo, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:
I - garantir o respeito às relações sociais e culturais específicas da região;
II - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
III - promover a segurança e harmonia entre os munícipes.

CAPÍTULO II
DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I
DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 10. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Iomerê devem ser utilizados para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta lei.

Art. 11. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos na presente lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:
I - abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Municipalidade;
II - deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteiriços, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;
III - danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;
IV - danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, dados, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;
V - deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;
VI - deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
VII - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;
VIII - colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;
IX - danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;
X - embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;
XI - impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

Art. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 13. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 14. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:
I - consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;
II - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;
III - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
IV - conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência do vento ou trepidações, comprometer o passeio das vias públicas;
V - aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 15. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 16. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva.

Parágrafo Único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e ajusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 17. Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal.

Art. 18. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas.

Art. 19. Nos casos de descarga de materiais que não possam ser feitas diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, em horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão providenciar a sinalização adequada e necessária para que a circulação permaneça com segurança.

Art. 20. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 21. A Prefeitura impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas especificas nos logradouros públicos, desde que solicitada à Prefeitura a autorização de sua instalação.

Parágrafo Único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:
a) aprovação pela prefeitura quanto à sua localização;
b) não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;
c) serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;
d) não perturbar o trânsito público.
e) aprovação prévia pelo órgão sanitário competente da Municipalidade;
f) responsabilização pela limpeza do local utilizado.

Art. 23. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

SEÇÃO II
DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Art. 24. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos que comporte os usos: telefone, correio, segurança, comércio de jornais, revistas, cigarros, doces embalados, café e similares, flores, lanchonete, sucos, sorvete e outros do gênero em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:
I - prejuízo à circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;
II - interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;
III - interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;
IV - interferência nas redes de serviços públicos;
V - obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;
VI - redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;
VII - prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 25. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:
I - diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;
II - características do comércio existente no entorno;
III - diretrizes de zoneamento e uso do solo;
IV - riscos para o equipamento.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 26. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 27. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:
I - preservem uma faixa mínima para o trânsito público, não inferior a 2,00m (dois metros);
II - corresponderem apenas às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;
III - não exceder a linha média dos passeios, de modo a ocuparem no máximo a metade desses, a partir da testada;
IV - guardem as mesas, entre si, distância mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros);
V - sua instalação, estando em concordância com a Legislação Sanitária vigente, deverá ser previamente aprovada pelo órgão sanitário competente no Município.

Parágrafo Único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada da casa comercial, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 28. Através de requerimento à Municipalidade poderão ser permitidos, nos logradouros públicos: a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária, pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco à saúde da população.

Art. 29. As infrações dos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com 149 UFM elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

SEÇÃO III
DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 30. Calçada é a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Art. 31. As calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, de imóveis, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza, observando as normas e padrões fixados pela Municipalidade.

Art. 32. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:
I - depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;
II - revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;
III - qualquer tipo de letreiro ou anúncio, de caráter permanente ou não, no piso das calçadas dos logradouros públicos;
IV - escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;
V - transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras para portadores de necessidades especiais;
VI - conduzir pelas calçadas volumes de grande porte, que possam embaraçar o trânsito de pedestres;

VII - estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;
VIII - depositar materiais ou entulhos provenientes de construções sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da Municipalidade;
IX - executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da Municipalidade;
X - implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água ao solo;
XI - instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;
XII - preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;
XIII - lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;
XIV - executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;
XV - colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da Municipalidade;
XVI - fazer da calçada extensão do comércio com exposição e colocação de mercadoria de qualquer espécie.

Art. 33. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2% (dois por cento) do alinhamento para o meio fio, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 34. Nas calçadas públicas podem ser instalados equipamentos temporários ou permanentes, para a coleta de lixo, contanto que obedeçam as normas e padrões da Municipalidade.

Art. 35. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo Único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 36. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações passarão sob as calçadas.

Parágrafo Único. Quando se tornar necessária a realização de escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 37. Se intimados pela Municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a 3 (três) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 38. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo Único. Caso a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 39. Em logradouro com calçada de 3,00m (tres metros) ou mais, de largura, será obrigatória a construção de passeio livre para uso exclusivo de pedestres de no mínimo 2,00 m (um metro e meio), sendo que na faixa de calçadas restante deverá ser decorada e/ou ajardinada, segundo projeto aprovado para cada logradouro.

Art. 40. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo Único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas a esse tráfego de veículos.

Art. 41. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 42. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer este capítulo, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO IV
DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 43. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento, desde que o logradouro público seja pavimentado.

Art. 44. O fechamento permitirá o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva.

Parágrafo Único. A utilização de outros materiais para o fechamento, não citados neste artigo, deverá ser submetida à aprovação da Municipalidade.

Art. 45. O fechamento dos terrenos não construídos na zona urbana e rural poderá ser exigido pela Municipalidade, quando assim julgar conveniente, sendo permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame, tela ou cerca viva.
Parágrafo único. Na zona de expansão urbana e na macrozona rural, os proprietários deverão manter limpas e roçadas as áreas adjacentes à via pública.

Art. 46. Os terrenos que margeiam as estradas de rodagem serão obrigatoriamente fechados, permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva no alinhamento frontal.

Art. 47. Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos

mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

Art. 48. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de espinheiros, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 49. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a Municipalidade poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

Art. 50. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.
Art. 51. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Art. 52. É proibido colocar cacos de vidro, arames farpados e cercas elétricas, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo Único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta lei, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

SEÇÃO V
DOS TERRENOS BALDIOS

Art. 53. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 54. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:
I - intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;
II - execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 55. Compete a Municipalidade:
I - fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;
II - executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do artigo 54 desta lei.

Art. 56. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo Único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

SEÇÃO VI
DAS EDIFICAÇÕES

Art. 57. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na Macrozona Urbana Consolidada e Macrozona Urbana.

Art. 58. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:
a) vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
b) facilidade de sua inspeção;
c) tampa removível;
d) outras exigências da lei de edificações vigente.

Art. 59. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 60. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 61. Fica proibido no Município de Iomerê, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco

§ 1º Para os fins desta lei, a expressão "recintos de uso coletivo" compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 2º Nos locais descritos neste artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 3º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

§ 4º O Capítulo V desta lei determina as sanções para os infratores.

SEÇÃO VII
DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 62. No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá parecer técnico da FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 63. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo Único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 64. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 65. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a

propagação do fogo.

Art. 66. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:
I - preparar aceiros de no mínimo 7 (sete) metros de largura;
II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 67. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 68. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 69. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

SEÇÃO VIII
DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 70. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 71. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado à inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 72. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:
I - o estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, estes serão colocados sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;
II - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;
III - os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 73. É proibido ter em depósito ou expostos à venda:
I - aves doentes;
II - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 74. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 75. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 76. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições desta lei, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:
I - zelar para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;
II - ter carrinhos para perfeito acondicionamento;
III - ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;
IV - manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Vigilância Sanitária.

Art. 77. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas á venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feito em vasilhas abertas.
§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/validade e ingredientes utilizados.

Art. 78. Na infração de qualquer artigo dessa seção, será imposta multa correspondente a 150 UFM.

SEÇÃO IX
DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 79. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:
I - a lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;
II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;
III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;
IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;
V - os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;
VI - as mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis;
VII - nos salões de consumação, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não

possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, convenientemente trajados, e de preferência, uniformizados.

Art. 80. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo Único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 81. As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art. 82. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização, deverão ser esterelizados.

Art. 83. As casas de carnes e peixarias deverão atender às seguintes condições:
I - ter balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou fórmica;
II - utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservado em rigoroso estado de limpeza;
III - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;
IV - os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;
V - manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;
VI - os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;
VII - manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;
VIII - vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;
IX - os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 84. Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:
I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;
II - o uso de aventais e gorros brancos;
III - manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

Art. 85. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e /ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:
I - piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;
II - paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;
III - as salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;
IV - as chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;
V - os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;
VI - não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;
VII - ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;
VIII - ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;
IX - é obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;
XI - a secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;
XII - o preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será, realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos;
XIII - todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;
XIV - os equipamentos estarão sempre em boas condições de higiene;
XV - os produto pronto para uso deve ficar abrigado de contaminação exterior;
XVI - as embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;
XVII - é obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobremodo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;
XVIII - só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;
XIX - a manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 86. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:
I - a existência de depósito para roupa servida;
II - a existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;
III - a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;
IV - a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;
V - a instalação de necrotério;
VI - processo especial para eliminação de lixo hospitalar;
VII - a manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 87. Na infração de qualquer dispositivo desta seção, será imposta a multa de 75 UFM.

CAPÍTULO III
DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 88. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo Único. A Prefeitura estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitidos, tendo em conta o disposto nesta lei relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 89. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta lei.

§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:
a) som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;
b) poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
c) ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos

negativos em seres humanos e animais;
d) ruído impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;
e) ruído contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;
f) ruído intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;
g) ruído de fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;
h) distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:
1) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;
2) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
3) possa ser considerado incômodo;
4) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.
i) nível equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;
j) decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;
l) níveis de som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A , definido na norma NBR 10.151 - ABNT;
m) zona sensível a ruído ou zona de silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;
n) limite real da propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;
o) serviço de construção civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;
p) centrais de serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;
q) vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

§ 3º Para fins de aplicação desta seção ficam definidos os seguintes horários:
a) diurno: compreendido entre às 7h e 19h;
b) vespertino: compreendido entre às 19h e 22h;
c) noturno: compreendido entre às 22h e 7h.

Art. 90. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 91. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.

§ 1º No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 92. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 93. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serem analisados e autorizados pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 94. Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:
I - estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da Municipalidade;
II - respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;
III - limitem suas atividades, de 2ª a sábado, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 18:00 horas;
IV - atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200 metros de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 95. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de 03 (três) minutos a 05 (cinco) minutos.

Art. 96. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:
I - por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e sejam autorizados nos termos desta lei;
II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;
III - por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;
IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;
V - por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados Municipalidade, não sendo permitido nos domingos e feriados;
VI - por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de 03 (três) minutos e 01 (um) minuto;

Art. 97. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone,

água, esgoto e sistema viário.

Art. 98. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:
I - tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;
II - zona e categoria de uso do local;
III - horário de funcionamento do estabelecimento;
IV - capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
V - níveis máximos de ruídos permitidos;
VI - laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;
VII - descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
VIII - declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo Único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 99. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 02 (dois) anos, expirando nos seguintes casos:
I - mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;
II - mudança da razão social;
III - alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;
IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;
V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 100. Os técnicos ou fiscais terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário; devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.

§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.

§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a execução da medida ordenada.

Art. 101. A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:
I - notificação por escrito;
II - multa simples ou diária;
III - embargo da obra;
IV - interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;
V - cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;
VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
VII - paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo Único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 102. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme o Anexo I, e assim definidas:
I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
II - graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;
III - gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 103. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:
I - nas infrações leves, de 15 a 208 UFM;
II - nas infrações graves, de 208 a 357 UFM;
III - nas infrações gravíssimas, de 357 a 595 UFM.

Art. 104. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:
I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;
III - a natureza da infração e suas conseqüências;
IV - o porte do empreendimento;
V - os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 105. São circunstâncias atenuantes:
I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
II - arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 106. São circunstâncias agravantes:
I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
II - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 107. Compete a Municipalidade:
I - estabelecer o controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente.

Art. 108. A Municipalidade, disponibilizará infraestrutura necessária para o cumprimento desta lei.

Art. 109. As pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições desta seção, terão prazo para adaptarem-se as suas exigências conforme segue:
I - até 06 (seis) meses para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado na Prefeitura Municipal;
II - até 01 (um) ano para estar completamente adaptado a esta lei.

SEÇÃO I
DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 110. Para realização de divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Parágrafo Único. Para o caso do disposto no caput deste artigo será obrigatória a presença de pelo menos um soldado da Polícia Militar.

Art. 111. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 112. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pela lei de Edificações vigente:
I - os locais de divertimentos públicos serão mantidos higienicamente limpos;
II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
V - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
VI - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Parágrafo Único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 113. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 114. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 115. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 116. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 117. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a três meses, podendo ser renovado.

§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Prefeitura.

Art. 118. As infrações deste capítulo serão punidas com penas de multa de 150 UFM acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

SEÇÃO II
DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 119. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo ou preço respectivo.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares, sejam visíveis de lugares públicos;

§ 2º Estão isentos de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 120. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:
I - pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;
II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
III - que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 121. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 122. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste capítulo, poderão ser apreendidos pela Prefeitura até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta LEI.
Art. 123. A propaganda falada em lugares públicos por meio de ampliadores de som, auto falantes e propagandistas, esta igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.

Art. 124. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos Diretórios e Comitês Municipais, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 125. As infrações previstas neste capítulo serão punidas com

multa de 150 UFM, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

SEÇÃO III
DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 126. Aos animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando à proteção das pessoas e dos animais.

Art. 127. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.

§ 1º São exceção animais dóceis e de estimação, quando acompanhados de seus donos ou responsáveis.

§2º É proibida a permanência e a movimentação de animais ferozes em locais públicos ou de uso comum, definindo como animal feroz aquele que tem índole de fera, independente do tamanho, e que coloca em risco a integridade do cidadão, especificando como exemplos os cães das raças fila, doberman, rotweiller e pitbull, bem como todos os cães de guarda e de ataque, sem o uso de focinheira e/ou equipamento suficiente para controlar o animal.

§ 3º A Prefeitura poderá recolher os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos. A forma de apreensão será estabelecida em regulamentação própria.

Art. 128. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 129. É expressamente proibido:
I - criar abelhas, aves, porcos, gado ou qualquer espécie de animais em áreas situadas no perímetro urbano;
II - amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;
III - domar ou adestrar animais nas vias públicas;
IV - dar espetáculos e exibições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores e autorização expressa da Municipalidade;
V - comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;
VI - praticar privada ou publicamente qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais;
VII - passear com animais de estimação na via pública sem providenciar devido recolhimento dos dejetos.

Art. 130. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a controlar os formigueiros existentes dentro da sua propriedade.

Art. 131. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 60 UFM.

CAPÍTULO IV
DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

SEÇÃO I
DO LICENCIAMENTO

Art. 132. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 133. A Prefeitura Municipal só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, nas tabelas de Zoneamento outras disposições pertinentes.

Art. 134. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 135. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 136. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 137. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 138. O alvará de localização será cassado:
I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;
II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;
III - por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.
§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta seção.

Art. 139. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo Único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarace o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem-estar dos transeuntes.

Art. 140. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 141. As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa de 298 UFM.

SEÇÃO II
DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 142. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da Municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em

conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem exercer o mister, sendo pessoal e intransferível.

Art. 143. Deferido o requerimento, a Municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 144. Com o alvará, a Municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

§ 4º Quando as mercadorias apreendidas forem suscetíveis de deterioração, serão avaliadas e doadas a instituições de caridade, mediante recibo.

Art. 145. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 146. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:
I - número de Inscrição;
II - residência do comerciante ou responsável;
III - nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;
IV- local de funcionamento.

Art. 147. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 148. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do Poder Executivo.

Art. 149. As infrações ao disposto neste capítulo estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 208 UFM.

SEÇÃO III
DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 150. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste capítulo.

Art. 151. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 152. Para efetuar o recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais a Municipalidade poderá cobrar uma taxa especial de coleta, destinada a equipamento especial.

Parágrafo Único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

Art. 153. A localização das indústrias obedecerá ao zoneamento estabelecido na Lei do Plano Diretor e nas disposições referentes ao Uso e à Ocupação do Solo do Município..

Parágrafo Único. As indústrias de Nível de Incômodo 2 e 3 instaladas anteriormente a esta lei em áreas centrais, terão de se adequar para que não causem incômodo a vizinhança e estarão impedidas de ampliar suas instalações.

Art. 154. As infrações deste capítulo estão sujeitas à multa de 595 UFM e em dobro no caso de reincidência, idependentemente das penalidades legais aplicáveis.

SEÇÃO IV
DAS FEIRAS LIVRES

Art. 155. A Municipalidade através de seus órgãos competentes determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.

Parágrafo Único. Cabe ainda à Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 156. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 157. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste ser efetuada pelos feirantes.

Art. 158. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do poder executivo.

Parágrafo Único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 159. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 160. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 45 UFM.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.

SEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 161. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do Município obedecerão às disposições que seguem, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente

de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frigoríficos industriais, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º A Prefeitura poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 162. Estão sujeitos a horários especiais:
I - durante as 24 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:
a) postos de gasolina;
b) hotéis e similares;
c) hospitais e similares;
d) farmácias;
e) restaurantes, confeitarias, bares, cafés e similares.
f) casas de dança e diversão pública.

II - de 06 às 22 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:
a) padarias;
b) mercearias;
c) casas de carnes e peixarias;
d) supermercados.

§ 1º As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência atender o público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º Em horários especiais, determinados neste capítulo, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão.

§ 3º Dentro das zonas residenciais, nenhuma atividade poderá funcionar após as 22:00 horas, exceto as atividades ligadas à saúde, segurança e bem-estar público.

Art. 163. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que exploram atividades não previstas neste título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 164. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 165. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste capítulo, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo a Prefeitura para análise.

SEÇÃO VI
DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 166. A exploração das jazidas enquadradas no artigo 8, classe II do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.

Parágrafo Único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade.

Art. 167. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na Classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o artigo anterior, têm a seguinte especificação:

Classe II - Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 168. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em requerimento à Prefeitura, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:

I - quanto à legalização a ser explorada:
a) escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro da Prefeitura em nome do requerente/ou;
b) compromisso de compra e venda/ou;
c) autorização expressa do proprietário.
II - substância mineral a ser licenciada;
III - prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;
IV - negativa de débitos de tributos municipais;
V - planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado na Prefeitura Municipal;
VI - planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;
VII - plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado na Prefeitura Municipal;
VIII - Licença Ambiental Prévia - LAP expedida pela FATMA;
IX - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por Responsável Habilitado como Técnico em Lavras e Beneficiamento Mineral.

Art. 169. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 170. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e a Prefeitura Municipal.

Art. 171. A fim de garantir à Prefeitura Municipal de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/3 do valor da unidade fiscal de referência da municipalidade, por metro quadrado da área requerida.

Parágrafo Único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 172. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 168 e 169 desta Lei, implicará nas seguintes sanções:
I - embargo da exploração e multa de 565 UFM cobrada em dobro no caso de reincidência;
II - cancelamento e revogação da licença.

Parágrafo Único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, a Prefeitura às realizará, utilizando para este fim os

valores caucionados.

Art. 173. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 168 e 169 desta Lei, deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:
I - prova de licença anterior;
II - prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - da licença anterior:
III - prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 174. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, a Prefeitura Municipal ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.

Parágrafo Único. Todas e quaisquer objeções técnicas argüidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em conseqüência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 175. O licenciado terá prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da expedição do Alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 176. A Prefeitura Municipal, através de Portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 177. Todas as atividades, objeto deste capítulo, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição.

Parágrafo Único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

SEÇÃO VII
DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 178. O exercício da atividade do Cemitério compete exclusivamente a Municipalidade ou a quem for outorgada a exploração na forma da lei.

Art. 179. Para o exercício da atividade, a Municipalidade através do Chefe do Poder Executivo Municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 180. Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 181. As associações religiosas poderão manter nos Cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 182. Nenhum corpo será inumado no Cemitério sem que o interessado apresente ao administrador ou zelador do local, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pela Prefeitura, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 183. A localização do cemitério é determinada pelo Poder Público.

Art. 184. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência, deve promover e executar:
I - aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;
II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;
III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;
IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;
V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 185. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 186. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 208 UFM.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 187. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta lei ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 188. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados de execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo Único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:
I - os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;
II - os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;
III - os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art. 189. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa de 59 a 595 UFM.

Art. 190. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 191. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e

máximo.

Parágrafo Único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:
I - a maior ou menor gravidade da infração;
II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições desta lei.

Art. 192. Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único. Reincidente é quem violar preceito desta lei por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 193. As penalidades a que se refere esta lei, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.
Parágrafo Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 194. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base em índice oficial adotado pela municipalidade.

Parágrafo Único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á índice de inflação adotado oficialmente pela municipalidade.

Art. 195. Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único. A devolução da coisa apreendida far-se-á somente depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 196. No caso de não ser reclamado e tirado no prazo de sete dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e das despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 197. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas nesta lei:
I - os incapazes, na forma do Código Civil;
II - os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 198. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:
I - sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;
II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;
III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 199. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com a multa de 59 a 595 UFM.

Art. 200. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pelo setor competente.

Art. 201. A notificação preliminar será feita em forma de ofício, com cópia onde ficará o "ciente" do notificado e conterá os seguintes elementos:
I- nome do infrator;
II - endereço;
III - data;
IV - indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;
V - prazo para regularizar a situação e/ou apresentar defesa;
VI - assinatura do notificante;

§ 1º Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.

§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando o setor competente da municipalidade com a cópia.

Art. 202. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo Único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, a municipalidade poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 203. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições desta lei de posturas e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 204. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas desta lei que for levada ao conhecimento da administração pública, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 205. São autorizadas para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros servidores para isso designados pelo Prefeito.

Art. 206. A regulamentação desta lei indicará o órgão competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.

Art. 207. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:
I - o dia, o mês, o ano, hora e lugar em que foi lavrado;
II - o nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza, o fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;
III - o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
IV - o dispositivo legal violado, a intimação ao infrator para pagar as multas cominadas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos nesta lei;
V - a assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo Único. As eventuais omissões do auto não acarretarão sua nulidade quando do mesmo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 208. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e este será remetido pelo correio sob registro de aviso de recebimento.

Art. 209. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.

Parágrafo Único. A defesa far-se-á por petição escrita à Secretaria Municipal a que estivar subordinado o autuante, facultada a anexação de documentos.

Art. 210. Julgada improcedente ou não sendo a apresentada a defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco dias.

§ 1º O Ato da Intimação obedecerá ao disposto no § 1º e seguintes do art 26 da Lei federal 9.784 de 1999.

§ 2º Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 211. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Art. 212. A Secretaria Municipal competente terá o prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao infrator ou impugnante, como também ao autuante, por cinco dias a cada um para alegação final.

§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção face às provas produzidas e ao direito positivo.

Art. 213. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, a parte interessada poderá interpor recurso diretamente ao Prefeito Municipal.

Art. 214. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.

Parágrafo Único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de cinco dias, contados da data da ciência da decisão de primeira instância pelo autuado/impugnante ou autuante.

Art. 215. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:

I - sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;
II - por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;
III - por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 216. O recuso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo Único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de um procedimento administrativo, ainda que versarem sobre o mesmo assunto.

Art. 217. O Prefeito terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão final.

Art. 218. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Prefeito ratificou os termos da decisão de primeira instância.

Art. 219. As decisões definitivas serão executadas:
I - após a notificação do infrator para que, no prazo de cinco dias, satisfaça o pagamento do valor da multa.
II - decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança judicial.

CAPÍTULO VI
DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 220. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IOMERÊ - SC, 16 DE MAIO DE 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 0032/2012

LEI COMPLEMENTAR N.º 032 DE 16 DE MAIO DE 2012
INSTITUI A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se com tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural.

§ 1º Zoneamento é a divisão da área do Perímetro do Município, em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

I - Uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como: permitidos, permissíveis e proibidos;
II - Ocupação do Solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são: índice de aproveitamento, número de pavimentos / gabarito, recuo, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.

§ 2º Dos índices urbanísticos:

I - Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona. No cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula abaixo, não serão computados os seguintes elementos:

hall de entrada e área de escadaria;
área de estacionamento/garagens obrigatórias;
área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinqüenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
floreiras;
caixa d'água;
poço de elevador e casa de máquinas;
sacadas, desde que não vinculadas a área de serviço.

$$I = \frac{A.\ C.}{}$$

I = Índice de Aproveitamento

A. C. = Área da Construção

II - Número de Pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua.
III - Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;
IV - Taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula abaixo, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:
hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;
sacadas não vinculadas a área de serviço;
beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
marquises;
pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos;

$$T.O = \frac{A.\ C.}{} \times 100$$

T. O. = Taxa de Ocupação

A. P. = Área da Projeção da Edificação

V - Taxa de Permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.

§ 3º Dos usos do solo urbano:

I - Uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;
II - Uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável da Prefeitura e do Conselho de Desenvolvimento Municipal;
III - Uso Proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º Da terminologia:

a) Alvará de Construção: documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;
b) Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;
c) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;
d) Habite-se: autorização concedida pela Municipalidade para utilização de uma edificação;
e) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulamentação pelo Código de Obras do Município;
f) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;
g) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;
h) Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;
i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;
j) Faixa de Domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção. A Faixa de Proteção das Linhas de Transmissão da CELESC - corresponde a uma faixa de 25,00m (vinte e cinco metros) de largura ao longo da linha de transmissão.

Art. 2º. O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;
II - promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;
III - prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;
IV - compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;
V - aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

SEÇÃO II
DO ZONEAMENTO

Art. 3º. O Zoneamento consiste na divisão do território em macrozonas, e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SUBSEÇÃO I
DAS MACROZONAS

Art. 4º. O território do Município de Iomerê fica dividido em quatro macrozonas:

I - MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada, delimitada pela Lei do Perímetro Urbano;

II - MR: Macrozona Rural, que corresponde ás áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária;

III – MEUI: Macrozona de Expansão Urbana Industrial, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica de uso de interesse industrial;

IV - MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde

a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica de uso misto.

Parágrafo Único. Os perímetros dos elementos dos zoneamentos estão definidos nos mapas de macrozoneamento Anexo I e Mapa de Zoneamento constante no Anexo II.

Art. 5º. São objetivos da Macrozona Urbana:

I – controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infra-estrutura disponível;
II – possibilitar a instalação de uso misto;
III – orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;
IV – implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;
V – incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;
VI – implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;
VII – melhorar a integração entre os bairros;
VIII – reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;
IX – incentivar a ocupação de vazios urbanos;
X – incrementar a capacidade do Sistema Viário.

Art. 6º. A Macrozona Urbana é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Iomerê, e fica subdividida nas seguintes Zonas:

I - ZMD – Zona Mista Diversificada
II - ZIC – Zona de Interesse Comercial
III - ZII – Zona de Interesse Industrial
IV - ZIR – Zona de Interesse Residencial
V - ZEIS – Zona Especial de Interesse Social
VI - ZUE – Zona de Uso Especial
VII - ZPP – Zona de Preservação Permanente

§ 1º As zonas são limitadas por limites do perímetro urbano, vias e por divisa de lotes.

§ 2º O Regime urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior á profundidade média dos lotes da zona.

Art. 7º. A Zona Mista Diversificada tem por objetivo, concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços, indústrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis, dada as condições estratégicas da região e as boas condições de acessibilidade.

Art. 8º. A Zona de Interesse Comercial tem por objetivo, incentivar a instalação de Atividades Comerciais e de Preservação de Serviços fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.

Art. 9º. A Zona de Interesse Industrial tem por objetivo, estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

Art. 10. A Zona de Interesse Residencial tem por objetivo, destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das Redes de Infraestrutura Urbana, do Sistema Viário e Configuração da Paisagem.

Art. 11. A Zona de Especial Interesse Social tem por objetivo, destinar prioritariamente a melhoria e produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de Equipamentos Urbanos beneficiando a população de baixa renda, a regularização fundiária, salvaguardando o direito á moradia e a cidadania.

Art. 12. A Zona de Uso Especial tem por objetivo, destinar prioritariamente a instalação Institucional, visando o aproveitamento de Áreas Públicas.

Art. 13. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo preservar as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, arroios e lajeados. Sendo dentro do perímetro urbano, uma faixa de 15m para cada lado dos rios e um raio de 30m das nascentes.

§ 1º Fica proibido qualquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de Interesse Social, com prévia autorização de órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes.

§ 2º São consideradas Zonas de Preservação Permanentes as áreas ao longo dos rios, arroios e lajeados, com declividade acima de 100% e acima da cota, topo de morros e um raio de 30 metros das nascentes.

Art. 14. São objetivos da Macrozona Rural:
I – garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
II – garantir a proteção dos mananciais;
III – garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;
IV – promover o desenvolvimento econômico sustentável;
V – incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
VI – promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural;
VII – dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;
VIII – incentivar o desenvolvimento do turismo rural;
IX – promover o Desenvolvimento Agropecuário;
X – promover a integração e convivência entre a Área Rural e Urbana.

Art. 15. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de Desenvolvimento de atividade Agropecuária.

Art. 16. São objetivos da Macrozona Expansão Urbana Industrial:

I – incentivar a instalação de indústrias;
II – gerar e ampliar a oferta de empregos;
III – dotar de infraestrutura necessária para instalação de indústrias;
IV – prevenir e mitigar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas, zelando pela saúde, bem estar da população e qualidade ambiental;
V – permitir o monitoramento e o controle ambiental;
VI – assegurar condições de localização das atividades compatíveis com a capacidade de escoamento.

Art. 17. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Mista:

I – direcionar e incentivar o adensamento, adequando-o ao meio físico existente;
II – promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado de uma nova área urbana;
III – implantação e qualificar a infra-estrutura urbana;
IV – implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto.

SEÇÃO III
DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 18. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:
I - quota de 6 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40,00m², podendo ser subdividida em no máximo 02 áreas;
II - localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;
III - Superfície Permeável - com areia ou grama de no mínimo de 12m², incluída na quota estipulada no inciso I.

Art. 19. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela I, Anexo III, parte integrante a esta Lei.

Art. 20. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento, observado o disposto no Código de Obras do Município.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 25,00m2 (vinte e cinco metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na "Tabela de Vagas de Estacionamento", será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 21. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 22. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento, deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinqüenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

I - até 25 vagas: 1 vaga;
II - de 25 a 50 vagas: 2 vagas;
III - de 51 a 75 vagas: 3 vagas;
IV - de 76 a 100 vagas: 4 vagas;
V - de 101 a 150 vagas: 5 vagas;
VI - de 151 a 200 vagas: 6 vagas;
VII - de 201 a 300 vagas: 7 vagas;
VIII - mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 23. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas do estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

SEÇÃO IV
DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 24. Ficam assim classificados e relacionados os usos do solo do Município e Iomerê, quanto às atividades:

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL
Mini Mercados até 200m2
Feiras-Livres
Banca de revista
Padarias
Farmácias
Aviamentos
Sapatarias
Bares / Lanchonetes / Sorveterias
Escritórios Profissionais
Salão de Beleza
Ateliês Profissionais
Quitanda
Açougue
Mercearia
Peixaria e Similares

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1
Lojas/Butiques
Butiques
Vidraçarias
Confeitarias
Academias
Auto Peças
Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House
Floriculturas
Bancos
Ópticas/Joalherias
Joalherias
Restaurantes
Escritórios
Imobiliária
Reparo de Eletrodomésticos
Vídeos Locadoras
Livrarias
Representações Comerciais
Centro de Treinamento de Condutores (Auto escola)
Estacionamentos Comércio Varejista de Extintores
Comércio Varejista de Gás GLP

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos
Supermercados
Centros Comerciais
Lojas de Material de Construção
Construtoras
Distribuidora de Peças

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA
Deposito de Materiais de Construção e Ferragens
Armazéns gerais de estocagem
Distribuidoras
Armazém de GLP
Depósito de Plásticos

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS
Postos de Serviços Pesados
Depósitos Pesados (sucatas)
Transportadoras
Oficinas de Máquinas Pesadas
Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas
Guinchos
Terminal Rodoviário
Prédio de Garagens
Garagens de empresa de ônibus

USO 8 - PARA VEÍCULOS
Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)
Oficina Mecânica
Chapeação e Pintura
Retifica de automóveis/motores

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES
Agência de Automóveis
Revenda de Automóveis
Agência de Motocicletas
Revenda de Motocicletas

USO 10 - EDUCACIONAL
Creche
Estabelecimento de Ensino (1º / 2º e 3° Graus e Específicos)
Centros Comunitários

USO 11 - INSTITUCIONAL
Sede de Órgãos Públicos e Autarquias
Correios
Telecomunicações
Fórum de Justiça

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1
Quartéis
Bombeiros
Delegacias

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2
Cemitério
Capela Mortuária

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL
Asilos
Hospitais
Casas de Saúde
Postos Assistenciais / Unidades Sanitárias
Clínicas
Abrigos/Albergues

USO 14 - RELIGIOSOS
Templos
Igreja
Salões Paroquiais

USO 15 - RECREAÇÃO E LAZER
Clubes
Museus
Teatro
Cinema
Auditórios

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1
Ginásios
Pequenas Feiras (Eventuais)
Parques Ambientais
Praças e Áreas de Lazer

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2
Camping
Parques de Diversão
Circos
Associações de Funcionários (Sede Campestre)
Parques de Exposições e Feiras de Evento

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS
Boates
Discotecas
Danceterias
Casas de Espetáculos
Salões de Bailes e Similares

USO 18 - HOTÉIS E POUSADAS

USO 19 – MOTÉIS

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1
Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores
Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial
Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados a produção de papel ou papelão
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuários
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria
Indústrias Editoriais e Gráficas
Fabricação de Produtos de Perfumaria
Fabricação de Velas
Vidraçaria

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2
Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Desdobramentos de madeiras, inclusive serraria;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fiação ou tecelagem;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Usina de produção de concreto;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos

em mármore, granito e outras pedras;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;
Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de cerveja , chopes, maltes e bebidas;
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;
Ferro Velho;
Jato de Areia.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3
Fabricação de Papel e Pasta Mecânica;
Fabricação de Carvão Vegetal;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
Secagem e salga de couros e pelas;
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
Fabricação de Celulose;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
Britamento de pedra / extração mineral;
Abate e industrialização de produtos animais;
Fabricação de Baterias;
Frigoríficos e Laticínios.

USO 23 – COMÉRCIO PERIGOSO
Produtos tóxicos e químicos
Explosivos

SEÇÃO V
DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 25. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela II – De Uso e Ocupação do Solo – Anexo IV desta Lei.

Art. 26. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na tabela II – Uso e Ocupação do Solo, anexo IV, desta lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;
II - garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento) devendo, entretanto, resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua cobertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;
III - varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado, porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedado qualquer edificação sobre a mesma;
IV - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;
V - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos, desde que igual ou menos que 50,00m² (cinqüenta metros quadrados);
VI - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;
VII - sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinqüenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) da(s) divisa(s);
VIII - nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação;
IX - os terrenos de esquinas são considerados com 02 frentes, devendo, portanto, respeitar os recuos pertinentes a ambas as ruas;
X - lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino possua no máximo 50% da área da loja.

Art. 27. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a Tabela II de Uso e Ocupação do Solo - Anexo IV desta Lei, em todas as testadas.

SEÇÃO VI
DOS ALVARÁS

Art. 28. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrosanitário da edificação e Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado.

I - o setor competente da Municipalidade emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;
II - no caso de parecer desfavorável à regularização, a Municipalidade exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 29. Para as edificações que contrariam as disposições desta Lei, será estabelecido um prazo para sua regularização ou adequação.

§ 1º Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de um ano, os procedimentos para regularizar o exposto neste artigo;

§ 2º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

§ 3º A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela II de Uso e Ocupação do solo, Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 30. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigirem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrames estiverem concluídos.

Art. 31. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 32. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo Único. Os alvarás a que se refere o presente artigo,

poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 33. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo Único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificada, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 34. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, conforme Lei Municipal específica baseada neste Plano Diretor.

Parágrafo Único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

I - ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
II - possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
III - possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
IV - produzam gases, poeiras e detritos;
V- impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;
VI - produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 35. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo Único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao Porte - Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estes pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N.º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem ainda as demais normas que as substituírem ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

a) Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;

b) Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

c) Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formarem apenas um imóvel, respeitadas as dimensões mínimas previstas nesta Lei.

§ 4º Os loteamentos e desmembramentos somente serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com o estabelecido no Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 37. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Industrial, Macrozona de Expansão Urbana Mista, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela II de Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos I e II da presente Lei.

Art. 38. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

I - Loteamentos Convencionais;
II - Loteamentos Populares;
III - Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura básica.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que se exige a implantação da infraestrutura mínima e são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura mínima, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Áreas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura básica.

SEÇÃO II
DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 39. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;
II - Área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;
III - Área Total de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;
IV - Arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;
V - Desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com

aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;
VI - Equipamentos Comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;
VII - Equipamentos Urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;
VIII - Faixa Não Edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;
IX - Loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;
X - Remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;
XI - Via de Circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 40. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

I - orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;
II - prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
III - evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;
IV - assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

SEÇÃO III
DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 41. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano, que permite parcelamento na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Industrial e Macrozona de Expansão Urbana Mista.

.Parágrafo Único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência da Prefeitura Municipal e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 42. Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;
II - nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;
III - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;
IV - nas partes do terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);
V - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a Prefeitura Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;
VI - em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência da Prefeitura Municipal;
VII - em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;
VIII - em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;
IX - em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, das ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;
X - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana.
XI - em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências especificas dos órgãos competentes;
XII - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;
XIII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais.
XIII - em distância mínima de 50,00m (cinqüenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

SEÇÃO IV
DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 43. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

I - só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério da Prefeitura Municipal;
II - o proprietário cederá a Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área à lotear, que correspondem as áreas destinadas à sistemas de circulação, à implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como à espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m² (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, assim distribuídas:

a) 8% (oito por cento) para as áreas comunitárias destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
b) 7% (sete por cento) para áreas verdes e espaços livres de uso público;
c) 20% (vinte por cento) destinado ao sistema de circulação.

III - em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida à Prefeitura poderá ser inferior a 35% com mínimo de 20% após análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.
VI - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;
V - todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que a Prefeitura Municipal indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da Cidade;
VI - os parcelamentos situados ao longo de Rodovias Estaduais, deverão conter ruas marginais paralelas a faixa de domínio das referidas estradas com largura mínima de 20,00m (vinte metros);
VII - as áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela II do Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo IV, parte integrante desta lei;
VIII - os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no código de obras do Município.

§ 1º A Prefeitura Municipal exigirá para aprovação do loteamento a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos;

§ 2º Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona.

SEÇÃO V
Das Vias de Circulação

Art. 44. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia da Municipalidade.

Art. 45. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 47 e 52 desta Lei.

Art. 46. As vias que integram o sistema viário do Município de Iomerê ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:
I - arteriais;
II - coletoras;
III - locais.

Parágrafo Único. Para loteamentos industriais, o dimensionamento das vias não poderá ser inferior a 20,00 m (vinte metros) de largura.

Art. 47. As vias a que se refere o artigo anterior deverão respeitar as seguintes dimensões: não menos que 20,00 m (vinte metros), sendo 9,0m de caixa e 3,0m de passeio.

Art. 48. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, ou quando a juízo da Secretaria Municipal responsável, interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo Único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 49. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 50. As vias projetadas e previstas, serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 51. Os loteamentos com testada para a Rodovia SC 453 deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo Único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo órgão competente da Municipalidade.

Art. 52. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I - a declividade longitudinal máxima permitida será de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);
II - a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 53. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pela Municipalidade, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 54. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 5,00 m (cinco metros) de raio mínimo.

Art. 55. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de letras.

Art. 56. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão possuir largura mínima de 3,00m (três metros) de cada lado e declividade máxima de 12% (doze por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 57. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 58. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

SEÇÃO VI
DAS QUADRAS E LOTES

Art. 59. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 200,00 m (duzentos metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 60. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV, da presente Lei.

Art. 61. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município é de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados) de área, testada mínima de 20,00 m (vinte metros).

Parágrafo Único Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que possuam testada não inferior a 20,00 m (vinte metros) e profundidade média de 20,00 m (vinte metros).

Art. 62. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices de aproveitamento e gabarito estabelecidos na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 63. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:

I - o lote mínimo poderá ter a área reduzida para até 300,00m² (trezentos metros quadrados) e testada mínima de 15,00m (quinze metros);

II - a localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo II desta Lei, bem como ser aprovado pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 64. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pela Municipalidade.

Art. 65. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo Único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

SEÇÃO VII
DA INFRAESTRUTURA

Art. 66. Para os efeitos desta lei, a infraestrutura será composta por:

I – vias de circulação, com meio-fio e sarjeta;
II – escoamento das águas pluviais;
III – rede para abastecimento de água potável;
IV – energia elétrica pública e domiciliar;
V – soluções para o esgotamento sanitário;
VI – iluminação pública;
VII – pavimentação.

Parágrafo Único. A solução a que se refere o inciso V deste artigo deve conectar-se à rede de esgoto sanitário nas áreas onde estiver disponível.

Art. 67. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

SEÇÃO VIII
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 68. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar à Prefeitura Municipal, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:

I - requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;
II - planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:
divisas da propriedade perfeitamente definidas;
localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;
arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 1.000m (um mil metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.
III - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
IV - planta de Situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

Parágrafo Único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 69. Havendo viabilidade de implantação, a Prefeitura Municipal, de acordo com as diretrizes de planejamento do Município e demais legislações superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I - as vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;
II - a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Uso e Ocupação de Solo Urbano;
III - localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;
IV - as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;
V - relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 30 (trinta) dias, neles não sendo computados o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitado nova Consulta Prévia.

§ 3º A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

SEÇÃO IX
DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 70. Cumpridas as etapas do capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pela Prefeitura Municipal, composto de:

§ 1º Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I - orientação magnética e verdadeira;
II - equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 1.000m (mil metros);

§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I - orientação magnética e verdadeira;
II - subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;
III - dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;
IV - sistema de vias com as respectivas larguras;
V - curvas de nível, atuais e projetadas, com eqüidistância de 1,00m (um metro);
VI - perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);
VII - indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
VIII - a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio

do Município, e outras informações, em resumo, sendo:
área total do parcelamento;
área total dos lotes;
área pública, a saber;
áreas destinadas à circulação;
áreas verdes;
áreas destinadas a equipamentos comunitários;
praças e jardins.

§ 3º As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 4º O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências da Prefeitura Municipal pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO X
DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 71. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:

§ 1º Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 70 desta Lei, em 04 (quatro) vias;

§ 2º Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

I - denominação de loteamento;
II - a descrição sucinta do loteamento com suas características;
III - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
IV - indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
V - a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;
VI - limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.
§ 3º Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infraestrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

I - anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;
II - anteprojeto da rede de abastecimento d'água;
III - anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
IV - anteprojeto de outras infraestruturas que a Prefeitura Municipal julgue necessárias.

§ 4º As pranchas devem obedecer às características indicadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

§ 5º Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, desta região e o número de seu registro na Prefeitura.

§ 6º Deverá ainda apresentar modelo de Contrato de Compra e Venda, em 02 (duas) vias, a ser utilizado de acordo com a Lei Federal e demais cláusulas que especifiquem:

I - o compromisso do loteador quanto a execução das obras de infraestrutura, enumerando-as;
II - o prazo da execução da infraestrutura, constante nesta Lei;
III - a condição de que os lotes só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas no inciso V do Art.43 desta Lei;
IV - a possibilidade de suspensão do pagamento das prestações pelo comprador, vencido o prazo e não executadas as obras, que passará a depositá-las, em juízo, mensalmente, de acordo com a Lei Federal;
V - o enquadramento do lote no Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, definindo a zona de uso e os parâmetros urbanísticos incidentes.

§ 7º Documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

I - título de propriedade;
II - certidões negativas de tributos municipais.

§ 8º O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências da Prefeitura Municipal, será de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO XI
DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 72. O pedido de desmembramento e/ou remembramento será feito mediante requerimento do interessado à Prefeitura Municipal, acompanhado da planta do imóvel a ser desmembrado e/ou remembrado na escala 1:500 (um por quinhentos), contendo as seguintes indicações:

I - situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;
II - tipo de uso predominante no local;
III - áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;
IV - divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
V - dimensões lineares e angulares;
VI – curvas de nível de metro em metro do terreno;
VII - indicação das edificações existentes.

Parágrafo Único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 73. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento e remembramento" para averbação no registro de imóveis.
Parágrafo Único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 74. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:
I - os lotes desmembrados e/ou remembrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela II do Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo IV da presente Lei;
II - a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 75. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado,

será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO XII
DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 76. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá:

I - exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto;
II - exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência do art. 71.

§ 1º A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

§ 2º A Prefeitura Municipal, disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, inclusive as sanitárias e militares, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei 9784/99.

Art. 77. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, a Prefeitura baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.

Parágrafo Único. No decreto de aprovação de loteamento deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 78. O loteador deverá apresentar a Prefeitura Municipal antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

I - projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;
II - projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;
III - projeto de abastecimento de água potável;
IV - projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
V - projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojeto;
VI - os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:
orçamentos;
cronograma Físico-financeiro.

Art. 79. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um termo de compromisso no qual se obrigará a:

I - executar as obras de infraestrutura referidas no Art. 66 e 67 desta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no parágrafo 2º deste artigo;
II - executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;
III - facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;
IV - não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, a que se refere o Art. 81, para garantia da execução das obras;
V - não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no termo de compromisso;
VI - utilizar modelo de contrato de compra e venda, conforme exigência do parágrafo 6º do Art. 71 desta Lei.

§ 1º As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 80. No Termo de Compromisso - Anexo V, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 81. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado o Termo de Caucionamento - Anexo VI, desta Lei onde ficará caucionado um percentual da área total do loteamento, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.

Parágrafo Único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

I - a Prefeitura poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;
II - concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução.

Art. 82. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:

I - título de propriedade do imóvel;
II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;
III - certidões negativas:
de tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o imóvel; em nome do proprietário (do casal, se for o caso);
de ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;
de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;
IV - certidões:
dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, (do casal se for o caso) e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;
de ações pessoais relativa ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;
de ônus reais relativos ao imóvel;
de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.
V - cópia do ato de aprovação do loteamento;
VI - cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;
VII - exemplar do modelo de contrato de compra e venda;
VIII - declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.
IX - Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;
X - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional habilitado.
XI - Licença Ambiental Prévia - LAP, e a licença Ambiental de Instalação LAI, expedidas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA,

sendo facultada a apresentação da segunda quando expressamente dispensada pela primeira (Provimento 75/98).
XII - Cópia do Edital de Publicação (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital), conforme art. 6º do provimento nº 75/98 c/c as disposições da Circular 145/98 de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina.
XIII - parecer favorável do Ministério Público.
§ 1º No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do Artigo 43 desta Lei.

§ 2º O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 83. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá a Prefeitura através de requerimento, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.

§ 2º Após a vistoria, a Prefeitura expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infra-estrutura do loteamento.

§ 3º O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infraestrutura exigida por Lei.

Art. 84. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, a Prefeitura Municipal executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do artigo 81, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 85. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura Municipal, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se novo decreto.

Art. 86. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte da Prefeitura Municipal, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

SEÇÃO XIII
DAS SANÇÕES

Art. 87. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo àquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização da Prefeitura Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;
II - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;
III - registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 10% do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de legalizar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.

Art. 88. Tão logo chegue ao conhecimento da Prefeitura Municipal após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pela Prefeitura Municipal para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 90 (noventa) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo Único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 89. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores da Prefeitura que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

Art. 90. Os loteamentos e desmembramentos de terrenos efetuados sem aprovação da Prefeitura, inscritos no registro de imóveis, em época anterior a presente Lei e cujos lotes já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados por grupo de trabalho a ser designado pelo Prefeito.

Parágrafo Único. A aprovação e/ou desmembramento, será feito mediante decreto do Prefeito Municipal, baseado no relato do grupo de trabalho, a que se refere o caput deste Artigo.

Art. 91. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integram os seguintes anexos:

I - Anexo I - Mapa de Macrozoneamento;
II - Anexo II - Mapa de Zoneamento;
III - Anexo III - Tabela I - Garagens;
IV - Anexo IV - Tabela II – Uso e Ocupação do Solo

V - Anexo V - Termo de Compromisso - Loteamentos
VI - Anexo VI - Termo de Caucionamento - Loteamentos
VII - Anexo VII - Glossário

Art. 92. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

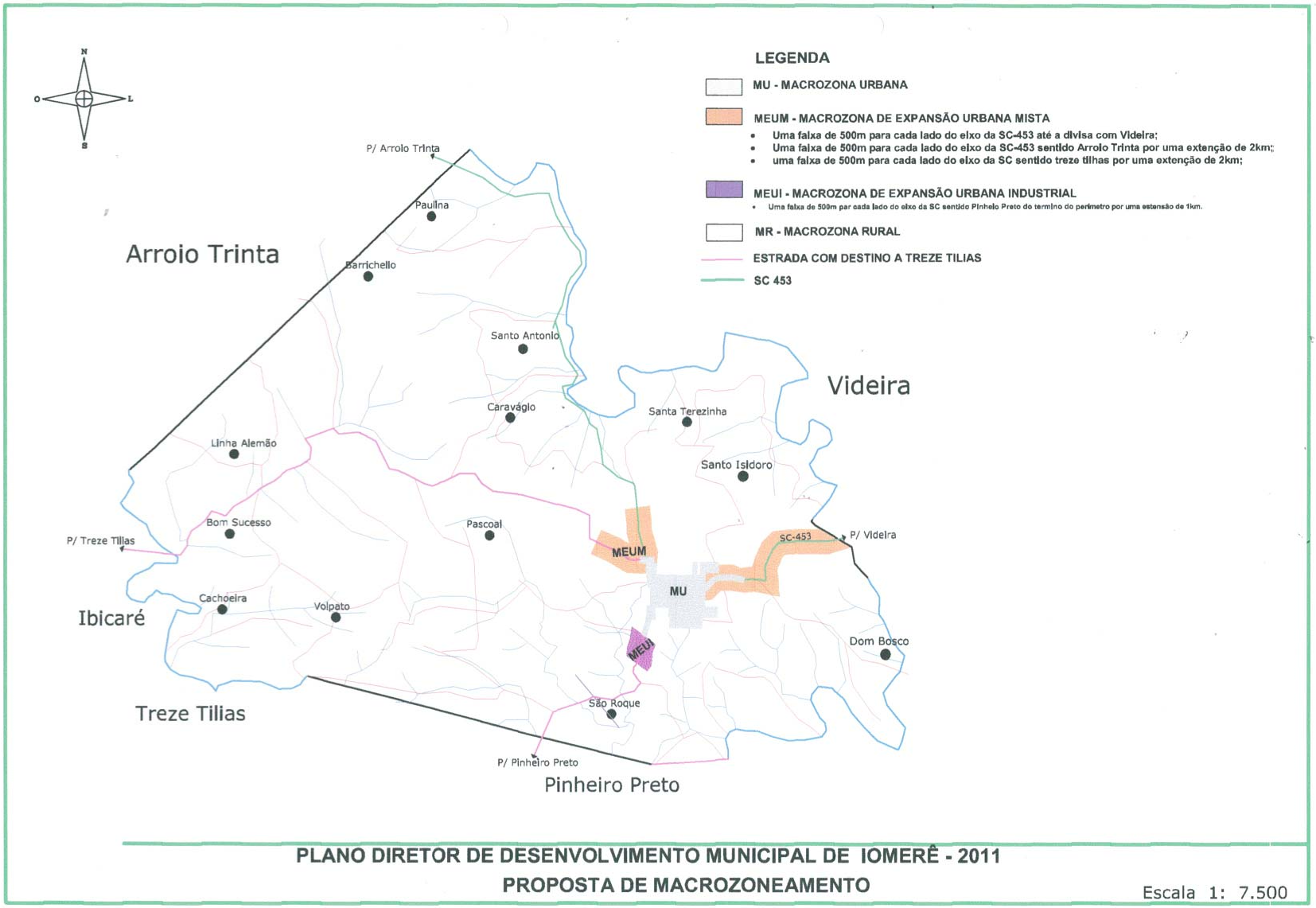
Art. 93. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IOMERÊ – SC, 16 DE MAIO DE 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

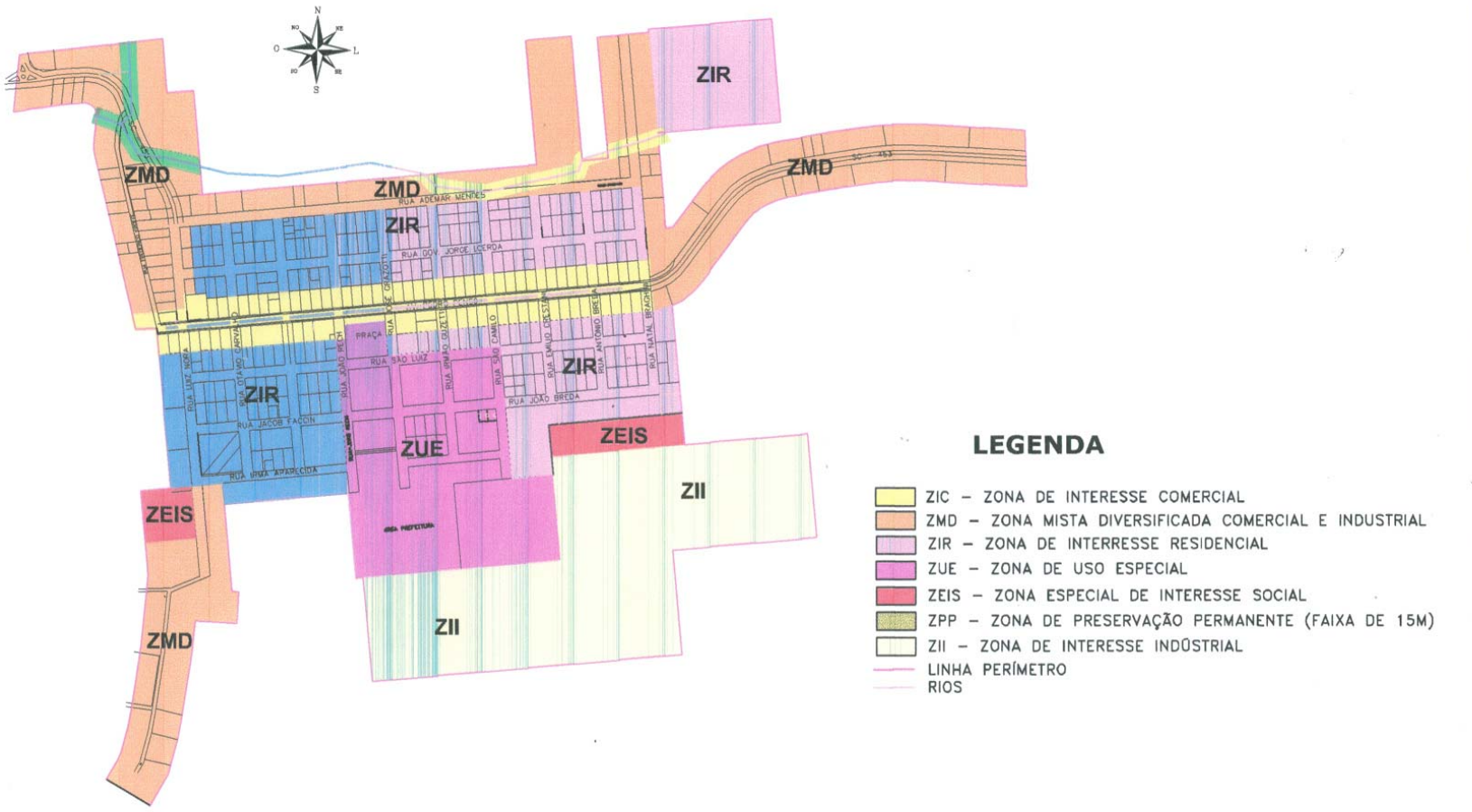
ANEXOS



PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE IOMERÊ - 2011

PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO

Escala 1: 7.500



PLANO DIRETOR E PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE IOMERÊ - 2011

PROPOSTA DE ZONEAMENTO

Escala 1: 2500

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

TABELA I
GARAGENS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	***ATIVIDADES***	***Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO***
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 180m² de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m² de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	***ATIVIDADES***	***Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO***
-	Comércio Varejista acima de 150m²	1 vaga p/ 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga p/ 50m² de área constr.
-	Supermercados acima de 150m²	1 vaga p/ cada 50m² área de área constr. 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. Acima de 500m² .
-	Comércio de Materiais de Constr.	1 vaga p/ 150m² de área constr.
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área constr.; 1 vaga p/ caminhões 250m²
-	Comércio Atacadista acima de 500m²	1 vaga p/ 200m² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminhão/500m² área constr.

1 Para unidades habitacionais unifamiliares não será exigido vaga de estacionamento.*
2 Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.*

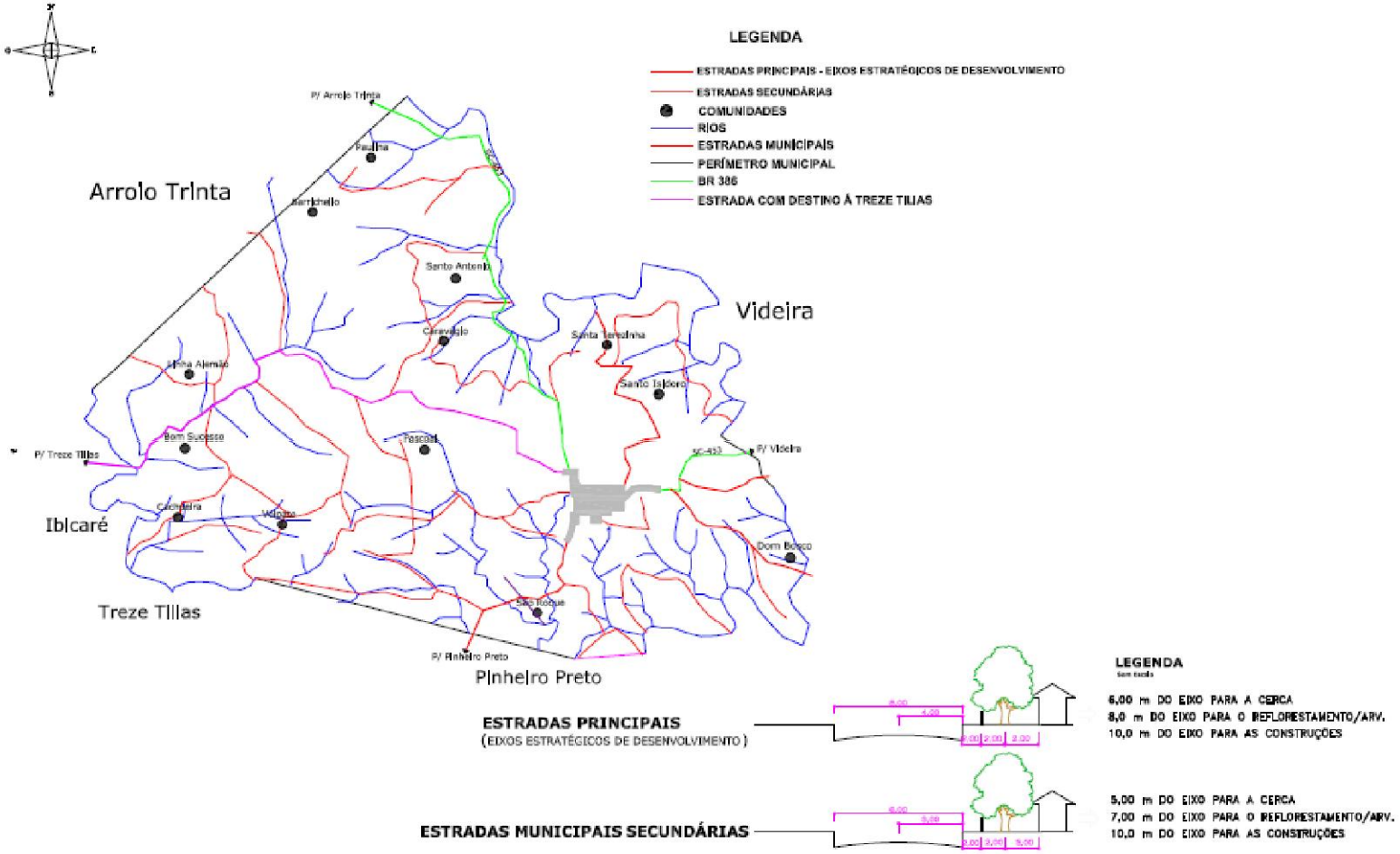
PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	***ATIVIDADES***	***Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO***
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 120m² de área constr.
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 75m² de área constr.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 1oom² de área constr.
-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 100m² de área constr.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga p/ 3 unid. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminhão 200m² de área constr.
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 10m² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 50m² de área constr.
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 100m² de área constr.
-	Cemitérios	1 vaga p/ 300m² de terreno com o mínimo de 10 vagas

** Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.*

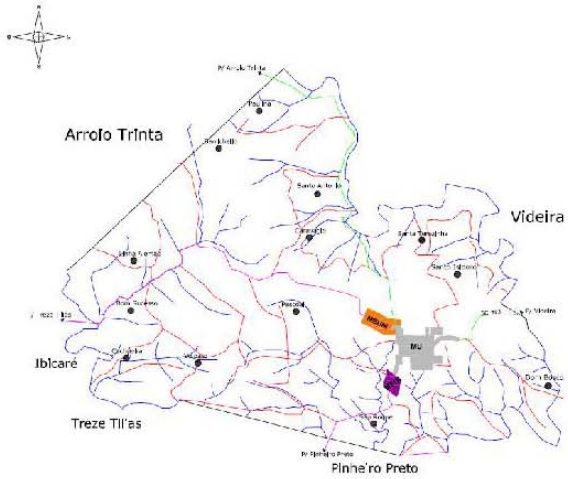
PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	***ATIVIDADES***	***Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO***
-	Atividades industriais acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área constr.; 1 vaga p/ caminhão/500m² de área constr.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br


LEGENDA
ESTRADAS PRINCIPAIS - EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO
ESTRADAS SECUNDÁRIAS
COMUNIDADES
RIOS
ESTRADAS MUNICIPAIS
PERÍMETRO MUNICIPAL
BR 386
ESTRADA COM DESTINO À TREZE TILIAS
Arroio Trinta
Videira
Ibicaré
Treze Tilias
Pinheiro Preto
P/ Arroio Trinta
P/ Treze Tilias
P/ Videira
P/ Pinheiro Preto
Paulina
Barrichello
Santo Antonio
Caravagio
Santa Terezinha
Santo Isidoro
Linha Alemão
Bom Sucesso
Fascoal
Cachoeira
Volpato
Dom Bosco
São Roque
SC-453
ESTRADAS PRINCIPAIS
(EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO)
ESTRADAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS
LEGENDA
6,00 m DO EIXO PARA A CERCA
8,0 m DO EIXO PARA O REFLORESTAMENTO/ARV.
10,0 m DO EIXO PARA AS CONSTRUÇÕES
5,00 m DO EIXO PARA A CERCA
7,00 m DO EIXO PARA O REFLORESTAMENTO/ARV.
10,0 m DO EIXO PARA AS CONSTRUÇÕES

MACROZONEAMENTO URBANO



MU - MACROZONA URBANA

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBJETIVO

Tem por objetivo incrementar a capacidade do Sistema Viário e da Infra-Estrutura e incentivar a ocupação de vazios urbanos

PROPOSTA DE USOS

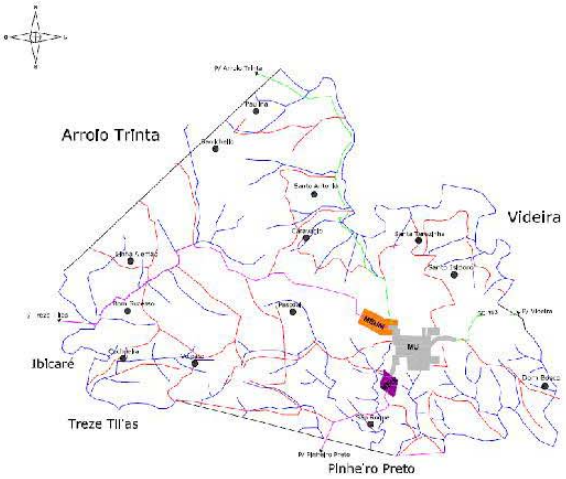
PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Os Usos e Índices estão especificados no Zoneamento.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MACROZONEAMENTO URBANO



MR - MACROZONA RURAL

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBJETIVO

Tem por objetivo promover o Desenvolvimento Agropecuário, promover a integração e convivência entre a Área Rural e Urbana, com incentivo a melhoria da Infra-Estrutura.

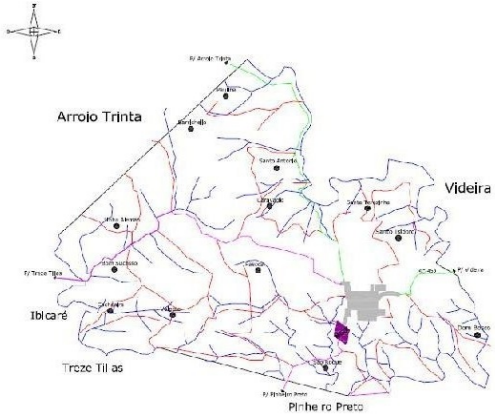
PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS
USO 1 e 2 - Residencial USO 4 - Comércio Vicinal USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2 USO 18 - Hotéis e Pousadas USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1 Todo Tipo de Atividade Agropecuária	USO 10 - Educacional USO 11 - Institucional USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 12 B - Institucional Especial 2 USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

MACROZONEAMENTO URBANO



MEUI - MACROZONA EXPANSÃO URBANA INDUSTRIAL

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
1.600,00	20,00	4,0	1,5	1,5	70	02	1,4	-	20

OBJETIVO

Tem por objetivo estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS

USO 6 - Comércio Atacadista
USO 7 - Comércio e Serviços Especiais
*USO 8 *- Para Veículos*
USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1
USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2

PERMISSÍVEIS

USO 1 - Residencial Unifamiliar
USO 4 - Comércio Vicinal
USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1
USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2
USO 12 B - Institucional Especial 2
*USO 22 - *Atividade de Nível de Incômodo 3*
USO 23 – Comércio Perigoso

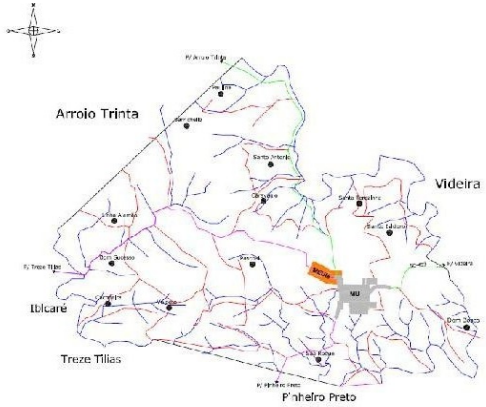
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Toda indústria que fizer divisa com outra zona,deverá implantar barreira verde, conforme Lei Regulamentar.
Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade.
** Para estas atividades será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança.*

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

MACROZONEAMENTO URBANO

MEUM – MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA MISTA



ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
400,00	20,00	4,0	1,5	1,5	70	05	1,4	-	20

OBJETIVO

Direcionar e incentivar o adensamento, adequando-o ao meio físico existente, promover ações de estruturação viária, com vistas a proporcionar o desenvolvimento ordenado de uma nova área urbana, dando continuidade a infraestrutura, de forma a possibilitar o desenvolvimento de atividades de interesse misto.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS

USO 1 - Residencial Unifamiliar
USO 4 - Comércio Vicinal
USO 6 - Comércio Atacadista
USO 7 - Comércio e Serviços Especiais
*USO 8 *- Para Veículos*
USO 9 - Comércio de Veículos Leves
USO 13 - Saúde / Assistência Social
USO 17 – Atividades Noturnas/Comércio Noturno
USO 18 - Hotéis e Pousadas
USO 19 - Motéis

PERMISSÍVEIS

USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1
USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2
USO 10 - Educacional
USO 11 - Institucional
USO 12 A - Institucional Especial 1
USO 14 - Religiosos*
Uso 15 – Recreação e Lazer
USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1
USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade.
** Para estas atividades será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança.*

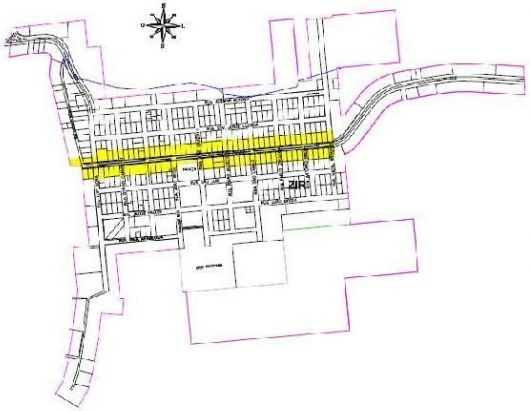
DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

ZONEAMENTO URBANO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ZONEAMENTO URBANO

ZIC – ZONA DE INTERESSE COMERCIAL



ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)				TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		U	F	Lt	Fd			IAb	IAm	
400,0	20,00	RU	4,0	1,5		60	4	1,2	-	20
		RM	4,0			70		2,8	4,2	
		M	4,0			70		3,2	4,8	

OBJETIVO

Tem por objetivo incentivar a instalação de Atividades Comerciais e de Preservação de Serviços fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS

USO 1 - Residencial Unifamiliar
USO 2 - Residencial Multifamiliar
USO 4 - Comércio Vicinal
USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1
USO 9 - Comércio de Veículos Leves
USO 11 – Institucional
USO 14 - Religiosos*
USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1
USO 18 – Hotéis e Pousadas

PERMISSÍVEIS

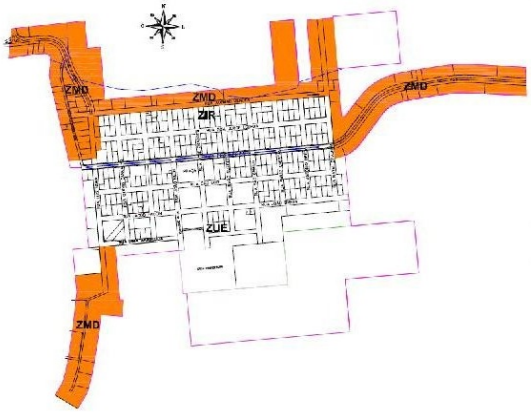
USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2
*USO 8 *- Para Veículos*
USO 10 - Educacional
USO 15 – Recreação e Lazer

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Nesta zona serão implantado Imposto Progressivo no Tempo, podendo construir até 04 Pavimentos – Instrumento do Estatuto da Cidade.
Nesta Zona será implantado Passeio Padronizado conforme Lei Regulamentar.
**Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança;*
Gabarito dos passeios públicos padronizados, com 3m para cada lado da rua e ruas com gabarito de 20 m (todas as ruas do município)

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

ZONEAMENTO URBANO



ZMD - ZONA MISTA DIVERSIFICADA

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)				TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		U	F	Lt	Fd			IAb	IAm	
400,0	20,00	RU	4,0	1,5		60	04 + 03	1,2	-	20
		RM	4,0			70		2,8	-	
		M	4,0			70		3,2	-	

OBJETIVO

Tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diversos de natureza comercial, prestação de serviços, industrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis e admissíveis, dada as condições estratégicas na região e as boas condições de acessibilidade.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS

USO 4 - Comércio Vicinal
USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1
USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2
USO 8 - Para Veículos
USO 9 - Comércio de Veículos Leves
USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1
USO 17 - Atividades Noturnas*
USO 18 – Hotéis e Pousadas
USO 19 - Motéis
USO 20 – Atividade Nível de Incômodo 1

PERMISSÍVEIS

USO 1 - Residencial Unifamiliar
USO 2 - Residencial Multifamiliar
USO 6 - Comércio Atacadista
USO 7 - Comércio e Serviços Especiais
*USO 8 *- Para Veículos*
USO 11 – Institucional
USO 12 A - Institucional Especial 1
USO 12 B - Institucional Especial 2
USO 13 - Saúde /Assistência Social
USO 14 - Religiosos*
USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2
USO 21 – Atividade Nível de Incomodo 2*

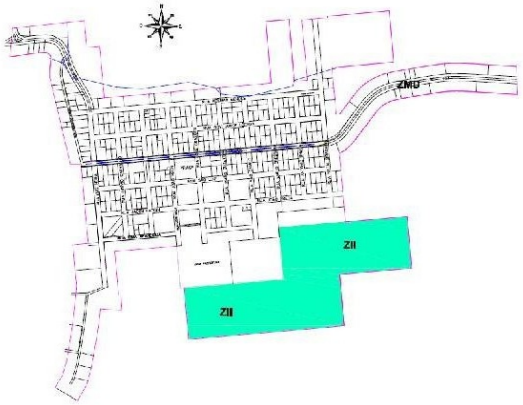
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Nesta zona serão implantado Imposto Progressivo no Tempo e Outorga Onerosa do Direito de Construir podendo construir até 07 Pavimentos – Instrumento do Estatuto da Cidade.
Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade.
** Para estas atividades será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança.*

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

ZONEAMENTO URBANO

ZII - ZONA DE INTERESSE INDUSTRIAL



ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
1.600,00	20,00	4,0	1,5	1,5	70	02	-	1,4	30

OBJETIVO

Tem por objetivo estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

PROPOSTA DE USOS

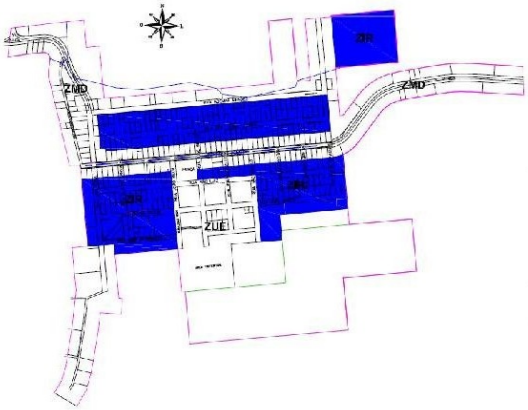
PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS
USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1 USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2	USO 22 - *Atividade de Nível de Incômodo 3 USO 23 – Comércio Perigoso

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Toda indústria que fizer divisa com outra zona,deverá implantar barreira verde, conforme Lei Regulamentar.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

ZONEAMENTO URBANO



ZIR– ZONA DE INTERESSE RESIDENCIAL

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
400,00	20,00	4,0	1,5	1,5	60	04 + 03	2,4	-	20

OBJETIVO

Tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de Residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das Redes de Infraestrutura Urbana, do Sistema Viário e Configuração da Paisagem.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS

USO 1 - Residencial Unifamiliar
USO 2 - Residencial Multifamiliar
USO 4 - Comércio Vicinal
USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1
USO 11 – Institucional
USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1

PERMISSÍVEIS

USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2
USO 8 *- Para Veículos
USO 12 A - Institucional Especial 1
USO 13 - Saúde /Assistência Social
USO 14 - *Religiosos

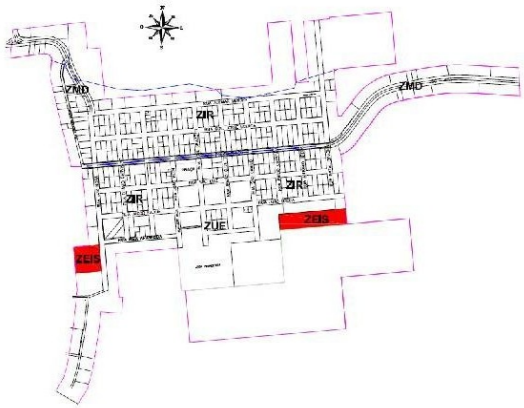
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

*Para esta atividade será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança.
Nesta zona serão implantado Imposto Progressivo no Tempo e Outorga Onerosa do Direito de Construir podendo construir até 07 Pavimentos – Instrumento do Estatuto da Cidade.
Operações Urbanas Consorciadas
Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

ZONEAMENTO URBANO

ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL



ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
300,00	15,00	4,0	1,5 se houver janela		50	02	1,0	-	20

OBJETIVO

Tem por objetivo, destinar prioritariamente a melhoria e produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de Equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda, a regularização fundiária, salvaguardando o direito á moradia e a cidadania.

PROPOSTA DE USOS

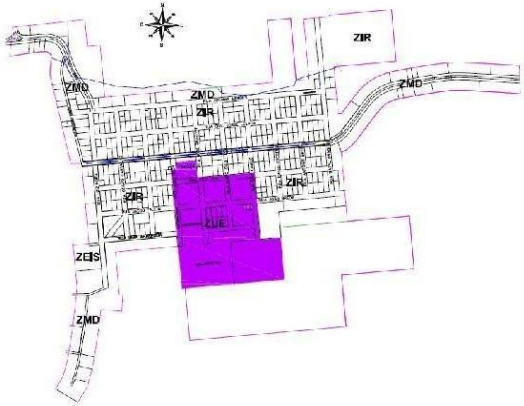
PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS
USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 3 - Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda USO 4 - Comércio Vicinal USO 10 – Educacional USO 11 – Institucional USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1	USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 8 *- Para Veículos USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 14 - *Religiosos

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

*Para estas atividades será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ZONEAMENTO URBANO



ZUE – ZONA DE USO ESPECIAL

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
300,00	15,00	-	-	-	70	4	2,8	-	20

OBJETIVO

Tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação Institucionais, visando o aproveitamento de Áreas Públicas

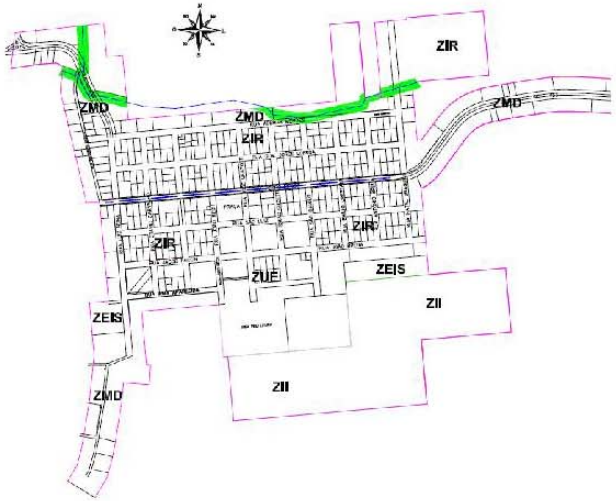
PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS
USO 10 – Educacional USO 11 – Institucional USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 15 – Recreação e Lazer USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2	USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 7 – Comercio e Serviços Especiais

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

Operações Urbanas Consorciadas

ZONEAMENTO URBANO



ZPP – ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	GABARITO Nº. De Pavimentos	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
		F	L	Fd			IAb	IAm	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBJETIVO

Tem por objetivo Preservar as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, arroios e lajeados.Sendo dentro do perímetro urbano, uma faixa de 15m para cada lado dos rios e um raio de 30m das nascentes.

PROPOSTA DE USOS

PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS
-	-

OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS

A ZPP tem seus usos e ocupações totalmente proibida, ressalvado os usos públicos necessários.
Nesta zona será implantado o Instrumento do Estatuto da Cidade: Transferência do Direito de Construir.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

TERMO DE COMPROMISSO
A QUE SE REFERE O ARTIGO 80 DESTA LEI COMPLEMENTAR

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE IOMERÊ SE OBRIGA _____
____
(Nome do Proprietário e/ou Responsável)

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

01. Partes: De um lado, o Município de Iomerê/SC, neste termo simplesmente nomeada Município, representada por seu Prefeito Municipal, _____, o Secretário Municipal Responsável, _____, e por outro lado, _____, doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento _____, constante do Processo Nº._____/_____.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 80 da Lei Municipal Nº. _____ de ___/___/___ , de Parcelamento do Solo.
03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos _____ Dias do Mês de _____ do Ano de _____.

II - Finalidade e Objeto

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infra-estrutura em Loteamento por ela aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das Obras de Infra-Estrutura do Loteamento _____ (Nome do Loteamento) Requerido pelo Processo Nº._____/_____.

III - Obrigações e Prazos

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

Abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
Movimento de terra previsto;
Rede de distribuição de água;
Rede de energia elétrica;
Rede de esgoto pluvial;
Rede de esgoto sanitário ou delimitar e reservar faixa de domínio necessário à sua posterior implantação;
Sistema de drenagem.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infra-estrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

d) Requerer, contando da data do Alvará de Licença para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeitá-lo-á a multa no Valor de 150 UFIRs, por dia útil de atraso seguinte.
f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

IV - Eficácia, Validade e Revogação

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em conseqüência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu Projeto.

V- Foro e Encerramento

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de _____
___.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Iomerê/SC_____ de _____ de _____.

Prefeito Municipal

Loteador e/ou Proprietário

ANEXO VI - TERMO DE CAUCIONAMENTO – LOTEAMENTOS

TERMO DE CAUCIONAMENTO
A QUE SE REFERE O ARTIGO 81 DESTA LEI COMPLEMENTAR

TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E (Nome do Proprietário e/ou Responsável) CONSTANTE DO PROCESSO Nº. _____/_____, APROVADO EM ___/___/___.

A partir do Dia _____ de_____ de _____, (Data de inscrição do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis) passarão ao domínio do Município de Iomerê, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do "Habite-se" para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de loteamento conforme Processo _____/_____. Como garantia ficam caucionados os Lotes _____, averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

Iomerê/SC _____ de _____de _____.

Representante Município

Ass. Loteador

ANEXO VII - GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Acesso Particular - Acesso destinado ao atendimento de um lote;

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está acima do ponto de referência;

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e as divisas do lote, não considerada a projeção dos beirais podendo ser:
Frontal
Lateral
Fundos

Afastamento do Eixo da Via - É a distância entre a edificação e o eixo da via;

Água Potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias;

Alimento Perecível - Aquele que está sujeito a deterioração caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento;

Alinhamento - A linha divisória entre o terreno de propriedade particular e a via ou logradouro público;

Alpendre - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares, consolos ou em balanço;

Altitude - Distância vertical de um ponto da superfície da terra em relação ao nível zero ou nível dos oceanos;

Alvará - É o instrumento da licença ou da autorização para construir ou lotear;
Alvará de Construção - Documento expedido pela prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pela prefeitura que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço;

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde ao "Habite-se";

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção;

Andaime - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra;

Ante-sala - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera;

Apartamento - Unidade autônoma de moradia;

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras;

Aprovação de Obra (habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação;

Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída;

Áreas Institucionais - Parcela do terreno destinado às edificações ou usos com fins comunitários ou de utilidade pública;
Área Rural - Toda a área do município, excluída a zona urbana;

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação;

Área Urbanizada - Compreende as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.

Área Útil - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas;

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, feita no CREA da Região;

Aterro Sanitário - É uma forma de dispor adequadamente o lixo sobre o solo, compactando-o com um trator, recobrindo-o diariamente com camadas de terra de modo a não causar prejuízos ao meio ambiente;

Ático - Pavimento no topo do edifício,cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior;

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação;

Auto de Infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis, Decretos e Regulamentos Municipais;

Autorização - É ato administrativo discriminatório e precário;

Balanço - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;

Balão de Retorno - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos;

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril;

Baldrame - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar que corre amarrando as fundações;

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações;

Benfeitoria - Obra de infra-estrutura ou melhoramento feito em determinado local;

Brise - Conjunto de placas ou chapas de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação;

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento;

Caixa da Via - É a medida da via, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas;

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros;

Calçada - Parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada a circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos;

Caramanchão - construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação;

Casa Geminada - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única;

Caução - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte;

Certificado de Conclusão de Obra - Documento expedido pela prefeitura,que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se);

Cisterna - Reservatório de água inferior;

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho;

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação;

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cone de Sombreamento - Linha de projeção de um ângulo de 70º (setenta graus) medindo a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada;

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída;

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra;

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença;

Consulta Prévia de Viabilidade - Documento fornecido pela Municipalidade informando os usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóvel;

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce;

Cota Emergencial - Cota determinada em metro em relação ao nível do mar, que é facilmente alagável;

Cota Inundável de Máxima Cheia - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil;

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Croqui - Esboço preliminar de um projeto;

Cumeeira - A parte mais alta do telhado de uma edificação;

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência;

Decibel (dB) - Unidade de intensidade física relativa ao som;

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes de níveis capazes de direta ou indiretamente:
Prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais;

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos;

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção;

D.E.R - Departamento de Estradas de Rodagem;

DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura

CNP - Conselho Nacional do Petróleo;
DNC - Departamento Nacional de Combustíveis;

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, sucedido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional;

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral;

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades de moradia;

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito;

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes;

Divertimento Público - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público;

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 70 cm (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos de utilização transitória;

Economia - Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação;

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal;

Edificação de Ocupação Mista - Possui caracterizado mais de um tipo de uso;

Edifícios garagens – Construção destinada ao estacionamento de veículos;

Elevador - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e mercadorias;

Embargo de Obra - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo;

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social;

Equipamentos Urbanos - São os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

Escala - Relação das dimensões do desenho e a do que ele representa;

Especificação - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção;

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços;

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos;

Explosivos - Consideram-se explosivos:
Cartuchos de guerra, caça e mina;
Fogos de artifício;
Nitroglicerina, seus componentes e derivados;
Pólvora e algodão-pólvora;
Fulminatos, cloros, forminatos e congêneres;

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação;

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios;

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção;

Faixa de Proteção - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão;

Faixa de Rolamento - É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos;

Faixa Sanitária - Área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de redes de esgotos;

FATMA - Fundação do Meio Ambiente;

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona com o objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção;

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público;

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação;

Filtro Anaeróbico - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado;

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário de esgotos sanitários;

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno;

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação;

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio;

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas;

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, pelo menos em três das suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

Garagem Bloqueada - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem;

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos;

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento;

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas;

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência;

Habite-se - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a ocupação de uma edificação;

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom;

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos;
Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada deste mesmo terreno;

Infração - Violação da Lei;

Infrator - Todo aquele que cometer mandar ou auxiliar a praticar infração;

Jusante - Para o lado que vaza a maré, ou um curso de água;

Interdição - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma obra ou edificação quando constituir ameaça a segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública;

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até ¼ da área do compartimento;

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais;

Kitchenete - Unidade residencial formada de sala e quartos

conjugados, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala;

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias etc., para escoamento automático do excesso de água;

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário;

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial;

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei;
Licenciamento da Obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra;

Lindeiro - Limítrofe;

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos;

Lote - Porção de terreno com testada para logradouro público;

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros;

Lote Mínimo - Porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados;

Manancial - Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação;

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro;

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento;

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo;

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido;

Montante - Para o lado da nascente de um rio;
Nível de Som dB (A) - Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151-ABNT;

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Classifica-se em:
Pequeno,
Médio,
Alto;

Olho d'água / Nascente - Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento lençol freático;

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas;

Pára-Raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios;

Parede Cega - Parede sem abertura;

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação; entrepiso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas;

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua;

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres; parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas;

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada;

Pé-Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento;

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei;

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural;
Pista de Rolamento - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos;

Plano Diretor - Conjunto de leis urbanísticas, definidas pelas Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações;

Play-Ground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica;

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos;

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população;

Posto de Abastecimento - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes;

Posto de Serviço - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos;

Posto Garagem - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento e Posto de serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos;

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de Iluminação / Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos de utilização transitória, também conhecido como Poço de Iluminação e Ventilação;

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizados na face externa das edificações;
Produto Perigoso - Toda substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa;

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta;

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma

primitiva, qualquer obra em parte ou em todo;

Recuo - É a incorporação ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro;

Reforma - Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

Reincidente - É quem violar os preceitos da Lei, por cuja infração já tenha sido autuado e punido;

Remembramento - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote;

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede;

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal;

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços;

Sarjeta - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva;

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente;

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus);

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível;

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar a sua infiltração;

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras;

Talvegue - Linha de maior profundidade no leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto de crista;

Taxa de Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno;

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces;

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse;

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido;

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

Tombamento - É a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, paisagístico, artístico ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas; o tombamento pode acarretar uma restrição individual, reduzindo os direitos do proprietário, ou uma limitação geral, quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos e arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de núcleos históricos;

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com o apartamento;

Uso Permitido - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza;

Uso Inadequado - Usos incompatíveis com o zoneamento;

Uso Tolerado - Permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas;

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante;

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica, através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno;

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação;

Vazio Urbano - Lotes não edificados servidos de infra-estrutura urbana; Vazios urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, encravadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do INCRA; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas);

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações;

Vistoria - Diligência efetuada pela municipalidade tendo por fim verificar as condições de uma construção ou obra;

VRF – Valor de Referência Fiscal ;

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação;

Gestão Democrática do Sistema de Planejamento Urbano

São propostas de ações que visam implementar, acompanhar e atualizar o Plano Diretor e planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos, através de um processo de planejamento implantação e controle, de caráter permanente, descentralizado e participativo, assegurando a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana do município.

MEDIDAS PROPOSTAS PELO PLANO DIRETOR	RECURSOS	PRAZO
1. promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;	Recursos Próprios / Convênio	Curto

2. Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Política Urbana.	Recursos Próprios	Curto
3.Capacitação para os Técnicos das Prefeituras.	Recursos Próprios / Convênio	Curto
4.Criação de Departamento ou Setor de Planejamento.	Recursos Próprios	Curto
5.Realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana	Recursos Próprios / Convênio	Curto
6.Realização de Audiência Pública.	Recursos Próprios	Curto
7.Realização de Assembléias e Reuniões de Elaboração do Orçamento Municipal PPA, LOA, LDO.	Recursos Próprios	Curto
8. Implantar e Monitorar as Políticas, Programas e Projetos do Plano Diretor.	Recursos Próprios / Convênio	Curto

1.Tem por objetivo promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana,possibilitando a integração dos projetos do Plano Diretor com as Políticas e Programas das esferas Estadual e Federal, para a obtenção mais eficaz dos resultados desejados.

2. O conselho de desenvolvimento municipal de política urbana tem a atribuição de analisar, acompanhar, monitorar e sugerir planos e projetos, bem como, a implantação do Plano Diretor.
3. Oportunizar aos técnicos municipais e membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de política urbana, qualificação com objetivo de divulgar os conteúdos do Estatuto da Cidade e das práticas de planejamento contidas no Plano Diretor visando garantir sua aplicação e a formação de agentes multiplicadores na construção da cidade que queremos, mais justa e sustentável.

4. Criação de Depertamento ou Setor de Planejamento para implantar o Plano Diretor.

5. O conselho de Desenvolvimento Municipal de políticas urbanas tem a atribuição, entre outras, de realizar bianualmente á Conferência Municipal de Política Urbana, que tem por objetivo avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da política urbana municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:

Enfrentar a diminuição do emprego e renda;
Garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
Integrar as diferentes políticas sociais.

6. Realização de audiências públicas para objetivar a democratização do sistema de tomada de decisão sobre os grandes empreendimentos que venham a ser realizado em Iomerê dando voz a bairros e comunidades.

7.Assegurar a participação direta da população a todo processo de gestão, planejamento, implantação e controle do orçamento municipal a fim de concretizar as funções sociais.

8.A Administração deverá implantar e monitorar as Políticas, Programas e Projetos definidos pelo Plano Diretor para alavancar o Desenvolvimento Sócioeconômico do Município.

Lei Complementar 0033/2012

LEI COMPLEMENTAR N.º 033 DE 16 DE MAIO DE 2012
DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, estabelece normas de projeto e construção em geral no Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuadas por particulares, entidades ou órgãos públicos no Município de Iomerê, é regulamentada por este Código, obedecida às normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo Único. Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento, incidentes sobre o imóvel.

CAPITULO I
OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 3°. Este Código tem como objetivos:

I - orientar os projetos e execução de edificações no Município;
II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade;
III - promover a melhoria dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações em seu território;
IV - estabelecer normas técnicas, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção, voltado principalmente para a paisagem urbana e o aprimoramento da arquitetura nas edificações e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPITULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4°. Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos.

Alinhamento - Linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre - Área coberta saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou área em balanço.

Alvará de Construção - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde,

que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

Ampliação - Alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.

Andaime - Obra provisória destinada à sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala - Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação da Obra (Habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.
Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares.

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Área de Recuo - Espaço livre e desembaraçado em toda a altura da edificação.

Área Rural - Toda área do Município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

A.R.T - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia - CREA.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Autorização - Ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço sobre o Térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

Baldrame - Viga que contorna e une as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Boca de Lobo - Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

Brise - Conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação.

Calçada - É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casas Geminadas - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão da Obra - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta de Viabilidade - Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

Cumeeira - A parte mais alta de uma edificação.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel - (dB): Unidade de Intensidade Física Relativa a Som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:
a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.
Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.

Edifício Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias.

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - são os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificações - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Garagem Bloqueada - Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Habite-se - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.

Infração da Lei - Violação da lei.

Infrator - Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.
Kitchenete - Unidade residencial formada de sala, quarto, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto

pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro - Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno, com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Nível de Som - dB (A) Intensidade de som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151 - ABNT.

Mobiliário Urbano - São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Passeio - É a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Pé Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Playground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Plano Diretor - Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos não habitáveis, também conhecido como poço de iluminação e ventilação.

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.

Produto Perigoso - Toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva qualquer obra em parte ou no todo.
Recuo - Reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.
Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro nos logradouros públicos para as águas das chuvas.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Taxa Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - É a linha divisória que separa o logradouro público do lote.

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

Uso Permitido - Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Proibido - Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Permissível - Permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.

UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I
DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETAR E A CONSTRUIR

Art. 5°. São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar, administrar e executar obras no Município de Iomerê, os registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e inscrito no Município de Iomerê.

Art. 6°. Somente os profissionais inscritos como determina o artigo anterior, poderão ser responsáveis por projetos, cálculos e memoriais apresentados a Municipalidade ou assumir a responsabilidade pela execução de obras.

CAPÍTULO II
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS

Art. 7°. A execução de quaisquer das atividades citadas no artigo 2º deste Código, com exceção de demolição será precedida dos seguintes atos administrativos:

I - consulta de viabilidade técnica para construção;
II - análise do Projeto Arquitetônico e Hidro-sanitário;
III - aprovação dos projetos definitivos;
IV - alvará de construção (Licenciamento da Obra);
V - alinhamento para construção.

§ 1º A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os itens III e IV poderão ser requeridos simultaneamente, devendo neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências deste Código.

§ 2º Incluem-se no disposto neste artigo todas as obras do Poder Público, tendo seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

SEÇÃO I
DA CONSULTA DE VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 8°. Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

a) título de propriedade do imóvel;
b) nome e endereço do proprietário;
c) endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);
d) destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);
e) materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);
f) croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações por escrito: das normas urbanísticas incidentes sobre o lote (zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e afastamentos mínimos).

§ 3º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser respondida num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 4º A Consulta de Viabilidade terá validade de 180 dias, podendo ser prorrogada por mais 120 dias a pedido, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação.

SEÇÃO II
DA ANÁLISE DO PROJETO ARQUITETÔNICO E HIDRO-SANITÁRIO

Art. 9°. A partir das informações prestadas pela Municipalidade na Consulta de Viabilidade Técnica, o requerente poderá solicitar a análise do Projeto Arquitetônico, mediante requerimento e Plantas exigidas nos itens III, IV, V e VII do artigo 10 deste Código.

§ 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em duas vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

§ 2º A análise do Projeto Arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

SEÇÃO III
DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA ANÁLISE

Art. 10. Após a Consulta de Viabilidade Técnica e da análise prévia do Projeto Arquitetônico, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico Definitivo composto e acompanhado de:

I - requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;
II - documento de solicitação do Alvará de Construção preenchido;
III - planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:
a) orientação do Norte (Verdadeiro ou Magnético);
b) indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância a uma esquina);
c) dimensões do lote;
d) entrada de veículos;
e) posição do posteamento em relação ao lote;
f) projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades competentes;
g) posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote (afastamentos) e a outras construções nele existente.
IV - planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, contendo:
a) as dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens, áreas de estacionamento;
b) destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;
c) indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;
d) indicação dos cortes longitudinais e transversais.
V - cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um dos cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);
VI - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;
VII - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;
VIII - projetos complementares;
IX - matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver.

§ 1º Em todas as peças gráficas dos itens IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parcial e total, prevalecerá a cota total.

§ 3º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo ser consultado previamente o órgão competente da Municipalidade.

§ 4º Todas as pranchas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Municipalidade e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas os carimbos de aprovação e as rubricas dos técnicos encarregados.

§ 5º O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Art. 11 - As edificações para habitações populares poderão utilizar projetos padrão disponíveis na Municipalidade, ficando sujeitas ao atendimento no disposto em regulamento específico.

SEÇÃO IV
DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 12. Os Projetos Complementares citados no Item VIII do artigo 10 para atendimento deste Código são os seguintes: Hidro-Sanitário, Elétrico, Estrutural e Prevenção Contra Incêndio.

I - O projeto Hidro-Sanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:
a) ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
b) atender ao que dispõe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário da Concessionária local – CASAN.
II - O Projeto Elétrico obedecerá as normas estabelecidas pela ABNT e Concessionária local de energia elétrica – CELESC, sendo exigido para todas as edificações industriais e demais edificações com área igual ou superior a 70m² (setenta metros quadrados).
III - O Projeto Estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:
a) tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;
b) tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (um mil metros quadrados);
c) a seu entendimento se julgar necessário.
IV - O Projeto de Prevenção Contra Incêndios deverá atender legislação pertinente e ser aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 1º Não havendo profissional habilitado na unidade do Corpo de Bombeiros, a Municipalidade poderá exigir cópia do Projeto de Prevenção Contra Incêndios, bem como a ART do profissional responsável.

§ 2º No item III deste artigo, para efeito da definição do número de pavimentos será considerados sempre o térreo e subsolo.

§ 3º O Projeto Estrutural não merecerá análise da Municipalidade, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART devidamente registrada junto ao CREA/SC.

SEÇÃO V
DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO (LICENCIAMENTO DA OBRA)

Art. 13. Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Municipalidade aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção mediante:

I - requerimento solicitando o Alvará de Construção, dirigido à Secretaria competente e mencionando o nome do proprietário e do profissional habilitado responsável pela execução dos serviços;
II - título de propriedade ou se o proprietário da obra não for o proprietário do terreno, uma prova do acordo entre ambos, por escrito;
III - em casos de construções até 2 m (dois metros) do alinhamento dos logradouros públicos, a execução de Tapume, de acordo com o disposto neste Código.

Parágrafo Único. Deverá constar do Alvará de Construção:

a) nome do proprietário;
b) descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e materiais construtivos;
c) local da obra;
d) nome e assinatura da autoridade da Municipalidade, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art. 14. O alvará de construção será válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua expedição, devendo ser renovado anualmente. Se a obra não for iniciada dentro do prazo de um ano, o Alvará perderá sua validade.

§ 1º Para efeito deste código, uma obra será considerada iniciada, desde que suas fundações e vigas de baldrame estejam concluídas.

§ 2º Considera-se prescrito o alvará de construção que após ser iniciada a obra, sofrer interrupção superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

§ 3º Após a caducidade do primeiro alvará, se a parte interessada quiser iniciar a obra, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o Projeto aprovado.

§ 4º Esgotado o prazo de validade do alvará de construção e não estando concluída a obra, só será prorrogada a licença mediante o pagamento dos tributos legais.

Art. 15. Depois de aprovado o Projeto Definitivo e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo III, do Título II, deste Código.

Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 17. Salvo a necessidade do andaime ou tapume, hipótese em que será obrigatória a licença, ficam dispensados de apresentação de projeto e requerimento para expedição de alvará de construção:

I - pequenos consertos ou reparos, em prédios em que não se alterem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes;
II - construção de muros de divisa até altura de 2,00 mts, ;
III - rebaixamento de meio-fio e conserto de pavimentação;
IV - construção de dependências não destinadas à moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, depósitos de uso doméstico, viveiros, caramanchões ou similar, com área máxima de 12m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro ou em áreas non aedificandi;
V - construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações (somente quando aprovado o projeto e a respectiva licença) que deverão ser demolidos logo após o término das obras.
Parágrafo Único. A Municipalidade reserva-se o direito de exigir o projeto das obras especificadas neste artigo, sempre que julgar necessário.

Art. 18. Nas construções existentes nos logradouros para os quais seja obrigatório o afastamento do alinhamento, não serão permitidas obras de construção, reconstrução parcial ou total, modificações e acréscimos que não respeitem o afastamento do alinhamento.

Art. 19. A Municipalidade terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para aprovação do Projeto Definitivo e expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou da última chamada para esclarecimento, desde que o Projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Art. 20. A construção dentro das especificações deste Código, mas sem alvará de construção, está sujeita a multa conforme Seção I, Capítulo Único, Título V deste Código.

Parágrafo único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita à demolição por ato do Executivo Municipal, podendo ser concedido um prazo de até 60 (sessenta) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

Art. 21. Ficarão suspensos os alvarás de construção das obras que não tenham sido iniciadas até a data de publicação deste Código e que estejam com seu prazo de validade vencido.

Parágrafo Único. Para reavaliação dos projetos e alvarás de construção acima citados, não serão cobradas as taxas desde que as áreas sejam equivalentes.

CAPÍTULO III
DAS NORMAS TÉCNICAS

SEÇÃO I
DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 22. Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as Normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

§ 1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm (tamanho A4), com número ímpar de dobras, tendo margem de 1,0cm em toda a periferia da folha, exceto na margem lateral esquerda, a qual será de 2,5cm (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º No canto inferior direito da (s) folha (s) do Projeto será delimitado um quadro legenda com 17,5cm de largura e 29,7cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão :

I - representação gráfica ocupando o extremo inferior com dimensões de 17,5 cm de largura x 9,0 cm de altura, especificando :

a) natureza e destino da obra;
b) referência da folha (conteúdo, plantas, cortes e elevações e etc.);
c) tipo de projeto (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidro-sanitário, etc.);
d) indicação do nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no CREA e na Municipalidade;
e) data;
f) escala;
g) nome do desenhista;
h) no caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha será necessário numerá-las em, ordem crescente.

II - espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;
III - espaço reservado a Municipalidade e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 3º Nos Projetos de reforma, ampliação ou reconstrução, as peças gráficas serão apresentadas:

I - obrigatório:
a) em traço cheio, as partes conservadas (existentes);
b) em hachurado, as partes a construir ou renovar;

c) em tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II - complementar facultativa:
a) em traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);
b) em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;
c) em tracejado (amarelo), as partes a demolir ou retirar.

SEÇÃO II
DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 23. Para modificações em projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificado.

§ 1º O requerimento solicitando a aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo alvará de construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificado será anotada no alvará de construção se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.

SEÇÃO III
DO HABITE-SE E DA ACEITAÇÃO DE OBRAS PARCIAIS

Art. 24. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo habite-se.

§ 1º O habite-se é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário através de requerimento assinado por este, acompanhado da respectiva certidão de vistoria sanitária.

§ 2º O habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas, prevenção de incêndio e demais instalações necessárias.

§ 3º A Municipalidade tem um prazo de 30 (trinta) dias úteis, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

Art. 25. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I - que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;
II - quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidráulicas comuns a todas as unidades e que permitam o uso da unidade objeto do habite-se parcial;
III - quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;
IV - quando um elevador esteja funcionamento em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;
V - quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infra estrutura comum estar concluída;
VI - quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infra-estrutura comuns estarem concluídos.

Art. 26. Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser requerida sua aceitação, pelo proprietário ou responsável pela execução, através do requerimento do habite-se.

§ 1º A Municipalidade só fornecerá o habite-se à obras regularizadas através de aprovação de projeto e alvará de construção.

§ 2º Nenhum prédio novo, ou em obra de reforma, será habitado sem que primeiro seja efetuado a vistoria administrativa, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas e prevenção contra incêndios e demais instalações necessárias.

SEÇÃO IV
DAS VISTORIAS

Art. 27. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Iomerê terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.
§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 28. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 29. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo Único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

SEÇÃO V
DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 30. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, dotado de portão de entrada.

Parágrafo Único. No caso de continuar paralisada a obra, depois de decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias, será feito pelo órgão competente da Municipalidade o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo único, do Título V deste Código, que trata das penalidades.

Art. 31. As disposições desta Seção serão aplicadas também as obras que já se encontram paralisadas na data de vigência deste Código, contando-se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência do presente Código.

SEÇÃO VI
DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 32. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em conseqüência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 33. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA serão observadas pela Municipalidade no que lhe couber.

Art. 34. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa de responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito a Municipalidade essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pela Municipalidade e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º Realizada a vistoria, será intimado o interessado para que dentro de 3 (três) dias úteis, sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida à Municipalidade.

§ 2º A comunicação da baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 35. Poderá, ainda, ser concedida a exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundamentado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou contra sua vontade, com os serviços suspensos de imediato.

SEÇÃO VII
DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 36. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Municipalidade.

§ 1º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Municipalidade, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida pelo proprietário, este se recusando a fazê-lo, a Municipalidade executará a demolição, cobrando do mesmo por despesas correspondentes.

§ 2º Tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6,00 m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 3º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 4º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

§ 5º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 6º O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.

§ 7º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 8º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

§ 9º Em casos especiais, a Municipalidade poderá exigir obras de proteção para demolição de muro de altura inferior a 3,00m (três metros).

SEÇÃO VIII
DAS OBRIGAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 37. Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Parágrafo Único. Esses documentos deverão ser protegidos contra a ação do tempo e facilmente acessíveis à fiscalização da Municipalidade, durante as horas de trabalho.

Art. 38. Salvo o disposto no artigo 17, desta lei, todas as obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:

I - altura da edificação;
II - os pé-direitos;
III - a espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;
IV - a área dos pavimentos e compartimentos;
V - as dimensões das áreas e passagens;
VI - a posição das paredes externas;
VII - a área e a forma da cobertura;
VIII - a posição e dimensão dos vãos externos;
IX - as dimensões das saliências;
X - planta de localização aprovada.

Art. 39. Durante a execução das obras, o profissional responsável e/ou proprietário deverá por em prática todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º Quaisquer detritos caídos das obras assim como resíduos de materiais que ficarem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir o levantamento do pó.

§ 2º O responsável por uma obra deverá pôr em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

TÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 40. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas 3 (três) dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 41. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Art. 42. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é

considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

Art. 43. Quando num lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 44. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

I - residenciais;
II - não residenciais;
III - mistas.

CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 45. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em:

I - edificações residenciais unifamiliares;
II - edificações residenciais multifamiliares.

Parágrafo único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1 (um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior à 20,00m² (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

SEÇÃO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 46. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser:

I - isoladas;
II - geminadas.

Subseção I
Das Edificações Residenciais Unifamiliares Isoladas

Art. 47. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

Subseção II
Das Edificações Residenciais Unifamiliares Geminadas

Art. 48. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, constituindo no seu aspecto externo uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral.

§ 1º Além do disposto no que couber, as residências geminadas obedecerão o que segue:

a) cada unidade deverá ter acesso independente;
b) ter no máximo 2 (dois) pavimentos por unidade residencial, sendo permitido 1 (um) subsolo;
c) ter instalações elétricas, hidrosanitárias e complementares independentes.

§ 2º O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões de lote estabelecidas pela Lei do Plano Diretor, Parcelamento do Solo Urbano e as residências, isoladamente estejam de acordo com este Código e a Lei do Plano Diretor e Tabelas de Zoneamento.

SEÇÃO II
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 49. Uma edificação é considerada multifamiliar, quando existem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:

I - edificação residencial multifamiliar permanente;
II - edificação residencial multifamiliar transitória;
III - edificações residenciais coletivas.

Subseção I
Das Edificações Residenciais Multifamiliares Permanentes

Art. 50. São consideradas neste caso as edificações que comportam mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público e estas possuirão sempre:

I - portaria com caixa de distribuição de correspondência em local centralizado;
II - instalação de interfone, para edificações com 3 (três) pavimentos ou mais;
III - local centralizado - Equipamento para coleta de lixo ou resíduos de sua eliminação;
IV - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros e disposições do presente Código;
V - área de recreação proporcional ao número de compartimentos habitados, de acordo com o abaixo previsto:
a) proporção mínima de 6,00 por unidade habitacional não podendo ter área inferior à 40,00m² (quarenta metros quadrados);
b) admitindo-se particionamento em no máximo duas áreas isoladas;
c) obrigatoriedade de nela se inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50m. (dois metros e cinqüenta centímetros);
d) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos equipamentos coletores de lixo e centrais de gás, isoladas das passagens de veículo.
VI - local para estacionamento ou guarda de veículos;
VII - instalação de tubulação para antenas de TV;
VIII - instalação de tubulação para telefone e dados;
IX - instalação de pára-raios;
X - central de gás de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 51. As edificações residenciais multifamiliares permanentes podem apresentar-se sob forma de conjuntos habitacionais. Os conjuntos habitacionais são constituídos por dois ou mais blocos de edifícios de habitação, com área de uso comum, implantados no mesmo terreno.

Art. 52. Qualquer conjunto habitacional deverá estar de acordo com o traçado do sistema viário básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental, determinadas pelo Município com a Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento, disposições relativas ao Parcelamento de Solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo Único. Os conjuntos habitacionais de que trata o artigo 51 deverão observar o que dispõe este Código sobre estacionamento de áreas residenciais.

Subseção II
Das Edificações Residenciais Multifamiliares Transitórias

Art. 53. Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias, as edificações destinadas a hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres, sendo que existirão sempre, como parte comuns obrigatórias:

I - hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;
II - entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;
III - compartimento próprio para administração;
IV - compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;
V - acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;
VI - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições deste Código;
VII - istalações sanitárias;
VIII - ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;
IX - ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal de serviço;
X - todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;
XI - local fechado e interno à edificação para depósito de lixo.

§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada grupo de 04 (quatro) quartos por pavimento, devidamente separados por sexo.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 54. A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, motel, apart-hotel e congêneres terá que atender integralmente todos os dispositivos do presente Código.

Art. 55. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico deste Código que trata dos estacionamentos.

Subseção III
Das Edificações Residenciais Coletivas

Art. 56. Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva, como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser: internatos, pensionatos, asilos ou orfanatos, e congêneres.

CAPITULO II
DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 57. As edificações não residenciais são aquelas destinadas a:

I - comércio, negócios e atividades profissionais;
II - uso industrial;
III - usos de saúde;
IV - estabelecimentos educacionais;
V - locais de reunião;
VI - usos especiais diversos.

SEÇÃO I
DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, NEGÓCIOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 58. As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas, salas e escritórios sendo que:

I - entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;
II - entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviços.

Art. 59. As edificações destinadas ao comércio, negócios ou atividades profissionais além dos demais dispositivos deste Código, terão obrigatoriamente marquise quando no alinhamento, definidas em Seção especial deste Código, devendo também atender as exigências contidas na legislação sanitária estadual e outras legislações específicas.

Art. 60. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé direito:

I - 3,00m. (três metros) quando a área do compartimento for de até 150,00m² (cento e cinqüenta metros quadrados);
II - 3,50m. (três metros e cinqüenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 150,00m² (cento e cinqüenta metros quadrados).

Art. 61. O hall das edificações comerciais observará:

I - quando houver um só elevador, no mínimo 10,00m² (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);
II - a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;
III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall, dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 62. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:

I - acima de 150,00m² (cento e cinqüenta metros quadrados) da área total é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um sanitário a cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área acrescida;
II - quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o item I deste artigo.

Art. 63. As galerias comerciais além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter pé direito mínimo de 3,50m (três metros e cinqüenta centímetros);
II - ter largura mínima igual 3,00m (três metros), para extensão de no máximo l5,00 m (quinze metros) e para cada 5,00 m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10 % (dez por cento);
III - o hall de elevadores que se ligar as galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 64. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros).

Parágrafo Único. As farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 65. Os açougues e peixarias deverão ter:

I - pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;
II - balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;
III - instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.

Parágrafo Único. Os açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 66. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 67. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e normas específicas do Corpo de Bombeiros.

Subseção I
Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Lanchonetes e Similares

Art. 68. As edificações tratadas nesta Subseção deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I deste Capítulo, que trata das edificações comerciais.

Art. 69. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 70. As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Art. 71. Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão obedecer as seguintes condições:

I - para o sexo feminino, em áreas até 50,00m² (cinqüenta metros quadrados), 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório;
II - para o sexo masculino, em áreas de até 50,00m² (cinqüenta metros quadrados) 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório.

Parágrafo Único. Para cada área adicional de 50,00m² (cinqüenta metros quadrados) deverão acrescer-se os implementos dos itens I e II deste artigo.

Subseção II
Das Oficinas Mecânicas

Art. 72. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer as seguintes condições:

I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;
II - ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;
III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do artigo 62 deste Código;
IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;
V - equipamentos prevenção de incêndio;
VI - local para depósito do lixo no interior do lote;
VII - áreas laterais fechadas com muros;
VIII - tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica;
IX – elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 73. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior.

SEÇÃO II
DAS INDÚSTRIAS

Art. 74. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

Art. 75. As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas, deverão:

I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;
II - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;
III - ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m² (cento e cinqüenta metros quadrados);
IV - quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes;
V - seus compartimentos quando tiverem área superior a 150,00m² (cento e cinqüenta metros quadrados), deverão ter pé direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros);
VI – conforme o nível de incômodo (2 ou 3), deverão apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 76. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I - uma distância mínima de 1,00m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;
II - uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) das paredes das edificações vizinhas.

Art. 77. As edificações destinadas ao uso industrial terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.

§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário da indústria.

§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 78. Toda a indústria já instalada em que for constatado o

lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 79. As edificações de que tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) das extremidades.

Art. 80. A construção de residência em lotes industriais não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência, total adaptação ao uso industrial preferencial.

SEÇÃO III
DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 81. Consideram-se edificações para uso de saúde as destinadas à prestação de assistência médico-cirúrgica e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

I - hospitais;
II - maternidades;
III - clínicas, laboratórios de análises e pronto-socorros;
IV - postos de saúde.

Art. 82. As edificações para uso de saúde deverão obedecer além das normas deste Código, as condições estabelecidas pelas legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes a matéria.

Art. 83. A edificação para posto de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - espera;
II - guarda de material e medicamentos;
III - atendimento e imunização;
IV - curativos e esterilização;
V - material de limpeza;
VI - sanitário público e de funcionários;
VII - acesso e estacionamento de veículos.

Art. 84. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - espera;
II - sanitário público e de funcionários;
III - registro e arquivo médico;
IV - administração e material;
V - consultório médico;
VI - atendimento e imunização;
VII - preparo de pacientes;
VIII - curativos e reidratação;
IX - laboratório;
X - despensa para medicamentos;
XI - esterilização e roupa limpa;
XII - utilidade e despejo;
XIII - serviços;
XIV - acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 85. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;
II - acesso e circulação de pessoas;
III - instalações sanitárias;
IV - serviços;
V - acesso e estacionamento de veículos;
VI - administração;
VII - material.

Art. 86. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;
II - acesso e circulação de pessoas;
III - instalações sanitárias;
IV - serviços;
V - acesso e estacionamento de veículos.
VI - administração;
VII - quartos ou enfermarias para pacientes;
VIII - serviços médico-cirúrgicos;
IX - material.

Art. 87. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - atendimento de clientes;
II - coleta de material;
III - laboratório propriamente dito;
IV - administração;
V - serviços;
VI - instalações sanitárias;
VII - acesso e estacionamento de veículos;
VIII - material.

Art. 88. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:

I - manipulação e fabricação;
II - acondicionamento;
III - laboratório de controle;
IV - embalagem de produto acabado;
V - armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;
VI - depósito de matéria-prima;
VII - instalações sanitárias;
VIII - serviços;
IX - acesso e estacionamento de veículos;
X - armazenamento de resíduos.

Art. 89. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;
II - acesso e circulação;
III - instalações sanitárias;
IV - serviços;
V - quartos ou enfermarias para pacientes;
VI - administração;
VII - serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;
VIII - ambulatório;

IX - acesso e estacionamento de veículos;
X - disposição adequada de resíduos hospitalares.

SEÇÃO IV
DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

Art. 90. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação Municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 91. Todo profissional responsável pela construção, reconstrução e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la preferencialmente de forma que as salas de aula, de leitura, salas ambiente, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, e situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45º (quarenta e cinco graus) com a direção leste - oeste.

Parágrafo Único. Quando as aberturas estiverem situadas entre os rumos nordeste e noroeste, deverão ser providas de elementos quebra-sol, exceto quando o beiral avançar 1,00m (um metro) no mínimo.

Art. 92. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus usuários.

Subseção I
Das Salas de Aula, Salas Ambiente e Auditórios

Art. 93. Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4,00m³ (quatro metros cúbicos) por aluno.

Parágrafo Único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 94. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30m² (um metro e trinta centímetros quadrados), excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 95. Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração de ar.

Art. 96. As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 97. O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00m (três metros), com o mínimo, em qualquer ponto de 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim exigirem.

Art. 98. A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% (trinta por cento) da área do ambiente.

Art. 99. Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Subseção II
Das Condições de Circulação

Art. 100. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:

I - quanto aos corredores:
a) largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
b) nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50m (três metros e cinqüenta centímetros);
c) acréscimo de 0,50m (cinqüenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.
II - quanto às portas:
a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros);
b) as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,40m (um metro e quarenta centímetros);
c) as aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros).
III - quanto às escadas:
a) terão passagem livre com altura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros).
b) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros);
c) o dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: 2E + P = 0,631964 onde "E" é altura ou espelho do degrau e "P" é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);
d) terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
e) terão corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);
f) terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);
g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros);
h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) de largura;
i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
j) não apresentarão trechos em leques.
IV - quanto às rampas:
a) serão construídas de material resistente e incombustível;
b) terão passagens livres com altura não inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);
c) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros);
d) terão declividade não superior a 10% (dez por cento) do seu comprimento;
e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
f) terão balaustre ou corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);

Parágrafo Único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

Subseção III
Das Instalações Sanitárias

Art. 101. Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;
II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;
III - os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,60m (sessenta centímetros);
IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2,00m (dois metros);
V - ter condições de ventilação permanente;
VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;
VII - ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;
VIII - os "box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60m (sessenta centímetros) e suspensa dos pisos deixando vãos livres de 0,15m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

Subseção IV
Das Cozinhas, dos Refeitórios, das Cantinas, das Lanchonetes e Congêneres

Art. 102. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender às disposições regulamentares dos Decretos que dispõe sobre os Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agropecuários, de Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I - apresentar, na cozinha as condições:
a) paredes revestidas com material liso, lavável resistente e impermeável, até o mínimo de 2,00m (dois metros) de altura;
b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente;
c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;
d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;
e) água potável;
f) lavatórios;
g) não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.
II - apresentar despensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Subseção V
Dos Locais de Esporte e Lazer

Art. 103. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00m (dez metros) de largura e 3,50m (três metros e cinqüenta centímetros) de altura;
II - ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00m² (três metros quadrados) a 5,00m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00m (vinte metros) por 30,00m (trinta metros);
III - ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;
IV - ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo Único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 104. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

SEÇÃO V
DOS LOCAIS DE REUNIÃO E CASAS DE ESPETÁCULO

Art. 105. São considerados locais de reunião:

I - estádios;
II - auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;
III - templos religiosos;
IV - cinemas;
V - teatros;
VI - parques de diversão;
VII - circos;
VIII - feiras livres;
IX - feiras de exposição permanentes;
X - piscinas públicas;
XI - boates e salões de dança.

Art. 106. As partes destinadas ao público, em geral, terão que prever:

I - circulação de acesso e de escoamento;
II - condições de perfeita visibilidade;
III - espaçamento entre filas e séries de assentos;
IV - locais de espera;
V - instalações sanitárias para ambos os sexos;
VI - lotação máxima fixada;
VII - acessibilidade a deficientes físicos.

Subseção I
Dos Estádios, Auditórios, Ginásios Esportivos, Centros de Convenções, Salões de Exposições, Templos Religiosos, Cinemas e Teatros

Art. 107. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 108. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,90m (noventa centímetros) de encosto a encosto.

Art. 109. Os espaçamentos entre as séries, bem como o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:

I - número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;
II - espaçamento mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.

Parágrafo Único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 110. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para deficientes físicos editada pela ABNT.

Art. 111. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:

I - as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil espectadores), não podendo ser inferior a 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros);
II - para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 112. Os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:

§ 1º Quanto aos assentos:

a) atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 109 a 111;
b) o piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50m (cinqüenta centímetros).

§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:

a) haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2,00 m (dois metros);
b) a soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (um centímetro) por espectador;
c) o dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;
d) as portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;
e) os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinqüenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;
f) as circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10m (dez centímetros) por fração de 50 (cinqüenta) lugares.

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

a) quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:
a.1) as escadas deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,10 (dez centímetros) por fração de 50 (cinqüenta) lugares excedentes;
a.2) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
a.3) as escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto à localidades elevadas:

a) o guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros) .
b) as escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 10% (dez por cento) de declividade, observadas entretanto, as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

§ 5º Quanto aos locais de espera:

a) os locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1,00m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5 (cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários:

a) as instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo, com as seguintes proporções mínimas:
a.1) para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 100 (cem) lugares;
a.2) para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares;
a.3) para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00m² (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada às mesmas.

§ 7º Quanto a renovação e condicionamento do ar:

a) os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;
b) quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 113. As paredes externas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas da ABNT.

Art. 114. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

Subseção II
Dos Parques de Diversões

Art. 115. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições :

I - o material dos equipamentos será incombustível;
II - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
III - a soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada um;
IV - a capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;
V - os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
VI - nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;
VII - ter compartimentos sanitários.

Art. 116. Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e da prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo Único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, da Polícia Civil e Militar.

Subseção III
Dos Circos e das Feiras de Exposições

Art. 117. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:

I - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
II - a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada vão;
III - a largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00m (dois metros);
IV - a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2 (duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;
V - a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os itens V e VI do artigo 115 deste Código;
VI - deverá ser cumprido também o artigo 116 deste Código;
VII - ter compartimentos sanitários;
VIII - os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria.

SEÇÃO VI
DOS CEMITÉRIOS

Art. 118. Os cemitérios, deverão ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.

§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento dos líquidos liberados pela decomposição dos cadáveres.

§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

SEÇÃO VII
DOS ABATEDOUROS
Art. 119. A área edificada do abatedouro deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 120. O piso e as paredes deverão ter revestimento cerâmico.

Art. 121. Toda a carga e descarga de animais, bem como a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 122. As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 123. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 124. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo artigo 62, deste Código.

CAPÍTULO III
DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

Art. 125. Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:

I - depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;
II - depósitos de gás (GLP);
III - depósitos de armazenagem;
IV - postos de serviços e de abastecimento de veículos;
V - quartéis e Corpos de Bombeiros;
VI - penitenciária e casa de detenção;
VII - mobiliário urbano.

Art. 126. Todas as edificações citadas no artigo anterior deverão observar as exigências quanto a estacionamento especificada neste Código e legislação correlata.

SEÇÃO I
DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS

Art. 127. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com pára-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 80,00m (oitenta metros) de escolas, asilos, creches, e hospitais, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

§ 3º As edificações citadas neste artigo deverão ainda atender as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 128. As edificações de que trata esta seção, só poderão ser construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas ou de expansão urbana, a não ser em casos especiais, em instalações militares.

Art. 129. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

§ 1º São considerados como inflamáveis, para efeito da presente lei, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade acima de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se em contato da chama.

§ 2º Para efeito desta lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

SEÇÃO II
DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP)

Art. 130. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

I - situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;
II - quando coberta, a cobertura terá, no mínimo 3,00m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispondo de passagem ou portão, sendo que

os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;
III - toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;
IV - todo o espaço existente a uma distância de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;
V - distar, pelo menos, 6,00m (seis metros) do alinhamento da via pública;
VI - distar, pelo menos, 10,00m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;
VII - distar, pelo menos, 12,00m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;
VIII - distar, pelo menos, 20,00m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;
IX - possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;
X - não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 131. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

SEÇÃO III
DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS

Subseção I
Das Normas para Construção e Licenciamento

Art. 132. São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:
I - postos de abastecimento;
II - postos de serviços;
III - posto garagem.

§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece serviços de lavação, lubrificação de veículos e outros serviços correlatos.

§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Art. 133. As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo 4,00m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de afastamentos maiores contidas na Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento.

Parágrafo Único. As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouros públicos.

Art. 134. Os postos de serviços e abastecimento de veículos, só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 135. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, as referentes aos regulamentos de despejo industrial.

Art. 136. A autorização com prazo preestabelecido, para construção de postos será concedida pela Municipalidade, estudadas as características peculiares a cada caso.

Art. 137. Aos postos de abastecimento serão permitidas as seguintes atividades:

I - abastecimento de combustíveis;
II - troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;
III - comércio de:

a) acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;
b) utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;
c) pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;
d) jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;
e) lanchonete, sorveteria e restaurante.

Art. 138. Aos postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:

I - lavagem e lubrificação de veículos;
II - serviço de troca de óleo;
III - outros serviços correlatos.

Art. 139. Aos postos garagens, além das atividades previstas nos artigos 137 e 138 desta Seção, serão permitidos:

I - guarda de veículos;
II - lojas para exposição.

Art. 140. Nas edificações, para postos de abastecimento de veículos além das normas que forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

Art. 141. Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com este Código, e demais normas aplicáveis.

Subseção II
Das Instalações

Art. 142. As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por esta Seção.

Art. 143. A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 144. As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.

Parágrafo Único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

Art. 145. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00m (seis metros) das divisas laterais e 12,00m (doze metros) da via pública;
II - os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2,00m (dois

metros) de qualquer parede da edificação e 5,00m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.

§ 1º Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.

§ 2º Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com altura de 0,30m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

Art. 146. Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir instalações sanitárias com chuveiro para uso dos empregados.

§ 1º Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários, separadas das instalações destinadas ao uso dos empregados.

§ 2º Os postos situados nas Rodovias Estaduais e Federais deverão ainda ter as instalações sanitárias para os usuários separadas por sexo.

Art. 147. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral, álcool etílico hidratado, combustíveis e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.
Art. 148. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I - os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;
II - os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;
III - a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;
IV - o tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;
V - ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 149. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I - suprimento de ar e água;
II - em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO
III - extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;
IV - espaço para instalação de telefone público;
V - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;
VI - em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do Município;
VII - sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;
VIII - a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;
IX - área coberta, com pé direito superior a 5,00m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;
X - área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 150. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

Subseção III
Da Localização

Art. 151. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:

I - rua possuir largura mínima de 12,00m (doze metros), incluindo passeio;
II - área do terreno não inferior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), para os postos localizados as margens das rodovias.
III - área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250,00m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinqüenta por cento) da área do terreno;
IV - distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Subseção IV
Do Meio-Fio e Passeios

Art. 152. Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,30 m (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

Art. 153. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Municipalidade.

Subseção V
Do Alvará de Funcionamento

Art. 154. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Municipalidade.

Art. 155. As transgressões às exigências prescritas nesta Subseção sujeitarão os infratores à multa por infração, prevista por este Código, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência.

Art. 156. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

Art. 157. Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

SEÇÃO IV
MOBILIÁRIO URBANO

Art. 158. O mobiliário urbano deverá ser construído atendendo normas técnicas da ABNT, que trata da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos ou mobiliário de uso comercial ou de serviços, em logradouro público reger-se-á pelo Código de Posturas, obedecidos aos critérios de localização e uso aplicáveis a cada caso.

CAPÍTULO IV
DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 159. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 160. Nas edificações mistas onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes normas:

I - no pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;
II - os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;
III - as vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.

Parágrafo Único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

TÍTULO IV

DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I
DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 161. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.
Art. 162. Para efeito deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis": o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

SEÇÃO II
DO PREPARO DO TERRENO, ESCAVAÇÕES E SUSTENTAÇÃO DE TERRA

Art. 163. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, mediante autorização da Municipalidade.

Art. 164. Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.

Art. 165. Deverá ser observado ainda a Lei do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo Urbano e Tabelas de Zoneamento nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Art. 166. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Art. 167. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Municipalidade.

SEÇÃO III
DAS FUNDAÇÕES

Art. 168. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão feitas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

SEÇÃO IV
DAS ESTRUTURAS

Art. 169. O projeto e a execução de uma estrutura obedecerá às normas da ABNT.

Art. 170. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo Único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Municipalidade definirá a solução mais adequada.

Art. 171. Aplica-se nesta seção o artigo 12, III, deste Código.

SEÇÃO V
DAS PAREDES

Art. 172. As paredes, quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessura mínima da ABNT:

Art. 173. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de material utilizado.

Art. 174. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.

Parágrafo Único. O revestimento será dispensado:

a) quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;
b) em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;
c) quando convenientemente justificado no projeto;
d) quando for empregado tijolo a vista tratado;
e) quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

Subseção Única
Das Paredes Cegas

Art. 175. Uma edificação quando construída nas divisas laterais do lote não poderá ocupar com parede cega da edificação mais de 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento total da linha divisória.

§ 1º A área restante só poderá ser ocupada com muro.

§ 2º Executam-se do previsto neste artigo os casos permitidos na Lei do Plano, Tabelas de Zoneamento.

Art. 176. As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,20 m (vinte centímetros) de espessura.

Parágrafo Único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme

o caso.
SEÇÃO VI
DAS COBERTURAS

Art. 177. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam:

I - perfeita impermeabilização;
II - isolamento térmico.

Art. 178. Nas edificações destinadas a locais de reunião e trabalho, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Art. 179. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

SEÇÃO VII
DAS PORTAS

Art. 180. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria Seção:

I - quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,80m (oitenta centímetros);
II - quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo Único. As portas de acessos a sanitários e banheiros, terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

SEÇÃO VIII
DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

Art. 181. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) para uma extensão de até 6,00m (seis metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 182. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

I - uso residencial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
II - uso comercial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
III - o acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;
IV - nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15,00m (quinze metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;
V - as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00m (quinze metros), para cada 5,00m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

Subseção Única
Dos Halls

Art. 183. O hall é o elemento de circulação que estabelece a conexão das circulações verticais com as de um mesmo nível e apresenta-se como:

I - hall do pavimento de acesso que faz conexão com o logradouro;
II - hall de cada pavimento.

Art. 184. Nos edifícios de uso comercial o hall do pavimento de acesso e o hall de cada pavimento deverão ter área proporcional ao mínimo de elevadores de passageiros e ao número de pavimentos da edificação. Essa área "S" deverá ter uma dimensão linear mínima "D", perpendicular às portas dos elevadores e que deverá ser mantida até o vão de acesso do hall.

Art. 185. As áreas e distâncias mínimas a que se refere o artigo anterior atenderão ao seguinte:

			Número de Elevadores		
Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		1	2	3
	Até 6 Pavimentos	S	8 m²	10	18
		D	2 m	2,5	3
			Número de Elevadores		
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		1	2	3
	Até 6 Pavimentos	S	4 m²	5	9
		D	1,5 m	1,5	1,8

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 186. Nos edifícios residenciais dotados de elevadores, o hall do pavimento de acesso poderá ter área igual a do hall de cada pavimento. Essa área "S2" e sua dimensão "D2" linear perpendicular às portas dos elevadores, não poderão ter dimensões inferiores às estabelecidas na seguinte tabela:

			Número de Elevadores		
	Número de Pavimentos		1	2	3
Hall dos Pavimentos	Até 6 Pavimentos	S	3 m²	6	9
		D	1,5 m	1,5	1,5

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 187. No caso das portas dos elevadores serem frontais umas às outras, as distâncias "D" e "D2" estabelecidas nos artigos 185 e 186, serão acrescidas de 50% (cinqüenta por cento).

Art. 188. Nos edifícios servidos apenas por escadas e/ou rampas, serão dispensados dos halls em cada pavimento e o hall de acesso não poderá ter largura inferior a 1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros).

Art. 189. Nos edifícios, seja de uso residencial, seja de uso comercial, haverá, obrigatoriamente, interligação entre o hall de cada pavimento e circulação vertical, seja esta por meio de escada, seja por meio de rampas.

Art. 190. As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta Seção e Subseção, determinarão espaços livres e obrigatórios, não sendo permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

SEÇÃO IX
DA CIRCULAÇÃO DE NÍVEIS DIFERENTES

Art. 191. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

I - escadas;
II - rampas;
III - escadas rolantes;
IV - elevadores.

Subseção I
Das Escadas

Art. 192. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 193. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,70m (setenta centímetros).

Art. 194. As escadas de uso coletivo nas edificações em geral, terão largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível.

§ 1º Nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total.

§ 2º As escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes normas:

a) ter largura mínima de 2,00m (dois metros);
b) o lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta.

§ 3º Nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros).

§ 4º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesseis) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau.

§ 5º Nas escadas circulares coletivas deverá ficar assegurada uma faixa de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,20m (vinte centímetros) e 0,40m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente.

§ 6º Os degraus de escadas de uso coletivo não poderão ser desenvolvidos em leques.

Art. 195. As dimensões dos degraus deverá satisfazer, em conjunto, a relação:
0,63 m < 2E + P < 0,64m onde "E "equivale a altura ou espelho e "P" a profundidade do piso obedecendo os seguintes limites:

I - a altura máxima do degrau será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima será de 0,27m (vinte e sete centímetros) para escadas de uso coletivo;
II - para edificações unifamiliares, nas escadas de uso privativo, a altura máxima será de 0,195m (dezenove centímetros e meio) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 196. As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou antepisos de uma mesma unidade residencial.

Art. 197. As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Art. 198. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos requisitos seguintes:

I - manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (oitenta centímetros) e 0,90m (noventa centímetros), acima da borda do piso dos degraus;
II - somente serão fixados pela sua face inferior;
III - terão largura mínima de 0,06m (seis centímetros);
IV - estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (quatro centímetros).

Art. 199. Os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:

I - um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;
II - iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada.

Art. 200. As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

Art. 201. As escadas de uso coletivo deverão observar as exigências das normas da ABNT.
Subseção II
Das Rampas

Art. 202. No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas.

Art. 203. As rampas para pedestres não poderão apresentar declividade superior a 12% (doze por cento).

§ 1º Se a declividade for superior a 6% (seis por centos), o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (trinta centímetros) nos dois finais da rampa.

§ 2º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) e possuir corrimão nos dois lados.
§ 3º As saídas e entradas das rampas de uso coletivo deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) para acesso de portadores de necessidades especiais.

§ 4º As rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma à obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 204. As rampas para acesso de veículos não poderão ter declividade superior a 30% (trinta por cento).

Subseção III
Das Escadas Rolantes

Art.205. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo de largura mínima das escadas fixas.

Subseção IV
Dos Elevadores

Art.206. Qualquer edifício que contenha um número maior que 04 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e 03 (três) acima deste, deverá ser provido de elevador.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo contará como 02 (dois) pavimentos quando seu pé direito for superior a 6,00m (seis metros).

§ 3º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) será contado como novo pavimento.

§ 4º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 5º Nas edificações a serem construídas, acrescidas ou reconstruídas com previsão de subsolo, é obrigatório o assentamento de elevadores nos seguintes casos:

a) mais de 4 (quatro) pavimentos acima do nível do logradouro;
b) mais de 3 (três) pavimentos abaixo do nível do logradouro.

§ 6º Nos edifícios hospitalares ou asilos de mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

Art.207. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador:

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;
II - o último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

Art. 208. Quando a edificação possuir mais de um elevador as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

Parágrafo Único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha ou com usos diferenciados.

Art. 209. Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais 03 (três) lajes.

§ 1º O subsolo deve ser servido mas não entra no cômputo gera.

§ 2º Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

Art. 210. Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

SEÇÃO X
DOS MEZANINOS

Art. 211. A construção de mezaninos ou jiraus só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

I - não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;
II - ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);
III - ocupar área de no máximo 50% (cinqüenta por cento) da área do compartimento a que serve;
IV - ter altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;
V - ter escada fixa de acesso e parapeito.

SEÇÃO XI
DAS CHAMINÉS

Art. 212. A chaminé de qualquer natureza, em uma edificação terá altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança.

Parágrafo Único. Independente da exigência do parágrafo anterior, ou no caso da impossibilidade de seu cumprimento, deverá ser obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.

SEÇÃO XII
DOS TAPUMES, ANDAIMES E TELAS DE PROTEÇÃO

Art. 213. Será obrigatória a colocação de tapume em toda a testada do lote, sempre que se executem obras de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos seguintes casos:

I - para obras até 3,00m (três metros) do alinhamento dos logradouros públicos;
II - para todos os edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, qualquer que seja o afastamento.
III - para qualquer obra que, a critério da Municipalidade, ofereça perigo aos transeuntes.

§ 1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que utilizarem os passeios dos logradouros.

§ 2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

a) a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área do canteiro quando existir), nem exceder a 2,00m (dois metros);
b) quando for construído em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;
c) a sua altura não poderá ser inferior a 3,00m (três metros) e terá bom acabamento;
d) quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida na alínea "a" deste parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,50m (cinqüenta centímetros) de distância do meio-fio.

Art. 214. Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação ao alinhamento do logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 215. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 216. Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3,00m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

Art. 217. Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Municipalidade, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

Art. 218. Durante a execução da obra será obrigatório a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais.

§ 1º Os andaimes terão que garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§ 2º As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1,00 m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.

Art. 219. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 220. Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 221. Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 2 (dois) pavimentos, quando construídas no alinhamento.

Art. 222. Os tapumes, andaimes e telas de proteção, além das normas estabelecidas nesta Seção, deverão atender o disposto no Código de Posturas do Município de Iomerê.

SEÇÃO XIII
DOS COMPARTIMENTOS

Subseção I
Da Classificação

Art. 223. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 224. Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, são classificados em:

I - habitáveis;
II - não habitáveis.

Art. 225. Os compartimentos habitáveis são:

I - dormitório;
II - salas;
III - salas de aula, laboratórios didáticos, bibliotecas;
IV - laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;
V - lojas e sobrelojas;
VI - salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais;
VII - locais de reunião.

Art. 226. Os compartimentos não habitáveis são:

I - salas de espera em geral;
II - cozinhas e copas;
III - banheiros e sanitários;
IV - circulações em geral;
V - garagens;
VI - frigoríficos e depósitos para armazenagem;
VII - vestiários de utilização coletiva;
VIII - câmaras escuras;
IX - casas de máquinas;
X - locais para depósito de lixo;
XI - área de serviço coberta;
XII - subsolo.

Art. 227. Compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados nos artigos 225 e 226 e observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função e atividade.

Subseção II
Dos Requisitos Mínimos

Art. 228. Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

I - área de piso;
II - dimensão mínima;
III - altura;
IV - vão de iluminação e ventilação;
V - vão de acesso.

Parágrafo Único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo, são estabelecidos nas tabelas desta subseção.

Art. 229. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima.

Art. 230. A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas deste Código no que lhes forem aplicáveis.

Art. 231. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Permanentes

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
1 Dormitório ou Único	9,00	2,40	2,60	0,70
Demais Dormitórios	7,00	2,40	2,60	0,70
Salas	9,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)

Boxe e "Stands"	12,00	2,80	2,40	1,00
Salas Comerciais	15,00	2,80	3,00	0,80
Sobrelojas	12,50	2,80	2,40	0,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.

Art. 232. Os compartimentos não habitáveis obedecerão às seguintes condições, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Transitórios

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura Dos Vãos (m)
Cozinha	3,00	1,50	2,40	0,80
Banheiro	3,00	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de Serviço	2,25	1,30	2,40	0,70
Circulações Cobertas	-	0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closed	-	1,30	2,40	0,60

§ 1º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

§ 2º Quanto ao revestimento destes compartimentos, deverá ser observado o que segue:

a) as cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo do lixo terão paredes até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos;
b) será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

§ 3º As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais.

SEÇÃO XIV
DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Subseção I
Da iluminação e ventilação das edificações

Art. 233. Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

I - pelas paredes externas da edificação;
II - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;
III - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando esta existir);
IV - pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando esta existir).

Art. 234. As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se referem esta seção terão que ser constantes em toda altura da edificação.

Art. 235. As Seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere esta Seção serão proporcionais ao número de pavimentos, conforme tabela:
Dimensões Mínimas das Seções Horizontais dos Prismas ao Nível do Último

Número de Pavimentos	Prisma de Iluminação e Ventilação		Prisma de Ventilação (Interno)	
	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)
Até 02	4,20	1,50	1,20	0,90
Até 03	4,90	1,75	1,20	0,90
Até 04	5,60	2,00	1,30	1,00

Parágrafo Único. As dimensões mínimas da Tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros). Quando essas forem superiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 10% (dez por cento).

Subseção II
Da Iluminação e Ventilação dos Compartimentos

Art. 236. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:

I - direta - onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;
II - indireta - onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

Art. 237. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 238. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.

Parágrafo Único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 239. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I - habitáveis:

a) auditórios e centros de convenção;
b) cinemas;
c) teatros;
d) salas de exposições;
e) boates e salões de danças;
f) bancos e lojas comerciais.

II - não habitáveis:

a) circulações;
b) banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
c) salas de espera em geral;

d) subsolos.

Parágrafo Único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 240. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 241. Quando a ventilação e/ou iluminação se derem de forma indireta deverá ser observado:

I - quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 0,70m (setenta centímetros) em seu interior;
II - quando compartimento não habitável, atendimento de 1/8 (um oitavo) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve;
III - quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada.

§ 1º Os dutos verticais para ventilação, deverão ainda, ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda.

§ 2º Os dutos horizontais de ventilação deverão ainda:

a) ter proteção contra alojamento de animais;
b) ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;
c) ter altura mínima de 0,20 m (vinte centímetros);
d) ter comprimento máximo de 6,00 m (seis metros), exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 242. O vão que ventila um terraço coberto terá sua largura igual a dimensão desse terraço, adjacente ao prisma de ventilação que com ele se comunica. A largura mínima desse vão será de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) e sua altura não poderá ser inferior a 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros).

Art. 243. Nenhum vão de iluminação ou duto de ventilação que se comunique com o exterior, através de terraços cobertos, poderá distar-se mais de 2,00m (dois metros) dos limites da largura estabelecida pelo artigo anterior.

Art. 244. Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes e meia o valor da altura desse compartimento, quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação ou só de ventilação.
Art. 245. A soma total das áreas dos vãos de iluminação de um compartimento, assim como a seção dos dutos de ventilação, terão seus valores mínimos expressos em fração desse compartimento, conforme tabela seguinte:

Compartimento	Vãos que se Comunicam Diretamente com Exterior	Comunicação Através dos Dutos - Seção Mínima
Habitáveis	1/6	+ 25%
Não Habitáveis	1/8	1/6

+ Variável, compatível com o volume de ar a renovar ou condicionar.

Parágrafo Único. Nenhum vão destinado a iluminar um compartimento poderá ter área inferior a 0,20m² (vinte centímetros quadrados), quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação, ou só de ventilação.

SEÇÃO XV
DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

Art. 246. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água própria.

Parágrafo Único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 247. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação, conforme norma técnica da ABNT.

Art. 248 . Os reservatórios deverão possuir:

I - cobertura que não permita a poluição da água;
II - torneira bóia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;
III - extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira bóia;
IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 249. Será adotado reservatório inferior quando as condições de abastecimento do órgão distribuidor forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior e ainda nas edificações de 4 (quatro) ou mais pavimentos, as quais deverão ter seu reservatório tipo cisterna.

Parágrafo Único. As cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

Art. 250. Quando instalados reservatórios inferior e superior, o volume de cada um será, respectivamente de 60 % (sessenta por cento) e 40 % (quarenta por cento) do volume total calculado.

Art. 251. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

CAPÍTULO II
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 252. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

Art. 253. Este Capítulo trata das instalações e equipamentos:

I - de águas pluviais;
II - de sistemas hidraúlico-sanitários;
III - de gás canalizado;
IV - de energia elétrica;
V - de distribuição interna da rede telefônica;
VI - de antenas de televisão;
VII - de depósito de lixo;
VIII - da extinção de incêndios.
IX - dos pára-raios;
X - de condicionamento ambiental;
XI - de insonorização.

Parágrafo Único. As entradas, tomadas e dimensões das instalações prediais referidas no caput deste artigo, deverão obedecer às normas técnicas exigidas pelas concessionárias locais.

SEÇÃO I
DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 254. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após a aprovação pela Municipalidade.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pela Municipalidade, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Nos lotes devidamente registrados no Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 255. Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,50m (dois metros e cinqüenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 256. Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

Art. 257. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

SEÇÃO II
DAS INSTALAÇÕES HIDRAÚLICO-SANITÁRIAS

Art. 258. Todas as edificações em lotes com testada para logradouros que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes.

Art. 259. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 260. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo, efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 261. Será exigido fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:

I - sumidouro;
II - vala de infiltração;
III - vala de filtração;
IV - filtro anaeróbio;
V - alternativa tecnicamente aceita e de conhecimento científico quanto a rendimento e confecção.

Art. 262. Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha que deverão ser ligados à rede geral de esgotos (se existir).

Parágrafo Único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

Art. 263. Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

Art. 264. Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto-sifonada provida de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos e mictórios.

Parágrafo Único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 40mm (quarenta milímetros).

Art. 265. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para a indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

Art. 266. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Art. 267. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Parágrafo Único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável, resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Art. 268. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 2% (dois por cento).

Art. 269. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário "in natura".

Art. 270. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado-o descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

SEÇÃO III
DA INSTALAÇÃO DE GÁS CANALIZADO

Art. 271. A instalação de equipamento de distribuição interna de gás canalizado obedecerá ao disposto nas normas técnicas oficiais em vigor no país, bem como as normas de segurança contra incêndio da ABNT.

§ 1º É obrigatória a instalação de chaminés para descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

§ 2º Nos edifícios sem instalação central de gás, os compartimentos que possuírem botijões de gás destinados a fogões e aquecedores deverão ter ventilação natural.

Art. 272. Nas edificações com obrigatoriedade de instalação de Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - tipo de instalação em que os recipientes são situados num ponto centralizado e o gás é distribuído através de tubulações, medidores, posição

(construção) de instalação, recuos, ventilação, sinalização e demais equipamentos de segurança necessários, deverão atender as normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO IV
DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 273. A instalação dos equipamentos de distribuição de energia elétrica nas edificações estará sujeita às normas da ABNT e regulamentação específica da concessionária local de energia.

SEÇÃO V
DAS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DA REDE TELEFÔNICA

Art. 274. A instalação de equipamentos da rede telefônica estará sujeita às normas da concessionária local de telefonia.

Art. 275. Salvo nas edificações residenciais unifamiliares, nas quais é facultativo, em todas as demais é obrigatória a instalação de tubulações e caixas para serviços telefônicos.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá no mínimo, instalação de tubulações para um aparelho.

§ 2º A tubulação para serviços telefônicos não poderá ser utilizada para outro fim.

SEÇÃO VI
DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 276. Toda edificação, independente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes do resíduo sólido, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

Art. 277. Nas edificações multifamiliares e mistas, haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou subsolo para acondicionamento geral.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de dimensão mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura, e 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de altura e atender as normas estabelecidas neste Código.

§ 2º O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3,00m² (três metros quadrados).

§ 3º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo.

Art. 278. Não será permitida a colocação de suporte para lixo sobre os passeios públicos.

Parágrafo Único. O suporte para colocação de lixo deve ser alocado sempre dentro do lote, no alinhamento, ou em reentrâncias criadas para este fim.

Art. 279. Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em local ou locais indicados pela Municipalidade.

Art. 280. Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo as normas estabelecidas pela Municipalidade, nos termos da regulamentação específica.

§ 1º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 2º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer as normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 281. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 282. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

SEÇÃO VII
DAS CAIXAS RECEPTORAS DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 283. Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para o depósito de objetos de correspondência.

Art. 284. Nos estabelecimentos bancários, hospitalares e de ensino, empresas industriais e comerciais, escritórios, repartições públicas, associações e outros edifícios não residenciais de ocupação coletiva, deve ser instalado, obrigatoriamente, local destinado ao recebimento de objetos de correspondência.

Art. 285. As caixas receptoras de correspondências serão instaladas nos muros, nos portões ou grades dos imóveis ou ainda, suportadas em pedestais, necessariamente em locais facilmente acessíveis da rua, evitando-se sua instalação em lugares onde forem de difícil acesso do carteiro.

SEÇÃO VIII
DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

Art. 286. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 287. Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 288. Independente das exigências deste Código, em relação à instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO IX
DOS PÁRA-RAIOS

Art. 289. Será obrigatória a instalação de pára-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750,00m² (setecentos metros quadrados), além das seguintes:

I - aquelas que reúnam grande número de pessoas;

II - fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;
III - torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.

Parágrafo Único. O sistema de pára-raios deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 290. A fiscalização da correta execução da instalação de pára-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO X
CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 291. A instalação do equipamento de condicionamento de ar está sujeito às normas técnicas oficiais.

Art. 292. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias ou logradouros públicos.

Parágrafo Único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

SEÇÃO XI
INSONORIZAÇÃO

Art. 293. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação específica.

Parágrafo Único. Instalações causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos a vizinhança.

CAPÍTULO III
DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I
DA VEDAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 294. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 1,60m (um metro e sessenta centímetros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros).

§ 3º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 4º A mureta, muro baixo, com altura de 0,40m (quarenta centímetros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 295. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 296. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 297. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 298. Em casos especiais, envolvendo segurança pública, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes da Municipalidade.

Art. 299. Nas zonas em que forem permitidas construções no alinhamento predial, os terrenos com suas testadas parcialmente edificadas, ou em edificação deverão obedecer o disposto nesta seção, exceto os arts. 295 e 296.

SEÇÃO II
DOS MEIOS-FIOS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 300. Fica limitada a 3,50m (três metros e cinqüenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio fio para acessos e saídas de veículos.
§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º O meio-fio das calçadas deverá ser rebaixado com rampa ligada a faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas com deficiência física melhores condições de circulação urbana.

Art. 301. Os meios-fios e calçadas serão rebaixados da seguinte forma:

Parágrafo Único. Nas esquinas, rebaixamento em rampa com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), feita na direção das faixas de pedestres, formando um refúgio de proteção com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 302. É obrigatória a construção e reconstrução, pelos proprietários dos terrenos edificados ou não, das calçadas de logradouros dotados de meio-fio, em toda a extensão das testadas.

Art. 303. A calçada em logradouro público, na frente de terrenos edificados ou não, obedecerá ao padrão definido pelo órgão competente e às seguintes disposições:

I - não poderá ter degraus ou rampas de acesso às edificações;
II - deverá ser plano do meio-fio até o alinhamento, ressalvada a inclinação de 2 % (dois por cento) para o escoamento das águas pluviais;
III - deverá ser revestido com material antiderrapante.

Art. 304. Os casos omissos nesta Seção, bem como, o rebaixamento do meio-fio em áreas comerciais, industriais e outros, deverão ser estudados pelo órgão competente da Municipalidade, mediante apresentação de projeto pelo requerente.

Art. 305. Nos casos de inobservância do que trata o artigo 302, a Municipalidade fará a notificação ao proprietário, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a regularização.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo, sem que sejam tomadas as devidas providências pelo proprietário, a Municipalidade executará

a obra, sendo que os custos da referida execução serão cobrados do proprietário do imóvel.

SEÇÃO III
DOS AFASTAMENTOS E AVANÇOS

Art. 306. Os afastamentos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei do Plano Diretor, Tabela de Zoneamento o que especifica a proposta do Sistema Viário.

Art. 307. Os edifícios construídos nos cruzamentos dos logradouros públicos, aonde não houver afastamento frontal, o pavimento térreo deverá ser de forma chanfrada ou semicircular respeitando o raio interno de concordância prevista entre as vias.

Parágrafo Único. Os muros de vedação de qualquer edificação nos cruzamentos dos logradouros públicos também estão sujeitos a exigência deste artigo.

SEÇÃO IV
DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 308. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I - serem em balanço;
II - a face extrema do balanço deverá ficar afastada da prumada do meio-fio 0,30m (trinta centímetros);
III - ter altura mínima de 3,00m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;
IV - permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob o passeio;
V - não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;
VI - serem construídas em toda a extensão da quadra de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

Parágrafo Único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras e/ou vitrinas para exposição comercial).

Art. 309. Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada nos seguintes casos:

I - em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, recuado menos de 4,00m (quatro metros);
II - nos edifícios de uso comercial cujo pavimento térreo tenha essa definição, quando construídos no alinhamento;
III - nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Municipalidade.

Art. 310. As fachadas dos edifícios quando construídos no alinhamento predial, poderão ter sacadas, floreiras, caixas para ar condicionado e brise, se:

I - estiverem acima da marquise;
II - o escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob o passeio.

Parágrafo Único. Os elementos mencionados no caput deste artigo poderão projetar-se além do alinhamento predial a distância máxima de 0,60 m (sessenta centímetros).

Art. 311. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 312. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

SEÇÃO V
DOS TOLDOS

Art. 313. Toldos, coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação, em zonas onde é exigido o afastamento obrigatório, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - a área coberta máxima não poderá exceder 25% (vinte cinco por cento) da área do afastamento frontal;
II - o pé direito mínimo deverá ser de 2,40m (dois metros e vinte centímetros);
III - o afastamento mínimo das divisas laterais será de 0,25m (vinte cinco centímetros).

Art. 314. Em zonas onde são permitidas edificações no alinhamento predial, os toldos poderão estender-se em toda a testada do lote.

§ 1º Os toldos quando fixos deverão atender ao disposto na Seção IV deste Capítulo Marquises e Saliências.

§ 2º Os toldos, deverão ainda, estar em conformidade com o previsto no Código de Posturas do Município de Iomerê.

SEÇÃO VI
DAS PISCINAS

Art. 315. As piscinas deverão ter:

I - estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;
II - paredes e fundo revestidas com material impermeável e de superfície lisa;
III - equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo Único. Aplicam-se às piscinas no que couber as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

SEÇÃO VII
DOS ANÚNCIOS E LETREIROS

Art. 316. A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Municipalidade, se estiver de acordo com o Código de Posturas do Município, e não interferindo:
I - na sinalização de tráfego;
II - com a visão de monumento histórico;
III - com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo Único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do respectivo prédio ou do proprietário.

CAPÍTULO IV
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

SEÇÃO ÚNICA

DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 317. Na zona urbana serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque, carga e descarga.

Parágrafo Único. Os locais para estacionamento serão:
a) proporcionais as áreas edificadas;
b) cobertos ou descobertos.

Art. 318. A fração excedente a 50,00m² (cinqüenta metros quadrados) de área construída, no cálculo exigido para vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga.

Art. 319. Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 320. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Parágrafo Único. Nos casos de desobediência a este artigo será aplicada multa de 3,5 URFMs.

Art. 321. Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

Art. 322. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 323. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

Art. 324. As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas e deverão ainda ser arborizadas na proporção de uma árvore para cada duas vagas.

Parágrafo Único. Não será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos.

Art. 325. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:
I - ter pé direito mínimo livre de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
II - ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluído as portas de acesso);
III - não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;
IV - ter vão de entrada com largura mínima de 3,00m (três metros) e o mínimo de 2 (dois) vãos quando comportarem mais de 50 (cinqüenta) veículos;
V - ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);
VI- os pisos serão impermeáveis, antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;
VII - as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;
VIII - as vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;
IX - quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;
X - as escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento;
XI - quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);
XII - quando tratar-se de mão única, 3,00m (três metros) de corredor, quando tratar-se de mão dupla 5,00m (cinco metros) de corredor.

§ 1º O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos deverão ter afastamento mínimo de 4,50m (quatro metros e meio) do meio-fio.

§ 2º Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for obrigatoriamente superior a 15% (quinze por cento). As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até 2 (dois) veículos.

Art. 326. Em todo estacionamento devem ser reservadas vagas preferenciais para estacionamento de veículos pertencentes à pessoa portadora de deficiência física.

Parágrafo Único. As normas relativas à localização e demarcação das vagas devem atender ao disposto nas normas da ABNT.

CAPÍTULO V
DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 327. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso aos deficientes físicos em cadeiras de rodas ou com aparelhos ortopédicos, observadas as disposições da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo Único. Nas edificações não residenciais já existentes, a que se refere este artigo, o acesso ao deficiente físico deverá ser garantido pelo menos até o pavimento térreo. Se houver necessidade de rampa, essa deverá ser executada conforme o estabelecido pela ABNT.

Art. 328. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção de deficientes físicos.

Parágrafo Único. Quando não houverem rampas, o acesso dos deficientes físicos a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 329. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para deficientes físicos.

Art. 330. Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores portadores de deficiência física ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

TÍTULO V

DAS INFRAÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO
DAS PENALIDADES

Art. 331. Às infrações às disposições deste Código serão aplicadas as seguintes penas :
I - multa;
II - embargo da obra;
III - interdição do prédio ou dependência;
IV - demolição.

Parágrafo Único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 332. O procedimento legal para a verificação das infrações e aplicação das penalidades é o regulado no Código de Posturas do Município de Iomerê.

SEÇÃO I
DAS MULTAS

Art. 333. Pelas infrações as disposições deste Código serão aplicadas ao construtor, ou profissional responsável pela execução das obras, ao autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas:

Item	Infração	Multa (UFMs)
I	Pelo falseamento de medidas, cotas, e demais indicações do Projeto: - Ao Profissional Infrator	300
II	Pelo viciamento do Projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie: - Ao Proprietário..... - Ao Executor da Obra ..... - Ao Profissional habilitado responsável pela execução....	300
III	Pelo início da execução da obra sem licença : - Ao Proprietário..... - Ao Construtor	300
IV	Pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento: - Ao Proprietário..... - Ao Construtor.....	100 a 500
V	Pela execução da obra em desacordo com o projeto aprovado: - Ao Proprietário..... - Ao Construtor..... - Ao Profissional Responsável.....	300
VI	Pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra: - Ao Proprietário..... - Ao Construtor.....	100 a 300
VII	Pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: - Ao Construtor.....	100 a 250
VIII	Pela paralisação da obra sem comunicação à Municipalidade: - Ao Proprietário.....	100 a 200
IX	Pela desobediência ao embargo municipal: - Ao Proprietário ..... - Ao Construtor ..... - Ao Profissional Responsável.....	500
X	Pela ocupação da edificação sem que à Municipalidade tenha fornecido o Habite - se: - Ao Proprietário.....	150
XI	Concluída a reconstrução ou reforma se não for requerida a vistoria: - Ao Proprietário.....	100 a 200
XII	Houver prosseguimento da obra vencido o prazo de licenciamento sem que tenha sido concedida a necessária prorrogação do prazo : - Ao Proprietário.....	200
XIII	Ligação de Condutores de Águas Pluviais à Rede de Esgoto Cloacal e/ou Ligação de Esgoto Cloacal em Rede Pluvial: - Ao Proprietário ..... - Ao Construtor	450
XIV	Outras infrações: - Ao Proprietário ..... - Ao Construtor ..... - Ao Profissional Responsável.....	100 a 500

Art. 334. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:
I - a maior ou menor gravidade da infração;
II - as suas circunstâncias;
III - os antecedentes do infrator.

Art. 335. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 336. O auto de infração em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§ 1º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.

§ 2º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado será encaminhada via postal, com aviso de recebimento ao responsável, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 337. O auto de infração deverá conter:
I - a indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;
II - o fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;
III - o nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;
IV - o nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;
V - o nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 338. Lavrado o Auto de Infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita dirigida a autoridade municipal competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, findo o qual será o auto encaminhado para a imposição da multa e cobrança.

Art. 339. Imposta a multa, será dado o conhecimento da mesma ao infrator, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade municipal que a aplicou.

§ 1º O infrator terá o prazo 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa.

§ 2º Decorridos o prazo estipulado no §1º, a multa não paga será encaminhada ao setor competente para inscrição em dívida ativa e cobrança, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 340. Na reincidência a multa será aplicada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único. Considera-se reincidência para acréscimo da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 341. Terá andamento sustado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 342. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

SEÇÃO II
DO EMBARGO

Art. 343. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:
I - tiverem sendo executadas sem respectivo alvará de licenciamento, nos casos em que este é necessário;
II - desobediência ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;
III - não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;
IV - estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;
V - o construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;
VI - estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas de edificações vizinhas;
VII - for constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;
VIII - o profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA;
IX - obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 344. Ocorrendo as hipóteses do artigo anterior, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior.

Art. 345. Verificada a procedência na notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo da imposição de multas.

Art. 346. O Termo de Embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, será o termo encaminhado via postal, com aviso de recebimento, ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra.

Art. 347. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento dos tributos e multas em que haja o responsável incidido.

Art. 348. Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

SEÇÃO III
DA INTERDIÇÃO

Art. 349. Uma edificação ou qualquer uma de suas dependências poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 350. A interdição será imposta, por escrito, após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo Único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, a Municipalidade tomará as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO IV
DA DEMOLIÇÃO

Art. 351. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:
I - a obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, e não houver condições de regularização nos termos da legislação pertinente;
II - construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;
III - obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;
IV - construção que ameace ruír e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Art. 352. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo Único. A comissão designada procederá da seguinte forma:
a) determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;
b) não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;
c) não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;
d) do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;
e) a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;
f) no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 353. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 354. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 355. A Municipalidade poderá cancelar a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica), e comunicar ao CREA especialmente os responsáveis técnicos que:
I - prosseguirem a execução de obra embargada pela Municipalidade;
II - não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;
III - hajam incorrido em 3 (três) multas por infração cometida na mesma obra;
IV - alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pela Municipalidade;
V - iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;
VI - cometerem por imperícia, imprudência ou negligência, faltas que venham a comprometer a segurança da obra.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 356. Os casos omissos no presente Código serão analisados pela Municipalidade observando-se os princípios no Plano Diretor e a legislação vigente.

Art. 357. Os valores constantes no presente Código serão corrigidos anualmente na forma da legislação Municipal.

Art. 358. O Poder Executivo Municipal regulamentará as disposições deste Código em 180 dias.

Art. 359. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 360. Ficam revogadas as disposições em contrário e suas alterações.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IOMERÊ – SC, 16 DE MAIO DE 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

Prefeitura

Extrato de Revogação
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2012

Conforme solicitado através do Oficio 461/2012, em 16 de maio de 2012, e deferido em 18 de maio de 2012, torna publico a REVOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe.

Irineópolis, 18 de maio de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 40/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 04 de junho de 2012, ás 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de 01 veiculo automotor novo, tipo VAN, zero quilometro, de fabricação nacional, para transporte de professores. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 as 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de maio de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Homologação Processo N.º 08/2012 - FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Fiat Automóveis S.A..

Irineópolis, 17 de maio de 2012.
EDINILSON BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contrato N.º 17/2012 - FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 17/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Contratada: Fiat Automóveis S.A.

Objeto: Aquisição de 01 veículo tipo van para transporte de pacientes do município.
Valor: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).
Vigência - 17.05.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Processo Licitatório n.º 008/2012 - Pregão Presencial n.º 006/2012
Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

EDINILSON BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itapoá

Prefeitura

Pregão Presencial N° 19/2012- Proc.47/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012
REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012
PROCESSO Nº 47/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal N° 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar N° 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h30min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00min, do dia 31 de maio de 2012, na sala do Departamento de Licitações e contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação e empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos hospitais, Clinicas e Postos de Saúde do Município de Joinville (TFD), conforme Anexo V do edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 7h:30m às 12h:00 m e das 13h:30m às 16h:30m.

Itapoá, 18 de maio de 2012.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

SUZINEI RIBEIRO SCHULTZ
Secretária de Saúde

Joaçaba

Prefeitura

Extrato PP 13/2012/FMS - PL 27/2012/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2012/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012/FMS

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a confecção e o fornecimento de uniformes destinados aos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 31/05/2012, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 31/05/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 017 de maio de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito/ Fundo Municipal de Saúde

Extrato Contrato 927/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 927/2012/PMJ
PL 40/2012/PMJ - CV 6/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento do material necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente em parte da Rua Amado Borges de Castilhos, parte da Rua Ana Blumberg e parte da Travessa Cruz e Souza, localizadas no perímetro urbano deste Município.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 142.702,19 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos), sendo:
- R$ 50.343,63 (cinqüenta mil, trezentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), referente aos materiais utilizados;
- R$ 16.272,11 (dezesseis mil, duzentos e setenta e dois reais e onze centavos), referente aos serviços, totalizando R$ 66.615,74 (sessenta e seis mil, seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos - ITEM 1
- R$ 31.374,08 (trinta e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e oito centavos), referentes aos materiais utilizados;
- R$ 11.976,30 (onze mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta centavos), referentes aos serviços, totalizando R$ 43.350,38 (quarenta e três mil, trezentos e cinqüenta reais, trinta e oito) - ITEM 2
- R$ 25.263,61 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e um centavos), referente aos materiais utilizados;
- R$ 7.472,46 (sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos), referente aos serviços, totalizando R$ 32.786,07 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e sete centavos) - ITEM 3

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
(225) 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.
DATA DE ASSINATURA: 08/05/2012.

Extrato Contrato 929/2012/PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 929/2012/PMJ
PL 17/2012/PMJ - TP 4/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: SINARODO - SINALIZADORA RODOVIÁRIA LTDA

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, dos serviços, com o fornecimento dos materiais necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais), sendo R$ 72.240,00 referente aos materiais e R$ 30.960,00, referente à mão-de-obra.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
2.012- MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO
143 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas
144 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas
207 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.
DATA DE ASSINATURA: 14/05/2012.

Lages

Prefeitura

PP 21-2012 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PP 21-2012 SMS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Outros Materiais de Consumo
Tipo: Menor Preço por Lote
Abertura: 20/06/2012 às 13:30

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R$ 10,00, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação Nº03 PP 14-2012 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERINGAS, DE MATERIAIS E DE EQUIPAMENTOS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a Pedidos de Esclarecimentos e solicitação expressa da Secretaria Municipal da Saúde, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, leva ao conhecimento dos Interessados as alterações que se fazem necessárias:
- No Lote 01, subitem 1.1, desconsiderar a expressão "de procedência nacional".
Em conseqüência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 22/05/2012 às 13:30 horas, para o dia 26/06/2012 às 13:30 horas.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 17 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

Rerratificação PP 16-2012 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PARA O PRONTO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, leva ao conhecimento dos Interessados que houveram alterações no edital em comento. Maiores Informações pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 17 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

Resultado PP 30-2012 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGAO PRESENCIAL Nº 30/2012- PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOK PARA DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: 58.521,00

Lages, 18 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado TP 12-2012 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2012- PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE UM ELEVADOR PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO, DEVIDAMENTE COLOCADO E, POR VIA DE CONSEQUÊNCIA, A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO FOSSO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: TERRA ENGENHARIA LTDA.
VALOR: 170.217,54

Lages, 18 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

Prefeitura

Contrato Administrativo N° 36/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2012
Processo Licitatório nº 52/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 52/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA SECRETARIA DE EDUCAÇAO
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: VALERIA GONCALVEZ
Prazo de Vigência: 02/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 37/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2012
Processo Licitatório nº 54/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 54/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AULAS DE CAPOEIRA
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Edson Rocha Mariano
Prazo de Vigência: 15/03/2012 a 30/11/2012
Valor: R$ 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 38/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2012
Processo Licitatório nº 54/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 54/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E AÇAO SOCIAL.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: FIMED Mat. Med. Hospitalar Ltda
Prazo de Vigência: 16/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 56.950,00 (cinqüenta e seis mil novecentos e cinquenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 39/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2012
Processo Licitatório nº 55/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 55/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - GINÁSTICA PARA A 3ª IDADE
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Academia Circuito Ltda
Prazo de Vigência: 16/03/2012 a 30/06/2012
Valor: R$ 6.000,00 (seis mil reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 40/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2012
Processo Licitatório nº 56/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 56/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AULAS DE BASQUETE
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Elder Liberato Spadel
Prazo de Vigência: 16/03/2012 a 30/11/2012
Valor: R$ 3.453,75 (três mil quatrocentos e cinqüenta e três reais e setenta e cinco centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 41/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2012
Processo Licitatório nº 47/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 47/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA TROCA, MANUTENÇAO E SERVIÇOS EM GERAL NA AREA DE ESQUADRIAS EM MADEIRA, MOVEIS E BENEFICIAMENTO DE MADEIRA.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Madeireira Giordani Ltda
Prazo de Vigência: 20/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 73.496,00 (setenta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 42/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2012
Processo Licitatório nº 46/2012 - Convite p/ Obras e Serv. de Engenharia nº 46/2012

Objeto: ELABORAÇÃO E FISCALIZAÇAO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTA
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: KTOP Consultoria e Engenharia Ltda
Prazo de Vigência: 23/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 146.650,00 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 43/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2012
Processo Licitatório nº 48/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 48/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Cristiano Pacheco Bussolo ME
Prazo de Vigência: 23/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 41.786,00 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e seis reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 44/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2012
Processo Licitatório nº 48/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 48/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Dukana Com. de Peças Automotivas Ltda
Prazo de Vigência: 23/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 32.545,00 (trinta e dois mil quinhentos e quarenta e cinco reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 45/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2012
Processo Licitatório nº 60/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 60/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Djalma José Miranda Junior
Prazo de Vigência: 23/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 46/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2012
Processo Licitatório nº 51/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 51/2012

Objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇAO DA REDE ELETRICA DO GINASIO MUNICPAL, PREFEITURA MUNICPAL E GARAGEM MUNICIPAL
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Ângelo Araujo Filho ME
Prazo de Vigência: 26/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 54.000,00 (cinqüenta e quatro mil reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 47/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2012
Processo Licitatório nº 65/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 65/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUIMICOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Adailton Citadin Pereira
Prazo de Vigência: 26/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 6.412,40 (seis mil quatrocentos e doze reais e quarenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 49/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2012
Processo Licitatório nº 67/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 67/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AULA DE KARATE
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Marcos Borba
Prazo de Vigência: 02/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 50/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2012
Processo Licitatório nº 69/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 69/2012

Objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO CIVIL EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Denis Assis da Silva
Prazo de Vigência: 02/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 6.976,74 (seis mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 51/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2012
Processo Licitatório nº 38/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 38/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Casa do Pica Pau Ltda ME
Prazo de Vigência: 03/04/2012 a 03/10/2012
Valor: R$ 85.430,00 (oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 52/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2012
Processo Licitatório nº 49/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 49/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE TUBOS DE CONCRETO PARA CONSTRUÇAO DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA S/D 199 BAIRRO MINA NOVA
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Concretos Comelli Ltda Me
Prazo de Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 132.500,80 (cento e trinta e dois mil quinhentos reais e oitenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 53/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2012
Processo Licitatório nº 50/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 50/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇAO (REFORMAS) DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Comercial Caciatori Ltda Me
Prazo de Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 106.270,55 (cento e seis mil duzentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 54/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2012
Processo Licitatório nº 50/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 50/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇAO (REFORMAS) DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Construmuller Materiais de Construção Ltda Me
Prazo de Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 81.477,93 (oitenta e um mil quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e três centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 55/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2012
Processo Licitatório nº 50/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 50/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇAO (REFORMAS) DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Librelato Industria e Comércio de Britas Ltda
Prazo de Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 56/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2012
Processo Licitatório nº 50/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 50/2012

Objeto: AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇAO (REFORMAS) DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Parmazzatti Comércio de Materiais de Construção Ltda Me
Prazo de Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 62.700,00 (sessenta e dois mil e setecentos reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 57/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2012
Processo Licitatório nº 73/2012 - Dispensa da Licitação p/ Compras

e Serviços nº 73/2012

Objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES RECREATIVAS NO CENTRO DO IDOSO
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Zeni F. de Oliveira
Prazo de Vigência: 12/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 7.772,90 (sete mil setecentos e setenta e dois reais e noventa centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 58/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2012
Processo Licitatório nº 76/2012 - Dispensa da Licitação p/ Compras e Serviços nº 76/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA EXTRAÇÃO DE AREIÃO
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Valmor Brighente
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 9.000,00 (nove mil reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 59/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2012
Processo Licitatório nº 77/2012 - Dispensa da Licitação p/ Compras e Serviços nº 77/2012

Objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇAO NO SETOR DE ESPORTES PARA LAVAÇAO DE ROUPAS DA CME
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Maria de Lurdes Dias Salvador
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 4.186,08 (quatro mil cento e oitenta e seis reais e oito centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 60/2012
Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2012
Processo Licitatório nº 77/2012 - Dispensa da Licitação p/ Compras e Serviços nº 77/2012

Objeto: PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇAO NO SETOR DE ESPORTES PARA LAVAÇAO DE ROUPAS DA CME
Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller
Contratado: Maria de Lurdes Dias Salvador
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R$ 4.186,08 (quatro mil cento e oitenta e seis reais e oito centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Lebon Regis

Prefeitura

Portaria N° 360/2012
PORTARIA Nº 360 DE 18 DE MAIO DE 2012
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR MAYARA TEREZINHA BRITO, para o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 07/05/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de maio de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

Prefeitura

Decreto N.º 48/2012
DECRETO N° 048 DE 18 DE MAIO DE 2012.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8°, Inciso I da Lei n° 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:
Art. 1° Fica suplementado no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação até o respectivo valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 06 SECRETARIA DS TRANSPORTES OBRAS ESERVIÇOS URBANOS 270.000,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DS TRANSPORTES OBRAS ESERVIÇOS URBANOS 270.000,00
Função 26 Transporte 270.000,00
Sub-Função 782 Transporte Rodoviário 270.000,00
Programa 9 Revitalização das Estradas 270.000,00
Projeto/Atividade 2.028 Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos 270.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 270.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 270.000,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicação Direta 270.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0024.307 Transferência de Convênio - Outros 270.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 270.000,00

Art. 2° Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do Provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recurso:

Fonte Código Valor
Transferência de Convênio - Outros 0.1.0024 270.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO 270.000,00

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Maio de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Deserta PP N° 015/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 019/2012

VITOR NORBERTO ALVES - Secretário Municipal da Saúde de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para pintura, tinta e contratação de serviços de pintor para reparos nas estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde de Leoberto Leal e para o Centro Odontológico, foi DECLARADA DESERTA, no dia 17 de maio de 2012. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/05/2012.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Aviso de Licitação Deserta PP N° 041/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 051/2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tintas e materiais para pintura externa, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, foi DECLARADA DESERTA, no dia 17 de maio de 2012. Informações fone: (48) 3268 1212.
Em 17/05/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Dispensa de Licitação N° 004/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2012

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação de um terreno com área de 1.600 m², encravado em uma área maior de 167.751,22 m², registrada na Comarca de Ituporanga sob n° AV-1-19.056 - Prot. nº 67.048, livro 2, localizada na Rua Hilário Guchert, Centro de Leoberto Leal, para depósito de materiais, guarda e estacionamento dos veículos, caminhões, máquinas da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Leoberto Leal, até 31 de dezembro de 2012. CONTRATADO: ROSELI SCHEIDT LOPES, pessoa física, residente e domiciliada a Rua Hilário Guchert, nº 54, apto. nº 4, bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº 715.710.009-68. VALOR: de R$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinqüenta reais), divididos em 07 parcelas mensais de R$ 1.050,00 (um mil e cinqüenta reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93. Em 18/05/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Extrato do Resultado do Processo Licitatório N° 018/2012 Tomada de Preços N° 001/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2012.
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2012.

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na localidade de Rio das Pedras no Município de Leoberto Leal - Termo de Convênio nº 4877/2012-1.
Empresa Vencedora do Certame: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP.
Valor: R$ 212.558,63 (duzentos e doze mil, quinhentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e três centavos). Dotação: 05 01 10 301 2 1.040 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.0 (40) - Construção de Unidade Sanitária
05 01 10 301 2 1.040 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (41) - Construção de Unidade Sanitária.
Leoberto Leal/SC, 14/05/2012. Signatários: VITOR NORBERTO ALVES - Contratante e WILSON ANTÔNIO SCHUHMACHER - Contratado.

Resumo da Inexigibilidade de Licitação N° 002/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2012, com data de 18 de maio de 2012, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a EMPRESA BELAS ARTES COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME, CNPJ sob nº 04.247.424/0001-06, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, para contratação do artista plástico escultor e autodidata senhor Alexandre Schmidt Silva, para confecção de três mulas, um cavalo e um tropeiro, que será exposta na estrada que liga Leoberto Leal a SC 282, denominada Estrada dos Tropeiros, o valor estimado para a contratação é de até R$ 12.000,00 (doze mil reais). Leoberto Leal/SC, 18 de maio de 2012. GUILHERME RANGEL DE SOUZA - Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal.

Leoberto Leal/SC, 18 de maio de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

Prefeitura

Extrato de Dispensa de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pela licitações e contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, "XXX", da Lei nº 8.666/93, para contratação de empresa do para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.
Fornecedor: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI.
Valor Total: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Lindóia do Sul, SC, 17 de maio de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato TP 02/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 02/2012

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, fornecimento mediante locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática nas áreas de Saúde e Ação Social, no dia 22 de junho de 2012, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de maio de 2012.
GENIR LOLI
Secretário De Saúde E Ação Social

Extrato de Edital de Processo Seletivo Público Nº 07/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social
EXTRATO DO EDITAL DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 7/2012

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova de títulos para o cargo de Médico da Estratégia de Saúde- ESF - junto à Unidade de Saúde do Município de Lindóia do Sul, SC.

Das inscrições: Estarão abertas nos dias 21 a 25 de maio de 2012, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, no Departamento de Recursos Humanos no Centro Administrativo, situado na Rua Tamandaré, 98, centro, Lindóia do Sul, SC.

Do número de vagas: A vaga será para o cargo de Médico da Estratégia Saúde da Família - ESF, 40 (quarenta) horas semanais.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal e no site WWW.lindoiadosul.sc.gov.br .

Lindóia do Sul SC, 18 de maio de 2012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Macieira

Prefeitura

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA - SC
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2012

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, representado pelo Sr. ROZALINO CAMUZZATTO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0003/2012, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2012, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 31 de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2537, de 03 de janeiro de 2012, estará recebendo propostas para a aquisição de um veículo tipo ambulância, 0 km, com os equipamentos de primeiros socorros instalados no veículo, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, sendo entregue conforme características do veículo e equipamentos descritos no anexo I do edital, de acordo com convênio firmado entre o município de Macieira e o Governo do Estado de Santa Catarina.
O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 31/05/2012, no endereço acima indicado.
Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m ás 12h00m e das 13h30m ás 17h00m.

Macieira - SC, 18 de maio de 2012.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Meleiro

Prefeitura

Portaria N.º 162/2012

PORTARIA n.º 162/2012
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR
Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal CAROLINA SCHUMACHER, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de término de licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/05/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 353/2011.

Meleiro, 18 de Maio de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 163/2012

PORTARIA n.º 163/2012
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER
Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal CAROLINA SCHUMACHER - matrícula 953, ocupante do cargo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo 05/05/2010 a 04/05/2011.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Maio de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finança

Monte Carlo

Prefeitura

Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 06/2012
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2012.
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2012

OBJETO: Execução de serviços, para a pavimentação em pedra irregular de basalto e pedra ardósia, meio fio e Drenagem Pluvial superficial e Placas de sinalizações nas Ruas JOAQUIM LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS, SANTO ANTONIO E SEBASTIÃO LUIZ CORDEIRO (1.948,40M²)-pedra ardósia; Ruas Projetadas 1, 2 e 3 (1.510,00M²)-pedra irregular; Rua MARIA DE LOURDES PISANI (600,00M²)-pedra irregular; e, TRECHOS DAS RUAS ZÉLIA DA SILVA SANTOS, SENHORINHA APARECIDA DA SILVA E TRAVESSA DA GUAJUVIRA NO BAIRRO SÃO JOSÉ (1.593,00M²), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, TOTALIZANDO 5.651,40 M², conforme projetos, memoriais, orçamentos, cronogramas e relatórios em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 06/06/2012.
MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC, sala de Licitações, SC 456 km 15 - centro.
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0 __49)3546 0194 ramal 28, FAX No 3546 0194, ou Home Page www.montecarlo.sc.gov.br

IMPORTANTE

OS RECURSOS PARA CUSTEIO DAS PAVIMENTAÇÕES OBJETO DESTA LICITAÇÃO, SÃO ORIUNDOS DE CONVÊNIO Nº 6051/2012-8 - PROCESSO SR08 393/2012 COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAMPOS NOVOS - GERENCIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO-GEPLA, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE É A CONCEDENTE.

Monte Carlo, 17 de maio de 2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

Prefeitura

Extrato Concurso
MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012.

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições, torna pública a reabertura de inscrições e a continuidade de Concurso Público para provimento de cargos do Magistério Público do Município de Morro da Fumaça. Inscrições: o prazo para realização de novas inscrições estará aberto no período de 21 a 25 de maio de 2012. Todas as inscrições realizadas nos termos do Edital de Concurso Público n. 01/2011 estão convalidadas, considerando-se inscritos neste concurso todos os candidatos que já tiveram suas inscrições homologadas anteriormente. Valores das taxas de inscrição: a) cargos de nível superior: R$ 100,00 (cem reais); b) cargos de nível médio: R$ 70,00 (setenta reais); c) cargo de nível fundamental: R$ 40,00 (quarenta reais). Provas: as provas objetivas e de títulos serão realizadas no dia 03 de junho de 2012, das 14h às 17h. Cargos: as vagas disponíveis no concurso público são as seguintes: Técnico em Gestão Escolar; Nutricionista; Fonoaudiólogo; Gestor Master; Coordenador Pedagógico; Psicopedagogo; Professor de Educação Infantil; Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º); Professor de Geografia; Professor de Português; Professor de Artes; Professor de Educação Física; Professor de Inglês; Oficial Administrativo; Auxiliar de Ensino; Zelador de Escola. O Concurso Público será executado pela Fundação Educacional de Criciúma - Fucri, mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, com sede na Av. Universitária nº 1105, Bairro Universitário, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.661.074/0001-04 e será acompanhado e fiscalizado pela Comissão de Concurso Público do Município de Morro da Fumaça/SC. O Edital completo estará disponível no site www.morrodafumaca.sc.gov.br e afixado no mural do hall de entrada na sede da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça. O Edital de Concurso Público n. 01/2012 revoga o Edital de Concurso Público n. 01/2011.

Morro da Fumaça/SC, 21 de maio de 2012.
BALTAZAR PELEGRIN.
Prefeito Municipal de Morro da Fumaça.

Navegantes

Prefeitura

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 16/2012PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS (ENVELOPES, PASTAS, CARTÕES, ETC). Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 05/06/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 05/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 17 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 84/2012PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 84/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE CAIXAS PLÁSTICAS PARA ARMAZENAMENTO DE HORTIFRUTIS NAS UNUDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 05/06/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 05/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no

site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 17 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 88/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 88/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDROS PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 06/06/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 06/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 1 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº 102/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO N° 102/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA E EXECUÇÃO DE PASSEIOS DE UM TRECHO DA RUA ONÓRIO BORTOLATO, NO BAIRRO PEDREIRAS COMPREENDENDO O TRECHO ENTRE A BR 470 E PROXIMIDADES DA IGREJA CATÓLICA. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 08/06/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 08/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 1 de abril de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços N° 67/2012PMN

¬PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇOS N° 67/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA LINK DE INTERNET PARA 18 (DEZOITO) ESCOLAS MUNICIPAIS, DE FORMA QUE TENHAM ACESSO AOS SERVIÇOS ELETRONICOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BEM COMO OUTROS SERVIÇOS QUE CONTRIBUAM PARA GESTÃO ESCOLAR. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 21/06/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 21/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 1 de maio de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Retificação do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Debitos Previdenciarios

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

O Município de Navegantes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Emilio, 100, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.855/0001-50, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. Roberto Carlos de Souza , prefeito, portador do CPF nº 573.409.359-91 e do RG nº . 1.993.147 - SSP/SC, residente e domiciliado em Navegantes, Bairro Centro, CEP 88375-000; e o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NavegantesPREV , órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em 01/10/2011, pela Lei Municipal nº 99, de 23/05/2011, inscrito no CNPJ sob o o nº 14.823.518/0001-30, situado na Rua Joao Emilio, Piso Superior, Bairro Centro, CEP 88375-000, neste município, neste ato,representado pelo Sr. Jan Ullrich, Cargo Diretor Presidente, portador do CPF nº 831.939.799-53 e do RG nº 1927129 – SSP/SC, , residente e domiciliado em Navegantes, Bairro Centro, CEP 88375-000, doravante denominado CREDOR, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Instituto de Previdência Social do Município ,de Navegantes - NavegantesPREV é CREDOR junto ao Município de Navegantes da quantia de R$ 58.796,50 (Cinquenta e Oito mil e Setecentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta centavos), detalhada na planilha abaixo correspondente às contribuição parte patronal dos aposentados e pensionistas devidas e não repassadas corretamente ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, previstas no artigo 13 da Lei Municipal nº 99, de 23/05/2011, relativas às competências de Janeiro/2012 a Abril de 2012, nos termos da Portaria MPS nº 402, de 10/12/2008.

Contribuição Patronal dos Aposentados e Pensionistas

Competência	Contribuição total devida	Contribuição repassada	Diferença a parcelar	Atualização	Juros	Total em parcelamento
Jan/2012	29.433,62	(1.235,51)	28.198,11	611,25	1.127,92	29.937,29
Fev/2012	29.305,52	(29.305,41)	0,11	0,00	0,00	0,11
Março/2012	29.305,52	(1.309,88)	27.995,64	303,43	559,91	28.858,98
Abril/2012	29.449,51	(29.449,40)	0,11	0,00	0,00	0,11
TOTAL	117.494,17	(61.300,20)	56.193,97	914,65	1.687,84	58.796,50

OBS.: os valores necessários ao equacionamento do déficit atuarial devem, preferencialmente, ser tratados em termo de acordo específico. Observar o disposto nos artigos 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008, quanto à quantidade de parcelas.

Pelo presente instrumento o município de Navegantes confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.
O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

O montante de R$ 58.796,50 (Cinquenta e Oito mil e Setecentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta centavos) será pago em 2 (duas) parcelas mensais e sucessivas de R$ 29.398,25 (Vinte e Nove Mil e Trezentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos).

A primeira parcela, no valor R$ 29.398,25 Vinte e Nove Mil e Trezentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), vencerá em 20/06/2012 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, totalizando ao final do período o montante de R$ 59.245,23 (Cinquenta e Nove Mil e Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e três Centavos), comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira e conforme quadro demonstrativo abaixo:

Parcelas	Valor das parcelas	Atualiz (6,5031% a.a)	Juros (1% a.m)	Total em Parcl
1	R$ 29.398,25	0	0	R$ 29.398,25
2	R$ 29.398,25	R$ 154,75	R$ 293,38	R$ 29.846,98
TOTAL	R$ 58.796,50	R$ 154,75	R$ 293,38	R$ 59.245,23

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Atualização dos valores

Os valores devidos foram atualizados pelo índice da UFM (UFM -Índice de atualização dos tributos municipais (6,5031% a.a) acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do presente termo de acordo.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice da UFM (UFM -Índice de atualização dos tributos municipais (6,5031% a.a) acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice da UFM (UFM -Índice de atualização dos tributos municipais (6,5031% a.a) acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial, atualizado pelo índice da UFM (UFM -Índice de atualização dos tributos municipais (6,5031% a.a) acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida, e honorários advocatícios.

CLÁUSULA QUINTA : Da Definitividade

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SEXTA: Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA SETIMA: Do Foro
Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município Navegantes , do estado de Santa Catarina.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Navegantes, 15 de maio de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

JAN ULLRICH
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Navegantes - NavegantesPREV

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Nova Trento

Prefeitura

Resumo Contrato N° 013/2012
CONTRATO Nº 013/2012

Origem: Processo Licitatório nº 136/2011. Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2011. Homologação: 23/01/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: CONSTRUTORA KAROL INÊS LTDA, estabelecida a Rua Santo Inácio, n° 355, Centro, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ/MF n°. 06.823.358/0001-09. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, para ampliação da Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, localizada no Distrito de Claraíba em Nova Trento, conforme memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias. O valor total deste contrato é de R$ 462.694,10 (Quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

Nova Trento, 23 de janeiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 014/2012
CONTRATO Nº 014/2012

Origem: Processo Licitatório Nº 063/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2011 Homologação: 10/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF n° 998.395.209-20, Contratada: AUTO MECÂNICA BOTTAMEDI LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 05.906.895/0001-41, estabelecida na Rua Alferes, 828, Bairro Trinta Reis, cidade de Nova Trento/SC . Objeto do Contrato: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças originais dos veículos leves (parte elétrica, alinhamento e balanceamento, parte mecânica), veículos utilitários (parte elétrica, alinhamento e balanceamento, parte mecânica), que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações deste Pregão. O valor estimado do presente Contrato é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

Nova Trento, 10 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 015/2012
CONTRATO Nº 015/2012

Origem: Processo Licitatório Nº 063/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2011 Homologação: 10/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF n° 998.395.209-20, Contratada: SC EQUIPAMENTOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 05.430.253/0001-19, estabelecida na Rodovia BR 101, Marginal Vermelha n° 70, Bairro Nova Esperança, cidade de Balneário Camboriú/SC. Objeto do Contrato: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e reposição de peças originais nos veículos pesados parte (mecânica e elétrica) dos veículos que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações deste pregão. O valor estimado do presente Contrato é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012

Nova Trento, 10 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 016/2012
CONTRATO Nº 016/2012

Origem: Processo Licitatório Nº 063/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2011 Homologação: 10/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF n° 998.395.209-20, Contratada: REAL RETRO PEÇAS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o número 07.026.908/0001-13, estabelecida na Avenida Hironildo Conceição dos Santos, n° 918, Bairro Perequê, CEP 88210-000, Porto Belo/SC. Objeto do Contrato: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e reposição de peças originais nos veículos pesados parte (mecânica e elétrica) dos veículos que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações deste pregão. O valor estimado do presente Contrato é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

Nova Trento, 10 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 034/2012
CONTRATO Nº 034/2012

Origem: Dispensa de Licitação n° 003/2012 . Fundamentação: Lei Federal nº 8666/93, art. 24, inciso X; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: LEONISIA CARMELA DALRI SGROTT, brasileira, viúva, CPF nº 015.806.119-58, residente na Rua Duque de Caxias, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Locação de um imóvel situado na Rua Madre Paulina, 66, Bairro Cascata, na cidade de Nova Trento. O valor total deste contrato é de R$ 798,75 (setecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), mensais. Validade do Contrato: a partir de 01 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2012.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 035/2012
CONTRATO Nº 035/2012

Origem: Dispensa de Licitação n° 002/2012 . Fundamentação: Lei Federal nº 8666/93, art. 24, inciso X; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: MARIA MARGARETE F. CECCATO, brasileira, casada, CPF nº 522.112.589-72 e RG nº 4/R- 191.010, residente na Rua José Gall, 255, Bairro Dom Bosco, na cidade de Itajaí/SC. Objeto do Contrato: Locação de um imóvel situado na Rua Alferes, s/n, Bairro Trinta Réis, na cidade de Nova Trento. O valor total deste contrato é de R$ 804,07 (oitocentos e quatro reais e sete centavos) mensais. Validade do Contrato: a partir de 01 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2012.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 038/2012
CONTRATO Nº 038/2012

Origem: Compra Direta n° 067/2012. Fundamentação: Lei n° 8.666/93, Art. 24, Inciso II. Homologação: 02/01/2012. Contratante: O fundo municipal de saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.858.200/0001-91, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 164, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88.270-000. Contratada: RTC COMERCIO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 12.663.664/0001-10, localizada à Rua: Virgílio Espíndola, n° 321 Sala 02, Centro, São José/SC. Objeto do Contrato: Contratação para prestação de serviços de assistência técnica do seguinte equipamento: 01 Processador de Filme, Marca: Vision Line, Modelo VS-450, que encontra-se instalado no HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO de Nova Trento/SC. O valor total deste contrato é de R$ 545,00 (Quinhentos e quarenta e cinco reais) mensais. Vigência do Contrato até 31/12/2012.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 040/2012
CONTRATO Nº 040/2012

Origem: Inexigibilidade n° 003/2011. Fundamentação: Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55. Homologação: 28/02/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Alferes, n ° 1501, Nova Trento/SC, CNPJ N° 06.072.790/0001-05. Objeto do Contrato: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT. O valor global é de R$ 32.098,00 (trinta e dois mil e noventa e oito reais), divididos em 11 parcelas.

Nova Trento, 09 de fevereiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 077/2012
CONTRATO Nº 077/2012

Origem: Processo Licitatório nº 029/2012. Modalidade: Carta Convite nº 001/2012. Homologação: 21/03/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60.Contratada: CONSTRUTORA KAROL INES LTDA, com sede na Rua Santo Inácio, n.º 355, Nova Trento, estado de SC, CEP 88.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.823.358/0001-09. Objeto do Contrato: Constitui objeto deste contrato a contratação de Empresa para Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para Construção de Quadra descoberta na Escola Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, localizado na Rua Francisco Dalsenter, 32, bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC. O valor global é de R$ 41.005,98. (Quarenta e um mil, cinco reais e noventa e oito centavos).

Nova Trento, 23 de março de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 095/2012
CONTRATO Nº 095/2012

Origem: Processo Licitatório nº 047/2012. Modalidade: Tomada de Preços nº 009/2012. Homologação: 14/05/2012. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60.Contratada: ELÉTRICA SANTA FÉ LTDA. (KRAFT), estabelecida a Rua Daniel Imhof, 571, Centro, inscrita no CNPJ/MF n. 85.294.031/0001-55. Objeto do Contrato: Execução de rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública a ser executado na Estrada Geral do Morro da Cruz, estrada que leva ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias. O valor total deste contrato é de R$ 161.194,00 (cento e sessenta e um mil, cento e noventa e quatro reais).

Nova Trento, 14 de Maio de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato N° 099/2012
CONTRATO Nº 099/2012

Origem: Processo Licitatório nº 097/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 035/2011. Homologação: 10/10/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60.Contratada: JMM ELÉTRICA LTDA. ME inscrita no CNPJ sob o número 13.226.152/0001-59 estabelecida na Praça Getúlio Vargas n° 170 Bairro: Centro na Cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: Contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Nova Trento, incluindo o fornecimento de materiais, para o ano de 2012, de acordo com as especificações técnicas previstas no Anexo I do edital. O valor total deste contrato é de R$ 2.181,20 (Dois mil, cento e oitenta e um reais e vinte centavos). Vigência do Contrato até 31/12/2012.

Nova Trento, 14 de Maio de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

Prefeitura

Extrato do Pregão Presencial FMS N° 003/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório FMS Nº 008/2012
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2012
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de Hospital para a prestação de serviços de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Munícipes de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia, por meio do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 31/05/2012.
O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:00 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 21 de Maio de 2012.
ROGERIO ACACIO MASCARELLO
Gestor FMS

Resultado da Habilitação PL N° 042/2012
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2012 - CARTA CONVITE Nº 019/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO consiste na seleção de propostas para aquisição de tubos de concreto e meios fios, para uso no calçamento nas Ruas do Loteamento "Pandini", conforme quantitativos e condições, constante deste Processo Licitatório, QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA-EPP, IBETA INDUSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA, TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA EPP, as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subseqüente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 17 de Maio de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Resultado Propostas PL Nº 042/2012
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2012 - CARTA CONVITE Nº 019/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO consiste na seleção de propostas para aquisição de tubos de concreto e meios fios, para uso no calçamento nas Ruas do Loteamento "Pandini", conforme quantitativos e condições, constante deste Processo Licitatório, QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORAS, a empresa VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA-EPP, vencedora do item 01, com valor unitário de R$ 28,10, totalizando R$ 2.810,00 (Dois mil, oitocentos e dez reais) e a empresa TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA EPP, vencedora do item 02, com valor unitário de R$ 11,00 (Onze reais), totalizando R$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 17 de Maio de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato de Rescisão Contratualfms N° 004/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada : FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO.

TERMO DE RESCISÃO do Contrato Administrativo FMS nº 004/2010, Proveniente do Processo Licitatório 006/2010, Edital de Pregão Presencial nº 003/2010, com fundamento na Cláusula Sétima do referido instrumento e no art. 78, XII e 79, II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto : O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo FMS nº 004/2010, celebrado para a prestação de serviços de Plantão e Emergência Médica para atendimento dos Munícipes de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, por meio de seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS, celebrado em 05 de Abril de 2.010, sem quaisquer indenizações por ambas as partes.

NOVO HORIZONTE, 17 de Maio de 2012
ROGERIO ACACIO MASCARELLO
Gestor/Presidente do FMS

Palhoça

Prefeitura

Pregao Pg 66-2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 66/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 66/2012, no dia 31 de Maio de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de tubos e conexões para serem utilizados na melhoria da rede na Barra do Aririú, para a Superintendência de Águas de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 12:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 21 de Maio de 2012.
PREGOEIRO (A).

Tomada de Preço 67-2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 67/2012
O Município de Palhoça torna público que fará realizar a TOMADA DE PREÇO nº. 67/2012, no dia 05 de junho de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da TOMADA DE PREÇO que tem como objeto a Contratação de empresa para a reforma e ampliação do CEI Vovó Dolores, Ponte de Imaruim, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 18 de maio de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHEIDT
Prefeito Municipal.

Contrato N°060/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º060/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LARA SIQUEIRA NUNES EPP. OBJETO: aquisição de implementos agrícolas para atender os agricultores do município. VALOR: R$ 11.970,00 (onze mil novecentos e setenta reais). DATA: 27/04/2012.

Contrato N°061/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º061/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços gráficos. VALOR: R$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais). DATA: 27/04/2012.

Contrato N°062/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º062/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para organização e arbitragem dos Campeonatos de Futebol. VALOR: R$ 76.520,00 (setenta e seis mil quinhentos e vinte reais). DATA: 04/05/2012.

Contrato N°063/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º063/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PI-NHEIRO & OLIVEIRA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para instalação de sistema de Iluminação do Campo de Futebol do Cruzeiro Futebol Clube. VALOR: R$ 146.337,22 (cento e quarenta e seis mil trezentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos). DATA: 08/05/2012.

Contrato N°064/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º064/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉ-TRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para instalação de iluminação pública na Rua João Born no Centro de Palhoça. VALOR: R$ 147.042,14 (cento e quarenta e sete mil quarenta e dois reais e quatorze centavos). DATA: 10/05/2012.

Contrato N°066/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º066/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA ENGENHARIA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e execução de pavimentação a lajotas das Ruas Lauro Muller, Jerônimo Knoth e Célio Weber (trecho II), no Bairro Jardim Eldorado. VALOR: R$ 144.726,96 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos). DATA: 16/05/2012.

Contrato N°067/2012
EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º067/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa A-POIO SERVIÇOSDE MANUTENÇÃO LTDA ME. OBJETO: fornecimento e execução de Pórtico na Rua João Born. VALOR: R$ 56.880,04 (cinqüenta e seis mil oitocentos e oitenta reais e quatro centavos). DATA: 16/05/2012.

Convênio N° 018, de 15 de Maio de 2012.
CONVÊNIO Nº 018, DE 15 DE MAIO DE 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PALHOÇAE MS ATLÂNTICO EDUCAÇÃO LTDA - CENTRO DE ENSINO ATLÂNTICO.

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de

direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHEIDT, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENENTE, e MS ATLÂNTICO EDUCAÇÃO LTDA - CENTRO DE ENSINO ATLÂNTICO, com estabelecimento na Rua João Born 2132 - Centro - Palhoça, inscrita no CNPJ/MF sob o 08.732.731/0001-33, doravante denominada CONVENIADA, mantenedora do Curso e Colégio Atlântico, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, Senhor SÉRGIO LUIS SARKIS, brasileiro, portador RG n. 4844456, inscrito no CPF/MF 454.552.289-00, residente e domiciliado no município de Florianópolis/SC, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - OBJETO
1.1 - O Presente Convênio tem por finalidade a concessão de descontos nas mensalidades dos cursos de preparação para Concursos Públicos, cursos preparatórios para exames vestibulares ,cursos de idioma da língua inglesa e Ensino Médio regular oferecidos pela CONVENIADA, aos beneficiários descritos no item 1.2 desta cláusula, conforme percentuais previstos noitem 2.1.1 da cláusula segunda.
1.2 - São beneficiários do presente Convênio os servidores estatais em exercício na Prefeitura Municipal de Palhoça e seus dependentes diretos, que doravante estarão denominados como BENEFICIÁRIOS.
1.3 - O desconto mencionado na cláusula 1.1 acima é pessoal e intransferível, e não poderá ser convertido em dinheiro ou utilizado para outro fim que não o pagamento do valor de cursos oferecidos pela CONVENIADA.

CLÁUSULA 2ª - OBRIGAÇÕES DAS PARTES
2.1 - Durante o prazo de vigência do Convênio, sem prejuízo das demais obrigações assumidas, a CONVENIADA obriga-se a:
a) Conceder aos Beneficiários descontos de 10% (DEZ por cento) nos Cursos oferecidos pela CONVENIADA.
b) Possibilitar a renovação dos descontos semestralmente, enquanto o Convênio estiver vigente, desde que atendidas as suas condições.
c) Não utilizar o nome "Prefeitura Municipal de Palhoça" com finalidade distinta da prevista nesse convênio, ressalvando-se o direito da CONVENIADA fazer referência a terceiros que mantém convênio com a Prefeitura Municipal de Palhoça para concessão de descontos sobre mensalidades escolares.
d) Fornecer todas as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça no tocante aos beneficiários do presente convênio.

2.2 - Durante o prazo de vigência do Convênio, sem prejuízo das demais obrigações assumidas, a CONVENENTE obriga-se a:
a) Divulgar por meio de seus veículos internos de comunicação os termos do Convênio.
b) Distribuir aos BENEFICIÁRIOS o material de divulgação fornecido pela CONVENIADA.

CLAÚSULA 3ª - GESTÃO FINANCEIRA
3.1 - No Convênio em questão não haverá aporte ou repasses de valores entre a CONVENIADA e a CONVENENTE.
3.2 - A CONVENENTE não efetuará descontos em folha de pagamento para fins de quitação das mensalidades de que trata o presente Convênio.
3.3 - Os BENEFICIÁRIOS pagarão as mensalidades diretamente na rede bancária credenciada ou em local indicado pela CONVENIADA.
3.4 - CONVENENTE e CONVENIADA não responderão por inadimplência dos BENEFICIÁRIOS.
3.5 - O percentual de desconto incidirá apenas sobre o valor das mensalidades efetuadas até o seu vencimento e na forma estabelecida no respectivo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais a ser firmado entre a CONVENIADA e os BENEFICIÁRIOS.
3.6 - O percentual de desconto incidirá apenas sobre o valor das parcelas de semestralidade, ficando excluído do referido desconto o valor correspondente à aquisição de materiais didáticos, de taxas de biblioteca, ou de quaisquer outras taxas e compromissos assumidos pelos BENEFICIÁRIOS.

CLÁUSULA 4ª - OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS
4.1 - Os BENEFICIÁRIOS que se enquadram na categoria de servidor deverão comprovar o vínculo empregatício ou estatutário com a CONVENENTE, apresentando à CONVENIADA, no ato da solicitação do benefício e também nas suas sucessivas renovações, carteira funcional/crachá (quando servidor estatutário), CTPS (quando empregado público), contracheque atual, carteira de identidade e comprovante de matrícula do semestre letivo vigente, e outros documentos que por ventura venham a ser solicitados pela CONVENIADA.
4.2 - Os BENEFICIÁRIOS deverão pagar a parcela de semestralidade devida à CONVENIADA até a data de seu vencimento, sob pena de não incidência do benefício.
4.3 - Os BENEFICIÁRIOS estarão sujeitos ao Regimento, Estatuto e demais normas e procedimentos internos da CONVENIADA, como também ao que se propõe no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais que virão a anuir, durante o período em que fizerem parte de seu corpo discente.

CLÁUSULA 5ª - VIGÊNCIA
5.1 - O presente Convênio terá vigência por prazo indeterminado podendo ser cancelado por qualquer uma das partes mediante comunicação escrita com 30 (trinta dias) de antecedência.

CLÁUSULA 6ª - RENÚNCIA E ENCERRAMENTO
6.1 - O presente instrumento encerrar-se-á de pleno direito pelo advento de seu termo, sem prorrogação, pela impossibilidade de consecução de seu objeto, ou por mútuo consentimento das partes.
6.2 - CONVENENTE e CONVENIADA poderão, a qualquer tempo, renunciar o presente Convênio, mediante prévia notificação, cujos efeitos consubstanciar-se-ão no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento.
6.3 - Os descontos concedidos aos beneficiários em razão do convênio serão mantidos até a conclusão do curso iniciado, independente de expiração ou denúncia do Convênio.
6.3.1 - Aplica-se o disposto no item 6.3 apenas aos beneficiários que não estejam em débito com a CONVENIADA.

CLAUSULA 7ª - CASOS OMISSOS
7.1 - O casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmado, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLAUSULA 8ª - FORO
8.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça - SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Convênio.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias com as testemunhas abaixo relacionadas.

Palhoça, 15 de maio de 2012.
Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHEIDT
Prefeito Municipal

MS ATLÂNTICO EDUCAÇÃO LTDA - CENTRO DE ENSINO
Sergio Luis Sarkis - Sócio-Diretor

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Concessão Real de Uso N° 002, de 09 de Abril de 2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 002, DE 09 DE ABRIL DE 2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESEN-VOLVIMENTO INTEGRAL PALHOÇA (CADI).

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Termo de Concessão Real de Uso, a PREFEITURA DE PALHOÇA, com sede à Av. Hilza Terezinha Pagani, nº280, bairro Parque Residencial Pagani, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o no 82.892.316/001-08, neste ato representado por seu titular o Senhor Prefeito RONÉRIO HEI-DERSCHEIDT, portador da C.I nº. 415.792, CPF nº179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, o CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PALHOÇA (CADI), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscri-to no CNPJ sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras, s/n°, Frei Damião, Palhoça/SC, neste ato representada por sua Presidente, Senhora MARIA JOSÉ OURIQUES DE SOUZA CHENK, brasileira, portadora do CPF n° 564.912.399-34 e RG n° 966.325-8, re-solvem celebrar o presente Termo Aditivo, ao instrumento pactuado no que dispõe a Lei Munici-pal nº 3.631, de 09 de abril de 2012 e Decreto Legislativo nº 234/2012, mediante as cláusulas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Primeira do Termo de Concessão Real de Uso nº 002, de 09 de abril de 2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - do Objeto

O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PALHOÇA (CADI) dá em Concessão, para nas atividades fins do CON-CESSIONÁRIO de TRÊS SALAS DE AULA, UMA BRINQUEDOTECA E DOIS BANHEIROS, como extensão do espaço físico do CEI Ulisses Guimarães, integrantes do imóvel de propriedade do CADI-PALHOÇA, situado na Rua das Palmeiras s/nº, Frei Damião, com Circunscrição na Comarca de Palhoça, constituído de terreno e construção de alvenaria."

CLÁUSULA SEGUNDA

A alínea "a" do item I, da Cláusula Terceira do Termo de Concessão Real de Uso nº 002, de 09 de abril de 2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - das Obrigações

I - Prefeitura de Palhoça (PMP) obriga-se:

a) Utilizar-se das três salas, brinquedoteca e dois banheiros para ativi-dades de Educação Infantil, como extensão do espaço físico do CEI Ulis-ses Guimarães, empregando todo o zelo na conservação e manutenção, e não permitir sua utilização para outros fins que não o outorgado por este instrumento."

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Palhoça, 27 de abril de 2012.
Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHEIDT
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Jocelete Isautina da Silveira dos Santos - Secretaria

CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PALHOÇA (CADI)
Maria José Ouriques de S. Chenk - Presidente

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º049/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º049/2011 – Pregão Presencial 020/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIOEASY DIAGNÓSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de tiras para teste de glicemia para distribuição a portadores de diabetes e utilização nas Unidades de Saúde. DATA: 17/05/2011 a 17/05/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	10.000	cx	Tiras para dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue venoso, arterial e neonatal, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 MG/DL, que utilize a tecnologia de amperometria. Caixa com 50 unidades. O fornecedor das tiras deverá disponibilizar em comodato, 1.000 aparelhos glicosímetros por amperometria, compatível com as tiras.	Bioeasy	R$ 18,00	R$180.00,00
						Total R$ 180.00,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º050/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º050/2011 – Pregão Presencial 023/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OXILAR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP. OBJETO: aquisição de cilindros e cargas de oxigênio medicinal para utilização nas emergências do SAMU e nas Unidades de Saúde. DATA: 17/05/2011 a 17/05/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de ferro de 7,00m	Linde	R$ 133,00	R$ 9.576,00
2	245	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 1,00m³	Linde	R$ 55,00	R$ 13.475,00
3	160	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 4,00m³	Linde	R$ 115,00	R$ 18.400,00
4	5	Unid.	Cilindro de oxigênio medicinal com capacidade para 4,00 m3, fabricado em alumínio, acompanhado com 01 regulador de pressão com fluxômetro, 01 conexão tomada dupla, 01 umidificador e 01 aspirador.	Linde	R$ 1.450,00	R$ 7.250,00
						Total R$ 48.701,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º051/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º051/2011 – Pregão Presencial 022/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: aquisição de suprimentos e materiais de informática para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e demais setores da secretaria municipal. DATA: 19/05/2011 a 19/05/2012.

ITEM	QTDE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	170	Unid.	Toner modelo TN 350 para Impressoras Brother MFC 7220, IntelliFax 2820 e HL 2040.	PS3	R$ 54,30	R$ 9.231,00
2	30	Unid.	Toner modelo TN 580 para Impressora Brother MFC 8860DN.	PS3	R$ 56,80	R$ 1.704,00
3	160	Unid.	Toner modelo TN 360 para Impressora Brother MFC 7440N e HL 2170W.	PS3	R$ 43,50	R$ 6.960,00
4	6	Unid.	Toner modelo TN 700 para Impressora Brother HL 7050.	Brother	R$ 225,00	R$ 1.350,00
5	5	Unid.	Toner modelo TN04BK cor black para impressora HL 2700CN	Brother	R$ 412,50	R$ 2.062,50
6	3	Unid.	Toner modelo TN04C cor cyan para impressora HL 2700CN	Brother	R$ 516,20	R$ 1.548,60
7	3	Unid.	Toner modelo TN04M cor magenta para impressora HL 2700CN	Brother	R$ 516,20	R$ 1.548,60
8	3	Unid.	Toner modelo TN04Y cor yellow para impressora HL 2700CN	Brother	R$ 516,20	R$ 1.54860
9	40	Unid.	Toner modelo 12018SL para Impressora Lexmark E120.	PS3	R$ 51,70	R$ 2.068,00
10	90	Unid.	Toner modelo E250A11L para Impressora Lexmark E250DN.	PS3	R$ 51,65	R$ 4.648,50
11	30	Unid.	Toner modelo 24018SL para Impressora Lexmark E332, E330, E332N.	PS3	R$ 51,80	R$ 1.554,00
12	10	Unid.	Toner modelo C7115A para Impressoras HP LaserJet 1000 e 1200.	PS3	R$ 39,80	R$ 398,00
13	10	Unid.	Toner modelo Q2612A para Impressoras HP LaserJet 1010 e 1015.	PS3	R$ 30,00	R$ 300,00
14	10	Unid.	Toner modelo Q7551A para Impressoras HP LaserJet Série P3000.	PS3	R$ 91,20	R$ 912,00
15	10	Unid.	Toner modelo CB435A para Impressoras HP LaserJet P1005.	PS3	R$ 37,00	R$ 370,00
16	10	Unid.	Toner modelo CE285A para Impressoras HP LaserJet Pro M1212nf.	PS3	R$ 36,80	R$ 368,00
17	10	Unid.	Toner modelo SCX-D5530B para impressora Samsung SCX-5530FN	PS3	R$ 87,20	R$ 872,00
18	10	Unid.	Toner cor black para impressora Samsung CPL-315	PS3	R$ 87,20	R$ 872,00
19	4	Unid.	Toner cor yellow para impressora Samsung CPL-315	PS3	R$ 87,20	R$ 348,80
20	4	Unid.	Toner cor magenta para impressora Samsung CPL-315	PS3	R$ 87,20	R$ 348,80
21	4	Unid.	Toner cor cyan para impressora Samsung CPL-315	PS3	R$ 87,20	R$ 348,80
22	4	Unid.	Toner modelo MLT-D105S para impressora Samsung SCX 4600	PS3	R$ 116,00	R$ 464,00
23	60	Unid.	Cilindro modelo DR 350 para Impressoras Brother MFC 7220, IntelliFax 2820 e HL 2040.	PS3	R$ 99,00	R$ 5.940,00
24	9	Unid.	Cilindro modelo DR 520 para Impressora Brother MFC 8860DN.	PS3	R$ 103,40	R$ 930,60
25	45	Unid.	Cilindro modelo DR 360 para Impressora Brother MFC 7440N e HL 2170W.	PS3	R$ 99,60	R$ 4.482,00
26	5	Unid.	Cilindro modelo DR 700 para Impressora Brother HL 7050.	Brother	R$ 207,00	R$ 1.035,00
28	9	Unid.	Cilindro modelo 12026XW para Impressora Lexmark E120.	PS3	R$ 62,00	R$ 558,00
30	15	Unidad	Cilindro modelo 12ª8302 para Impressora Lexmark E332, E330.	PS3	R$ 110,00	R$ 1.650,00
						Total R$ 54.421,80

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º052/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º052/2011 – Pregão Presencial 022/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: aquisição de suprimentos e materiais de informática para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e demais setores da secretaria municipal. DATA: 19/05/2011 a 19/05/2012.

ITEM	QTDE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	30	Unid.	Cilindro modelo E250X22G para Impressora Lexmark E250DN.	Canal Eco F250DN	R$ 88,00	R$ 2.640,00
39	40	Unid.	Fonte ATX 500W 20/24 pinos, voltagem automática	Duex-500SE	R$42,00	R$ 1.680,00
40	30	Unid.	Memória DDR2 2048MB 667MHZ	Markvision	R$ 87,00	R$ 2.610,00
41	20	Unid.	Memória DDR 1024MB 400MHZ	Markvision	R$ 95,00	R$1.900,00
42	10	Unid.	HD IDE 120GB 7200PRM	Maxtor	R$ 116,50	R$ 1.165,00
43	20	Unid.	HD Sata 320GB 7200RPM	Seagate	R$ 125,00	R$ 2.500,00
44	10	Unid.	Processador Core 2 DUO 2.93GHZ	Intel E7500	R$ 334,00	R$3.340,00
45	10	Unid.	Placa Mae P5KPL-AM	Asus	R$199,00	R$1.990,0
46	8	Unid.	Estabilizador 1000VA preto	Ragtech	R$ 178,00	R$ 1.424,00
47	5	Unid.	Estabilizador 700VA preto	Ragtech	R$ 160,00	R$ 800,00
48	3	Unid.	Placa de vídeo AGP 256MB FX5200NV	Nvidia	R$ 171,00	R$ 513,00
49	3	Unid.	Placa de vídeo PCI-E 512MB GF8400	Gforce	R$ 129,00	R$ 387,00
50	10	Unid.	Wireless USB	Encore	R$ 45,00	R$ 450,00

51	10	Unid.	Placa de rede 10/100	Encore	R$ 14,00	R$ 140,00
52	10	Unid.	Nodem ADSL 500B	D-link	R$ 88,00	R$ 880,00
53	10	Unid.	Wireless Router 120NBR	Encore	R$ 98,00	R$ 980,00
54	50	Unid.	Bateria fina 3V Placa Mae	Lithium Battery	R$ 3,00	R$ 150,00
56	3	Unid.	Gravador USB externo	Sansung	R$ 129,00	R$ 387,00
59	2	Peça	Alicate de cripar RJ11/RJ45	Multitoc	R$ 25,00	R$ 75,00
60	300	Unid.	Conector RJ 45 macho	Multitoc	R$ 0,57	R$ 171,00
61	100	Unid.	Conector RJ 11 macho	Multitoc	R$ 0,42	R$ 42,00
64	2	Unid.	HD USB externo 500GB	westerdigital	R$ 224,00	R$ 672,00
73	10	Unid.	Cabo flat 80 vias	Penzel	R4 8,50	R$ 85,00
74	10	Unid.	Cabo plat sata	Contac	R$ 3,00	R$ 30,00
75	10	Unid.	Cabo de força sata	Penzel	R$ 3,00	R$ 30,00
76	10	Unid.	Cabo de força micro	FLG	R$ 8,00	R$ 80,00
79	15	Unid.	Cabo USB 2.0 A/B impressora	Duex	R$ 8,00	R$ 120,00
80	30	Unid.	Extensor de cabo USB	Plus Cable	R$ 8,00	R$ 240,00
81	30	Unid.	Extensor de cabo PS2	Penzel	R$ 8,00	R$ 240,00
83	20	Unid.	Cabo de força padrão novo	Duex	R$ 8,00	R$ 160,00
						Total R$ 25.881,00

Extrato de Ata de Registro Depreços N.º048/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º048/2011 – Pregão Presencial n.º019/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IVANOR LUIZ MIGLIORINI – EPP. OBJETO: aquisição de refeições em porções individuais (tipo marmitex) destinada aos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde em atividade nas campanhas de vacinação, capacitações e em atividades nos eventos promovidos pela Diretoria de Vigilância em Saúde. DATA: 29/04/2011 a 29/04/2012.

Item	Quant.	Unidade	Descrição do Item	Preço Unitário	Preço total
01	3500	refeições	Fornecimento de refeição (tipo marmitex), com no mínimo: 02 tipos de carne, opções: carne assada, carne assada de panela, frango assado, frango ensopado, frango grelhado, arroz e/ou macarrão, feijão, batata, opções: maionese, batata ensopada, batata souté, 03 tipos de salada, opções: tomate, cebola, alface, repolho, cenoura e beterraba, crua/ralada ou cozida. As refeições deverão ser acondicionadas em embalagem de alumínio ou similar, pesando aproximadamente 700 gramas. As verduras deverão ser acondicionadas em embalagem a parte, pesando aproximadamente 150 gramas.	R$ 8,90	R$ 31.150,00
					VALOR TOTAL R$ 31.150,00

Pinheiro Preto

Prefeitura

Decreto Nº 3.618, de 15 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 3.618, DE 15 DE MAIO DE 2012.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5 º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA:
Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto, no valor de R$ 1.965,65 (Um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) conforme abaixo discriminado;

Órgão: 04 - Fundo de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 0401- Fundo de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0801 - Assistência Social Geral
Atividade: 4012 - Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 0100

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R$ 1.965,65 (Um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Órgão: 04 - Fundo de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 0401- Fundo de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0801 - Assistência Social Geral
Atividade: 4012 - Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 DE MAIO DE 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.185 de 14 de Maio de 2012.

PORTARIA N.185 DE 14 DE MAIO DE 2012.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTO ANTONIO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE MOTORISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 e 10.5 do edital de concurso público n.º 001/2012;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:
Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declara apto para o trabalho o candidato ANTONIO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA, para o cargo de Operador de Trator Agrícola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.189 de 15 de Maio de 2012.

PORTARIA N.189 DE 15 DE MAIO DE 2012.
NOMEIA ANTONIO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2012;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria n.º 189 de 14 de maio de 2012;

Considerando o item 10.4 e 10.5 do Edital de Concurso Público 001/2012;

RESOLVE:
Art. 1.º Nomear, mediante concurso público ANTONIO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA , brasileiro, casado, inscrito no CPF n.º 056.337.109-91, para o exercício do cargo público de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (IPREPI), com o salário inicial previsto em Lei, lotado na Secretaria de Agricultura.

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 108 de 05 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 108 DE 05 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR VALDIR BACH OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

Considerando, laudos médico apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Valdir BACH, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, gozo de 30(trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudos médicos apresentados, com inicio em 05

de abril de 2012 e termino em 04 de maio de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 05 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 183, de 08 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 183, DE 08 DE MAIO DE 2012.
NOMEIA ELEDIANE FATIMA GAIO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:
NOMEAR ELEDIANE FATIMA GAIO, brasileira, solteira inscrita no CPF sob nº 049.806.289-90, Residente na rua paulino Nora, s/n, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Coordenação de Serviços Administrativos, a partir de 08 de maio de 2012.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 08 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 184 de 11 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 184 DE 11 DE MAIO DE 2012.
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR VALDIR BACH OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

Considerando, laudos médico apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Valdir BACH, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, PRORROGAÇÃO de 120 (cento e vinte) dias de Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudos médicos apresentados, com inicio em 11 de maio de 2012 e termino em 07 de setembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 190 de 15 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 190 DE 15 DE MAIO DE 2012.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR VALDIR RITTER OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe o art. 166 da lei complementar 016/92,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor VALDIR RITTER ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, gozo de 02 (dois) anos consecutivos de Licença Sem Remuneração para tratar de Interesses Particulares, com inicio em 01 de março de 2012 e término em 01 de março de 2014.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 15 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 191 de 15 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 191 DE 15 DE MAIO DE 2012.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA ROSELI BALDISSERA MAZUTTI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe o art. 166 da lei complementar 016/92,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSELI BALDISSERA MAZUTTI ocupante do cargo efetivo de Professora, gozo de 02 (dois) anos consecutivos de Licença Sem Remuneração para tratar de Interesses Particulares, com inicio em 01 de abril de 2012 e término em 30 de março de 2014.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 15 de maio de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais e Estaduais: Nº 010/2012

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 010/2012

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:
Referente Mês de Abril/2012

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R$)
03/04/2012	FNDE	PNAE	R$ 2.442,00
04/04/2012	Sec. Estado Saúde	Atenção Básica	R$ 4.200,00
05/04/2012	FNDE	PNATE	R$ 4.074,82
05/04/2012	Sec. Estado de SC	Convênio Manutenção Malha	R$ 50.000,00
10/04/2012	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R$ 5.507,25
13/04/2012	Ministério da Saúde	PAB PACS	R$ 6.097,00

18/04/2012	Ministério da Saúde	PAB PSF	R$ 6.700,00
18/04/2012	Ministério da Saúde	PAB PSB	R$ 2.100,00
23/04/2012	FNAS	Piso Básico Variável II	R$ 1.000,00
23/04/2012	Sec. Estado Saúde	Atenção Básica	R$ 2.100,00
23/04/2012	Sec. Estado Saúde	Farmácia Básica	R$ 1.180,13
27/04/2012	FNDE	Salário Educação	R$ 7.249,97
27/04/2012	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R$ 1.295,40
27/04/2012	FNDE	FUNDEB	R$ 72.661,64
30/04/2012	FNDE	PNATE	R$ 4.074,82
30/04/2012	FNDE	PNAE	R$ 2.442,00
30/04/2012	FNDE	FUNDEB	R$ 8.419,17
30/04/2012	Sec. Estado de SC	Convênio Poço Artesiano	R$ 30.000,00

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 18 DE MAIO DE 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União

Prefeitura

Portaria N° 037/2012

PORTARIA Nº¬ 037, de 17 de maio de 2012.
Dispõe sobre substituição de membro em Comissão de Processo Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR MARILENE COTRIM DA SILVA BUCH, como membro da Comissão de Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 006 de 27 de janeiro de 2012, em substituição a Eduardo Ilha Bagolin.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de maio de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Contrato 0071/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 0071/2012
Partes: Município de Porto União e Consórcio de Informática na Gestão Publica Municipal (CIGA).

Objeto: Contratação da Associação Pública denominada "Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para que esta possa disponibilizar as publicações oficiais do Município em meio eletrônico, em conjunto com os demais Municípios pertencentes ao consórcio público criado especificamente para este fim.
Valor total 6.480,00(seis mil e quatrocentos e oitenta reais)
Vigência 31 de dezembro de 2012.
Base legal: Dispensa 006/2012 e lei 8.666/93

Porto União SC, 11 de maio de 2012
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL (CIGA).
Contratada

Extrato de Contrato 0073/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 0073/2012
Partes: Município de Porto União e CLJ Construtora e Materiais de Construção LTDA EPP

Objeto: Reconstrução de uma casa de madeira com 48 m ² que atende os operadores da Balsa de Santa Cruz do Timbó, situada na margem do rio Timbó, no município de Porto União.
Valor total 5.600,00(cinco mil e seiscentos reais)
Vigência 11 de junho de 2012.
Base legal: Dispensa 007/2012 e lei 8.666/93

Porto União SC, 11 de maio de 2012
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CLJ CONSTRUTORA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Contratada

Extrato de Retificação do Edital de Concorrência 001/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 046/2012
Extrato de Retificação do Edital de Concorrência 001/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 046/2012, publicado na Imprensa Oficial em 21/03/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 07 de Julho de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 17 de maio de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação N.° 006/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 071/2012
Dispensa de Licitação n.° 006/2012

Caracterização da Situação: O Município necessita ter um diário oficial municipal para disponibilizar suas publicações oficiais em meio eletrônico. tais como extratos de contratos, licitações, entre outros, nos termos do que determina a Lei n.º 8.666/93, bem como o caput do art. 37 da Constituição Federal (princípio da publicidade).

Descrição do Objeto: O objeto da presente dispensa é justamente a contratação da Associação Pública denominada "Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para que esta possa disponibilizar as publicações oficiais do Município em meio eletrônico, em conjunto com os demais Municípios pertencentes ao consórcio público criado especificamente para este fim.

Razão da Escolha: A razão da escolha recaiu sobre a Associação Pública em comento, na medida em que esta foi criada com a finalidade exclusiva de desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município ao CIGA será de R$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Órgão - Poder Executivo Porto União
Unidade - 0210 Encargos Gerais do Município
Atividade 2063 - CIGA - Consórcio de informática na gestão pública
Modalidade 3171-100 Transferência a Consórcios Públicos
Cod. 142
Complemento 31714101 - Despesa com Manut. De Outras Entid. De Direito Pub.

Modalidade 3371-100 Transferência a Consórcios Públicos
Cod. 143
Complemento 33714101 - Despesa com Manut. De Outras Entid. De Direito Pub.

Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art. 24, incisos II e XXVI, da Lei n.º 8.666/93 que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação, para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez, bem como na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

Porto União, 04 de maio de 2012
ROBERTO BONFLEUR
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 737/2012

Justificativa de Dispensa de Licitação N.° 007/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 070/2012
Dispensa de Licitação n.° 007/2012

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para realizar a reconstrução de uma casa de madeira com 48 m2 que atende aos operadores da Balsa de Santa Cruz do Timbó, situada na margem do Rio Timbó, no município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a reconstrução de uma casa de madeira com 48 m2 que atende aos operadores da Balsa de Santa Cruz do Timbó, situada na margem do Rio Timbó, no município de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa CLJ Construtora e Materiais de Construção Ltda EPP, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total a ser cobrado é de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Órgão - 0200- Poder Executivo
Unidade - 0207 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Atividade - 2016 - Manutenção da Secretaria de transportes e obras
Modalidade 4490-100 - Aplicações Diretas
Cod. 75
Complemento - 44905199 Outras Obras e Instalações

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 04 de maio de 2012.
ROBERTO BONFLEUR
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 737/2012

Rio do Sul

Prefeitura

Edital de Tomada de Preços 113/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 113/2012

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 2 5 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização viária, compreendendo a ligação entre as ruas Ana Neri e Av. Oscar Barcelos, bairro Santana, com extensão de 108,45 metros em Rio do Sul, com fornecimento de material e serviço em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.
O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.
Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.
Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 06 de junho de 2012, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da

Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 06 de junho de 2012, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 16 de maio de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 0292/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0292/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, portador(a) do
CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0292/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0292/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 213/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2130/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDIO SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 601.167.739-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 2130/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 2130/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

EDIO SCHNEIDER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 216/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ASTA HEIBER, portador(a) do CPF nº 379.333.889-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 216/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 216/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ASTA HEIBER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 217/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL, portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 217/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 218/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELZA NASAT O, portador(a) do CPF nº 194.083.079-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 218/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 218/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELZA NASATO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 219/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANA LOSI DEMARCHI, portador(a) do CPF nº 029.395.109-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 219/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CRISTIANA LOSI DEMARCHI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 221/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 988.556.979-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 221/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MONICA DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 228/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 228/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO, portador(a) do CPF nº 772.644.013-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 228/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 228/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 234/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALANA MARQUEZ CAPISTRANO, portador(a) do CPF nº 060.066.939-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 234/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 234/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ALANA MARQUEZ CAPISTRANO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 235/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 235/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA CRISTIANE IAT ZAC, portador(a) do CPF nº 891.490.179-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 235/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 235/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SANDRA CRISTIANE IATZAC
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 236/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE JAROSZ, portador(a) do CPF nº 050.786.949-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 236/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIANE JAROSZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 242/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINI DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 030.724.639-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 242/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELAINI DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 245/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO SALVALAGIO, portador(a) do CPF nº 047.976.069-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 245/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RODRIGO SALVALAGIO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 250/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL DOS SANT OS, portador(a) do CPF nº 048.440.049-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 250/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RAQUEL DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 251/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.661.719-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 251/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 255/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MATEUS MARCO BRANDL, portador(a) do CPF nº 556.754.849-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 255/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MATEUS MARCO BRANDL
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 256/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE VIEIRA POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 941.974.409-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 256/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 256/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 261/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA, portador(a) do CPF nº 852.361.879-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 261/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 261/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 262/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 262/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 262/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 263/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS, portador(a)
do CPF nº 004.909.109-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 263/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 264/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 364/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JARDEL GORES, portador(a) do CPF nº 046.907.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 364/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 364/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JARDEL GORES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 266/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE RIBEIRO DE ARAUJO, portador(a) do CPF nº 956.566.000-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 266/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

LUCILENE RIBEIRO DE ARAUJO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 267/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELES MARIA GONÇALVES, portador(a) do CPF nº 969.920.269-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 267/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 267/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSELES MARIA GONÇALVES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 273/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE FRONZA, portador(a) do CPF nº 831.523.509-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 273/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 273/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANE FRONZA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 274/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 016.392.149-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 274/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 275/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 275/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIWRSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE, portador(a) do CPF nº 870.087.263-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 275/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 275/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

KATIWRSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 277/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 506.258.619-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 277/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 278/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 278/2012 firmado em 06/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANA CATARINA FISCHER, portador(a) do CPF nº 812.522.699-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 278/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 278/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

IVANA CATARINA FISCHER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 280/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 280/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANDRO LEDRA, portador(a) do CPF nº 054.405.019-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 280/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 280/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

LEANDRO LEDRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 282/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 282/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RENATO STEINKE STIEBE, portador(a) do CPF nº 008.629.809-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 282/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 282/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RENATO STEINKE STIEBE
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 286/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 286/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JACQUES FARIAS, portador(a) do CPF nº 024.364.049-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 286/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 286/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JACQUES FARIAS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 288/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 288/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA AVANCINI, portador(a) do CPF nº 891.703.269-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 288/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 288/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

PATRICIA AVANCINI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 293/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO GONCALVES, portador(a) do CPF nº 015.601.429-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 293/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 293/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

LUCIANO GONCALVES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 294/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE GRACIANE FRANÇA, portador(a) do CPF nº 059.331.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 294/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 294/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

FRANCIELE GRACIANE FRANÇA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 296/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCOS ADRIANO HANG, portador(a) do CPF nº 003.617.249-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 296/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARCOS ADRIANO HANG
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 297/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA PERFOLL, portador(a) do CPF nº 733.913.529-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 297/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARCIA PERFOLL
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 299/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 299/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 299/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 299/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SUSANA MARIA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 300/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 003.698.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 300/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CRISTIANI SCHMITZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 303/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 303/2012 firmado em 07/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDILSON MACHADO, portador(a) do CPF nº 824.312.649-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 303/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 303/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

EDILSON MACHADO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 313/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT, portador(a) do CPF nº 821.641.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 313/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 313/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 319/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE VANESSA VANDRESEN, portador(a) do CPF nº 066.327.439-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 319/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSANE VANESSA VANDRESEN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 324/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 324/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI, portador(a) do CPF nº 047.975.579-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 324/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 324/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 329/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 329/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANA MARIA KORB, portador(a) do CPF nº 037.005.049-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 329/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 329/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSANA MARIA KORB
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 334/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 334/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) T ALITA HARBS, portador(a) do CPF nº 042.141.039-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 334/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 334/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

TALITA HARBS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 335/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 335/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE DUMKE MARCIANO, portador(a) do CPF nº 831.531.449-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 335/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 335/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSANE DUMKE MARCIANO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 340/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 715.522.609-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 340/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

LUCIA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 344/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 344/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 344/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 344/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

REGINA DUMKE VERLICK
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 351/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 351/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 351/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 351/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ZONEIDE DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 353/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 353/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINHA SOARES, portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 353/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 353/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSINHA SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 368/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 368/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA OROSINA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 014.354.599-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 368/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 368/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SILVIA OROSINA SILVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 369/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 369/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COST A SPINDOLA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 369/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 369/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 376/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 376/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPEL SEBOLD, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 376/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 376/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ZILMA KLOPPEL SEBOLD
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 382/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3822012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELITA MARIA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 3822012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3822012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSELITA MARIA SEBOLD
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 386/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 386/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 386/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 386/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RUBIANA MUTSCHLER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 389/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 389/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SORAIA FERRARI, portador(a) do CPF nº 021.125.599-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 389/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 389/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SORAIA FERRARI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 390/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 390/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 390/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 390/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 399/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 399/2012 firmado em 13/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS, portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 399/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 399/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SANTILIA DOS ANJOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 402/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 402/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE REGINA ROSSET TI MERIZ, portador(a) do CPF nº 006.462.199-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 402/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 402/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 404/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 404/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 007.798.389-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 404/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 404/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 405/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 405/2012 firmado em 13/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER, portador(a) do CPF nº 028.364.909-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 405/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 405/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 408/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 408/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL, portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 408/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 408/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SIDIANE LAURETE KNEIDL
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 414/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 414/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN, portador(a) do CPF nº 988.570.969-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 414/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 414/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 437/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 437/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE STOCK, portador(a) do CPF nº 059.542.569-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 437/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 437/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SIMONE STOCK
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 443/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 443/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETI ALVES, portador(a) do CPF nº 052.589.249-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 443/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 443/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SALETI ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 453/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 453/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINT IA LUCIANO, portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 453/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 453/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SINTIA LUCIANO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 460/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 460/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER, portador(a) do CPF nº 053.732.879-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 460/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 460/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 486/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 486/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA NAHRING W ERNKE, portador(a) do CPF nº 915.769.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 486/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 486/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

PATRICIA NAHRING WERNKE
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 487/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 487/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI CARMEN ZIMERMAN, portador(a) do CPF nº 474.293.300-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 487/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 487/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSELI CARMEN ZIMERMAN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato N° 491/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 491/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PROCHNOW, portador(a) do CPF nº 986.166.339-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 491/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 491/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELAINE PROCHNOW
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato N° 249/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO CENSI, portador(a) do CPF nº 058.409.809-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 249/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 249/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RODRIGO CENSI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato N° 253/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE MARA POSSAMAI JASPER, portador(a) do CPF nº 941.972.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 253/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 253/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

GISELE MARA POSSAMAI JASPER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato N° 281/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIELSON ADEMIR FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.956.299-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 281/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

NIELSON ADEMIR FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato N° 284/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEISON ROBERTO LONGO, portador(a) do CPF nº 056.892.789-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 284/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 284/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JEISON ROBERTO LONGO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 301/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2012 firmado em 07/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KISIANE CORDOVA GARBIN, portador(a) do CPF nº 084.725.399-62, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 301/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

KISIANE CORDOVA GARBIN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 306/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 306/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 30/04/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUSA APARECIDA CORREIA, portador(a) do CPF nº 036.150.189-74, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 306/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 306/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2012 e encerrando-se em 18/07/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Abril de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DANUSA APARECIDA CORREIA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

Aditivo 304/2012 FMS

TERMO ADITIVO 304 FMS - AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS DE SAÚDE REFERENTE À LICITAÇÃO CARTA CONVITE
N° 019/2008 - FMS

Por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos de saúde, que entre si celebram, de um lado o Município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Tuiuti, n° 154 - Centro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob n° 10.469.199/0001-55, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Srª Tânia Regina Cipriani, e de outra a empresa GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 04.813.163/0001-44, com sede na avenida Martin Luther, n° 111, sala 312, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada por José Luiz Knihs, inscrito no CPF/MF sob o n° 309.813.799-15, portador do documento de Registro Geral n° 756.708-1, Gerente Administrativo, resolvem firmar o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ITEM

O edital de licitação, tipo carta convite n° 19/2008 - FMS, objetivando a contratação de empresa especializada em coleta de resíduos de serviços de saúde para prestar serviços de coleta, transporte e destinação final adequada para os resíduos de serviços de saúde, gerados na Secretaria de Saúde e Postos de Saúde do município de Rio do Sul, de acordo com as normas ambientais vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor passará de R$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) para 7,44 (sete reais e quarenta e quatro centavos), aplicando o IGP-M acumulado dos últimos 12 meses (3,24%), por quilograma de resíduo coletado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato de prestação de serviços para mais doze meses vigindo a partir de 15/04/2012 até 14/04/2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Carta Convite N° 19/2008 e do contrato administrativo, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os

jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 16 de abril de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Secretária Municipal de Saúde

JOSE LUIZ KNIHS
Gerente Administrativo

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Aditivo 305/2012 FMS

TERMO ADITIVO 305/2012 FMS

Pelo presente termo aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços e Pregão Presencial 20/2009 FMS, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n° 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pela sua gestora, Srª Tânia Regina Cipriani, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 24.380.578/0020-41, situada na Rodovia BR 101, KM 17, Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE, daqui em diante denominada de CONTRATADA, entre si celebram o presente contrato, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de oxigenotarapia domiciliar para atender necessidades dos pacientes atendidos pelo departamento de enfermagem do Fundo Municipal de Saúde, conforme Pregão Presencial 20/2009, de 27/04/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Prorroga-se a vigência do contrato até o dia 28 de abril de 2013. Os valores pagos mensalmente pelos serviços sofrerão reajuste com base no índice nacional de preços ao consumidor - INPC, na ordem de 4,96%, passando ao valor de R$ 482,81 para locação de concentrador de oxigênio, e R$ 52,48 para a carga de oxigênio (m^3).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e do edital tipo Pregão Presencial 20/2009 não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 30 de abril de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ENIO LUCIO MONTEIRO
White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Contrato Administrativo 571/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 571/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI , na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI portador(a) do CPF nº 292.729.809-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Exp. Nardelli, 269, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor nível II - Geografia, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R$ 544,14 (quinhentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/05/2012 e encerrando-se em 16/08/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho
de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que

couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de maio de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 573/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 573/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI , na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 006.123.949-64, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Clemente Demarch 3990, Bairro Barra do Trombudo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Filosofia, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R$ 1.959,36 (mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/05/2012 e encerrando-se em 17/08/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho
de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de maio de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 574/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 574/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI , na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DIUVANI STEFFENS portador(a) do CPF nº 008.200.979-18, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rod. SC -302, 1122, Bairro Centro, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor nível II - História, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R$ 544,14 (quinhentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 17/05/2012 e encerrando-se em 16/08/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho
de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de maio de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

DIUVANI STEFFENS
Contratado (a)

Salto Veloso

Prefeitura

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2º Bim 2012

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Exercício Anterior (A)	Saldo Bimestre Anterior(B)	Saldo Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	26.734,21	26.734,21	26.734,21
DEDUÇÕES (II)	1.027.984,49	1.701.370,73	1.658.769,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.031.187,29	1.702.623,53	1.660.022,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-3.202,80	-1.252,80	-1.252,80
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	42.601,24	-630.785,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	41.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Saldo

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+[CPL]----------{ 001 }+

| CONSOLIDADO|

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

+----------+

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1° - Anexo I

| RECEITAS | P R E V I S Ã O | | RECEITAS REALIZADAS | | | |

| Categoria Econômica / Fontes | Inicial | p/ o Exercício | Bimestre | % | até o Bimestre | % | SALDO |

| | | (a) | (b) | (b/a) | (c) | (c/a) | (a-c) |

| RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I) | 15.626.020,00 | 15.626.020,00 | 3.026.080,38 | 19,370 | 5.733.911,69 | 36,690 | 9.892.108,31 |

| RECEITAS CORRENTES | 15.626.000,00 | 15.626.000,00 | 2.736.078,38 | 17,510 | 5.248.309,69 | 33,590 | 10.377.690,31 |

| RECEITA TRIBUTÁRIA | 490.000,00 | 490.000,00 | 168.518,60 | 34,390 | 255.858,22 | 52,220 | 234.141,78 |

| IMPOSTOS | 381.000,00 | 381.000,00 | 159.176,77 | 41,780 | 219.013,11 | 57,480 | 161.986,89 |

| TAXAS | 69.000,00 | 69.000,00 | 4.690,32 | 6,800 | 31.670,98 | 45,900 | 37.329,02 |

| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 40.000,00 | 40.000,00 | 4.651,51 | 11,630 | 5.174,13 | 12,940 | 34.825,87 |

| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 630.000,00 | 630.000,00 | 69.089,26 | 10,970 | 109.564,75 | 17,390 | 520.435,25 |

| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 550.000,00 | 550.000,00 | 55.213,21 | 10,040 | 95.688,70 | 17,400 | 454.311,30 |

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	13.876,05	17,350	13.876,05	17,350	66.123,95
RECEITA PATRIMONIAL	805.500,00	805.500,00	339.943,28	42,200	579.094,90	71,890	226.405,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	805.500,00	805.500,00	339.943,28	42,200	579.094,90	71,890	226.405,10
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	10.989,14	9,990	16.468,73	14,970	93.531,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.470.400,00	13.470.400,00	2.121.507,89	15,750	4.241.417,27	31,490	9.228.982,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.426.400,00	13.426.400,00	2.121.507,89	15,800	4.241.417,27	31,590	9.184.982,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	44.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.100,00	118.100,00	26.030,21	22,040	45.905,82	38,870	72.194,18
MULTAS E JUROS DE MORA	28.500,00	28.500,00	12.892,22	45,240	16.762,47	58,820	11.737,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	1.404,42	15,600	6.352,79	70,590	2.647,21
RECEITAS DIVERSAS	78.600,00	78.600,00	11.733,57	14,930	22.790,56	29,000	55.809,44
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	290.002,00	1450010,	485.602,00	2428010,	- 485.582,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	90.002,00	0,000	90.002,00	0,000	- 90.002,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	90.002,00	0,000	90.002,00	0,000	- 90.002,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	200.000,00	1000000,	395.600,00	1978000,	- 395.580,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	200.000,00	1000000,	395.600,00	1978000,	- 395.580,00
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	983.500,00	983.500,00	92.116,47	9,370	166.922,35	16,970	816.577,65

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.609.520,00	16.609.520,00	3.118.196,85	100,000	5.900.834,04	100,000	10.708.685,96
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.609.520,00	16.609.520,00	3.118.196,85	100,000	5.900.834,04	100,000	10.708.685,96
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.609.520,00	16.609.520,00	3.118.196,85		5.900.834,04		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	665.091,09	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	665.091,09	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	665.091,09	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO			EMPENHADA		LIQUIDADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%	Saldo a Liquidar
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício		((g+h)	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f)	(f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	15.626.020,00	2.350.690,09	17.976.710,09	2.460.754,61	6.065.381,92	2.635.743,23	4.812.092,98	0,00	26,77	13.164.617,11
DESPESAS CORRENTES	13.052.500,00	268.391,09	13.320.891,09	2.430.385,85	5.092.892,35	2.376.864,62	4.048.344,31	0,00	30,39	9.272.546,78
Pessoal e Encargos Sociais	6.358.000,00	133.481,94	6.491.481,94	1.046.713,38	2.034.949,72	1.039.151,68	2.026.219,73	0,00	31,21	4.465.262,21
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,00	9,65	108.420,07
Outras despesas Correntes	6.574.500,00	134.909,15	6.709.409,15	1.383.672,47	3.046.362,70	1.337.712,94	2.010.544,65	0,00	29,97	4.698.864,50
DESPESAS DE CAPITAL	715.020,00	2.082.299,00	2.797.319,00	30.368,76	972.489,57	258.878,61	763.748,67	0,00	27,30	2.033.570,33
Investimentos	679.020,00	2.082.299,00	2.761.319,00	30.368,76	972.489,57	258.878,61	763.748,67	0,00	27,66	1.997.570,33
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Amortização da Dívida	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	1.748.500,00	0,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	983.500,00	0,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	0,00	13,86	847.222,25
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.609.520,00	2.350.690,09	18.960.210,09	2.545.469,88	6.207.289,89	2.714.828,28	4.948.370,73	0,00	26,10	14.011.839,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.609.520,00	2.350.690,09	18.960.210,09	2.545.469,88	6.207.289,89	2.714.828,28	4.948.370,73	0,00	26,10	14.011.839,36
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	952.463,31	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.609.520,00	2.350.690,09	18.960.210,09	2.545.469,88	6.207.289,89	3.118.196,85	5.900.834,04	0,00	26,10	14.011.839,36

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	92.116,47	9,370	166.922,35	16,970	816.577,65
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	92.116,47	9,370	166.922,35	16,970	816.577,65
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	100.000,00	100.000,00	12.223,26	12,220	28.254,37	28,250	71.745,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	79.893,21	9,040	138.667,98	15,700	744.832,02
TOTAL	983.500,00	983.500,00	92.116,47		166.922,35		816.577,65

								INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR			
	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO PROCESSADOS	% ((g+h)	Saldo a Liquidar
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício			

	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f)	(f-(g+h))
DESPESAS CORRENTES	983.500,00	0,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	5.630,22	14,43	847.222,25
Pessoal e Encargos Sociais	983.500,00	0,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	5.630,22	14,43	847.222,25
TOTAL	983.500,00	0,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	5.630,22	14,43	847.222,25

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.626.020,00	17.976.710,09	2.460.754,61	6.065.381,92	2.635.743,23	4.812.092,98	100,00	26,77	13.164.617,11
01	LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	44.587,92	82.091,55	44.825,13	79.912,54	1,66	18,18	359.587,46
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	44.587,92	82.091,55	44.825,13	79.912,54	1,66	18,18	359.587,46
	Subtotal	439.500,00	439.500,00	44.587,92	82.091,55	44.825,13	79.912,54	1,66	18,18	359.587,46
04	ADMINISTRAÇÃO	2.083.300,00	2.086.900,00	304.697,66	1.009.430,34	347.897,80	658.509,37	13,68	31,55	1.428.390,63
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.083.300,00	2.086.900,00	304.697,66	1.009.430,34	347.897,80	658.509,37	13,68	31,55	1.428.390,63
	Subtotal	2.522.800,00	2.526.400,00	349.285,58	1.091.521,89	392.722,93	738.421,91	15,35	29,23	1.787.978,09
06	SEGURANÇA PÚBLICA	44.000,00	62.136,58	6.197,70	15.994,90	10.033,09	12.161,87	0,25	19,57	49.974,71
06.181	POLICIAMENTO	44.000,00	62.136,58	6.197,70	15.994,90	10.033,09	12.161,87	0,25	19,57	49.974,71
	Subtotal	2.566.800,00	2.588.536,58	355.483,28	1.107.516,79	402.756,02	750.583,78	15,60	29,00	1.837.952,80
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	590.101,00	595.344,37	93.941,77	216.606,77	126.546,71	172.697,13	3,59	29,01	422.647,24
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	10.000,00	10.000,00	6.750,00	6.824,05	6.750,00	6.824,05	0,14	68,24	3.175,95
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	580.101,00	585.344,37	87.191,77	209.782,72	119.796,71	165.873,08	3,45	28,34	419.471,29
	Subtotal	3.156.901,00	3.183.880,95	449.425,05	1.324.123,56	529.302,73	923.280,91	19,19	29,00	2.260.600,04
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	93.467,53	185.005,45	84.148,15	165.738,07	3,44	27,39	439.261,93
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	605.000,00	605.000,00	93.467,53	185.005,45	84.148,15	165.738,07	3,44	27,39	439.261,93
	Subtotal	3.761.901,00	3.788.880,95	542.892,58	1.509.129,01	613.450,88	1.089.018,98	22,63	28,74	2.699.861,97
10	SAÚDE	2.866.053,00	3.101.698,67	587.203,22	1.269.613,53	533.193,08	1.001.725,09	20,82	32,30	2.099.973,58
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.687.052,00	2.907.754,77	563.329,00	1.242.937,31	513.624,96	982.104,97	20,41	33,78	1.925.649,80
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	24.000,00	26.473,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.473,15
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	1.344,06	1.396,06	1.314,06	1.366,06	0,03	3,79	34.633,94
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	0,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	0,06	12,97	18.450,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	22.530,16	22.530,16	15.504,06	15.504,06	0,32	14,73	89.765,69
10.605	ABASTECIMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

	Subtotal	6.627.954,00	6.890.579,62	1.130.095,80	2.778.742,54	1.146.643,96	2.090.744,07	43,45	30,34	4.799.835,55
12	EDUCAÇÃO	3.203.554,00	3.507.172,42	572.743,83	1.451.242,26	591.467,16	1.367.827,31	28,42	39,00	2.139.345,11
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.554,00	2.777.172,42	400.345,24	1.115.589,53	405.328,90	1.036.943,28	21,55	37,34	1.740.229,14
12.364	ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	710.000,00	710.000,00	172.398,59	335.652,73	186.138,26	330.884,03	6,88	46,60	379.115,97
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	9.831.508,00	10.397.752,04	1.702.839,63	4.229.984,80	1.738.111,12	3.458.571,38	71,87	33,26	6.939.180,66
13	CULTURA	182.000,00	186.000,00	101.109,48	114.255,54	33.242,48	39.683,54	0,82	21,34	146.316,46
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	182.000,00	186.000,00	101.109,48	114.255,54	33.242,48	39.683,54	0,82	21,34	146.316,46
	Subtotal	10.013.508,00	10.583.752,04	1.803.949,11	4.344.240,34	1.771.353,60	3.498.254,92	72,70	33,05	7.085.497,12
15	URBANISMO	654.004,00	2.317.003,00	78.144,44	671.038,83	333.142,67	409.442,24	8,51	17,67	1.907.560,76
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.004,00	1.733.003,00	0,00	412.314,75	201.118,23	204.770,23	4,26	11,82	1.528.232,77
15.452	SERVIÇOS URBANOS	584.000,00	584.000,00	78.144,44	258.724,08	132.024,44	204.672,01	4,25	35,05	379.327,99
	Subtotal	10.667.512,00	12.900.755,04	1.882.093,55	5.015.279,17	2.104.496,27	3.907.697,16	81,21	30,29	8.993.057,88
16	HABITAÇÃO	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
	Subtotal	10.677.513,00	12.910.756,04	1.882.093,55	5.015.279,17	2.104.496,27	3.907.697,16	81,21	30,27	9.003.058,88
17	SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	10.682.513,00	12.915.756,04	1.882.093,55	5.015.279,17	2.104.496,27	3.907.697,16	81,21	30,26	9.008.058,88
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	10.687.513,00	12.920.756,04	1.882.093,55	5.015.279,17	2.104.496,27	3.907.697,16	81,21	30,24	9.013.058,88
20	AGRICULTURA	699.003,00	699.003,00	164.965,56	336.657,98	166.923,72	286.378,87	5,95	40,97	412.624,13

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
20.606	EXTENÇÃO RURAL	699.003,00	699.003,00	164.965,56	336.657,98	166.923,72	286.378,87	5,95	40,97	412.624,13
	Subtotal	11.386.516,00	13.619.759,04	2.047.059,11	5.351.937,15	2.271.419,99	4.194.076,03	87,16	30,79	9.425.683,01
22	INDÚSTRIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
	Subtotal	11.407.516,00	13.640.759,04	2.047.059,11	5.351.937,15	2.271.419,99	4.194.076,03	87,16	30,75	9.446.683,01
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
23.695	TURISMO	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
	Subtotal	11.435.518,00	13.668.761,04	2.047.059,11	5.351.937,15	2.271.419,99	4.194.076,03	87,16	30,68	9.474.685,01
26	TRANSPORTE	1.782.002,00	1.899.449,05	361.635,43	636.645,79	321.427,49	552.182,29	11,47	29,07	1.347.266,76
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.782.002,00	1.899.449,05	361.635,43	636.645,79	321.427,49	552.182,29	11,47	29,07	1.347.266,76
	Subtotal	13.217.520,00	15.568.210,09	2.408.694,54	5.988.582,94	2.592.847,48	4.746.258,32	98,63	30,49	10.821.951,77
27	DESPORTO E LAZER	230.000,00	230.000,00	52.060,07	65.219,05	42.895,75	54.254,73	1,13	23,59	175.745,27
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	230.000,00	230.000,00	52.060,07	65.219,05	42.895,75	54.254,73	1,13	23,59	175.745,27
	Subtotal	13.447.520,00	15.798.210,09	2.460.754,61	6.053.801,99	2.635.743,23	4.800.513,05	99,76	30,39	10.997.697,04
28	ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,24	3,62	308.420,07
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,24	3,62	308.420,07
	Subtotal	13.767.520,00	16.118.210,09	2.460.754,61	6.065.381,92	2.635.743,23	4.812.092,98	100,00	29,86	11.306.117,11
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
	Subtotal	13.877.520,00	16.228.210,09	2.460.754,61	6.065.381,92	2.635.743,23	4.812.092,98	100,00	29,65	11.416.117,11
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
	Subtotal	15.626.020,00	17.976.710,09	2.460.754,61	6.065.381,92	2.635.743,23	4.812.092,98	100,00	26,77	13.164.617,11
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	983.500,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	2,83	13,86	847.222,25

TOTAL(III)=(I+II)	16.609.520,00	18.960.210,09	2.545.469,88	6.207.289,89	2.714.828,28	4.948.370,73	102,83	26,10	14.011.839,36

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	983.500,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	2,83	13,86	847.222,25
01	LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.000,37	1.483,64	1.000,37	1.483,64	0,03	14,13	9.016,36
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.000,37	1.483,64	1.000,37	1.483,64	0,03	14,13	9.016,36
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	12.274,38	21.312,12	12.274,38	21.312,12	0,44	15,79	113.687,88
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	12.274,38	21.312,12	12.274,38	21.312,12	0,44	15,79	113.687,88
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10	SAÚDE	90.000,00	90.000,00	16.717,08	26.424,99	11.086,86	20.794,77	0,43	23,11	69.205,23
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	90.000,00	90.000,00	16.717,08	26.424,99	11.086,86	20.794,77	0,43	23,11	69.205,23
12	EDUCAÇÃO	430.000,00	430.000,00	33.392,81	54.434,01	33.392,81	54.434,01	1,13	12,66	375.565,99
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	340.000,00	340.000,00	29.399,75	48.594,53	29.399,75	48.594,53	1,01	14,29	291.405,47
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	90.000,00	3.993,06	5.839,48	3.993,06	5.839,48	0,12	6,49	84.160,52
13	CULTURA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
15	URBANISMO	55.000,00	55.000,00	4.838,64	9.070,01	4.838,64	9.070,01	0,19	16,49	45.929,99
15.452	SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	55.000,00	4.838,64	9.070,01	4.838,64	9.070,01	0,19	16,49	45.929,99
20	AGRICULTURA	75.000,00	75.000,00	8.078,98	14.709,85	8.078,98	14.709,85	0,31	19,61	60.290,15
20.606	EXTENÇÃO RURAL	75.000,00	75.000,00	8.078,98	14.709,85	8.078,98	14.709,85	0,31	19,61	60.290,15
26	TRANSPORTE	140.000,00	140.000,00	8.413,01	14.473,35	8.413,01	14.473,35	0,30	10,34	125.526,65
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	140.000,00	140.000,00	8.413,01	14.473,35	8.413,01	14.473,35	0,30	10,34	125.526,65
27	DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	TOTAL	983.500,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	2,83	13,86	847.222,25

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2011 A ABRIL/2012 |

+----------+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.377.302,63	1.300.988,80	1.346.771,84	1.500.544,03	1.329.328,16	1.761.374,88	1.475.924,53
Receita Tributária	22.926,16	13.750,06	54.158,88	19.845,89	19.870,99	22.167,41	65.948,79
IPTU	1.635,55	60,28	1.558,77	607,39	546,26	168,16	756,61
ISS	4.458,74	618,48	6.010,33	7.306,79	10.586,59	5.111,60	27.503,29
ITBI	4.107,00	0,00	0,00	1.204,00	130,80	3.587,96	4.952,70
IRRF	7.695,90	8.226,85	31.440,63	7.913,90	7.898,61	8.074,37	24.767,47
Outras	5.028,97	4.844,45	15.149,15	2.813,81	708,73	5.225,32	7.968,72
Receita de Contribuições	20.016,40	45.416,67	26.428,12	29.132,53	31.672,59	27.844,55	40.906,39
Receita Patrimonial	86.093,15	25.416,93	58.188,16	256.318,30	54.699,82	97.855,66	110.469,96
Receita Agropecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.231,77	8.137,27	0,00	6.340,87	3.215,17	11.893,18	7.656,87
Transferências Correntes	1.230.737,06	1.191.789,40	1.176.788,24	1.188.579,19	1.203.016,94	1.579.120,63	1.280.832,59
Cota-Parte do FPM	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82
Cota-Parte do ICMS	500.327,17	508.374,90	541.951,56	538.077,21	568.418,84	574.607,26	578.734,76
Cota-Parte do IPVA	32.201,42	25.922,17	31.358,12	23.624,81	25.756,79	27.073,58	21.328,79
Cota-Parte do ITR	14,67	83,89	19,33	23,80	840,09	1.142,58	44,36
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.934,78	2.934,78	2.934,78	1.760,87	4.108,69	2.934,78
Transferência do FUNDEB	156.086,57	152.430,48	148.882,02	151.581,68	156.374,09	163.867,20	163.056,51
Outras Transferências	74.784,54	82.900,37	95.087,78	104.544,40	156.245,89	422.378,08	106.969,57
Demais Receitas Correntes	7.298,09	16.478,47	31.208,44	327,25	16.852,65	22.493,45	-29.890,07
II-DEDUÇÕES	214.556,57	212.062,51	206.891,24	207.646,81	198.329,44	221.438,37	223.359,46
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50	19.968,62	18.823,25
Servidor	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50	19.968,62	18.823,25

Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	201.901,87	193.260,28	188.510,31	188.431,96	179.526,94	201.469,75	204.536,21
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.162.746,06	1.088.926,29	1.139.880,60	1.292.897,22	1.130.998,72	1.539.936,51	1.252.565,07

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2011 A ABRIL/2012 |

+----------+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	Mes Atual	TOTAL	Previsão Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.932.264,75	1.442.025,40	1.481.478,39	1.483.588,77	1.648.392,71	18.079.984,89	18.221.200,00
Receita Tributária	53.144,73	26.460,19	60.879,43	113.271,87	55.246,73	527.671,13	490.000,00
IPTU	1.324,40	218,00	16.534,38	83.993,62	21.140,50	128.543,92	130.000,00
ISS	19.635,36	11.273,31	5.779,40	13.819,99	14.803,84	126.907,72	86.000,00
ITBI	6.890,00	6.061,09	4.580,00	1.812,00	1.460,00	34.785,55	15.000,00
IRRF	24.987,45	7.952,43	7.437,73	11.263,44	10.883,38	158.542,16	150.000,00
Outras	307,52	955,36	26.547,92	2.382,82	6.959,01	78.891,78	109.000,00
Receita de Contribuições	50.381,94	14.831,12	25.644,37	41.062,67	28.026,59	381.363,94	630.000,00
Receita Patrimonial	18.029,25	114.740,83	124.410,79	117.547,60	222.395,68	1.286.166,13	805.500,00
Receita Agropecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	22.914,98	470,65	5.008,94	3.732,70	7.256,44	86.858,84	110.000,00
Transferências Correntes	1.680.742,56	1.271.190,64	1.259.991,22	1.198.615,15	1.318.795,84	15.580.199,46	16.065.600,00
Cota-Parte do FPM	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	4.921.451,36	5.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	589.204,96	555.135,38	488.024,57	531.034,90	555.858,04	6.529.749,55	6.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.847,06	18.971,63	25.450,47	40.700,78	29.717,53	313.953,15	340.000,00
Cota-Parte do ITR	21,93	49,47	12,36	0,00	31,74	2.284,22	2.000,00
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.764,62	0,00	2.764,62	2.762,11	31.769,59	44.000,00
Transferência do FUNDEB	168.944,37	175.570,05	163.507,39	171.852,50	181.439,93	1.953.592,79	2.000.000,00
Outras Transferências	434.197,48	87.713,74	61.653,69	98.187,37	102.735,89	1.827.398,80	1.179.600,00
Demais Receitas Correntes	107.051,29	14.331,97	5.543,64	9.358,78	16.671,43	217.725,39	118.100,00
II-DEDUÇÕES	254.626,91	212.572,83	228.087,03	206.694,66	229.170,10	2.615.435,93	2.995.200,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	232.583,53	400.000,00
Servidor	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	232.583,53	400.000,00

Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	218.039,50	202.463,56	208.808,92	187.355,13	208.547,97	2.382.852,40	2.595.200,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.677.637,84	1.229.452,57	1.253.391,36	1.276.894,11	1.419.222,61	15.464.548,96	15.226.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012 |

+----------+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO									
	0,00	580,80	0,00	0,00	580,80	44.323,82	0,00	0,00	44.323,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO									
	0,00	2.622,00	0,00	1.950,00	672,00	216,44	0,00	0,00	216,44
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE SALTO VELOSO									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO									
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80	44.540,26	0,00	0,00	44.540,26

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)									
EXECUTIVO									

LEGISLATIVO									
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	1.100.000,00	1.100.000,00	360.132,41	612.140,36	279.919,95
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	360.132,41	612.140,36	279.919,95
Receita de Contribuições	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	279.919,95
Pessoal Civil	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciaria entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	320.170,75	542.791,32	209.982,51
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliarios	700.000,00	700.000,00	320.170,75	542.791,32	209.982,51
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	1.983.500,00	1.983.500,00	440.025,62	750.808,34	419.794,89

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação p/ o Exercício	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Exerc.Atual Até o Bim.	Período de Referência Ano Anterior

DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	600.000,00	600.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	600.000,00	600.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	250.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pessoal Civil	0,00	0,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Aposentadorias	0,00	0,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Beneficios Previdenciarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	450.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	600.000,00	600.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	1.383.500,00	1.383.500,00	361.297,67	597.947,97	282.663,19

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Financeiro	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiencias Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferencia Financeira	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Previdenciario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior(03/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	8.018.920,83	7.578.714,29	8.278.695,11
Investimentos	0,00	0,00	0,00

			Receitas Realizadas		Exercício
	Previsão	Previsão	No	Exerc.Atual	Anterior até
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	o Bimestre
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
Contribuição Patronal Ativo Civil	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	0,00
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94

			Despesas Liquidadas		Período de
	Dotação	Dotação p/	No	Exerc.Atual	Referência
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo Exercício Anterior (A)	Saldo Bimestre Anterior(B)	Saldo Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	26.734,21	26.734,21	26.734,21
DEDUÇÕES (II)	1.027.984,49	1.701.370,73	1.658.769,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.031.187,29	1.702.623,53	1.660.022,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-3.202,80	-1.252,80	-1.252,80
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28

	Período de Referencia No Bimestre (c-b)	Período de Referencia Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	42.601,24	-630.785,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	41.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Saldo

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Primario |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	Até o Bimestre	Período de Ref.Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.804.000,00	2.488.251,57	4.836.137,14	4.537.075,23
Receita Tributária	490.000,00	168.518,60	255.858,22	176.187,90
IPTU	130.000,00	105.134,12	121.886,50	80.316,03
ISS	86.000,00	28.623,83	45.676,54	30.544,34
IRRF	150.000,00	22.146,82	37.536,98	31.288,99
ITBI	15.000,00	3.272,00	13.913,09	4.756,00
Outras	109.000,00	9.341,83	36.845,11	29.282,54
Receita de Contribuição	2.597.000,00	253.322,20	443.409,45	459.366,50
Receita Previdenciária	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Outras Contribuições	230.000,00	29.127,60	40.215,71	56.516,36
Receitas Previdênciarias	983.500,00	92.116,47	166.922,35	166.456,35
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	805.500,00	339.943,28	579.094,90	237.104,10
(-) Aplicações Financeiras	805.500,00	339.943,28	579.094,90	237.104,10
Transferências Correntes	13.470.400,00	2.121.507,89	4.241.417,27	3.949.878,04
FPM	4.640.000,00	640.260,52	1.402.123,39	1.268.054,53
ICMS	5.360.000,00	869.630,76	1.704.158,87	1.612.539,50
Outras Transferências	3.470.400,00	611.616,61	1.135.135,01	1.069.284,01
Demais Receitas Correntes	230.100,00	37.019,35	62.374,55	118.099,14
Dívida Ativa	9.000,00	1.404,42	6.352,79	7.338,59
Diversas Receitas Correntes	221.100,00	35.614,93	56.021,76	110.760,55
Receitas de Capital (II)	20,00	290.002,00	485.602,00	137.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	90.002,00	90.002,00	37.000,00
Tranferências de Capital	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00

Outras Transferências de Capital	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	15.804.020,00	2.688.251,57	5.231.737,14	4.637.075,23

	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
DESPESAS PRIMARIAS	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref.Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	14.304.391,09	2.455.949,67	4.184.622,06	3.888.381,03
Pessoal e Encargos Sociais	7.459.981,94	1.116.443,05	2.149.903,80	1.895.895,20
Outras Despesas Correntes	6.724.409,15	1.339.506,62	2.023.138,33	1.983.380,03
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	0,00	11.579,93	9.105,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	14.184.391,09	2.455.949,67	4.173.042,13	3.879.275,23
Despesas de Capital (XI)	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	266.052,03
Investimentos	2.761.319,00	258.878,61	763.748,67	257.392,65
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	30.000,00	0,00	0,00	8.659,38
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.767.319,00	258.878,61	763.748,67	257.392,65
Reserva de Conting. (XVI)	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	355.877,47	585.070,27	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.061.710,09	3.070.705,75	5.521.861,07	4.136.667,88
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.257.690,09	-382.454,18	-290.123,93	500.407,35
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			665.091,09	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-655.500,00

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Primario |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	392.000,00	392.000,00	162.887,40	224.360,41	57,23
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	141.000,00	141.000,00	108.844,75	127.233,80	90,24
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	130.000,00	130.000,00	105.134,12	121.886,50	93,76
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	158,59	158,59	7,93
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	6.000,00	6.000,00	530,93	959,61	15,99
1.1.4- Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de	3.000,00	3.000,00	3.021,11	4.229,10	140,97
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	15.000,00	15.000,00	3.272,00	13.913,09	92,75
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	15.000,00	15.000,00	3.272,00	13.913,09	92,75
1.3 - Receita Resultante do - ISS	86.000,00	86.000,00	28.623,83	45.676,54	53,11
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	86.000,00	86.000,00	28.623,83	45.676,54	53,11
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	150.000,00	150.000,00	22.146,82	37.536,98	25,02
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	150.000,00	150.000,00	22.146,82	37.536,98	25,02
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.976.000,00	12.976.000,00	1.980.098,51	4.036.462,09	31,11
2.1 - Cota Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	800.325,58	1.752.654,07	30,22
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.800.000,00	5.800.000,00	800.325,58	1.752.654,07	30,22
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	1.086.892,94	2.130.052,89	31,79
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	5.526,73	8.291,35	18,84
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	16.903,21	30.529,80	33,92
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.000,00	2.000,00	31,74	93,57	4,68
2.6- Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	70.418,31	114.840,41	33,78
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	13.368.000,00	13.368.000,00	2.142.985,91	4.260.822,50	31,87

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	293.000,00	293.000,00	53.650,87	96.624,86	32,98
5.1- Transferência do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	32.346,49	75.320,48	37,66
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	60.000,00	60.000,00	16.380,00	16.380,00	27,30

5.2- Transferencias do PNATE	33.000,00	33.000,00	4.924,38	4.924,38	14,92
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n. 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n.023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Açao nº 023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	293.004,00	293.004,00	53.650,87	96.624,86	32,98

[www.cplinformatica.com.br] 002

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.400,00	2.586.400,00	394.797,76	805.517,32	31,14
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	160.065,06	350.530,68	30,22
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	217.262,18	425.894,02	31,78
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.380,69	6.106,05	33,92
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	400,00	400,00	6,34	18,69	4,67
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	14.083,49	22.967,88	33,78
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.010.000,00	2.010.000,00	354.330,30	693.684,98	34,51
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	353.292,43	692.369,87	34,62
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	1.037,87	1.315,11	13,15
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	586.400,00	586.400,00	41.505,33	113.147,45	19,30

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.700.000,00	1.700.000,00	264.329,06	468.389,88	27,55
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	71.903,63	139.138,46	46,38
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.400.000,00	192.425,43	329.251,42	23,52
14.0 - OUTRAS DESPESAS	310.000,00	337.984,58	108.116,84	181.475,20	53,69
14.1 - Com Educação Infantil	110.000,00	110.000,00	32.880,35	38.751,26	35,23
14.2 - Com Ensino Fundamental	200.000,00	227.984,58	75.236,49	142.723,94	62,60
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.010.000,00	2.037.984,58	372.445,90	649.865,08	31,89

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Valor

16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	27.984,58
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100) %	63,49

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.342.000,00	3.342.000,00	535.746,48	1.065.205,63	31,87

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotacão Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	800.000,00	190.131,32	336.723,51	42,09
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	410.000,00	410.000,00	104.783,98	177.889,72	43,39
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	390.000,00	390.000,00	85.347,34	158.833,79	40,73
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.536.550,00	2.654.854,92	362.009,59	830.142,81	31,27
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.627.984,58	267.661,92	471.975,36	28,99
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	936.550,00	1.026.870,34	94.347,67	358.167,45	34,88
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] 003

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	15.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	3.356.550,00	3.494.854,92	552.140,91	1.166.866,32	33,39

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	113.147,45
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.315,11
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	83.847,76
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	1.250.714,08
39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)	% 29,35

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	Dotacão Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	200.000,00	286.695,08	68.529,06	159.775,00	55,73
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	77.004,00	175.942,76	4.190,00	95.940,34	54,53
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	277.004,00	462.637,84	72.719,06	255.715,34	55,27
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.633.554,00	3.957.492,76	624.859,97	1.422.581,66	35,95

Saldo Cancelado

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Bimestre	em 2011 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR FUNDEB(b)	VALOR FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	128.633,34	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	790.177,21	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	787.223,89	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.315,11	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	132.901,77	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício

(2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicinal.

(3) Caput do art. 212 da CF/1988.

(4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

(5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no ambito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, §1°, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	2.033.570,33
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	2.033.570,33
DIFERENÇA (A)-(B)	-2.797.319,00	-258.878,61	-763.748,67	-2.033.570,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, §1°, inciso III - Anexo XIV

RECEITAS	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	90.002,00	-90.002,00
Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	90.002,00	-90.002,00
Total	0,00	90.002,00	-90.002,00

DESPESAS	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas(d)	Saldo a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	2.815,60	90.002,00	92.817,60

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A MAIO 2012/BIMESTRE ABRIL-MAIO |

+----------+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.371.000,00	13.371.000,00	4.658.840,52	34,84
Impostos	395.000,00	395.000,00	243.496,72	61,64
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territoria	130.000,00	130.000,00	125.144,71	96,27
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	150.000,00	150.000,00	37.559,47	25,04
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	15.000,00	15.000,00	14.453,09	96,35
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	86.000,00	86.000,00	45.796,31	53,25
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.000,00	2.000,00	264,75	13,24
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	11.281,34	1128,13
Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de Tribut	3.000,00	3.000,00	4.259,63	141,99
Multas/Juros Mora Divida Ativa de Outros Tributo	1.000,00	1.000,00	3.736,10	373,61
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	6.000,00	6.000,00	959,61	15,99
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	41,71	4,17
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.976.000,00	12.976.000,00	4.415.343,80	34,03
da União	5.846.000,00	5.846.000,00	2.100.017,00	35,92
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.800.000,00	5.800.000,00	2.091.632,08	36,06
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.000,00	2.000,00	93,57	4,68
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	8.291,35	18,84
do Estado	7.130.000,00	7.130.000,00	2.315.326,80	32,47
Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	2.150.923,89	32,10
Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	127.666,88	37,55
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	36.736,03	40,82
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	542.000,00	542.000,00	152.465,71	28,13
da União para o Município	464.000,00	464.000,00	138.570,29	29,86
Piso de Atenção Básica - PAB	82.000,00	82.000,00	26.202,00	31,95
Programa Saude da Familia	172.000,00	172.000,00	60.740,00	35,31

PSF - Odonto	26.000,00	26.000,00	10.400,00	40,00
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	74.000,00	74.000,00	30.438,00	41,13
Farmacia Básica	24.000,00	24.000,00	7.423,92	30,93
Vigilancia Sanitária	36.000,00	36.000,00	3.366,37	9,35
Epidemiologia e Controle de Doenças	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	78.000,00	78.000,00	13.895,42	17,81
Cofinanc.Assist. Farm. Básica	22.000,00	22.000,00	6.466,02	29,39
MAC	24.000,00	24.000,00	3.179,40	13,25
Cofinanc. da Atenção Básica	32.000,00	32.000,00	4.250,00	13,28
(-)Dedução para o Fundef	-2.595.200,00	-2.595.200,00	-882.951,88	34,02
Total de Receita de Impostos	11.317.800,00	11.317.800,00	3.928.354,35	34,71

Despesas com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.875.050,00	2.989.995,67	930.709,06	31,13
Pessoal e Encargos Sociais	1.411.000,00	1.444.481,94	360.165,09	24,93
Outras Despesas Correntes	1.464.050,00	1.545.513,73	570.543,97	36,92
Despesas de Capital	81.003,00	201.703,00	132.285,38	65,58
Investimentos	81.003,00	201.703,00	132.285,38	65,58
Total	2.956.053,00	3.191.698,67	1.062.994,44	33,30

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A MAIO 2012/BIMESTRE ABRIL-MAIO |

+----------+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas Próprias com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.062.994,44	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	947.668,36	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	25,41	-2.622,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	20,34

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.777.052,00	2.997.754,77	1.041.797,64	98,01

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	24.000,00	26.473,15	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	1.396,06	0,13
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	2.750,00	0,26
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	17.050,74	1,60
ABASTECIMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00
Total	2.956.053,00	3.191.698,67	1.062.994,44	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.956.053,00	3.191.698,67	947.668,36	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.609.520,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.609.520,00
Receitas Realizadas	3.118.196,85	5.900.834,04
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	665.091,09
Déficit Orçamentário	0,00	2.350.690,09

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.609.520,00
Dotação Atualizada	0,00	18.960.210,09
Despesas Empenhadas	2.545.469,88	6.207.289,89
Despesas Liquidadas	2.714.828,28	4.948.370,73
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.545.469,88	6.207.289,89
Despesas Liquidadas	2.714.828,28	4.948.370,73

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	15.464.548,96

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Prório de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	440.025,62	750.808,34

Despesas Previdenciarias (IV)	78.727,95	152.860,37
Resultado Previdenciário (III-IV)	361.297,67	597.947,97

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	41.000,00	-630.785,00	-1538,5000
Resultado Primario	-655.500,00	-290.123,93	44,2599

Movimentação dos Restos a Pagar Por Poder e Ministério Público	Inscrição	Can.Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	44.540,26	0,00	0,00	44.540,26
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] 002

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

		Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	29,3538
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	63,4878
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	763.748,67	2.033.570,33

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	750.808,34	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	152.860,37	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	597.947,97	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	90.002,00	-90.002,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais

	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	947.668,36	15,00	20,34

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2º Bim 2012

+[CPL]----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	PREVISÃO Inicial	PREVISÃO p/ o Exercício (a)	RECEITAS REALIZADAS Bimestre (b)	% (b/a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**15.626.020,00**	**15.626.020,00**	**3.026.080,38**	**19,370**	**5.733.911,69**	**36,690**	**9.892.108,31**
RECEITAS CORRENTES	**15.626.000,00**	**15.626.000,00**	**2.736.078,38**	**17,510**	**5.248.309,69**	**33,590**	**10.377.690,31**
RECEITA TRIBUTÁRIA	490.000,00	490.000,00	168.518,60	34,390	255.858,22	52,220	234.141,78
IMPOSTOS	381.000,00	381.000,00	159.176,77	41,780	219.013,11	57,480	161.986,89
TAXAS	69.000,00	69.000,00	4.690,32	6,800	31.670,98	45,900	37.329,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	4.651,51	11,630	5.174,13	12,940	34.825,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	69.089,26	10,970	109.564,75	17,390	520.435,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	550.000,00	550.000,00	55.213,21	10,040	95.688,70	17,400	454.311,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	13.876,05	17,350	13.876,05	17,350	66.123,95
RECEITA PATRIMONIAL	805.500,00	805.500,00	339.943,28	42,200	579.094,90	71,890	226.405,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	805.500,00	805.500,00	339.943,28	42,200	579.094,90	71,890	226.405,10
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	10.989,14	9,990	16.468,73	14,970	93.531,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.470.400,00	13.470.400,00	2.121.507,89	15,750	4.241.417,27	31,490	9.228.982,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.426.400,00	13.426.400,00	2.121.507,89	15,800	4.241.417,27	31,590	9.184.982,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	44.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.100,00	118.100,00	26.030,21	22,040	45.905,82	38,870	72.194,18
MULTAS E JUROS DE MORA	28.500,00	28.500,00	12.892,22	45,240	16.762,47	58,820	11.737,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	1.404,42	15,600	6.352,79	70,590	2.647,21
RECEITAS DIVERSAS	78.600,00	78.600,00	11.733,57	14,930	22.790,56	29,000	55.809,44
RECEITAS DE CAPITAL	**20,00**	**20,00**	**290.002,00**	**1450010,**	**485.602,00**	**2428010,**	**-485.582,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	90.002,00	0,000	90.002,00	0,000	-90.002,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	90.002,00	0,000	90.002,00	0,000	-90.002,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	200.000,00	1000000,	395.600,00	1978000,	-395.580,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	200.000,00	1000000,	395.600,00	1978000,	-395.580,00
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	**983.500,00**	**983.500,00**	**92.116,47**	**9,370**	**166.922,35**	**16,970**	**816.577,65**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	**16.609.520,00**	**16.609.520,00**	**3.118.196,85**	**100,000**	**5.900.834,04**	**100,000**	**10.708.685,96**
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**	**0,00**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	**16.609.520,00**	**16.609.520,00**	**3.118.196,85**	**100,000**	**5.900.834,04**	**100,000**	**10.708.685,96**
DÉFICIT (VI)					**0,00**		
TOTAL (VII)=(V+VI)	**16.609.520,00**	**16.609.520,00**	**3.118.196,85**		**5.900.834,04**		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**665.091,09**	**-**	**-**
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**665.091,09**	**-**	**-**
Superávit Financeiro	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**665.091,09**	**-**	**-**
Reabertura de Créditos Adicionais	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**-**	**-**

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	DOTAÇÃO Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	EMPENHADA Bimestre	Exercício	LIQUIDADA Bimestre	Exercício (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	Saldo a Liquidar (f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	**15.626.020,00**	**2.350.690,09**	**17.976.710,09**	**2.460.754,61**	**6.065.381,92**	**2.635.743,23**	**4.812.092,98**	**0,00**	**26,77**	**13.164.617,11**
DESPESAS CORRENTES	**13.052.500,00**	**268.391,09**	**13.320.891,09**	**2.430.385,85**	**5.092.892,35**	**2.376.864,62**	**4.048.344,31**	**0,00**	**30,39**	**9.272.546,78**
Pessoal e Encargos Sociais	6.358.000,00	133.481,94	6.491.481,94	1.046.713,38	2.034.949,72	1.039.151,68	2.026.219,73	0,00	31,21	4.465.262,21
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,00	9,65	108.420,07
Outras despesas Correntes	6.574.500,00	134.909,15	6.709.409,15	1.383.672,47	3.046.362,70	1.337.712,94	2.010.544,65	0,00	29,97	4.698.864,50
DESPESAS DE CAPITAL	**715.020,00**	**2.082.299,00**	**2.797.319,00**	**30.368,76**	**972.489,57**	**258.878,61**	**763.748,67**	**0,00**	**27,30**	**2.033.570,33**
Investimentos	679.020,00	2.082.299,00	2.761.319,00	30.368,76	972.489,57	258.878,61	763.748,67	0,00	27,66	1.997.570,33
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Amortização da Dívida	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**110.000,00**	**0,00**	**110.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**110.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	**1.748.500,00**	**0,00**	**1.748.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.748.500,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	**983.500,00**	**0,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**0,00**	**13,86**	**847.222,25**
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	**16.609.520,00**	**2.350.690,09**	**18.960.210,09**	**2.545.469,88**	**6.207.289,89**	**2.714.828,28**	**4.948.370,73**	**0,00**	**26,10**	**14.011.839,36**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	**16.609.520,00**	**2.350.690,09**	**18.960.210,09**	**2.545.469,88**	**6.207.289,89**	**2.714.828,28**	**4.948.370,73**	**0,00**	**26,10**	**14.011.839,36**
SUPERÁVIT (XIII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**952.463,31**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	**16.609.520,00**	**2.350.690,09**	**18.960.210,09**	**2.545.469,88**	**6.207.289,89**	**3.118.196,85**	**5.900.834,04**	**0,00**	**26,10**	**14.011.839,36**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO Inicial	p/ o Exercício (a)	RECEITAS REALIZADAS Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	**983.500,00**	**983.500,00**	**92.116,47**	**9,370**	**166.922,35**	**16,970**	**816.577,65**
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	92.116,47	9,370	166.922,35	16,970	816.577,65
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	100.000,00	100.000,00	12.223,26	12,220	28.254,37	28,250	71.745,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	79.893,21	9,040	138.667,98	15,700	744.832,02
TOTAL	**983.500,00**	**983.500,00**	**92.116,47**		**166.922,35**		**816.577,65**

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	EMPENHADA Bimestre	Exercício	LIQUIDADA Bimestre	Exercício (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	Saldo a Liquidar (f-(g+h))
DESPESAS CORRENTES	**983.500,00**	**0,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**5.630,22**	**14,43**	**847.222,25**
Pessoal e Encargos Sociais	983.500,00	0,00	983.500,00	84.715,27	141.907,97	79.085,05	136.277,75	5.630,22	14,43	847.222,25
TOTAL	**983.500,00**	**0,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**5.630,22**	**14,43**	**847.222,25**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	**Inicial**	**Atualizada**	**no Bimestre**	**até Bimestre**	**no Bimestre**	**até Bimestre**			
Código	**FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**	**(A)**	**(B)**	**(C)**	**(D)**	**(E)**	**(F)**	**%(F)**	**(F/B)**	**SALDO**
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**15.626.020,00**	**17.976.710,09**	**2.460.754,61**	**6.065.381,92**	**2.635.743,23**	**4.812.092,98**	**100,00**	**26,77**	**13.164.617,11**
01	LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	44.587,92	82.091,55	44.825,13	79.912,54	1,66	18,18	359.587,46
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	44.587,92	82.091,55	44.825,13	79.912,54	1,66	18,18	359.587,46
	Subtotal	**439.500,00**	**439.500,00**	**44.587,92**	**82.091,55**	**44.825,13**	**79.912,54**	**1,66**	**18,18**	**359.587,46**
04	ADMINISTRAÇÃO	2.083.300,00	2.086.900,00	304.697,66	1.009.430,34	347.897,80	658.509,37	13,68	31,55	1.428.390,63
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.083.300,00	2.086.900,00	304.697,66	1.009.430,34	347.897,80	658.509,37	13,68	31,55	1.428.390,63
	Subtotal	**2.522.800,00**	**2.526.400,00**	**349.285,58**	**1.091.521,89**	**392.722,93**	**738.421,91**	**15,35**	**29,23**	**1.787.978,09**
06	SEGURANÇA PÚBLICA	44.000,00	62.136,58	6.197,70	15.994,90	10.033,09	12.161,87	0,25	19,57	49.974,71
06.181	POLICIAMENTO	44.000,00	62.136,58	6.197,70	15.994,90	10.033,09	12.161,87	0,25	19,57	49.974,71
	Subtotal	**2.566.800,00**	**2.588.536,58**	**355.483,28**	**1.107.516,79**	**402.756,02**	**750.583,78**	**15,60**	**29,00**	**1.837.952,80**
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	590.101,00	595.344,37	93.941,77	216.606,77	126.546,71	172.697,13	3,59	29,01	422.647,24
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	10.000,00	10.000,00	6.750,00	6.824,05	6.750,00	6.824,05	0,14	68,24	3.175,95
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	580.101,00	585.344,37	87.191,77	209.782,72	119.796,71	165.873,08	3,45	28,34	419.471,29
	Subtotal	**3.156.901,00**	**3.183.880,95**	**449.425,05**	**1.324.123,56**	**529.302,73**	**923.280,91**	**19,19**	**29,00**	**2.260.600,04**
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	93.467,53	185.005,45	84.148,15	165.738,07	3,44	27,39	439.261,93
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	605.000,00	605.000,00	93.467,53	185.005,45	84.148,15	165.738,07	3,44	27,39	439.261,93
	Subtotal	**3.761.901,00**	**3.788.880,95**	**542.892,58**	**1.509.129,01**	**613.450,88**	**1.089.018,98**	**22,63**	**28,74**	**2.699.861,97**
10	SAÚDE	2.866.053,00	3.101.698,67	587.203,22	1.269.613,53	533.193,08	1.001.725,09	20,82	32,30	2.099.973,58
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.687.052,00	2.907.754,77	563.329,00	1.242.937,31	513.624,96	982.104,97	20,41	33,78	1.925.649,80
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	24.000,00	26.473,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.473,15
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	1.344,06	1.396,06	1.314,06	1.366,06	0,03	3,79	34.633,94
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	0,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	0,06	12,97	18.450,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	22.530,16	22.530,16	15.504,06	15.504,06	0,32	14,73	89.765,69
10.605	ABASTECIMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	Subtotal	**6.627.954,00**	**6.890.579,62**	**1.130.095,80**	**2.778.742,54**	**1.146.643,96**	**2.090.744,07**	**43,45**	**30,34**	**4.799.835,55**
12	EDUCAÇÃO	3.203.554,00	3.507.172,42	572.743,83	1.451.242,26	591.467,16	1.367.827,31	28,42	39,00	2.139.345,11
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.554,00	2.777.172,42	400.345,24	1.115.589,53	405.328,90	1.036.943,28	21,55	37,34	1.740.229,14
12.364	ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	710.000,00	710.000,00	172.398,59	335.652,73	186.138,26	330.884,03	6,88	46,60	379.115,97
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	**9.831.508,00**	**10.397.752,04**	**1.702.839,63**	**4.229.984,80**	**1.738.111,12**	**3.458.571,38**	**71,87**	**33,26**	**6.939.180,66**
13	CULTURA	182.000,00	186.000,00	101.109,48	114.255,54	33.242,48	39.683,54	0,82	21,34	146.316,46
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	182.000,00	186.000,00	101.109,48	114.255,54	33.242,48	39.683,54	0,82	21,34	146.316,46
	Subtotal	**10.013.508,00**	**10.583.752,04**	**1.803.949,11**	**4.344.240,34**	**1.771.353,60**	**3.498.254,92**	**72,70**	**33,05**	**7.085.497,12**
15	URBANISMO	654.004,00	2.317.003,00	78.144,44	671.038,83	333.142,67	409.442,24	8,51	17,67	1.907.560,76
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.004,00	1.733.003,00	0,00	412.314,75	201.118,23	204.770,23	4,26	11,82	1.528.232,77
15.452	SERVIÇOS URBANOS	584.000,00	584.000,00	78.144,44	258.724,08	132.024,44	204.672,01	4,25	35,05	379.327,99
	Subtotal	**10.667.512,00**	**12.900.755,04**	**1.882.093,55**	**5.015.279,17**	**2.104.496,27**	**3.907.697,16**	**81,21**	**30,29**	**8.993.057,88**
16	HABITAÇÃO	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
	Subtotal	**10.677.513,00**	**12.910.756,04**	**1.882.093,55**	**5.015.279,17**	**2.104.496,27**	**3.907.697,16**	**81,21**	**30,27**	**9.003.058,88**
17	SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	**10.682.513,00**	**12.915.756,04**	**1.882.093,55**	**5.015.279,17**	**2.104.496,27**	**3.907.697,16**	**81,21**	**30,26**	**9.008.058,88**
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	**10.687.513,00**	**12.920.756,04**	**1.882.093,55**	**5.015.279,17**	**2.104.496,27**	**3.907.697,16**	**81,21**	**30,24**	**9.013.058,88**
20	AGRICULTURA	699.003,00	699.003,00	164.965,56	336.657,98	166.923,72	286.378,87	5,95	40,97	412.624,13

+ [www.cplinformatica.com.br] { 002 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
20.606	EXTENÇÃO RURAL	699.003,00	699.003,00	164.965,56	336.657,98	166.923,72	286.378,87	5,95	40,97	412.624,13
	Subtotal	**11.386.516,00**	**13.619.759,04**	**2.047.059,11**	**5.351.937,15**	**2.271.419,99**	**4.194.076,03**	**87,16**	**30,79**	**9.425.683,01**
22	INDÚSTRIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
	Subtotal	**11.407.516,00**	**13.640.759,04**	**2.047.059,11**	**5.351.937,15**	**2.271.419,99**	**4.194.076,03**	**87,16**	**30,75**	**9.446.683,01**
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
23.695	TURISMO	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
	Subtotal	**11.435.518,00**	**13.668.761,04**	**2.047.059,11**	**5.351.937,15**	**2.271.419,99**	**4.194.076,03**	**87,16**	**30,68**	**9.474.685,01**
26	TRANSPORTE	1.782.002,00	1.899.449,05	361.635,43	636.645,79	321.427,49	552.182,29	11,47	29,07	1.347.266,76
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.782.002,00	1.899.449,05	361.635,43	636.645,79	321.427,49	552.182,29	11,47	29,07	1.347.266,76
	Subtotal	**13.217.520,00**	**15.568.210,09**	**2.408.694,54**	**5.988.582,94**	**2.592.847,48**	**4.746.258,32**	**98,63**	**30,49**	**10.821.951,77**
27	DESPORTO E LAZER	230.000,00	230.000,00	52.060,07	65.219,05	42.895,75	54.254,73	1,13	23,59	175.745,27
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	230.000,00	230.000,00	52.060,07	65.219,05	42.895,75	54.254,73	1,13	23,59	175.745,27
	Subtotal	**13.447.520,00**	**15.798.210,09**	**2.460.754,61**	**6.053.801,99**	**2.635.743,23**	**4.800.513,05**	**99,76**	**30,39**	**10.997.697,04**
28	ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,24	3,62	308.420,07
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	0,00	11.579,93	0,00	11.579,93	0,24	3,62	308.420,07
	Subtotal	**13.767.520,00**	**16.118.210,09**	**2.460.754,61**	**6.065.381,92**	**2.635.743,23**	**4.812.092,98**	**100,00**	**29,86**	**11.306.117,11**
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
	Subtotal	**13.877.520,00**	**16.228.210,09**	**2.460.754,61**	**6.065.381,92**	**2.635.743,23**	**4.812.092,98**	**100,00**	**29,65**	**11.416.117,11**
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
	Subtotal	**15.626.020,00**	**17.976.710,09**	**2.460.754,61**	**6.065.381,92**	**2.635.743,23**	**4.812.092,98**	**100,00**	**26,77**	**13.164.617,11**
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	**983.500,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**2,83**	**13,86**	**847.222,25**
	TOTAL(III)=(I+II)	**16.609.520,00**	**18.960.210,09**	**2.545.469,88**	**6.207.289,89**	**2.714.828,28**	**4.948.370,73**	**102,83**	**26,10**	**14.011.839,36**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
	DESPESAS	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	**983.500,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**2,83**	**13,86**	**847.222,25**
01	LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.000,37	1.483,64	1.000,37	1.483,64	0,03	14,13	9.016,36
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	1.000,37	1.483,64	1.000,37	1.483,64	0,03	14,13	9.016,36
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	12.274,38	21.312,12	12.274,38	21.312,12	0,44	15,79	113.687,88
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	12.274,38	21.312,12	12.274,38	21.312,12	0,44	15,79	113.687,88
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10	SAÚDE	90.000,00	90.000,00	16.717,08	26.424,99	11.086,86	20.794,77	0,43	23,11	69.205,23
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	90.000,00	90.000,00	16.717,08	26.424,99	11.086,86	20.794,77	0,43	23,11	69.205,23
12	EDUCAÇÃO	430.000,00	430.000,00	33.392,81	54.434,01	33.392,81	54.434,01	1,13	12,66	375.565,99
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	340.000,00	340.000,00	29.399,75	48.594,53	29.399,75	48.594,53	1,01	14,29	291.405,47
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	90.000,00	3.993,06	5.839,48	3.993,06	5.839,48	0,12	6,49	84.160,52
13	CULTURA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
15	URBANISMO	55.000,00	55.000,00	4.838,64	9.070,01	4.838,64	9.070,01	0,19	16,49	45.929,99
15.452	SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	55.000,00	4.838,64	9.070,01	4.838,64	9.070,01	0,19	16,49	45.929,99
20	AGRICULTURA	75.000,00	75.000,00	8.078,98	14.709,85	8.078,98	14.709,85	0,31	19,61	60.290,15
20.606	EXTENÇÃO RURAL	75.000,00	75.000,00	8.078,98	14.709,85	8.078,98	14.709,85	0,31	19,61	60.290,15
26	TRANSPORTE	140.000,00	140.000,00	8.413,01	14.473,35	8.413,01	14.473,35	0,30	10,34	125.526,65
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	140.000,00	140.000,00	8.413,01	14.473,35	8.413,01	14.473,35	0,30	10,34	125.526,65
27	DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	TOTAL	**983.500,00**	**983.500,00**	**84.715,27**	**141.907,97**	**79.085,05**	**136.277,75**	**2,83**	**13,86**	**847.222,25**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

MAIO/2011 A ABRIL/2012

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.377.302,63	1.300.988,80	1.346.771,84	1.500.544,03	1.329.328,16	1.761.374,88	1.475.924,53
Receita Tributária	22.926,16	13.750,06	54.158,88	19.845,89	19.870,99	22.167,41	65.948,79
IPTU	1.635,55	60,28	1.558,77	607,39	546,26	168,16	756,61
ISS	4.458,74	618,48	6.010,33	7.306,79	10.586,59	5.111,60	27.503,29
ITBI	4.107,00	0,00	0,00	1.204,00	130,80	3.587,96	4.952,70
IRRF	7.695,90	8.226,85	31.440,63	7.913,90	7.898,61	8.074,37	24.767,47
Outras	5.028,97	4.844,45	15.149,15	2.813,81	708,73	5.225,32	7.968,72
Receita de Contribuições	20.016,40	45.416,67	26.428,12	29.132,53	31.672,59	27.844,55	40.906,39
Receita Patrimonial	86.093,15	25.416,93	58.188,16	256.318,30	54.699,82	97.855,66	110.469,96
Receita Agropecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.231,77	8.137,27	0,00	6.340,87	3.215,17	11.893,18	7.656,87
Transferências Correntes	1.230.737,06	1.191.789,40	1.176.788,24	1.188.579,19	1.203.016,94	1.579.120,63	1.280.832,59
Cota-Parte do FPM	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82
Cota-Parte do ICMS	500.327,17	508.374,90	541.951,56	538.077,21	568.418,84	574.607,26	578.734,76
Cota-Parte do IPVA	32.201,42	25.922,17	31.358,12	23.624,81	25.756,79	27.073,58	21.328,79
Cota-Parte do ITR	14,67	83,89	19,33	23,80	840,09	1.142,58	44,36
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.934,78	2.934,78	2.934,78	1.760,87	4.108,69	2.934,78
Transferência do FUNDEB	156.086,57	152.430,48	148.882,02	151.581,68	156.374,09	163.867,20	163.056,51
Outras Transferências	74.784,54	82.900,37	95.087,78	104.544,40	156.245,89	422.378,08	106.969,57
Demais Receitas Correntes	7.298,09	16.478,47	31.208,44	327,25	16.852,65	22.493,45	-29.890,07
II-DEDUÇÕES	214.556,57	212.062,51	206.891,24	207.646,81	198.329,44	221.438,37	223.359,46
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50	19.968,62	18.823,25
Servidor	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50	19.968,62	18.823,25
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	201.901,87	193.260,28	188.510,31	188.431,96	179.526,94	201.469,75	204.536,21
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.162.746,06	1.088.926,29	1.139.880,60	1.292.897,22	1.130.998,72	1.539.936,51	1.252.565,07

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

MAIO/2011 A ABRIL/2012

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
ESPECIFICAÇÃO	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.932.264,75	1.442.025,40	1.481.478,39	1.483.588,77	1.648.392,71	18.079.984,89	18.221.200,00
Receita Tributária	53.144,73	26.460,19	60.879,43	113.271,87	55.246,73	527.671,13	490.000,00
IPTU	1.324,40	218,00	16.534,38	83.993,62	21.140,50	128.543,92	130.000,00
ISS	19.635,36	11.273,31	5.779,40	13.819,99	14.803,84	126.907,72	86.000,00
ITBI	6.890,00	6.061,09	4.580,00	1.812,00	1.460,00	34.785,55	15.000,00
IRRF	24.987,45	7.952,43	7.437,73	11.263,44	10.883,38	158.542,16	150.000,00
Outras	307,52	955,36	26.547,92	2.382,82	6.959,01	78.891,78	109.000,00
Receita de Contribuições	50.381,94	14.831,12	25.644,37	41.062,67	28.026,59	381.363,94	630.000,00
Receita Patrimonial	18.029,25	114.740,83	124.410,79	117.547,60	222.395,68	1.286.166,13	805.500,00
Receita Agropecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	22.914,98	470,65	5.008,94	3.732,70	7.256,44	86.858,84	110.000,00
Transferências Correntes	1.680.742,56	1.271.190,64	1.259.991,22	1.198.615,15	1.318.795,84	15.580.199,46	16.065.600,00
Cota-Parte do FPM	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	4.921.451,36	5.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	589.204,96	555.135,38	488.024,57	531.034,90	555.858,04	6.529.749,55	6.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.847,06	18.971,63	25.450,47	40.700,78	29.717,53	313.953,15	340.000,00
Cota-Parte do ITR	21,93	49,47	12,36	0,00	31,74	2.284,22	2.000,00
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.764,62	0,00	2.764,62	2.762,11	31.769,59	44.000,00
Transferência do FUNDEB	168.944,37	175.570,05	163.507,39	171.852,50	181.439,93	1.953.592,79	2.000.000,00
Outras Transferências	434.197,48	87.713,74	61.653,69	98.187,37	102.735,89	1.827.398,80	1.179.600,00
Demais Receitas Correntes	107.051,29	14.331,97	5.543,64	9.358,78	16.671,43	217.725,39	118.100,00
II-DEDUÇÕES	254.626,91	212.572,83	228.087,03	206.694,66	229.170,10	2.615.435,93	2.995.200,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	232.583,53	400.000,00
Servidor	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	232.583,53	400.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	218.039,50	202.463,56	208.808,92	187.355,13	208.547,97	2.382.852,40	2.595.200,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.677.637,84	1.229.452,57	1.253.391,36	1.276.894,11	1.419.222,61	15.464.548,96	15.226.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	1.100.000,00	1.100.000,00	360.132,41	612.140,36	279.919,95
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	360.132,41	612.140,36	279.919,95
Receita de Contribuições	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	279.919,95
Pessoal Civil	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	400.000,00	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciaria entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	320.170,75	542.791,32	209.982,51
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliarios	700.000,00	700.000,00	320.170,75	542.791,32	209.982,51
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	**1.983.500,00**	**1.983.500,00**	**440.025,62**	**750.808,34**	**419.794,89**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação p/ o Exercício	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Exerc.Atual Até o Bim.	Período de Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	600.000,00	600.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	600.000,00	600.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	250.000,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pessoal Civil	0,00	0,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Aposentadorias	0,00	0,00	78.727,95	152.860,37	137.131,70
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Beneficios Previdenciarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	450.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	**600.000,00**	**600.000,00**	**78.727,95**	**152.860,37**	**137.131,70**
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	**1.383.500,00**	**1.383.500,00**	**361.297,67**	**597.947,97**	**282.663,19**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Exerc.Atual Até o Bim.	Exercício Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Financeiro	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiencias Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferencia Financeira	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Previdenciario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	**Anterior(03/2012)**	**Anterior(2011)**	**Atual(2012)**
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	8.018.920,83	7.578.714,29	8.278.695,11
Investimentos	0,00	0,00	0,00

			Receitas Realizadas		Exercício
	Previsão	Previsão	No	Exerc.Atual	Anterior até
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**Inicial**	**Atualizada**	**Bimestre**	**Até o Bim.**	**o Bimestre**
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	139.874,94
Contribuição Patronal Ativo Civil	883.500,00	883.500,00	79.893,21	138.667,98	0,00
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	**883.500,00**	**883.500,00**	**79.893,21**	**138.667,98**	**139.874,94**

			Despesas Liquidadas		Período de
	Dotação	Dotação p/	No	Exerc.Atual	Referência
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS	**Inicial**	**o Exercício**	**Bimestre**	**Até o Bim.**	**Ano Anterior**
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo Exercício Anterior (A)	Saldo Bimestre Anterior(B)	Saldo Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	26.734,21	26.734,21	26.734,21
DEDUÇÕES (II)	1.027.984,49	1.701.370,73	1.658.769,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.031.187,29	1.702.623,53	1.660.022,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-3.202,80	-1.252,80	-1.252,80
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.001.250,28	-1.674.636,52	-1.632.035,28

	Período de Referencia No Bimestre (c-b)	Período de Referencia Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	42.601,24	-630.785,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	41.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo Exercício Anterior (A)	Saldo Bimestre Anterior(B)	Saldo Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.578.714,29	7.863.363,51	8.278.695,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-7.578.714,29	-7.863.363,51	-8.278.695,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Primario

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	Até o Bimestre	Período de Ref.Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.804.000,00	2.488.251,57	4.836.137,14	4.537.075,23
Receita Tributária	490.000,00	168.518,60	255.858,22	176.187,90
IPTU	130.000,00	105.134,12	121.886,50	80.316,03
ISS	86.000,00	28.623,83	45.676,54	30.544,34
IRRF	150.000,00	22.146,82	37.536,98	31.288,99
ITBI	15.000,00	3.272,00	13.913,09	4.756,00
Outras	109.000,00	9.341,83	36.845,11	29.282,54
Receita de Contribuição	2.597.000,00	253.322,20	443.409,45	459.366,50
Receita Previdenciária	400.000,00	39.961,66	69.349,04	69.937,44
Outras Contribuições	230.000,00	29.127,60	40.215,71	56.516,36
Receitas Previdênciarias	983.500,00	92.116,47	166.922,35	166.456,35
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	805.500,00	339.943,28	579.094,90	237.104,10
(-) Aplicações Financeiras	805.500,00	339.943,28	579.094,90	237.104,10
Transferências Correntes	13.470.400,00	2.121.507,89	4.241.417,27	3.949.878,04
FPM	4.640.000,00	640.260,52	1.402.123,39	1.268.054,53
ICMS	5.360.000,00	869.630,76	1.704.158,87	1.612.539,50
Outras Transferências	3.470.400,00	611.616,61	1.135.135,01	1.069.284,01
Demais Receitas Correntes	230.100,00	37.019,35	62.374,55	118.099,14
Dívida Ativa	9.000,00	1.404,42	6.352,79	7.338,59
Diversas Receitas Correntes	221.100,00	35.614,93	56.021,76	110.760,55
Receitas de Capital (II)	20,00	290.002,00	485.602,00	137.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	90.002,00	90.002,00	37.000,00
Tranferências de Capital	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00
Outras Transferências de Capital	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	20,00	200.000,00	395.600,00	100.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	15.804.020,00	2.688.251,57	5.231.737,14	4.637.075,23

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	Até o Bimestre	Período de Ref.Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	14.304.391,09	2.455.949,67	4.184.622,06	3.888.381,03
Pessoal e Encargos Sociais	7.459.981,94	1.116.443,05	2.149.903,80	1.895.895,20
Outras Despesas Correntes	6.724.409,15	1.339.506,62	2.023.138,33	1.983.380,03
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	0,00	11.579,93	9.105,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	14.184.391,09	2.455.949,67	4.173.042,13	3.879.275,23
Despesas de Capital (XI)	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	266.052,03
Investimentos	2.761.319,00	258.878,61	763.748,67	257.392,65
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	30.000,00	0,00	0,00	8.659,38
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.767.319,00	258.878,61	763.748,67	257.392,65
Reserva de Conting. (XVI)	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	355.877,47	585.070,27	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.061.710,09	3.070.705,75	5.521.861,07	4.136.667,88
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.257.690,09	-382.454,18	-290.123,93	500.407,35
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			665.091,09	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-655.500,00

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Primario |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+----------+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] { 001 }+

Município de SALTO VELOSO — CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO									
	0,00	580,80	0,00	0,00	580,80	44.323,82	0,00	0,00	44.323,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO									
	0,00	2.622,00	0,00	1.950,00	672,00	216,44	0,00	0,00	216,44
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE SALTO VELOSO									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO									
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	**0,00**	**3.202,80**	**0,00**	**1.950,00**	**1.252,80**	**44.540,26**	**0,00**	**0,00**	**44.540,26**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos					Inscritos			
PODER / ÓRGÃO	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)									
EXECUTIVO									
LEGISLATIVO									
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	392.000,00	392.000,00	162.887,40	224.360,41	57,23
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	141.000,00	141.000,00	108.844,75	127.233,80	90,24
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	130.000,00	130.000,00	105.134,12	121.886,50	93,76
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	158,59	158,59	7,93
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	6.000,00	6.000,00	530,93	959,61	15,99
1.1.4- Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de	3.000,00	3.000,00	3.021,11	4.229,10	140,97
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	15.000,00	15.000,00	3.272,00	13.913,09	92,75
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	15.000,00	15.000,00	3.272,00	13.913,09	92,75
1.3 - Receita Resultante do - ISS	86.000,00	86.000,00	28.623,83	45.676,54	53,11
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	86.000,00	86.000,00	28.623,83	45.676,54	53,11
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	150.000,00	150.000,00	22.146,82	37.536,98	25,02
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	150.000,00	150.000,00	22.146,82	37.536,98	25,02
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.976.000,00	12.976.000,00	1.980.098,51	4.036.462,09	31,11
2.1 - Cota Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	800.325,58	1.752.654,07	30,22
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.800.000,00	5.800.000,00	800.325,58	1.752.654,07	30,22
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	1.086.892,94	2.130.052,89	31,79
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	5.526,73	8.291,35	18,84
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	16.903,21	30.529,80	33,92
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.000,00	2.000,00	31,74	93,57	4,68
2.6- Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	70.418,31	114.840,41	33,78
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	**13.368.000,00**	**13.368.000,00**	**2.142.985,91**	**4.260.822,50**	**31,87**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	293.000,00	293.000,00	53.650,87	96.624,86	32,98
5.1- Transferência do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	32.346,49	75.320,48	37,66
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	60.000,00	60.000,00	16.380,00	16.380,00	27,30
5.2- Transferencias do PNATE	33.000,00	33.000,00	4.924,38	4.924,38	14,92
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n. 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n.023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Açao nº 023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	**293.004,00**	**293.004,00**	**53.650,87**	**96.624,86**	**32,98**

[www.cplinformatica.com.br] 002

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.400,00	2.586.400,00	394.797,76	805.517,32	31,14
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	160.065,06	350.530,68	30,22
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	217.262,18	425.894,02	31,78
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.380,69	6.106,05	33,92
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	400,00	400,00	6,34	18,69	4,67
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	14.083,49	22.967,88	33,78
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.010.000,00	2.010.000,00	354.330,30	693.684,98	34,51
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	353.292,43	692.369,87	34,62
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	1.037,87	1.315,11	13,15
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	**586.400,00**	**586.400,00**	**41.505,33**	**113.147,45**	**19,30**

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.700.000,00	1.570.000,00	264.329,06	468.389,88	29,83
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	71.903,63	139.138,46	46,38
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.270.000,00	192.425,43	329.251,42	25,93
14.0 - OUTRAS DESPESAS	310.000,00	337.984,58	108.116,84	181.475,20	53,69
14.1 - Com Educação Infantil	110.000,00	110.000,00	32.880,35	38.751,26	35,23
14.2 - Com Ensino Fundamental	200.000,00	227.984,58	75.236,49	142.723,94	62,60
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	**2.010.000,00**	**1.907.984,58**	**372.445,90**	**649.865,08**	**34,06**

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	**27.984,58**
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)	**% 63,49**

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	**0,00**
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	**0,00**

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bim.	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	% (c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	**3.342.000,00**	**3.342.000,00**	**535.746,48**	**1.065.205,63**	**31,87**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotacão Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	800.000,00	190.131,32	336.723,51	42,09
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	410.000,00	410.000,00	104.783,98	177.889,72	43,39
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	390.000,00	390.000,00	85.347,34	158.833,79	40,73
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.536.550,00	2.654.854,92	362.009,59	830.142,81	31,27
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.627.984,58	267.661,92	471.975,36	28,99
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	936.550,00	1.026.870,34	94.347,67	358.167,45	34,88
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] 003

Município de SALTO VELOSO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R$ 1,00

27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	15.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	**3.356.550,00**	**3.494.854,92**	**552.140,91**	**1.166.866,32**	**33,39**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	**113.147,45**
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**0,00**
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	**1.315,11**
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	**27.984,58**
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	**0,00**
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	**0,00**
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	**0,00**
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	**83.847,76**
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	**1.250.714,08**

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)	**%**	**29,35**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	Dotacão Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	% (f)=(e/d)x100
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	**200.000,00**	**286.695,08**	**68.529,06**	**159.775,00**	**55,73**
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	**77.004,00**	**175.942,76**	**4.190,00**	**95.940,34**	**54,53**
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	**277.004,00**	**462.637,84**	**72.719,06**	**255.715,34**	**55,27**
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	**3.633.554,00**	**3.957.492,76**	**624.859,97**	**1.422.581,66**	**35,95**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2011 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**0,00**	**0,00**

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**128.633,34**	**0,00**
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	**790.177,21**	**0,00**
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	**787.223,89**	**0,00**
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	**1.315,11**	**0,00**
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	**132.901,77**	**0,00**

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício

(2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicinal.

(3) Caput do art. 212 da CF/1988.

(4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

(5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no ambito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] { 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, §1°, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Despesas Liquidadas Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	2.033.570,33
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.797.319,00	258.878,61	763.748,67	2.033.570,33
DIFERENÇA (A)-(B)	-2.797.319,00	-258.878,61	-763.748,67	-2.033.570,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF. Art.53, §1°, inciso III - Anexo XIV

RECEITAS	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	90.002,00	-90.002,00
Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	90.002,00	-90.002,00
Total	0,00	90.002,00	-90.002,00

DESPESAS	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas(d)	Saldo a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	1.407,80	90.002,00	91.409,80

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.371.000,00	13.371.000,00	4.275.396,54	31,98
Impostos	395.000,00	395.000,00	238.934,45	60,49
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territoria	130.000,00	130.000,00	121.886,50	93,76
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	150.000,00	150.000,00	37.536,98	25,02
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	15.000,00	15.000,00	13.913,09	92,75
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	86.000,00	86.000,00	45.676,54	53,11
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.000,00	2.000,00	158,59	7,93
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	10.826,76	1082,68
Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de Tribut	3.000,00	3.000,00	4.229,10	140,97
Multas/Juros Mora Divida Ativa de Outros Tributo	1.000,00	1.000,00	3.705,57	370,56
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	6.000,00	6.000,00	959,61	15,99
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	41,71	4,17
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.976.000,00	12.976.000,00	4.036.462,09	31,11
da União	5.846.000,00	5.846.000,00	1.761.038,99	30,12
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.800.000,00	5.800.000,00	1.752.654,07	30,22
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.000,00	2.000,00	93,57	4,68
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	8.291,35	18,84
do Estado	7.130.000,00	7.130.000,00	2.275.423,10	31,91
Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	2.130.052,89	31,79
Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	114.840,41	33,78
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	30.529,80	33,92
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	542.000,00	542.000,00	152.465,71	28,13
da União para o Município	464.000,00	464.000,00	138.570,29	29,86
Piso de Atenção Básica - PAB	82.000,00	82.000,00	26.202,00	31,95
Programa Saude da Familia	172.000,00	172.000,00	60.740,00	35,31
PSF - Odonto	26.000,00	26.000,00	10.400,00	40,00
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	74.000,00	74.000,00	30.438,00	41,13
Farmacia Básica	24.000,00	24.000,00	7.423,92	30,93
Vigilancia Sanitária	36.000,00	36.000,00	3.366,37	9,35
Epidemiologia e Controle de Doenças	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	78.000,00	78.000,00	13.895,42	17,81
Cofinanc.Assist. Farm. Básica	22.000,00	22.000,00	6.466,02	29,39
MAC	24.000,00	24.000,00	3.179,40	13,25
Cofinanc. da Atenção Básica	32.000,00	32.000,00	4.250,00	13,28
(-)Dedução para o Fundef	-2.595.200,00	-2.595.200,00	-807.175,58	31,10
Total de Receita de Impostos	11.317.800,00	11.317.800,00	3.620.686,67	31,99

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.875.050,00	2.989.995,67	890.234,48	29,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.411.000,00	1.444.481,94	354.534,87	24,54
Outras Despesas Correntes	1.464.050,00	1.545.513,73	535.699,61	34,66
Despesas de Capital	81.003,00	201.703,00	132.285,38	65,58
Investimentos	81.003,00	201.703,00	132.285,38	65,58
Total	2.956.053,00	3.191.698,67	1.022.519,86	32,04

+ [www.cplinformatica.com.br] ----------{ 002 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas Próprias com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.022.519,86	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	907.193,78	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	25,41	-2.622,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	21,22

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.777.052,00	2.997.754,77	1.002.899,74	98,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	24.000,00	26.473,15	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	1.366,06	0,13
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	2.750,00	0,27
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	15.504,06	1,52
ABASTECIMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00
Total	2.956.053,00	3.191.698,67	1.022.519,86	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	3.388,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.956.053,00	3.191.698,67	907.193,78	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

[www.cplinformatica.com.br] 001

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.609.520,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.609.520,00
Receitas Realizadas	3.118.196,85	5.900.834,04
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	665.091,09
Déficit Orçamentário	0,00	2.350.690,09

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.609.520,00
Dotação Atualizada	0,00	18.960.210,09
Despesas Empenhadas	2.545.469,88	6.207.289,89
Despesas Liquidadas	2.714.828,28	4.948.370,73
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.545.469,88	6.207.289,89
Despesas Liquidadas	2.714.828,28	4.948.370,73

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	15.464.548,96

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Prório de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	440.025,62	750.808,34
Despesas Previdenciarias (IV)	78.727,95	152.860,37
Resultado Previdenciário (III-IV)	361.297,67	597.947,97

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	41.000,00	-630.785,00	-1538,5000
Resultado Primario	-655.500,00	-290.123,93	44,2599

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição	Can.Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	44.540,26	0,00	0,00	44.540,26
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br] 002

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado Até o Bim.	Limites Constitucionais Anuais %Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	29,3538
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	63,4878
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	763.748,67	2.033.570,33

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	750.808,34	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	152.860,37	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	597.947,97	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	90.002,00	-90.002,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bim.	Limites Constitucionais Anuais %Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	907.193,78	15,00	21,22

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal	Contador CRC - SC-15.177/0	Responsável pelo Controle Interno
PEDRINHO ANSILIERO	ALVARO ANTÔNIO BISCARO	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

São Bento do Sul

Prefeitura

Lei Nº 3007/12

LEI Nº 3007, DE 17 DE MAIO DE 2012.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 46.654,59 (quarenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade: 03 - Turismo
Funcional: 23.695.0010.1.009 Investimentos para Incentivos Turísticos
4.4.90.93.00.00.00.00.0324 - Indenizações e Restituições R$ 9.154,59

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.1.008 Investimentos na Agropecuária
4.4.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R$ 7.500,00
4.4.90.39.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PJ R$ 30.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 147.000,00 (Cento e quarenta e sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.451.0012.1.028 Recuperação de Pavimentos
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 80.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município
Funcional: 04.122.0014.2.051 Despesas de Serv. Gerais do Município
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 7.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.2.017 Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 60.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar, abertos nos artigo 1º e 2º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, na fonte de recursos 0024 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R$ 9.154,59 (nove mil e cento e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.452.0012.2.013 Manutenção e Melhorias na Frota da Secretaria
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 80.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.1.008 Investimentos na Agropecuária
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 7.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0024 - Obras e Instalações R$ 30.000,00

Funcional: 20.606.0009.2.017 Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Art., Cient. Outras R$ 4.000,00

Funcional: 20.601.0009.2.018 Manutenção da Divisão de Apoio Tecnológico
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 10.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente
Funcional: 18.541.0021.4.003 Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 10.000,00

Unidade: 03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento
Funcional: 20.606.0009.4.017 Manutenção do FUMDEA
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 6.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. e Material Permanente R$ 10.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Funcional: 27.811.0017.2.058 Desporto de Iniciação e Rendimento
3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R$ 7.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3008/12

LEI Nº 3008, DE 17 DE MAIO DE 2012.
APROVA NOVO ESTATUTO DA FETEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal
Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º. A Fundação de Ensino Tecnologia e Pesquisa - FETEP, criada pela Lei Municipal n. 149, de 18 de dezembro de 1975, passa a ser regida estatutariamente conforme as disposições do anexo único desta lei, que será levado à registro no ofício competente no prazo legal.
Art. 2º. Ficam ratificados os desmembramentos e as alienações já realizadas por instrumento público, em relação aos imóveis constituintes do patrimônio da FETEP, mencionados nas Leis Municipais n. 149, de 18 de dezembro de 1975, n. 179, de 30 de novembro de 1976 e n. 179, de 05 de novembro de 1979.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP

ESTATUTO SOCIAL

Consolidação e nova redação aprovada pelo Conselho Diretor em assembleia realizada em 16/04/2012 e alterada em conformidade com o parágrafo único do artigo 7º da Lei Municipal nº 179 de Novembro de 1979.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E REGIME JURÍDICO

Art. 1° - A Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa de São Bento do Sul rege-se pelo presente Estatuto de conformidade com a Lei Municipal n° 149 de 18/12/75 e nº 179 de 05/11/79.

Art. 2° - A Fundação tem personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, adquirida na forma legal, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina. Tem a sede e administração na rua Afonso Grosskopf, nº 352, no Bairro Colonial.

Art. 3º - O prazo de duração é indeterminado e em caso de extinção, todos os seus bens reverterão ao patrimônio do Município de São Bento do Sul, que o conservará ou dele disporá em favor de outra Entidade que venha a ser constituída com a mesma finalidade.

Art. 4º A fundação não admitirá qualquer tipo de discriminação no cumprimento de suas finalidades, notadamente: de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo ou coloração partidária.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES - OBJETO

Art. 5.º A fundação tem como finalidades:
I - Promover estudos, pesquisas e projetos relacionados com desenvolvimento tecnológico, econômico e social da região e do Estado;
II - Promover cursos de formação, treinamento e especialização de mão-de-obra;
III - Desenvolver atividades de consultoria ,assessoria, parceria em projetos de inovação e tecnologia ligadas ao aprimoramento e desenvolvimento das áreas administrativa, produtiva e gerencial das organizações interessadas.
IV - Participar em empreendimentos legalmente constituídos, desde que com a mesma finalidade da FETEP, ou compatíveis com seu objeto, em qualquer dos regimes e modalidades previstos na legislação brasileira, sob as diversas formas remuneratórias previstas, para aplicação no cumprimento de seus fins, editais públicos, exceto participação sob forma de capital acionário.
V - Desenvolver outras atividades compatíveis com os objetivos; estimulando e contribuindo com a criação, instalação e consolidação de entidades novas ou agregadas no desenvolvimento de centros de pesquisas, incubadora tecnológica, parques tecnológicos, condomínios empresariais tecnológicos e universidades no município.
VI - Participar e exercer a gestão administrativa de incubadoras tecnológicas, parques tecnológicos, condomínios empresariais tecnológicos, e Observatórios Setoriais já instituídos pela FETEP, participar da gestão executiva do CODESBS e interagir com entidades de classe, especialmente a ACISBS;
VII - Captação de recursos de fontes oficiais, Federal, Estadual e Municipal e de instituições privadas, de apoio ao empreendedorismo e inovação tecnológica para seu custeio e investimento.

Parágrafo Único - No atendimento das finalidades acima, poderá a fundação, por proposta fundamentada do Conselho Curador ao Executivo Municipal e após por Lei Municipal, ceder parte de seus ativos imóveis à entidades cujas atividades estão alinhadas com os objetivos da FETEP, especialmente na área localizada no Bairro Centenário e, a área em que está situada sua sede.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Art. 6.º Para a consecução das suas finalidades, a fundação poderá:
I - celebrar convênios, contratos, acordos, protocolos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos didáticos e informativos, tais como produção gráfica, recursos áudio-visuais e demais atividades correlatas;
III - comercializar artigos escolares, livros, programas de computadores e demais artigos produzidos pela fundação;
IV - realizar programas educacionais comunitários;
V - fornecer bolsas de estudo, créditos educativos e ajuda de custo, no Brasil e no exterior;
VI - manter um corpo técnico de consultores e pesquisadores;
VII - instituir prêmios, realizar cursos e patrocinar concursos;
VIII - constituir parcerias com entidades públicas ou privadas de objetivos afins, voltadas ao desenvolvimento de projetos que visem o alcance das finalidades institucionais, podendo, para tanto, administrar unidades e/ou gerenciar atividades, instituir ou participar da composição de novas pessoas jurídicas.

§1º - No desenvolvimento das suas atividades, a fundação adotará práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das suas atividades.

§2º - Para a realização de contratos ou acordos onde ocorra o recebimento de receita pela Fundação, cujo valor ultrapasse o percentual de 50% do seu patrimônio líquido, a FETEP precisará da aprovação prévia de seu Conselho Curador.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 7.º O patrimônio da fundação é constituído:
I - Pela área imóvel remanescente da matrícula do RI nº 02.660, doada pelo Município de São Bento do Sul, através da Lei n° 179 de 30/01/76, no Bairro Centenário, juntamente com saldo de área da matrícula nº 175, da Rua Afonso Grosskopf.
II - Os bens móveis e imóveis que possui ou que vier a ter;
III - por direitos e bens obtidos por aquisição regular;
IV - pelas doações, legados, subvenções e auxílios que lhe venham a ser acrescidos;
V - por recursos nacionais ou internacionais oriundos de instituições congêneres para viabilizar a concretização das finalidades propostas;
VI- por dotações orçamentárias oriundas de orçamentos públicos, decorrentes da co-participação em programas, projetos ou atividades com objetivos afins.

VII - pelo superávit de suas atividades.

§1.º - Os bens móveis ou equipamentos só poderão ser alienados após autorização do Conselho Curador. A alienação dos bens imóveis será procedida de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 5°

§2.º - Os bens, direitos, recursos, rendas e eventuais resultados operacionais da fundação serão aplicados integralmente no território nacional e somente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; não se admitindo, a distribuição de bens ou de parcela do seu patrimônio líquido, exceto nas circunstâncias do § 2º do art. 6º;

Art. 8°. Constituem receitas da fundação:
I - As dotações orçamentárias que lhe forem anualmente consignadas;
II - As subvenções do Município de São Bento do Sul;
III - As ajudas financeiras de qualquer origem;
IV - As contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
V - Os saldos de exercício financeiro encerrado;
VI - As rendas decorrentes da exploração de seus bens e de prestação de serviço e de venda de produtos por ela manufaturadas;
VII - As subvenções, auxílio ou quaisquer contribuições estabelecidas pela União ou Estado.
VIII - Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
IX - Prestação de serviços a terceiros.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9°. A administração da fundação será exercida pelos seguintes órgãos:
I - Conselho Curador;
II - Diretoria, constituída por um diretor técnico e um administrativo subordinados diretamente ao Presidente do Conselho Curador.

SEÇÃO II
DO CONSELHO CURADOR

Art. 10. O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação da fundação e será composto por 11 (onze) membros efetivos e 11 (onze) suplentes, assim representado, indicados pelas respectivas entidades:

I - O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, e quem este designar na sua substituição, na qualidade de suplente;
II - O presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul - ACISBS, ou seu representante referendado pelo Conselho Superior da entidade;
III - O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul;
IV - Um representante do IFC - Instituto Federal Catarinense;
V - Um representante da Udesc - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;
VI - O secretário ou representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
VII - O Presidente do Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem de São Bento do Sul;
VIII - O secretário ou representante da Secretaria Municipal do Planejamento de São Bento do Sul;
IX - Um representante da Univille - Campus São Bento do Sul;
X - O Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bento do Sul;
XI - Um representante da SOCIESBS, Sociedade Educacional de São Bento do Sul.

§1° - Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, e será facultada apenas uma recondução.

§2º - O presidente do Conselho Curador será preferencialmente o representante da ACISBS, se aprovado por maioria simples de seus membros, 50% mais um. Caso não se atinja esta maioria, outros membros do conselho serão votados para ocupar o respectivo cargo de Presidente do Conselho Curador.

§3º - Além do Presidente, como representante legal da fundação, podendo delegar ao Presidente da Diretoria parte específica de sua representação, o Conselho elegerá entre os seus membros um suplente que suprirá interinamente o titular na sua falta ou impedimento, na qualidade de vice-presidente.

§4º - Em cada reunião do Conselho Curador serão convocados todos os seus membros cabendo voto e deliberação dos efetivos que, ausentes, serão substituídos pelo correspondente suplente.

§5º - Nas reuniões ordinárias programadas pelo artigo 12 deverão estar identificadas previamente as pessoas que representam as entidades que compõem o Conselho Curador, com documentos correspondentes arquivados e lançados em ata.
Art. 11. Compete ao Conselho Curador:
I - Analisar e aprovar os planos anuais e plurianuais da fundação;
II - Analisar e aprovar o orçamento elaborado pela Diretoria Executiva;
III - Fiscalizar a execução do orçamento, bem como, avaliar e aprovar a prestação de contas e os relatórios anuais;
IV - Analisar e aprovar seu próprio regimento;
V - Propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal de São Bento do Sul, qualquer reforma ou alteração do presente estatuto;
VI - Aprovar os convênios ou contratos a serem elaborados, bem como, autorizar a cessão de bens imóveis;
VII - Aprovar a inclusão ou desligamento das entidades representadas no Conselho Curador;
VIII - Apreciar e aprovar a prestação de contas e o Balanço Geral da Diretoria.
X - Autorizar a cessão ou alienação de bens móveis pertencentes à Fetep.
XI- Autorizar a criação e preenchimento de cargos.

Art. 12. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, para os itens I, II, III e VIII, a cada semestre e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros.

Parágrafo Único - Para as reuniões serão notificados todos os conselheiros, deliberando no mínimo com 50% (6 pessoas incluso o Presidente) dos seus membros, sempre com antecedência mínima de 8 dias, do que será lavrada ata com indicação da composição do Conselho para o ato.

Art. 13. Os membros do Conselho Curador, pelo exercício de seus mandatos, não receberão qualquer remuneração.

Art. 14. Compete ao Presidente do Conselho Curador:
I - Representar a FETEP em atos públicos e privados, internos de controle da gestão e administração da fundação, bem como em juízo ativa e passivamente;
II - Gestionar junto aos órgãos estaduais nacionais e internacionais, questão de relevância para a instituição;
III - Planejar o cronograma de reunião do Conselho Curador;
IV - Assinar toda a documentação pertinente a sua função, ou promover a necessária delegação sempre por ato formal e determinado em instrumento próprio;
V- Assinar toda documentação pertinente às finanças da fundação,

contratos
protocolos, cheques, aberturas de contas juntamente com a assinatura de um
dos diretores;
VI - Coordenar os trabalhos dos diretores;
VII - Elaborar o Plano de Trabalho da Fundação e encaminhá-lo ao Conselho Curador com 30 (trinta) dias de antecedência da sua vigência, tendo como data base as reuniões ordinárias do Conselho Curador;
VIII - Elaborar o Orçamento e o plano de Aplicação de recursos e encaminhá-lo ao Conselho Curador com 30 (trinta) dias de antecedência da sua vigência;
IX - Elaborar o Relatório Anual das atividades, a Prestação de contas e o Balanço Geral e encaminhá-lo ao Conselho Curador para sua apreciação, até 60 (sessenta) dias após o término do exercício financeiro;
X - Elaborar o Regimento Interno da Fundação e submetê-lo à aprovação do Conselho Curador;
XI - Executar o plano de trabalho da função, desenvolvendo atos de gestão e administração da fundação;
XII - Executar o Orçamento e o Plano de Aplicações de recursos;
XIII - Autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de créditos adicionais;
XIV - Propor as operações de créditos a serem realizadas;
XV - Sugerir e apresentar ao Conselho Curador as alterações estatutárias que se fizerem necessárias;
XVI - Propor ações que visem implementação do quadro de associados;
XVII - Dar suporte administrativo às atividades desenvolvidas pela Diretoria;

§1º - Na formalização de documentos relativos à área financeira da Fetep, deverão constar duas assinaturas, uma do Presidente do Conselho Curador e outra de um diretor.

§2º - Em seus impedimentos, o Presidente do Conselho Curador será substituído pelo Vice-Presidente.

SEÇÃO III
DA DIRETORIA

Art. 15. - A gestão ordinária da Fundação será realizada pela Diretoria, que será formada por um Diretor Administrativo e um Diretor Técnico, admitidos por avaliação do Conselho Curador com pré-qualificações específicas para o exercício
destas funções e, nomeado por ato do Presidente do Conselho Curador, sendo à ele subordinados diretamente.

§1º - Os trabalhos da Diretoria serão exercidos com a supervisão do Presidente do Conselho Curador.
§2º - A Diretoria trabalhará sob forma de colegiado nas suas decisões no que for pertinente e junto com o Presidente do Conselho Curador, também naquilo que for pertinente.

§3º - O Presidente do Conselho Curador junto com o Diretor Administrativo, assinarão toda documentação pertinente da Fundação, como abertura de contas bancárias, cheques, contratos, convênios, acordos de qualquer natureza e demais atos necessários.

§4º - Na ausência do Diretor Administrativo, para o fim destinado no parágrafo anterior, o Presidente do Conselho Curador assinará juntamente com o Diretor Técnico.

§5º - Em casos especiais, na ausência do Presidente do Conselho Curador, os dois diretores em conjunto, poderão assinar a respectiva documentação.

§6º - Também em casos especiais, exceto para representação judicial, poderá ser nomeado procurador para atos específicos limitados no respectivo instrumento de mandato. A nomeação será feita pelo Presidente do Conselho Curador em conjunto com o Diretor Administrativo, e o procurador nomeado deverá pertencer ao quadro de funcionários da fundação.

Art. 16 - São atribuições do Diretor Técnico:

I-Organizar e implementar o planejamento estratégico das ações da Incubadora, condomínio e parque tecnológicas;
II-Dar visibilidade e manter relações institucionais vinculadas as atividades tecnológicas, inclusive em sítio como ferramenta de informática;
III- Instituir e manter atualizado o observatório nos padrões "observa SC";
IV-Estruturar parte tecnológica adequando às finalidades fundacionais;
V-Organizar e avaliar projetos de inovação tecnológica e pesquisa;
VI-Estabelecer e manter relações na área de pesquisa e desenvolvimento, empreendedorismo e inovação com Universidades, associações, fundações, instituições públicas e entidades de apoio e fomento por seus departamentos específicos;
VII-Dar pareceres sobre projetos de sua competência;
VIII-Atuar nas incubadoras e em parque tecnológico com gestão administrativa, orientação técnico e operacional;
IX-Realizar a gestão estratégica e executiva de Incubadora de Empresas, de Parque Tecnológico e atividades voltadas ao incentivo e apoio ao empreendedorismo regional da Fundação;
X-Atuar na elaboração, escrita e proposição de projetos e programas visando a obtenção de recursos advindos de editais de fomento ao empreendedorismo e inovação tecnológica de entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais;
XI-Coordenar os trabalhos de consultoria e assessoria em inovação oferecidos e disponibilizados pela FETEP;
XII-Representar a FETEP quando credenciado pelo presidente do Conselho Curador em eventos ou entidades voltadas ao empreendedorismo, tecnologia e inovação;
XIII-Interagir com todas as universidades e demais instituições de ensino e pesquisa de apoio a incubadora e de Parque tecnológico;
XIV-Assinar com o presidente do Conselho Curador a documentação prevista no inciso V do art. 14.

Artigo 17 - São funções do Diretor Administrativo:

I-Incumbir-se da coordenação e da execução de todos os trabalhos de escrituração, correspondência, documentação e arquivo da FETEP;
II -Cumprir e fazer cumprir disposição deste Estatuto, bem como as normas e instruções vigentes;
III -Atender os membros do Conselho Curador e da Diretoria, prestando-lhes informações e esclarecimentos referentes aos diversos assuntos relacionados à parte administrativa da fundação;
IV-Orientar atividades contábeis cumprindo rotinas pré-estabelecidas em qualquer fundação;
V-Elaborar demonstrativos contábeis para auxiliar na prestação de contas e balanço geral da fundação;
VI-Lavrar e subscrever as atas das Assembléias Gerais, das reuniões técnicas e da Diretoria;
VII-Manter atualizada e ativa a relação permanente com os membros do Conselho Curador.
VIII-Controlar os ativos da Fundação quanto à aquisições e seus respectivos registros contábeis;
IX- Assinar com o presidente do Conselho Curador a documentação prevista no inciso V do art. 14.
X-Junto com o Presidente do Conselho Curador, nomear procurador nos termos do parágrafo 6º do artigo 15.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 - O exercício Financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 19 - A prestação de contas anual da Fundação será feita ao Conselho Curador até 60 (sessenta) dias após o término do exercício financeiro imediatamente anterior e constará, no mínimo, dos seguintes elementos:

I-Balanço Patrimonial;
II-Balanço Financeiro,
III-Planejamento Orçamentário;
IV-Demonstrativo de dívidas e compromissos a pagar no final do exercício financeiro.

Art. 20. O Regimento Interno da fundação regulamentará o presente estatuto e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Curador.

Art. 21 - A fundação consolida todos os atos praticados até a presente data.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2012.

Lei Nº 3009/12

LEI Nº 3009, DE 17 DE MAIO DE 2012.
ALTERA A LEI Nº 1847, DE 06 DE JUNHO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º A Lei nº 1.847, de 06 de junho de 2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo Único - O Conselho Municipal do Idoso - CMI, responsável pela coordenação e articulação da Política Municipal do Idoso, fica vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social ,

Art. 2º
V - Orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do "Fundo Municipal do Idoso";

Art. 3º.

I - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - Um representante do Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII - Seis entidades não governamentais, da sociedade civil organizada atuante no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 5º. As entidades não governamentais serão eleitas, bienalmente, titulares e suplentes, em Fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 (trinta) dias de antecedência, sob fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único - As entidades não governamentais eleitas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 10

§ 2º Na perda de mandato de conselheiro titular, de órgão não governamental, assumirá o respectivo suplente ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

Art. 11

§ 2º A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, e Secretário que serão escolhidos entre seus membros, em quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e à ela compete representar o Conselho, dar cumprimentos às decisões plenárias e praticar atos de gestão."

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 8º e o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 1284, de 29 de abril de 2005.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3010/12

LEI Nº 3010, DE 17 DE MAIO DE 2012.
RATIFICA O CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL- APAE

O PREFEITO MUNICIPAL
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado, nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o convênio n. 007, de 21 de março de 2012, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul - APAE, nos termos da minuta anexa, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 007/2012
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO A FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através do FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. MAGNO BOLLMANN, portador do CPF nº 019.658.839-15, e a gestora do Fundo de Assistência Social Sra. LINDACIR EMIDIA CONDE, portadora do CPF nº 421.430.719-49, residentes e domiciliados nesta cidade.
Convenente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE, com sede à Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NEWTON MENDES JUNIOR, portador do CPF nº 419.959.709-30, residente e domiciliado nesta cidade.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
É objeto deste convênio o apoio financeiro ao Convenente através de repasses de recursos provenientes de transferências oriundas do FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, Serviços de Ação Continuada, para custeio do serviço de atendimento à

Pessoa Portadora de Deficiência.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O presente convênio vigorará a contar da data de sua assinatura, retroagindo a 01 de janeiro de 2012 e com término em 31 de dezembro de 2012, respeitando parcelas já transferidas do FNAS.
CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO
Este convênio poderá ser rescindido, automaticamente, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexeqüível, e particularmente quando constatada a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Atendimento.
Parágrafo Único - Rescindido ou extinto o presente convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos ao FNAS, para reutilização, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES
I - DO CONCEDENTE:
a) transferir os recursos financeiros para a execução deste convênio, através do Fundo de Assistência Social, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes e a liberação do FNAS;
b) coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução deste convênio;
c) examinar e aprovar os relatórios de atendimento.
II - DO CONVENENTE:
a) executar o objeto deste convênio de conformidade com o plano de atendimento;
b) prestar contas dos recursos objeto deste convênio, através de relatório de atendimento;
c) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste convênio;
d) manter arquivado por 5 anos a documentação pertinente, disponível para fiscalização quando necessário.
CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS E DO VALOR
Para a execução deste convênio o Concedente repassará ao Convenente o valor relativo a 12 parcelas mensais de acordo com o repasse do FNAS e a contrapartida do município.
Parágrafo Único - Fica o convenente obrigado a prestar serviços diários em atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, de acordo com a meta prevista no Plano de Atendimento, instrumento deste termo.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
A prestação de contas deverá ser feita através de apresentação do Relatório de Atendimento, comprovando à execução do serviço, mensalmente.
Parágrafo Único - As faturas, recibos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa deverão permanecer arquivados pelo período de 5 anos.
CLÁUSULA OITAVA - DA PENALIDADE
Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento e a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, o Convenente deverá restituir o valor transferido acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento ao FNAS.
CLÁUSULA NONA - DAS DÚVIDAS
As dúvidas suscitadas na execução deste convênio serão dirimidas entre as partes.
CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO
Para dirimir os conflitos decorrentes deste Convênio fica eleito o foro do Município de São Bento do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Para Validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Bento do Sul, 21 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Pelo Município

LINDACIR EMIDIA CONDE
Pelo Fundo de Assistência Social

NEWTON MENDES JUNIOR
Pela Apae
Testemunhas:

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

UWE STORTZ
Secretário Interino de Finanças

ASSESSORIA JURÍDICA
César Godoy
Procurador Jurídico, OAB/SC nº 22.655

Decreto Nº 1092/12

DECRETO Nº 1092, DE 17 DE MAIO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.
M

AGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA
Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 352.500,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 - Gabinete
Funcional: 06.182.0002.2.003 Defesa Civil
3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R$ 2.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Funcional: 15.451.0007.1.030 Pavimentar São Bento
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 50.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.813.0012.6.029 Ampliando Áreas de Lazer
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 5.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Funcional: 08.244.0013.4.079 Manutenção dos Serv. Proteção Social "Especial" de Média Complexidade
3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 5.000,00

Funcional: 08.244.0013.4.081 Manutenção dos Serv. Proteção Social Básica
3.3.90.32.00.00.00.00.0163 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 4.500,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

TURISMO
Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional: 22.661.0008.2.016 Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 27.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação
Funcional: 16.122.0016.2.055 Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R$ 8.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - Abastecimento de Água
Funcional: 17.512.0020.2.064 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água
3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 200.000,00

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário
Funcional: 17.512.0020.2.065 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário
3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 - Gabinete
Funcional: 06.182.0002.2.003 Defesa Civil
3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Despesas com Locom R$ 2.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Funcional: 15.451.0007.1.030 Pavimentar São Bento
4.5.90.61.00.00.00.00.0100 - Aquisição de Imóveis R$ 50.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.813.0012.6.029 Ampliando Áreas de Lazer
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 6.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Funcional: 08.244.0013.4.079 Manutenção dos Serv. Proteção Social "Especial" de Média Complexidade
3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R$ 5.000,00

Funcional: 08.244.0013.4.081 Manutenção dos Serv. Proteção Social Básica
4.4.90.52.00.00.00.00.0163 - Equip., Mat. Permanente R$ 4.500,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional: 22.661.0008.2.016 Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 27.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação
Funcional: 16.122.0016.2.055 Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R$ 8.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - Abastecimento de Água
Funcional: 17.512.0020.2.064 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água
4.4.90.51.00.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R$ 200.000,00

Unidade: 03 - Sistema Esgoto Sanitário
Funcional: 17.512.0020.2.065 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário
4.4.90.52.00.00.00.00.0200 - Equip. Mat. Permanente R$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1093/12

DECRETO Nº 1093, DE 17 DE MAIO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3007, de 17 de maio de 2012,

DECRETA
Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 46.654,59 (quarenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade: 03 - Turismo
Funcional: 23.695.0010.1.009 Investimentos para Incentivos Turísticos
4.4.90.93.00.00.00.00.0324 - Indenizações e Restituições R$ 9.154,59

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.1.008 Investimentos na Agropecuária
4.4.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R$ 7.500,00
4.4.90.39.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PJ R$ 30.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, na fonte de recursos 0024 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R$ 9.154,59 (nove mil e cento e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.1.008 Investimentos na Agropecuária
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 7.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0024 - Obras e Instalações R$ 30.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1094/12

DECRETO Nº 1094, DE 17 DE MAIO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3007, de 17 de maio de 2012,

DECRETA
Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 147.000,00 (Cento e quarenta e sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.451.0012.1.028 Recuperação de Pavimentos
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 80.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município
Funcional: 04.122.0014.2.051 Despesas de Serv. Gerais do Município
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 7.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.2.017 Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 60.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recursos, as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Funcional: 15.452.0012.2.013 Manutenção e Melhorias na Frota da Secretaria
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 80.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.2.017 Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Art., Cient. Outras R$ 4.000,00

Funcional: 20.601.0009.2.018 Manutenção da Divisão de Apoio Tecnológico
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 10.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente
Funcional: 18.541.0021.4.003 Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R$ 20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R$ 10.000,00

Unidade: 03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento
Funcional: 20.606.0009.4.017 Manutenção do FUMDEA
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R$ 6.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. e Material Permanente R$ 10.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Funcional: 27.811.0017.2.058 Desporto de Iniciação e Rendimento
3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Resumido Tomada de Preços Nº 197/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 197/2012
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 05 de junho de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:
DO OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARCIAL DA ESTRADA DONA FRANCISCA EXTENSÃO TOTAL 1.274,46M, ÁREA TOTAL 10.705,00 M2, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME PROCESSO Nº SDR25 00000788/2012, CONVÊNIO Nº 4.533/2012-0, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2012.
RENILDA FURST DREVEK
Secretária de Administração

Resumido Tomada de Preços Nº 198/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 198/2012
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 14:00 horas do dia 05 de junho de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:
DO OBJETO: PINTURA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DENISE CHRISTIANE HARMS, SITUADA NA RUA EMÍLIO RICARDO HANNEMANN, BAIRRO CRUZEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min

às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2012.
RENILDA FURST DREVEK
Secretária de Administração

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 203/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 203/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/05/2012 a 18/05/2012, à servidora RITA TERESINHA PEREIRA COMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/04/2012 a 14/05/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 204/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 204/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/05/2012 a 08/06/2012, à servidora JANAINA APARECIDA WANTOWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/05/2012 a 22/05/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 205/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 205/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/05/2012 a 31/07/2012, à servidora TERESINHA CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/05/2012 a 24/05/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 206/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 206/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/05/2012 a 31/05/2012, concedido ao servidor ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 034/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 207/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 207/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/05/2012 a 10/06/2012, concedido à servidora DANIELA GARCIA PSCHEIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 165/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 208/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 208/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/04/2012 a 31/05/2012, concedido à servidora TEREZINHA GUZATTO PEDROZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 076/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/04/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 209/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 209/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/05/2012 a 06/08/2012, concedido à servidora GEOMARA SCHOEFFEL SPERB, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 287/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 210/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 210/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 19/05/2012 a 19/06/2012, concedido ao servidor ABEL GREIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 018/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 211/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 211/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/04/2012 a 16/05/2012, concedido ao servidor GERALDO POKRYWIECKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 572/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/04/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 212/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 212/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/05/2012 a 26/05/2012, concedido à servidora SÔNIA APARECIDA ROTTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 077/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 213/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 213/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/05/2012 a 20/05/2012, concedido à servidora ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 144/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 214/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 214/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/05/2012 a 15/08/2012, concedido à servidora VILMARA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 215/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 215/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/05/2012 a 30/06/2012, concedido à servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 464/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 216/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 216/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/05/2012 a 15/07/2012, concedido à servidora SALETE BELANDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 105/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 217/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 217/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/05/2012 a 30/06/2012, concedido ao servidor JOSÉ AULISIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 168/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/05/2012.

São Bento do Sul, 16/05/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Balancete Resumido

ESTADO DE SANTA CATARINA
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de
São Bento do Sul - IPRESBS
BALANCETE RESUMIDO
2º Bimestre 2011

RECEITAS	março	abril
Contribuição do Servidor Ativo	299.954,11	299.243,19

Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista	1.286,82	1.286,82
Contribuição Patronal - Exercício Atual	445.012,44	447.005,89
Déficit Atuarial	109.032,37	109.498,54
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	25.944,81	25.944,81
Recursos Fonte do Tesouro (FAPES Prefeitura)	166.543,58	166.336,43
Recursos Outras Fontes (FAPES SAMAE)	2.259,28	2.259,28
Remuneração Investimentos em Renda Fixa	1.407.486,02	642.174,68
Remuneração Investimentos em Renda Variável	9.620,07	0,00
Outras Receitas	274.647,96	24.608,05
Total das Receitas	2.741.787,46	1.718.357,69
DESPESAS	março	abril
Aposentadorias IPRESBS	223.669,05	223.378,90
Aposentadorias (Ex-FAPES Prefeitura)	113.712,76	113.712,76
Aposentadorias (Ex-FAPES SAMAE)	2.259,28	2.259,28
Aposentadorias Compensação Previdenciária	25.167,62	25.167,62
Pensões IPRESBS	66.574,66	69.347,24
Pensões (Ex-FAPES Prefeitura)	52.772,00	52.564,85
Pensões Compensação Previdenciária	777,19	777,19
Auxílio Doença - Servidor Ativo	139.348,59	100.646,99
Salário-Família	5.126,64	4.927,51
Indenizações e Restituições Previdenciárias	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00
Serviços e Despesas Administrativas	49.835,27	40.863,92
Equipamento e Material Permanente	0,00	0,00
Total das Despesas	679.243,06	633.646,26
DISPONIBILIDAES FINANCEIRAS	março	abril
Bancos Conta Movimento	221.046,87	122.428,15
Banco Santander Meridional S.A.	1.756,83	2.852,09
Caixa Econômica Federal	217.933,00	3.853,77
Caixa Econômica Federal - Taxa de Administração	254,22	303,98
Banco Itaú S.A.	1.102,82	115.418,31
Bancos Conta Aplicação	106.421.514,12	107.631.661,68
Banco do Brasil S.A.	21.098.826,91	21.214.878,57
Banco Santander Meridional S.A	5.275.431,78	5.309.782,19
Caixa Econômica Federal	59.179.925,79	60.189.553,42
Caixa Econômica Federal - Taxa de Administração	1.008.066,62	1.011.357,47
Banco Itaú S. A . Títulos Públicos	15.977.037,15	15.923.548,14
Banco Itaú S. A .	1.789.476,51	1.801.447,10
HSBC	372.481,35	375.345,39
Banco Bradesco S/A. - FIA Institucional IBOVESPA	2.373.486,80	2.261.322,07
Provisão para perdas em Investimentos	-653.218,79	-455.572,67
Total	106.642.560,99	107.754.089,83

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente
CRA/SC 5425

LUCILENE Z. S. H. BARBOSA
Contadora
CRC/SC 028600-O/4

São Lourenço do Oeste

Prefeitura

Decreto Nº 4.428, de 18 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 4.428, DE 18 DE MAIO DE 2012.
Regulamenta a Lei nº 1.986, de 13 de dezembro de 2011, que institui o programa "Cidade Digital" no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Fica estabelecido o regulamento do Programa "Cidade Digital", no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste - SC.
§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se:
I - INTERNET: rede mundial de computadores interligados entre si por meio do protocolo TCP/IP (Transmission Control Protocol/ Internet Protocol);
II - PORTAL: endereço eletrônico concebido com a finalidade de fornecer um amplo conjunto de informações e acesso à internet, disponibilizado, pelo Município de São Lourenço do Oeste, cujo endereço eletrônico é: www.saolourenco.sc.gov.br;
III - ACESSO SEM FIO: tipo de conexão à internet, caracterizado pela necessidade de equipamentos que dispensam a utilização de cabos e interligue o computador utilizado pelo USUÁRIO ao Servidor de Dados da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste;
IV - HOME PAGE: página inicial de um site na internet;
V - SITE: página ou sequência de páginas que uma pessoa jurídica ou física mantém na internet;
VI - USUÁRIO: pessoa física ou jurídica que aderir ao Programa "Cidade Digital";
VII - PERFIL: modalidade de acesso com requisitos específicos, por meio da qual o USUÁRIO poderá acessar a rede sem fio;
VIII - TERMO DE ADESÃO: documento que estabelece as normais para adesão ao programa, condições de uso, e responsabilidades das partes envolvidas;
IX - EMPRESA CREDENCIADA: se refere à pessoa jurídica contratada para prestar os serviços de suporte técnico em Tecnologia da Informação para a infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º O Programa "Cidade Digital" objetiva o oferecimento de internet banda larga, através de rede gratuita e sem fio, proporcionando a população acesso à informação em tempo real, o

desenvolvimento de todos os setores da sociedade e, em especial, de propagação da educação, cultura, lazer, desporto e cidadania.

CAPÍTULO II
Da Adesão ao Programa

Art. 3º Para aderir ao programa, o USUÁRIO deve se enquadrar em um dos seguintes perfis:
I - Governo Municipal: destinado ao acesso de servidores dos órgãos da administração direta e indireta, Fundo Municipal de Saúde e o Conselho Tutelar;
II - Alunos: para acesso dos alunos das redes municipal e estadual de ensino.
III - Professores: possibilita o acesso aos professores e demais profissionais da educação, das redes municipal e estadual de ensino.
IV - Empresarial: compreende o acesso dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, assim caracterizados de acordo com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
V - Cidadão Digital: para acesso dos demais cidadãos não qualificados nos portais previstos nos incisos de I a IV, deste artigo.
§ 1º O processo de adesão deverá ser formalizado pelo USUÁRIO com o preenchimento de formulário na Home Page do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, onde deverá informar:
I - Nome completo;
II - Número do Registro da Carteira de Identidade e órgão expedidor;
III - Número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
IV - Endereço completo;
V - Endereço eletrônico válido (e-mail);
VI - Dados pessoais.
§ 2º Ao final do formulário haverá uma caixa de seleção, por meio da qual o USUÁRIO informará a aceitação das condições de uso, nos termos deste regulamento.
§ 3º Para adesão ao Programa, o USUÁRIO deve estar regular com os tributos municipais, designando-se à Secretaria Municipal de Fazenda, a adoção das seguintes medidas:
I - verificação de regularidade dos tributos municipais;
II - expedição de certidão positiva à Diretoria de Tecnologia da Informação quando constatada a situação de inadimplência do interessado.
§ 4º A Diretoria de Tecnologia de Informação indeferirá o acesso à internet ao USUÁRIO que estiver inadimplente com os tributos municipais.

Art. 4º A oferta de acesso ao sinal de internet banda larga, por meio do Programa "Cidade Digital", será limitada por USUÁRIO, obedecerá ao volume de tráfego contratado pelo Município com a operadora (link) e atenderá prioritariamente, nesta ordem, os seguintes usuários:
I - Servidores dos órgãos da administração direta e indireta, Fundo Municipal de Saúde e o Conselho Tutelar;
II - Os alunos das Redes Municipal e Estadual de ensino;
III - Os professores e profissionais de educação das Redes Municipal e Estadual de ensino;
IV - Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte; e
V - Os cidadãos em geral.

CAPÍTULO III
Do Cadastro

Art. 5º O USUÁRIO deverá entrar em contato com a Diretoria de Tecnologia da Informação e requisitar o agendamento da instalação dos equipamentos.
§ 1º É de responsabilidade do USUÁRIO a aquisição dos equipamentos necessários para a recepção do sinal, devendo ser observados os equipamentos homologados pela Diretoria de Tecnologia da Informação, nos termos do Anexo II.
§ 2º A instalação dos equipamentos adquiridos pelo USUÁRIO será feita por empresa credenciada pelo Município, sendo de responsabilidade do USUÁRIO o pagamento da taxa de instalação, estipulada em R$ 60,00 (sessenta reais).

CAPÍTULO IV
Das Disposições Gerais

Art. 6º É vedado o acesso a sítios de conteúdo adulto, pornografia, pedofilia e similares, bem como aqueles que veiculem conteúdos impróprios ou indesejados para o público infantil, adolescente e jovem, tais como campanhas que incitem a violência, discriminação, violação ao direito de imagem de pessoas ou instituições, jogos, etc.
§ 1º A restrição ao acesso dos sítios que veiculem os conteúdos a que se refere o caput serão controlados eletronicamente por sistema de filtro eletrônico.
§ 2º Na hipótese de violação da norma contida no caput, o USUÁRIO perderá o benefício de que prevê a Lei 1.986/2011, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Art. 7º Ao aderir ao programa por meio do Termo de Adesão, Condições Gerais e Responsabilidade de Uso, o USUÁRIO aceita todas as condições dispostas neste Decreto, bem como às disposições da Lei nº 1.986 de 13 de dezembro de 2011.

Art. 8º Fica aprovado o Termo de Responsabilidade de Acesso ao Sistema, documento integrante do Anexo I deste Decreto.

Art. 9º Fica aprovado a Lista de Equipamentos Homologados, documento integrante do Anexo II deste Decreto.

Art. 10. O programa "Cidade Digital" terá vigência a partir da data de advento da Lei nº 1.986, de 13 de dezembro de 2011, até 31 de dezembro de 2012, admitindo-se prorrogação mediante lei específica.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de maio de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Decreto nº 4.428, de 18 de maio de 2012)

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO AO SISTEMA

A ACEITAÇÃO DESTE TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO AO SISTEMA, É ABSOLUTAMENTE INDISPENSÁVEL À UTILIZAÇÃO DO ACESSO SEM FIO À INTERNET BANDA LARGA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. O USUÁRIO DEVERÁ LER, CERTIFICAR-SE DE HAVER ENTENDIDO E ACEITAR TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

1. CONDIÇÕES GERAIS
1.1. Essas condições gerais regulamentam o estabelecido entre a O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, com sede a rua Duque de Caxias, 789, Centro, Cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.873/0001-08 e, de outro lado, a pessoa, denominada USUÁRIO, qualificada nos termos do Formulário de Inscrição, preenchido eletronicamente na Home Page do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste.
1.2. Ao concordar que o Programa "Cidade Digital" seja disponibilizado no imóvel e seja aceito o Termo de Responsabilidade, o USUÁRIO, expressamente, aceita, sem reservas ou ressalvas, todas as Condições Gerais, aqui contidas.
1.3. O Usuário deverá preencher o formulário eletrônico com todas

as informações verdadeiras, atualizadas e completas, declarando-se plenamente ciente de que a utilização indevida de dados de terceiros ou o fornecimento de informações falsas poderá caracterizar a prática de crime, sujeitando o infrator às penalidades previstas em lei.
1.4. Para os efeitos do presente Termo de Responsabilidade, todas as palavras ou expressões constantes da lista abaixo deverão ser entendidas conforme o respectivo significado:
a. "Internet" significa a rede mundial de computadores interligados entre si por meio do protocolo TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol);
b. "Portal" significa o endereço eletrônico concebido com a finalidade de fornecer um amplo conjunto de informações e acesso à internet, disponibilizado, pelo Município de São Lourenço do Oeste, cujo endereço eletrônico é: www.saolourenco.sc.gov.br;
c. "Acesso Sem Fio" significa o tipo de conexão à internet, caracterizado pela necessidade de equipamentos que dispensam a utilização de cabos e interligue o computador utilizado pelo USUÁRIO ao Servidor da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste;
d. "Home Page" significa a página inicial de um site na internet;
e. "Site" significa a página ou sequência de páginas que uma pessoa jurídica ou física mantém na internet;
f. "USUÁRIO" significa a pessoa que aceitou o objeto do presente Termo de Adesão, dentro do Programa "Cidade Digital";
g. "EMPRESA CREDENCIADA" se refere à pessoa jurídica contratada para prestar os serviços de suporte técnico em Tecnologia da Informação para a infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste.

2. OBJETO
2.1. As presentes Condições Gerais regulam o acesso à rede mundial de computadores ("internet"), por meio do qual o USUÁRIO obterá uma Porta de Acesso à internet banda larga, para o acesso sem fio, limitado e de forma gratuita.
2.2. O Programa "Cidade Digital" objetiva o oferecimento de internet banda larga, através de rede gratuita e sem fio, proporcionando a população acesso à informação em tempo real, o desenvolvimento de todos os setores da sociedade e, em especial, de propagação da educação, cultura, lazer, desporto e cidadania.

3. ADESÃO AO PROGRAMA CIDADE DIGITAL
3.1. Para adesão ao Programa o USUÁRIO deverá preencher o formulário eletrônico disponível na Home Page do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste e aceitar as condições de uso, conforme disposto no art. 3º, do Decreto nº 4.428, de 18 de maio de 2012, de acordo com o Perfil optado para acesso à rede sem fio.
3.2. Após o preenchimento do formulário, o Usuário deverá adquirir os equipamentos para recepção do sinal, devendo ser observados os equipamentos homologados pela Diretoria de Tecnologia da Informação, de acordo com o Anexo II, do Decreto nº 4.428, de 18 de maio de 2012;
3.3. A instalação dos equipamentos adquiridos pelo USUÁRIO será feita por empresa credenciada pelo Município de São Lourenço do Oeste, sendo de responsabilidade do USUÁRIO o pagamento da taxa de instalação, estipulada em R$ 60,00 (sessenta reais).
3.4. Após a aquisição dos equipamentos o USUÁRIO deverá entrar em contato com a Diretoria de Tecnologia da Informação para agendar o serviço de instalação.
3.5. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE se reserva o direito de aprovar o cadastro de seus usuários somente após a concordância do Termo de Adesão.
3.6. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE se reserva o direito de requerer ao USUÁRIO, através de comunicado, atualizações ou adições de dados cadastrais, podendo-se cancelar temporariamente o acesso do USUÁRIO que não fizer as atualizações ou adições de seus dados até que o faça.

4. ACESSO À INTERNET BANDA LARGA
4.1. A liberação do acesso engloba:
a. O oferecimento de internet banda larga, através de rede gratuita e sem fio, proporcionando a população acesso à informação em tempo real, o desenvolvimento de todos os setores da sociedade e, em especial, de propagação da educação, cultura, lazer, desporto e cidadania;
b. Uma conexão limitada de 256 Kbps à Internet, sem garantia de banda, esclarecendo, todavia que, dependendo do horário, poderão ocorrer variações da velocidade da conexão.
4.2. O direito ao acesso no Programa "Cidade Digital" do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste é pessoal e intransferível, portanto a senha de acesso disponibilizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação não poderá ser divulgada pelo USUÁRIO.
4.3. O acesso ao Programa: "Cidade Digital", do Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, estará à disposição do USUÁRIO 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, podendo, eventualmente, sofrer interrupções SEM NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA devido as:
a. Manutenções técnicas e/ou operacionais que exijam o desligamento temporário do sistema ou impossibilitem o acesso;
b. Caso fortuito ou de força maior;
c. Ações de terceiros que impeçam a prestação dos serviços;
d. Falta de fornecimento de energia elétrica para o sistema da Prefeitura; e
e. Ocorrências de falhas no sistema de transmissão e/ou roteamento no acesso à internet providos pelas operadoras Telecom.
4.3.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NÃO SERÁ RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS E OU PREJUÍZOS DECORRENTES DE INTERRUPÇÕES RELACIONADAS NO ÍTEM ACIMA, E/OU POR QUAISQUER DANOS OU PREJUÍZOS PARA OS QUAIS NÃO TENHA CONCORRIDO DIRETA E COMPROVADAMENTE.
4.4. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NÃO REALIZA ABERTURA DE PORTAS PARA ACESSO REMOTO ENTRE O COMPUTADOR DE EMPRESAS OU PARTICULARES COM O COMPUTADOR DO USUÁRIO POR MEIO DE PROGRAMAS TAIS COMO: VNC, PC ANYWHER E/OU OUTROS COM MESMA FUNÇÃO.
4.5. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NÃO PERMITE O COMPARTILHAMENTO EM REDE DA CONEXÃO EM OUTRO(S) COMPUTADOR(ES) DE REDE EXTERNA DO USUÁRIO, OU PESSOAS LIGADAS A ELE (EX.: VIZINHO) POR MEIO DE SISTEMAS PROXY, SWITCHS, HUBS, DENTRE OUTROS, EXCETO COM AUTORIZAÇÃO DO EXECUTIVO MEDIANTE REQUERIMENTO JUSTIFICADO.
4.6. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NÃO PRESTARÁ EM HIPÓTESE ALGUMA SUPORTE TÉCNICO EM REDE INTERNA DO USUÁRIO OU PESSOAS LIGADAS A ELE (EX.: VIZINHO) POR MEIO DE SISTEMAS PROXY, SWITCHS, HUBS, DENTRE OUTROS.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO
5.1. O USUÁRIO deverá dispor e manter o equipamento necessário (computador, Kit wireless - placas, conectores, cabos e antena receptora), para ter acesso à internet em condições de real funcionamento, bem como deverá promover as medidas de segurança necessárias à proteção de seus equipamentos, sistemas e arquivos contra a atuação indevida e invasões não autorizadas de outros USUÁRIOS de internet.
5.2. O USUÁRIO obriga-se a não divulgar a terceiros a senha de acesso fornecida pela DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, e nem alterar as configurações em seu equipamento no que diz respeito às configurações de IPs (protocolos de internet), DNS e GATEWAY.
5.3. Está vedado o uso ou acesso ao Programa "Cidade Digital" para propagar ou manter portal ou site(s) na internet com conteúdos que:
a. Viole a lei, a moral, os bons costumes, a propriedade intelectual, os direitos à honra, à vida privada, à imagem, à intimidade pessoal e familiar;
b. Estimulem a prática de condutas ilícitas ou contrárias à moral e aos bons costumes;

c. Incitem a prática de atos discriminatórios, seja em razão de sexo, raça, religião, crenças, idade ou qualquer outra condição;
d. Coloquem à disposição ou possibilitem o acesso a mensagens, produtos ou serviços ilícitos, violentos, pornográficos, degradantes;
e. Induzam ou possam induzir a um estado inaceitável de ansiedade ou temor;
f. Induzam ou incitem práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e para o equilíbrio psíquico;
g. Sejam falsos, ambíguos, inexatos, exagerados ou extemporâneos, de forma que possam induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;
h. Constituam publicidade ilícita, enganosa ou desleal, em geral, que configurem concorrência desleal;
i. Veiculem, incitem ou estimulem a pedofilia;
j. Incorporem vírus ou outros elementos físicos ou eletrônicos que possam danificar ou impedir o normal funcionamento da rede, do sistema ou dos equipamentos informáticos (hardware e software) de terceiros ou que possam danificar os documentos eletrônicos e arquivos armazenados nestes equipamentos informáticos.
5.4. Ainda é vedado ao Usuário:
a. Manipular, alterar, deturpar ou suprimir os dados identificadores dos direitos autorais da Prefeitura;
b. Enviar pluralidade de mensagens para um mesmo endereço eletrônico, conhecido como \'spam\' (\'bombardeio de mensagens eletrônicas\') com conteúdo de qualquer natureza;
c. Forjar endereços de máquinas, de rede ou de correio eletrônico, na tentativa de responsabilizar terceiros ou ocultar identidade ou autoria;
d. Destruir ou corromper dados e informações de outros usuários;
e. A violação da privacidade de outros usuários;
f. Distribuir, via correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns e formas similares de comunicação mensagens não solicitadas do tipo "corrente" e mensagens em massa, comerciais ou não;
g. Transmitir tipos ou quantidades de dados que causem falhas em serviços ou equipamentos na rede de internet gratuita ou de qualquer outro provedor;
h. Enviar ou divulgar mensagens que infrinjam normas sobre o segredo das comunicações;
i. Utilizar o terminal de computador a ele conectado como servidor de dados de qualquer espécie, inclusive: servidores Web, FTP, SMTP, POP3.
5.4.1. AO DETECTAR QUALQUER CONDUTA E/OU MÉTODO CONSIDERADO INADEQUADO, ILEGAL, IMORAL, OFENSIVO E/OU ANTIÉTICO POR PARTE DO USUÁRIO, O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, PODERÁ SUSPENDER O ACESSO TEMPORARIAMENTE, DEFINITIVAMENTE E/OU NOTIFICAR O USUÁRIO PARA QUE SANE, CORRIJA OU REGULARIZE A SITUAÇÃO.

6. AS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL
6.1. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE deverá envidar os melhores esforços para assegurar e desenvolver a qualidade do serviço de acesso no Programa "Cidade Digital", comprometendo-se, ainda, a respeitar a privacidade do USUÁRIO, garantindo não monitorar ou divulgar informações relativas à sua utilização, bem como dos e-mails por ele recebidos ou enviados, mantendo sigilo sobre todas as informações cadastrais por ele fornecidas, a menos que seja obrigada a fazê-lo, mediante ordem judicial ou por lei, ressalvadas as hipóteses previstas nestas condições gerais.
6.2. Caso seja possível, não se obrigando em hipótese alguma, o GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE deverá comunicar ao USUÁRIO, através de e-mail ou aviso veiculado no portal www.saolourenco.sc.gov.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a suspensão da prestação dos serviços por ocasião de manutenções programadas no sistema.

7. DAS AUTORIZAÇÕES
7.1. ATRAVÉS DA CONCORDÂNCIA DESTE TERMO DE ADESÃO, O USUÁRIO PREVIAMENTE AUTORIZA O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE A LHE ENVIAR, ATRAVÉS DE E-MAIL E/OU MALA-DIRETA CONVENCIONAL, INFORMAÇÕES DE SUAS AÇÕES EM TODAS AS ÁREAS DE ATUAÇÃO, SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA, CONVITES PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO OU NOS QUAIS MANTÊM PARCERIA, BEM COMO, BOLETINS INFORMATIVOS.

8. DO SUPORTE
8.1. O suporte técnico será oferecido por empresa terceirizada pelo Município e se limitará às instruções inseridas previamente na página oficial do Município de São Lourenço do Oeste www.saolourenco.sc.gov.br com o objetivo de auxiliar os Usuários na solução de problemas estritamente técnicos relacionados com o objeto deste contrato.

9. PRAZO DA ADESÃO AO PROGRAMA
9.1. O presente Termo entrará em vigor após a análise e aprovação, pelo Governo Municipal, quanto ao cumprimento dos requisitos legais, permanecendo vigente enquanto vigorar o Programa "Cidade Digital", conforme dispõe o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.986, de 13 de dezembro de 2011, ressalvadas as hipóteses de rescisão contratual, definidas neste Instrumento.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES
10.1. O USUÁRIO assume todos os ônus e responsabilidades decorrentes de seus atos e de sua conduta como USUÁRIO da rede de internet, respondendo, ainda, pelos atos que terceiros praticarem em seu nome, por meio do uso de seu equipamento de acesso.
10.2. Embora o GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE utilize as melhores tecnologias e empenhe seus maiores esforços, não possui condições de controlar com caráter prévio a ausência de vírus nos conteúdos transmitidos, difundidos, armazenados, recebidos, obtidos, colocados à disposição, ou acessíveis por meio da utilização dos serviços, nem a ausência de outros elementos que possam produzir alterações no equipamento informático do USUÁRIO ou nos documentos eletrônicos e fichários armazenados ou transmitidos desde o equipamento informático do USUÁRIO.
10.3. Tendo em vista o disposto no item anterior, o MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE SE EXIME DE QUALQUER RESPONSABILIDADE PELOS DANOS E PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA, QUE POSSAM DECORRER DA PRESENÇA DE VÍRUS, OU DE OUTROS ELEMENTOS NOCIVOS NOS CONTEÚDOS E QUE, DESTA FORMA, POSSAM PRODUZIR ALTERAÇÕES E/OU DANOS NO SISTEMA FÍSICO E/OU ELETRÔNICO DOS EQUIPAMENTOS DO USUÁRIO.
10.4. O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE não tem obrigação de controlar e não controla o conteúdo e natureza dos conteúdos transmitidos, difundidos ou postos a disposição de terceiros pelos USUÁRIOS através das normas compreendidas no objeto do presente Termo. NÃO OBSTANTE, O GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE SE RESERVA NO DIREITO DE REVISAR, A QUALQUER MOMENTO E SEM AVISO PRÉVIO, POR SOLICITAÇÃO JUDICIAL, OS CONTEÚDOS TRANSMITIDOS, DIFUNDIDOS OU POSTOS À DISPOSIÇÃO DE TERCEIROS PELOS USUÁRIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA: "CIDADE DIGITAL" E A IMPEDIR A SUA TRANSMISSÃO, DIFUSÃO OU COLOCAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE TERCEIROS NO CASO DE QUE RESULTAREM CONTRÁRIOS AO DISPOSTO NESTE TERMO DE ADESÃO E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS DE USO.
10.5. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, não será responsabilizado, nem arcará, com qualquer custo ou despesa do USUÁRIO, caso, o domicilio do solicitante, não consiga alcançar o sinal aberto para sua conexão, mesmo, após, o USUÁRIO ter sido aprovado em seu pedido, e adquirido e instalado seus equipamentos.
11. ALTERAÇÕES NOS TERMOS E CONDIÇÕES DO CONTRATO
11.1. O Município se reserva o direito de alterar unilateralmente

quaisquer condições do presente Termo.

12. RESCISÃO
12.1. O Usuário poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, bastando enviar comunicação por escrito via Protocolo com 30 (trinta) dias de antecedência.
12.2. Caso o Município pretenda rescindir o presente Termo por quebra de infringência a cláusula deste contrato, poderá fazê-lo sem aviso prévio, não havendo necessidade de comunicar o Usuário do encerramento temporário ou definitivo do fornecimento de sinal de internet.
12.3. A inadimplência com a Fazenda Municipal ensejará na rescisão do presente contrato, sem aviso prévio.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Através de seu efetivo cadastro, o USUÁRIO se compromete a respeitar e cumprir todas as disposições aqui inseridas, bem como, as disposições contidas nos avisos legais que regulamentarem a utilização do Programa: "Cidade Digital" aqui disponibilizados.
13.2. Todo o material encontrado no site do GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE (textos, imagens, softwares, tecnologia, etc) são protegidos pela legislação de direitos autorais, sendo de propriedade da mesma. Qualquer violação desses direitos pelo USUÁRIO ou terceiros (através da utilização de seu equipamento) será imputada ao USUÁRIO que poderá ser acionado judicialmente, através das medidas cabíveis.
13.3. As partes reconhecem o serviço de correio eletrônico (e-mail) como forma válida, eficaz e suficiente de comunicação e aceitam o Portal www.saolourenco.sc.gov.br como meio válido, eficaz e suficiente para a divulgação de qualquer assunto que se refira ao Programa: "Cidade Digital", objeto deste termo.
13.4. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE expressamente declara e garante, para todos os fins de direito:
a. Possuir capacidade jurídica para celebrar este termo.
b. Reconhecer que o presente termo se formaliza com a concordância do USUÁRIO.
c. Este termo constitui o entendimento integral entre o USUÁRIO e o MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
d. As informações e dados pessoais disponibilizados por ocasião do cadastro são nesta data exatas e verdadeiras sob pena de responsabilização por falsidade ideológica.

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de maio de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO II
(Decreto nº 4.428, de 18 de maio de 2012)

EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS

Ficam homologados os equipamentos compatíveis com a rede sem fio do Programa Cidade Digital:
- 1 Antena Marca Ubiquiti Modelo NanoStation2;
- 1 Suporte metálico para afixar a antena;
- Cabo de rede UTP cat5 (quantidade necessária entre a antena e o computador do usuário/ponto de acesso);
- 2 Ponteiras RJ45;
- 1 Patch Cord;
- 1 Roteador Sem Fio (nos casos em que o computador do USUÁRIO não disponibilizar conectividade por cabo).

É de responsabilidade do USUÁRIO adquirir os equipamentos.
A aquisição de ANTENA de outra marca não homologada pela Diretoria de Tecnologia da Informação não atribui ao Município o dever de indenizar ao USUÁRIO.

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de maio de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

Prefeitura

Portaria N.º 177/12

PORTARIA n.º 177/12
Concede Licença Prêmio ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:
Art. 1.º- Conceder ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN, ocupante do cargo de Motorista II, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2003 a 2008.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 17/05/2012.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de maio de 2012.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N°. 036/2012,

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 036/2012, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANDERSON DA SILVA LAURENDO.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº. 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, n° 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANDERSON DA SILVA LAURINDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 022.698.379-08, residente a Servidão Fernando Luiz Botelho, nº. 110, Ribeirão da Ilha, Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 036/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 036/2012 até o dia 15/06/2012, pela necessidade de profissional para substituir o servidor Jonas João Hoffmann que se encontra afastado de Licença Prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 16 de maio de 2012.
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Termo de Desistência Gilmar José Zimmermann
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2011

Aos quinze dias do mês de maio do ano de 2012, GILMAR JOSÉ ZIMMERMANN, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2011, da Prefeitura Municipal de São de Alcântara, relativo ao cargo de Motorista II, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de maio de 2012.

Schroeder

Prefeitura

Decreto N° 2.453/2012, de 17 de Maio de 2012.
DECRETO Nº 2.453/2012, de 17 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo n° 1.690/2012, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Fabiana de Souza Stringari;

Considerando o disposto no art. 16, da Lei Complementar n° 004/1998, de 19/05/1998;

DECRETA:
Art. 1º - Fica determinada a promoção por merecimento, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 16 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual	
Fabiana de Souza Stringari	25	26	

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 17 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria No 4.577/2012, de 17 de Maio de 2012
PORTARIA No 4.577/2012, de 17 de maio de 2012
NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-LICITATÓRIO N.º18/2012-PMS e 38/2012-PMS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
RESOLVE:
Art. 1o Nomear membros da comissão de acompanhamento dos Contratos Administrativos n.ºs 37/2012-PMS; 38/2012-PMS; e 39/2012-PMS, oriundos do Processo Administrativo-Licitatório n.º 18/2012-PMS / Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 010/2012-PMS; e do Contrato nº59/2012-PMS, oriundo do Processo Administrativo-Licitatório nº38/2012-PMS, cujo objeto geral é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses conforme adiante identificados:
- Eloir José Wendt - Coordenador;
- Orlando Tecilla - Membro;
- Ivanio Dalton Laube - Membro;
- Alessandro Martins Viana - Membro;
- Jean Cláudio Bonet - Membro.

Art. 2º A comissão acima nomeada fica incumbida de promover o correto andamento dos contratos identificados no art. 1º, fazendo cumprir todos os ditames do contrato, bem como do edital de licitação do qual decorreu a contratação, principalmente fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas; e emitir as autorizações de execução de serviços necessárias, numeradas em seqüência e assinadas pela autoridade competente.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº4.570/2012, de 9 de maio de 2012.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria No4.579/2012, de 18 de Maio de 2012

PORTARIA No4.579/2012, de 18 de maio de 2012
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:
Art. 1o Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC 065488-5 SC, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

-Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da pavimentação asfáltica da Rua Cândido Tomaselli, na localidade de Rancho Bom, no município de Schroeder/SC, compreendendo o trecho 01, a área de 4.800,00m², e o trecho 02 a área de 2.441,00m², de acordo com os Contratos de Repasse nº 367.785-49/2011 e nº 364.490-13/2011, com o Ministério das Cidades e de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 64/2012 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2012-PMS, Processo nº. 43/2012-PMS -empresa EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA ADRIMAR LTDA.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria No4.580/2012, de 18 de Maio de 2012

PORTARIA No4.580/2012, de 18 de maio de 2012
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:
Art. 1o Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC 065488-5 SC, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da pavimentação asfáltica da Rua Presidente Costa e Silva, na localidade de Bairro Rio Hern, no município de Schroeder/SC, compreendendo a área total de 9.946,75m², de acordo com o Contrato de Repasse nº 374.640-39/2011, com o Ministério das Cidades e de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 65/2012 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2012-PMS, Processo nº. 44/2012-PMS - empresa EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA ADRIMAR LTDA.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de maio de 20 12.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.578/2012, de 17 de Maio de 2012

PORTARIA Nº 4.578/2012, DE 17 DE MAIO DE 2012

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO
SELETIVO PARA VAGAS DE ACT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo para vagas de ACT da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, integrada pelos seguintes membros: Jeanini Catlein Felipe Ohf - Auxiliar de Expediente, Maria Aparecida Schmidt Miodutzki - Assessora da Saúde, Rogério Ohf - Educador Físico, Juliana Bizatto - Médica ESF, Noeli Aparecida Boehm - Enfermeira ESF, para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariado pelo terceiro, preparar, executar e julgar o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do município de Schroeder.

Art.2º A Comissão do Processo Seletivo ora constituída atenderá às disposições legais em vigor, bem como tomará as providencias necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Processo seletivo, correndo as despesas por conta de dotações especificas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.699/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTINA HEFTER TAMBOSI
Secretária da Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Aviso de Licitação Edital Nº 02 Pregão Presencial Nº. 34/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 02 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2012-PMS
PROCESSO Nº. 53/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de um colorímetro para análise de cor de água e de água bruta para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 1º. de junho de 2012 às 08h45min.
Abertura do Processo: 1º. de junho de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 06/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2012-PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 06/2012-PMS, Processo de licitação nº. 43/2012-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da pavimentação asfaltica da Rua Candido Tomasseli, localizada no Bairro Rancho Bom, no município de Schroeder/SC, compreendendo o trecho 01, com área de 4.800m², e o trecho 02 com área de 2.441m², de acordo com os Contratos de Repasse nº 367.785-49/2011 e nº 364.490-13/2011, com o Ministério das Cidades, projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.
Empresa vencedora: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20.
Valor da proposta vencedora: R$ 485.337,22 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos).

Schroeder, 18 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 06/2012 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 06/2012 - FIA
Pregão Presencial nº. 01/2012-FIA - Processo nº. 05/2012-FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 10.541.301/0001-86, estabelecida na Rua 1034, nº. 67, Bairro Joao Pessoa, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-750.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de instrumentos musicais para utilização dos mesmos pelo projeto de musicalização sons de brincar através da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R$ UNITÁRIO	VALOR R$ TOTAL
LOTE I					
01	Xilofone orff - dó baixo - madeira 13 teclas nat sib fa#	1	Unidade	643,76	643,76
02	Xilofone orff - dó contralto - madeira 13 teclas nat sib fa# - Marca Jog Modelo P2170	1	Unidade	400,00	400,00
03	Jogo de baquetas para triângulos, sendo 5 pares com tamanhos diferentes	1	Unidade	80,00	80,00
04	Óleo Lubrificante para rotor RO 1886 47ml.	1	Unidade	30,00	30,00
05	Óleo lubrificante para pisto VO 1885 47ml.	4	Unidade	30,00	120,00
06	Óleo lubrificante para trombone de vara (kit) 337	3	Unidade	60,00	180,00
07	Par de Baquetas 5A ponta de madeira Eco Jatobá EJ5AM	4	Unidade	16,58	66,32
08	Par de baquetas madeira Eco Jatobá 7A ponta madeira EJ7AM	2	Unidade	16,58	33,16

09	Par de baquetas para mallets vibrafone soft (algodão) VB-S	1	Unidade	100,00	100,00
10	Par de baquetas para mallets marimba soft (lã) MB-S	1	Unidade	100,00	100,00
11	Baqueta doublé percussion madeira jatobá BB DPJ	2	Unidade	37,09	74,18
12	Baqueta para lira Nylon LI-NY	6	Unidade	5,33	31,98
13	Baqueta para lira PP LI-PP	6	Unidade	3,33	19,98
14	Par de baquetas de feltros para pratos/ tímpanos soft LF-S	1	Unidade	28,15	28,15
15	Par de baquetas de feltros para pratos/ tímpanos hard LF-H	1	Unidade	35,93	35,93
16	Maçaneta com cabo de 320 mm em madeira ponta de pelúcia MC-49	2	Unidade	10,97	21,94
17	Maçaneta para bombo sinfônico general MC-GEN	1	Unidade	17,95	17,95
18	Maçaneta para bombo sinfônico Stacatto MC-STA	1	Unidade	16,65	16,65
TOTAL R$	2.000,00				

Valor do contrato: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Data da Assinatura: 17/05/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 64/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Extrato de Contrato nº. 64/2012-PMS
Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2012-PMS - Processo nº. 43/2012-PMS
Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rua Princesa Isabel, nº 225, sala 601, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89201-270.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da pavimentação asfaltica da Rua Candido Tomasseli, localizada no Bairro Rancho Bom, no município de Schroeder/SC, compreendendo o trecho 01, com área de 4.800m², e o trecho 02 com área de 2.441m², de acordo com os Contratos de Repasse nº 367.785-49/2011 e nº 364.490-13/2011, com o Ministério das Cidades, projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.
Valor do contrato: R$ 485.337,22 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos).
Data da Assinatura: 18/05/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Processo Seletivo Simplificado 02/2012

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL N°. 002/2012/SMSAS/PMS - ACT

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de profissionais para atendimento em caráter temporário (ACT), para atenderem a necessidade da referida secretaria a serem contratados por tempo determinado para o ano de 2012, suprindo a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

1.0 – DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO
1.1– Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Admissão Caráter Temporário – ACT) e por prazo determinado, conforme Lei Municipal 1.690 de 28.10.2008 e pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.
1.2 - O contrato será de no máximo 12 meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o quadro de vagas existente no momento da prorrogação.
1.3 - O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, podendo ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da carga horária e horário de trabalho sempre que necessário ou na hipótese de retorno do titular que estiver sendo substituído.

2.0 – DAS INSCRIÇÕES
2.1. Ficam abertas as inscrições para o presente processo seletivo simplificado, das 00h de 05 de junho de 2012 às 23h59min do dia 13 de junho de 2012, eletronicamente, pelo sítio www.schroeder.sc.gov.br.
2.2. Para os candidatos que não tiverem acesso à Internet, a Prefeitura Municipal de Schroeder disponibilizará o acesso para a inscrição na Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Souza", situada na Rua Paulo Jahn, 325, Centro, no Município de Schroeder, no horário das 7h e 30m às 11h e 30 e das 13h e 30 às 16h 30min, durante os dias úteis, considerando-se o horário de Brasília, sendo que o término para inscrição neste local será até as 15 h (horário de Brasília) do dia 13 de junho de 2012, onde serão disponibilizados computadores para a realização das inscrições.
2.3. Não haverá taxa de inscrição para o presente processo seletivo.
2.4 As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 2.1 deste Edital serão homologadas pela Comissão, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do processo seletivo.
2.5 A relação dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data prevista no cronograma existente neste Edital.

3. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO:
Lançamento do Edital: 21 de maio de 2012.
Inscrições: 05 a 13 de junho de 2012.
Publicação das inscrições nulas ou indeferidas e deferidas: 15 de junho de 2012.
Período de Recurso das inscrições indeferidas: 18 a 19 de junho

de 2012.
Realização das provas objetivas: 24 de junho, das 8h e 30minutos
Publicação do Gabarito das provas: 25 de junho de 2012.
Período de Recurso do Gabarito: 26 a 27 de junho de 2012.
Publicação do resultado Preliminar: 29 de junho de 2012.
Período de Recurso dos Resultados: 02 a 03 de julho de 2012.
Publicação do resultado final do processo seletivo: 03 de julho de 2012.
3.1. - As publicações serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como no site do município - www.schroeder.sc.gov.br.

3.2 – O candidato deverá revisar a ficha de inscrição, antes de confirmá-la, responsabilizando-se pela exatidão das informações nela contidas.
3.3 – Não será admitida a inscrição por correspondência ou por fax.
3.4 – As inscrições somente serão realizadas pela Internet, no site no município, sendo www.schroeder.sc.gov.br..
3.5. Para os candidatos que não tiverem acesso à Internet, a Prefeitura Municipal de Schroeder disponibilizará o acesso para a inscrição na Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Souza", conforme especificado no item 2.2 deste edital.

4.0 REQUISITOS
4.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para contratação, aos seguintes requisitos:
a) ter sido aprovado e classificado no processo seletivo simplificado;
b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972;
c) ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;
d) estar em gozo dos direitos políticos;
e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
f) firmar declaração de não haver sofrido condenação definitiva por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar no exercício profissional ou de qualquer função pública;
g) possuir os pré-requisitos exigidos, conforme discriminado no Anexo deste Edital; (conforme Anexo 01 e 02)
i) Ter sido considerado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo, mediante avaliação admissional a ser detalhada quando da nomeação para assunção ao cargo.

5. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
5.1 Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no Decreto nº.
3.298, de 20 de dezembro de 1999 ficam reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas destinadas no Processo Seletivo, aos portadores de deficiência, conforme discriminado no Anexo I deste Edital.
5.2 O candidato portador de deficiência concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concorrência do cargo ou cargo/área escolhido e, ainda, às vagas reservadas aos portadores de deficiência do mesmo cargo ou cargo/área, caso existam.
5.2.1 O candidato portador de deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos portadores de deficiência.
5.3 Em obediência ao art. 39, inciso III, do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, haverá adaptação das provas, conforme a deficiência do candidato, previamente comunicada.
5.4 Somente serão consideradas como pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.
5.5 O candidato portador de deficiência, aprovado e classificado no Processo Seletivo, será convocado para ser avaliado por uma equipe multiprofissional, em Schroeder (SC), antes da nomeação, de acordo com o art. 43 do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, cabendo a este arcar com as despesas relativas à sua participação nesta avaliação.
5.5.1 O candidato deverá comparecer à avaliação, munido de documento de identidade original com foto e laudo médico ou atestado original indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no art. 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.
5.5.2 A equipe multiprofissional emitirá parecer conclusivo, observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atividades para o cargo, a viabilidade das condições de acessibilidade e o ambiente de trabalho, a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize, e a Classificação Internacional de Doenças (CID) apresentadas.
5.5.3 As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.
5.5.4 A decisão final da equipe multiprofissional será soberana e definitiva administrativamente.
5.6 O candidato que não for considerado portador de deficiência com direito a concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência pela equipe multiprofissional ou que não comparecer no dia, hora e local marcado para realização da avaliação pela equipe multiprofissional, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos portadores de deficiência que iria ocupar, sendo eliminado desta relação específica, permanecendo na relação de candidatos de ampla concorrência classificados no Processo Seletivo.
5.7 As vagas reservadas a portadores de deficiência que não forem providas, serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.
5.8 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser argüida para justificar a concessão de aposentadoria, ou remoção por motivo de saúde do servidor, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO
7.1 – A classificação, como também a chamada, dar-se-á obedecendo a ordem da lista de classificação que se dará exclusivamente pela nota obtida na prova objetiva.
7.1.1. A nota final de cada candidato será a mesma obtida na prova objetiva.
7.1.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a Nota Final.
7.2 – Havendo empate entre os candidatos após a classificação, será aplicado o critério de desempate a idade do candidato, sendo que aquele que tiver maior idade terá precedência na classificação.

8.0 – DAS PROVAS OBJETIVAS:
8.1. – As provas objetivas serão aplicadas no dia 24 de junho de 2012, na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, situada na Rua Paulo Jahn, n°215 às 08h30min , devendo o candidato estar no local da prova com 30 minutos de antecedência.
8.2. Somente será admitido para realizar a prova o candidato que estiver munido de documento original de identidade;
8.2.1 Serão considerados documentos de identidade as carteiras

e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);
8.2.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar no dia da realização das provas, o original do boletim de ocorrência expedido por órgão policial com prazo de emissão não superior a 30 (trinta) dias, devendo o candidato apresentar declaração, que será coleta de sua assinatura e impressão digital no dia, bem como cópia autenticado do Boletim de ocorrência em anexo;
8.2.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, boletim de ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 6.2.1;
8.2.4 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
8.3. O candidato deverá marcar, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as respostas da prova teórica na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção.
8.3.1 O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas no Caderno de Provas.
8.3.2. Em nenhuma hipótese, haverá substituição de folha de Respostas por erro do candidato.
8.4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas.
8.4.1. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
8.5. As provas objetivas conterão 30 (trinta) questões, compostas de cinco alternativas, das quais somente uma será a correta, subdivididas conforme o edital nas seguintes áreas:

I – 05 (cinco) questões de Português;
II – 05 (cinco) questões de Matemática;
III – 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades;
IV – 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos sobre a atividade a ser exercida.

8.6. As provas objetivas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e serão constituídas de questões objetivas de múltipla escolha.
8.7 – A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que a média mínima do candidato para sua classificação deverá ser 5,0 (cinco).
8.8. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, após o início delas, conforme item 8.1.
8.8.1. O candidato poderá retirar-se a sala de provas, após decorrido 30 minutos do início das provas.

9. DOS RECURSOS
9.1. Caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias, através de processo protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, localizado à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder/SC, a contar da publicação:
a) do indeferimento do pedido de inscrição;
b) da formulação das questões;
c) da discordância com o gabarito das provas escritas;
d) do Resultado Preliminar.
9.2. Admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativo ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado com as seguintes informações:
a) indicação do nome do candidato;
b) indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada no gabarito;
c) argumentação lógica e consistente.
9.3. Se da análise do recurso resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independente da formulação de recurso ou não.

10. DO PRAZO DE VALIDADE:
10.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 06 (seis) meses, a partir da data de sua homologação, podendo sua lista classificatória, ser prorrogada por igual período por expressa determinação do órgão competente.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
11.1 - Para inscrever-se, o candidato deverá preencher ficha no site: www.schroeder.sc.gov.br e efetuar o pagamento de sua inscrição.
11.2. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á frente às necessidades conforme vacância, contidas no ANEXO 01 – Quadro de Vagas, bem como à medida que surgir a necessidade de nova contratação para substituição, durante a vigência da Lista de classificação do referido processo seletivo.
11.3. As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória.
11.4. O candidato classificado que devidamente convocado não se apresentar perderá todos os direitos sobre a escolha da vaga.
11.5. Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder.
11.6. A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame médico adicional.
11.7. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.
11.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social e pela Comissão Julgadora dos Processos de Inscrições.

Schroeder, 21 de maio de 2012.
NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

EDITAL N°. 002/2012/SMSAS/PMS
ANEXO 01 – QUADRO DE VAGAS PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA E CADASTRO DE RESERVA

Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R$)
Técnico em Enfermagem	Portador de certificado de conclusão do Curso Técnico e registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	40h/semanais	Cadastro de Reserva	R$ 1.374,23

Técnico em Enfermagem	Portador de certificado de conclusão do Curso Técnico e registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	40h/semanais	01 Portador de Deficiência +	R$ 1.374,23
Médico Clínico Geral	Portador de certificado de conclusão do curso superior e registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	20h/semanais	Cadastro de Reserva	R$ 4.486,60
Médico Pediatra	Formação superior em Medicina, com Especialização em Pediatria e respectivo registro do profissional e da especialidade no Conselho Regional de Medicina.	20h/semanais	Cadastro de Reserva	R$ 4.952,38
Motorista	Ensino Fundamental Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D ou E. 06 (seis) meses de experiência na função.	44h/semanais	Cadastro de Reserva	R$ 1.047,55
Auxiliar de Serviços Gerais I	Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluso. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.	40h/semanais	Cadastro de Reserva	R$ 779,02

* Além do valor da remuneração acima discriminada, será devido aos profissionais o vale alimentação no valor de R$ 100,10 para a carga horária de 40h/s, sendo pago proporcionalmente a carga horária.

ANEXO 02 – ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS – Lei Complementar n.º 103/2011

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ATRIBUIÇÕES: Executar as ações de assistência integral, aliando a atenção clínica de saúde coletiva, assistir em seu território de abrangência as pessoas em todas as fases e especificidades da vida, realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências, auxiliar em pequenas cirurgias ambulatoriais, atender as necessidades dos enfermos, bem como realizar outras tarefas pertinentes a sua função conforme registro no COREN.

FUNÇÃO: MÉDICO CLÍNICO GERAL
ATRIBUIÇÕES: Realizar consultas e atendimentos médicos, tratar pacientes, desenvolver atividade de execução especializada, abrangendo serviço de promoção da saúde, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, correlacionadas aos programas desenvolvidos na Secretaria Municipal de Saúde.

FUNÇÃO: MÉDICO PEDIATRA
ATRIBUIÇÕES: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica

FUNÇÃO: MOTORISTA
ATRIBUIÇÕES: Dirigir e conservar automóveis e camionetas, utilizados no transporte de passageiros, realizar inspeção e reparos em automóveis, vistoriar se os passageiros estão adequados, além de verificar documentação do automóvel, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – I
ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da municipalidade, e serviços de copa, cozinha, e serviços gerais.

ANEXO 03 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Leitura e Interpretação de texto. 2. Ortografia; 3. Divisão silábica; 4. Acentuação gráfica. 3. Morfologia; 4. Classes de palavras; 5. Formação de palavras. 6. Sintaxe; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Colocação pronominal; 9. Usos dos pronomes relativos; 10. Tipologia textual; 11. Registro formal e informal da linguagem; 12. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA: 1. Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários; 2. Sistema métrico decimal; 3. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 4. Divisão proporcional; 5. Equação de primeiro e segundo graus; 6. Juros e descontos simples e compostos; 7. Regra de três; 8. Conjuntos envolvendo operações; 9. Exponenciação e radiciação; 10. Interpretação de gráficos estatísticos; 11. Cálculo de área de figuras planas; 12. Cálculo de volume sólidos e geométricos.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: 1. Noções da organização administrativa da Prefeitura de Schroeder; 2. Conhecimento dos dados históricos do município; 3. História e geografia de Santa Catarina; 4. Aspectos gerais do Brasil e Mundo (políticos, econômicos, históricos, geográficos, culturais, esportivos); 5. Direitos humanos e cidadania e demais atualidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Auxiliar de Serviços Gerais – I
Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e

armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Produtos de Limpeza: aplicação, dosagem, armazenagem e manipulação; Noções básicas de reciclagem e descarte de materiais; Noções básicas de Lixo Hospitalar; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

MOTORISTA:
1. Código Nacional de Trânsito 2. Conhecimentos de mecânica de veículos automotores. 3. Conhecimentos de elétrica de veículos automotores. 4. Relações humanas. 5. Primeiros socorros. 6. Direção defensiva e ofensiva. 7. Noções de segurança de dignitários. 8. Higiene pessoal. 9. Noções de cidadania. 10. Relações Humanas/ Interpessoal; 11. Comunicação Interpessoal; 12. Ética e Postura Profissional.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:
1. Constituição Federal de 1988: Artigos 196 a 200; 2. Lei Orgânica da Saúde: Lei Federal 8080/1990; 3. Lei Federal 8142, de 28/12/90; 4. Lei do exercício profissional: Lei no7498, de 1986, alteração de seu Art. 23 (Lei 8967) e Decreto no94406/87; 5. Código de Ética de Enfermagem: Resolução COFEN 160 RJ 12/5/93; Resolução COFEN 195/97; 7. Políticas de Saúde no Brasil: Planejamento Familiar, Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (orientações básicas de pré-natal, parto e puerpério), Programa Nacional de Imunização (esquema básico recomendado pelo MS, doenças preveníveis pela imunização e rede frio), a Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde (Educação em Saúde, visita domiciliar); 8. Relações humanas no trabalho; 9. Atividades, técnicas e procedimentos básicos em enfermagem: métodos de esterilização e desinfecção, sinais vitais, nebulização, curativo, bandagem, retirada de pontos, administração de medicamentos (VO, IV, IM, SC, ID), exame preventivo de câncer de colo uterino e de mama; 10. Principais emergências e primeiros socorros; 11. Noções de vigilância epidemiológica: controle de doenças transmissíveis e agentes causadores, doenças de notificação compulsória; 12. Prevenção e cuidados de enfermagem em: escabiose, verminose, pediculose, tunga penetrans, dermatite amoniacal, miíase, doenças sexualmente transmissíveis; 13. Enfermagem materno infantil: acompanhamento do crescimento de 0 a 6 anos, aleitamento materno, controle e prevenção de diarréia e terapia de reidratação oral, cuidados com o recém-nascido a nível domiciliar.

Médico:
Clínica Cirúrgica: Choque. Queimaduras. Gangrenas. Fraturas em geral. Principais fraturas. Torções. Luxações. Traumatismos. Lesões traumáticas do crânio, coluna vertebral, tórax, abdome e dos membros. Apendicite e hérnias abdominais. Oclusão intestinal. Osteomielite e tumores dos ossos. Afecções cirúrgicas do aparelho genital. Abdome agudo. Feridas cirúrgicas. Préoperatório. Pós-operatório. Higiene – Doenças Infecciosas e Parasitárias: Aspectos de higiene relativos à Genética humana e Saúde Pública. Higiene individual. Água de abastecimento. Saneamento básico. Ar e poluição da atmosfera. Solo e clima. Nutrição e higiene dos alimentos. Higiene do trabalho. Principais doenças profissionais. Saúde mental; Doenças infecciosas e parasitárias - etiologia, epidemiologia, diagnóstico, formas clínicas, profilaxia e tratamento das seguintes entidades nosológicas: doenças causadas por vírus, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Doenças respiratórias agudas. Influenza. Pneumonia primária atípica. Rubéola. Sarampo. Herpes Simples. Varicela. Herpes Zoster. Poliomielite. Echovírus. Coxsackie. Caxumba. Raiva. Hepatite por vírus. Arboviroses. Linfogranuloma venéreo. Doenças produzidas por bactérias: Infecções estreptocócicas. Febre Reumática. Febre Maculosa. Endocardites bacterianas. Estafilococcias. Pneumonias bacterianas. Tuberculose pulmonar. Lepra. Difteria. Shigelose. Febre Tifóide. Brucelose. Tétano. Cólera. Uretrites gonocócicas. Meningites. Cancro mole. Granuloma Inguinal. Listeriose; Doenças produzidas por Riquétsias: Riquetsioses. Febre Q; Doenças causadas por protozoários: Doença de Chagas. Amebíase. Malária. Leishmaniose tegumentar e visceral. Toxoplasmose; Doenças causadas por fungos: Micoses cutâneas. Blastomicose sul-americana; Doenças causadas por Espiroquetídeos: Leptospirose. Sífilis; Doenças causadas por vermes e outros agentes: Ancilostomíase. Ascaridíase. Oxiuríase. Giardíase. Trichuríase. Teníase. Cisticercose. Estrongiloidíase. Filariose. Medicina Interna: Doenças do Sistema Nervoso: acidentes vasculares cerebrais, comas com e sem sinais de localização, convulsões, epilepsia, infecções do sistema nervoso, distúrbios do sistema nervoso periférico, miastenia gravis, doença de Parkinson, demência e depressão. Doenças Endócrino-Metabólicas e Distúrbios Hidroeletrolíticos e Ácidos-Básicos: distúrbios ipotálamohipofisários, distúrbios da tireóide, do córtex e medula da supra-renal, diabete melito tipo I e II, desidratação hiper e hipotônica, hiper e hipocalemia, acidose e alcalose metabólicas e respiratórias, desnutrição, hiper e hiponatremia, hiper e hipocalcemia, hiper e hipomagnesemia. Doenças do Aparelho Respiratório: doenças das vias aéreas superiores, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonias, tuberculose, doenças da pleura, sarcoidose, câncer de pulmão, tromboembolia pulmonar, doenças pulmonares ocupacionais. Doenças do sistema cardiovascular: arritmias cardíacas, insuficiência cardíaca, corpulmonale, miocardiopatia dilatada, endocardite infecciosa e pericardites, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, doença isquêmica coronariana. Doenças do Rim e Trato-urinário: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, nefrolitíase, infecções urinária alta e baixa. Distúrbios Reumatológicos: artrite reumatóide, lupus eritematoso sistêmico, esclerodermia, gota, artrite séptica, dermatomiosite, osteoporose. Desordens do Sistema Gastrointestinal: esofagites e câncer do esôfago, úlcera péptica, câncer gástrico, pancreático e colônico, colite ulcerativa, doença de Crohn, apendicite aguda, pancreatites, obstrução intestinal, hepatites, cirrose hepática, doença diverticular do cólon. Doenças Infecciosas e Parasitárias: febre de origem indeterminada, septicemia, infecções bacterianas e virais, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, tétano, botulismo, leptospirose, malária, leishmaniose, toxoplasmose, parasitoses intestinais. Doenças Hematológicas: anemias, leucemias, linfomas, discrasias sanguíneas. Emergências Médicas: parada cardio-respiratória, insuficiência respiratória aguda, choques, hemorragia digestiva alta e baixa, queimaduras, afogamentos, intoxicações e envenenamentos, mordedura e picadas de animais peçonhentos. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Constituição Federal de 1988 (seção II - Da Saúde). Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Lei Orgânica do Município de Schroeder, Lei Complementar n.º 004/98 e alterações. Outros assuntos relacionados à sua área de atuação profissional e ética no trabalho.

Médico Pediatra:
Recém-nascido: Anamnese e exame físico. Características normais do recém-nascido. Atendimento na sala de parto. Infecções pré-natais. Pré-maturidade e pós-maturidade. Distúrbios metabólico e Hidroeletrolíticos. Distúrbios causados por uso de drogas pela gestante. Traumatismos durante o parto; icterícia neonatal. R.N. de alto risco, Quimioterapia e Antibioticoterapia usados nos R.N. . Lactentes e criança de outras faixas etárias: alimentação do lactente sadio. Crescimento e desenvolvimento baixa estatura, obesidade. imunização; desidratação e reidratação. Desnutrição e principais avitaminoses. Anemias na infância. Febre reumática e artrite reumática infantil. Abdome agudo na infância. Problemas urológicos na infância. Síndrome disabsortiva. Afecções de vias respiratórias

altas. Asma Brônquica e bronquiolite: G.N.D.A. Síndrome nefrótica e infecção urinária. I.C.C.. Endocardite. Miocardite. Doenças infecciosas e parasitárias (pneumopatias, doenças exantemáticas, meningite,. meningoencefalites, tuberculose, gastroenterites, protozooses e helmintoses). Convulsões. Genética em pediatria. Noções de intoxicações exógenas. Quimioterapia das infecções. Doenças hemorrágicas; neoplasias. Leucemias. Ginecologia Pediátrica. Nutrição parenteral. Grande queimado. Tratamento de urgência. Endocrinopatias. Lúpus Eritematoso sistêmico. Dermatomiosite. Osteomielite. SIDA e infecções oportunistas. Insuficiência renal aguda e crônica. Afecções dermatológicas. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Constituição Federal de 1988 (seção II - Da Saúde). Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Lei Orgânica do Município de Schroeder, Lei Complementar n.º 004/98 e alterações. Outros assuntos relacionados à sua área de atuação profissional e ética no trabalho.

Timbó

Prefeitura

Decreto N° 2696-A, de 30 de Março de 2012

DECRETO N° 2696-A, DE 30 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:
Art. 1° Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2° deste decreto, conforme segue:

16.12.008.244.0088.2284. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
16.12.008.244.0088.2284. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
16.12.008.244.0088.2284. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATEN. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUP. FINANCEIRO - RECURSOS ORDINARIOS 30.000,00
TOTAL 30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em30 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2.720 de 23 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 2.720 DE 23 DE ABRIL DE 2012.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ", situado no lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, esquina formada com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz, nesta Cidade, com a área de 45.960,00m2 (Quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta metros quadrados), processo D- 007/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 19.609, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.10.005.1289.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 05 (cinco) lotes, numerados de 01 (um) à 05 (cinco);

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 7.526,47m2 (Sete mil, quinhentos e vinte e seis metros e quarenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, esquina formada com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz; estremando na frente em 19,11 metros na curva de transição, e em 45,73 metros em linha sinuosa com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; fundos estrema em 50,00 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 134,02 metros com terras de Knoch Agro Pecuária Ltda, matrícula nº 6.497, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 156,04 metros com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 2.500,00m2 (Dois mil e quinhentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz, distando pelo lado direito do imóvel, 176,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 50,00 metros com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz; fundos estrema em 50,00 metros com terras de Knoch Agro Pecuária Ltda, matrícula nº 6.497, livro 2; lado direito estrema em 50,00 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 50,00 metros com o lote nº 03;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 2.500,00m2 (Dois mil e quinhentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz, distando pelo lado direito do imóvel, 226,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 50,00 metros com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz; fundos estrema em
continuação do Decreto nº 2.720/2012, fls. 02.

50,00 metros com terras de Knoch Agro Pecuária Ltda, matrícula nº 6.497, livro 2; lado direito estrema em 50,00 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 50,00 metros com o lote nº 04;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 4.485,24m2 (Quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco metros e vinte e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz, distando pelo lado direito do imóvel, 276,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 94,50 metros com o lado ímpar da Rua Concórdia Lorenz; fundos estrema em 84,91 metros com terras de Knoch Agro Pecuária Ltda, matrícula nº 6.497, livro 2; lado direito estrema

em 50,00 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 50,91 metros com o lote nº 05;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 28.948,29m2 (Vinte e oito mil, novecentos e quarenta e oito metros e vinte e nove decímetros quadrados), situado na testada da Avenida Tancredo Neves, distando pelo lado direito do imóvel, 370,77 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 590,34 metros sendo, em 20,36 metros com a testada da Avenida Tancredo Neves, e em 569,98 metros com terras de Fundipress Fundição Sob Pressão Ltda, matrícula nº 17.355, livro 2; fundos estrema em 567,49 metros com terras de Knoch Agro Pecuária Ltda, matrícula nº 6.497, livro 2; lado direito estrema em 50,91 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 59,61 metros com parte dos lotes nºs 37 e 38 de propriedade de Ademir Haffemann, matrícula nº 16.597, livro 2 da Comarca de Indaial;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 23 de abril de 2012.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Nº 756 293/2012
Nº 756 295/2012
Nº 756 297/2012
Nº 098 1273/2012
Nº 098 1274/2012
Nº 098 1277/2012
Nº 098 1278/2012
Nº 098 1281/2012
Nº 098 1282/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1273/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA4157	54766950C	6653/1	27/01/2012	R$ 127,69	230 * XI
MBQ9393	55369561D	6599/2	26/01/2012	R$ 191,53	230 * V
MCP6820	55369505D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1274/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW3223	54764900C	5347/0	14/01/2012	R$ 85,12	178
MEN4129	54764989C	5452/1	05/01/2012	R$ 127,69	181 * VIII
MFL9153	55369753D	7048/2	22/01/2012	R$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1277/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXC5052	55369544D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233
MAY4789	55369751D	6599/2	20/01/2012	R$ 191,53	230 * V
MBU1924	55330669B	6912/0	30/01/2012	R$ 53,20	232
MCO7436	55369552D	6653/2	25/11/2011	R$ 127,69	230 * XI
MHN1369	54768258C	6599/2	27/11/2011	R$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1278/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGE6525	54768551C	5541/1	03/11/2011	R$ 53,20	181 * XVII
MGH1160	54766942C	7030/1	28/11/2011	R$ 191,53	244 * I
MHX2035	54768256C	7030/2	25/11/2011	R$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1281/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIE2101	55369543D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233
LXT5390	55369522D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233
LYF1064	55369502D	6920/0	02/01/2012	R$ 127,69	233
MAT8373	54764696C	6599/2	24/11/2011	R$ 191,53	230 * V
MAT8373	54764698C	6556/1	24/11/2011	R$ 191,53	230 * I
MBG8240	55369521D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233
MBU1924	55330667B	5045/0	30/01/2012	R$ 191,53	162 * V
MBU1924	55330668B	6556/1	30/01/2012	R$ 191,53	230 * I
MCN6573	55369803D	6599/2	31/01/2012	R$ 191,53	230 * V
MEL4490	55369506D	6920/0	29/12/2011	R$ 127,69	233
MFT8980	54766770C	5010/0	28/12/2011	R$ 574,61	162 * I
MGS0735	54766948C	6599/2	23/01/2012	R$ 191,53	230 * V
MGU7665	55369946D	6920/0	27/02/2012	R$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1282/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LPF3420	55642516D	7366/2	12/03/2012	R$ 85,12	252 * VI
MDS2946	54768294C	5185/1	23/02/2012	R$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 293/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPL3043	8756017876	7455/0	20/01/2012	R$ 85,12	218 * I
HPA0945	8756017817	7455/0	21/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LWU7474	8756017756	7463/0	12/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MAG2160	8756017512	7455/0	05/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MAK6539	8756016671	7455/0	26/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MAQ5660	8756017187	7455/0	18/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MBP4566	8756017792	5673/2	17/01/2012	R$ 85,12	183
MBP5948	8756017145	7455/0	18/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MCY3010	8756017484	7455/0	03/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEE9788	8756017803	6050/3	18/01/2012	R$ 191,53	208
MEJ9887	8756017745	7463/0	14/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MEK3387	8756016587	7455/0	16/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MGL1500	8756017865	7455/0	17/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGN2720	8756017589	7455/0	08/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGR8090	8756017706	7455/0	13/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGS6755	8756017688	5673/2	12/01/2012	R$ 85,12	183
MGZ3371	8756017701	7455/0	11/01/2012	R$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 295/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEA6264	8756017422	7455/0	02/01/2012	R$ 85,12	218 * I
AIR7313	8756016813	7455/0	18/11/2011	R$ 85,12	218 * I
AIR7313	8756017023	7455/0	09/12/2011	R$ 85,12	218 * I
ANA1146	8756017700	5673/2	15/01/2012	R$ 85,12	183
APM4068	8756017878	7455/0	16/01/2012	R$ 85,12	218 * I
BHA7296	8756017766	7455/0	14/01/2012	R$ 85,12	218 * I
CIC0535	8756017721	6050/3	15/01/2012	R$ 191,53	208
CVL8578	8756017954	5673/2	26/01/2012	R$ 85,12	183
ELO1960	8756017860	7455/0	22/01/2012	R$ 85,12	218 * I
EMM5965	8756017581	7455/0	05/01/2012	R$ 85,12	218 * I
ENX1290	8756017587	5673/2	07/01/2012	R$ 85,12	183
IBE7849	8756017751	7455/0	11/01/2012	R$ 85,12	218 * I
JUG7353	8756016778	7455/0	25/11/2011	R$ 85,12	218 * I
JUG7353	8756017548	7455/0	06/01/2012	R$ 85,12	218 * I
JUG7353	8756017642	7455/0	03/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LWZ3823	8756017608	7455/0	29/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LXF3298	8756016654	5673/2	26/11/2011	R$ 85,12	183
LXG5117	8756017710	6050/3	15/01/2012	R$ 191,53	208
LXO6588	8756017467	7455/0	01/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LXR6055	8756017475	7455/0	31/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LXT4729	8756016538	5673/2	14/11/2011	R$ 85,12	183
LYM1969	8756017000	7463/0	07/12/2011	R$ 127,69	218 * II
LYT1489	8756017176	7455/0	17/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LYT3377	8756017409	5673/2	31/12/2011	R$ 85,12	183
LZB8710	8756016996	7463/0	11/12/2011	R$ 127,69	218 * II
LZO0645	8756017247	7463/0	22/12/2011	R$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC8312	8756017875	7455/0	22/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MAY4621	8756016883	7455/0	04/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MBK3716	8756017800	5673/2	21/01/2012	R$ 85,12	183
MBM8436	8756017676	7455/0	12/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MCK0439	8756017549	7455/0	07/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MCL1005	8756016714	7455/0	29/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MCQ1733	8756017905	7463/0	20/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MCY5647	8756017230	7455/0	22/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MCY9832	8756017429	5673/2	27/12/2011	R$ 85,12	183
MDA6302	8756016890	7463/0	03/12/2011	R$ 127,69	218 * II
MDK5522	8756017820	7455/0	22/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MDT2936	8756017779	7455/0	20/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEA0642	8756017595	7455/0	08/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEQ6449	8756017420	7455/0	30/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MER0135	8756017753	7455/0	11/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MER9996	8756015504	5673/2	02/10/2011	R$ 85,12	183
MGA3000	8756017590	7455/0	08/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGM7481	8756016529	7471/0	07/11/2011	R$ 574,61	218 * III
MGP6879	8756017629	7455/0	09/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGZ3371	8756017810	7455/0	17/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGZ4072	8756017531	5673/2	08/01/2012	R$ 85,12	183
MHS9257	8756016687	5673/2	26/11/2011	R$ 85,12	183
MHS9257	8756016748	7455/0	21/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MIO1230	8756017007	7455/0	09/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MIO2968	8756017615	7463/0	04/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MIQ8005	8756017682	7455/0	12/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MLA0800	8756017908	7455/0	16/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MVI0999	8756017524	5673/2	05/01/2012	R$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 297/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADW1733	8756018621	7455/0	27/02/2012	R$ 85,12	218 * I
AFX3747	8756017938	7455/0	25/01/2012	R$ 85,12	218 * I
AHR4252	8756017278	6050/3	24/12/2011	R$ 191,53	208
AJC1535	8756016978	7455/0	06/12/2011	R$ 85,12	218 * I
AKQ5620	8756018320	7455/0	12/02/2012	R$ 85,12	218 * I
ALT7076	8756018531	5673/2	21/02/2012	R$ 85,12	183
ANT0302	8756017794	5673/2	18/01/2012	R$ 85,12	183
CMP5306	8756017514	7463/0	05/01/2012	R$ 127,69	218 * II
CQI8993	8756017929	7455/0	25/01/2012	R$ 85,12	218 * I
CYB1506	8756017983	6050/3	29/01/2012	R$ 191,53	208
DKV0168	8756017520	7455/0	05/01/2012	R$ 85,12	218 * I
DMK1094	8756017791	5673/2	17/01/2012	R$ 85,12	183
FJR0035	8756017177	7455/0	18/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LOE6856	8756017340	7455/0	21/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LWZ3985	8756018482	7463/0	19/02/2012	R$ 127,69	218 * II
LXE8209	8756018021	7455/0	28/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LXL3794	8756017934	7455/0	25/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LXS5554	8756016789	7455/0	28/11/2011	R$ 85,12	218 * I
LYA0897	8756017371	7455/0	21/12/2011	R$ 85,12	218 * I
LYE8245	8756016247	5673/2	02/11/2011	R$ 85,12	183
LYM9643	8756017972	7455/0	28/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LYM9643	8756017998	7455/0	29/01/2012	R$ 85,12	218 * I
LZD1742	8756017379	7455/0	22/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MAD6590	8756017551	7455/0	07/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MAL8043	8756017352	7455/0	15/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MAQ4646	8756018006	7463/0	26/01/2012	R$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAQ5812	8756017353	7463/0	15/12/2011	R$ 127,69	218 * II
MAX5646	8756017583	7455/0	06/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756017867	7463/0	18/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MAZ3480	8756017872	7455/0	19/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MBC0352	8756017419	7455/0	29/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MBS0946	8756017541	7455/0	03/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MBV9714	8756017740	7455/0	15/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MCC2234	8756017869	7455/0	19/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MDH5038	8756016506	7455/0	07/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MDH5038	8756016630	7455/0	17/11/2011	R$ 85,12	218 * I
MDR2979	8756017784	7455/0	20/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEA6479	8756017819	7463/0	21/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MEA6479	8756017997	7455/0	28/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEC9298	8756017823	7455/0	23/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MEQ5095	8756018659	6050/3	02/03/2012	R$ 191,53	208
MEU4508	8756017192	7455/0	15/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MFB3613	8756017788	5673/2	16/01/2012	R$ 85,12	183
MFE8992	8756018008	7455/0	24/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MFO7944	8756017356	7463/0	15/12/2011	R$ 127,69	218 * II
MFP6346	8756017231	7455/0	22/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MGA3000	8756017965	7455/0	24/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MGQ6261	8756017966	7463/0	25/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MGU2729	8756017806	5673/2	22/01/2012	R$ 85,12	183
MGV9683	8756017981	5673/2	29/01/2012	R$ 85,12	183
MHN9231	8756018241	5673/2	11/02/2012	R$ 85,12	183
MHO7741	8756017970	7463/0	26/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MHR5957	8756017332	7455/0	14/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MHT2203	8756017651	7463/0	06/01/2012	R$ 127,69	218 * II
MHY9716	8756018533	7455/0	21/02/2012	R$ 85,12	218 * I
MID2604	8756017565	5673/2	10/01/2012	R$ 85,12	183
MIE4556	8756017306	7463/0	22/12/2011	R$ 127,69	218 * II
MIH9731	8756017932	7455/0	25/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MIQ5367	8756017344	7455/0	26/12/2011	R$ 85,12	218 * I
MIY2105	8756017946	7455/0	27/01/2012	R$ 85,12	218 * I
MMM1066	8756017668	7455/0	06/01/2012	R$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação do Sr. Carlos Roberto Stolf - Representante Legal Soc. Hospitalar Benedito Timbó

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, o MUNICÍPIO DE TIMBÓ, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem por intermédio do presente, NOTIFICAR o Sr. CARLOS ROBERTO STOLF (Representante legal da Sociedade Hospitalar Benedito Timbó) acerca do que segue:
Prefacialmente, recordamos que V. Sra. celebrou com o Município de Timbó (através do Fundo Municipal de Saúde) o Contrato Administrativo nº. 2010/158 cujo objeto consiste na locação do imóvel sede do antigo Hospital de Caridade Timbó (localizado na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 436, Centro, cidade de Timbó/SC), composto pelo terreno e parte das edificações que totalizam 2.210,42m² de área construída, juntamente com o mobiliário, materiais e equipamentos, leitos hospitalares, macas, instrumentais cirúrgicos, um aparelho de raio "X" e um autoclave, conforme cópia anexa.

Além disso, foi firmado entre as partes Contrato de Comodato, cujo objeto versava quanto a cessão gratuita, pela Sociedade Hospitalar Benedito Timbó ao Município de Timbó, do imóvel de sua propriedade localizado ao lado do prédio de nº. 436 da Rua Germano Brandes Sênior (antigo Hospital Caridade), para funcionamento de estacionamento, conforme cópia anexa.

O imóvel e bens objeto do contrato de locação e o imóvel objeto do comodato tinham como finalidade única e exclusiva o atendimento ao Serviço Público de Saúde do Município de Timbó, compreendendo a Urgência e Emergência e a Policlínica de Referência para usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, Centro de Imagens, Centro Cirúrgico, Internação, bem como para as Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde, dentre outros afins.
Consoante é de conhecimento público e inclusive noticiado a V. Sra quando da última prorrogação do prazo contratual (Segundo Termo Aditivo), com o intuito de aprimorar os serviços prestados na área da Saúde (que até a presente data fundamentaram a locação e o comodato firmados com V. Sra.), tem-se que o Município de Timbó em parceria com o Hospital e Maternidade OASE edificou prédios próprios para instalação destes serviços de saúde, os quais serão concluídos e estarão aptos a utilização ainda no mês corrente, fato que inclusive motivou a fixação de prazo final do contrato de locação firmado com V. Sra. como sendo a data de 30/06/2012 (conforme Cláusula Segunda - Do Prazo e Demais Condições do Contrato Administrativo 2010/158, modificada através do Segundo Termo Aditivo).

Diante dos fatos acima expostos, o Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Saúde vem, por intermédio da presente, NOTIFICAR V. Sra. que não será promovida qualquer prorrogação ao prazo fixado no Contrato Administrativo nº. 2010/158 e no Comodato, restando como prazo final improrrogável a data de 30/06/2012, a partir da qual o imóvel passará automaticamente à posse e responsabilidade única e exclusiva de V. Sra.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e consideração, colocando-nos desde já à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Timbó, 02 de maio de 2012.
ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Nº 756 292/2012
Nº 756 294/2012
Nº 756 296/2012
Nº 098 1272/2012
Nº 098 1275/2012
Nº 098 1276/2012
Nº 098 1279/2012
Nº 098 1280/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1272/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB0238	55642545D	5843/3	16/03/2012	196
MHP0164	54768412C	5452/2	27/03/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1275/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HWD2592	55369926D	6920/0	15/02/2012	233
JGE3696	55369925D	6920/0	15/02/2012	233
JQI9430	55369927D	6920/0	15/02/2012	233
KIV0800	54768523C	6599/2	14/02/2012	230 * V
LWV5298	55370110D	6920/0	26/03/2012	233
LXM7081	55370083D	6920/0	07/03/2012	233
LYQ9797	55370115D	6920/0	26/03/2012	233
LZD9021	55369759D	6580/0	17/03/2012	230 * IV
LZE5838	54768407C	6599/2	14/02/2012	230 * V
LZX1029	54768276C	6599/2	14/02/2012	230 * V
MAG9344	54767136C	6599/2	08/03/2012	230 * V
MAO4771	54768413C	5010/0	04/04/2012	162 * I
MAO4771	54768414C	6599/2	04/04/2012	230 * V
MAY1258	54764992C	6599/2	08/03/2012	230 * V
MBD4543	54768297C	5010/0	24/02/2012	162 * I
MCC3097	55369931D	6920/0	15/02/2012	233
MCJ0398	54768536C	5169/1	17/03/2012	165
MDA9221	55370131D	6920/0	11/04/2012	233
MDY9158	54767131C	6599/2	08/03/2012	230 * V
MDY9158	54767132C	6912/0	08/03/2012	232
MEI6061	55369941D	6920/0	15/02/2012	233
MEZ1500	55369935D	6920/0	15/02/2012	233
MFT1433	54768248C	6599/2	21/03/2012	230 * V
MGJ4049	54768691C	6599/2	08/03/2012	230 * V
MGR2755	54764994C	6599/2	08/03/2012	230 * V
MGR8648	55369708D	6653/2	16/02/2012	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGR8648	55369709D	6602/0	16/02/2012	230 * VI
MIX5531	54768689C	5169/1	20/02/2012	165
MNA3651	55369857D	6912/0	16/02/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1276/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AET1686	55642550D	5185/1	21/03/2012	167
AJD7551	55642614D	5185/1	03/04/2012	167
JFB1521	55642548D	7366/2	20/03/2012	252 * VI
JGF2544	55642569D	7366/2	23/03/2012	252 * VI
LWZ2131	54768530C	7099/1	26/02/2012	244 * VII
LYB8668	55642631D	5541/1	10/04/2012	181 * XVII
LYE1367	55642580D	7366/2	24/03/2012	252 * VI
LYY8485	54768280C	5185/1	17/02/2012	167
MCG2040	55642554D	5185/1	21/03/2012	167
MFM1448	54768292C	5185/1	23/02/2012	167
MII7793	55642565D	5185/1	23/03/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1279/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOA9040	55369920D	6920/0	06/02/2012	233
DSA5937	55370065D	6920/0	29/02/2012	233
KKF3846	55369923D	6920/0	15/02/2012	233
KLV7774	55369924D	6920/0	15/02/2012	233
LXY5784	54767073C	5169/1	06/04/2012	165
LYN8880	55369902D	6920/0	06/02/2012	233
LYO7434	55369864D	5010/0	11/03/2012	162 * I
LYO7434	55369865D	6599/2	11/03/2012	230 * V
LYO7434	55369869D	5118/0	11/03/2012	164 c/c 162 * I
LYP7662	55642651D	6653/2	12/04/2012	230 * XI
LYR2631	55370066D	6920/0	29/02/2012	233
MBD4543	54768298C	5061/0	24/02/2012	163 c/c 162 * I
MCJ5484	55369655D	6670/0	12/04/2012	230 * XIII
MDR6028	55642570D	5274/2	23/03/2012	175
MDR6028	55642571D	5274/1	23/03/2012	175
MHB4067	55369564D	5010/0	23/03/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1280/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA6101	55642638D	7366/2	12/04/2012	252 * VI
FKT2000	55642591D	5185/1	24/03/2012	167
ILH5657	54768695C	5347/0	28/03/2012	178
LYS9497	55642603D	5185/1	30/03/2012	167
MBD4543	54768299C	5835/0	24/02/2012	195
MBU7073	54768694C	6130/0	23/03/2012	214 * II
MDF0106	55642659D	5185/1	17/04/2012	167
MDP3809	55642673D	7366/2	19/04/2012	252 * VI
MDR6028	55642572D	5185/1	23/03/2012	167
MGQ6485	55642581D	5185/1	24/03/2012	167
MHO0713	55642577D	7366/2	23/03/2012	252 * VI
MHY8888	55370028D	5185/1	21/03/2012	167
MJJ1678	55642690D	5185/1	25/04/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 292/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIM1538	8756018324	7455/0	10/02/2012	218 * I
AJA4246	8756018805	7455/0	04/03/2012	218 * I
ALJ5206	8756018209	7455/0	07/02/2012	218 * I
CFM0255	8756018299	7455/0	11/02/2012	218 * I
LXA1992	8756018733	6050/3	06/03/2012	208
LYE4956	8756018246	5673/2	06/02/2012	183
LYR8840	8756018267	7455/0	11/02/2012	218 * I
LZA1565	8756018322	7455/0	09/02/2012	218 * I
LZT3558	8756018264	7455/0	10/02/2012	218 * I
MAQ4646	8756018751	7455/0	08/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018756	7455/0	09/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018759	7455/0	10/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018785	7455/0	09/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018807	7463/0	08/03/2012	218 * II
MAQ4646	8756018816	7463/0	08/03/2012	218 * II
MAQ4646	8756018817	7455/0	09/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018818	7455/0	10/03/2012	218 * I
MAQ4646	8756018849	7463/0	11/03/2012	218 * II
MAY8825	8756018827	7463/0	10/03/2012	218 * II
MBE2459	8756018734	5673/2	06/03/2012	183
MBK1638	8756018836	7455/0	05/03/2012	218 * I
MCE0922	8756018738	5673/2	09/03/2012	183
MCI6485	8756018709	5673/2	06/03/2012	183
MDG4676	8756018736	5673/2	07/03/2012	183
MED7250	8756018810	7455/0	07/03/2012	218 * I
MEO4146	8756018765	7463/0	11/03/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ4523	8756018794	6050/3	05/03/2012	208
MEZ5082	8756018834	7455/0	11/03/2012	218 * I
MGR8669	8756018782	6050/3	07/03/2012	208
MIT3354	8756018832	7455/0	10/03/2012	218 * I
MIX3414	8756018053	7455/0	31/01/2012	218 * I
MMJ8050	8756018589	7455/0	23/02/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 294/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSR6800	8756018289	5673/2	11/02/2012	183
CZU2867	8756018854	7455/0	11/03/2012	218 * I
HRH5543	8756019126	7455/0	30/03/2012	218 * I
ICD2348	8756019158	6050/3	26/03/2012	208
ICD2348	8756019162	6050/3	28/03/2012	208
ICD2348	8756019163	6050/3	28/03/2012	208
IJJ0136	8756019328	7455/0	07/04/2012	218 * I
LXL3794	8756019199	6050/3	27/03/2012	208
LXL7419	8756018716	5673/2	07/03/2012	183
LXS5631	8756019224	7455/0	28/03/2012	218 * I
LXS8907	8756018717	5673/2	07/03/2012	183
LYH5716	8756018720	5673/2	08/03/2012	183
LYO8500	8756018169	7455/0	03/02/2012	218 * I
LYU8124	8756019079	5673/2	25/03/2012	183
LYV4462	8756019330	7455/0	01/04/2012	218 * I
LZF3603	8756018911	5673/2	12/03/2012	183
LZL3662	8756019237	7455/0	29/03/2012	218 * I
LZV7062	8756019188	7455/0	31/03/2012	218 * I
LZW1634	8756019131	7463/0	30/03/2012	218 * II
LZW8917	8756019215	7455/0	30/03/2012	218 * I
MAB7007	8756018487	7455/0	13/02/2012	218 * I
MAO9085	8756018723	5673/2	09/03/2012	183
MAW7933	8756019185	7455/0	30/03/2012	218 * I
MAZ3480	8756019208	7463/0	26/03/2012	218 * II
MAZ3480	8756019209	7455/0	27/03/2012	218 * I
MBB3148	8756018784	5673/2	08/03/2012	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG5284	8756018654	7455/0	03/03/2012	218 * I
MBQ8864	8756018922	7455/0	12/03/2012	218 * I
MBT5958	8756019247	5673/2	05/04/2012	183
MCB6742	8756019150	7455/0	30/03/2012	218 * I
MCD5877	8756018627	7455/0	27/02/2012	218 * I
MCS3830	8756018808	7455/0	09/03/2012	218 * I
MCV9716	8756019166	5673/2	30/03/2012	183
MED4931	8756018239	5673/2	09/02/2012	183
MEF5030	8756018761	7455/0	11/03/2012	218 * I
MEK8305	8756018783	5673/2	07/03/2012	183
MEK9429	8756019186	7455/0	31/03/2012	218 * I
MEL5225	8756018820	7455/0	11/03/2012	218 * I
MEO1015	8756019243	5673/2	03/04/2012	183
MEP8621	8756018846	7455/0	09/03/2012	218 * I
MFA7500	8756019231	7455/0	27/03/2012	218 * I
MFW5639	8756018777	6050/3	05/03/2012	208
MGA2841	8756018837	7455/0	05/03/2012	218 * I
MGB4061	8756018411	7455/0	16/02/2012	218 * I
MGB4061	8756018417	7455/0	18/02/2012	218 * I
MGB4061	8756018418	7455/0	18/02/2012	218 * I
MGB4061	8756018743	7455/0	06/03/2012	218 * I
MGZ3924	8756018798	7455/0	07/03/2012	218 * I
MHB6648	8756019238	7455/0	31/03/2012	218 * I
MHC2851	8756018521	5673/2	27/02/2012	183
MHI7085	8756018523	5673/2	21/02/2012	183
MHN1333	8756019207	7455/0	26/03/2012	218 * I
MHQ4655	8756019134	7455/0	30/03/2012	218 * I
MIS5430	8756018336	7455/0	09/02/2012	218 * I
MJN4498	8756018368	7455/0	15/02/2012	218 * I
MLA0800	8756019171	7455/0	26/03/2012	218 * I
MLA0800	8756019183	7455/0	30/03/2012	218 * I
MLA0800	8756019205	7463/0	26/03/2012	218 * II
MLA0800	8756019302	7455/0	01/04/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 296/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG0399	8756019508	7455/0	11/04/2012	218 * I
AIA6379	8756019366	7455/0	03/04/2012	218 * I
AJE3994	8756019210	7455/0	28/03/2012	218 * I
AKG5097	8756019201	5673/2	30/03/2012	183
AKG5097	8756019340	7455/0	07/04/2012	218 * I
AMA0812	8756018419	7455/0	18/02/2012	218 * I
AOM8160	8756018155	7455/0	03/02/2012	218 * I
AUZ1128	8756018770	5673/2	09/03/2012	183
CED8028	8756019451	5673/2	12/04/2012	183
CNA4019	8756018848	7455/0	10/03/2012	218 * I
DCM4802	8756019376	7455/0	03/04/2012	218 * I
DGB9218	8756019288	6050/3	04/04/2012	208
DIB4491	8756019402	7455/0	04/04/2012	218 * I
DRY1806	8756018597	7455/0	25/02/2012	218 * I
DUV2788	8756019316	7455/0	06/04/2012	218 * I
HZZ0555	8756019312	7455/0	05/04/2012	218 * I
INP3811	8756019257	7455/0	01/04/2012	218 * I
JXN0557	8756019426	7463/0	04/04/2012	218 * II
LWR5328	8756018129	5673/2	01/02/2012	183
LWV0858	8756018994	7455/0	14/03/2012	218 * I
LWZ0064	8756019445	5673/2	14/04/2012	183
LXI6818	8756018945	5673/2	15/03/2012	183
LXK4847	8756019414	7455/0	04/04/2012	218 * I
LXM2905	8756018909	5673/2	18/03/2012	183
LXM2905	8756018947	5673/2	17/03/2012	183
LXM8524	8756018230	5673/2	06/02/2012	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXN4949	8756018900	6050/3	13/03/2012	208
LXX2219	8756019284	5673/2	01/04/2012	183
LYG9315	8756018897	5673/2	13/03/2012	183
LYU1805	8756019061	6050/3	25/03/2012	208
LYW7070	8756019103	7455/0	20/03/2012	218 * I
LZJ9648	8756019270	7455/0	06/04/2012	218 * I
LZQ7634	8756018397	5673/2	19/02/2012	183
LZQ7654	8756019274	6050/3	07/04/2012	208
LZU4706	8756018363	7463/0	14/02/2012	218 * II
LZV7062	8756019474	7455/0	15/04/2012	218 * I
LZY0294	8756019260	7455/0	03/04/2012	218 * I
LZZ9672	8756019345	7455/0	02/04/2012	218 * I
MAP8207	8756019504	7455/0	15/04/2012	218 * I
MAX4217	8756018806	7455/0	06/03/2012	218 * I
MAY5210	8756018136	6050/3	03/02/2012	208
MAY6870	8756019301	5673/2	07/04/2012	183
MAZ3480	8756019323	7455/0	05/04/2012	218 * I
MAZ3480	8756019509	7455/0	11/04/2012	218 * I
MBM6891	8756018990	7455/0	16/03/2012	218 * I
MBP5948	8756018142	7455/0	30/01/2012	218 * I
MBP5948	8756018553	7463/0	26/02/2012	218 * II
MBW3182	8756019360	7455/0	04/04/2012	218 * I
MCY9832	8756018404	5673/2	19/02/2012	183
MCZ0388	8756019448	5673/2	15/04/2012	183
MDI9578	8756019322	7455/0	02/04/2012	218 * I
MDR0055	8756019005	7455/0	13/03/2012	218 * I
MDY4209	8756019467	7455/0	13/04/2012	218 * I
MDZ1119	8756018772	5673/2	09/03/2012	183
MEE4127	8756019361	7455/0	06/04/2012	218 * I
MEF3438	8756019017	7455/0	18/03/2012	218 * I
MEJ5696	8756018560	5673/2	21/02/2012	183
MEJ5696	8756018874	7463/0	14/03/2012	218 * II
MEJ5696	8756018912	5673/2	13/03/2012	183
MEK9429	8756019458	7455/0	08/04/2012	218 * I
MEN2727	8756018593	7455/0	27/02/2012	218 * I
MER6461	8756018971	7455/0	15/03/2012	218 * I
MEW1925	8756018898	5673/2	13/03/2012	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEW1925	8756018899	6050/3	13/03/2012	208
MEZ8662	8756018675	6050/3	01/03/2012	208
MFA5067	8756018602	7455/0	23/02/2012	218 * I
MFA6511	8756018444	7455/0	14/02/2012	218 * I
MFB1298	8756018955	5673/2	14/03/2012	183
MFE6562	8756019135	7455/0	30/03/2012	218 * I
MFH1455	8756018355	7455/0	14/02/2012	218 * I
MFM2139	8756019246	5673/2	04/04/2012	183
MFM2139	8756019304	6050/3	01/04/2012	208
MFQ8162	8756018726	5673/2	10/03/2012	183
MFQ8162	8756019240	5673/2	02/04/2012	183
MFT4999	8756018952	5673/2	13/03/2012	183
MFV9433	8756018972	7463/0	17/03/2012	218 * II
MFW5639	8756018665	6050/3	01/03/2012	208
MGB4061	8756018528	7455/0	21/02/2012	218 * I
MGB4061	8756018544	7455/0	24/02/2012	218 * I
MGD1629	8756019513	7463/0	08/04/2012	218 * II
MGM1686	8756018888	7455/0	14/03/2012	218 * I
MGR4360	8756018098	5673/2	30/01/2012	183
MGT3142	8756018930	7455/0	14/03/2012	218 * I
MHC6118	8756018920	5673/2	17/03/2012	183
MHJ8258	8756019519	7455/0	14/04/2012	218 * I
MHT0218	8756019359	7455/0	04/04/2012	218 * I
MHX6516	8756017986	5673/2	27/01/2012	183
MHZ0064	8756018931	7455/0	17/03/2012	218 * I
MIB2328	8756018156	7463/0	05/02/2012	218 * II
MIE2542	8756018616	7455/0	27/02/2012	218 * I
MIL1773	8756019395	7455/0	04/04/2012	218 * I
MIM7109	8756019012	7455/0	12/03/2012	218 * I
MIZ9708	8756018822	7455/0	10/03/2012	218 * I
MJH2360	8756018863	7455/0	14/03/2012	218 * I
MJH4444	8756018488	7463/0	14/02/2012	218 * II
MJJ4130	8756018908	5673/2	16/03/2012	183
MLA0800	8756019462	7455/0	12/04/2012	218 * I
MLA0800	8756019492	7455/0	09/04/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

SAMAE

Extrato Contrato 2012/102
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/102
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: SERVTIM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME

OBJETO: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS COM PARALELEPIPEDO, PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CALÇADAS E VIAS PÚBLICAS DANIFICADAS PELAS MANUTENÇÕES E LIGAÇÕES NA REDE DE ÁGUA.
PRAZO: ATÉ 31/12/2012
VALOR TOTAL DE: R$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais)

Timbó, 17 De Maio De 2012.
EDSON ADAM
Diretor Presidente

Tunápolis

Prefeitura

1° Termo Aditivo ao Contrato de Nº 15/2012, Que Entre Si Celebram A Prefeitura Municipal de Tunápolis e A Empresa Bw Construções Ltda Me
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 15/2012
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 15/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA ME.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoí Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua 7 de Setembro nº 888, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, Procurador, inscrito no CPF nº 346.310.039-87, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 15/2012.

Considerando o contrato administrativo nº 15/2012 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de fevereiro de 2012, proveniente do Processo Licitatório nº 03/2012 e Edital Tomada de Preços 02/2012, com seus anexos, com seus anexos PMT, em que consta como contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para ampliação de 123,81m² da Câmara de Vereadores, com Recursos Próprios.
Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO e VALOR:

Alteração de Prazo
Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado para igual período, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57.
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 60(sessenta) dias com término para 29/05/2012.
Alteração de Valores
Ao presente contrato fica acrescido o valor de R$ 5.683,23(Cinco seiscentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos), conforme planilha elaborada pelo Engenheiro da empresa e homologada pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal anexa.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.
E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 29 de Março de 2012.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME
Contratada(o)

JACKSON SCHERER
Secretario Municipal da Administração

Testemunhas:
1) CLEVERSON INÁCIO KERKOFF
CPF: 918.368.409-34

2) SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

1° Termo Aditivo ao Contrato de Nº 65/2011, Que Entre Si Celebram A Prefeitura Municipal de Tunápolis e A Empresa Mateus Angelo Romani-Me.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2011

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 65/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MATEUS ANGELO ROMANI-ME.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoí Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa MATEUS ANGELO ROMANI-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.687.115/0001-50, estabelecida na Linha Passarinhos, interior do Município de Palmitos/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio proprietário Sr. Mateus Angelo Romani, inscrito no CPF sob o nº 050.577.979-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 65/2011.
Considerando o contrato administrativo nº 65/2011 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de agosto de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 83/2011 e Edital Tomada de Preços 09/2011, com seus anexos PMT, em que consta como objeto contratação de Obra em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas 25 de Julho, São Lourenço e Jacó Eidt, de acordo com o projeto e demais informações complementares

em anexo, com área total de 3.427,30 m², com recursos do Contrato de Repasse nº 0330911-94/2010 Ministério das Cidades/ CAIXA e próprios.
Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa MATEUS ANGELO ROMANI-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado para igual período, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57.
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 240(duzentos e quarenta) dias com término para 05/11/2012.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.
E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 05 de Março de 2012.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

MATEUS ANGELO ROMANI-ME
Contratada(o)

JACKSON SCHERER
Secretario Municipal da Administração

Testemunhas:
1) CLEVERSON INÁCIO KERKOFF
CPF: 918.368.409-34

2) SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

Videira

Prefeitura

Decreto Nº 10.024/12

DECRETO Nº 10.024/12, DE 16 DE MAIO DE 2012.
Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 55/2007 e suas alterações e demais disposições legais vigentes,

DECRETA
Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, para o período de 19 de maio de 2012 a 23 de fevereiro de 2013, conforme segue:

19/05/2012 a 26/05/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

26/05/2012 a 02/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

02/06/2012 a 09/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

09/06/2012 a 16/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL POSTO DE SAÚDE - Rua Padre Anchieta, 1370

16/06/2012 a 23/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

23/06/2012 a 30/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

30/06/2012 a 07/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

07/07/2012 a 14/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

14/07/2012 a 21/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

21/07/2012 a 28/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

28/07/2012 a 04/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

04/08/2012 a 11/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

11/08/2012 a 18/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

18/08/2012 a 25/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

25/08/2012 a 1º/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

1º/09/2012 a 08/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

08/09/2012 a 15/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

15/09/2012 a 22/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

22/09/2012 a 29/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL POSTO DE SAÚDE - Rua Padre Anchieta, 1370

29/09/2012 a 06/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

06/10/2012 a 13/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

13/10/2012 a 20/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

20/10/2012 a 27/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

27/10/2012 a 03/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

03/11/2011 a 10/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

10/11/2012 a 17/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

17/11/2012 a 24/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

24/11/2012 a 1º/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

1º/12/2012 a 08/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

08/12/2012 a 15/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

15/12/2012 a 22/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

22/12/2012 a 29/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

29/12/2012 a 05/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

05/01/2013 a 12/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL POSTO DE SAÚDE - Rua Padre Anchieta, 1370

12/01/2013 a 19/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

19/01/2013 a 26/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

26/01/2013 a 02/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

02/02/2013 a 09/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

09/02/2013 a 16/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

16/02/2013 a 23/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de maio de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.904/11, de 22 de dezembro de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0977/12

PORTARIA nº 0977/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRINHO MENTZEM, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0978/12

PORTARIA nº 0978/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRO GILBERTO SCHAITEL, Agente de Serviços Técnico Administrativos, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0979/12

PORTARIA nº 0979/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de

setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRO KALENIK, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07M para o nível CE07N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0980/12

PORTARIA nº 0980/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRO PEDROSO, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0981/12

PORTARIA nº 0981/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRO RAMOS DA CUNHA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0982/12

PORTARIA nº 0982/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PEDRO RAMSKI IURKEVICZ, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07M para o nível CE07N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0984/12

PORTARIA nº 0984/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora REGIANE APARECIDA JULIANOTTI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0985/12
PORTARIA nº 0985/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor REGINALDO ITAMAR DOS SANTOS LIRIO, Agente Operacional de Vigilância, do nível E-PE-OPE-I-B para o nível E-PE-OPE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0986/12
PORTARIA nº 0986/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora RENATA PITT HEINEMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0987/12
PORTARIA nº 0987/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RICARDO BERNARDI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0988/12
PORTARIA nº 0988/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RICARDO DE MELLO MORO, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07H para o nível CE07I, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0989/12
PORTARIA nº 0989/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de

setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RICARDO FERNANDES, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, do nível E-PE-OPE-I-E para o nível E-PE-OPE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0990/12

PORTARIA nº 0990/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RICIERI DE BARROS, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07M para o nível CE07N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0991/12

PORTARIA nº 0991/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora RITAMAR COSTA, Agente Operacional Especializado, do nível CE04H para o nível CE04I, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0992/12

PORTARIA nº 0992/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROBERTO LUIZ ZANATA, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-E para o nível E-PE-OPE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0993/12

PORTARIA nº 0993/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROGÉRIO ANTONIO KUNZE, Professor, do nível MG02M para o nível MG02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0994/12
PORTARIA nº 0994/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROGÉRIO PADILHA, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-E para o nível E-PE-OPE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0995/12
PORTARIA nº 0995/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROQUE TREVIZZAN, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0996/12
PORTARIA nº 0996/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSALBA DE ALMEIDA, Professora, do nível MG04G para o nível MG04H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0997/12
PORTARIA nº 0997/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANA APARECIDA TESTA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0998/12

PORTARIA nº 0998/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANA APARECIDA TRINDADE DO ROSÁRIO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0999/12

PORTARIA nº 0999/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANE HAMPEL MUNDSTOCK, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1000/12

PORTARIA nº 1000/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANGELA COMERLATO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 16 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1002/12

PORTARIA nº 1002/12
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6511/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE
Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL e VILSO VANZ para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6511/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Pregão Presencial N. 71/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão

Presencial nº 71/2012 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DA PORTA DO VEÍCULO KOMBI, PLACAS LZK 4722, FROTA 18 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 04 de Junho de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 18 de Maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 09/2012 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2012 - FME
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2012 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 04 de Junho de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 17 de Maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Tomada de Preços N° 22/2012 - PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2012

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS JUNDIAÍ - QUARTEL - BAIRRO SESI (843,80 m²) E ANGELO BRANCALIONE - LOT. JARDIM RIO DAS PEDRAS - BAIRRO RIO DAS PEDRAS (1.652 m²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 11 de Junho de 2012. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.
Videira, 17 de Maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato N. 0379/2012

Extrato do Contrato n. 0379/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONICE MARIA COITO
CPF: 949.619.999-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR JORGE JACÓ
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 585,14 (quinhentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos)

Extrato do Contrato N. 0390/2012

Extrato do Contrato n. 0390/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE SALETE DELAZZARI
CPF: 020.363.909-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TEREZINHA VOLPATO
VIGÊNCIA: de 08 de março de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0392/2012

Extrato do Contrato n. 0392/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VALÉRIA WEISS SOMMARIVA
CPF: 960.840.659-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 a 18 de dezembro de 2012
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 585,14 (quinhentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos)

Extrato do Contrato N. 0404/2012

Extrato do Contrato n. 0404/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EUNICE DANIELA HOIER
CPF: 062.316.669-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BELONI TEREZINHA RIBEIRO FADANI
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2012 a 27 de abril de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0415/2012

Extrato do Contrato n. 0415/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS
CPF: 009.644.519-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 a 18 de dezembro de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 1.560,36 (um mil, quinhentos e sessenta reais e trinta e seis centavos)

Extrato do Contrato N. 0429/2012
Extrato do Contrato n. 0429/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA FERNANDES
CPF: 044.226.679-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SOELI RIBEIRO DOS SANTOS
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 a 02 de agosto de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0432/2012
Extrato do Contrato n. 0432/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI
CPF: 023.329.109-13

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NANCI TEREZINHA BRESCIANI
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2012 a 15 de junho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0434/2012
Extrato do Contrato n. 0434/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE
CPF: 017.744.979-99

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GERUSA COELHO FREITAS TÉO
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2012 a 18 de dezembro de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 2.370,29 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos)

Extrato do Contrato N. 0443/2012
Extrato do Contrato n. 0443/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE APARECIDA CARELLI
CPF: 010.361.249-16

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIZA APARECIDA DE DEUS
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 a 02 de julho de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 2.370,29 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos)

Extrato do Contrato N. 0448/2012
Extrato do Contrato n. 0448/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANI MARCELINO
CPF: 048.651.009-38

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DOROTI LHEWICHESKI
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0449/2012
Extrato do Contrato n. 0449/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVONE FABER
CPF: 423.285.519-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ANDREOLA VOIDALESKI
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 a 23 de maio de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0451/2012
Extrato do Contrato n. 0451/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DENISE DOS SANTOS
CPF: 040.695.409-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELSA FURST
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2012 a 21 de maio de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0452/2012
Extrato do Contrato n. 0452/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA BEATRIZ BUSS BALBINOT
VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2012 a 02 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0461/2012
Extrato do Contrato n. 0461/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARLOS ALBERTO FIOREZE
CPF: 010.185.069-77

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CAROLYNE DE BARBA

VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 1.087,32 (um mil, oitenta e sete reais e trinta e dois centavos)

Extrato do Contrato N° 121/2012
Contrato n°: 121/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : GRÁFICA AMÉRICA LTDA
Valor : R$ 7.526,78 (sete mil e quinhentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 122/2012
Contrato n°: 122/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : CS INFORMÁTICA LTDA
Valor : R$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 123/2012
Contrato n°: 123/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
Valor : R$ 29.991,07 (vinte e nove mil e novecentos e noventa e um reais e sete centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 124/2012
Contrato n°: 124/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : ESCRIMATE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA
Valor : R$ 32.209,44 (trinta e dois mil e duzentos e nove reais e quarenta e quatro centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 125/2012
Contrato n°: 125/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : R$ 4.587,40 (quatro mil e quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 126/2012
Contrato n°: 126/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Valor : R$ 34.793,12 (trinta e quatro mil e setecentos e noventa e três reais e doze centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 127/2012
Contrato n°: 127/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : PROJETO CULTURAL LTDA
Valor : R$ 359,89 (trezentos e cinqüenta e nove reais e oitenta e nove centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 128/2012
Contrato n°: 128/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Valor : R$ 3.578.457,48 (três milhões e quinhentos e setenta e oito mil e quatrocentos e cinqüenta e sete reais e quarenta e oito centavos)
Licitação : Concorrência nº 01/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.A.U.Q NA RODOVIA LINHA SÃO ROQUE, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO: 44.764,11 M², EXTENÇÃO: 4,97 KM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato N° 129/2012
Contrato n°: 129/2012
Data de Assinatura: 02/05/2012
Fornecedor : PALAZZO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Valor : R$ 74.791,26 (setenta e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos)
Licitação : Tomada de Preços nº 14/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA ESTRADA MUNICIPAL DE SEDE ETELVINA, COM ÁREA TOTAL DE 960 M² E REFORMA DE PARQUE INFANTIL (PRÓXIMO AO PAME) E EXECUÇÃO DE PÁTIO COM PEDRAS IRREGULARES PARA ESTACIONAMENTO (AO LADO DO PAME), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Extrato do Contrato Nº 130/2012
Contrato nº: 130/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : MECÂNICA ZAGO SB LTDA
Valor : R$ 7.111,90 (sete mil e cento e onze reais e noventa reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 55/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO DIFERENCIAL DO CAMINHÃO PRANCHA VOLVO 340, GMA 1239, FROTA 52 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato Nº 131/2012
Contrato nº: 131/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
Valor : R$ 7.649,20 (sete mil e seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 08/2012-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NOS PETIS, CRAS, CREAS, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, CASA LAR E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato Nº 132/2012
Contrato nº: 132/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : R$ 8.859,00 (oito mil e oitocentos e cinqüenta e nove reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 08/2012-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NOS PETIS, CRAS, CREAS, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, CASA LAR E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato Nº 133/2012
Contrato nº: 133/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA
Valor : R$ 5.485,75 (cinco mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 08/2012-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NOS PETIS, CRAS, CREAS, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, CASA LAR E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato Nº 135/2012
Contrato nº: 135/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA
Valor : R$ 358,90 (trezentos e cinqüenta e oito reais e noventa centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 05/2012-FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 136/2012
Contrato nº: 136/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : FLORESTA TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA
Valor : R$ 13,40 (treze reais e quarenta centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 05/2012-FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 137/2012
Contrato nº: 137/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
Valor : R$ 5.630,34 (cinco mil e seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 06/2012-FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 138/2012
Contrato nº: 138/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA
Valor : R$ 6.521,82 (seis mil e quinhentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 06/2012-FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 139/2012
Contrato nº: 139/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : R$ 1.210,80 (um mil e duzentos e dez reais e oitenta centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 06/2012-FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 140/2012
Contrato nº: 140/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : COPAVIDI - COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ
Valor : R$ 199.518,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos e dezoito reais)
Licitação : Chamada Pública nº 01/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, VERBA FNDE/PNAE.

Extrato do Contrato Nº 141/2012
Contrato nº: 141/2012
Data de Assinatura: 08/05/2012
Fornecedor : KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA
Valor : R$ 479.820,41 (quatrocentos e setenta e nove mil e oitocentos e vinte reais e quarenta e um centavos).
Licitação : Tomada de Preços nº 11/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO SOBRE O RIO

DAS PEDRAS - RODOVIA LINHA SÃO ROQUE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato N° 142/2012
Contrato n°: 142/2012
Data de Assinatura: 09/05/2012
Fornecedor : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : R$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 22/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS CAMPANHAS E EVENTOS DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 143/2012
Contrato n°: 143/2012
Data de Assinatura: 09/05/2012
Fornecedor : DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
Valor : R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 22/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS CAMPANHAS E EVENTOS DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 144/2012
Contrato n°: 144/2012
Data de Assinatura: 09/05/2012
Fornecedor : SEMINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor : R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 22/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS CAMPANHAS E EVENTOS DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 145/2012
Contrato n°: 145/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
Valor : R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASTAS EXECUTIVAS PARA USO NAS VISTORIAS FEITAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Extrato do Contrato N° 146/2012
Contrato n°: 146/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
Valor : R$ 1.858,60 (um mil e oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 09/2012-FMAS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS PETIS, CASA LAR, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, CREAS, CRAS E DEPTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato N° 147/2012
Contrato n°: 147/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : J.R. EHLKE & CIA LTDA
Valor : R$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 148/2012
Contrato n°: 148/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : LABORSYS PRODUTOS E DIAGNÓSTICOS HOSPITALARES LTDA
Valor : R$ 929,00 (novecentos e vinte e nove centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 149/2012
Contrato n°: 149/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : R$ 3.817,20 (três mil e oitocentos e dezessete reais e vinte centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 150/2012
Contrato n°: 150/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : CENTERLABSC COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA
Valor : R$ 69.030,93 (sessenta e nove mil e trinta reais e noventa e três centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 151/2012
Contrato n°: 151/2012
Data de Assinatura: 10/05/2012
Fornecedor : AJMN COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA
Valor : R$ 449,20 (quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO PARA OS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 152/2012
Contrato n°: 152/2012
Data de Assinatura: 11/05/2012
Fornecedor : IEAS - HOSPITAL DIVINO SALVADOR

Valor : R$ 1.168.097,44 (um milhão e cento e sessenta e oito mil e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)
Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 01/2012-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A NÍVEL HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO NAS SITUAÇÕES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, ATENDIMENTO NAS ESPECIALIDADES MÉDICAS, REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RAIO-X, ULTRASSONOGRAFIA, TOMAGRAFIA, MAMOGRAFIA E LABORATORIAIS, ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.

Extrato do Contrato N° 153/2012

Contrato n°: 153/2012
Data de Assinatura: 15/05/2012
Fornecedor : SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA
Valor : R$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais)
Licitação : Dispensa de Licitação nº 15/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVER PROJETO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL DO MEIO OESTE, PARA A VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO LOCAL, CONFORME O ART. 24, XIII DA LEI 8.666/93 E PREJULGADO Nº 172 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

Extrato do Contrato N° 154/2012

Contrato n°: 154/2012
Data de Assinatura: 17/05/2012
Fornecedor : ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Valor : R$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais)
Licitação : Dispensa de Licitação nº 16/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS À PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, CONFORME O ART. 24, VIII DA LEI 8.666/93.

Extrato do Contrato N° 155/2012

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.A.U.Q NA RODOVIA VDR-070 TRECHO CETREVI A ANTA GORDA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 45.000 M², EXTENSÃO 5 KM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Extrato do Extrato N. 0431/2012

Extrato do Contrato n. 0431/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEWICZ
CPF: 023.348.379-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LURDES MARTINAZZO JOSÉ
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 a 19 de maio de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R$ 600,11 (seiscentos reais e onze centavos)

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 59/2012

Ata de Registro de Preços n°: 59/2012
Data de Assinatura: 04/05/2012
Fornecedor : SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA
Valor : R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 57/2012.

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MASSA ASFÁLTICA PARA RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÕES JÁ EXISTENTES, INCLUINDO O TRANSPORTE ATÉ O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 60/2012

Ata de Registro de Preços n°: 60/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : MADEIREIRA VISTA ALEGRE LTDA
Valor : R$ 1.614,00 (um mil e seiscentos e quatorze reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 59/2012.

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TÁBUAS, PRANCHAS E VIGAS DE MADEIRA PARA SEREM UTILIZADAS EM CONSERTOS DE PASSEIOS, MUROS, ESCADARIAS, PONTES E PONTOS DE ÔNIBUS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 61/2012

Ata de Registro de Preços n°: 61/2012
Data de Assinatura: 07/05/2012
Fornecedor : GREENFORCE LTDA
Valor : R$ 29.698,00 (vinte e nove mil e seiscentos e noventa e oito reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 59/2012.

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TÁBUAS, PRANCHAS E VIGAS DE MADEIRA PARA SEREM UTILIZADAS EM CONSERTOS DE PASSEIOS, MUROS, ESCADARIAS, PONTES E PONTOS DE ÔNIBUS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 62/2012

Ata de Registro de Preços n°: 62/2012
Data de Assinatura: 09/05/2012
Fornecedor : WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
Valor : R$ 35.943,05 (trinta e cinco mil e novecentos e quarenta e três reais e cinco centavos)
Licitação : Pregão Presencial n° 23/2012-FMS.

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TORPEDOS DE OXIGÊNIO PARA RECARGA DOS CILINDROS USADOS PARA PACIENTES COM PROBLEMAS PULMONARES, OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, TRANSPORTE DE PACIENTES COM DIFICULDADE RESPIRATÓRIA PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA MÉDICA, ATENDIMENTO NA UNIDADE DO SAMU E PAME 24 HORAS.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 63/2012

Ata de Registro de Preços n°: 63/2012
Data de Assinatura: 11/05/2012
Fornecedor : CONCRETOS FARROUPILHA LTDA
Valor : R$ 99.700,00 (noventa e nove mil e setecentos reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 58/2012.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 64/2012
Ata de Registro de Preços n°: 64/2012
Data de Assinatura: 11/05/2012
Fornecedor : DELCIR BOESING ME
Valor : R$ 93.382,00 (noventa e três mil e trezentos e oitenta e dois reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 58/2012.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 65/2012
Ata de Registro de Preços n°: 65/2012
Data de Assinatura: 17/05/2012
Fornecedor : RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : R$ 2.217,50 (dois mil e duzentos e dezessete reais e cinqüenta centavos)
Licitação : Pregão Presencial n° 08/2012-FME.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO NOS GINÁSIOS MUNICIPAL , SANTA GEMA, PARQUE DA UVA E ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ LEONI.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 66/2012
Ata de Registro de Preços n°: 66/2012
Data de Assinatura: 17/05/2012
Fornecedor : AMERITINTAS LTDA
Valor : R$ 5.585,00 (cinco mil e quinhentos e oitenta e cinco reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 08/2012-FME.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO NOS GINÁSIOS MUNICIPAL , SANTA GEMA, PARQUE DA UVA E ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ LEONI.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 67/2012
Ata de Registro de Preços n°: 67/2012
Data de Assinatura: 17/05/2012
Fornecedor : FENIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
Valor : R$ 120,00 (cento e vinte reais)
Licitação : Pregão Presencial n° 08/2012-FME.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO NOS GINÁSIOS MUNICIPAL , SANTA GEMA, PARQUE DA UVA E ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ LEONI.

Vitor Meireles

Prefeitura

Decreto N.° 025/2012
DECRETO 025/2012
Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação em cada fonte de recurso:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.1800 - Fundeb 60% R$ 60.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.5800 - Salário Educação R$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.010.2025 - Manutenção da Educação Infantil
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.1900 - Fundeb 40% R$ 30.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.7000 - Gestão do SUS R$ 15.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6402 - Atenção Básica - Cofinanciamento Estado R$ 15.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.007.2014 - Ações de Vigilância em Saúde
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6402 - Atenção Básica - Cofinanciamento Estado R$ 1.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 18 de Maio de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/ ___/ _____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

FECAM

Edital de Convocação Nº 007/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2012

O Presidente do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Município (FECAM), Sr. Marcos Fey Probst, no uso de suas atribuições regimentais,

Convoca:

Os representantes dos Consórcios Públicos Intermunicipais em Santa Catarina para reunião ordinária a ser realizada no dia 25 de maio de 2012, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 25 de maio de 2012
Horário: Início às 8h45 e término às 12h30
Local: Auditório na sede da FECAM (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

1) Leitura da Ata da reunião anterior;
2) Apresentação das propostas e dos modelos trazidos da visita técnica em Minas Gerais: interação do Governo do Estado com os consórcios de saúde;
3) Encaminhamentos na área da saúde pública - Sr. Elói Trevisan, Presidente do COSEMS;
4) Compras compartilhadas (Parecer Dr. André - Município de Fraiburgo);
5) Viabilidade da criação do Portal dos Consórcios Públicos (Emerson Souto - FECAM e Gilsony - CIGA);
6) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 18 de maio de 2012.
MARCOS FEY PROBST
Presidente do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM

Consórcios

ARIS

Errata do Edital e do Aviso de Licitação Referente ao Pregão N.º 06/2012

Errata do Edital e do Aviso de Licitação referente ao Pregão N.º 06/2012

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição 992, do dia 16/05/2012, Marcos Fey Probst, Diretor Geral da ARIS, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: torna público que fará realizar no dia 25/05/2012.
Leia-se: torna público que fará realizar no dia 28/05/2012.

MARCOS FEY PROBST
Diretor geral da ARIS

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 05/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2012

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 21 de junho de 2012, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 21 de junho de 2012
Horário: Início às 13h30min
Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
2) Análise de Consulta Pública e Audiência Pública da Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem;
3) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 18 de maio de 2012.
AFONSO VEIGA FILHO
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA

Errata Editorial - Edições 964 a 986

ERRATA EDITORIAL - Edições 964 a 986

O Consórcio CIGA informa que, em virtude de falha na implantação de automação na diagramação dos atos publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) durante as edições nº 964 a 986, houve a supressão indevida de caracteres constantes no título de determinados atos, ante a remoção equivocada de um numeral na data dos mesmos.

Quanto os atos já publicados, dada a necessidade de respeito às normas de segurança digital, não será possível sua correção na própria edição. Não obstante, relacionamos a seguir todos os atos em que houve a supressão indevida de caracteres, servindo o presente como retificação dos atos já publicados.

Informamos que o erro na automação da diagramação foi corrigido e desde a edição nº 987 não houve mais supressões indevidas de caracteres nos títulos dos atos.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EDIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PAG.	TITULO	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
986	08/05/2012	Bela Vista do Toldo	Prefeitura	5	Extrato de Contrato	PREGÃO PRESENCIAL Nº10/201	PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2012
986	08/05/2012	Bela Vista do Toldo	Prefeitura	5	Termo de Homologação	PREGÃO PRESENCIAL N° 10/201	PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2012
986	08/05/2012	Camboriú	Prefeitura	20	Resumo de Aditivo	Data: 16/04/201	Data: 16/04/2012
986	08/05/2012	Camboriú	Prefeitura	20	Resumo de Aditivo	Prazo: 10 de junho de 201	Prazo: 10 de junho de 2012
986	08/05/2012	Camboriú	Prefeitura	20	Resumo de Aditivo	Prazo: 27 de maio de 201	Prazo: 27 de maio de 2012
986	08/05/2012	Cordilheira Alta	Prefeitura	53	Extrato do Contrato Adm 60/2012	LICITAÇÃO: Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 01/201	LICITAÇÃO: Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 01/2012
986	08/05/2012	Fraiburgo	Prefeitura	77	Aviso do Pregão Presencial Nº 0068/2012-PMF-Rp0028	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2012
986	08/05/2012	Itapoá	Prefeitura	106	Extrato da Ata de Registro de Preço N° 16/2012	Licitação: PREGÃO N.º 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/201	Licitação: PREGÃO N.º 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/2011
986	08/05/2012	Itapoá	Prefeitura	106	Extrato da Ata de Registro de Preço N° 17/2012	Licitação: PREGÃO N.º 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/201	Licitação: PREGÃO N.º 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/2011
986	08/05/2012	Itapoá	Prefeitura	106	Extrato da Ata de Registro de Preço N° 18/2012	Licitação: PREGÃO Nº 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/201	Licitação: PREGÃO Nº 29/2011 - REGISTRO DE PREÇO N°26/2011- PROCESSO Nº 77/2011
986	08/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	118	Extrato de Contrato Nº 89/2012	Licitação: Pregão Presencial 29/201	Licitação: Pregão Presencial 29/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	170	Contrato Nº 0177/2012	CONTRATO Nº 0177/201	CONTRATO Nº 0177/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	171	Contrato Nº 0153/2012	CONTRATO Nº 0153/201	CONTRATO Nº 0153/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0154/2012	CONTRATO Nº 0154/201	CONTRATO Nº 0154/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0156/2012	CONTRATO Nº 0156/201	CONTRATO Nº 0156/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0164/2012	CONTRATO Nº 0164/201	CONTRATO Nº 0164/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0166/2012	CONTRATO Nº 0166/201	CONTRATO Nº 0166/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0167/2012	CONTRATO Nº 0167/201	CONTRATO Nº 0167/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0173/2012	CONTRATO Nº 0173/201	CONTRATO Nº 0173/2012
986	08/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	172	Contrato Nº 0176/2012	CONTRATO Nº 0176/201	CONTRATO Nº 0176/2012
985	07/05/2012	Concórdia	Prefeitura	94	Contrato de Termo de Permissão Nº 5/2012 - PMC	Licitação: Concorrência para Concessão 2/201	Licitação: Concorrência para Concessão 2/2012
985	07/05/2012	Concórdia	Prefeitura	97	Termo de Permissão e Uso Nº 2/2012 - PMC	Licitação: Dispensa de Licitação 17/201	Licitação: Dispensa de Licitação 17/2012
985	07/05/2012	Concórdia	Prefeitura	97	Termo de Rescisão Contrato Nº 242/2010 - PMC	Licitação: Pregão 75/201	Licitação: Pregão 75/2010
985	07/05/2012	Lauro Muller	Prefeitura	168	Aditivo de Extrato de Contrato Nº 26/2012	Processo Licitatório nº 22/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 22/201	Processo Licitatório nº 22/2012 – Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 22/2012
985	07/05/2012	Lauro Muller	Prefeitura	169	Extrato de Contrato Nº 24/2012	Processo Licitatório nº 23/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 23/201	Processo Licitatório nº 23/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 23/2012
985	07/05/2012	Lauro Muller	Prefeitura	169	Extrato de Contrato Nº 25/2012	Processo Licitatório nº 31/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 31/201	Processo Licitatório nº 31/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 31/2012
985	07/05/2012	Nova Trento	Prefeitura	183	Concorrencia N° 002/2012	EDITAL DE LICITAÇÃO N° 056/2012 - CONCORRÊNCIA N° 002/201	EDITAL DE LICITAÇÃO N° 056/2012 - CONCORRÊNCIA N° 002/2012

985	07/05/2012	Nova Trento	Prefeitura	183	Pregão Presencial N° 031/2012	Processo Licitatório nº 052/2012 - Pregão Presencial nº 031/201	Processo Licitatório nº 052/2012 – Pregão Presencial nº 031/2012
985	07/05/2012	Consórcios	CINCO	243	Aviso do Pregão Eletrônico Nº 0003/2012	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2012
984	04/05/2012	Camboriú	Prefeitura	23	Dl 8/12 - FMS	Data: 02/05/201	Data: 02/05/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	204	Extrato de Contarto Nº 76/2012	Licitação: Pregão presencial 30/201	Licitação: Pregão presencial 30/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	204	Extrato de Contrato FMS Nº 07/2012	Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/201	Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	204	Extrato de Contrato FMS Nº 08/2012	Licitação: DISPENSA DE LICITA-ÇÃO 03/201	Licitação: DISPENSA DE LICITA-ÇÃO 03/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	204	Extrato de Contrato Nº 72/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/201	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	205	Extrato de Contrato Nº 73/2012	Licitação: Pregão presencial 30/201	Licitação: Pregão presencial 30/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	205	Extrato de Contrato Nº 75/2012	Licitação: Pregão presencial 30/201	Licitação: Pregão presencial 30/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	205	Extrato de Contrato Nº 77/2012	Licitação: Pregão presencial 30/201	Licitação: Pregão presencial 30/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	205	Extrato de Contrato Nº 78/2012	Licitação: Pregão presencial 27/201	Licitação: Pregão presencial 27/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 84/2012	Licitação: Pregão Presencial 29/201	Licitação: Pregão Presencial 29/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 85/2012	Licitação: Pregão Presencial 29/201	Licitação: Pregão Presencial 29/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 86/2012	Licitação: Pregão Presencial 29/201	Licitação: Pregão Presencial 29/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 88/2012	Licitação: Pregão Presencial 29/201	Licitação: Pregão Presencial 29/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 90/2012	Licitação: Pregão Presencial 27/201	Licitação: Pregão Presencial 27/2012
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	206	Extrato de Contrato Nº 91/2012	Licitação: Tomada de preço 11/201	Licitação: Tomada de preço 11/2011
984	04/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	207	Extrato de Contrato Nº 92/2012	Licitação: Pregão Presencial 19/201	Licitação: Pregão Presencial 19/2012
984	04/05/2012	Turvo	Prefeitura	302	Tomada de Preços PMT 44/2012	Processo de Licitação nº 44/2012 - Tomada de Preço nº 44/201	Processo de Licitação nº 44/2012 – Tomada de Preço nº 44/2012
984	04/05/2012	Turvo	Prefeitura	302	Tomada de Preços PMT 45/2012	Processo de Licitação nº 45/2012 - Tomada de Preço nº 45/201	Processo de Licitação nº 45/2012 – Tomada de Preço nº 45/2012
983	03/05/2012	Joaçaba	SIMAE	163	Resumo Contrato JHL 0048/2012 - SIMAE	Data: 23/04/201	Data: 23/04/2012
983	03/05/2012	Joaçaba	SIMAE	163	Resumo Contrato JHL 0049/2012 - SIMAE	Data: 23/04/201	Data: 23/04/2012
983	03/05/2012	Joaçaba	SIMAE	164	Resumo Contrato JHL 0049/2012 - SIMAE	Data: 23/04/201	Data: 23/04/2012
983	03/05/2012	Joaçaba	SIMAE	164	Resumo do Contrato JHL 0050/2012 - SIMAE	Data: 23/04/201	Data: 23/04/2012
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	173	Extrato de Contrato Nº 65/2012	Licitação: PREGÃO Nº 27/201	Licitação: PREGÃO Nº 27/2012
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	173	Extrato de Contrato Nº 66/2012	Licitação: PREGÃO Nº 67/201	Licitação: PREGÃO Nº 67/2011
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	173	Extrato de Contrato Nº 67/2012	Licitação: PREGÃO Nº 36/201	Licitação: PREGÃO Nº 36/2012
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	173	Extrato de Contrato Nº 69/2012	Licitação: PREGÃO Nº 27/201	Licitação: PREGÃO Nº 27/2011
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	174	Extrato de Contrato Nº 70/2012	Licitação: Concorrência 01/201	Licitação: Concorrência 01/2012
983	03/05/2012	Lindóia do Sul	Prefeitura	174	Extrato de Contrato Nº 71/2012	Licitação: Pregão presencial 28/201	Licitação: Pregão presencial 28/2012
983	03/05/2012	Consórcios	CIS/AMFRI	228	Termo de Homologação de Pro-cesso Licitatório	d) Data da homologação: 02/05/201	d) Data da homologação: 02/05/2012
982	02/05/2012	Gaspar	Prefeitura	43	Aviso do Convite Nº 5/2012	Aviso do Convite nº 5/201	Aviso do Convite nº 5/2012
982	02/05/2012	Joaçaba	SIMAE	52	Resumo Contrato JHL 0044/2012 - SIMAE	Data: 20/04/201	Data: 20/04/2012

982	02/05/2012	Joaçaba	SIMAE	52	Resumo Contrato JHL 0045/2012 - SIMAE	Data: 20/04/201	Data: 20/04/2012
982	02/05/2012	Joaçaba	SIMAE	52	Resumo Contrato JHL 0047/2012 - SIMAE	Data: 23/04/201	Data: 23/04/2012
982	02/05/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	96	Contrato Nº 0147/2012	CONTRATO Nº 0147/201	CONTRATO Nº 0147/2012
981	30/04/2012	Campos Novos	SAMAE	23	Ext Ct122012	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 201	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 2012
981	30/04/2012	Campos Novos	SAMAE	23	Ext Ct132012	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 201	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 2012
981	30/04/2012	Campos Novos	SAMAE	23	Ext Ct142012	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 201	DATA DE ASSINATURA: 23 de Abril de 2012
981	30/04/2012	Erval Velho	Prefeitura	33	Extrato de Tomada de Preço 007/2012	Edital de Tomada de Preço n° 007/201	Edital de Tomada de Preço n° 007/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 50/2012	Processo Licitatório nº 65/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 65/201	Processo Licitatório nº 65/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 65/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 51/2012	Processo Licitatório nº 66/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 66/201	Processo Licitatório nº 66/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 66/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 52/2012	Processo Licitatório nº 67/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 67/201	Processo Licitatório nº 67/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 67/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 53/2012	Processo Licitatório nº 68/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 68/201	Processo Licitatório nº 68/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 68/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 54/2012	Processo Licitatório nº 69/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 69/201	Processo Licitatório nº 69/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 69/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 55/2012	Processo Licitatório nº 70/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 70/201	Processo Licitatório nº 70/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 70/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	130	Extrato de Contrato Nº 56/2012	Processo Licitatório nº 71/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 71/201	Processo Licitatório nº 71/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 71/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	131	Extrato de Contrato Nº 57/2012	Processo Licitatório nº 72/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 72/201	Processo Licitatório nº 72/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 72/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	131	Extrato de Contrato Nº 58/2012	Processo Licitatório nº 73/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 73/201	Processo Licitatório nº 73/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 73/2012
981	30/04/2012	Lauro Muller	Hospital	131	Extrato de Contrato Nº 59/2012	Processo Licitatório nº 74/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 74/201	Processo Licitatório nº 74/2012 – Dispensa p/ Compras e Serviços nº 74/2012
981	30/04/2012	Masaran-duba	Câmara municipal	141	2º Aditivo Uniao Saude	Processo Licitatório: Inexigibilida-de nº 001/201	Processo Licitatório: Inexigibilida-de nº 001/2010
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato do Contrato Nº 113/2012	Licitação : Tomada de Preços nº 09/201	Licitação : Tomada de Preços nº 09/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato do Contrato Nº 114/2012	Licitação : Tomada de Preços nº 12/201	Licitação : Tomada de Preços nº 12/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato do Contrato Nº 115/2012	Licitação : Pregão Presencial nº 48/201	Licitação : Pregão Presencial nº 48/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato do Contrato Nº 116/2012	Licitação : Pregão Presencial nº 48/201	Licitação : Pregão Presencial nº 48/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato do Contrato Nº 118/2012	Licitação : Pregão Presencial nº 49/201	Licitação : Pregão Presencial nº 49/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	201	Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 54/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 50/201	Licitação : Pregão Presencial n° 50/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	202	Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 55/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 50/201	Licitação : Pregão Presencial n° 50/2012
981	30/04/2012	Videira	Prefeitura	202	Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 56/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 50/201	Licitação : Pregão Presencial n° 50/2012
980	27/04/2012	Concórdia	Prefeitura	54	4º TA Contrato Nº 372/2011 PMC	Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 30/201	Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 30/2011

980	27/04/2012	Imbituba	Prefeitura	100	Publicação de Extrato de Dispensa 01/2012 (FUNREBOM)	DISPENSA Nº 01/201	DISPENSA Nº 01/2012
980	27/04/2012	Imbituba	Prefeitura	100	Publicação de Extrato de Dispensa 02/2012 (FUNREBOM)	DISPENSA Nº 02/201	DISPENSA Nº 02/2012
980	27/04/2012	Imbituba	Prefeitura	100	Publicação de Extrato de Dispensa 12/2012 (PMI)	DISPENSA Nº 12/201	DISPENSA Nº 12/2012
980	27/04/2012	Imbituba	Prefeitura	100	Publicação de Extrato de Dispensa 13/2012 (PMI)	DISPENSA Nº 13/201	DISPENSA Nº 13/2012
980	27/04/2012	Imbituba	Prefeitura	100	Publicação de Extrato de Dispensa 62/2012 (PMI)	DISPENSA Nº 14/201	DISPENSA Nº 14/2012
980	27/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	261	Processo Licitatório Nº 053/2012 - Pregão Presencial Nº 032/2012	Processo Licitatório Nº 053/2012 - Pregão Presencial Nº 032/201	Processo Licitatório Nº 053/2012 – Pregão Presencial Nº 032/2012
980	27/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	261	Resumo Concorrencia N° 001/2012	EDITAL DE LICITAÇÃO No 054/2012 - CONCORRÊNCIA N° 001/2012 - REGISTRO DE PREÇOS N° 013/201	EDITAL DE LICITAÇÃO No 054/2012 - CONCORRÊNCIA N° 001/2012 – REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2012
980	27/04/2012	Videira	Prefeitura	300	Dispensa de Licitação N. 14/2012 - PMV	HOMOLOGAÇÃO: 26/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2012
980	27/04/2012	Videira	Prefeitura	300	Dispensa de Licitacao Nº 12/2012 - PMV	HOMOLOGAÇÃO: 25/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2012
980	27/04/2012	Videira	Prefeitura	300	Dispensa de Licitação Nº 13/2012 - PMV	HOMOLOGAÇÃO: 25/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2012
979	26/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	104	Aviso do Pregão Presencial Nº 0066/2012-PMF-Rp0027	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2012
979	26/04/2012	Gaspar	Prefeitura	110	Aviso do Pregão Presencial Nº 69/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 69/201	Aviso do Pregão Presencial nº 69/2012
979	26/04/2012	Gaspar	SAMAE	110	Extrato de Dispensa de Licitação Nº 23/2012 - SAMAE	PROCESSO: 23/201	PROCESSO: 23/2012
979	26/04/2012	Videira	Prefeitura	223	Dispensa de Licitação Nº 02/2012 - FMS	HOMOLOGAÇÃO: 24/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2012
979	26/04/2012	Consórcios	CINCO	228	Extrato da Ata de Registro de Preços PP 0002/2012 - Consulta Macieira	EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 0002/201	EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 0002/2012
978	25/04/2012	Governador Celso Ramos	Prefeitura	108	Pregão Presencial N° 041/2012	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/201	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2012
978	25/04/2012	Guaramirim	Prefeitura	109	Termo Aditivo do Contrato Nº05/2011	PROCESSO LICITAÇÃO 08/201	PROCESSO LICITAÇÃO 08/2011
978	25/04/2012	Imbituba	Prefeitura	114	Publicação de Extrato de Dispensa 01/2012 (DEMUTRAN)	DISPENSA Nº 01/201	DISPENSA Nº 01/2012
978	25/04/2012	Imbituba	Prefeitura	114	Publicação de Extrato de Dispensa 01/2012 (Saúde)	DISPENSA Nº 01/201	DISPENSA Nº 01/2011
978	25/04/2012	Joaçaba	Prefeitura	122	Aviso Adjudicação Pl9 FMS	Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 04/2012/FMS-HOMOLOGADO EM 21/03/201	Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 04/2012/FMS-HOMOLOGADO EM 21/03/2012
978	25/04/2012	Videira	Prefeitura	261	Dispensa de Licitação Nº 01/2012 - FIA	HOMOLOGAÇÃO: 23/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	5	Contrato Número 10. 084/2012/ FMS	PROCESSO: 85/201	PROCESSO: 85/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	5	Contrato Número 10. 085/2012/ FMS	PROCESSO: 64/201	PROCESSO: 64/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	5	Contrato Número 10. 086/2012/ FMS	PROCESSO: 58/201	PROCESSO: 58/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	6	Contrato Número 10. 089/2012/ FMS	PP 73/201	PP 73/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	7	Contrato Número 10. 094/2012/ FMS	PP 90/201	PP 90/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	7	Contrato Número 10. 095/2012/ FMS	PE 76/201	PE 76/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	7	Contrato Número 10. 096/2012/ FMS	PE 28/201	PE 28/2012
977	24/04/2012	Biguaçu	Prefeitura	7	Contrato Número 10. 097/2012/ FMS	PE 28/201	PE 28/2012
977	24/04/2012	Catanduvas	Prefeitura	62	Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 0049/2012 - Edital de Dispensa N° 0002/2012	Edital de Dispensa N° 0002/201	Edital de Dispensa N° 0002/2012

977	24/04/2012	Catanduvas	Prefeitura	62	Extrato do Contrato Nº21/2012	Licitação: CONVITE N.º 07/2012 - PROCESSO Nº 36/201	Licitação: CONVITE N.º 07/2012 – PROCESSO Nº 36/2012
976	23/04/2012	Braço do Trombudo	Prefeitura	6	Ata de Registro Preço 1/2012	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/201	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012
976	23/04/2012	Camboriú	Prefeitura	7	Dl 7/12 - FMS	Data: 19/04/201	Data: 19/04/2012
976	23/04/2012	Itaiópolis	Prefeitura	52	Extratos de Contratos	Processo Licitatório n° 14/2012 - Pregão Presencial n° 9/201	Processo Licitatório n° 14/2012 – Pregão Presencial n° 9/2012
976	23/04/2012	Itaiópolis	Prefeitura	52	Extrato da Ata de Registro de Preços	Processo Licitatório n° 14/2012 - Pregão Presencial n° 9/201	Processo Licitatório n° 14/2012 – Pregão Presencial n° 9/2012
975	20/04/2012	Camboriú	Prefeitura	22	Dl 5/12 - FMS	Data: 18/04/201	Data: 18/04/2012
975	20/04/2012	Camboriú	Prefeitura	22	Dl 6/12 - FMS	Data: 18/04/201	Data: 18/04/2012
975	20/04/2012	Gaspar	Prefeitura	83	Aviso da Concorrência Pública Nº 56/2012	Aviso da Concorrência Pública nº 56/201	Aviso da Concorrência Pública nº 56/2012
975	20/04/2012	Gaspar	Prefeitura	84	Aviso da Concorrência Pública Nº 63/2012	Aviso da Concorrência Pública nº 63/201	Aviso da Concorrência Pública nº 63/2012
975	20/04/2012	Itaiópolis	Prefeitura	105	Extrato da Ata de Registro de Preços	Processo Licitatório n° 18/2012 - Pregão Eletrônico n° 12/201	Processo Licitatório n° 18/2012 – Pregão Eletrônico n° 12/2012
975	20/04/2012	Itaiópolis	Prefeitura	105	Extrato da Ata de Registro de Preços	Processo Licitatório n° 17/2012 - Pregão Presencial n° 11/201	Processo Licitatório n° 17/2012 – Pregão Presencial n° 11/2012
975	20/04/2012	Itapoá	Prefeitura	106	Extrato do Contrato Nº24/2012	Licitação: DISPENDA N.º 05/2012 - PROCESSO Nº 39/201	Licitação: DISPENDA N.º 05/2012 – PROCESSO Nº 39/2012
975	20/04/2012	Itapoá	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº25/2012-Agricultura Familiar	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 - PROCESSO Nº 28/201	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 – PROCESSO Nº 28/2012
975	20/04/2012	Itapoá	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº26/2012	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 - PROCESSO Nº 28/201	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 – PROCESSO Nº 28/2012
975	20/04/2012	Itapoá	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº27/2012	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 - PROCESSO Nº 28/201	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 – PROCESSO Nº 28/2012
975	20/04/2012	Itapoá	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº28/2012	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 - PROCESSO Nº 28/201	Licitação: DISPENDA N.º 03/2012 – PROCESSO Nº 28/2012
975	20/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	151	Processo N° 050/2012 - Pregão Presencial N° 030/2012	Processo Licitatório nº 050/2012 - Pregão Presencial nº 030/201	Processo Licitatório nº 050/2012 – Pregão Presencial nº 030/2012
975	20/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	151	Resultado Final Pregão Presencial N° 023/2012	ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2012 - PREGÃO PRESENCIAL N° 023/201	ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2012 – PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	850	Dispensa de Licitação 11/2012 - PMV	HOMOLOGAÇÃO: 19/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 19/04/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	851	Extrato do Contrato Nº 91/2012	Licitação : Tomada de Preços nº 08/201	Licitação : Tomada de Preços nº 08/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	852	Extrato do Contrato Nº 92/2012	Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 06/201	Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 06/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	852	Extrato do Contrato Nº 93/2012	Licitação : Pregão Presencial nº 41/201	Licitação : Pregão Presencial nº 41/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	852	Extrato do Contrato Nº 94/2012	Licitação : Pregão Presencial nº 43/201	Licitação : Pregão Presencial nº 43/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	852	Extrato do Contrato Nº 95/2012	Licitação : Dispensa de Licitação nº 10/201	Licitação : Dispensa de Licitação nº 10/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	852	Extrato do Contrato Nº 96/2012	Licitação : Convite nº 02/201	Licitação : Convite nº 02/2012
975	20/04/2012	Videira	Prefeitura	853	Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 47/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 54/201	Licitação : Pregão Presencial n° 54/2012
975	20/04/2012	Consórcios	CINCO	854	Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0006/2011 - Consulta Rio das Antas	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2011
974	19/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	54	Aviso do Pregão Presencial Nº 0063/2012-PMF-Rp0026	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2012
974	19/04/2012	Itapoá	Prefeitura	80	Extrato do Contrato Nº23/2012	Licitação: DISPENSA N.º 014/2012 - PROCESSO Nº 35/201	Licitação: DISPENSA N.º 014/2012 – PROCESSO Nº 35/2012
974	19/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	107	Contrato Nº 0146/2012	CONTRATO Nº 0146/201	CONTRATO Nº 0146/2012
974	19/04/2012	Consórcios	CINCO	155	Extrato da Ata de Registro de Preços do PP 0009/2011 - Consulta Iomerê	EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 0009/201	EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 0009/2011

974	19/04/2012	Consórcios	CIS/AMFRI	155	Ata de Abertura do Envelope Nº. 01, Referente A Habilitação Jurídica e Técnica dos Concorrentes No Certame	Processo de Licitação - Tomada de Preços nº. 001/201	Processo de Licitação – Tomada de Preços nº. 001/2012
973	18/04/2012	Campos Novos	SAMAE	34	Ext Ct102012	DATA DE ASSINATURA: 16 de abril de 201	DATA DE ASSINATURA: 16 de abril de 2012
973	18/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	51	Aviso do Pregão Presencial Nº 0013/2012- Rp 0005 - FMS	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2012
973	18/04/2012	Itapoá	Prefeitura	79	Extrato do Contrato Nº22/2012	Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 12/2011 - PROCESSO Nº 87/201	Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 12/2011 – PROCESSO Nº 87/2011
973	18/04/2012	Novo Horizonte	Prefeitura	121	Extrato TA Nº 004 ao Ca Nº 019/2010	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/201	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010
973	18/04/2012	Novo Horizonte	Prefeitura	121	Extrato TA Nº 005 ao Ca Nº 016/2010	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/201	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010
973	18/04/2012	Consórcios	CINCO	195	Extrato das Atas de Registro de Preços do Pe 0002/2012	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/2012
972	17/04/2012	Erval Velho	Prefeitura	43	Extrato de Edital de Pregão 016/2012	Edital de Pregão n° 016/201	Edital de Pregão n° 016/2012
972	17/04/2012	Itapoá	Prefeitura	56	Extrato do Contrato Nº 20/2012	Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 04/2012 - PROCESSO Nº 34/201	Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 04/2012 – PROCESSO Nº 34/2012
972	17/04/2012	Joaçaba	SIMAE	57	Resumo Contrato JHL 0039/2012 - SIMAE	Data: 10/04/201	Data: 10/04/2012
972	17/04/2012	Joaçaba	SIMAE	57	Resumo Contrato JHL 0040/2012 - SIMAE	Data: 12/04/201	Data: 12/04/2012
972	17/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	90	Extrato do Contrato Nº 053/2012 - Prefeitura	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 031/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 031/2012
972	17/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	90	Extrato do Contrato Nº 054/2012 - Prefeitura	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 025/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 025/2012
971	16/04/2012	Catanduvas	Prefeitura	51	Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 0043/2012 - Edital de Dispensa N° 0001/2012	Edital de Dispensa N° 0001/201	Edital de Dispensa N° 0001/2012
971	16/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	64	Aviso do Pregão Presencial Nº 0061/2012 - Rp 0025 - PMF	REGISTRO DE PREÇOS 0025/201	REGISTRO DE PREÇOS 0025/2012
971	16/04/2012	Gaspar	Prefeitura	64	Aviso do Pregão Presencial Nº 47/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 47/201	Aviso do Pregão Presencial nº 47/2012
971	16/04/2012	Gaspar	Prefeitura	68	Aviso do Pregão Presencial Nº 57/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 57/201	Aviso do Pregão Presencial nº 57/2012
971	16/04/2012	Gaspar	Prefeitura	68	Aviso do Pregão Presencial Nº 60/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 60/201	Aviso do Pregão Presencial nº 60/2012
971	16/04/2012	Gaspar	Prefeitura	68	Aviso do Pregão Presencial Nº 64/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 64/201	Aviso do Pregão Presencial nº 64/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 003/2012	CONTRATO Nº 003/201	CONTRATO Nº 003/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 0104/2012	CONTRATO Nº 0104/201	CONTRATO Nº 0104/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 0114/2012	CONTRATO Nº 0114/201	CONTRATO Nº 0114/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 0116/2012	CONTRATO Nº 0116/201	CONTRATO Nº 0116/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 0133/2012	CONTRATO Nº 0133/201	CONTRATO Nº 0133/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	116	Contrato Nº 0134/2012	CONTRATO Nº 0134/201	CONTRATO Nº 0134/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0136/2012	CONTRATO Nº 0136/201	CONTRATO Nº 0136/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0139/2012	CONTRATO Nº 0139/201	CONTRATO Nº 0139/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0140/2012	CONTRATO Nº 0140/201	CONTRATO Nº 0140/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0148/2012	CONTRATO Nº 0148/201	CONTRATO Nº 0148/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0149/2012	CONTRATO Nº 0149/201	CONTRATO Nº 0149/2012

971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 0150/2012	CONTRATO Nº 0150/201	CONTRATO Nº 0150/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 060/2012	CONTRATO Nº 060/201	CONTRATO Nº 060/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 062/2012	CONTRATO Nº 062/201	CONTRATO Nº 062/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Contrato Nº 063/2012	CONTRATO Nº 063/201	CONTRATO Nº 063/2012
971	16/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	117	Termo Aditivo 008/2012	TERMO ADITIVO 008/201	TERMO ADITIVO 008/2012
971	16/04/2012	Videira	Prefeitura	150	Dispensa de Licitação N. 10/2012 - PMV	HOMOLOGAÇÃO: 12/04/201	HOMOLOGAÇÃO: 12/04/2012
971	16/04/2012	Videira	Prefeitura	150	Retificação do Extrato do Contrato Nº 80/2012	Licitação : Pregão nº 29/201	Licitação : Pregão nº 29/2012
971	16/04/2012	Consórcios	CINCO	156	Extratos das Atas de Registro de Preços do Pe 0001/2012 - Consulta Pinheiro Preto	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2012
971	16/04/2012	Consórcios	CINCO	156	Extratos das Atas de Registro de Preços do Pe 0001/2012 - Consulta Videira	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2012
971	16/04/2012	Consórcios	CINCO	156	Extrato das Atas de Registro de Preços do Pe 0001/2012 - 2º Colocado	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2012
970	13/04/2012	Canoinhas	Prefeitura	13	Edital de Credenciamento N.º FMS 01/2012	EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 01/201	EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 01/2012
970	13/04/2012	Erval Velho	Prefeitura	45	Extrato de Edital de Pregão 015/2012	Edital de Pregão n° 015/201	Edital de Pregão n° 015/2012
970	13/04/2012	Erval Velho	Prefeitura	45	Extrato de Edital de Tomada de Preço 006/2012	Edital de Tomada de Preço n° 006/201	Edital de Tomada de Preço n° 006/2012
970	13/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	50	Aviso do Pregão Presencial Nº 0014/2012 - Rp 0009 -Sf	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0009/201	REGISTRO DE PREÇOS Nº 0009/2012
970	13/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	50	Aviso do Pregão Presencial Nº 0059/2012 - Rp 0024 - PMF	REGISTRO DE PREÇOS 0024/201	REGISTRO DE PREÇOS 0024/2012
970	13/04/2012	Gaspar	Prefeitura	54	Aviso do Pregão Presencial Nº 61/2012	Aviso do Pregão Presencial nº 61/201	Aviso do Pregão Presencial nº 61/2012
970	13/04/2012	Governador Celso Ramos	Prefeitura	56	Pregão Presencial N° 036/2012	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/201	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2012
970	13/04/2012	Governador Celso Ramos	Prefeitura	56	Pregão Presencial N° 037/2012	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/201	AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2012
970	13/04/2012	Joaçaba	PLASS	64	Extrato de Contrato Nº 05/2012	Data: 23/03/201	Data: 23/03/2012
970	13/04/2012	Joaçaba	PLASS	64	Extrato de Contrato Nº 06/12	Data: 09/04/201	Data: 09/04/2012
970	13/04/2012	Joaçaba	PLASS	64	Extrato de Contrato Nº 07/2012	Data: 11/04/201	Data: 11/04/2012
970	13/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	94	Processo N° 046/2012 - Pregão Presencial N° 027/2012	Processo Licitatório Nº 046/2012 - Pregão Presencial Nº 027/201	Processo Licitatório Nº 046/2012 – Pregão Presencial Nº 027/2012
970	13/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº 051/2012 - Prefeitura	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 022/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 022/2012
970	13/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	107	Extrato do Contrato Nº 052/2012 - Prefeitura	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 032/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 032/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 73/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 74/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 75/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 76/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 77/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 78/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 79/2012	Licitação : Pregão nº 32/201	Licitação : Pregão nº 32/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 80/2012	Licitação : Pregão nº 29/201	Licitação : Pregão nº 29/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	170	Extrato do Contrato Nº 81/2012	Licitação : Pregão nº 38/201	Licitação : Pregão nº 38/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 83/2012	Licitação : Pregão nº 34/201	Licitação : Pregão nº 34/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 84/2012	Licitação : Pregão nº 36/201	Licitação : Pregão nº 36/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 85/2012	Licitação : Pregão nº 36/201	Licitação : Pregão nº 36/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 87/2012	Licitação : Pregão nº 39/201	Licitação : Pregão nº 39/2012

970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 88/2012	Licitação : Pregão nº 45/201	Licitação : Pregão nº 45/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 89/2012	Licitação : Pregão nº 47/201	Licitação : Pregão nº 47/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato do Contrato Nº 90/2012	Licitação : Tomada de Preço nº 07/201	Licitação : Tomada de Preço nº 07/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 40/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 41/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	171	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 42/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	172	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 43/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	172	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 45/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	172	Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 46/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
970	13/04/2012	Videira	Prefeitura	172	Extrato da \\TA de Registro de Preço Nº 44/2012	Licitação : Pregão Presencial n° 35/201	Licitação : Pregão Presencial n° 35/2012
969	12/04/2012	Gaspar	Prefeitura	90	Aviso da Concorrência Pública Nº 62/2012	Aviso da Concorrência Pública nº 62/201	Aviso da Concorrência Pública nº 62/2012
969	12/04/2012	Gaspar	Prefeitura	90	Aviso de Adiamento da Concorrência Pública Nº 48/2012	Aviso de Adiamento da Concorrência Pública nº 48/201	Aviso de Adiamento da Concorrência Pública nº 48/2012
969	12/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	123	Extrato do Contrato Nº 050/2012 - Prefeitura	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 024/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 024/2012
969	12/04/2012	Turvo	Prefeitura	182	Notificação de Repasses 16/2012	- Contrato de Repasse: 0324591-96/201	- Contrato de Repasse: 0324591-96/2010
968	11/04/2012	Campo Alegre	Prefeitura	16	Resumo Contrato Nº 17/2012	EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/201	EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2012
968	11/04/2012	Fraiburgo	Prefeitura	109	Aviso do Pregão Presencial Nº 0058/2012 - Rp 0023 - PMF	REGISTRO DE PREÇOS 0023/201	REGISTRO DE PREÇOS 0023/2012
968	11/04/2012	Joaçaba	SIMAE	136	Resumo Contrato JHL 0038/2012 - SIMAE	Data: 04/04/201	Data: 04/04/2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	41	Resumo de Contrato	Prazo: 30 de maio de 201	Prazo: 30 de maio de 2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	41	Resumo de Contrato	Prazo: 60 (sessenta) dias, vigorando de 31 de março de 2012 até 29 de maio de 201	Prazo: 60 (sessenta) dias, vigorando de 31 de março de 2012 até 29 de maio de 2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	43	Resumo de Contrato	Prazo: 03 (três) meses, vigorando de 1º de março de 2012 até 1º de junho de 201	Prazo: 03 (três) meses, vigorando de 1º de março de 2012 até 1º de junho de 2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	43	Resumo de Contrato	Prazo: 31 de maio de 201	Prazo: 31 de maio de 2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	43	Resumo de Contrato	Prazo: 31 de maio de 201	Prazo: 31 de maio de 2012
967	10/04/2012	Camboriú	Prefeitura	43	Resumo de Contrato	Prazo: 09 (nove) meses, vigorando de 18 de março de 2012 até 18 de dezembro de 201	Prazo: 09 (nove) meses, vigorando de 18 de março de 2012 até 18 de dezembro de 2012
967	10/04/2012	Imbituba	Prefeitura	114	Publicação de Extrato de Dispensa 11/2012 (PMI)	DISPENSA Nº 11/201	DISPENSA Nº 11/2012
967	10/04/2012	Itapoá	Prefeitura	136	Extrato do Contrato Nº18/2012	Licitação: CONCORRENCIA N.º 01/2012 - PROCESSO Nº 22/201	Licitação: CONCORRENCIA N.º 01/2012 - PROCESSO Nº 22/2012
965	05/04/2012	Concórdia	Prefeitura	133	Extrato 8º TA Contrato Nº 169/2011 - PMC	Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 4/201	Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 4/2011
965	05/04/2012	Erval Velho	Prefeitura	151	Extrato de Edital de Dispensa 002/2012	Edital de Dispensa de Licitação nº 002/201	Edital de Dispensa de Licitação n° 002/2012
965	05/04/2012	Joaçaba	SIMAE	224	Resumo Contrato JHL 0037/2012 - SIMAE	Data: 03/04/201	Data: 03/04/2012
964	04/04/2012	Itaiópolis	Prefeitura	123	Processo Licitatorio N° 26/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 1/201	DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 1/2012
964	04/04/2012	Nova Trento	Prefeitura	249	Pregão Presencial N° 023/2012	Processo Licitatório nº 039/2012 - Pregão Presencial nº 023/201	Processo Licitatório nº 039/2012 - Pregão Presencial nº 023/2012
964	04/04/2012	Novo Horizonte	Prefeitura	250	Extrato TA 004 ao Ct 016/2010	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/201	Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010
964	04/04/2012	Pinheiro Preto	Prefeitura	272	Contrato Nº 082/2012	CONTRATO Nº 082/201	CONTRATO Nº 082/2012

964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	277	Extrato do Contrato Nº 017/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 029/201	Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 029/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	277	Extrato do Contrato Nº 018/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	277	Extrato do Contrato Nº 019/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	277	Extrato do Contrato Nº 020/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	277	Extrato do Contrato Nº 021/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	278	Extrato do Contrato Nº 022/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	278	Extrato do Contrato Nº 023/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	278	Extrato do Contrato Nº 024/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Porto Belo	Prefeitura	278	Extrato do Contrato Nº 025/2012 - Saúde	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/201	Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2012
964	04/04/2012	Consórcios	CINCO	322	Extrato da Ata de Registro de Preços do PP 0009/2011 - Consulta	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0009/201	EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0009/2011

CINCO

Aviso das Marcas Aprovadas Chamamentos N° 0001 _2011 e 0002 _2012 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO
AVISO DE APROVAÇÃO DE MARCAS DOS CHAMAMENTOS PÚBLICOS DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PNEUS N° 0001/2011 E Nº 0002/2012– CINCO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, torna pública a aprovação das marcas/modelos analisadas e em conformidade com as condições editalícias de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados. Desta forma, ficaram APROVADAS pela Comissão as marcas/modelos relacionadas a seguir, as quais serão disponibilizadas também no site deste Consórcio.

ITEM EDITAL CHAMAMENTO	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
		RINALDI	R-34
3	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
4	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH 21
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DINGO
5	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	RINALDI	BS-32
		LEVORIN	DAKAR, ESTORIL, ZIAL
6	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R-34
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
7	PNEU MOTO 90/90-21 DIANTEIRO	LEVORIN	DINGO
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
		RINALDI	R-34
8	PNEU MOTO 120/80-18	LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
		RINALDI	R-34
9	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA	PIRELLI	TORNADO ALFA
		FIRESTONE	CAMPEÃO S. P671
10	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	B 250
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		PIRELLI	CINTURADO P4
11	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		BRIGESTONE	B 250
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	F-77
		PIRELLI	P400
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
12	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	CINTURADO P4
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570

13	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	F590
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		BRIGESTONE	B 250
		BRIGESTONE	B391
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F570
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	P400
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	P6
		PIRELLI	CINTURADO P4
14	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	GT2
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F590
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
15	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GT2
		BRIGESTONE	B 250
		FIRESTONE	F580
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	SCORPION ATR
16	PNEU 185/60R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	NCT5
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		PIRELLI	P6
17	PNEU 185/65R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		FIRESTONE	F570
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		PIRELLI	P6
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
18	PNEU 185/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		PIRELLI	P6000
		BRIGESTONE	B391
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
19	PNEU 185/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	NCT5
		PIRELLI	P6000
		PIRELLI	P7
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
20	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	P6
21	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	PHANTOM
22	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	POTENZA RE88
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	GT
		GOODYEAR	NCT5
		PIRELLI	P7
23	PNEU 195/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	TURANZA ER30
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		FIRESTONE	FIREHAWK 680
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		PIRELLI	P7
24	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	TURANZA ER30
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	CINTURADO P7
25	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 105 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP AW
26	PNEU 185R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
		PIRELLI	CHRONO

27	PNEU 195/80R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
28	PNEU 215/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32PLUS
29	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
30	PNEU 225/70R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		FIRESTONE	CV3000
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
		PIRELLI	CHRONO
31	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		BRIGESTONE	DUELER A/T
32	PNEU 225/75R15 TIPO A PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER HT 689
		GOODYEAR	FORTERA
		PIRELLI	SCORPION STR
33	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER A/T
		FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		PIRELLI	SCORPION ATR
34	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
		PIRELLI	SCORPION STR
35	PNEU 195/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		PIRELLI	CHORONO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
36	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
		FIRESTONE	CV3000
		PIRELLI	CHRONO
37	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHORONO
		GOODYEAR	G26
38	PNEU 225/75R16, TIPO A ÍNDICE DE CARGA 118, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DURAVIS R630
39	PNEU 235/60R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP ALL WEATHER
		PIRELLI	SCORPION STR
		BRIGESTONE	DUELER H/T687
40	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686MSS

41	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		PIRELLI	MC45
		GOODYEAR	RHS
		GOODYEAR	G665
42	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	M714
		GOODYEAR	RHD
43	PNEU 700-16 TIPO A 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52
44	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52
45	PNEU 750-16 TIPO A 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
		PIRELLI	RT59
		PIRELLI	AS22
46	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	BANDEIRANTE
		PIRELLI	AS22
47	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	LD35
		PIRELLI	CT65
48	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR
		PIRELLI	RT59
49	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	LD35
		FIRESTONE	BFT595
		PIRELLI	CT65
50	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR
		FIRESTONE	T615
		PIRELLI	RT59
51	PNEU 1100-22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT65
		FIRESTONE	BFT595
		PIRELLI	LD35
52	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85

53	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
54	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
		FIRESTONE	T819
		BRIGESTONE	M840
55	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
56	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD MSD
		PIRELLI	TG85
		BRIGESTONE	L355
57	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 24 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD

58	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		BRIGESTONE	M840
		PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686 MSS
59	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
60	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686MSS
61	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
62	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25 M APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD

63	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		BRIGESTONE	M840
		GOODYEAR	G686
64	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686
65	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
		FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677 MSD
66	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
67	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	CTRZ
		GOODYEAR	G665
68	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		GOODYEAR	G665
69	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
		PIRELLI	TD500
		FIRESTONE	GUIDE GRIP
70	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		FIRESTONE	RIB IMPLEMENT
71	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD500
		FIRESTONE	CHAMPION GUID GRIP TRACTOR
		GOODYEAR	RIB TRACTOR
72	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
73	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUPER CUARTEADORA
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
74	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
75	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		GOODYEAR	POWER TORQUE
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
76	PNEU 16.9-28 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	ALL TRACTION UTILITY

77	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
78	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
79	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
80	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
81	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	PN16
		GOODYEAR	IT323
82	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SURE GRIP LUG
		GOODYEAR	SURE GRIP LUG
		PIRELLI	PN12
83	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT525
		PIRELLI	PN12
84	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM99
		FIRESTONE	SGG LOADER
		PIRELLI	PN12
		GOODYEAR	L2G2
85	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	RM95 IND4
86	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	COMPACTADOR C1
87	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS ÍNDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		GOODYEAR	FARM UTILITY
88	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	L2G2
		FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2
		PIRELLI	PN14
89	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-3A
		PIRELLI	RM95 E3
90	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	FOREVER	H578
		YOKOHAMA	Y67
		PIRELLI	RM95
		GOODYEAR	HRL-3A
91	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PIRELLI	RM93 E3
		YOKOHAMA	Y67 E3
92	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	GOODYEAR	IT323
		PIRELLI	PN16
93	PNEU 15-6 PARA CORTADOR DE GRAMA	TRELLEBORG	TYRES 6
95	PROTETOR 750 -16	VIPAL	
96	PROTETOR 900- 20	VIPAL	
97	PROTETOR 1000 - 20	VIPAL	
98	PROTETOR 1100 - 22	VIPAL	
99	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	
100	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	
101	CÂMARA DE AR PARA PNEU 5.60 - 15 FUSCA	TORTUGA	
102	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	TORTUGA	
103	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	TORTUGA	
104	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL	TORTUGA	
105	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	TORTUGA VULCAN	
106	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	TORTUGA VULCAN	
107	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	TORTUGA VULCAN	
108	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	TORTUGA VULCAN	
109	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	TORTUGA VULCAN	
110	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1600-25	TORTUGA	
111	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA	TORTUGA	
112	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	TORTUGA	
113	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA VULCAN	
114	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA	
115	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA VULCAN	

116	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA	
117	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	
118	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
119	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
120	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
121	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	TORTUGA	
122	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	TORTUGA	
123	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA VULCAN	
124	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	TORTUGA VULCAN	
125	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	TORTUGA VULCAN	
126	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1300 - 24 PARA ROLO COMPACTADOR	TORTUGA VULCAN	
127	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10 -16,5	TORTUGA	
128	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 17	RINALDI	
		LEVORIN	
129	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 18	RINALDI	
		LEVORIN	
130	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 19	RINALDI	
		LEVORIN	
131	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 21	RINALDI	
		LEVORIN	
132	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS2
		PIRELLI	CITNET ALL WEATER
133	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
		GOODYEAR	FORTERA CONFORTRED
		BRIGESTONE	DUELER H/T 687
134	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
135	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		FIRESTONE	DESTINATION AT
136	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		GOODYEAR	FORTERA COMFORTRED
		FIRESTONE	DESTINATION AT
137	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 111, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER H/T D840
138	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
139	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677

Informações e/ou cópia na íntegra destes Atestados: Rua Nereu Ramos, n° 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de maio de 2012.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

DOM/SC Assinatura Digital
Digitally signed by CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICI:09427503000112
DN: c=BR, st=SC, l=FLORIANOPOLIS, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A3, ou=AR SERASA, cn=CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICI:09427503000112
Date: 2012.05.18 16:29:03 -03'00'